JORNAL OFICIAL
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Índice

Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Teles Pires 4
Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia 5
Prefeitura Municipal de Acorizal 5
Prefeitura Municipal de Alto Garças 8
Prefeitura Municipal de Alto Paraguai 11
Prefeitura Municipal de Alto Taquari 34
Prefeitura Municipal de Apiacás 35
Prefeitura Municipal de Araguaiana 36
Prefeitura Municipal de Araguainha 36
Prefeitura Municipal de Araputanga 38
Prefeitura Municipal de Arenápolis 39
Prefeitura Municipal de Aripuanã 41
Prefeitura Municipal de Barra do Bugres 46
Prefeitura Municipal de Campinápolis 46
Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis 53
Prefeitura Municipal de Campo Verde 53
Prefeitura Municipal de Campos de Júlio 60
Prefeitura Municipal de Canarana 61
Prefeitura Municipal de Carlinda 66
Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães 66
Prefeitura Municipal de Cláudia 67
Prefeitura Municipal de Colíder 71
Prefeitura Municipal de Confresa 73
Prefeitura Municipal de Conquista D`Oeste 78
Prefeitura Municipal de Cotriguaçu 78
Prefeitura Municipal de Curvelândia 85
Prefeitura Municipal de Cáceres 85
Prefeitura Municipal de Denise 85
Prefeitura Municipal de Diamantino 85
Prefeitura Municipal de Dom Aquino 86
Prefeitura Municipal de Feliz Natal 86
Prefeitura Municipal de Figueirópolis d´Oeste 93
Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte 94
Prefeitura Municipal de General Carneiro 94
Prefeitura Municipal de Glória d´Oeste 95
Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte 95
Prefeitura Municipal de Guiratinga 96
Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte 97
Prefeitura Municipal de Itaúba 98
Prefeitura Municipal de Itiquira 110
Prefeitura Municipal de Jaciara 150
Prefeitura Municipal de Jangada 151
Prefeitura Municipal de Jauru 178
Prefeitura Municipal de Juara 179
Prefeitura Municipal de Juruena 180
Prefeitura Municipal de Juscimeira 181
Prefeitura Municipal de Matupá 181
Prefeitura Municipal de Mirassol d´Oeste 185
Prefeitura Municipal de Nobres 186
Prefeitura Municipal de Nortelândia 187
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento 189
Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes 190

Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia 193
Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte 196
Prefeitura Municipal de Nova Lacerda 196
Prefeitura Municipal de Nova Maringá 198
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré 199
Prefeitura Municipal de Nova Olímpia 199
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena 200
Prefeitura Municipal de Nova Xavantina 202
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte 208
Prefeitura Municipal de Novo Mundo 209
Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio 209
Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim 211
Prefeitura Municipal de Paranatinga 212
Prefeitura Municipal de Pedra Preta 212
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo 214
Prefeitura Municipal de Poconé 245
Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia 246
Prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda 247
Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte 252
Prefeitura Municipal de Porto Esperidião 252
Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos 252
Prefeitura Municipal de Poxoréu 255
Prefeitura Municipal de Querência 255
Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho 266
Prefeitura Municipal de Rio Branco 268
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato 268
Prefeitura Municipal de Santo Afonso 269
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste 270
Prefeitura Municipal de Sapezal 273
Prefeitura Municipal de Sinop 274
Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia 275
Prefeitura Municipal de São José do Povo 276
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro 276
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra 276
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte 305
Prefeitura Municipal de União do Sul 305
Prefeitura Municipal de Vera 308
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade 308
Prefeitura Municipal de Vila Rica 309
Prefeitura Municipal de Várzea Grande 312
Prefeitura Municipal de Água Boa 317

APRESENTAÇÃO

DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2015/2016

Presidente de Honra: Ondanir Bortolini

Presidente: Neurilan Fraga - Prefeito de Nortelândia

Primeiro Vice-Presidente: Roberto Ângelo de Farias - Prefeito de Barra do Garças

Segundo Vice-Presidente: Walmir Guse - Prefeito de Conquista D´Oeste

Terceiro Vice-Presidente: Solange Souza Kreidloro - Prefeita de Nova Bandeirantes

Quarto Vice-Presidente: Valter Mioto Ferreira - Prefeito de Matupá

Quinto Vice-Presidente: José Helio Ribeiro - Prefeito de Novo Mundo

Secretário Geral: Hugo Garcia Sobrinho –Prefeito de Santa Rita do Trivelato

Primeiro Secretário: Ednilson Luiz Faitta - Prefeito de Aripuanã

Segundo Secretário: Valteir Quirino dos Santos - Prefeito de Indiavaí

Tesoureiro Geral: Marcos de Sá Fernandes da Silva - Prefeito de Santa Cruz do Xingu

Primeiro Tesoureiro: Pedro Tercy Barbosa - Prefeito de Denise

Segundo Tesoureiro: João Braga Neto - Prefeito de Nova Maringá

CONSELHO FISCAL

1. Jamar da Silva Lima - Prefeito de Nova Brasilândia
2. Francisco Endler (Chico) - Prefeito de Nova Guarita
3. Cristovão Masson - Prefeito de Nova Olímpia

SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL

1. Odoni Coelho Mesquita - Prefeito de Torixoréu
2. José Mauro Figueiredo - Prefeito de Arenápolis
3. Dirceu Martins Comiran - Prefeito de Campos de Júlio

Gerência de Comunicação
Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Entre em Contato:
jornaloficial@amm.org.br
(65) - 2123 - 1270

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO TELES PIRES

LEI Nº 240/95 MUNICÍPIO DE TAPURAH

LEI Nº 240/95

DATA: 28 DE AGOSTO DE 1.995

SÚMULA: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A PARTICIPAR DE CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Sr. ADEMIR MACORIM DA SILVA, Prefeito Municipal de Tapurah, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Executivo Municipal autorizado a participar do Consórcio Intermunicipal de Saúde, para a consecução das seguintes finalidades.

I – Garantir a implantação das Diretrizes do Sistema Único de Saúde nos Municípios consorciados, conforme estipulado na Constituição Federal, nos artigos 196 a 200, Leis nºs 8.080, 8.142 e demais normas correlatas a matéria, através dos serviços de assistência a Saúde a serem prestados pelo hospital Municipal de Tapurah. Na condição de Unidade Hospitalar de referência da região.

II – Promover formas articuladas de planejamento e execução de ações e serviços de Saúde com vistas ao cumprimento dos princípios da integralidade e universalidade do atendimento.

III – Representar o conjunto dos Municípios que integram, em assunto de interesse comum, perante quaisquer outras entidades do Direito Público e Privado, nacionais e internacionais.

IV – Desenvolver serviços e atividades de interesse dos Municípios consorciados, de acordo com o programa de trabalho aprovado pelo Conselho de Prefeitos.

V – Integrar pessoa jurídica, se assim for deliberado a convir ao bom desempenho do Consórcio.

Art. 2º - O valor de crédito necessário para fazer, face aos custos previstos no artigo anterior, será de 20.000,00 (vinte mil reais), atendidos com recursos provenientes da dotação orçamentária 03.06.13.75.428.2.012/3132.00.

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tapurah, em 28 de Agosto de 1.995.

ATA 004/2015 – CONSELHO DIRETOR

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Aos dias quatorze de setembro de dois mil e quinze, nove horas reuniram-se na sala de treinamentos do Hospital Regional de Sinop, sito a Rua das Caviunas, 1759 - Setor Comercial em Sinop, os membros do Conselho Diretor do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Teles Pires – CNPJ 00.832.086/0001-19 com sede em Sorriso/MT e do Consórcio Público de Saúde Vale do- Teles Pires, CNPJ 23.019.551/0001-00; estando presentes prefeitos e secretários municipais de saúde em Assembleia Geral Extraordinária para deliberações pertinentes aos dois consórcios; de acordo com a pauta: Proposta da Estrutura Administrativa, Lotacionograma e Plano de cargos e salários do Consórcio Público de Saúde Vale do Teles Pires; aprovação dos nomes indicados para diretores dos Hospitais regionais de Sinop e Sorriso e Secretário Executivo; proposta de orçamento do Consórcio Público Vale do Teles Pires, encerramento do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Teles Pires; deliberações sobre planejamento das demandas de serviços para os municípios, considerando a logística dos prestadores de serviços e usuários; aprovação do contrato de rateio dos municípios para o Consórcio Público de Saúde Vale do Teles Pires. Iniciou-se a assembleia com o convite do presidente do Consórcio Público de Saúde Vale do Teles Pires, Sr. Otaviano Pivetta, prefeito de Lucas do Rio Verde, convidando o presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Teles Pires - CISRTP, Valdenir José dos Santos, prefeito de Nova Ubiratã e a Secretária Executiva Maristela Dall Agnol para explicitarem como está a situação atual do CISRTP. Foi colocado que os atuais funcionários estavam cumprindo aviso prévio, de modo que haverá vacância do cargo de Secretária Executiva, sendo na ocasião indicado o nome da senhora Solimara Ligia Moura para assumir interinamente o cargo de Secretária Executiva do Consorcio Intermunicipal de Saúde da Região do Teles Pires, o que foi aprovado por todos os prefeitos presentes. Fica, portanto, a Senhora Solimara Ligia Moura, brasileira, casada, administradora de empresas, portadora do RG 34786348-SSP/PR e CPF n. 566.404.209-53, com endereço na rua Paranapanema, 117-S, bairro Alvorada, Lucas do Rio Verde-MT, aprovada e autorizada a exercer todas as atribuições do cargo de Secretária Executiva descritas no Estatuto Social do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Teles Pires. Na sequência, foi informado que a situação financeira do Consórcio Intermunicipal de Saúde Região do Teles Pires havia sido encaminhada para o futuro contador do Consórcio Público Vale do Teles Pires e os demais assuntos estavam sendo organizados em caráter de transição. O prefeito de Ipiranga do Norte, Pedro Ferronato, questionou sobre a continuidade dos contratos atuais de prestação de serviços de saúde ao que o presidente Pivetta garantiu que continuará sem alterações até a próxima reunião em outubro. Foi também informado os municípios pretendem fazer um processo de transição entre o Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Teles Pires para o Consórcio Público de Saúde Vale do Teles Pires, e que nos próximos dias serão apresentados às diretorias os procedimentos que devem ser adotados. Na oportunidade foi apresentado o novo lotacionograma do Consórcio Público de Saúde Vale Teles Pires que contará com a equipe formada por uma secretaria executiva, assessoria jurídica, assessoria contábil e uma assessoria de gestão de custos. Houve aprovação unanime dos prefeitos. O senhor Marco Bertúlio, secretário estadual de saúde se fez presente com sua equipe. Foi apresentada Franciele de Carlo para diretora do Hospital Regional de Sinop e aprovada por unanimidade. Ao ser questionada pelo prefeito Vigolo de Vera, sobre as maiores mudanças necessárias, foi exposto a alteração na forma de contratações com fornecedores, otimizar utilização do quadro de pessoal, formar liderança de equipe na área técnica do hospital. Em conjunto com a Secretaria Municipal de Saúde fazer efetivamente funcionar o atendimento de acordo a classificação de risco, que ao ser implantado já está dando resultado positivo. Prevê que até final de dezembro o Hospital Regional de Sinop poderá se tornar um hospital de referência. O secretário municipal de saúde de Itanhangá, Marco Felipe, esclareceu que a regulação nos municípios poderia ser melhor efetivada se os mesmos possuíssem equipamentos para exames diagnósticos. O secretário estadual de saúde colocou que há necessidade de pactuar as necessidades regionais junto AMM. A atual gestora do Hospital Regional de Sorriso, Rejane Joana Potrich Zen foi indicada para continuar no cargo após o término do período de intervenção, o que foi aprovado por unanimidade. Os prefeitos presentes e secretários aprovaram com várias menções elogiosas. O contador Peter Nunes Antunes, foi indicado para ser o contador do Consórcio e aprovado por todos. A senhora Solimara Lígia Moura foi indicada para secretária executiva do Consórcio Público de Saúde Vale do Teles Pires e aprovada por unanimidade por todos. A secretária de saúde de Sorriso, sra. Ivana Mello, prevê que até o final de outubro o Hospital Regional de Sorriso será um hospital de referências. Um organograma hospitalar foi apresentado e deverá ser mais enxuto e polivalente, ao que os presentes aprovaram. Foi apresentado as despesas do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Teles Pires até dia trinta e um de agosto de dois mil e quinze. O contrato de rateio com os municípios continuará sem alterações até a próxima reunião em outubro, quando será estudado o novo orçamento para dois mil e dezesseis. O convênio com o estado garante 90 milhões para utilização em 12 meses na gestão dos hospitais regionais pelo consórcio. Foi aprovado a remuneração das diretoras dos hospitais regionais de Sorriso e Sinop e da

secretária executiva do Consórcio Público Vale do Teles Pires em R$ 15. 000,00(quinze mil reais) bruto. Com todos assuntos tratados o presidente Pivetta encerra a reunião. Estiveram presentes os prefeitos João Batista Moraes de Oliveira Claudia/MT, Nilso José Vigolo de Vera/MT, Pedro Ferronato de Ipiranga do Norte/MT, Adriano Xavier Pivetta Nova Mutum/MT, Hugo Garcia Sobrinho de Santa Rita do Trivelato/MT, Otaviano Olavo Pivetta de Lucas do Rio Verde/MT, Dilceu Rossato de Sorriso/MT, Valdenir José dos Santos de Nova Ubuiratã/MT, Ildo Ribeiro de Medeiros de União do Sul/MT, Luiz Humberto Eickhoff de Tapurah/MT, José Antonio Dubiella de Feliz Natal/MT, a prefeita em exercício Rosana Martinelli de Sinop/MT, o prefeito Alessandro Nicoli de Santa Carmem/Mt representado por sua secretária de saúde Fátima Aparecida Malinski, João Cabeça Branca de Itanhangá/MT, Alessandro Nicoli de Santa Carmem/MT.Também estiveram presentes os secretários de Saúde Valmor de Oliveira de Tapurah/MT, Ivana Mara Mattos Mello de Sorriso/MT, Eliane Roman Ross de Nova Ubiratã/MT, João Batista Pereira da Silva de Nova Mutum, Manoelito da Silva Rodrigues de Sinop/MT, Cristina Rosa de Feliz Natal/MT, Fátima Aparecida Malinski de Santa Carmem/MT e esta ata encerra-se com a anuência de todos os presentes cujos nomes encontram-se em lista de presença anexa.

ATA 005/2015 – CONSELHO DIRETOR

Aos vinte e nove de setembro de dois mil e quinze, às dez horas reuniram-se na sala de Reuniões do Hospital Regional de Sorriso, sito a Av. Porto Alegre, 3125, Centro, Sorriso/MT, os membros do Conselho Diretor do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Teles Pires – CNPJ 00.832. 086/0001-19 com sede em Sorriso/MT e do Consórcio Público de Saúde Vale do Teles Pires, CNPJ 23.019.551/0001-00; estando presentes prefeitos, secretários de saúde em Assembleia Geral Extraordinária para deliberações pertinentes ao Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Teles Pires; tendo como pauta: A) Assuntos Gerais ao funcionamento do Consórcio. Iniciou-se a assembleia com o convite do presidente do Consórcio Público Vale do Teles Pires, Sr. Otaviano Pivetta, prefeito de Lucas do Rio Verde que cedeu a oportunidade para que o contador, Peter Nunes Antunes expusesse sobre a contabilidade de ambos consórcios para o ano de 2015 e 2016.Estando o Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Teles Pires - CISRTP em fase de transição para extinção, as despesas para o encerramento do ano de 2015 foram apresentadas. Foi aprovado o orçamento para o CISRTP referente aos próximos três meses. O prefeito de Nova Ubiratã, Valdenir José dos Santos, presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Teles Pires confirmou por telefone, no modo viva-voz, sua permanência no cargo até a extinção do consórcio. Sendo este o assunto pertinente a ser tratado o presidente Pivetta encerra a reunião. Estiveram presentes os prefeitos, Pedro Ferronato de Ipiranga do Norte/MT, Adriano Xavier Pivetta de Nova Mutum/MT, Otaviano Olavo Pivetta de Lucas do Rio Verde/MT, Dilceu Rossato de Sorriso/MT, Ildo Ribeiro de Medeiros de União do Sul/MT, Luiz Humberto Eickhoff de Tapurah/MT, João Antonio Vieira de Itanhangá/MT. Também estiveram presentes os secretários de Saúde Valmor de Oliveira de Tapurah/MT, João Batista Pereira da Silva de Nova Mutum, Marcos Antonio Felipe de Itanhangá/MT. Encerra-se esta ata com a anuência de todos os presentes cujos nomes encontram-se na lista de presença.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ARAGUAIA

FATURAMENTO, LICITAÇÃO E CONTRATOS
RESOLUÇÃO DO CISA

Resolução nº 29/2015

Em 30 de Setembro de 2015.

São Félix do Araguaia–MT.

Dispõe Sobre a Revogação da Resolução Normativa nº 002, de 03 de Janeiro de 2009, sobre a Regulamentação da Contratação Temporária de Empregados Públicos, e dá outras providencias.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia de São Félix do Araguaia-MT, **JOSÉ ANTONIO DE ALMEIDA**, portador do CPF nº 035.726.096-15 e RG nº 701 530 SSP/MT, residente e domiciliado no Município de São Felix do Araguaia-MT, no uso de suas atribuições legais.

Resolve:

Art. 1º - REVOGAR a Resolução Normativa nº 002 de 03 de Janeiro de 2009, sobre a regulamentação da Contratação Temporária de Empregados Públicos conforme o Parecer Jurídico datado de 29/09/2015.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

JOSÉ ANTÔNIO DE ALMEIDA

PRESIDENTE DO CISA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 04/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 04/2015

Ata de Registro de Preço

Pregão Presencial nº 10/2015.

Validade: 12 (doze) meses.

REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DESENVOLVIDAS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL/MT.

Ao 01 dia do mês de Outubro do ano de dois mil e quinze, reuniram-se a Municipalidade de Acorizal, pessoa jurídica de direito público, devidamente Inscrita no C.N.P.J. sob n.º 03.507.571/0001-05, com sede na Avenida Nossa Senhora de Brotas, s/n, em Acorizal/MT., representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal Sr° **ARCILIO JESUS DA CRUZ**, brasileiro, casado, portador do CPF n.º 393.810.721-91 e da CI/RG n.º 0475330-5 SSP/MT, residente e domiciliado a Rua José de Gusmão e Silva, nº 49, Centro, Acorizal/MT, assistida pela Pregoeira Srª Ademir Maria da Silva e Equipe de Apoio designada pela Portaria nº 02/2015, que conduziram o Pregão nº 08/2015 - Registro de Preços, e a empresa **POR DO SOL MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA-ME**, situada na Av. Nossa Senhora de Brotas, s/n, Qd 01, Lt 05, Bairro Jardim das Araras, em Acorizal/MT, CNPJ nº 05.138.080/0001-60 – neste ato representada por seu sócio **EDVALDO AMARAL DA SILVA**, portador do RG nº.61.172 SSP/AP e inscrito no CPF n. 051.219.652-49, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e demais legislação aplicável à matéria e consoante as cláusulas e condições constantes deste instrumento convocatório da licitação supracitada, resolvem efetuar o registro de preço, referente ao Pregão Presencial nº 10/2015, nas condições em que segue:

1.OBJETO E PREÇOS

1. OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. O objeto do presente será o Registro de Preço para futura e eventual **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO** para atender as secretarias desta Prefeitura Municipal, conforme Termo de Referência que acompanhou o Edital da citada licitação e que ora o integra, conforme quantidades e especificações.

1.2. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas de conformidade com a demanda do período de vigência desta Ata de Registro de Preço (ARP).

2. DA LICITAÇÃO

2.1. Para registrar os preços do objeto desta Ata foi realizado procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 10/2015, com fundamento nas Leis nº 10.520/02, nº 8.666/93 e alterações posteriores, conforme autorização da Autoridade Competente, Sr. Arcilio Jesus da Cruz – Prefeito Municipal.

3. DA FORMA DE EXECUÇÃO

3.1. A empresa detentora do registro deverá realizar o fornecimento dos produtos, em estrita observância dos termos constantes no Termo de Referência.

3.2. O objeto deste registro de preços deverá ser executado em estrita observância ao Edital de Licitação Pregão Presencial nº 10/2015 e seus anexos.

4. DA EMPRESA VENCEDORA E DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1. Empresa Vencedora:

Nome:**POR DO SOL MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA-ME.** CNPJ: 05.138.080/0001-60 Inscrição Estadual:13.210.104-1 Endereço:Av. Nossa Senhora de Brotas, s/n, Qd 01, Lt 05, Bairro Jardim das Araras, Acorizal/MT. CEP: 78.480-000. Telefones: 65 – 3353 1264 E-mail: pordosol@hotmail.com Representante Legal:**EDVALDO AMARAL DA SILVA.** RG: 61.172 SSP/AP. CPF:051.219.652-49.

4.2. Descrição, Quantidade e Preços Registrados:

ITEM	PRODUTOS	QT	VLR. UNI.	VLR. TOTAL
1	ACAB. P/ VALVULA DESC. HYDRA	4	R$ 14,00	R$ 56,00
2	ADAPTADOR SOLD. C/ ROSCA 25MMX3/4 PLASTILIT	30	R$ 0,65	R$ 19,50
3	ARAME LISO 17X15 1000MTS. MORLAN	10	R$ 329,00	R$ 3. 290,00
4	ARGAMASSA 20KG FLEXCOL	600	R$ 8,90	R$ 5. 340,00
5	ASSENTO SIMPLES BRANCA ASTRA	8	R$ 14,00	R$ 112,00
6	BACIA CONV. BR LUZARTE	8	R$ 91,00	R$ 728,00
7	CAIBRO 6X5 2.00MT MADEIRA	280	R$ 9,70	R$ 2. 716,00
8	CAIBRO 6X5 4.0MTMADEIRA	600	R$ 19,50	R$ 11. 700,00
9	CAIBRO 6X5 5.0MT MADEIRA	320	R$ 24,00	R$ 7. 680,00
10	CAIXA D'AGUA PVC 500L C/TAMPA FIBRA OESTE	20	R$ 195,00	R$ 3. 900,00
11	CAIXA DESCARGA COMP. (C/ CX., CANO, ESPUDE) ASTRA	8	R$ 28,75	R$ 230,00
12	CAIXA P/AR COND. 7500 BTU FECHADA 48x56 CONCRETO	10	R$ 64,00	R$ 640,00
13	CAIXA SIFONADA QD 100X100X50 BR PLASTILIT	10	R$ 7,90	R$ 79,00
14	CAIXA VERSATIL EXT. 2P +T INT. 20A PERLEX	10	R$ 0,78	R$ 7,80
15	CANALETA BR 20X10X200MM TRAMONTINA	20	R$ 3,40	R$ 68,00
16	CANTONEIRA PVC P/ FORRO 6M MODURADA NORTEPLAST	60	R$ 14,50	R$ 870,00
17	CESTO MULTI-USO BR D.20X25C-MARQPLAST	20	R$ 29,00	R$ 580,00
18	CIMENTO 50KG CP-4 CIPLAN	600	R$ 24,00	R$ 14. 400,00
19	COLUNA P/LAVATORIO BR LOUÇA LUZARTE	8	R$ 39,00	R$ 312,00
20	CONJ. SANIT. 3PCS BR LUZARTE	8	R$ 154,00	R$ 1. 232,00
21	CORANTE LIQ. 50ML AMARELO XADREZ	120	R$ 1,90	R$ 228,00
22	CORANTE LIQ. 50ML AZUL XADREZ	120	R$ 1,90	R$ 228,00
23	CUMIEIRA P/ TELHONA 15G 1.10M	200	R$ 26,50	R$ 5. 300,00
24	DISCO DIAMANTADO 110MM IRWIN	6	R$ 15,50	R$ 93,00
25	EMENDA H PVC P/ FORRO 6M BR NORTEPLAST	20	R$ 18,50	R$ 370,00
26	ENGATE 40CM 1/2 PLASTILIT	2	R$ 3,90	R$ 7,80
27	FERRO VERGALHAO 6.3 1/4 CA50 12MTS ARCELORMITTAL	200	R$ 14,00	R$ 2. 800,00
28	FIO FLEXIVEL 2.50MM c/ 100mts NAMBEI	3 RI	R$ 104,00	R$ 312,00
29	FIO FLEXIVEL 4.00MM c/ 100mts NAMBEI	3 RL	R$ 168,00	R$ 504,00
30	FIO FLEXIVEL 6.00MM c/ 100mts NAMBEI	3 RL	R$ 205,00	R$ 615,00
31	FITA CREPE 25MMX50MTS WORKER	40	R$ 4,90	R$ 196,00
32	FORRO PVC BR 8X20CM 8MM NORTEPLAST	300 M2	R$ 12,00	R$ 3. 600,00
33	JANELA 1.00X1.20 C/GRADE DOLFER	60	R$ 164,50	R$ 9. 870,00
34	JOELHO 90° P/ ESG. PRIM. DN 100 PLASTILIT	60	R$ 6,40	R$ 384,00
35	JOELHO 90° SEG. ESG. DN 40 PLASTILIT	20	R$ 1,50	R$ 30,00
36	KIT ACESS. BANHEIRO 05PCS JAPI	8	R$ 47,50	R$ 380,00
37	LAMPADA FLUORESCENTE 40W T8 6500K OUROLUX	10	R$ 5,90	R$ 59,00
38	LAVATORIO MEDIO BR LOUÇA LUZARTE	4	R$ 51,00	R$ 204,00
39	LIXA MASSA 080 3M	200	R$ 0,90	R$ 180,00
40	LIXA MASSA 100 3M	200	R$ 0,90	R$ 180,00
41	LUVA PVC LR 25X3/4 PLASTILIT	10	R$ 1,40	R$ 14,00
42	MASSA CORRIDA PVA INT. CX 15LTS SEDAVINIL	60	R$ 16,50	R$ 990,00
43	PARAF. P/ VASO CROM. B-08 c/ 01un CISER	6	R$ 1,90	R$ 11,40
44	PARAF. P/ VASO CROM. B-10 c/ 01un CISER	20	R$ 2,40	R$ 48,00
45	PARAFUSO TELHEIRO 110X5/16 COMPL. CISER	800	R$ 0,65	R$ 520,00
46	PINCEL - 1.1/2" COMPEL	15	R$ 3,90	R$ 58,50
47	PISO 43X43 COMERCIAL CERAL	68 M2	R$ 13,40	R$ 911,20
48	PISO 45X45 COMER. FORMIGRES	220 ME	R$ 13,50	R$ 2. 970,00
49	PORTA 2,12X2,00MTS CORRER CENTRAL DOLFER	2	R$ 633,50	R$ 1. 267,00
50	PORTA LAM. ESQ. 2.15X0,80 DOLFER	60	R$ 155,00	R$ 9. 300,00
51	PREGO POLIDO 17X21 C/ CABEÇA GERDAU	60	R$ 8,50	R$ 510,00
52	PREGO POLIDO 19X36 C/ CABEÇA GERDAU	60	R$ 8,50	R$ 510,00
53	REGISTRO ESF. SOLD. PVC 60MM PLASTILIT	3	R$ 34,00	R$ 102,00
54	REGISTRO GAVETA 3/4ICO	5	R$ 19,00	R$ 95,00
55	REGISTRO PRESSAO ¾ ICO	3	R$ 29,00	R$ 87,00
56	REJUNTE 1KG FLEXCOL	50	R$ 3,40	R$ 170,00
57	RIPAO 5CM -MADEIRA	4000 ME	R$ 1,75	R$ 7. 000,00
58	ROLO DE LA EXTRA 25CM S/ CABO TIGRE	5	R$ 14,90	R$ 74,50
59	SABONETEIRA MILANO	4	R$ 11,50	R$ 46,00
60	SUPORTE P/ ROLO SIMPLES TIGRE	5	R$ 4,90	R$ 24,50
61	TE SOLD. 60 PVC PLASTILIT	1	R$ 8,90	R$ 8,90
62	TELHA 2.44X1.10MTS 6MM ISDRALIT	200	R$ 48,50	R$ 9. 700,00
63	TELHA 3.66X1.10MTS OND. 6MM ISDRALIT	150	R$ 64,00	R$ 9. 600,00
64	TINTA ESM. 3,600ML VERMELHA CORALAR	5	R$ 54,00	R$ 270,00
65	TINTA LATEX 18LTS BR NEVE SEDAVINIL	35	R$ 119,00	R$ 4. 165,00
66	TORNEIRA LAV. C50 1/2 ICO	4	R$ 34,00	R$ 136,00
67	TUBO EXT. SAFONADO BR PLASTILIT	2	R$ 7,90	R$ 15,80
68	VALVULA DESC. 1/2 B. PRESSAO ICO	4	R$ 79,00	R$ 316,00
69	VALVULA P/ TANQUE LAV. PLASTILIT	2	R$ 3,40	R$ 6,80
70	VIGA 6X12X 3.5MTSMADEIRA	120	R$ 45,40	R$ 5. 448,00

71	VIGA 6X12X 4.0MTS MADEIRA	100	R$ 51,00	R$ 5. 100,00
72	VITRO BASC. 40X60 C/GRADE DOLFER	15	R$ 55,00	R$ 825,00
73	VITRO CORRER 1.00X2.00 PREMIUM DOLFER	8	R$ 309,50	R$ 2. 476,00

VALOR TOTAL DA PROPOSTA: R$ 142.277,70 (Cento e quarenta e dois mil e duzentos e setenta e sete reais)

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da Prefeitura Municipal, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo;

5.2. Executar a entrega do objeto deste certame nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no Termo de Referência;

5.3. Não realizar subcontratação total ou parcial, sem anuência da Prefeitura Municipal. No caso de subcontratação autorizada pela Contratante, a Contratada continuará a responder direta e exclusivamente pelos serviços e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas;

5.4. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, relativos à execução da Ata de Registro de Preço ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte da Contratante;

5.5. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidente de trabalho com seus empregados, em virtude da execução da presente Ata de Registro de Preço ou em conexão com ele, ainda que ocorridos em dependências da Prefeitura Municipal;

5.6. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, a critério da Administração, referentes à execução do serviço, nos termos da Lei vigente;

5.7. Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer a Prefeitura Municipal ou a terceiros, decorrente do fornecimento dos produtos;

5.8. A empresa contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda execução dos serviços.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações;

6.2. Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados;

6.3. Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento;

6.4. Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento do produto, objeto da Ata, fixando prazo para sua correção;

6.5. Fiscalizar livremente o fornecimento do produto, não eximindo a licitante vencedora de total responsabilidade;

6.6. Acompanhar o fornecimento do produto, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os produtos fora das especificações deste Edital;

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro de preços constante desta Ata terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.

7.2. A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na integra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas normas.

8. DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado após a entrega dos produtos e/ou materiais, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo Serviço de Material e Patrimônio.

8.2. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do produto/material entregue, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária;

8.2.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.2.2. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

8.3. O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;

8.4. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

8.5. As Notas Fiscais deverão vir acompanhadas da Certidão Negativa de Débitos para com o Sistema de Seguridade Social – INSS e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviços – FGTS.

8.6. A fatura deverá ser recebida pelo setor competente com antecedência mínima de 30 dias da data de vencimento.

8.7. No caso de cobrança indevida, a FORNECEDOR/CONTRATADO será notificada, devendo proceder à correção e reapresentação da nota fiscal/fatura, reiniciando-se a contagem do prazo para pagamento a partir da reapresentação da nota fiscal/fatura corrigida.

8.8. Não haverá em nenhuma hipótese pagamento antecipado.

9. DOS REAJUSTES DE PREÇOS

9.1. É vedado reajustes de preços antes de decorrido 12 (doze) meses de vigência desta Ata.

9.1.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a PREFEITURA solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

9.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a PREFEITURA poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

10. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

10.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

10.1.1. Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

10.1.2. Quando o fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

10.1.3. Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

10.1.4. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

10.1.5. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

10.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial Oficial da AMM do Estado de Mato Grosso, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4. A solicitação do prestador de serviço para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento de produtos.

10.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

11. DAS PENALIDADES

11.1. A execução dos serviços fora das normas pactuadas neste instrumento sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

11.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 8. 2. b;

11.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial na prestação dos serviços, a Administração poderá aplicar à contratada, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93:

11.2.1. Advertência por escrito;

11.2.2. Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

11.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

11.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei nº 8.666/93, c/ c artigo 7º da Lei nº 10.520/2002;

11.3. Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este Tribunal e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

11.3.1. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

11.4. Serão publicadas no Diário Oficial da AMM do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 23 do edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo OU apostilamento ao presente contrato.

II. Vinculam-se a este contrato, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Presencial nº 10/2015, seus anexos e as propostas da contratada.

III. é vedado caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal.

13. DA PUBLICAÇÃO

13.1. Para eficácia do presente instrumento, a Prefeitura Municipal providenciará a publicação do seu extrato no Diário Oficial da AMM do Estado de Mato Grosso, conforme Lei nº 10.520/02.

14. DA FISCALIZAÇÃO

14.1. A fiscalização da execução do fornecimento será exercida pelo Srº Fernando, independente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento dos serviços que venha a ser determinada pelo CONTRATANTE, a seu exclusivo juízo.

15. DO FORO

15.1. As partes contratantes elegem o foro de Cuiabá-MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal.

Acorizal/MT, 01 de Outubro de 2015.

_____

ARCILIO JESUS DA CRUZ

Prefeito Municipal

_____

POR DO SOL MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA-ME

Sócio Edvaldo Amaral da Silva

TESTEMUNHAS

NOME :_____ NOME : _____

CPF : CPF :

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 099, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.

Aprova o Regimento Interno das Juntas Administrativas de Recursos de Infrações- JARI

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e autorizado pela Lei Municipal nº 997/14 de 16 de dezembro de 2014.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aprovado o Regimento Interno das Juntas Administrativas de Recursos de Infrações-JARI, integrante do presente Decreto.

Artigo 2º: Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças, 30 de Setembro de 2015.

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR

Prefeito Municipal de Alto Garças – MT

REGIMENTO INTERNO DA JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE

INFRAÇÕES

CAPÍTULO I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º A Junta Administrativa de Recursos de Infrações- JARI, funcionará junto ao Departamento Municipal de Transito e Transporte (DEMUTRAN), cabendo-lhe julgar recursos das penalidades impostas por inobservância de preceitos do Código de Trânsito Brasileiro- CTB, e demais normas legais atinentes ao trânsito.

CAPÍTULO II

Das Competências e Atribuições

Art. 2º Compete à JARI:

I - analisar e julgar os recursos interpostos pelos infratores;

II - solicitar ao (nome do órgão municipal executivo de trânsito e rodoviário), quando necessário, informações complementares relativas aos recursos, objetivando uma melhor análise mais completa da situação recorrida;

III - encaminhar ao (nome do órgão municipal executivo de trânsito e rodoviário), informações sobre problemas observados nas autuações e apontados em recursos, e que se repitam sistematicamente.

CAPÍTULO III

Da Composição da JARI

Art. 3º De acordo com a Resolução do CONTRAN n. 357/2010, a JARI, órgão colegiado, terá, no mínimo, três integrantes, obedecendo-se aos seguintes critérios para a sua composição:

I - 1 (um) integrante com conhecimento na área de trânsito com, no mínimo, nível médio de escolaridade;

a) excepcionalmente, na impossibilidade de se compor o colegiado por comprovado desinteresse do integrante estabelecido no item 4.1.a(Res. 357/2010), ou quando indicado, injustificadamente, não comparecer à sessão de julgamento, deverá ser observado o disposto no item 7.3(da Res. 357/2010), e substituído por um servidor público habilitado integrante de órgão ou entidade componente do Sistema Nacional de Trânsito, que poderá compor o Colegiado pelo tempo restante do mandato.

II – 1 (um) representante servidor do órgão ou entidade que impôs a penalidade.

III – 1 (um) representante de entidade representativa da sociedade ligada à área de trânsito.

a) excepcionalmente, na impossibilidade de se compor o colegiado por inexistência de entidades representativas da sociedade ligada à área de trânsito ou por comprovado desinteresse dessas entidades na indicação de representante, ou quando indicado, injustificadamente, não comparece à sessão de julgamento deverá ser observado o disposto no item 7.3(Res. 357/2010), e substituído por um servidor público habilitado integrante de órgão ou entidade componente do Sistema Nacional de Trânsito, que poderá compor o Colegiado pelo tempo restante do mandato.

b) o presidente poderá ser qualquer um dos integrantes do colegiado, a critério da autoridade competente para designá-los; c) é facultada a suplência;

e) é vedado ao integrante das JARI compor o Conselho Estadual de Trânsito – CETRAN ou o Conselho de Trânsito do Distrito Federal – CONTRANDIFE.

Art. 4º A nomeação dos integrantes das JARI que funcionam junto aos órgãos e entidades executivos de trânsito ou rodoviários estaduais e municipais será feita pelo respectivo chefe do Poder Executivo, facultada a delegação.

§ 1º O mandato será, no mínimo, de um ano e, no máximo, de dois anos. O Regimento Interno poderá prevê a recondução dos integrantes da JARI por períodos sucessivos.

§ 2º Perderá o mandato e será substituído o membro que, durante o mandato, tiver:

a) três faltas injustificadas em três reuniões consecutivas;

b) quatro faltas injustificadas em quatro reuniões intercaladas.

Art. 5º O Regimento interno deverá ser encaminhado para conhecimento e cadastro: ao DENATRAN, em se tratando de órgãos ou entidades executivos rodoviários da União e da Polícia Rodoviária Federal e aos respectivos CETRAN, em se tratando de órgãos ou entidades executivos de trânsito ou rodoviários estaduais e municipais ou ao CONTRANDIFE, se do Distrito Federal, observada a Resolução do Contran n.º 357/2010, que estabelece as diretrizes para elaboração do regimento interno da JARI.

Art. 6º Ocorrendo fato gerador de incompatibilidade ou impedimento, o Departamento Municipal de Transito e Transporte (DEMUTRAN) adotará providências cabíveis para tornar sem efeito ou cessar a designação de membros (e suplentes) da JARI, garantindo o direito de defesa dos atingidos pelo ato.

Art. 7º Não poderão fazer parte da JARI:

I - estar cumprindo ou ter cumprido penalidade da suspensão do direito de dirigir, cassação da habilitação ou proibição de obter o documento de habilitação, até 12 (doze) meses do fim do prazo da penalidade;

II - ao julgamento do recurso, quando tiver lavrado o Auto de Infração;

III - os condenados criminalmente por sentença transitada em julgado;

IV - membros e assessores do CETRAN;

V - pessoas cujos serviços, atividades ou funções profissionais estejam relacionadas com Auto Escolas e Despachantes;

VI - agentes de autoridade de trânsito, enquanto no exercício dessa atividade;

VII - pessoas que tenham tido suspenso seu direito de dirigir ou a cassação de documento de habilitação, previstos no CTB;

VIII - a própria autoridade de trânsito municipal.

CAPÍTULO IV

Das atribuições dos membros da JARI

Art. 8º São atribuições ao presidente da JARI :

I - convocar, presidir, suspender e encerrar reuniões;

II - solicitar às autoridades competentes a remessa de documentos e informações sempre que necessário aos exames e deliberação da JARI;

III - convocar os suplentes para eventuais substituições dos titulares;

IV - resolver questões de ordem, apurar votos e consignar, por escrito, no processo, o resultado do julgamento;

V - comunicar à autoridade de trânsito os julgamentos proferidos nos recursos;

VI - assinar atas de reuniões;

VII - fazer constar nas atas a justificativa das ausências às reuniões.

Art. 9º São atribuições aos membros:

I - comparecer às sessões de julgamento e às reuniões convocadas pelo Presidente da JARI ou, quando for o caso, pelo responsável pela Coordenação da JARI;

II - justificar as eventuais ausências;

III - relatar, por escrito, matéria que lhe for distribuída, fundamentando o voto;

IV - discutir a matéria apresentada pelos demais relatores, justificando o voto quando for vencido;

V - solicitar à presidência a convocação de reuniões extraordinárias da JARI para apreciação de assunto relevante, bem como apresentar sugestões objetivando a boa ordem dos julgamentos e o correto procedimento dos recursos;

VI - comunicar ao Presidente da JARI, com antecedência mínima de 15 dias, o início de suas férias ou ausência prolongada, a fim de possibilitar a convocação de seu suplente, sem prejuízo do normal funcionamento da JARI;

VII - solicitar informações ou diligências sobre matéria pendente de julgamento, quando for o caso.

CAPÍTULO V

Das Reuniões

Art. 10 As reuniões das JARI serão realizadas quinzenalmente, para apreciação da pauta a ser discutida.

Art. 11. A JARI poderá abrir a sessão e deliberar com a maioria simples de seus integrantes, respeitada, obrigatoriamente, a presença do presidente ou seu suplente.

Parágrafo único. Mesmo sem número para deliberação será registrada a presença dos que comparecerem.

Art. 12. As decisões das JARI deverão ser fundamentadas e aprovadas por maioria simples de votos dando-se a devida publicidade.

Art. 13. As reuniões obedecerão à seguinte ordem:

I - abertura;

II - leitura, discussão e aprovação da ata da reunião anterior;

III - apreciação dos recursos preparados;

IV - apresentação de sugestões ou proposições sobre assuntos relacionados com

a JARI;

V - encerramento.

Art. 14. Os recursos apresentados a JARI deverão ser distribuídos equitativamente aos seus três membros, para análise e elaboração de relatório.

Art. 15. Os recursos serão julgados em ordem cronológica de ingresso na JARI.

Art. 16. Não será admitida a sustentação oral do recurso do julgamento.

CAPÍTULO VI

Do Suporte Administrativo

Art. 17. A JARI disporá de um Secretário a quem cabe especialmente:

I - secretariar as reuniões da JARI;

II - preparar os processos, para distribuição aos membros relatores, pelo Presidente;

III - manter atualizado o arquivo, inclusive as decisões, para coerência dos julgamentos, estatísticas e relatórios;

IV - lavrar as atas das reuniões e subscrever os atos e termos do processo;

V - requisitar e controlar o material permanente e de consumo da JARI providenciando, de forma devida, o que for necessário;

VI - verificar o ordenamento dos processos com os documentos oferecidos pelas partes ou aqueles requisitados pela JARI, numerando e rubricando as folhas incorporadas ao mesmo;

VII - prestar os demais serviços de apoio administrativo aos membros da JARI.

CAPÍTULO VII

Dos Recursos

Art. 18. O recurso será interposto perante a autoridade recorrida.

Art. 19. O recurso não terá efeito suspensivo, salvo nos casos previstos no parágrafo 3º do art. 285 do Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 20. A cada penalidade caberá, isoladamente, um recurso cuja petição deverá conter:

I - qualificação do recorrente, endereço completo e, quando possível o telefone;

II - dados referentes à penalidade, constantes da notificação ou documento fornecido pelo (nome do órgão municipal executivo de trânsito e rodoviário);

III - características do veículo, extraídas do Certificado Registro e Licenciamento do Veículo-CRVL ou Auto de Infração de Trânsito- AIT, se este entregue no ato da sua lavradura ou remetido pela repartição ao infrator;

IV - exposição dos fatos e fundamentos do pedido;

V - documentos que comprovem o alegado ou que possam esclarecer o julgamento do recurso.

Art. 21. A apresentação do recurso dar-se-á junto ao órgão que aplicou a penalidade.

§ 1º Para os recursos encaminhados por via postal serão observadas as mesmas formalidades previstas acima;

§ 2º A remessa pelo Correio, mediante porte simples, não assegurará ao interessado qualquer direito de conhecimento do recurso.

Art. 22. O Órgão que receber o recurso deverá:

I - examinar se os documentos mencionados na petição estão efetivamente juntados, certificando nos casos contrários;

II - verificar se o destinatário da petição é a autoridade recorrida;

III - observar se a petição se refere a uma única penalidade;

IV - fornecer ao interessado, protocolo de apresentação do recurso, exceto no caso de remessa postal ou telegráfica, cujo comprovante será o carimbo de repartição do Correio;

V - autuar o recurso e encaminhá-lo a JARI, que deverá julgá-lo em até trinta dias.

Art. 23. Das decisões da JARI caberá recurso para ao Conselho Estadual de Trânsito-CETRAN, no prazo de trinta dias contados da publicação ou da notificação da decisão.

CAPÍTULO VIII

Das Disposições Finais

Art. 24. O Departamento Municipal de Trânsito e Transporte (DEMUTRAN) deverá dar à JARI todas as informações necessárias ao julgamento dos recursos, permitindo aos seus membros, se for o caso, consultar registros e arquivos relacionados com o se objeto.

Art. 25. A qualquer tempo, de ofício ou por representação de interessado, o (nome do órgão municipal executivo de trânsito e rodoviário) examinará o funcionamento da JARI e se o órgão está observando a legislação de trânsito vigente, bem como as obrigações deste Regimento.

Art. 26. A função de membro da JARI é considerada de relevante valor para Administração Pública.

Art. 27. O depósito prévio das multas obedecerá a normas fixadas pela Fazenda Pública, ficando assegurada a sua pronta devolução no caso de provimento do recurso, de preferência mediante crédito em conta bancária indicada pelo recorrente.

Art. 28. Caberá ao órgão ou entidade junto (nome do órgão municipal executivo de trânsito e rodoviário) ao qual funcione as JARI prestar apoio técnico, administrativo e

financeiro de forma a garantir seu pleno funcionamento.

Art. 29. A JARI seguirá, quanto ao julgamento das autuações e penalidades, o disposto na Seção II, do Capítulo XVIII, do Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 30. Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pelo Departamento Municipal de Transito e Transporte (DEMUTRAN).

Alto Garças- MT, 24 de Setembro de 2015.

_____

JOSÉ PETRÍLIO GUIMARÃES BORGES

DIRETOR DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TRANSITO E TRANSPORTE (DEMUTRAN)

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 100, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre o enquadramento definitivo de servidores públicos nos cargos de Apoio Administrativo Educacional e Técnico Administrativo Educacional de Alto Garças e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e autorizado pela Lei Municipal nº 997/14 de 16 de dezembro de 2014.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica alterado o Decreto 075/2015 que passa a vigorar com a seguinte redação:

Artigo 2º - Ficam enquadrados definitivamente à Carreira dos Profissionais da Educação Básica Municipal, para o Cargo de Apoio Administrativo Educacional e Técnico Administrativo Educacional, os servidores que exercem atividades no Órgão Central da Secretaria Municipal de Educação e nas Unidades Escolares, posicionando-se em classes e níveis correspondentes às suas escolaridades e ao mesmo tempo de serviço prestado ao município de Alto Garças-MT.

Parágrafo Único – A Integração de que trata este artigo será efetivada nos termos da relação constante abaixo:

Servidora	Cargo	Classe/Nível
Rosane Terezinha Trentin Zanon	Apoio Educacional Educacional/ nutrição	Classe B, Nível 5
Maria Veny Lopes dos Santos Silva	Apoio Educacional Educacional/ nutrição escolar	Classe B, Nível 3
Luciméia Luiza da Costa Honório	Apoio Educacional Educacional/ infraestrutura	Classe B, Nível 3

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças, 30 de Setembro de 2015.

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR

Prefeito Municipal de Alto Garças - MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

SMPLAG/RH
PORTARIA 250/2015

PORTARIA 250/2015

O Prefeito Municipal de Alto Paraguai – MT, **ADAIR JOSE ALVES MOREIRA,** no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

RESOLVE:

Art. 1º. – Nomear o Sr. JOSINELSON SOUZA ORMOND, portador do **RG N° 1555752-9 SSP/MT, e do CPF n° 964.516.611-04**, para exercer o cargo em comissão - de **DIREÇÃO E ASSISTÊNCIA intermediáriA – DAI – ENCARREGADO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIO, junto a Secretaria Municipal de Infra Estrutura e Saneamento.**

Art. 2º. – Esta portaria entra em vigor com a data retroativa do dia 01/09/2015 de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Publica-se;

Registra-se;

Cumpra-se;

Gabinete do Prefeito Mun. de Alto Paraguai – MT, 24 de Setembro de 2015.

ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA

Prefeito Municipal

JURIDICO
LEI 433/2015

LEI Nº 433/2015

Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Meio Ambiente e dá outras providências.

ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA, Prefeito Municipal de Alto Paraguai, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições a mim conferidas pela Lei Orgânica do Município, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado no âmbito da Secretaria Municipal de Meio Ambiente o Conselho Municipal de Meio Ambiente – CONSEMMA;

Art. 2º O Conselho é um órgão colegiado, consultivo de assessoramento ao Poder Executivo Municipal e deliberativo no âmbito de sua competência, sobre as questões ambientais propostas nesta e demais leis correlatas do Município.

Art. 3º Ao Conselho Municipal de Meio Ambiente compete:

I – definir as áreas em que a ação do governo relativa à qualidade ambiental deva ser prioritária;

II – estabelecer diretrizes para a política municipal de meio ambiente, inclusive para atividades prioritárias de ação do município em relação à proteção, conservação, preservação e melhoria do meio ambiente;

III – estabelecer normas técnicas e padrões de proteção e conservação da qualidade ambiental do município, observadas as legislações federal, estadual e municipal pertinentes;

IV – aprovar o seu regimento interno;

V – atuar conscientizando a sociedade para o desenvolvimento sustentável, promovendo educação ambiental, com ênfase na realidade local;

VI – propor a celebração de convênios, contratos e acordos com entidades públicas e privadas de pesquisas e de atividades ligadas ao desenvolvimento ambiental;

VII – compatibilizar planos, programas e projetos potencialmente modificadores do meio ambiente com as normas e padrões estabelecidos pela legislação ambiental vigente;

VIII – exercer o poder de polícia nos casos de infração da lei de proteção, conservação e melhoria do meio ambiente e de inobservância de norma e padrão estabelecido;

IX – acionar os órgãos competentes para localizar, mapear e cadastrar os recursos naturais existentes no município, visando ao controle das ações que interferem no meio ambiente;

X – opinar nos estudos sobre uso, ocupação e parcelamento do solo urbano, posturas municipais, visando o desenvolvimento sustentável do município;

XI – opinar sobre a emissão de alvarás de localização e funcionamento no âmbito municipal, para as atividades potencialmente poluidoras ou degradadoras do meio ambiente;

XII – decidir sobre a concessão de licenças ambientais de sua competência, respeitadas as legislações federal e estadual;

XIII – aplicar penalidades, no âmbito de sua competência, observada a legislação vigente;

XIV – deliberar sobre a realização de Audiências Públicas, quando for o caso, visando á efetiva participação da comunidade nos processos de licenciamento para instalação de atividades potencialmente poluidoras ou degradadoras do meio ambiente;

XV – propor ao Executivo Municipal a instituição de unidades de conservação visando a proteção de sítios de beleza cênica excepcional, mananciais, patrimônio histórico, artístico, arqueológico, paleontológico, espeleológico e áreas representativas de ecossistemas destinados á realização de pesquisas básicas e aplicadas de ecologia;

XVI – responder a consulta sobre matéria de sua competência;

XVII – decidir, juntamente com o órgão técnico-administrativo de meio ambiente, sobre a aplicação dos recursos provenientes do Fundo Municipal de Meio Ambiente;

XVIII – acompanhar as reuniões do Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA em assuntos de interesse do município.

Art. 4º O suporte financeiro, técnico e administrativo indispensável a instalação e ao funcionamento do Conselho Municipal de Meio Ambiente será prestado diretamente pela Prefeitura Municipal, através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Art. 5º O Conselho será composto, observada a representação paritária entre poder público e sociedade civil organizada, pelos seguintes membros:

I – representantes do Poder Público:

a) um presidente, que é o titular da Secretaria Municipal de Meio Ambiente;

b) um representante da câmara de vereadores;

c) um representante dos órgãos do Executivo Municipal, sendo um da Secretaria Municipal de Sinfra e outro da Secretaria Municipal de Saúde;

d) d) um representante de órgão da administração pública estadual ou federal que tenha em suas atribuições a proteção ambiental ou o saneamento básico e que possuam representação no Município, tais como: SEMA, IBAMA, Instituto Chico Mendes, etc.

II – representante da Sociedade Civil:

a) dois representantes dos setores organizados da sociedade, tais como: associações do comércio, da indústria, clubes de serviço e sindicatos;

b) um representante de entidade civil criada para defesa dos interesses dos moradores, com atuação no município;

c) um representante de organizações não-governamentais criadas para defesa da qualidade do meio ambiente, com atuação no município;

d) um cientista ou pessoa de notório saber, indicado por entidade científica com atuação no município.

Art. 6º Cada membro do Conselho terá um suplente que o substituirá em caso de impedimento ou qualquer ausência.

Art. 7º A função dos membros do Conselho é considerada serviço de relevante valor social.

Art. 8º Os membros do Conselho tomarão posse em reunião convocada e presidida pelo titular da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Art. 9º As sessões do Conselho serão públicas e os atos deverão ser divulgados por meio da imprensa local ou através de fixação de ata em mural público.

Art. 10. O mandato dos membros do Conselho a que se refere o inciso II, alíneas “a”, “b”, “c” e “d” será de 02 (dois) anos, podendo ser renovado por mais um mandato.

Art. 11. Os órgãos ou entidades mencionados no art. 5º poderão substituir o membro efetivo indicado ou seu suplente, mediante comunicação escrita dirigida ao Presidente do Conselho.

Art. 12. O Conselho reunir-se-á com a presença da maioria dos membros e suas decisões serão tomadas por maioria de votos presentes, cabendo ao presidente, além do voto comum, o de qualidade.

Art. 13. O não comparecimento de conselheiro a três reuniões consecutivas ou cinco alternadas durante doze meses, implica na exclusão do membro do conselho.

Art. 14. O conselho poderá instituir, se necessário, seu regimento interno, câmaras técnicas em diversas áreas de interesse e ainda recorrer a técnicos e entidades de notória especialização em assuntos de interesse ambiental.

Art. 15. No prazo de 60 (sessenta) dias após a sua instalação, o Conselho elaborará o seu regimento interno, que deverá ser aprovado por decreto municipal também no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 16. A instalação do Conselho e a composição dos seus membros deverá ocorrer no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, a partir da data de publicação desta Lei.

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam - se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Paraguai – MT, 14 de setembro de 2015.

Adair José Alves Moreira

Prefeito Municipal

SMPLAG/RH
PORTARIA 257/2015

PORTARIA 257/2015

O Prefeito Municipal de Alto Paraguai – MT, **ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA**, no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder **30 (trinta) dias** de Férias a Servidora Publica Municipal a Sra. **NILVA SANTANA DE SOUZA –** Titular do Cargo efetivo de **SERVICO DE APOIO I - AUX. DE SER. GERAIS,** lotado junto a Secretaria Municipal de Infra Estrutura e Saneamento, a partir do dia 01/09/2015 até o dia 30/09/2015, referente o período aquisitivo de 2014/2015.

Art. 2º - Conceder **30 (trinta) dias** de Férias o Servidor

Publico Municipal o Sr. **OSVALDO GONZAGA LOPES–** Titular do Cargo Efetivo de **AGENTE DE MANUTENCAO - OPERADOR DE MAQUINAS I,** lotado junto a Secretaria Municipal de Infra Estrutura e Saneamento, a partir do dia 01/09/2015 até o dia 30/09/2015, referente o período aquisitivo de 2014/2015.

Art. 3º - Conceder **30 (trinta) dias** de Férias a Servidora Publica Municipal a Sra. **EDINA PINTO DO NASCIMENTO –** Titular do Cargo efetivo de **SERVICO DE APOIO I - CONTINUO,** lotado junto a Secretaria Municipal

de Assistência Social, a partir do dia 01/09/2015 até o dia 30/09/2015, referente o período aquisitivo de 2013/2014.

Art. 4º - Conceder **30 (trinta) dias** de Férias a Servidora Publica Municipal a Sra. **JORACY FERREIRA DA COSTA –** Titular do Efetivo de **SERVIÇO DE APOIO I 40 HORAS SEMANAIS,** lotado junto a Secretaria Municipal de Saúde, a partir do dia 01/09/2015 até o dia 30/09/2015, referente o período aquisitivo de 2014/2015

Art. 5º - Conceder **10 (dez) dias** de Férias a Servidora Publica Municipal a Sra. **HIOSIANE VANNI MASSAROLO–** Titular do Cargo efetivo de **CONTROLADORA INTERNO,** lotado junto ao Gabinete do Prefeito, a partir do dia 21/09/2015 até o dia 30/09/2015, referente o período aquisitivo de 2012/2013.

Art. 6º - Conceder **30 (trinta) dias** de Férias a Servidora Publica Municipal a Sra. **LUIZA NUNES PEDROSO –** Titular do Cargo efetivo de **SERVICO DE APOIO I - AUX. DE SER. GERAIS,** lotado junto a Secretaria Municipal de Receita e Controle, a partir do dia 05/09/2015 até o dia 04/10/2015, referente o período aquisitivo de 2014/2015.

Art. 7º - Conceder **30 (trinta) dias** de Férias a Servidora Publica Municipal a Sra. **SEBASTIANA MARIA DA CRUZ –** Titular do Cargo efetivo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE- ACS,** lotado junto a Secretaria Municipal de Saúde, a partir do dia 10/09/2015 até o dia 09/10/2015, referente o período aquisitivo de 2014/2015.

Art. 8º - Conceder **30 (trinta) dias** de Férias a Servidora Publica Municipal a Sra. **VANIA AMARAL DE LARA BASILIO –** Titular do Cargo efetivo de **SERVICO DE APOIO I 40 HORAS SEMANAIS,** lotado junto a Secretaria Municipal de Saúde, a partir do dia 10/09/2015 até o dia 09/10/2015, referente o período aquisitivo de 2014/2015.

Art. 9º - Conceder **30 (trinta) dias** de Férias a Servidora Publica Municipal a Sra. **LUCIA PATRICIA SANTOS DE OLIVEIRA –** Titular do Cargo efetivo de **AGENTE ADM. - AGENTE ADMINISTRATIVO DA SAUDE,** lotado junto a Secretaria Municipal de Saúde, a partir do dia 14/09/2015 até o dia 13/10/2015, referente o período aquisitivo de 2014/2015.

Art. 10º - Conceder **30 (trinta) dias** de Férias o Servidor Publico Municipal o Sr. **THYERRY LYNCOHN ALMEIDA AMORIM –** Titular do Cargo em Comissão de **DIR. ASSIST. SUPERIOR - CHEFE DEPT. DAS - 5,** lotado junto a Secretaria Municipal de Saúde, a partir do dia 28/09/2015 até o dia 17/10/2015, referente o período aquisitivo de 2014/2015.

Art. 11º. – Esta Portaria entra em vigor com data de sua publicação, revogada as disposições em contrário**.**

Publica-se;

Registra-se;

Cumpra-se;

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Paraguai – MT, 30 de Setembro de 2015.

SMPLAG/RH
PORTARIA 258/2015

PORTARIA 258/2015

O Prefeito Municipal de Alto Paraguai – MT., **ADAIR JOSE ALVES MOREIRA,** no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a **Sra. MIRTES MILENE RODRIGUES DA SILVA**, portadora do RG N° 03647450- SSP/MT, e do CPF N° 346.762.281-04, do Cargo de PROFESSORA INTERINA- 30 HORAS, contrato Nº 59/2015, lotado junto a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor com data retroativa do dia 01/09/2015 de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publica-se;

Registra-se;

Cumpra-se;

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Paraguai–MT, 01 de Outubro de 2015.

SMPLAG/RH
AVISO DE RETIFICAÇÃO

RETIFICAÇÃO DE EXTRATO I ADITIVO CONTRATO 129/2015

Texto:

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EXTRATO I ADITIVO CONTRATO 129/2015 ONDE –SE LE **VILSON NASCIMENTO GODOIS**, LEIA-SE: **EDIVALDO BENEDITO NUNES**- mantendo-se inalterados os demais termos constantes no referido Aditivo.

Alto Paraguai- MT, 01 de outubro de 2015.

SMPLAG/RH
AVISO DE RETIFICAÇÃO

RETIFICAÇÃO DE EXTRATO I ADITIVO CONTRATO 115/2015

Texto:

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EXTRATO I ADITIVO CONTRATO 115/2015 ONDE –SE LE **ANTONIO SALES DE BRITO**

, LEIA-SE: **JAMIL GUSMÃO DE LARA**- mantendo-se inalterados os demais termos constantes no referido Aditivo.

Alto Paraguai- MT, 01 de outubro de 2015.

JURIDICO
LEI 432/2015

LEI Nº432/2015

Dispõe sobre a Política Municipal de Gestão e Proteção Ambiental do Município de Alto Paraguai - MT, e dá outras providências.

ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA, Prefeito Municipal de Alto Paraguai, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições a mim conferidas pela Lei Orgânica do Município, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

DA POLÍTICA MUNICIPAL DE GESTÃO E PROTEÇÃO AMBIENTAL

CAPÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS, CONCEITOS, OBJETIVOS NORTEADORES DA POLÍTICA MUNICIPAL DE GESTÃO E PROTEÇÃO AMBIENTAL

SEÇÃO I

Do objetivo e princípios fundamentais

Art. 1º A Política Municipal de Proteção Ambiental do município de ALTO PARAGUAI tem como objetivo, respeitadas as competências da União e do Estado, manter o Meio Ambiente equilibrado buscando o desenvolvimento sustentável e fornecer diretrizes ao poder público e à coletividade para a defesa, conservação e recuperação da qualidade e salubridade ambiental, conservação e utilização racional dos recursos naturais para as presentes e futuras gerações cabendo a todos o direito de exigir a adoção de medidas nesse sentido.

§ 1º Esta lei regula os direitos e obrigações concernentes à proteção, controle, preservação e recuperação do Meio Ambiente no Município integrando-o ao Sistema Nacional do Meio Ambiente -SISNAMA.

Art. 2º Para o estabelecimento da Política Municipal de Proteção Ambiental serão observados os seguintes princípios:

I- a prevalência do interesse público;

II- a melhoria contínua da qualidade ambiental;

III- a multidisciplinariedade no trato das questões ambientais;

IV- a participação efetiva da sociedade nos processos de decisão e na defesa do meio ambiente;

V- a integração com as políticas de meio ambiente nas esferas de competência da União, Estado e dos demais municípios em consórcio ou não e com as demais ações de governo;

VI- o uso racional dos recursos naturais;

VII- a educação ambiental como mobilizadora da sociedade, incluindo a educação da comunidade;

VIII- o incentivo à pesquisa científica e tecnológica direcionada para o uso, proteção, monitoramento e recuperação dos recursos ambientais e dos níveis adequados de salubridade ambiental;

IX- o estímulo à produção responsável;

X- a recuperação do dano ambiental;.

XI- o uso de recursos financeiros administrados pelo Município que se fará segundo critérios de melhoria da saúde pública e do meio ambiente;

XII- o disciplinamento dos serviços de saneamento ambiental;

XIII- o controle e zoneamento das atividades de pequeno e médio impactos;

XIV- a proteção dos ecossistemas, com preservação e manutenção de áreas e espécies representativas;

SEÇÃO II

Dos conceitos norteadores da Política Ambiental

Art. 3º Para os efeitos desta lei entende por:

I - Meio ambiente: o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas;

II- Licenciamento ambiental: instrumento da política municipal de meio ambiente, decorrente do exercício do poder de polícia ambiental, cuja natureza jurídica é autorizatória;

III -Patrimônio ambiental: o conjunto dos objetos, processos, condições, leis, influências e interações de ordem física, química, biológica e social, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas, dentro do território municipal;

IV -Impacto ambiental: é a alteração no meio ou em algum de seus componentes por determinada ação ou atividade.

V -Desenvolvimento sustentável: o desenvolvimento que pode ser considerado socialmente includente, ecologicamente sustentável e economicamente viável, garantindo igual direito para as futuras gerações;

VI-Degradação da qualidade ambiental: a alteração adversa das características do meio ambiente;

VII- Infração administrativa: toda ação ou omissão, que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente ou que importe em inobservância das normas previstas nesta lei e demais atos normativos, incluída a legislação federal e estadual pertinente e ainda nas ações ou omissões resultantes de atividades que direta ou indiretamente:

a) prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população;

b) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas;

c) afetem desfavoravelmente a biota;

d) afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente;

e) lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos;

VIII - Poluidor: pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental;

IX -Recursos ambientais: a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora;

X- Unidade de conservação: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo poder público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

XI- Parques Municipais: são áreas geográficas extensas estabelecidas com a finalidade de resguardar atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção integral da flora, da fauna e das belezas naturais com a utilização para objetivos educacionais, recreativos e científicos, sendo proibida qualquer forma de exploração dos recursos naturais;

XII- Áreas de Preservação Permanente ou reservas ecológicas: são as florestas e demais formas de vegetação natural com a finalidade de proteção integral, amparadas pela legislação ambiental vigente, consideradas totalmente vedadas a qualquer regime de exploração direta ou indireta dos recursos naturais, com exceção de atividades de interesselocal, definidas por lei federal.

XIII -Fauna: É o conjunto de espécies animais próprios de uma região ou de um período geológico e dividem-se em:

XIV -Fauna Silvestre: São os animais nativos e autóctones em qualquer fase do desenvolvimento e que se encontram nos ambientes naturais ou em qualquer outro;

XV - Animais Nativos: são originários do país;

XVI - Animais Autóctones: são aqueles que se encontram em áreas de distribuição natural;

XVII -Fauna Aquática: são aqueles adaptados biologicamente à sobrevivência, de forma total ou parcial na hidrosfera.

XVIII -Jardim Zoológico: é qualquer coleção de animais silvestres mantidos vivos em cativeiro ou em semi-liberdade e exposto à visitação pública, desde que tratados dignamente.

XIX -Flora: conjunto de espécies vegetais as florestas e demais formas de vegetação que compõem um ecossistema;

XX - Árvore Imune de Corte: são árvores preservadas devido à sua raridade e/ou beleza e/ou porta sementes, com a finalidade de perpetuação da espécie;

XXI -Arborização Pública: toda vegetação localizada em vias e logradouros públicos, com finalidade ornamental, amenizadora climática, purificadora do ar, amortizadora da poluição sonora e atrativa para a fauna local.

XXII - Poluente: toda e qualquer forma de matéria ou energia que, direta ou indiretamente, cause ou possa causar poluição do meio ambiente

XXIII -Nascente: ponto ou área, no solo ou na rocha, de onde a água flui naturalmente para a superfície do terreno ou para um corpo d'água.

XXIV -Poluição sonora: toda emissão de som que, direta e indiretamente, seja ofensiva ou nociva a saúde, à segurança e o bem estar da coletividade ou transgrida as disposições desta lei;

XXV –Vereda: caracteriza como formas ligeiramente deprimidas dentro das chapadas, ocupadas principalmente por nascentes de pequenos cursos d'água.

SEÇÃO III

Do Interesse Local

Art. 4º Para o cumprimento do disposto no artigo 30 da Constituição Federal, no que concerne ao meio ambiente, considerar-se-á como interesse local:

I - o incentivo à adoção de posturas e práticas sociais e econômicas ambientalmente sustentáveis;

II - a adequação das atividades e ações econômicas, sociais, urbanas e do Poder Público, às imposições do equilíbrio ambiental;

III - a busca permanente de soluções negociadas entre o Poder Público, a iniciativa privada e sociedade civil para a redução dos impactos ambientais;

IV - a adoção no processo de planejamento, de normas relativas ao desenvolvimento urbano e econômico que priorizem a proteção ambiental, a utilização adequada do espaço territorial e dos recursos naturais e que possibilitem novas oportunidades de geração de emprego e renda;

V - a ação na defesa e conservação ambiental no âmbito regional e dos demais municípios vizinhos, mediante convênios e consórcios;

VI - a defesa e conservação das áreas de mananciais, das reservas florestais e demais áreas de interesse ambiental definidas em legislação municipal complementar;

VII - o licenciamento e fiscalização ambiental com o controle das atividades de pequeno e médio impactos e monitoramento das atividades potencial ou efetivamente degradadoras do meio ambiente;

VIII - a melhoria constante da qualidade do ar, da água, do solo, da paisagem e dos níveis de ruído e vibrações, mantendo-os dentro dos padrões técnicos estabelecidos pelas legislações de controle de poluição ambiental federal, estadual e municipal no que couber;

IX - o acondicionamento, armazenamento, a coleta, o transporte, a reciclagem, o tratamento e a disposição final dos resíduos sólidos;

X - o cumprimento de normas de segurança no tocante à manipulação, armazenagem e transporte de produtos, substâncias, materiais e resíduos perigosos ou tóxicos incluindo os agrotóxicos, seus componentes e afins;

XI - a conservação e recuperação dos rios, córregos e matas ciliares e áreas florestadas;

XII - a garantia de crescentes níveis de salubridade ambiental, através do provimento de infra-estrutura sanitária e de condições de salubridade das edificações, ruas e logradouros públicos;

XIII - Monitoramento de águas subterrâneas visando a manutenção dos recursos hídricos para as atuais e futuras gerações, exigindo o cumprimento da legislação;

XIV - a criação de parques, reservas e estações ecológicas, áreas de proteção ambiental e de relevante interesse ecológico e turístico, dentre outros;

XV- a proteção do patrimônio artístico, histórico, estético, arqueológico, paleontológico e paisagístico do Município;

XVI- o incentivo a estudos visando a conhecer o ambiente, seus problemas e soluções, a pesquisa e o desenvolvimento de produtos, processos, modelos, sistemas e técnicas de significativo interesse ecológico;

SEÇÃO IV

Da competência do Município

Art. 5º Ao Município de Alto Paraguai - MT, no exercício de sua competência constitucional, cabe mobilizar e coordenar ações, recursos humanos, financeiros, materiais técnicos e científicos e a participação da população na execução dos objetivos e interesses estabelecidos nessa lei, devendo para tanto:

I - planejar, desenvolver estudos e ações visando à promoção, proteção,conservação, preservação, recuperação, vigilância e melhoria da qualidade e da salubridade ambientais;

II – definir, controlar e ordenar a ocupação e uso dos espaços territoriais de acordo com suas limitações e condicionantes ambientais;

III - elaborar e implementar programas, planos e projetos de saneamento básico e de conservação e proteção ao meio ambiente;

IV - planejar, projetar, executar, operar e manter os serviços de abastecimento de água para quaisquer finalidades, esgotamento sanitário, drenagem de águas e coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos sólidos domiciliares;

V - elaborar e coordenar a implementação de programas de educação ambiental;

VI - editar normas e padrões de controle ambiental e de saneamento básico, buscando compatibilizar qualidade e salubridade ambientais e desenvolvimento econômico;

VII - exercer o controle da poluição ambiental nas suas diferentes formas;

VIII - definir áreas prioritárias de ação governamental visando à melhoria da qualidade e salubridade ambientais;

IX - identificar, criar e administrar unidades de conservação e outras áreas de interesse para a proteção de mananciais, ecossistemas naturais, flora e fauna, recursos genéticos, do patrimônio cultural e áreas de interesse turístico;

X - estabelecer diretrizes específicas para a proteção de recursos hídricos, através de planos de uso e ocupação de áreas de drenagem de bacias e sub-bacias hidrográficas;

XI - estabelecer formas de cooperação com outros municípios da Região, com o Estado ou demais entidades do governo para o planejamento, execução e operação de ações em saneamento ambiental de interesse comum a essas esferas;

X- identificar, criar e administrar unidades de conservação e outras áreas de interesse para a proteção de mananciais, ecossistemas naturais, recursos genéticos e outros bens, estabelecendo normas de sua competência a serem nelas observadas;

CAPÍTULO II

DO SISTEMA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

SEÇÃO I

Da Estrutura

Art. 6º Para organizar e coordenar as ações da Política Municipal de Gestão e Proteção Ambiental fica instituído o Sistema Municipal de Gestão e Proteção Ambiental - SIMGEPA.

§ 1º O SIMGEPA fica definido como o conjunto de agentes institucionais que no âmbito das respectivas competências, atribuições, prerrogativas e funções, integram-se, de modo articulado e cooperativo, para a formulação das políticas, definição de estratégias e execução das ações de saneamento ambiental.

§ 2º O SIMGEPA concorrerá para garantir a todos, níveis crescentes de qualidade ambiental, tendo o dever de defender, proteger e conservar os recursos naturais para o benefício das gerações atuais e futuras.

§ 3º O SIMGEPA será coordenado pelo Prefeito Municipal e composto pelos seguintes órgãos:

I - Conselho Municipal de Gestão e Proteção Ambiental - COMDEMA como órgão consultivo e deliberativo;

III - Secretaria Municipal de Meio Ambiente, como órgão gestor do meio ambiente municipal;

IV- Secretarias Municipais de Agricultura, Saúde, Educação, Obras e Serviços Públicos, Administração, Finanças e demais como colaboradores;

§ 4º - A Secretaria Municipal de Meio Ambiente é o órgão municipal parte integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente, em conformidade com o Artigo 6º da Lei Federal 6.938 de 31 de agosto de 1981.

SEÇÃO II

Dos instrumentos DE GESTÃO AMBIENTAL

Art. 7º São instrumentos da Política Municipal de Gestão e Proteção Ambiental:

I- o COMDEMA, como órgão consultivo e deliberativo;

II- o Fundo Municipal de Meio Ambiente - FMA, como instrumento de gestão financeira;

III- a Secretaria Municipal de Meio Ambiente como órgão técnico e executivo;

IV- o estabelecimento de normas, padrões, critérios e parâmetros de qualidade e ambiental;

V- a fiscalização de quaisquer atividades de uso e exploração, inclusive comercial, dos recursos naturais;

VI- o Plano Diretor, as leis de parcelamento, uso e ocupação do solo e demais instrumentos de controle do desenvolvimento urbano a ser regulamentado;

VII- o licenciamento ambiental de atividades de impactos locais, o controle e a adequação de atividades degradadoras ou poluidoras de baixo e médio impactos;

VIII- a fiscalização ambiental e as penalidades administrativas;

IX- a avaliação de impactos ambientais e as análises de riscos quando necessários individualmente ou através do Consórcio Intermunicipal;

X- os programas e projetos de controle de impacto ambiental realizados pelo Poder Público em parceria com a iniciativa privada ou sociedade civil organizada;

XI- os incentivos à criação ou absorção e desenvolvimento de novas tecnologias voltadas à melhoria da qualidade ambiental;

XII- a criação de Unidades de Conservação;

XIII- a educação ambiental;

XIV- o cadastro técnico de atividades e o Sistema de Informações Ambientais;

XV- as taxas ambientais.

Parágrafo único. Torna-se obrigatório o cadastro nos termos do inciso XIV e atualização periódica junto ao Sistema Municipal de Meio Ambiente:

I - órgãos, entidades e pessoas jurídicas, de caráter privado ou público, com atuação no território do Município, com ação na preservação, conservação, defesa, melhoria, recuperação e controle do meio ambiente;

II - pessoa jurídica ou pessoa física que atuem na área ambiental na prestação de serviços de consultoria, assessoria, elaboração de projetos;

III - todos os empreendimentos, obras e atividades sujeitas a licenciamento ambiental Federal, Estadual ou Municipal, implantados ou que venham a se implantar no Município.

Parágrafo único. Os cadastros descritos nos incisos I e III são gratuitos.

SEÇÃO III

Da Secretaria

Art. 8º Cabe à Secretaria de Meio Ambiente implementar os objetivos e instrumentos da Política Municipal de Gestão e Proteção Ambiental, em complemento ao disposto na presente Lei, competindo-lhe:

I- propor, executar e coordenar, direta ou indiretamente, a Política de Gestão e Política Ambiental do Município de Alto Paraguai - MT.

II- planejar, projetar, executar, operar e manter os serviços ambientais propostos nesta Lei;

III- promover pesquisas e estudos sobre a gestão ambiental do município;

IV- estabelecer normas para a exploração e o uso de qualquer natureza dos recursos naturais;

V- fiscalizar projetos, processos de licenças ambientais, atividades e empreendimentos de acordo com critérios técnicos, de instalação e operação-de atividades de pequeno e médio impactos no âmbito municipal delegadas pelo Estado.

VI- estabelecer normas, critérios e padrões de qualidade ambiental e emissão de poluentes relativos à poluição atmosférica, hídrica, sonora, visual e do solo;

VII- realizar o licenciamento ambiental, bem como a renovação das mesmas das atividades de pequeno e médio impactos nos termos da Resolução 04/2008 do Consema - MT, controlar sua instalação e funcionamento, exercer o controle e a fiscalização;

VIII- incentivar, colaborar e participar de estudos e planos de ações de interesse ambiental em nível Federal, Estadual e Regional, através de ações comuns, convênios e consórcios;

IX- desenvolver atividades de fomento da melhoria contínua da qualidade ambiental, por meio de estabelecimento de políticas de cooperação com a iniciativa privada, particularmente com os empreendedores que utilizam os recursos naturais, com as organizações não governamentais e instituições de ensino e pesquisa;

X- acionar órgãos estaduais ou federais de controle ambiental quando for necessário, bem como o Ministério Público;

XI- normatizar o uso e manejo dos recursos naturais e estabelecer normas e regulamentos para a gestão das unidades de conservação e outras áreas protegidas;

XII- promover a conscientização para a proteção do meio ambiente e da qualidade de vida, através da educação ambiental;

XIII- elaborar e coordenar as ações de educação ambiental em todas as instâncias;

XIV- estimular a participação comunitária no planejamento, implementação e vigilância das atividades que visem a proteção, recuperação e melhoria da qualidade ambiental;

XV- incentivar o desenvolvimento, a criação, absorção e difusão de tecnologias compatíveis com a melhoria da qualidade ambiental;

XVI- realizar auditorias ambientais;

XVII- coordenar a elaboração e revisão de Planos Diretores relacionados a sua esfera de competência;

XVIII- celebrar convênios, contratos ou acordos específicos com entidades públicas ou privadas para desenvolver as atividades sob sua responsabilidade de maneira a atender às demandas da comunidade;

XIX- calcular, definir e cobrar tarifas, taxas, contribuições de melhoria e preços públicos referentes à prestação dos serviços sob sua esfera de competência, bem como arrecadar e contabilizar as receitas provenientes dessas cobranças;

XX- gerenciar os recursos provenientes do ICMS ecológico a ser destinado ao Fundo Municipal de Meio Ambiente – FMA;

XXI- gerenciar os recursos do Fundo Municipal de Meio Ambiente - FMA;

XXII- realizar operações financeiras, incluindo a contratação de empréstimos, das quais os recursos obtidos sejam destinados à realização de obras e prestação de serviços exclusivos a sua esfera de competência;

XXIII- elaborar e publicar anualmente os balanços financeiro e patrimonial, bem como, a demonstração da conta patrimonial;

XXIV- organizar e manter atualizado o cadastro de seus bens;

XXV- aplicar as penalidades previstas nesta Lei e em seus regulamentos;

XXVI- elaborar projetos que enfoquem a formação de consciência ecológica do cidadão.

SEÇÃO IV

Do Conselho

Art. 9º Compete ao Conselho Municipal do Meio Ambiente - CONDEMA, como parte integrante do Simgepam, em caráter permanente, deliberativo, consultivo e recursal, além das atribuições auferidas pela respectiva lei e concomitância ao art. 6º, inciso II da Lei 6.938 de 31 de agosto de 1981 e Portaria do MMA nº 168 de 10 de junho de 2005 possui a finalidade de estudar, propor, deliberar e fiscalizar no âmbito de sua competência a implementação de diretrizes das políticas governamentais para o meio ambiente municipal e sobre o licenciamento ambiental de atividades de impactos locais, os recursos em processos administrativos e normas e padrões relativos a gestão e proteção do meio ambiente.

Art. 10. Compete ainda ao COMDEMA:

I- propor diretrizes, avaliar e acompanhar a implementação da Política Municipal de Gestão e Proteção Ambiental;

II- deliberar sobre programas anuais de ações e investimentos com base na previsão orçamentária elaborada pela Secretaria de Meio Ambiente;

III- fiscalizar a correta aplicação dos recursos financeiros e a qualidade dos serviços prestados à população pela Secretaria de Meio Ambiente;

IV- estudar os problemas ligados ao meio ambiente municipal e propor ações destinadas à preservação e melhoria da qualidade ambiental;

V- colaborar na elaboração dos planos e programas de desenvolvimento municipal e em projetos de lei que serão suporte da Política Municipal de Gestão e Proteção Ambiental;

VI- estudar e propor normas técnicas e legais e procedimentos visando a proteção, conservação e recuperação do meio ambiente;

VII- opinar nas questões de uso e ocupação dos espaços territoriais de acordo com limitações e condicionantes ambientais, visando a preservação e melhoria da qualidade ambiental;

VIII- avaliar as solicitações de licenciamento para as atividades definidas nessa lei;

IX- propor a criação de Unidades de Conservação, bem como diretrizes de sua preservação;

X- articular a integração das ações de interesse ambiental desempenhadas por órgãos de caráter regional;

XI- opinar sobre os planos e projetos públicos e privados que, direta ou indiretamente afetem o meio ambiente, podendo solicitar, sempre que necessário, maiores informações dos interessados;

XII- propor e acompanhar os programas de educação ambiental;

XIII- publicar os relatórios sobre a situação de salubridade ambiental do Município;

XIV- elaborar e fazer cumprir seu estatuto e seu regimento interno;

XV- propor auditorias ambientais.

XVI- Parágrafo único - Fica garantido ao COMDEMA o acesso a todas as informações necessárias ao desempenho de suas funções que deverão ser fornecidas pela Secretaria de Meio Ambiente sempre que solicitadas.

Art. 11. O COMDEMA tem a composição estabelecida em Lei, devendo ainda compor o Conselho um membro da comunidade técnico-científico, representada pela Universidade local, totalizando 50% de seus membros representados pela Sociedade Civil.

SEÇÃO V

Do Fundo Municipal de mEIO AMBIENTE

Art. 12. O Fundo Municipal do Meio Ambiente, criado por Lei, vinculado ao orçamento da Secretaria de Meio Ambiente, possui como objetivo concentrar recursos para projetos de interesse ambiental.

Art. 13 Constituem receitas do Fundo Municipal de Meio Ambiente:

I - arrecadação pelos agentes públicos competentes municipais, estaduais ou federais de multas previstas em leis e regulamentos provenientes da degradação do meio ambiente local a ser destinada a projetos de recuperação, proteção e educação ambiental a serem elaborados e definidos pelos representantes da sociedade civil no COMDEMA;

II - contribuições, subvenções e auxílios da União, do Estado, do Município e Consórcio e de suas respectivas autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações;

III - parte dos recursos provenientes da cobrança de tarifas, taxas, contribuições de melhoria e preços públicos cobrados pela Secretaria de Meio Ambiente para remunerar os investimentos e os custos de operação e manutenção dos serviços sob sua esfera de competência;

IV - as arrecadações resultantes de consórcios, convênios, contratos e acordos específicos celebrados entre o Município e instituições públicas ou privadas, cuja execução seja de competência da Secretaria de Meio Ambiente, observadas as obrigações contidas nos respectivos instrumentos;

V - as contribuições resultantes de doações de pessoas físicas e jurídicas ou de organismos públicos e privados, nacionais ou internacionais;

VI - rendimento de qualquer natureza que venha auferir como remuneração decorrente de aplicação do seu patrimônio;

VII – arrecadação resultante do ICMS ecológico nos termos da Lei Complementar nº 73 de 07 de dezembro de 2000 e Decreto nº 2.758 de 16 de julho de 2001;

VII - outros rendimentos que, por sua natureza, possam ser destinados ao Fundo Municipal de Meio Ambiente.

Parágrafo único – a Secretaria de Meio Ambiente deverá sempre que solicitado dar ciência ao COMDEMA das receitas destinadas ao FMA.

Art. 14 . A gestão do FMA será realizada por um Conselho Gestor que terá como finalidade a aplicação dos recursos e prestação de contas.

Art. 15 . Compõem o Conselho Gestor do FMA:

I - o Secretário de Meio Ambiente, como seu Presidente;

II – um membro do Departamento Financeiro da Secretaria de Meio Ambiente;

III - um representante do COMDEMA escolhido entre os representantes da sociedade civil.

Art. 16 . É competência do Conselho Gestor do FMA:

I - estabelecer normas e diretrizes para gestão do Fundo;

II - aprovar operações de financiamento;

III - encaminhar o relatório anual de atividades desenvolvidas ao Prefeito ;

IV - prestar contas da Gestão do Fundo ao COMDEMA, na forma prevista em leis e regulamentos.

Art. 17 . Os recursos do FMA serão aplicados no desenvolvimento, remuneração e fomento de:

I - programas de proteção, conservação, manutenção e recuperação da qualidade ambiental;

II - atividades ligadas à defesa do Meio Ambiente;

III - ações que visem proporcionar saneamento básico à população;

IV - pesquisas de processos tecnológicos destinados a melhoria da qualidade ambiental;

V - atividades educativas e de mobilização da sociedade civil organizada no processo de defesa do meio ambiente e da salubridade ambiental;

VI - proteção e conservação dos recursos naturais;

VII - capacitação técnica dos agentes públicos integrantes do Simgepam;

VIII - investimentos e custos de operação e manutenção das atividades de gestão ambiental;

IX - serviços de assessoria técnica para a implementação de programas ambientais e sanitários.

SEÇÃO VI

DAS TAXAS AMBIENTAIS

Art. 18. Fica instituída a taxa de controle e fiscalização ambiental no Município de Alto Paraguai - MT, cujo fato gerador é o exercício regulador do poder de polícia conferido à Secretaria de Meio Ambiente, para controle e fiscalização das atividades poluidoras utilizadoras dos recursos naturais de âmbito local.

Parágrafo único. Esta lei deverá ser regulamentada normatizando, os valores da TCFA, os sujeitos passivos, os casos de isenção, o prazo de recolhimento, as sanções aplicáveis no caso de mora, a destinação, dentre outras especificidades necessárias para o regular exercício da cobrança da TCFA.

SEÇÃO VII

DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Art. 19 . A localização, concepção, instalação, construção, ampliação, modificação, operação e desativação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais ou consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, bem como aquelas capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento do Município de Alto Paraguai, sem prejuízo de outras licenças ou autorizações legalmente exigíveis.

§ 1º Compete ao Município o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades de impacto ambiental local de pequeno e médio impacto, conforme as atividades dispostas no Anexo Único desta Lei.

§ 2º Os pedidos de licenciamento serão objeto de publicação resumida no quadro de editais da Prefeitura e da Câmara Municipal e na imprensa local ou regional.

Art. 20. O Município, no exercício de sua competência, expedirá as seguintes licenças, de caráter obrigatório, respeitadas as competências estadual e federal:

I-Licença Prévia (LP): será concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental, devendo ser observados os planos municipais, estaduais e federais de uso dos recursos naturais e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação;

II- Licença de Instalação (LI): autorizará a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes;

III- Licença de Operação (LO): será concedida depois de cumpridas todas as exigências feitas por ocasião da expedição da LI, autorizando o início do empreendimento ou atividade licenciada e o funcionamento de seus equipamentos de controle ambiental, de acordo com o previsto nas Licenças Prévias (LP) e de Instalação (LI);

IV- Licença de Operação Provisória (LOP) -será concedida, na forma do regulamento, estabelecendo as condições de realização ou operação de empreendimentos, atividades, pesquisas e serviços de caráter temporário ou para execução de obras que não caracterizem instalações permanentes. Caso o empreendimento, atividade, pesquisa, serviço ou obra de caráter temporário, passe a configurar situação permanente, será exigido o licenciamento ambiental correspondente;

V – Licença Especial (LE) – Destina-se a permitir a ocorrência de Eventos Especiais assim considerados: o corte de árvores, a utilização de explosivos na construção civil e na extração de minerais, festejos populares, serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos e líquidos industriais, colocação de veículos de propaganda e/ou publicidade, entre outros.

§ 1º Os prazos de validade de cada tipo de licença ou autorização ambiental, observado o cronograma apresentado pelo empreendedor, serão observados os limites máximos de até:

I- Licença Prévia: 2 (dois) anos;

II- Licença de Instalação: 3 (três) anos;

III- Licença de Operação: 2 (dois) anos;

IV- Licença de Operação Provisória: 2 (dois) anos;

V- Licença Especial: apenas pela data do evento.

§ 2º As atividades e empreendimentos considerados de pequeno e médio impacto, assim definidos no anexo Único da Resolução CONSEMA nº 04/2008 ou daquela que a suceder deste regulamento, e já em funcionamento na data de publicação desta Lei deverão requerer, mediante cadastro do empreendimento a ser instruído com o termo de responsabilidade assinado pelo titular do empreendimento e Anotação de Responsabilidade Técnica ou equivalente do profissional responsável, a Licença de Operação (LO), no prazo de 90 (noventa) dias.

§ 3º Poderá ser concedida a título precário, autorização para teste, previamente à concessão das respectivas licenças de operação, mediante o pagamento da taxa correspondente a 30% (trinta por cento) do valor da Licença de Operação (LO) e sem prejuízo das demais licenças necessárias ao funcionamento do empreendimento, em caráter excepcional e devidamente fundamentado pelo órgão licenciador, que será estabelecido em razão de necessidade temporária de avaliação da eficiência das condições, restrições e medidas de controle ambiental impostos à atividade ou empreendimento, não podendo, em qualquer hipótese, a autorização exceder o prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

§ 4ºA renovação da Licença de Operação deverá ser requerida com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, contados da data de expiração de seu prazo de validade, que ficará automaticamente prorrogada até manifestação definitiva do órgão competente pelo Licenciamento Ambiental.

§ 5º O Município, através de seu órgão competente, mediante decisão motivada, poderá modificar as condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar qualquer licença expedida, quando ocorrer:

I- Violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais;

II- Omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiariam a expedição da licença;

III- Superveniência de graves riscos ambientais e à saúde.

§ 6º No Licenciamento Ambiental em áreas de posse será exigida a certidão administrativa fornecida pelo órgão competente ou escritura possessória lavrada em cartório reconhecida pelos confinantes, juntamente com a comprovação do pedido de regularização fundiária, junto ao órgão estadual.

§ 7º Quando a expedição de Licença de Instalação envolver a supressão da cobertura vegetal e remoção da fauna, a Autorização de Desmatamento e de Resgate da fauna serão concedidas pelo órgão responsável pela expedição da respectiva licença.

§ 8º Os responsáveis pelas atividades previstas no caput do artigo anterior são obrigados a implantar sistema de tratamento de efluentes e a promover todas as medidas necessárias para prevenir ou corrigir os inconvenientes e danos decorrentes da poluição.

§ 9º A expedição das licenças previstas nesta seção deverá atender a previsão constante no art. 19 da presente lei e do previsto no Decreto Estadual nº. 7007 de 09 de fevereiro de 2006.

§ 10 Nos processos de licenciamento ambiental estabelecidos no Anexo Único desta Lei, não sujeitos ao EIA/RIMA, nos termos da Resolução do CONSEMA n. 428 de 17 de Dezembro de 2010, o órgão licenciador deverá dar ciência ao órgão responsável pela administração da Unidade de Conservação que existir, quando o empreendimento:

I – puder causar impacto direto em Unidade de Conservação;

II – estiver localizado na sua Zona de Amortecimento; ou

III – estiver localizado no limite de até 2 mil metros da UC, cuja ZA não tenha sido estabelecida no prazo de até 5 anos a partir de 17 de Dezembro de 2010.

Art. 21. A Prefeitura de Alto Paraguai- MT, condicionará a expedição de licença, Autorização ou Alvará de funcionamento e sua renovação à apresentação de Licença de Operação expedida pelo órgão ambiental competente.

Art. 22. Os cartórios de registro de imóveis deverão exigir a apresentação da Licença de OPERAÇÃO emitida pelo órgão ambiental competente, antes de efetuar o registro de loteamento.

Parágrafo único. Para fins de registro de loteamento será exigida a averbação de, no mínimo, 10% (dez por cento) de área verde, incluindo praças públicas, parques e canteiros centrais.

Art. 23. O Município, através de seus agentes ambientais capacitados, terá competência para fiscalizar as atividades industriais, comerciais, rurais e de prestação de serviços, tanto públicas como privadas, caracterizadas como fontes fixas de poluição ambiental.

Art. 24. Os empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental deverão comunicar ao órgão ambiental competente municipal a suspensão ou o encerramento das suas atividades.

§ 1º A comunicação a que se refere o caput deverá ser acompanhada de um Plano de Desativação que contemple a situação ambiental existente e, se for o caso, informe a implementação das medidas de restauração e de recuperação da qualidade ambiental das áreas que serão desativadas ou desocupadas.

§ 2º O órgão competente deverá analisar o Plano de Desativação, verificando a adequação das propostas apresentadas.

§ 3º Após a restauração e/ou recuperação da qualidade ambiental, o empreendedor deverá apresentar relatório final, acompanhado das respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica, atestando o cumprimento das normas estabelecidas no Plano de Desativação.

§ 4º A Autorização Ambiental (AA), aplicar-se-à a empreendimentos ou atividades de caráter temporário(despesca em atividade de piscicultura, transporte de produtos perigosos, pesquisa científica, festival de pesca, desmatamento,exploração florestal, resgate de fauna, uso do fogo controlado, etc.). Caso o empreendimento, atividade, pesquisa, serviço ou obra de caráter temporário, exceda o prazo estabelecido de modo a configurar situação permanente, serão exigidas as licenças ambientais correspondentes, em substituição à Autorização Ambiental expedida.

§ 5º As Licenças/Autorizações Ambientais poderão ser transferidas para outro proprietário, desde que as mesmas estejam dentro do prazo de validade e não haja mudança na atividade inicial.

§ 6º As Licenças Ambientais serão concedidas somente mediante Parecer Técnico (PT) favorável elaborado e assinado por pelo menos 02 (Dois) técnicos de Meio Ambiente do quadro funcional da Prefeitura ou á disposição desta.

§ 7º A Licença Prévia somente poderá ser renovada uma única vez.

§ 8º As atividades de fiscalização ambiental somente poderá exercida por agentes de meio ambiente do quadro funcional da prefeitura concursados.

SEÇÃO X

DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Art. 25. Entende-se por Educação Ambiental o processo que visa conscientizar a população acerca das questões inerentes ao meio ambiente, criando condições para a preservação, planejamento e uso racional dos recursos naturais, desenvolvendo uma postura ética e ideológica voltada à vida.

Art. 26. A Educação Ambiental prevê atuação em nível escolar (formal) e não escolar, (informal) junto a toda comunidade, num processo permanente e participativo, de explicitação de valores, instrução sobre problemas específicos relacionados com o gerenciamento do meio ambiente, formação de conceitos e aquisição de competências que resultem no planejamento, preservação, defesa e melhoria do ambiente.

Art. 27. A Educação Ambiental no âmbito escolar será desenvolvida na rede de ensino de todos os níveis, de forma interdisciplinar e multidisciplinar, de acordo com a filosofia educacional do País e em conjunto com as Secretarias de Educação do Município, do Estado, Ministério da Educação e com as Diretorias das Escolas e Universidades.

Art. 28. A Educação Ambiental informal atenderá a comunidade fora do contexto escolar e terá característica popular e institucionalizada feita através de:

I-campanhas de esclarecimento;

II- palestras;

III- debates;

IV- cursos de capacitação e/ou reciclagem;

V- desenvolvimento de programas de preservação ambiental envolvendo associações comunitárias;

VI- comemoração de datas referenciais e outras datas significativas para o andamento do processo educativo.

VII -qualquer outro meio eficaz para proporcionar a conscientização e educação ambiental dos alunos.

Art. 29. A Educação Ambiental informal será promovida junto à comunidade em geral, através de atividades dos órgãos e entidades responsáveis pelo programa no Município e em parceria com Organizações não governamentais e sem fins lucrativos, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, juntamente com a Secretaria de Educação;

Art. 30. A Educação Ambiental precederá as fases de criação e implantação de Unidades de Conservação em programas direcionados às diferentes comunidades a serem envolvidas e ao corpo funcional destas unidades.

Art. 31. A Educação Ambiental formal será promovida pela Secretaria de Educação do Município, do Estado, Ministério da Educação, Diretoria das Escolas e Universidades, visando capacitar os corpos docente e discente das escolas, com apoio da Secretaria Municipal Meio Ambiente.

Art. 32. A educação Ambiental terá como um dos instrumentos de suporte a pesquisa sócio-ambiental em nível científico.

Art. 33. Fica instituída a Semana do Meio Ambiente, que será comemorada nas escolas, estabelecimentos públicos e por meio de campanhas junto à comunidade, através de programações educativas, na primeira semana do mês de junho de cada ano.

SEÇÃO XI

DOS INCENTIVOS FINANCEIROS E FISCAIS

Art. 34. O Município de Alto Paraguai, mediante convênio ou consórcio, e desde que autorizada pelo Poder Legislativo, poderá repassar ou conce-

der auxílio financeiro a instituições públicas ou privadas, sem fins lucrativos, para execução de serviços de relevante interesse ambiental.

Parágrafo Único. Poderá ser instituído prêmio de mérito ambiental para incentivar a pesquisa e apoiar os inventores e introdutores de inovações tecnológicas que visem a proteger o meio ambiente, em homenagem àqueles que se destacarem em defesa da ecologia.

Art. 35. Os proprietários de imóveis que contenham árvores ou associações vegetais relevantes poderão a título de estímulo e preservação, receber benefício fiscal, na forma de lei específica.

Parágrafo Único - Para ter direito ao benefício fiscal, o proprietário de imóvel a que se refere o caput deste artigo, deverá firmar, perante o órgão competente, termo de compromisso de preservação.

SEÇÃO XII

DA PROCURADORIA AMBIENTAL

Art. 36. O órgão municipal de meio ambiente, em consonância com a Assessoria Jurídica do Município, poderá manter setor especializado em tutela ambiental, defesa de interesses difusos, do patrimônio histórico, cultural, paisagístico, arquitetônico e urbanístico, como forma de apoio técnico-jurídico à implementação dos objetivos desta Lei e demais normas ambientais vigentes, respeitadas as funções institucionais do Ministério Público, em especial o disposto no inciso III do caput do artigo 129 da Constituição Federal.

SEÇÃO XIII

DA FISCALIZAÇÃO, CONTROLE, MONITORAMENTO, INFRAÇÃO E PENALIDADES

SUBSEÇÃO I

Do controle, monitoramento e fiscalização das atividades

Art. 37. Para o controle, monitoramento e fiscalização das atividades decorrentes do disposto nesta Lei e em seus regulamentos, o órgão municipal de meio ambiente poderá utilizar-se, além dos recursos técnicos e humanos de que dispõe, do concurso de outros órgãos ou entidades públicas ou privadas, através de convênios, bem como do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento econômico, social, ambiental e turístico do Alto do Rio Paraguai.

Art. 38. Fica criado, o cargo de Agente Ambiental, com exigência de formação técnica e treinamento especial.

§ 1º Caberá ao órgão gestor de Meio Ambiente providenciar o treinamento do Agente Ambiental, que receberá Certificação de Aptidão para o exercício das funções de fiscalização nesta Lei descritas.

§ 2º A atividade de fiscalização e o treinamento do Agente Ambiental poderá ser objeto de convênios, acordos de cooperação com outros municípios, com o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento econômico, social, ambiental e turístico do Alto do Rio Paraguai. , com a SEMA e instituições de ensino de nível superior que tenham cursos nas áreas das chamadas ciências da terra e na área jurídica.

§ 3º O Agente ambiental atuará na fiscalização de atividades industriais, serviços, comerciais, agrícolas e pastoris, passíveis de licenciamento ambiental municipal.

Art. 39. São atribuições dos servidores municipais encarregados da fiscalização ambiental:

I- realizar levantamentos, vistorias e avaliações;

II- efetuar medições e coletas de amostras para análises técnicas de controle;

III- proceder a inspeções e visitas de rotina, bem como para apuração de irregularidades e infrações;

IV- verificar a observância das normas e padrões ambientais vigentes;

V- lavrar auto de notificação e auto de infração,interdição e embargo;

§ 1º O infrator receberá cópia do auto de infração, em caso de recusa de recebimento, ser-lhe-á enviado por via postal, com “Aviso de Recebimento”, que será anexado ao procedimento, ou por edital.

§ 2º No exercício da ação fiscalizadora, os técnicos terão a entrada franqueada nas dependências das fontes poluidoras localizadas ou que se instalarem no Município, onde poderão permanecer pelo tempo que se fizer necessário e terão livre acesso a informações, visitas a projetos, instalações, dependências ou produtos sob inspeção.

§ 3º Qualquer pessoa poderá denunciar a prática de infração ambiental cuja procedência será verificada pelo Agente Ambiental.

Art. 40. Nos casos de embaraço à ação fiscalizadora, as autoridades policiais deverão prestar auxílio aos agentes fiscalizadores para a execução da medida ordenada.

SUBSEÇÃO II

DAS INFRAÇÕES AMBIENTAIS

Art. 41. Para efeitos desta Lei, considera-se infração administrativa ambiental toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente ou que importe em inobservância dos preceitos desta Lei, seus regulamentos, decretos, normas técnicas e resoluções, bem como, das leis estaduais e federais, resoluções do CONAMA e outros dispositivos legais.

Art. 42. Respondem pela infração, conjunta ou separadamente, todos aqueles que, de qualquer forma, concorrerem para sua prática ou deixarem de adotar medidas preventivas destinadas a evitar a sua ocorrência.

Parágrafo único. O infrator, seja pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, é responsável, independentemente de culpa ou dolo, pelo dano que sua atividade causar ao meio ambiente e a outrem.

Art. 43. São autoridades competentes para lavrar auto de infração ambiental e instaurar processo administrativo os agentes ambientais do órgão municipal do meio ambiente e da polícia militar especializada.

Art. 44 . A autoridade ambiental que tiver ciência ou notícia de infração ambiental é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante processo administrativo próprio, sob pena de co-responsabilidade.

§ 1º Qualquer pessoa que tiver conhecimento ou notícia da ocorrência de infração ambiental deverá noticiar as autoridades relacionadas no artigo anterior, para efeito do exercício do seu poder de polícia.

§ 2º A autoridade ambiental notificará o Ministério Público, obrigatoriamente, sempre que a infração for classificada como “gravíssima” e a seu critério, nos demais casos.

Art. 45. Os autos de infração ambientais serão processados junto ao órgão ambiental municipal competente, incluindo aqueles lavrados pelos agentes do Batalhão da Polícia Militar de Proteção Ambiental.

Art. 46. Nos casos em que a infração administrativa configurar crime incumbe ao agente de fiscalização levar ao conhecimento da autoridade policial.

SUBSEÇÃO III

DAS PENALIDADES

Art. 47. Os infratores dos dispositivos da presente Lei, de seus regulamentos e do estabelecido pelas demais normas atinentes à matéria, ficam sujeitos às seguintes penalidades que poderão ser aplicadas cumulativamente, além das demais sanções civis ou penais, previstas pela legislação federal ou estadual:

I- advertência por escrito, em que o infrator será notificado para fazer cessar a irregularidade, sob pena de imposição de outras sanções previstas nesta Lei;

II- multa simples no valor de 50 (cinqüenta) até 85.000 (oitenta e cinco mil) Unidades de Padrão Fiscal (UPF) ;

III- multa diária;

IV - apreensão dos animais, produtos e subprodutos da fauna e flora e demais produtos e subprodutos objeto da infração, instrumentos, petrechos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados na infração;

V- destruição ou inutilização do produto;

VI- suspensão de venda e fabricação do produto;

VII- embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas;

VIII- demolição de obra;

IX- suspensão parcial ou total das atividades; e

X- restritiva de direitos.

XI- interdição parcial ou total do estabelecimento ou atividade;

XII- cassação de alvará de licenciamento da atividade ou empreendimento;

§1º Os valores estabelecidos das multas nesta Lei, quando não disposto de forma diferente, referem-se à multa simples e não impedem a aplicação cumulativa das demais sanções.

§2º A caracterização de negligência ou dolo será exigível nas hipóteses previstas nos incisos I e II do § 3o do art. 72 da Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

Art. 48. A pena de multa consiste no pagamento de importância equivalente a:

I- nas infrações leves, 50 até 500 UPF;

II- nas infrações graves, 500 até 10.000 UPF;

III- nas infrações muito graves, 10.000 até 20.000 UPF;

IV - nas infrações gravíssimas, 20.000 até 85.000 UPF.

Art. 49. A multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão-mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado.

Parágrafo único. O órgão ou entidade ambiental poderá especificar a unidade de medida aplicável para cada espécie de recurso ambiental objeto da infração.

Art. 50. A multa diária será aplicada sempre que o cometimento da infração se prolongar no tempo.

§1º Constatada a situação prevista no caput, o agente autuante lavrará auto de infração, indicando a conduta e o valor da multa-dia.

§ 2º O valor da multa-dia deverá ser fixado de acordo com os critérios estabelecidos nesta Lei, não podendo ser inferior ao mínimo aqui estabelecido , nem superior a dez por cento do valor da multa simples máxima cominada para a infração.

§ 3º A multa diária deixará de ser aplicada a partir da data em que o autuado apresentar ao órgão ambiental documentos que comprovem a regularização da situação que deu causa à lavratura do auto de infração.

§ 4o Caso o agente autuante ou a autoridade competente verifique que a situação que deu causa à lavratura do auto de infração não foi regularizada, a multa diária voltará a ser imposta desde a data em que deixou de ser aplicada, sendo notificado o autuado, sem prejuízo da adoção de outras sanções previstas nesta Lei.

§ 5o Por ocasião do julgamento do auto de infração, a autoridade ambiental deverá, em caso de procedência da autuação, confirmar ou modificar o valor da multa-dia, decidir o período de sua aplicação e consolidar o montante devido pelo autuado para posterior execução.

§ 6o O valor da multa será consolidado e executado periodicamente após o julgamento final, nos casos em que a infração não tenha cessado.

§ 7º A celebração de termo de compromisso de reparação ou cessação dos danos encerrará a contagem da multa diária.

Art. 51. Quanto ao dano ambiental, as infrações serão classificadas levando-se em consideração:

I- a escala e a intensidade do dano;

II- o dano à saúde e à segurança pública;

III- se o dano é temporário ou permanente, recuperável ou irrecuperável;

IV- o local da infração.

V- as circunstâncias atenuantes e agravantes da infração.

Parágrafo único. As sanções aplicadas pelo agente atuante estarão sujeitas à confirmação pela autoridade julgadora.

Art. 52. São circunstâncias atenuantes:

I- menor grau de compreensão e escolaridade do infrator;

II- arrependimento eficaz do infrator, manifestado pela espontânea reparação da agressão ambiental causada;

III- comunicação prévia, pelo infrator, às autoridades competentes, de perigo iminente de degradação ambiental;

IV- colaboração com os agentes encarregados da vigilância e do controle ambiental;

V- ser primário o infrator, e de natureza leve a falta por ele cometida;

VI- comunicação da infração acidental pelo próprio infrator.

Art. 53. São circunstâncias agravantes:

I-ser o infrator reincidente ou cometer a infração de forma continuada;

II- ter o agente cometido a infração para obter vantagem pecuniária;

III- o infrator coagir outrem para a execução material da infração;

IV- ter a infração conseqüências danosas à saúde pública;

V- se, tendo conhecimento de ato lesivo à saúde pública e ao meio ambiente, o infrator deixar de tomar as providências de sua alçada para evitá-lo;

VI-ter o infrator agido com dolo direto ou eventual;

VII- não ter o infrator comunicado a infração ambiental autoridade competente;

VIII- a ocorrência de efeitos sobre a propriedade alheia;

IX- a infração atingir áreas sob proteção legal;

X- o emprego de métodos cruéis no abate ou captura de animais;

XI- decorrer a infração de omissão ou má-fé na operação de sistemas de tratamento de emissões.

§ 1º A reincidência ocorrerá quando o mesmo agente cometer nova infração ambiental no período de 3 anos, classificada como:

a) específica: cometimento de infração da mesma natureza; b) genérica: o cometimento de infração ambiental de natureza diversa.

§ 2º No caso de infração, caracterizada pela repetição da ação ou omissão inicialmente punida, ou da flagrante omissão diante de uma notificação da autoridade competente, a penalidade de multa poderá ser aplicada de forma continuada, por tantos dias quantos sejam os da resistência do infrator a corrigi-la.

Art. 54. A sanção de advertência poderá ser aplicada, mediante a lavratura de auto de infração, para as infrações administrativas de menor lesividade ao meio ambiente, garantidos a ampla defesa e o contraditório.

§1º Consideram-se infrações administrativas de menor lesividade ao meio ambiente aquelas em que a multa máxima cominada não ultrapasse o valor de R$ 1.000,00 (mil reais), ou que, no caso de multa por unidade de medida, a multa aplicável não exceda o valor referido.

§2º Sem prejuízo do disposto no caput, caso o agente autuante constate a existência de irregularidades a serem sanadas, lavrará o auto de infração com a indicação da respectiva sanção de advertência, ocasião em que estabelecerá prazo para que o infrator sane tais irregularidades.

§3º Sanadas as irregularidades no prazo concedido, o agente autuante certificará o ocorrido nos autos e dará seguimento ao processo administrativo.

§4º Caso o autuado, por negligência ou dolo, deixe de sanar as irregularidades, o agente autuante certificará o ocorrido e aplicará a sanção de multa relativa à infração praticada, independentemente da advertência.

Art. 55. A sanção de advertência não excluirá a aplicação de outras sanções.

Art. 56. Fica vedada a aplicação de nova sanção de advertência no período de três anos contados do julgamento da defesa da última advertência ou de outra penalidade aplicada.

Art. 57.São infrações ambientais, não excluindo as indicadas nos artigos 73 a 93 do Decreto Federal n. 6514 de 2008 atualizado pelo Decreto Federal n. 6686 de 2008 e 48 desta Lei:

I- construir, instalar ou fazer funcionar, em qualquer parte do território do município, estabelecimentos, obras, atividades ou serviços submetidos ao regime desta Lei, sem licença exigida por Lei ou contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes.

Pena: Incisos I, II, VII, VIII e IX do art. 47 desta Lei;

II- praticar atos de comércio e indústria ou serviços, compreendendo substâncias, produtos e artigos de interesse para a saúde ambiental, sem a necessária licença ou autorização dos órgãos competentes ou contrariando o disposto nesta Lei e na legislação estadual e federal pertinente.

Pena: Incisos I, II, III, IV, V, VI, VIII e IX do art. 47 desta Lei;

III- deixar, aquele que tiver o dever legal de fazê-lo, de notificar qualquer fato relevante do ponto de vista ecológico e ambiental, de acordo com o disposto nesta Lei Complementar, no seu regulamento e normas técnicas.

Pena: Incisos I e II do art. 47 desta Lei;

IV- deixar, aquele que tiver o dever legal ou contratual de fazê-lo, de cumprir obrigação de interesse ambiental.

Pena: Incisos I e II do art. 47 desta Lei;

V- opor-se à exigência de exames técnicos de laboratórios, à realização de auditorias técnicas ou à execução dessas ações pelas autoridades competentes.

Pena: Incisos I e II do art. 47 desta Lei;

VI- Utilizar, aplicar, comercializar, manipular, ou armazenar pesticidas, raticidas, fungicidas, inseticidas, herbicidas, e outros congêneres, pondo em risco a saúde ambiental, individual ou coletiva, em virtude de uso inadequado ou inobservância das normas legais, regulamentares ou técnicas aprovadas pelos órgãos competentes ou em desacordo com os receituários e registros pertinentes.

Pena: Incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII e IX do art.47 desta Lei;

VII- descumprir, as empresas de transporte, seus agentes e consignatários, comandantes e responsáveis diretos por embarcações, aeronaves, trens, veículos terrestres, nacionais e estrangeiros, normas legais e regulamentares, medidas, formalidades e outras exigências ambientais.

Pena: Incisos I, II, III, IV, VII, VIII e IX do art. 47 desta Lei;

VIII- entregar ao consumo, desviar, alterar ou substituir, total ou parcialmente, produto interditado por aplicação dos dispositivos desta Lei;

Pena: Incisos I, II, III, IV, V, VII, VIII e IX do art.47 desta Lei;

IX- dar início, de qualquer modo, ou efetuar parcelamento do solo sem aprovação dos órgãos competentes ou em desacordo com a mesma ou com inobservância das normas ou diretrizes pertinentes.

Pena: Incisos I, II, VII, VIII e IX do art.47 desta Lei;

X- contribuir para que a água ou o ar atinjam níveis ou categorias de qualidade inferior aos fixados em normas oficiais.

Pena: Incisos I, II, III, VII, VIII e IX do art. 47 desta Lei;

XI- emitir ou despejar efluentes ou resíduos sólidos, líquidos ou gasosos, causadores de degradação ambiental, em desacordo com o estabelecido na legislação.

Pena: Incisos I, II, III, VII, VIII e IX do art.47 desta Lei;

XII- exercer atividades potencialmente degradadoras do meio ambiente, sem licença do órgão ambiental competente ou em desacordo com a mesma.

Pena: Incisos I, II, III, VII, VIII e IX do art.47 desta Lei;

XIII- causar a poluição das águas superficiais e do subsolo, particularmente os mananciais e as águas dos serviços públicos de abastecimento das comunidades.

Pena: Incisos I, II, III, VII, VIII e IX do art. 47 desta Lei;

XIV- causar incômodo por emissões de substâncias odoríferas acima dos limites de percepção e além dos limites da propriedade em que se localiza a fonte emissora.

Pena: Incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII e IX do art. 47 desta Lei;

XV- causar poluição atmosférica que provoque a retirada, ainda que momentânea dos habitantes de zonas urbanas.

Pena: Incisos I, II, VII, VIII e IX do art. 47 desta Lei;

XVI- desrespeitar interdições de uso, de passagens e outras restrições estabelecidas administrativamente para a proteção contra a degradação ambiental ou, nesses casos, impedir ou dificultar a atuação de agentes do Poder Público.

Pena: Incisos I, II, VII, VIII e IX do art. 47 desta Lei;

XVII- causar poluição do solo tornando qualquer área urbana ou rural imprópria para ocupação e uso.

Pena: Incisos I, II, VII, VIII e IX do art. 47 desta Lei;

XVIII- causar poluição de qualquer natureza que possa trazer dano à saúde ou ameaçar o bem estar do indivíduo ou da coletividade.

Pena: Incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII e IX do art. 47 desta Lei;

XIX- desenvolver atividades ou causar poluição de qualquer natureza, que provoque mortandade de mamíferos, aves, répteis, anfíbia ou peixes ou a destruição de plantas cultivadas ou silvestres.

Pena: Incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII e IX do art. 47 desta Lei;

XX- desrespeitar as proibições ou restrições estabelecidas pelo Poder Público em Unidades de Conservação ou áreas protegidas por esta Lei Complementar.

Pena: Incisos I, II, VII, VIII e IX do art. 47 desta Lei;

XXI- obstar ou dificultar a ação das autoridades ambientais competentes no exercício de suas funções.

Pena: Incisos I, II, VII, VIII e IX do art. 47 desta Lei;

XXII- descumprir atos emanados da autoridade ambiental, visando à aplicação da legislação vigente.

Pena: Incisos I, II, VII, VIII e IX do art. 47 desta Lei;

XXIII- transgredir outras normas, diretrizes, padrões ou parâmetros federais, estaduais ou locais, legais ou regulamentares à proteção da saúde ambiental ou do meio ambiente.

Pena: Incisos I, II, VII, VIII e IX do art. 47 desta Lei;

XXIV- Praticar maus tratos em animais.

Pena: Incisos I, II, III e IX do art. 47 desta Lei;

XXV- Destruir ou causar danos à vegetação arbórea urbana e às de preservação permanente, inclusive àquelas associadas aos sítios arqueológicos.

Pena: Incisos I, II, VII, VIII e IX do art. 47 desta Lei;

XXVI- Emitir sons, ruídos ou vibrações, em desacordo com os limites estabelecidos nesta Lei e legislação estadual ou federal pertinente.

Pena: Incisos I, II, VII, VIII e IX do art. 47 desta Lei;

Art. 58. As sanções restritivas de direito aplicáveis às pessoas físicas ou jurídicas são:

I - suspensão de registro, licença ou autorização;

II - cancelamento de registro, licença ou autorização;

III- perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais;

IV- perda ou suspensão da participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito; e

V- proibição de contratar com a administração pública;

§ 1o A autoridade ambiental fixará o período de vigência das sanções previstas neste artigo, observando os seguintes prazos:

I – até 3 (três) anos para a sanção prevista no inciso V;

II – até 1 (um) ano para as demais sanções.

§ 2º Em qualquer caso, a extinção da sanção fica condicionada à regularização da conduta que deu origem ao auto de infração.

Art. 59. Em caso de aplicação de penalidade concomitante pelo Estado e Município, prevalecerá a que primeiro tiver sido imposta.

SEÇÃO XIV

DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

Art. 60. As infrações à legislação ambiental serão apuradas em procedimento administrativo próprio e sua instauração dar-se-á com a lavratura de auto de infração, em 3 (três) vias, devendo a segunda via ser destinada a formalização do procedimento.

Art. 61. Os agentes devem, no exercício de suas funções fiscalizadoras, ao constatarem a ocorrência de infração ao disposto nesta Lei, lavrar os seguintes instrumentos legais do exercício da atividade, de acordo com a necessidade estabelecida:

I- auto de notificação;

II- auto de infração;

III- termo de embargo e/ou interdição;

IV- termo de apreensão e notificação.

Art. 62. Constatada a infração ambiental, o agente autuante, no uso do seu poder de polícia, poderá adotar as seguintes medidas administrativas:

I-apreensão;

II- embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas;

III- suspensão de venda ou fabricação de produto;

IV- suspensão parcial ou total de atividades;

V- destruição ou inutilização dos produtos, subprodutos e instrumentos da infração; e

VI- demolição.

§1º As medidas de que trata este artigo têm como objetivo prevenir a ocorrência de novas infrações, resguardar a recuperação ambiental e garantir o resultado prático do processo administrativo.

§2º A aplicação de tais medidas será lavrada em formulário próprio, sem emendas ou rasuras que comprometam sua validade, e deverá conter, além da indicação dos respectivos dispositivos legais e regulamentares infringidos, os motivos que ensejaram o agente autuante a assim proceder.

§ 3º A administração ambiental estabelecerá os formulários específicos a que se refere o § 2o.

§ 4o O embargo de obra ou atividade restringe-se aos locais onde efetivamente caracterizou-se a infração ambiental, não alcançando as demais atividades realizadas em áreas não embargadas da propriedade ou posse ou não correlacionadas com a infração.”

Art. 63. A suspensão de venda ou fabricação de produto constitui medida que visa a evitar a colocação no mercado de produtos e subprodutos oriundos de infração administrativa ao meio ambiente ou que tenha como objetivo interromper o uso contínuo de matéria-prima e subprodutos de origem ilegal.

Art. 64. A suspensão parcial ou total de atividades constitui medida que visa a impedir a continuidade de processos produtivos em desacordo com a legislação ambiental.

Art. 65. O ato administrativo que instaura o procedimento administrativo de apuração das infrações ambientais ou o auto de notificação deverá conter:

I- o nome do infrator e sua qualificação nos termos da lei;

II- local, data e hora da infração;

III- descrição da infração e menção ao disposto legal ou regulamentar transgredido;

IV- ciência pelo autuado, de que responderá pelo fato em processo administrativo;

V- assinatura do autuado ou, na ausência ou recusa, de duas testemunhas e do autuante;

VI- nome do agente fiscal e assinatura;

VII- no caso de aplicação das penalidades de embargo, apreensão e de suspensão de venda do produto, do auto de notificação deve constar ainda, a natureza, quantidade, nome e/ou marca, procedência, local onde o produto ficará depositado e seu fiel depositário.

§ 1º Os produtos perecíveis, se próprios para o consumo humano, serão doados imediatamente para entidades filantrópicas.

§ 2º A notificação/intimação dar-se-á sucessivamente, da seguinte forma:

I- pessoalmente; II- por seu representante legal; III- por carta registrada com ávido de recebimento; IV- por edital, se estiver o infrator em lugar incerto e não sabido ou não for encontrado no endereço indicado. V- por outros meios admitidos pela legislação em vigor.

§ 3º Se o infrator for notificado pessoalmente e se recusar a exarar ciência, deverá essa circunstância ser expressamente mencionada pela autoridade que efetuou a notificação na presença de 2 testemunhas que assinarão o Auto e o entregará ao autuado.

§ 4o Nos casos de evasão ou ausência do responsável pela infração administrativa, e inexistindo preposto identificado, o agente autuante encaminhará o auto de infração por via postal com aviso de recebimento ou outro meio válido que assegure a sua ciência.

§ 5º O edital referido no inciso III, do parágrafo 2º, será publicado uma única vez, pela imprensa oficial do Município, ou por diário de grande circulação local, considerando-se efetuada a notificação cinco 05 (cinco) dias após a publicação.

Art. 66. Os agentes e/ou fiscais ficam responsáveis pelas declarações que fizerem nos autos da infração, sendo passíveis de punição, por falta grave, em caso de falsidade ou omissão dolosa.

Art. 67. O infrator poderá apresentar defesa prévia, pessoalmente ou através de advogado, no prazo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da data do recebimento da notificação.

§ 1º A defesa prévia é o momento em que o infrator poderá confessar-se responsável, considerando-se essa confissão inicial como atenuante.

§ 2º O infrator poderá apresentar os documentos que tiver para a sua defesa, sendo facultado, também, se pertinente, o pedido de realização de prova pericial.

§ 3º A apresentação de defesa prévia não terá efeito suspensivo no concernente às penalidades de apreensão, interdição e suspensão de atividades.

§ 4º O órgão ambiental municipal responsável aplicará o desconto de trinta por cento de que trata o art. 3º da Lei nº 8.005, de 22 de março de 1990, sempre que o autuado decidir efetuar o pagamento da penalidade no prazo previsto no caput.

§ 5º O órgão ambiental municipal responsável concederá desconto de trinta por cento do valor corrigido da penalidade, nos termos do art. 4º da Lei nº 8.005, de 1990, para os pagamentos realizados após o prazo do caput e no curso do processo pendente de julgamento.

Art. 68. Decorrido o prazo ora estabelecido sem apresentação de defesa, será o autuado considerado revel, caso em que os prazos, a partir daí, correrão independentemente de intimação, salvo se, posteriormente, habilitar-se regularmente nos autos, quando então será intimado dos atos verificados após essa habilitação.

Parágrafo único - Requerimentos formulados fora do prazo de defesa não serão conhecidos, podendo ser desentranhados dos autos conforme decisão da autoridade ambiental competente.

Art. 69. O servidor que presidir o procedimento administrativo analisará a defesa prévia, e requisitará emissão de parecer do departamento jurídico do município, deferindo ou indeferindo motivadamente os pedidos.

§ 1º Os exames periciais fornecidos, ou que possam ser fornecidos normalmente pelos órgãos públicos, sem despesas extraordinárias, serão anexados ao procedimento.

§ 2º Quando houver deferimento do pedido de prova pericial solicitada pelo infrator, caberá ao mesmo depositar os honorários dessa prova no prazo de três (03) dias, sob pena do indeferimento automático do pedido de prova.

§ 3º A oitiva das testemunhas, quando houver, deverá ser marcada no prazo máximo de vinte dias, a contar da data da notificação do infrator.

Art. 70. As provas propostas pelo autuado, quando impertinentes, desnecessárias ou protelatórias, poderão ser recusadas, mediante decisão fundamentada da autoridade julgadora competente.

Art. 71. Encerrada a instrução, o autuado terá o direito de manifestar-se em alegações finais, no prazo máximo de 10 (dez) dias.

§ 1º A autoridade julgadora publicará em sua sede administrativa a relação dos processos que entrarão na pauta de julgamento, para fins de apresentação de alegações finais pelos interessados.

Art. 72. Terminada a produção das provas, o servidor competente do quadro da assessoria jurídica municipal proferirá decisão, concluindo pela aplicação ou não das penalidades correspondentes às infrações apontadas no procedimento, conforme decidir pela procedência ou improcedência dos pedidos, devendo esta decisão ser homologada pelo Prefeito ou pelo Secretario da Secretaria que atenderá as demandas ambientais.

§ 1º O infrator será intimado por via postal, com aviso de recebimento, ou pessoalmente, por servidor designado.

§ 2º Não tendo sido encontrado nesta fase ou nas fases anteriores do procedimento, a intimação será feita pela imprensa oficial do Município, ou por diário de grande circulação local.

Art. 73. Julgado o auto de infração, o autuado será notificado por via postal com aviso de recebimento ou outro meio válido que assegure a certeza de sua ciência para pagar a multa no prazo de cinco dias, a partir do recebimento da notificação, ou para apresentar recurso.

Parágrafo único. O pagamento realizado no prazo disposto no caput contará com o desconto de trinta por cento do valor corrigido da penalidade, nos termos do art. 4o da Lei no 8.005, de 1990.

Art. 74. Da decisão proferida e homologada pelo órgão Municipal competente, caberá recurso, no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data da intimação da decisão proferida, ao Conselho Municipal de Meio Ambiente - COMDEMA.

§ 1º O recurso administrativo previsto no caput deste artigo será encaminhado ao COMDEMA, que poderá propor a redução da intensidade ou o cancelamento das penalidades impostas, a partir de julgamento na câmara técnica pertinente.

§ 2º Ao recurso, deverá ser juntado o parecer emitido pelo setor jurídico do município.

Art. 75. Transitada em julgado a decisão administrativa será o infrator notificado a recolher, no prazo de 30 (trinta) dias, a multa;

§ 1º O valor da multa poderá ser parcelado, na forma do regulamento.

§ 2º Os valores arrecadados em pagamentos de multas por infração ambiental serão revertidos ao Fundo municipal de meio ambiente.

§ 3º Verificado o não recolhimento da multa no prazo estabelecido a autoridade administrativa providenciará o encaminhamento do processo para inscrição em Dívida Ativa e cobrança judicial.

SEÇÃO XV

Do Procedimento de Conversão de Multa Simples em Serviços dePreservação, Melhoria e Recuperação da Qualidade do Meio Ambiente

Art. 76. A autoridade ambiental poderá, nos termos do que dispõe o § 4o do art. 72 da Lei no 9.605, de 1998, converter a multa simples em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente.

Art. 77. São considerados serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente:

I-execução de obras ou atividades de recuperação de danos decorrentes da própria infração;

II- implementação de obras ou atividades de recuperação de áreas degradadas, bem como de preservação e melhoria da qualidade do meio ambiente;

III- custeio ou execução de programas e de projetos ambientais desenvolvidos por entidades públicas de proteção e conservação do meio ambiente; e

IV- manutenção de espaços públicos que tenham como objetivo a preservação do meio ambiente.

Art. 78. Não será concedida a conversão de multa para reparação de danos de que trata o inciso I do artigo anterior, quando:

I-não se caracterizar dano direto ao meio ambiente; e

II- a recuperação da área degradada puder ser realizada pela simples regeneração natural.

Parágrafo único. Na hipótese do caput, a multa poderá ser convertida nos serviços descritos nos incisos II, III e IV do art. XXX, sem prejuízo da reparação dos danos praticados pelo infrator.

Art. 79. O autuado poderá requerer a conversão de multa de que trata esta Seção por ocasião da apresentação da defesa.

Art. 80. O valor dos custos dos serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente não poderá ser inferior ao valor da multa convertida.

§1º Independentemente do valor da multa aplicada, fica o autuado obrigado a reparar integralmente o dano que tenha causado.

§ 2º A autoridade ambiental aplicará o desconto de quarenta por cento sobre o valor da multa consolidada.

Art. 81. A conversão de multa destinada à reparação de danos ou recuperação da áreas degradadas pressupõe que o autuado apresente pré-projeto acompanhando o requerimento.

§1º Caso o autuado ainda não disponha de pré-projeto na data de apresentação do requerimento, a autoridade ambiental, se provocada, poderá conceder o prazo de até trinta dias para que ele proceda à juntada aos autos do referido documento.

§2º A autoridade ambiental poderá dispensar o projeto de recuperação ambiental ou autorizar a substituição por projeto simplificado quando a recuperação ambiental for de menor complexidade.

§3º Antes de decidir o pedido de conversão da multa, a autoridade ambiental poderá determinar ao autuado que proceda a emendas, revisões e ajustes no pré-projeto.

§4º O não atendimento por parte do autuado de qualquer das situações previstas neste artigo importará no pronto indeferimento do pedido de conversão de multa.

Art. 82. Por ocasião do julgamento da defesa, a autoridade julgadora deverá, numa única decisão, julgar o auto de infração e o pedido de conversão da multa.

§1º A decisão sobre o pedido de conversão é discricionária, podendo a administração, em decisão motivada, deferir ou não o pedido formulado.

§2º Em caso de acatamento do pedido de conversão, deverá a autoridade julgadora notificar o autuado para que compareça à sede da respectiva unidade administrativa para a assinatura de termo de compromisso.

§3º O deferimento do pedido de conversão suspende o prazo para a interposição de recurso durante o prazo definido pelo órgão ou entidade ambiental para a celebração do termo de compromisso.

Art. 83. Havendo decisão favorável ao pedido de conversão de multa, as partes celebrarão termo de compromisso, que deverá conter as seguintes cláusulas obrigatórias:

I-nome, qualificação e endereço das partes compromissadas e dos respectivos representantes legais;

II- prazo de vigência do compromisso, que, em função da complexidade das obrigações nele fixadas, poderá variar entre o mínimo de noventa dias e o máximo de três anos, com possibilidade de prorrogação por igual período;

III- descrição detalhada de seu objeto, valor do investimento previsto e cronograma físico de execução e de implantação das obras e serviços exigidos, com metas a serem atingidas;

IV- multa a ser aplicada em decorrência do não-cumprimento das obrigações nele pactuadas, que não poderá ser inferior ao valor da multa convertida, nem superior ao dobro desse valor; e

V- foro competente para dirimir litígios entre as partes.

§1º A assinatura do termo de compromisso implicará renúncia ao direito de recorrer administrativamente.

§2º A celebração do termo de compromisso não põe fim ao processo administrativo, devendo a autoridade competente monitorar e avaliar, no máximo a cada dois anos, se as obrigações assumidas estão sendo cumpridas.

§3o O termo de compromisso terá efeitos na esfera civil e administrativa.

§ 4o O descumprimento do termo de compromisso implica:

I-na esfera administrativa, a imediata inscrição do débito em Dívida Ativa para cobrança da multa resultante do auto de infração em seu valor integral; e

II- na esfera civil, a imediata execução judicial das obrigações assumidas, tendo em vista seu caráter de título executivo extrajudicial.

§5º O termo de compromisso poderá conter cláusulas relativas às demais sanções aplicadas em decorrência do julgamento do auto de infração.

§6º A assinatura do termo de compromisso tratado neste artigo suspende a exigibilidade da multa aplicada.

Art. 84. Os termos de compromisso deverão ser publicados no diário oficial, mediante extrato.

Art. 85. A conversão da multa não poderá ser concedida novamente ao mesmo infrator durante o período de cinco anos, contados da data da assinatura do termo de compromisso.

CAPÍTULO III

DA PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO AMBIENTAL

SEÇÃO I

DO SOLO

Art. 86. Compete ao Poder Público Municipal:

I - garantir a adequada utilização do solo, minimizando os processos físicos, químicos e biológicos de degradação, pelo adequado planejamento, desenvolvimento, fomento e disseminação de tecnologia apropriadas e manejo;

II - promover, no que couber, ordenamento territorial mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;

III - garantir como prioridade o controle da erosão, especialmente do manejo integrado de solo e água;

IV - adotar medidas mitigadoras que evitem desertificação e favoreçam a recuperação das áreas degradadas;

V - regulamentar o uso e a ocupação do solo nas porções do território de marcante energia de relevo;

VI - proteger e regulamentar o uso das principais linhas orográficas definidoras das paisagens municipais.

VII - elaborar, nos termos da Lei 12.305 de 02 de agosto de 2010 o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, destinados a empreendimentos e serviços relacionados à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos.

§ 1º O Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos poderá ser realizado pelo Município ou em Consórcio com outros Municípios, aplicando-se o disposto no inciso III, § 3º do artigo 19 da Lei 12.305 de 02 de agosto de 2010 e em consonância às Unidades de Conservação de Uso Sustentável Estaduais números 13 e 14.

§ 2º Os planos ou projetos públicos ou privados de uso de recursos naturais no município de ....., bem como os de uso, ocupação e parcelamento do solo, devem respeitar as necessidades do equilíbrio ecológico e as diretrizes e normas de proteção ambiental.

§ 3º Na análise dos projetos de uso e ocupação do solo ou loteamentos, o órgão ambiental municipal, no âmbito de sua competência, deverá manifestar-se, dentre outros, necessariamente sobre os seguintes aspectos:

a) reserva de áreas verdes e proteção de interesses paisagísticos e ecológicos;

b) utilização de áreas com terrenos alagadiços ou sujeitos a inundações;

c) ocupação de áreas onde o nível de poluição local impeça condições sanitárias mínimas;

d) sistema de abastecimento de água;

e) coleta, tratamento e disposição final de esgotos e resíduos sólidos;

f) ocupação de áreas aterradas com material nocivo à saúde;

g) ocupação de áreas de média a alta fragilidade sujeita a processos erosivos;

§ 4º Os loteamentos urbanos em áreas de solos arenosos com declividade acima de 10% deverão conter sistemas de drenagem de águas pluviais, de modo a minimizar os processos erosivos e assoreamento dos corpos de água.

SUBSEÇÃO I

DO ATERRO SANITÁRIO

Art. 87. A implantação do aterro sanitário municipal deverá seguir as regras específicas do Plano Diretor, do uso e ocupação do solo, bem como do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Municipal ou mediante Plano consorcial.

Art. 88. Nos termos da Lei 12.305 de 20 de agosto de 2010, a implantação do aterro sanitário deverá ser regulamentada.

SUBSEÇÃO II

DOS ASSENTAMENTOS URBANOS

Art. 89. Os assentamentos urbanos ficam sujeitos, dentre outras, às seguintes normas:

I- é vedado a urbanização das áreas de contribuição imediata dos mananciais destinados ao abastecimento urbano;

II- é vedado o lançamento de esgotos domésticos “in natura” nos cursos d’água;

III- será coibida a expansão urbana em áreas (de elevado índices de relevo) de relevo acima de 30% de declividade e de média a alta fragilidade, obedecida a legislação federal em vigor;

IV- nas áreas de relevante interesse turístico e paisagístico, os padrões de urbanização e as dimensões das edificações devem guardar relações de harmonia e proporção com as linhas orográficas definidoras da paisagem local;

V- proibir os processos urbanísticos em áreas sujeitas a inundações, no intuito de proteger as populações de eventuais catástrofes;

VI- a expansão urbana deverá se desenvolver de forma a minimizar os impactos sobre as associações vegetais relevantes e remanescentes de cobertura vegetal primitiva;

VII- zelar pela manutenção da capacidade de infiltração do solo, principalmente nas áreas de recarga de aqüíferos subterrâneos, mediante medidas específicas.

VIII- obedecer critérios técnicos de elegibilidade para as áreas destinadas aos assentamentos urbanos e facultar necessidade de licenciamento prévio.

SUBSEÇÃO III

DOS ASSENTAMENTOS RURAIS

Art. 90. Os assentamentos rurais deverão obedecer, dentre outras, as seguintes normas:

I - os projetos de assentamentos deverão ser desenvolvidas de forma a estabelecer módulos compatíveis com a capacidade de uso do solo, traçados de maneira a minimizar a erosão, protegendo as áreas com limitação natural à exploração agrícola;

II – através de seus mecanismos de fomento e de zoneamento agrícola, parte do antrópico-ambiental, deverão ser estabelecidas políticas destinadas a compatibilizar o potencial agrícola dos solos e a dimensão das unidades produtivas de forma a otimizar seu rendimento econômico e a proteção do meio ambiente, de conformidade com o zoneamento estadual e suas políticas;

III – os módulos rurais mínimos, o parcelamento do solo rural e os projetos de assentamentos deverão assegurar áreas mínimas que garantam a compatibilização entre as necessidades de produção e manutenção dos sistemas florísticos da região, bem como das áreas de preservação permanente de interesse local.

SUBSEÇÃO IV

DO USO DO SOLO

Art. 91. Na análise de projetos de ocupação, uso e parcelamento do solo, o Município em consonância com os órgãos estaduais e federais pertinentes, manifestar-se-á de forma orientativa em relação aos aspectos de proteção do solo, da fauna, da cobertura vegetal e das águas superficiais, subterrâneas, fluentes, emergentes e reservadas, sempre que os projetos:

I- exijam práticas conservacionistas de controle de erosão, de recuperação ou manutenção das

condições físicas, químicas e biológicas do solo e de adequação da operacionalização da propriedade rural, com base em conhecimentos técnico-científicos disponíveis;

II- necessitem da construção ou manutenção de estradas e carreadores, devendo ser precedidos de estudos prévios pelos quais serão definidos os cuidados e os tratamentos conservacionistas adequados a fim de evitar a erosão ou eliminá-la, quando já existente;

III- tenham interferência sobre reservas de áreas verdes e sobre a proteção de interesses arquitetônicos, urbanísticos, paisagísticos, históricos, arqueológicos, culturais, espeleológicos e ecológicos.

§1º Consideram-se tratamentos conservacionistas as medidas e procedimentos adequados que evitem ou solucionem problemas de erosão, nos leitos das estradas, taludes e faixas de domínio, bem como seus efeitos nas propriedades adjacentes.

§ 2º As propriedades adjacentes não poderão utilizar-se do leito das estradas para canalizar as águas das chuvas oriundas da própria propriedade.

§ 3º Os proprietários rurais deverão, a qualquer época, permitir o desbarrancamento para viabilizar a correção e contenção das águas pluviais do leito das estradas e para a construção de passadores, na distância equivalente a até três vezes a largura das estradas, em cada margem.

Art. 92. Os projetos de controle de erosão, realizados pelos órgãos municipais competentes nas áreas urbana e rural, deverão ser compatibilizados às áreas limítrofes do perímetro urbano, considerando a existência de pontos comuns de superposição de espaços.

Art. 93. A conservação do solo e dos recursos naturais deverá fazer parte obrigatória do currículo básico de ensino das redes pública e privada, integrando-os nos termos transversais desenvolvidos através de projetos interdisciplinares.

Art. 94. Nas estradas rurais particulares e de acesso às propriedades, deve o proprietário rural manter e conservar a mesma, criando mecanismos de contenção de águas pluviais, de forma a evitar arraste, carregamento e erosão de solo, sob pena de aplicação de sanções previstas nesta lei.

SUBSEÇÃO V

DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS DAS EDIFICAÇÕES

Art. 95. O Município exigirá adequação às normas municipais, estaduais ou federais relacionadas à construção civil, para aprovação de projetos de edificações públicas e privadas, objetivando economia de energia elétrica destinada à climatização, à iluminação e aquecimento da água.

Art. 96. Sem prejuízo de outras licenças exigidas em lei, estão sujeitos à aprovação do Município, o projeto de construção, reconstrução, reforma e ampliação de edificações destinadas a:

I- manipulação, industrialização, armazenagem e comercialização de produtos químicos e farmacêuticos;

II- atividades que produzam elementos poluentes que possam contaminar pessoas ou degradar o meio ambiente;

III- indústrias de qualquer natureza;

IV- espetáculos ou diversões públicas, quando potenciais produtores de ruídos.

Art. 97. Os proprietários e/ou usuários de edificações, ficam obrigados a cumprir as normas determinadas pelas autoridades ambientais e sanitárias.

Art. 98. Os cemitérios e crematórios obedecerão às normas ambientais e outras necessárias aprovadas pela SEMA-MT ou outra específica por lei no que se refere à localização, construção, instalação e funcionamento.

SEÇÃO II

DO AR

Art. 99. Compete ao Poder Público Municipal:

I – garantir padrões de qualidade do ar, consentâneos com as necessidades de saúde pública, assim como controlar a poluição sonora em áreas urbanas em conformidade com a lei de uso, ocupação e parcelamento do solo e outra legislação pertinente á matéria;

II – garantir o monitoramento da qualidade do ar com especial atenção para aglomerados urbanos, distritos e zonas industriais;

III – fiscalizar os padrões de emissão de gases e ruídos dos veículos automotores de acordo com as normas estabelecidas a nível federal e estadual;

IV – estimular o desenvolvimento e aplicação de processos tecnológicos que minimizem a geração da poluição atmosférica.

Art. 100. Fica proibida a emissão de substâncias odoríferas na atmosfera, em quantidade que possam ser perceptíveis fora dos limites da área de propriedade da fonte emissora.

§ 1º A constatação de percepção de que trata este artigo será efetuada por técnicos credenciados do órgão competente municipal.

§ 2º Toda fonte de poluição do ar deverá ser provida de ventilação local exaustora e o lançamento de efluentes na atmosfera somente poderá ser realizado após tratamento, conforme a legislação pertinente.

§ 3º O transporte coletivo da frota pública ou sob concessão, deverá implantar sistema de catalizadores para diminuir a poluição atmosférica nos termos da Lei 9.605 de 1998.

§ 4º O desprendimento de odores desagradáveis, incômodos ou prejudiciais a saúde e ao bem estar da comunidade não deverá ser percebido além dos limites da propriedade da fonte geradora.

§ 5º Fica proibida a queima ao ar livre de resíduos sólidos, ressalvadas as situações de emergência sanitária, reconhecida pelo órgão competente;

§ 6º Somente será permitida a execução de fogueira por ocasião de festas juninas em locais que não interfiram com o transito e nem apresentem perigo ao bem-estar da população;

§ 7º O lançamento de emissões provenientes de queima de combustíveis sólidos, líquidos e gasosos deverá ser realizado através de chaminé

Art. 101. O armazenamento de material fragmentado ou particulado deverá ser feito em silos adequadamente vedados ou em outro sistema de controle da poluição do ar de eficiência igual ou superior, de modo a impedir o arraste, pela ação dos ventos, do respectivo material.

Art. 102. As operações de cobertura de superfícies realizadas por aspersão, tais como pintura ou aplicação de verniz a revólver, deverão realizar-se em compartimento próprio provido de sistemas de ventilação local e de equipamentos eficientes para a retenção de material particulado e odor.

Art. 103. As pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, são obrigadas a auto-monitorar suas atividades quanto a emissão de gases, partículas e ruídos.

SEÇÃO III

DA ÁGUA

Art. 104. As ações do Município no sentido da gestão, uso, proteção, conservação, recuperação e preservação dos recursos hídricos estão calcadas na legislação federal e estadual pertinente, colaborando na implantação da Política Estadual de Recursos Hídricos (Lei Estadual nº 6.945 de 05 de novembro de 1997).

Art. 105 . Na gestão dos recursos hídricos, a Secretaria de Meio Ambiente deverá desenvolver programas de monitoramento da qualidade das águas.

Art. 106. Visando apoiar os proprietários no reflorestamento das Áreas de Preservação Permanente, o Executivo Municipal poderá firmar convênios de cooperação técnica e financeira com órgãos estaduais e federais, bem como manter estrutura adequada e viveiro de espécies nativas.

Art. 107. A Secretaria de Meio Ambiente deverá proceder ao cadastramento de todas as captações de água para irrigação ou abastecimento urbano e industrial, caracterizando as condições de uso.

Art. 108. A Secretaria de Meio Ambiente, considerando o que determina as Resoluções CEHIDRO nsº 18, 27 e 29 da SEMA – MT de atribuições da Secretaria de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso deve:

I - exercer controle sobre as formas de captação e exploração, através do cadastramento, licenciamento e autorização dos poços situados no Município que atinjam, tanto o nível freático como o profundo, inclusive cisternas;

II - realizar programas permanentes de detecção e controle quantitativo de perdas no sistema público de abastecimento de água;

III- estabelecer critérios e executar programas de controle das fontes poluidoras e controlar e recuperar as áreas degradadas;

IV- estabelecer critérios para a localização industrial, baseados nos princípios de que o seu abastecimento industrial deverá ser feito preferencialmente através de águas de superfície devidamente tratadas com esgotos lançados no mesmo corpo de abastecimento;

V - promover incentivos para reuso e recirculação de águas nas indústrias e outras atividades.

VI - licenciar a operação dos poços na forma de licença ambiental.

Art. 109. Todos os proprietários, urbanos ou rurais, que dispuserem de poços rasos ou profundos deverão cadastrá-los na Secretaria de Meio Ambiente dentro do prazo de 180 dias contados da data de publicação do presente código, fornecendo os dados solicitados pela Prefeitura.

Art. 110. Para efeito do disposto deste artigo, entende-se por derivação qualquer utilização ou obra em recursos hídricos, bem como os lançamentos efluentes líquidos em cursos d`água.

§ 1º O Poder Executivo Municipal poderá celebrar convênios com o Estado ou com a União para a outorga de concessão, permissão ou autorização para o uso e derivação das águas públicas, nos termos e condições da legislação pertinente.

§ 2º Nos convênios referidos no parágrafo anterior, serão definidas as formas e as condições da outorga de concessões, permissões ou autorizações para o uso e derivação de águas, bem como os limites, condições técnicas e poderes de controle atribuídos por delegação ao Município.

Art. 111. Ocorrendo à delegação referida no Art. 112, a Administração Pública deverá exigir que as obras necessárias à derivação sejam projetadas e executadas sob responsabilidade de profissional habilitado, devidamente registrado no CREA, devendo qualquer alteração no projeto, ou modifi-

cação da vazão captada ou lançada ser previamente aprovada pelo órgão competente.

Art. 112. É proibido manter águas estagnadas em terrenos urbanos, ficando seus proprietários, ou possuidores a qualquer título, obrigados a drenálos.

Art. 113. Outras medidas de restrição de uso e ocupação do solo urbano e rural, que visem à proteção dos corpos d`água, ou seja, massa de água subterrânea ou de superfície cuja quantidade pode variar ao longo do tempo, compreendendo cursos d`água, aquíferos e reservatórios naturais ou artificiais, poderão ser tomadas por lei.

SUBSEÇÃO III

DO SANEMANETO BÁSICO

Art. 114. A promoção de medidas de saneamento básico, residencial, comercial e industrial, essenciais à proteção do meio ambiente, constitui obrigação do poder público, da coletividade e dos detentores dos meios de produção, cabendo-lhes, no exercício da atividade, cumprir determinações legais regulamentares, bem como atender às recomendações, vedações e interdições ditadas pelas autoridades ambientais e sanitárias competentes.

Art. 115. Os serviços de saneamento básico, tais como os de abastecimento de água, coleta, tratamento e disposição final de esgotos e de lixo, operados por órgãos e entidades de qualquer natureza, estão sujeitos ao controle do órgão municipal competente, sem prejuízo daquele exercido por outros órgãos nas esferas estadual e federal, observado o disposto neste código, no seu regulamento e nas demais normas técnicas correlatas.

Parágrafo Único. A construção, reconstrução, reforma, ampliação e operação de sistemas de saneamento básico, bem como a perfuração e a operação de poços tubulares profundos e/ou artesianos, deverá ter seus respectivos projetos aprovados previamente pelos órgãos ambientais competentes, observados o disposto pela legislação Federal, Estadual e Municipal, especialmente o Plano Municipal de Saneamento Básico vigente.

Art. 116. Os órgãos e entidades responsáveis pela operação do sistema de abastecimento público de água deverão adotar as normas e o padrão de potabilidade do produto, estabelecidos pelo Ministério da Saúde, pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente, a Secretaria Municipal de Agricultura, de Meio Ambiente, de Turismo e pelo CONSEMA.

Art. 117. Os órgãos e entidades a que se refere o artigo anterior estão obrigados a adotar as medidas técnicas corretivas destinadas a sanar, de imediato, as falhas que impliquem inobservância das normas e do padrão de potabilidade da água.

Art. 118. O município garantirá o acesso público ao registro permanente de informações sobre a qualidade da água fornecida pelos sistemas de abastecimento público.

Art. 119. É obrigação do proprietário ou do usuário do imóvel a construção de adequadas instalações domiciliares de abastecimento, armazenamento, distribuição e esgotamento de água, cabendo-lhes a necessária conservação, sendo que, todo projeto de sistema de tratamento e destinação final de efluentes deverá ser aprovado pelo órgão ambiental competente, sem prejuízo das competências de outros órgãos.

Art. 120. No município serão instaladas pelo poder público, diretamente ou em regime de concessão, estações de tratamento, elevatórias, rede coletora e emissários de esgotos sanitários.

Art. 121. É obrigatória a existência de instalações sanitárias adequadas nas edificações e a sua ligação à rede pública coletora quando devidamente instalada no Município.

§ 1º Enquanto não existir rede coletora de esgoto, as medidas adequadas ficam sujeitas à aprovação do órgão ambiental competente, sem prejuízo das competências de outros órgãos, que fiscalizará a sua execução e manutenção, sendo vedado o lançamento de esgotos "in natura" a céu aberto ou na rede de águas pluviais.

§ 2º Quando o esgoto doméstico for lançado em galeria pluvial em função da inexistência de rede coletora de esgoto, o mesmo deve receber tratamento adequado, inclusive desinfecção, a nível tal que não provoque qualquer dano a coletividade, cabendo à municipalidade, através do órgão municipal competente, cobrar relatórios e análises periódicas de qualidade do efluente final a ser providenciado pelo responsável gerador do despejo.

§ 3º Por notificação do órgão municipal competente, a concessionária dos serviços de saneamento básico fará as ligações de prédios servidos pela rede coletora de esgotos sanitários, lançando os valores à conta do beneficiário ou outra forma, nos moldes do estabelecido nos termos da concessão.

Art. 122. A coleta, o transporte, tratamento e disposição final do lixo processar-se-ão em condições que não tragam malefícios ou inconvenientes à saúde, ao bem estar público ou ao meio ambiente.

Parágrafo Único. A Prefeitura Municipal fará o monitoramento dos líquidos percolados dos aterros de lixo urbano e industrial do município, fornecendo à Secretaria Municipal de Meio Ambiente as informações e os dados resultantes dessa atividade.

Art. 123. Fica expressamente proibido:

I- deposição indiscriminada de lixo em locais inapropriados, tanto em áreas urbanas como rurais;

II- a incineração e a disposição final de lixo a céu aberto;

III- o lançamento de lixo em água de superfície, sistemas de drenagem de águas pluviais, poços, cacimbas e áreas erodidas.

Parágrafo único. É obrigatória a desinfecção do lixo dos serviços de saúde, bem como sua adequada coleta e transporte e disposição final adequada, sempre obedecidas às normas técnicas pertinentes.

Art.124. Fica proibido o despejo de efluentes líquidos residenciais, comerciais e indústrias diretamente nos corpos d"água ou bueiros, sem o devido tratamento. Os estabelecimentos comerciais, industriais e residenciais, que lançam efluentes sem prévio tratamento nos corpos de água. Terão prazo de 180 (cento e oitenta) dias a partir da sansão desta lei para regularização, com a implantação de pelo menos de sistema fossa séptica-sumidouro, nos locais onde não existe rede de coleta de esgoto. Neste caso, serão vetado a construção de sistema de tratamento de efluentes em locais onde o lençol freático encontra-se aflorante ou semi-aflorante, áreas úmidas, APP e veredas.

SEÇÃO IV

DA FLORA

Art. 125. As florestas e as demais formas de vegetação existente no território municipal, reconhecidas de utilidade para as terras que revestem, são bens de interesse comum a todos os habitantes, exercendo-se os direitos de propriedade com as limitações que a legislação em geral e especialmente esta Lei estabelecem.

Parágrafo Único. As ações que contrariem o disposto neste Código, relativamente à utilização e exploração das florestas e demais formas de vegetação, são consideradas uso nocivo da propriedade.

Art. 126. Consideram-se de preservação permanente, as florestas e demais formas de vegetação natural situadas:

a) ao longo de qualquer curso d'água, calculados do seu nível mais alto, em faixa marginal, cuja largura mínima será:

I- de 30 m (trinta metros) para os cursos d´água de menos de 10 m (dez metros) de largura;

II- de 50m (cinqüenta metros), para os cursos d'água que tenham de 10 m (dez metros) até 50m (cinqüenta metros) de largura;

III- de 100m (cem metros), para os cursos d'água que tenham de 50m (cinqüenta metros) a 200m (duzentos metros) de largura;

IV- de 200m (duzentos metros), para os cursos d´água que tenham de 200 m (duzentos metros) até 600 m (seiscentos metros) de largura;

V- de 500 m (quinhentos metros) para os cursos d´água que tenham largura superior a 600 m (seiscentos metros)

b) ao redor das lagoas ou lagos e reservatórios d'água naturais ou artificiais, represas hidrelétricas ou de uso múltiplo, em faixa marginal, cuja largura mínima será de 100m (cem metros);

c) nas nascentes, ainda que intermitentes, nos chamados "olhos d'água", qualquer que seja sua situação topográfica, nas veredas, e nas cachoeiras ou quedas d'água, num raio mínimo de 100m (cem metros);

d) no topo dos morros, montes e serras;

e) nas encostas ou partes destas, com declividade superior a 45 (quarenta e cinco) graus, equivalente a 100% na linha de maior declive;

f) nas bordas dos tabuleiros e chapadas, a partir da linha de ruptura do relevo, em faixa nunca inferior a 100m (cem metros) em projeção horizontal.

g) em áreas alagáveis e encharcadas que margeiam os rios do município.

h) em formações vegetais e pedológicas associadas aos sítios arqueológicos, cujo manejo deve obedecer a critérios técnicos, visando à conservação de tal patrimônio.

§ 1º O acesso a corpos d'água protegidos por este artigo e seu uso eventual e específico deverá ser requerido a critério da SEMA-MT e em obediência a legislação Federal e Estadual pertinentes.

§ 2º Para a definição das demais áreas de preservação permanente, serão adotados os conceitos estabelecidos pela correspondente Resolução do CONAMA.

Art. 127. Fica proibido a confecção, comercialização, transporte e a prática de soltar balões com tochas de fogo, capazes de provocar incêndios em propriedades urbanas e áreas florestais.

Art. 128 . As empresas siderúrgicas, de transporte e outras, à base de carvão vegetal, lenha ou outra matéria-prima vegetal, são obrigadas a manter florestas próprias para exploração racional ou a formar, diretamente ou por intermédio de empreendimentos dos quais participem, florestas destinadas ao seu suprimento.

Art. 129. É proibida a prática de queimadas nas florestas e demais formas de vegetação, exceto em condições especiais, tecnicamente recomendadas.

Art. 130. Nas áreas urbanas do Município, é proibido atear fogo às palhadas ou matos, mesmo em terrenos baldios.

Art. 131. A exploração de florestas e de formações sucessoras, tanto de domínio público como de domínio privado, dependerá de aprovação da SEMA-MT, bem como da adoção de técnicas de condução, exploração, reposição florestal e manejo compatíveis com os variados ecossistemas que a cobertura arbórea forma.

Parágrafo Único - No caso de reposição florestal, deverão ser priorizados projetos que contemplem a utilização de espécies nativas.

Art. 132. Ficam obrigados a apresentar o comprovante de registro no IBAMA ou na SEMA/MT, no ato de obtenção do alvará de funcionamento, os estabelecimentos responsáveis pela comercialização de moto serras, bem como os adquirentes desses equipamentos.

Art. 133. O Município promoverá direta ou indiretamente o reflorestamento ecológico em áreas degradadas, objetivando especialmente a proteção de encostas e dos recursos hídricos, bem como a consecução de índices razoáveis de cobertura vegetal, de acordo com a legislação vigente.

Art. 134. O Poder Público incentivará tecnicamente reflorestamentos de espécies nativas nas suas propriedades, podendo manter para tal objetivo viveiros de mudas, que suprirão também, dentro de suas possibilidades as demandas da população interessada.

SUBSEÇÃO I

DA ARBORIZAÇÃO URBANA

Art. 135. Por arborização urbana, entende-se qualquer tipo de árvore, de porte adulto ou em formação, existentes em logradouros públicos ou em propriedades privadas.

Art. 136. A fiscalização da arborização urbana será exercida por agente ambiental do Município, respeitada a competência dos órgãos estaduais e federais, com os quais poderá firmar convênios para atendimento dessa finalidade.

Art. 137. A vistoria para autorização do corte de árvores será feita por fiscal do quadro de servidores do Município, devendo este ser capacitado e credenciado para tal função.

§ 1º - Da credencial deverão constar os seguintes dados:

I- Nome do Funcionário;

II- Número de sua matrícula;

III- Número do Registro Geral – RG e Cadastro de Pessoa Física – CPF;

IV- Prazo de validade da credencial;

V- Título da função exercida;

VI- Assinatura do Secretário de Agricultura e Meio Ambiente.

§ 2° - A credencial será valida, pelo período máximo de 2 (dois) anos, podendo ser cassada a qualquer momento pelo órgão municipal competente.

Art. 138. A autorização para corte de árvores, deverá ser feita mediante o preenchimento de um requerimento, onde deverá conter no mínimo as seguintes informações:

a) nome, endereço e número de documento de identidade do proprietário do imóvel;

b) nome, endereço e número do documento de identidade do solicitante;

c) endereço completo do imóvel;

d) "croqui" de localização;

e) número de árvores ou área a serem derrubadas;

f) motivo da derrubada;

g) assinatura do proprietário do imóvel e do solicitante.

Art. 139. A solicitação de corte de árvore, sem prejuízo do disposto no artigo anterior, deverá ser acompanhada do respectivo título de domínio imobiliário do proprietário interessado na derrubada.

Art. 140. A autorização de corte expedida pelo órgão municipal competente, deverá conter os seguintes elementos:

I- nome do proprietário;

II- endereço do imóvel;

III- número da matrícula do imóvel, no Cartório de Registro de Imóveis;

IV- especificações das árvores cujo abate é autorizado;

V- número e espécie de árvores para a correspondente reposição.

Art. 141. É expressamente proibido pintar, caiar, e pichar as árvores da arborização pública e as pertencentes à Zona de Áreas Verdes, com intuito de promoção, divulgação, e propaganda.

Art. 142. É expressamente proibido prender animais nos troncos da arborização urbana e jogar água servida ou água de lavagem de substâncias nocivas, em locais com árvores e plantas.

Art. 143. É expressamente proibido podar, cortar, derrubar, remover ou sacrificar as árvores da arborização pública, sendo estes serviços de atribuição específica da Prefeitura Municipal.

§ 1º A proibição contida neste artigo é extensiva às concessionárias de serviços públicos, ou de utilidade pública, ressalvados os casos de autorizações específicas da Prefeitura.

§ 2º Qualquer árvore ou planta poderá ser considerada imune de corte por motivo de originalidade, idade, localização, beleza, interesse histórico ou condição de porta-sementes, mesmo estando em terreno particular, observadas as disposições do Código Florestal Brasileiro.

Art. 144. Não será permitida a utilização de árvores da arborização pública para colocar cartazes ou anúncios, fixar cabos e fios, nem para suporte ou apoio para instalações de qualquer natureza ou finalidade.

§ 1º A proibição contida neste artigo não se aplica nos casos de instalação de iluminação decorativa, promovida pela Prefeitura Municipal ou por ela autorizada.

§ 2º A instalação prevista no parágrafo anterior poderá ser efetuada desde que não cause qualquer tipo de dano na arborização, tais como perfurações, cortes, estrangulamentos e outros.

§ 3º Após a retirada da iluminação decorativa deverão ser retirados todos os dispositivos de fixação estranhos às árvores, tais como arames e outros.

SEÇÃO V

DA FAUNA

Art. 145. Acham-se sob proteção do Poder Público os animais de qualquer espécie, em qualquer fase de seu desenvolvimento, que vivam fora do cativeiro, constituindo a fauna silvestre, bem como seus ninhos, abrigos e criadouros naturais, sendo proibida a sua utilização, destruição, perseguição, caça, apanha ou aprisionamento, salvo nas condições autorizadas pela Lei.

Art. 146. É proibida a prática de maus tratos em animais, considerando-se como tal:

I- praticar ato de abuso ou crueldade em qualquer animal;

II- manter animais em lugares anti-higiênicos ou que lhes impeçam a respiração, o movimento ou descanso, ou os privem de ar ou luz;

III- adestrar animais com maus tratos físicos;

IV- transportar, negociar ou caçar, em qualquer época do ano, aves e animais silvestres.

Art. 147. As pessoas físicas ou jurídicas, que negociem com animais silvestres e seus produtos, deverão possuir o competente registro no IBAMA, nos moldes do Art.16, da Lei 5.197 de 03 de janeiro de 1967, (Lei de Proteção à Fauna).

SUBSEÇÃO .1

DA ATIVIDADE PESQUEIRA

Art. 148. Para os efeitos desta Lei Complementar define-se por pesca todos os atos tendentes a capturar ou extrair elementos animais ou vegetais que tenham na água seu normal ou mais freqüente meio de vida.

Art. 149. A atividade pesqueira pode efetuar-se:

I - Com fins comerciais, quando tem por finalidade realizar atos de comércio na forma da legislação em vigor;

II - Com fins desportivos ou de lazer, quando praticada com caniço, linha de mão, aparelhos de mergulho ou com quaisquer outros permitidos pela autoridade competente e que, em nenhuma hipótese, venha a importar em atividade comercial;

III - Com fins científicos, quando exercida unicamente com vistas à pesquisa, realizados por instituições ou pessoas devidamente habilitadas para este fim.

Parágrafo Único . Fica vedada a pesca predatória em toda a sua forma, cabendo aos infratores as sanções previstas na lei pertinente.

Art. 150. São de domínio público todos os animais e vegetais que se encontrem nas águas dominiais.

Art. 151. A pesca pode ser exercida, obedecidos aos atos emanados do órgão Estadual e Federal.

Art. 152. É proibido pescar:

I- nos lugares e épocas interditados pelo órgão competente.

II- em locais onde o exercício da pesca cause embaraço a navegação;

III - com dinamite e outros explosivos comuns ou com substâncias que, em contato com a água, possam agir de forma explosiva;

IV - com substâncias tóxicas;

V - a menos de 500m (quinhentos metros) das saídas de esgotos;

VI - em águas poluídas;

VII - em cursos d'água, nos períodos em que ocorrem fenômenos migratórios para reprodução e em água parada, nos períodos de desova, reprodução ou defeso.

Art. 153. O proprietário ou concessionário de represas em cursos d'água além de outras disposições legais é obrigado a tomar medidas de proteção à fauna.

Art. 154. Serão determinadas medidas de proteção à fauna em quaisquer obras que importem na alteração do regime dos cursos d'água, mesmo quando ordenados pelo Poder Público.

CAPÍTULO IV

DA PROTEÇÃO CONTRA A POLUIÇÃO DO PATRIMÔNIO AMBIENTAL MUNICIPAL

SEÇÃO I

DO CONTROLE DA POLUIÇÃO

Art. 155. O lançamento no meio ambiente de qualquer forma de matéria, energia ou substância, em qualquer estado físico, prejudicial ao ar, ao solo, ao subsolo, às águas, à fauna e à flora, deverá obedecer às normas estabelecidas, visando a reduzir, previamente, os efeitos:

I- impróprios, nocivos ou ofensivos à saúde;

II- inconvenientes, inoportunos ou incômodos ao bem-estar público;

III- danosos aos materiais, prejudiciais ao uso, gozo e segurança da coletividade.

Art. 156. Caberá ao órgão municipal de meio ambiente, conjuntamente com os órgãos federais e estaduais, exigir, na forma da legislação vigente, a realização de estudo prévio de impacto ou análise de risco para instalação, operação e desenvolvimento de atividades efetiva e potencialmente impactantes ao meio ambiente.

Parágrafo Único. O estudo referido no caput deste artigo deverá ser efetuado por equipe multidisciplinar, de acordo com as características da atividade licenciada.

Art. 157. A construção, instalação, ampliação ou funcionamento de qualquer atividade utilizadora de recursos ambientais, realizadas por pessoas físicas ou jurídicas, inclusive os órgãos e entidades da administração pública, consideradas de baixo e médio impactos, assim como os empreendimentos capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerá do prévio licenciamento do órgão ambiental municipal, sem prejuízo de outras licenças legalmente exigíveis.

Art. 158. As fontes móveis de poluição serão controladas, conforme legislação estadual e federal, no que couber pelo Município.

SUBSEÇÃO I

DA POLUIÇÃO DO SOLO

Art. 159. É proibido depositar, dispor, descarregar, enterrar, infiltrar ou acumular no solo, resíduos em qualquer estado de matéria, de natureza poluente, nos termos da legislação em vigor.

Art. 160. O solo somente poderá ser utilizado para destino final de resíduos poluentes de qualquer natureza se sua disposição for feita de forma adequada, estabelecidos em projetos específicos, sob orientação de profissional devidamente habilitado, vedando-se a simples descarga ou depósito, seja em propriedade pública ou particular.

Parágrafo Único. Quando a disposição final, mencionada neste artigo, exigir a execução de aterros sanitários, deverão ser tomadas medidas adequadas para a proteção das águas superficiais e subterrâneas.

Art. 161. Os resíduos de produtos químicos e farmacêuticos e de reativos biológicos deverão receber tratamento que eliminem riscos ambientais, antes que lhes sejam dada à destinação final.

Art. 162. A acumulação de resíduos de qualquer natureza será tolerada pelo prazo máximo de um (1) ano e desde que o responsável comprove que não há risco à saúde pública e ao meio ambiente.

Art. 163. O tratamento, quando for o caso, o transporte e à disposição final de resíduos de qualquer natureza de estabelecimentos industriais, comerciais e de prestação de serviços, que não sejam de responsabilidade do Município, deverão ser feitas pela própria fonte de poluição e às suas custas.

§ 1º A execução, pelo Município, dos serviços mencionados neste artigo, não eximem de responsabilidade o responsável pela fonte de poluição, quanto a eventual transgressão de dispositivos desta Lei Complementar.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se também aos lodos digeridos ou não, sistemas de tratamento de resíduos e de outros materiais.

§ 3º - A disposição final dos resíduos de qual trata este artigo, somente poderá ser feita em locais aprovados pelo órgão municipal competente.

Art. 164. Os resíduos de qualquer natureza, portadores de patogênicos ou de alta toxicidade, bem como inflamáveis, explosivos, radioativos e outros assemelhados, deverão sofrer, antes de sua disposição final no solo, tratamento e/ou acondicionamento adequados, estabelecidos através de projetos específicos, que atendam aos requisitos de proteção à saúde pública e ao meio ambiente.

§ 1º Os resíduos provenientes do tratamento de enfermidades infectocontagiosas, bem como os animais mortos que tenham sido usados para experiências, deverão ser coletados separadamente dos demais resíduos, submetidos a imediato tratamento adequado e acondicionados em recipientes apropriados até a sua posterior destinação final.

§ 2º Os órgãos municipais de defesa civil deverão ser informados quanto à localização dos pontos de destinação final dos resíduos de que trata este artigo.

Art. 165. É expressamente proibido as seguintes formas de destinação e utilização de resíduos sólidos:

I - o lançamento "in natura" a céu aberto;

II - a queima a céu aberto;

III - o lançamento em cursos d`água, áreas de várzea, poços e cacimbas em mananciais e sua áreas de drenagem;

IV - a disposição em terrenos baldios, áreas erodidas e outros locais impróprios;

V -. o lançamento em sistemas de rede de drenagem de águas pluviais, de esgotos, bueiros e assemelhados;

VI - o armazenamento em edificação inadequada;

VII - a utilização para alimentação humana, e;

VIII - a utilização para alimentação animal e adubação orgânica em desacordo com a regulamentação específica.

§ 1º Ficam os estabelecimentos geradores de resíduos de serviços de saúde, responsáveis pelo correto gerenciamento dos seus resíduos, no que se refere a acondicionamento, armazenamento, transporte, tratamento e disposição final.

§ 2º Ficam os estabelecimentos geradores de resíduos industriais, responsáveis pelo correto gerenciamento dos seus resíduos, no que se refere a acondicionamento, armazenamento, transporte, tratamento e disposição final.

Art. 166. A Secretaria Municipal de Meio Ambiente, em conjunto com a Prefeitura, poderá estabelecer zonas urbanas, onde a separação e seleção de resíduos sólidos deverá ser efetuada em nível residencial, comercial ou de prestação de serviços, para posterior coleta seletiva.

Art. 167. Os resíduos sólidos perigosos, a critério da Secretaria Municipal, deverão sofrer acondicionamento, transporte e tratamento adequados antes de sua disposição final, fixados em projetos específicos que atendam aos requisitos de proteção ambiental.

Parágrafo único - O transporte de resíduos sólidos perigosos deverá obedecer às exigências e determinações das legislações estadual e federal pertinentes.

SEÇÃO II

DA POLUIÇÃO DAS ÁGUAS

Art. 168. A classificação das águas interiores situadas no território do município, para os efeitos deste código, será aquela adotada pela correspondente resolução CONAMA 357 de 17 de março de 2005 ou a que vier a sucedê-la, e no que couber, pela legislação estadual.

Art. 169. É proibido o lançamento, direto ou indireto em corpos d'água, de qualquer resíduo, sólido, líquido ou pastoso em desacordo com os parâmetros definidos nos instrumentos normativos do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, e da legislação estadual aplicável.

Art. 170. Todo e qualquer estabelecimento industrial ou de prestação de serviços potencialmente poluidor de águas, deverá possuir sistema de tratamento de efluentes líquidos que garanta a qualidade final dos despejos de forma a não provocar danos ao meio ambiente, dentro dos parâmetros de qualidade definidos nos instrumentos normativos do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, e da legislação estadual.

Art. 171. As construções de unidades industriais, de estruturas ou de depósitos de armazenagem de substâncias capazes de causar riscos aos recursos hídricos, deverão localizar-se a uma distância mínima de 200 (duzentos) metros dos corpos d'água no perímetro urbano e de 300 (trezentos) metros em zona rural, e devem ser dotados de dispositivos de segurança e prevenção de acidentes.

Art. 172. Toda empresa ou instituição, responsável por fonte de poluição das águas deverá tratar adequadamente seu esgoto sanitário, sempre que não existir sistema público de coleta, transporte, tratamento e disposição final de esgotos.

Art. 173. Os padrões de qualidade das águas e as concentrações de poluentes ficam restritos, até posterior regulamentação municipal, aos termos e parâmetros estabelecidos pelo CONAMA e pela legislação estadual.

Art. 174. Fica conferido ao Município o gerenciamento qualitativo e quantitativo dos recursos hídricos municipais, respeitadas as competências estaduais e federais.

Art. 175. É proibido desviar o leito das águas correntes, bem como obstruir, de qualquer forma, o seu curso, salvo mediante licença expedida pelo órgão ambiental competente.

Parágrafo Único. As águas correntes, nascidas no limite de um terreno e que têm curso por ele, poderão ser reguladas, dentro dos limites do mesmo, mas nunca desviadas de seu escoamento natural ou represadas, em prejuízo dos vizinho ou das vias públicas, observados o que estabelece a

resolução CONAMA 369/2006 de 28 de março de 2006, ou a que vier a sucedê-la.

Art. 176. Todo e qualquer uso de águas superficiais e de subsolo será objeto de licenciamento pelo órgão competente que levará em conta a política de usos múltiplos da água, respeitadas as demais competências.

SEÇÃO III

DA POLUIÇÃO DO AR

Art. 177. Todo ambiente fechado com fonte de poluição do ar deverá ser provido de sistema de ventilação local exaustora, que deve receber tratamento adequado com sistema de filtros, de forma que o lançamento atenda plenamente o que estabelece a resolução CONAMA 003/90 de 28 de junho de 1990, que trata de padrões de qualidade do ar ou a que vier a sucedê-la.

Parágrafo Único. O lançamento de efluentes na atmosfera somente poderá ser realizado através de chaminé e nos limites de toxicidade que não afetam a saúde da população, atendendo o que estabelece o "caput" do artigo.

Art. 178. Em ambiente climatizado deve ser observado o que estabelece a Norma da ABNT NBR 6401 que trata de Instalações centrais de ar condicionado para conforto – parâmetros básicos de projetos da ABNT, e a Resolução ANVISA RE 09 de 16 de janeiro de 2003 ou as que vierem a sucedê-las.

Parágrafo Único. Nas operações de britagem, moagem, transporte, manipulação, carga, descarga de material fragmentado ou particulado, poderão ser dispensadas das exigências referidas neste artigo, desde, que realizadas mediante processo de umidificação permanente.

Art. 179. O armazenamento de material fragmentado ou particulado deverá ser feito em silos adequadamente vedados ou em outros sistemas de controle de poluição do ar, de eficiência igual ou superior, de modo a impedir o arraste, pela ação dos ventos, do respectivo material.

Art. 180. É proibida a queima ao ar livre de resíduos sólidos, líquidos ou de qualquer outro material combustível.

Art. 181. É proibida a instalação e o funcionamento de incineradores de lixo residenciais.

Parágrafo Único. A incineração de resíduos de serviços de saúde, bem como de resíduos industriais ou comerciais, fica condicionada à aprovação do projeto e respectivo Estudo de Impacto Ambiental –EIA, pelo Município e pelos demais órgãos estaduais e federais competentes.

Art. 182. Os padrões de qualidade do ar e as concentrações de poluentes atmosféricos ficam restritos, até posterior regulamentação municipal, aos termos e parâmetros estabelecidos pela legislação federal e estadual.

SEÇÃO IV

DA POLUIÇÃO SONORA

Art. 183. Considera-se poluição sonora a emissão de sons, ruídos e vibrações em decorrência de atividades industriais, comerciais, de prestação de serviços, domésticas, sociais, de trânsito e de obras públicas ou privadas que causem desconforto ou excedam os limites estabelecidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, pelas posturas municipais, pelas resoluções do CONAMA e demais dispositivos legais em vigor, no interesse da saúde, da segurança e do sossego público.

Art. 184. A emissão de sons, ruídos e vibrações produzidos por veículos automotores e os produzidos nos interiores dos ambientes de trabalho, obedecerão às normas expedidas, respectivamente, pelo Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN e pelo Ministério do Trabalho.

Art. 185. É vedada a emissão de sons de quaisquer espécies, produzidos por quaisquer meios, que perturbem o bem-estar e sossego público, a ser obedecido os parâmetros da Norma da ABNT NBR 10151, que fixa as condições exigíveis para avaliação da aceitabilidade do ruído em comunidades, ou a norma que vier a sucedê-la.

Art. 186. Quando da realização de eventos que utilizem equipamentos sonoros, tais como eventos culturais, carnaval, pré-carnaval e similares, os responsáveis estão obrigados a acordarem, previamente com o órgão relacionado à política municipal do meio ambiente quanto aos limites de emissão de sons.

§ 1º A desobediência do disposto no caput deste artigo implicará na cominação das penalidades previstas pela legislação.

§ 2º O horário máximo de realização das atividades que utilizem equipamentos sonoros, com seus respectivos parâmetros de emissão sonora, será até 22h00min, sendo obrigada à realização de consulta à população da área nos casos em que for necessária ultrapassar o limite de horário fixado e mediante obtenção de alvará de licença especial com discriminação de horários.

Art. 187. Para prevenir a poluição sonora, o município disciplinará o horário de funcionamento noturno das construções, condicionando a admissão de obras de construção civil aos domingos e feriados desde que satisfeitos as seguintes condições:

I- Obtenção de alvará de licença especial, com discriminação de horários e tipos de serviços que poderão ser executados.

II- Observância dos níveis de som estabelecidos nesta lei.

Art. 188. Não será expedido Alvará de Funcionamento sem que seja realizada vistoria no estabelecimento pelo órgão municipal responsável pela política de meio ambiente, para que fique registrada sua adequação para emissão de sons provenientes de quaisquer fontes, limitando a passagem sonora para o exterior.

Parágrafo Único. Os estabelecimentos vistoriados e considerados adequados receberão autorização especial de utilização sonora.

Art. 189. A autorização especial de utilização sonora será emitida pelo órgão responsável pela política de meio ambiente, e terá prazo de validade de 02 (dois) anos, podendo ser renovado se atendidos os requisitos legais.

Art. 190. Qualquer munícipe poderá formular ao órgão responsável pela política do meio ambiente denúncia de desatendimento ás normas da legislação do combate à poluição sonora.

Parágrafo Único. Recebida à informação, o órgão responsável pela política do meio ambiente deverá tomar providências necessárias para a sua imediata apuração e aplicação das penalidades cabíveis.

Art. 191. As medições deverão ser efetuadas pelo poder público municipal, com aparelho medidor de nível de som que atenda as recomendações da ABNT, com a finalidade de impedir ou reduzir a poluição proveniente de sons e ruídos excessivos, adotando para tanto as seguintes medidas:

I - disciplinar a instalação de estabelecimentos de industriais, comerciais e prestadores de serviço que produzam ruídos ou sons excessivos ou incômodos em bairros residenciais e comerciais, além dos limites permitidos fixados nesta Lei;

II - disciplinar e controlar a execução do serviço de propaganda falada por meio de alto-falantes, amplificadores de som e equipamentos eletro-acústicos em geral;

III - sinalizar convenientemente as áreas próximas a hospitais, casas de saúde, maternidades e, sempre que possível, disciplinar o transito de modo a permitir a redução ou eliminação de tráfego nestas áreas;

IV - impedir a instalação em bairros residenciais, de casas de divertimentos públicos que, pela natureza de suas atividades, possam produzir ruídos incômodos, tanto pela atividade como pela eventual aglomeração de pessoas e veículos por ela provocada.

SUBSEÇÃO V

DA POLUIÇÃO RURAL

Art. 192. Consideram-se dano ambiental de natureza rural todos os efeitos adversos ao meio ambiente decorrentes da prática de atividades rurais, tais como:

I - contaminação do solo, das águas, dos produtos agropecuários, das pessoas e dos animais, devido ao uso e a manipulação inadequados de agrotóxicos e/ou fertilizantes;

II - disposição de embalagem de agrotóxicos sobre o solo, deixando de fazer a entrega ao sistema de coleta junto a Central de Recebimento de Embalagens Vazias de Agrotóxicos;

III - lavagem de recipientes, utensílios e máquinas contaminadas com agrotóxicos, com a disposição das águas contaminadas em rios, lagos ou sobre o solo em concentrações fora dos padrões estabelecidos pela legislação;

IV - disposição de resíduos orgânicos de animais, sobre o solo, exceto através de técnicas adequadas aprovadas pelo Município ou demais órgãos competentes Federal e Estadual obedecendo sempre as normas pertinentes, precedidas de digestão e estabilização em instalações apropriadas;

Art. 193. É vedada sob qualquer hipótese a disposição de resíduos orgânicos de animais em cursos d'água, ou nascentes.

Art. 194. Os estábulos, estrebarias, pocilgas, aviários e currais, bem como esterqueiras e depósitos de lixo, deverão ser localizados a uma distância mínima de 50,00 (cinqüenta) metros das habitações.

Art. 195. Compete, também, ao proprietário rural manter:

I - a arborização junto às margens das estradas municipais;

II - a limpeza da testada de seu imóvel e das respectivas margens das estradas;

III - as práticas mecânicas conservacionistas, de forma a não comprometer o sistema previamente implantado.

Art. 196. O Município, articulado com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA e com os demais órgãos estaduais e federais afins, desenvolverá programas de extensão rural e conscientização específica para o controle dos danos ambientais de natureza rural.

CAPÍTULO VI

DOS ESPAÇOS ESPECIALMENTE PROTEGIDOS

SEÇÃO I

Da criação e definição dos espaços especialmente protegidos

Art. 197. Compete ao Poder Público municipal instituir, implantar, promover a gestão, espaços especialmente protegidos e seus componentes representativos dos ecossistemas que ocorrem no território municipal, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade de seus atributos que justifiquem sua proteção.

Parágrafo único. A criação de espaços especialmente protegidos justifica-se em face de aspectos científicos, relevância do ecossistema, manutenção do equilíbrio ecológico, beleza cênica, contemplativo, aspectos histórico, cultural, educacional e/ou turístico.

Art. 198. São espaços territoriais especialmente protegidos:

I - As áreas de preservação permanente (APP), conforme estabelece a legislação estadual;

II - As áreas de reserva legal, instituídas pelo Código Florestal, lei federal 4.771/65;

III - As unidades de conservação de proteção integral e de uso sustentável, criadas na esfera estadual, federal e municipal que ocorrem no território do município;

IV - As áreas de proteção especial estabelecidas pela lei de Parcelamento do Solo Urbano, lei federal 6.766/1979;

V - As áreas que abriguem exemplares de espécies raras da fauna e da flora, ameaçados de extinção e endêmicos, bem como aquelas que sirvam como local de pouso ou reprodução de espécies migratórias devidamente identificadas e previamente declaradas por ato do Poder Público;

VI - As reservas da flora apícola, compreendendo suas espécies vegetais e enxames silvestres, quando estabelecidas pelo Poder Público, nelas vedados o uso de agrotóxicos, a supressão da vegetação e a prática da queimada;

VII - As cavidades naturais subterrâneas e cavernas, onde são permitidas visitação turística, contemplativa e atividades científicas, além daquelas previstas em zoneamento específico;

VIII - Outras áreas instituídas pelo Município.

SEÇÃO II

DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Art. 199. O Poder Público poderá instituir, implantar e administrar Unidades de Conservação.

§ 1º Unidade de Conservação é o espaço territorial e seus componentes que contenham características naturais relevantes, com o objetivo de conservação ambiental, subordinada a um regime especial de administração e restrição de uso dentro de seu limite definido, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção dos seus recursos naturais e paisagísticos.

§ 2º As Unidades de Conservação serão criadas por decreto que deverão explicitar a delimitação, os critérios para a determinação da Unidade de Conservação, as características ambientais e de apropriação dos recursos naturais.

§ 3º As Unidades de Conservação deverão dispor de um Plano de Manejo onde se definirá o zoneamento de acordo com as características naturais e o objetivo do manejo da unidade que se cria, com revisão no prazo máximo de 5 anos.

Art. 200. São Unidades de Conservação Municipais:

I - Área de Relevante Interesse Ecológico, com características naturais extraordinárias ou por abrigarem exemplares raros da biota regional exigindo cuidados especiais de proteção;

II - Área Especial de Interesse Turístico, com a finalidade de proteção dos recursos naturais renováveis e valorização e preservação das manifestações culturais destinadas ao desenvolvimento turístico local;

III - Monumento Natural, destinado a proteger e preservar ambientes naturais em razão de seu interesse especial ou características ímpares, tais como, quedas de água, cavernas, formações rochosas e espécies únicas de flora e fauna, possibilitando atividades educacionais, de interpretação da natureza, pesquisa e turismo;

IV - Parque Municipal, com a finalidade de resguardar os atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção integral da flora, da fauna e das belezas naturais com atividades culturais, recreativas, educacionais e de pesquisa científica;

V - Reserva Particular de Patrimônio Natural, área de domínio particular, cujo manejo é disciplinado por práticas conservacionistas com o objetivo de assegurar o bem estar da população e conservar ou melhorar as condições ecológicas locais.

§ 1º Categorias de Unidades de Conservação podem ser criadas de acordo com a necessidade de conservação de áreas no Município.

SEÇÃO III

DA VEGETAÇÃO PÚBLICA URBANA

Art. 201. A implantação, manutenção, reforma e supressão de canteiros, praças e jardins em espaços públicos será gerenciada e realizada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Parágrafo único - Sob autorização e acompanhamento da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, a implantação, manutenção e reforma de canteiros poderão ser realizadas pela iniciativa privada ou pela sociedade civil organizada, em forma de parceria, com a possibilidade de exploração de mensagens comerciais cujo formato será regulamentado.

Art. 202. O manejo da vegetação de porte arbóreo das áreas públicas será gerenciado pela Secretaria de Meio Ambiente.

§ 1º - A poda ou remoção da vegetação de porte arbóreo de que trata o "caput" deste Artigo será permitida de forma a garantir a sanidade vegetal, a segurança da população e o interesse público, de acordo com orientação técnica da Secretaria Municipal de Meio Ambiente .

§ 2º - A remoção ou poda de árvores em áreas públicas será realizada pelo órgão competente, ou, sob sua orientação e acompanhamento técnico por:

I - empresas concessionárias de serviços públicos ou autarquias, desde que autorizados pelo órgão municipal;

II - corpo de bombeiros nos casos de emergência, em que haja risco iminente à vida ou ao patrimônio público ou privado;

III - particulares treinados e cadastrados junto a Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

§ 3º - A vegetação de porte arbóreo removida deverá ser reposta em área pública adequada, o mais próximo possível do local removido e respeitando as características da vegetação arbórea, no menor prazo possível.

SEÇÃO IV

DOS FUNDOS DE VALE E ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE

Art. 203. São considerados de interesse ambiental os fundos de vale e as demais Áreas de Preservação Permanente definidas no Código Florestal Federal, particularmente aqueles sujeitos à inundação, erosão ou que possam acarretar transtornos à coletividade e prejuízos ambientais, através de uso inadequado.

Art. 204. É competência da Secretaria de Meio Ambiente, em conjunto com a Prefeitura, observando as demais legislações incidentes sobre o assunto:

I - examinar e propor o uso mais adequado para os fundos de vale, priorizando a recomposição das matas ciliares, a drenagem, a preservação de áreas críticas e a implantação de áreas de recreação;

II - normatizar o uso e a ocupação do solo dos Fundos de Vale de interesse ambiental, os quais serão aprovados por decreto;

III - garantir a proteção a faixa de preservação permanente;

IV - manifestar - se sobre a viabilidade técnica de obras viárias e implantação de demais infra-estruturas urbanas;

V - incentivar a recuperação dos fundos de vale e outras áreas de preservação permanente.

Art. 205. O Plano de Drenagem devera prever a adoção de mecanismos de diminuição dos picos de cheias em locais de contribuição acentuada de águas pluviais nas várzeas dos rios e córregos e soluções alternativas.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 206. O Município promoverá ampla divulgação de sua legislação ambiental, especialmente deste Código, que será distribuído nas instituições de ensino públicas e privadas.

Art. 207. As atividades econômicas em funcionamento a contar da data de publicação desta lei, sujeitas ao licenciamento ambiental, poderão requerer Licença de Operação, independentemente de possuírem Licença Prévia ou Licença de Instalação, desde que adequadas a legislação ambiental.

Parágrafo Único. O município, através do órgão ambiental, promoverá dentro de um ano após a aprovação desta lei, a identificação de diques, aterros, e mesmo barragens e outros empreendimentos sujeito ao licenciamento ambiental municipal, dentro do perímetro urbano ou na zona rural, fixando, aos proprietários, prazo para a remoção se deles resultem significativos danos ambientais, ou se não, que sejam licenciados nos moldes do caput. deste artigo.

Art. 208. As atividades sujeitas ao licenciamento ambiental que estiverem com processo de licenciamento ambiental junto a Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA, que passarem a ser licenciados junto ao município, devem apresentar cópia do processo de licenciamento para devida regularização junto ao município, sem prejuízo financeiro ao interessado.

Art. 209. O Município promoverá anualmente cursos de atualização na área de proteção ao meio ambiente, e poderá enviar membros da equipe técnica a outras localidades objetivando a capacitação do seu quadro técnico, dos agentes de fiscalização e demais agentes que comporão seu corpo organizacional e administrativo.

SEÇÃO II

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 210. As atribuições conferidas ao município, através da presente Lei, somente passarão a ter efeito após a celebração dos convênios com os respectivos órgãos estaduais e federais.

Art. 211. O Município em parceria com a SEMA – Secretaria Estadual do Meio Ambiente, receberá de forma gradativa e regulamentada por instrumento normativo, as atribuições de licenciamento em âmbito municipal das atividades potencialmente poluidoras, sempre respeitando as limitações técnicas do Município.

Parágrafo Único. Inicialmente, o município licenciará apenas as atividades consideradas de pequeno e médio potencial poluidor, nos termos do Anexo Único do Decreto Estadual n. 7007/2006 e Resolução CONSEMA n. 04 de 2008.

Art. 212. Fica o Poder Executivo autorizado a determinar medidas de emergência, a fim de evitar episódios críticos de poluição ambiental ou impedir sua continuidade em caso de grave ou iminente risco para vidas humanas ou recursos ambientais.

Parágrafo Único. Para execução das medidas de emergência de que trata este artigo, poderá ser reduzida ou impedida, durante o período crítico, a atividade de qualquer fonte poluidora na área atingida pela ocorrência, respeitadas as competências da União e do Estado.

Art. 213. O Poder Executivo, mediante decreto, regulamentará os procedimentos fiscalizatórios necessários à aplicação desta Lei e das demais normas pertinentes, num prazo de cento e vinte dias contados de sua publicação.

Art. 214. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 215. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Paraguai – MT, 14 de setembro de 2015.

ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 042/2015

A Prefeitura Municipal de Alto Taquari, através de sua Pregoeira e equipe de apoio no uso de suas atribuições legais, regido pela portaria n° 04/2015 de 01/01/2015, torna público aos interessados que o PREGÃO PRESEN-

CIAL N° 042/2015, cujo certame se deu às 07h30min, (horário de mato grosso) do dia 30/09/2015; sagraram-se vencedor o proponente: a empresa, **BATISTA VANO & CIA LTDA - ME,** vencedora por apresentar o valor de **R$ 56.465,00 (cinquenta e seis mil e quatrocentos e sessenta e cinco reais),** A licitação foi realizada com Pregão Presencial, pelo critério do tipo menor preço global, sendo a presente contratação homologada pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, em 01 de Outubro de 2015. Maiores informações fone (66)3496-1575/1471 - Alto Taquari – MT, 01 de Outubro de 2015. – Jusinéia Menezes de Carvalho **–** Pregoeira.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 112/2015

DECRETO Nº 112/2015

"Dispõe sobre Nomeação no cargo de Provimento em Comissão de **Secretário Municipal de Planejamento."**

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Maurício Joel de Sá**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc. ..

DECRETA:

Artigo 1º - Fica nomeado, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de **Secretário Municipal de Planejamento**, código CC 11.050 o Senhor **Lourival Zanelato da Silva**, CPF/MF – 218.038.508-09, com fulcro na Lei Municipal n° 517/2008.

Artigo 2º.- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 01 de outubro de 2015.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 063/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 049/2015

(SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS)

A Prefeitura Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade **Pregão Presencial 049/2015,** no dia 16/10/2015 **às 8:00 horas,** (Horário de Mato Grosso). Este pregão será regido pelo Decreto Municipal nº. 0156/2008 e 0564/2010, Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições Legais aplicáveis,

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE **BATERIAS PARA OS VEICULOS DA FROTA MUNICIPAL**, COM ENTREGA PARCELADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE APIACÁS**.** O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Apiacás – MT. Informações pelo telefone (66) 3593-1344- RAMAL –219, ou no site da Prefeitura http://www.apiacas.mt.gov.br/.

RECURSOS HUMANOS
RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

A Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado 002/2015, no uso das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 811/2015 de 31 de Agosto de 2015.

Considerando, que não houve interposição de Recursos contra às questões; o gabarito preliminar e o resultado das Provas Objetivas de múltipla escolha do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2015 nos cargos de Auxiliar de Serviços Gerais, Engenheiro Florestal, Enfermeiro.

Resolve publicar o Resultado do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2015.

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Nº INSC.	NOME	PONTUAÇÃO	RESULTADO	CLASSIF.
001	Catiane Conrad	9,0	APROVADA	1ª
007	Elizabete Cristina de Oliveira Leão Cavalcante	8,0	APROVADA	2ª
006	Adriana Sousa Silva	7,0	CLASSIFICADA	3ª
010	Aurea Kelen Manthai Bacelar	6,0	CLASSIFICADA	4ª
009	Ana Paula Barboza da Silva	4,5	REPROVADA	-
002	Celia da Silva Queiroz	4,5	REPROVADA	-
005	Eliana Mockewitz	-	Ausente	-
003	Adriana da Conceição Silva	-	Ausente	-
008	Patricia Morais de Oliveira	-	Ausente	-
004	Lucicleia Balduino Feitosa	-	Ausente	-

CARGO: ENGENHEIRO FLORESTAL

Nº INSC.	NOME	PONTUAÇÃO	RESULTADO	CLASSIFICAÇÃO
001	Danielle Bender Diedzec	5,0	APROVADA	1ª
002	Ricardo Bonfim Martin Lopes	-	AUSENTE	-

CARGO: ENFERMEIRO

Nº INSC.	NOME	PONTUAÇÃO	RESULTADO	CLASSIFICAÇÃO
001	Lady Dianny Casado de Lima	4,5	REPROVADA	-
002	Jackelyne Pires Gonçalves	-	AUSENTE	-

Apiacás MT, 02 de Outubro de 2015.

Comissão Organizadora

Srª. Josiane Gonçalves

Presidente

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 366/2015

SÚMULA: DISPÕE SOBRE RETORNO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

RESOLVE:

Artigo 1º - Retornar a Servidora **HELOISA QUESSADA JUSTINO DE ALMEIDA** ocupante do cargo de Professora, que se encontrava afastada para fins de tratar de assuntos particulares, conforme Lei Complementar nº. 010/2008.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua afixação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se, Cumpra-se, Publica-se.

Apiacás-MT; 01 de Outubro de 2015.

ADALTO JOSÉ ZAGO

-Prefeito Municipal-

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 0359/2015.

PORTARIA Nº. 0359/2015.

SÚMULA: DESIGNA SERVIDOR PARA EXERCER O CARGO DE DEFENSORA DATIVA.

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO a solicitação formulada pela Presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância – PAD nº 001/2015, instaurada pela Portaria nº 279 de 24 de julho de 2015, resolve:;

RESOLVE

Art. 1º - Designar

IZADETE LURDES LUSSANI

, funcionária Pública efetiva, lotada no Cargo de Técnico Administrativo Educacional, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Apiacás, matrícula funcional nº 208, para, sem prejuízo de suas demais atribuições, exercer o encargo de defensora dativa da acusada ANTONIA ARAÚJO DA SILVA, ocupante do cargo de Apoio Administrativo Educacional, matrícula Funcional nº 379 no processo administrativo acima indicado, para apresentar defesa escrita, podendo requerer à Comissão Processante eventuais providências relacionadas diretamente a esta atividade.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Apiacás/MT, 30 de outubro de 2015.

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 3º ADITIVO DO CONTRATO 35/2014

Contrato nº 35/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Araguaiana

Contratado: MORAIS & REZENDE LTDA

Objeto: Reajuste do preço de combustíveis

Valor R$12.000,00

Data: 01/09/2015

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 22/2015

Contrato nº 22/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Araguaiana -Mt

Contratado: H L Nogueira de Menezes e CIA LTDA

Objeto: Construção de Pontes

Prazo de execução: 60 dias

Valor R$197.222,35

Data: 28/09/2015

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANO
LICENÇA PRÊMIO ARAGUAIANA - MT 01 DE OUTUBRO DE 2015

LICENÇA PRÊMIO

Baseado na Subseção IX, Art. 101 da Lei Municipal n° 165/93, de 22 de outubro De 1.993, Regime Jurídico Único dos Servidores do Município.

Autorizo: A Servidora **WENDER ALAOR MELO AGUIAR,** Brasileiro, residente e domiciliada nesta cidade de Araguaiana – MT, lotado na secretária Municipal de Educação, exercendo o cargo de **VIGILANTE,** a tirar Licença Prêmio, à que tem direito. Referente ao período de **02/01/2006 a 01/01/2011**, por 03 (três) meses, para serem gozados a partir do dia **01 de Outubro de 2015 e termino em 29 de Dezembro de 2015**.

Araguaiana, 01 de Outubro de 2015.

José Marra Nery

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANO
LICENÇA PRÊMIO ARAGUAIANA - MT 01 DE OUTUBRO DE 2015

LICENÇA PRÊMIO

Baseado na Subseção IX, Art. 101 da Lei Municipal n° 165/93, de 22 de outubro De 1.993, Regime Jurídico Único dos Servidores do Município.

Autorizo: A Servidora **CINTIA RODRIGUES MENEZES,** Brasileira, residente e domiciliada nesta cidade de Araguaiana – MT, lotado na secretária Municipal de Saude, exercendo o cargo de **CONTINUA,** a tirar Licença Prêmio, à que tem direito. Referente ao período de **01/03/2006 a 01/03/2011**, por 03 (três) meses, para serem gozados a partir do dia **01 de Outubro de 2015 e termino em 29 de Dezembro de 2015**.

Araguaiana, 01 de Outubro de 2015.

José Marra Nery

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

LEI MUNICIPAL Nº 771/2015 DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.

LEI MUNICIPAL Nº 771/2015 DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre abertura de **CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR** e dá outras providências.

MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO, Prefeita Municipal de Araguainha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, FAZ saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte lei.

Artigo 1º - Fica o poder executivo autorizado a proceder, no orçamento vigente, abertura de CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR até o montante de R$: 672.000,00 (seiscentos e setenta e dois mil reais), de acordo

com os arts. 42 e 43 da lei nº. 4.320/64, destinado à suplementação nas seguintes dotações no orçamento vigente, no seguinte órgão e unidade:

0808 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS.

080801 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS.

267820066.2090 – MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS

3390300000 – Material de Consumo R$. 225.000,00

3390390000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R$. 67. 000,00

Recurso: Outros Recursos (FETHAB)

SOMA R$. 292.000,00

267820112.1079 – CONSTRUIR, AMPLIAR PONTES, BUEIROS, MATA-BURRO E SERVIÇOS COMPLEMENTARES.

4490510000 – Obras e Instalações R$. 380.000,00

Recurso: Outros Recursos (FETHAB)

SOMA R$. 380.000,00

TOTAL GERAL R$. 672.000,00

Artigo 2º - Para cobertura do crédito referido no artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do Repasse do FETHAB pelo Governo do Estado de Mato Grosso conforme a Lei nº 7.263/2000, alterada pela Lei nº 10.051/2014 e regulamentada pelo Decreto nº 2.416/2014 das dotações do orçamento vigente de acordo com o disposto nos arts. 42 e 43 da Lei nº. 4.320/64:

Artigo 3º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

_____

MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO

PREFEITA MUNICIPAL

TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 025/2015

TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 025/2015

TERMO DE RESCISÃO REF. AO CONTRATO Nº 025/2015 QUE

FAZEM ENTRE SI DE UM LADO O MUNÍCÍPIO DE ARAGUAINHA – MTE DO OUTRO LADO **WILTON SIMÕES**, PARA O FIM QUEA SEGUIR SE DECLARA.

Pelo presente **TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL UNILATERAL** que entre si celebram de um lado o Município de Araguainha - MT, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa á Rua Bahia, 430, Centro, nesta cidade, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 03.947.926/ 0001-87, representada neste ato pela Prefeita Municipal, senhora **MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO**, brasileira, casada em regime de Comunhão Universal de Bens, portadora da Cédula de Identidade RG sob nº. 486.517-SSP/GO, e devidamente inscrito no MF com CPF sob n.º 592. 724.901-97, residente e domiciliada no Sitio das Mangueiras, as Margens da Rodovia MT-100, KM 72, Zona Rural, CEP 78.615-000 Araguainha (MT), no uso das atribuições, resolve na forma da Lei nº 8.666/93, e suas alterações posteriores, e de acordo com as normas do direito comum, no que forem aplicáveis, firmar o presente TERMO DE RESCISÃO UNILALTERAL ao Contrato 25/2015 – prestação de serviços **de Responsável Técnico, para fiscalização, acompanhamento e medição das obras nesta jurisdição, sob orientação da Secretaria Municipal de Obras, mediante as seguintes cláusulas e condições, de acordo com o disposto no parágrafo único do artigo 38 da Lei 8666/93, e inciso I, do Artigo 79, Lei 8666/93, conforme cláusulas e condições a seguir:**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1 - A rescisão unilateral tem por base do Contrato n.º 25/2015, a partir da data de 31/08/2015, nos termos do inciso I, Art 79 da Lei n.º 8666/93, e Art. 6º do presente Contrato, Art. 78, inciso XII, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO

2.1 – A Contratante providenciará a publicação resumida do presente instrumento, nos termos do parágrafo único, do art. 61, da Lei n.º 8666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORO

4.1 – Fica eleito o Foro da Comarca Alto Araguaia - MT, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões resultantes ou relativas a este contrato.

Para firmeza e estabilidade do que ficou acima estabelecido, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pela Prefeita Municipal.

Araguainha – MT, 30 de Setembro de 2015.

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO

PREFEITA MUNICIPAL

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

Celis Antonio R. De Oliveira CPF: 592.842.931-20 RG: 081.538-09 SSP/MT	Vander Lucio Nunes de Jesus CPF: 003.914.751-77 RG: 3829835/DGPC-GO

V TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 36/2014

V TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 36/2014

O Município de Araguainha, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Publico Interno, com sede administrativa na Rua Bahia, 430, Centro cidade de Araguainha – MT, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.947.926/ 0001-87, neste ato representado pela Prefeita Municipal, a Sr.ª **MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO**, brasileira, casada residente e domiciliada na chácara das Mangueiras, MT – 100, km 72, zona rural, nesta cidade de ARAGUAINHA-MT, RG nº 486517 SSP/GO e CPF nº 592.724.901-97, doravante denominado de C**ONTRATANTE**, e a firma **MATRIX CONSTRUÇÕES LTDA – ME**, inscrita no CNPJ nº 11.987.065/0001-99, estabelecida a Rua 15 de Novembro, nº 09, Bairro Casa Fácil, Ribeiraozinho-MT, representada neste ato por **ARLINDO DOMINGOS DA SILVA**, brasileiro, casado, pecuarista, portador do RG nº 307264 SSP/GO, 2ª via e CPF nº 053.098.831-34,residente e domiciliado na Fazenda Alvorada, S/N, zona rural , nesta cidade de Ribeiraozinho-MT, doravante denominado de **CONTRATADA**, resolvem entre si celebrar o presente Termo Aditivo de Prazo nos termos do Edital de Tomada de Preço nº 001/2014, mediante as clausulas e condições a seguir estabelecidas.

“CLAUSULA PRIMEIRA – DAS RETIFICAÇÕES.”

O termo original do contrato acima especificado passa a vigorar com as seguintes retificações:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente contrato de empresa especializada na área de construção civil, para execução de serviços de pavimentação tipo Blokret, sinalização viária e calçadas de obras viárias no Município de Araguainha - MT, de acordo com o Contrato de Repasse Nº 784347/2013 no Ministério das Cidades, incluindo material e mão de obra, conforme especificações contidas no projeto básico em anexo ao Edital.

CLAUSULA QUARTA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DA PRORROGAÇÃO

4.1 – O presente contrato fica prorrogado por mais 90 (noventa dias) dias, a contar da data de vencimento do contrato, podendo ser prorrogado nos termos do Artigo 57 da Lei 8.666/93, em conformidade com o disposto na clausula IV, item 04-4-PRORROGAÇÃO.

CLAUSULA QUINTA – DO CREDITO PELO QUAL CORRERÁ AS DESPESAS

5.1- As despesas decorrentes dos serviços licitados correrão por conta da Secretaria de Obras a obedecer à seguinte dotação orçamentária:

288 – 08.08.01.15.451.0066.1059.449051.000000

"CLAUSULA SEGUNDA– DA RATIFICAÇÃO."

Ficam ratificadas todas as demais disposições constantes do contrato original.

E por estarem justos e contratados, as partes passam assinar o presente instrumento por si e/ou seus sucessores em 02 (duas) vias de igual teor e forma rubricados para todos os fins de direito na presença de 02 (duas) testemunhas.

Araguainha-MT, 25 de Setembro de 2015.

_____

MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO

PREFEITA MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

MATRIX CONSTRUÇÕES LTDA-ME

CNPJ 11.987.065/0001-01

Testemunhas:

_____ _____

Celis Antonio R. De oliveira Vander Lucio Nunes de Jesus

CPF: 592.842.931-20CPF: 003.914.751-77

RG: 081.538-09 SSP/MTRG: 3829835/DGPC-GO

EXTRATO DE CONTRATO REF.: CONTRATO N.º 33

EXTRATO DE CONTRATO

REF.: CONTRATO N.º 33

NUMERO DO CONTRATO: N.º 33/2015

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Orgânica do Município.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Araguainha

CONTRATADA: **ARACELI REZENDE FARIAS**

OBJETO: O presente Contrato tem como objeto a locação de Equipamentos de fisioterapia para Secretaria Municipal de Saúde do Município de Araguainha com a finalidade de desenvolver atividades motora e promover analgesia nos pacientes promovendo o bem estar físico, mental e social da população de Araguainha – MT.

PRAZO: 03 meses

VALOR DO CONTRATO: R$ 3.000,00 (Três Mil Reais).

DATA DA ASSINATURA: 01/10/2015

VIGENCIA: 01/10/2015 à 31/12/2015

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 04/2015 01 DE OUTUBRO DE 2015

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 04/2015

01 de outubro de 2015

LOCAL DE VOTAÇÃO PROCESSO DE ESCOLHA EM DATA UNIFICADA PARA MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR QUATRIÊNIO 2016/2019

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA - Araguainha/MT, através de seu Presidente, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem tornar público o local de votação do Processo de Escolha em Data Unificada para Membros do Conselho Tutelar quatriênio 2016/2019 de Araguainha, em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 8.069 - Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Municipal nº 761 de 27 de maio de 2015.

RECOMENDA aos integrantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como aos candidatos habilitados ao processo de escolha em questão que observem as cautelas e vedações abaixo elencadas, relacionadas à campanha eleitoral e ao dia da eleição, sem prejuízo de outras previstas na legislação local.

Resolve:

Art. 1 O local da realização da Votação do Processo de Escolha em Data Unificada para Membros do Conselho Tutelar quatriênio 2016/2019, será no dia **04 de Outubro de 2015** na Sede da Escola Municipal Paulo Lopes Teixeira, das 08h00min as 17h00min.

Art. 2 No dia da eleição é ainda vedado aos candidatos e seus prepostos

a. o uso de alto-falantes e amplificadores de som;

b. a arregimentação de eleitores ou a propaganda de boca de urna;

c. o transporte de eleitores.

Art. 3 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

KLEBE ALVES PEREIRA

Presidente

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

CAMARA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA
PORTARIA

PORTARIA N.º 025/2015

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO E NOMEAÇÃO DA EQUIPE PREGOEIRA DA CAMARA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA / MT.

Presidente da Câmara Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar e nomear o Pregoeiro e a Equipe de Apoio da Câmara Municipal de Araputanga/MT, sendo composta de servidores do quadro da Câmara Municipal de Araputanga/MT, os quais são os seguintes:

Pregoeiro Titular: GEAZI ALVES BORGES

Equipe de Apoio Titular: SILVIO CARAVIER

Equipe de Apoio Titular: DIULAI MENDES DE OLIVEIRA BRAVO

Equipe de Apoio Suplente: SUELI PETRELI NUNES DA COSTA

Art. 2º - O suplente da equipe de apoio substituirá os membros titulares quando um destes se ausentar ou exercer a função de pregoeiro em substituição ao pregoeiro titular, devendo consignar em ata as razões da substituição.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor nesta data, com eficácia a partir de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, ao dia primeiro do mês de Outubro do ano de dois mil e quinze.

TONY FABRICIO LARRANHAGAS MAMEDES

PRESIDENTE DA CAMARA Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 173/2015, NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

PAULO CESAR ALVES DE ARAUJO, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1.º- Nomear o Senhor, DALVAN NONATO ALVES, efetivo no cargo de Operador de Maquinas Pesadas, matricula 1617, para exercer o cargo em comissão de Gerente de Indústria e Comercio, junto a Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano e Rural, da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, ao primeiro (01) dia do mês de outubro (10) do ano de dois mil e quinze (2015).

PAULO CESAR ALVES DE ARAUJO

Prefeito Municipal E.E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 172/2015, EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

DISPÕE SOBRE REVOGAÇÃO DA PORTARIA 170/2013 DA SERVIDORA JAKELINE MARQUES DE SOUZA SILVA, DO MUNICÍPIO DE ARAPUTANGA/MT.

PAULO CESAR ALVES DE ARAUJO, Prefeito Municipal do Município de Araputanga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por lei:

RESOLVE:

Art. 1.º - Revogar a Portaria Nº 170/2013, datada de 12/08/2013 que nomeia a Srª. JAKELINE MARQUES DE SOUZA SILVA, para exercer o cargo em comissão de Assessora Superior da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, ao primeiro (01) dia do mês de outubro (10) do ano de dois mil e quinze (2015).

PAULO CESAR ALVES DE ARAUJO

Prefeito Municipal E.E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2015

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2015

A Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, através do Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará a licitação na modalidade Pregão Presencial nº 025/2015 que tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de peças e acessórios genuínos e/ou originais para manutenção preventiva e corretiva dos veículos leves a pesados da frota municipal**:** Dia – 20/10/2015. Entrega dos Envelopes contendo a Proposta de Preços, Documentos de Habilitação e a Documentação do Credenciamento deverão ser entregues ao Pregoeiro até o dia 20/10/2015 as 08:00 horas (horário de Mato Grosso). Edital Completo: Afixado no endereço Rua Antenor Mamedes n.º 911, Centro, Araputanga/MT. CEP 78.260-000 – Araputanga - MT, e no site www.araputanga.mt.gov.br, (quando o edital for baixado pelo site às empresas deverão encaminhar seus dados empresariais para o e-mail seplan2@araputanga.mt.gov.br). Regida pelas Leis Federais: Lei nº 10.520 de 17/07/002, Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98) e Decreto Municipal 29/2010.

Araputanga – MT, 01 de Outubro de 2015.

REGINALDO LUIZ SCHIAVINATO

Pregoeiro

PREVIARA - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE ARAPUTANGA
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 006 - DIVULGA JULGAMENTO DE PONTUAÇÃO DE TÍTULOS

CONCURSO PÚBLICO nº 001/2015

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 006

DIVULGA JULGAMENTO DE PONTUAÇÃO DE TÍTULOS.

O Senhor **Reginaldo Luiz Schiavinato, Diretor da Previara**, e o presidente da **Comissão Examinadora do Concurso Público, Senhor Dalvan Nonato Alves**, nomeado pela Portaria nº 51 de 17 de julho de 2015, em cumprimento ao disposto no item 18.6 do Edital de Concurso Público nº 001/2015, torna público o que segue:

1. DIVULGA O JULGAMENTO DE PONTUAÇÃO DE TÍTULOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL COMPLEMENTAR.

Fica aberto o prazo de recurso exclusivamente **CONTRA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DO JULGAMENTO DE PONTUAÇÃO DE TÍTULOS,** a partir das 00h00 do dia 02/10/2015 até às 23h59 do dia 05/10/2015, nos termos do Edital.

A íntegra deste Edital poderá ser consultada no mural do Previara – Fundo Municipal de Previdência Social, nos sites: do Diário Oficial do Município **-** http://sic.tce.mt.gov.br/home/index/id_entidade/113, e da Empresa executora do concurso **-** www.grupoatame.com.br/concurso.

Araputanga, 01 de outubro de 2015.

Reginaldo Luiz Schiavinato

Diretor

Dalvan Nonato Alves

Presidente da Comissão Examinadora do Concurso Público

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS
EXTRATOS DE CONTRATOS 090 ATÉ 099 E ADIT.020. 044.2015, 056.2014 E RESC.065.2015

EXTRATO DO CONTRATO N° 090/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA E Z DE LIMA -ME

OBJETO: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL, AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

PERIODO DE EXECUÇÃO: 09/09/2015 ATÉ 09/09/2016

VALOR GLOBAL: R$ 201.303,32

DATA DA ASSINATURA: 09/09/2015

EXTRATO DO CONTRATO N° 091/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: LETICIA DE SOUZA PEDROSA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PESSOA FISICA PARA INSTRUTORES DE ARTESANATO, JOGOS RECREAÇÃO E LAZER, DE DANÇA, EDUCADOR FISICO, FACILITADOR DE OFICINA DE RELAÇÕES INTERPESSOAIS, PARA ATENDIMENTO NO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS-SCFV, PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES, JOVENS E IDOSOS E PAIF- PROGRAMA DE ATENDIMENTO INTEGRAL A FAMILIA- PAIF DO MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS - MT.

PERIODO DE EXECUÇÃO: 10/09/ATÉ 31/12/2015

VALOR GLOBAL: R$ 3.600,00

DATA DA ASSINATURA: 10/09/2015

EXTRATO DO CONTRATO N° 092/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: ONILDA DE FARIA MIRANDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PESSOA FISICA PARA INSTRUTORES DE ARTESANATO, JOGOS RECREAÇÃO E LAZER, DE DANÇA, EDUCADOR FISICO, FACILITADOR DE OFICINA DE RELAÇÕES INTERPESSOAIS, PARA ATENDIMENTO NO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS-SCFV, PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES, JOVENS E IDOSOS E PAIF- PROGRAMA DE ATENDIMENTO INTEGRAL A FAMILIA- PAIF DO MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS - MT.

PERIODO DE EXECUÇÃO: 10/09/ATÉ 31/12/2015

VALOR GLOBAL: R$ 3.600,00

DATA DA ASSINATURA: 10/09/2015

EXTRATO DO CONTRATO N° 093/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: JOSIELA PAULA DE MIRANDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PESSOA FISICA PARA INSTRUTORES DE ARTESANATO, JOGOS RECREAÇÃO E LAZER, DE DANÇA, EDUCADOR FISICO, FACILITADOR DE OFICINA DE RELAÇÕES INTERPESSOAIS, PARA ATENDIMENTO NO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS-SCFV, PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES, JOVENS E IDOSOS E PAIF- PROGRAMA DE ATENDIMENTO INTEGRAL A FAMILIA- PAIF DO MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS - MT.

PERIODO DE EXECUÇÃO: 10/09/ATÉ 31/12/2015

VALOR GLOBAL: R$ 3.600,00

DATA DA ASSINATURA: 10/09/2015

EXTRATO DO CONTRATO N° 094/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: UILSA NUNES MOREIRA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PESSOA FISICA PARA INSTRUTORES DE ARTESANATO, JOGOS RECREAÇÃO E LAZER, DE DANÇA, EDUCADOR FISICO, FACILITADOR DE OFICINA DE RELAÇÕES INTERPESSOAIS, PARA ATENDIMENTO NO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS-SCFV, PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES, JOVENS E IDOSOS E PAIF- PROGRAMA DE ATENDIMENTO INTEGRAL A FAMILIA- PAIF DO MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS - MT.

PERIODO DE EXECUÇÃO: 10/09/ATÉ 31/12/2015

VALOR GLOBAL: R$ 3.600,00

DATA DA ASSINATURA: 10/09/2015

EXTRATO DO CONTRATO N° 095/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: ELAINE MARIA SOUZA SANTOS VIANA BARBOZA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PESSOA FISICA PARA INSTRUTORES DE ARTESANATO, JOGOS RECREAÇÃO E LAZER, DE DANÇA, EDUCADOR FISICO, FACILITADOR DE OFICINA DE RELAÇÕES INTERPESSOAIS, PARA ATENDIMENTO NO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS-SCFV, PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES, JOVENS E IDOSOS E PAIF- PROGRAMA DE ATENDIMENTO INTEGRAL A FAMILIA- PAIF DO MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS - MT.

PERIODO DE EXECUÇÃO: 10/09/ATÉ 31/12/2015

VALOR GLOBAL: R$ 4.600,00

DATA DA ASSINATURA: 10/09/2015

EXTRATO DO CONTRATO N° 096/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: IVANA GOMES DE SOUZA VAZ

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PESSOA FISICA PARA INSTRUTORES DE ARTESANATO, JOGOS RECREAÇÃO E LAZER, DE DANÇA, EDUCADOR FISICO, FACILITADOR DE OFICINA DE RELAÇÕES INTERPESSOAIS, PARA ATENDIMENTO NO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS-SCFV, PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES, JOVENS E IDOSOS E PAIF- PROGRAMA DE ATENDIMENTO INTEGRAL A FAMILIA- PAIF DO MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS - MT.

PERIODO DE EXECUÇÃO: 10/09/ATÉ 31/12/2015

VALOR GLOBAL: R$ 3.600,00

DATA DA ASSINATURA: 10/09/2015

EXTRATO DO CONTRATO N° 097/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: GIULIANO VANNI MARTINS GUIMARÃES

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PESSOA FISICA PARA INSTRUTORES DE ARTESANATO, JOGOS RECREAÇÃO E LAZER, DE DANÇA, EDUCADOR FISICO, FACILITADOR DE OFICINA DE RELAÇÕES INTERPESSOAIS, PARA ATENDIMENTO NO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS-SCFV, PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES, JOVENS E IDOSOS E PAIF- PROGRAMA DE ATENDIMENTO INTEGRAL A FAMILIA- PAIF DO MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS - MT.

PERIODO DE EXECUÇÃO: 10/09/ATÉ 31/12/2015

VALOR GLOBAL: R$ 4.600,00

DATA DA ASSINATURA: 10/09/2015

EXTRATO DO CONTRATO N° 098/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA R V CAETANO ASSESSORIA E CONSULTORIA - ME

OBJETO: POR ESTE INSTRUMENTO COMPROMETE-SE A CONTRATADA FORNECER AO MUNICÍPIO, OS SERVIÇOS DE ASSESSORIA, CONSULTORIA E TREINAMENTO TRIBUTÁRIO PARA PROCEDER JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS A RECUPERAÇÃO FISCAL DO MUNICÍPIO E ATUALIZAR O CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL COM A RESPECTIVA PLANTA GENÉRICA DE VALORES E DO ZONEAMENTO URBANO E RURAL, ATENDENDO AS NECESSIDADES DE MELHORIA DA RECEITA MUNICIPAL.

PERIODO DE EXECUÇÃO: 15/09/2015 ATÉ 15/05/2016

VALOR GLOBAL: R$ 40.800,00

DATA DA ASSINATURA: 15/09/2015

EXTRATO DO CONTRATO N° 099/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA I AMARAL FERREIRA GRAFICA – ME

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE CONTRATO É OS SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE MATERIAIS E FORMULARIOS GRAFICOS

PERIODO DE EXECUÇÃO: 30/09/2015 ATÉ 31/12/2015

VALOR GLOBAL: R$ 75.884,00

DATA DA ASSINATURA: 30/09/2015

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DO CONTRATO: N° 020/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA MUNDIAL CONSULTORIA & ASSESSORIA - ME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA ESPECIALIZADA PARA LEVANTAR E CONFERIR AS INFORMAÇÕES UTILIZADAS PELA SEFAZ-MT, PARA CALCULO DO ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS/MT, NA DISTRIBUIÇÃO DO ICMS

PERIODO DE EXECUÇÃO: 10/09/2015 ATÉ 31/12/2015

VALOR DO ADITIVO: R$- 3.152,00

DATA DA ASSINATURA: 10/09/2015

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DO CONTRATO: N° 044/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA COMERCIAL DE COMBUSTIVEL NORTELÂNDIA LTDA EPP

OBJETO: ADITIVO DE VALOR

PERIODO DE EXECUÇÃO: 01/09/2015 ATÉ 31/12/2015

VALOR DO ADITIVO: R$ 1.640,00

DATA DA ASSINATURA: 01/09/2015

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DO CONTRATO: N° 056/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA TOTTAL CONSTRUTORA LTDA-ME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA PARA EXECUCAO DE OBRAS E SERVIÇOS NA REFORMA DO PSF (CENTRO), NO MUNICIPIO DE ARENÁPOLIS-MT, ORIUNDO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE DE ACORDO COM A PORTARIA Nº 341 DE 04 DE MARÇO DE 2013 QUE REDEFINE O COMPONENTE CONSTRUÇÃO DO PROGRAMA DE REQUALIFICAÇÃO DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE (UBS)., SOB A PROPOSTA 11344687000113005, BLOCO DE INVESTIMENTO, TRANSFERÊNCIA FUNDO-A-FUNDO

PERIODO DE EXECUÇÃO: 03/09/2015 ATE 30/11/2015

VALOR TOTAL DO CONTRATO ORIGINAL: R$-232.809,53

VALOR DO ADITIVO: R$- 6.233,39

DATA DA ASSINATURA: 03/09/2015

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO: N° 065/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA JG SANTOS ASSESSORIA E SERVIÇOS CONTÁBEIS

OBJETO: RESCISÃO CONSENSUAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 065/2015

DATA: 15/09/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

GABINETE DO PREFEITO
SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 092/2015

AO CONTRATO N°. 217/2014 QUE ENTRE SI FAZEM A PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ PARA CONTRATACAO DE EMPRESA PARA PRESTACAO DE SERVICO NA LIMPEZA, CONSERVACAO E PERFURACÃO DE COVA NO CEMITERIO NECROPOLE CAMPOS DA PAZ DESTE MUNICIPIO DE ARIPUANA*;* SEBASTIÃO BREJENSKI DOS SANTOS; ALTERAÇÃO DE PRAZO E VALOR GLOBAL DE R$ 19.200,00; VIGÊNCIA 14/10/2015 A 14/10/2016.

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE RESCISÃO 058/2015 AO CONTRATO Nº 054/2015

DISTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; DISTRATADA: SILMARA STEIN; REFERENTE CADASTRO DE RESERVA DE PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO – PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015; RESCINDIDO POR SOLICITAÇÃO DO CONTRATADO; A PARTIR DE 10/09/2015.

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE RESCISÃO 059/2015 AO CONTRATO Nº 156/2015

DISTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; DISTRATADA: LEDYVANE DA SILVA; REFERENTE CADASTRO DE RESERVA DE PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO – PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015; RESCINDIDO POR SOLICITAÇÃO DO CONTRATADO; A PARTIR DE 21/09/2015.

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE RESCISÃO 060/2015 AO CONTRATO Nº 106/2015

DISTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; DISTRATADA: SELUIR PEIXER ME; REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DIVULGAÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS DESTA PREFEITURA DE ARIPUANÃ – PREGÃO PRESENCIAL N° 014/2015; RESCINDIDO POR SOLICITAÇÃO DO CONTRATADO; A PARTIR DE 25/09/2015.

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE RESCISÃO 061/2015 AO CONTRATO Nº 001/2015

DISTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; DISTRATADA: IRENILDA GOMES DA SILVA SANTOS; REFERENTE REENQUADRAMENTO EM SERVIÇOS TEMPORÁRIO DE ADMISSÃO PESSOAL NA REDE EDUCACIONAL; RESCINDIDO UNILATERALMENTE; A PARTIR DE 30/09/2015.

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE RESCISÃO 062/2015 AO CONTRATO Nº 048/2014

DISTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; DISTRATADA: MARIA RUFINO DA SILVA; REFERENTE CADASTRO DE RESERVA DE PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO – PROCESSO SELETIVO Nº 001/2014; RESCINDIDO UNILATERALMENTE; A PARTIR DE 30/09/2015.

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 202/2015

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANÃ; CONTRATADA: L RICARDO DE MAGALHAES - EPP; REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE SISTEMA DE PESQUISA DE PREÇO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE

FINANÇAS DESTE MUNICIPIO DE ARIPUANÃ, COM BASE NO ART. 24, INCISO II DA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES, COM AMPARO NO ART. 37, INCISO XXI DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL; DATA VIGÊNCIA: 10/09/2015 À 09/05/2016; VALOR GLOBAL: R$ 13.188,00; DISPENSA DE LICITAÇÃO 014/2015.

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 203/2015

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANÃ; CONTRATADA: JHONE BARBOSA 92565751249; REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MECÂNICO VOLANTE PARA MANUTENÇÃO NA FROTA ESCOLAR, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DESTE MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ; DATA VIGÊNCIA: 18/09/2015 À 17/09/2016; VALOR GLOBAL: R$ **54.000,00**; PREGÃO PRESENCIAL Nº. 077/2015.

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 204/2015

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANÃ; CONTRATADA: ANDRESSA AKINA LIMA MATSUI; REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PSICÓLOGA PARA ATENDIMENTO AOS ALUNOS MATRICULADOS NO ENSINO FUNDAMENTAL E INFANTIL DESTE MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ; DATA VIGÊNCIA: 1°/10/2015 À 30/09/2016; VALOR GLOBAL: R$ 61.080,00; PREGÃO PRESENCIAL Nº. 074/2015.

GABINETE DO PREFEITO
TERCEIRO TERMO ADITIVO Nº 089/2015

AO CONTRATO N° 001/2013 DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL; ARI DE SOUZA; ALTERAÇÃO DE PRAZO E VALOR GLOBAL DE R$ 1.755,00; VIGÊNCIA 30/09/2015 A 30/12/2015.

TERMO DE REVOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL 085/2015

A Prefeitura Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais, resolve REVOGAR o Processo Licitatório Pregão Presencial 085/2015, por razoes de que o interesse publico será melhor atendido através da revogação desta licitação, uma vez que a providencia permitira a execução de serviços públicos de caráter emergencial, cuja necessidade é superveniente a abertura desta licitação. Diante do exposto, deixo de homologar o resultado do certame e decido por REVOGAR o presente procedimento licitatório por razoes de interesse publico.

Aripuanã-MT, 01 de Outubro de 2015.

ANA CRISTINA DA SILVA CAPPELLESSO

Pregoeira

Ednilson Luiz Faitta

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 2.686/2015

SÚMULA:

"ALTERA A CLASSIFICAÇÃO DO CARGO DE PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA - SEDE DO MUNICÍPIO NO CONCURSO 001/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDNILSON LUIZ FAITTA, Prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe é conferida pela Lei Orgânica Municipal;

Considerando o requerimento do candidato aprovado no cargo de Professor Educação Física - Sede do Município, Srª Laysa Poliana Marciano, protocolado sob n° 7.752/2015, aprovado em 3º (terceiro) lugar no Concurso Público nº 001/2015 pedindo a reclassificação de sua colocação passando de terceiro para o ultimo entre os classificados;

Considerando o Parecer Jurídico n° 421/2015/COOJUR;

DECRETA:

Art. 1º Altera a classificação do Cargo Educação Física - Sede do Município, o qual ficará da seguinte forma.

INSC.	NOME	RG	UF	CARGO	Pont. Final	Situação
1533	LEONES RODRIGUES DE SOUZA	766354	MT	Professor Educação Física - Sede do Município	37,10	Aprovado
0060	JOÃO PAULO ASSUMPÇÃO REATTI	8.325.049-6	PR	Professor Educação Física - Sede do Município	33,10	Classificado
0272	GUARACI DE RE DA SILVA	10010157	MT	Professor Educação Física - Sede do Município	32,20	Classificado
1581	ADRIANO MENDONÇA DE OLIVEIRA	11888334	MT	Professor Educação Física - Sede do Município	32,20	Classificado
0389	FERNANDA BOGRES	11.003.280-	PR	Professor Educação Física - Sede do Município	26,40	Classificado
0024	GREICE KELLEM DE SOUZA FORTUNATO	16981030	MT	Professor Educação Física - Sede do Município	34,80	Classificado
1037	LAYSA POLIANA MARCIANO	1152335	RO	Professor Educação Física - Sede do Município	33,80	Classificado

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 28 dias do mês de setembro de 2015.

EDNILSON LUIZ FAITTA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

RAFAEL GOMES PAULINO

Secretário Mun. de Administração

GABINETE DO PREFEITO
TERCEIRO TERMO ADITIVO Nº 087/2015

AO CONTRATO N°. 119/2013 QUE ENTRE SI FAZEM A PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TECNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS PARA RECUPERAÇÃO DE RECEITAS DE ISSQN, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DESTA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ MATO GROSSO, COM BASE NO ART. 25, INCISO II DA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES, COM AMPARO NO ART. 37, INCISO IX DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL; FERREIRA ET RODRIGUES ADVOGADOS E ASSOCIADOS -EPP; ALTERAÇÃO DE PRAZO; VIGÊNCIA 18/09/2015 A 18/07/2016.

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.299/2015

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Complementar nº. 096/2014 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido do sr **CLEITON PORFIRIO DA SILVA,** portador da Cédula de Identidade RG nº.1696466-7 SSP/MT e do CPF nº.011.751.971-57, do cargo de Carreira de **TÉCNICO EM ENFERMAGEM - SEDE DO MUNICÍPIO,** lotado na *Secretaria Municipal de Saúde,* a partir de 1°/10/2015, tornando sem efeito a Portaria Nº 8.100/2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, ao 1° dia de outubro de 2015.

EDNILSON LUIZ FAITTA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

RAFAEL GOMES PAULINO

Secretário Mun. de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.300/2015

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Complementar nº. 096/2014 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

EXONERAR, a Srª. **JANISLEY PEREIRA DE SOUZA**, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1230590-1 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº. 852.723.021-68, do Cargo emComissão de Direção e Assessoramento Intermediário de **Divisão de Orientação Social - DIOS**, Nível **DAI-02,** lotada na Secretaria Municipal de Ação Social, a partir de 1°/10/2015, tornando sem efeito a Portaria Nº 7.950/2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, ao 1° dia de outubro de 2015.

EDNILSON LUIZ FAITTA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

RAFAEL GOMES PAULINO

Secretário Mun. de Administração

PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇO Nº 089/2015

A Prefeitura Municipal de Aripuanã-MT, através de sua Pregoeira, nomeada pela Portaria 7.565/2015, torna público que estará realizando licitação na Modalidade Pregão Presencial/Registro de Preço, regido pela Lei 10.520/02, Decreto Nº 7.892/2013, Decreto 8.250/2014, Decreto Municipal 1.392/08 e subsidiada pela Lei 8.666/93 e suas alterações. **Objeto: Registro de preço para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios em geral (carnes, hortifrutigranjeiros e demais gêneros alimentícios), material de copa e cozinha, material de limpeza e produtos de higienização, material elétrico, material de proteção e segurança, material químico e material diversos para atender as necessidades das Secretarias deste Município de Aripuanã.** Início da Sessão: **Dia 15/10/2015, às 08h00min (oito horas),** horário local, na sala do Setor de licitações desta Prefeitura. O Edital poderá ser adquirido, alternativamente em via impressa, na Prefeitura Municipal de Aripuanã no horário de 08h00min às 11h30min ou através do endereço eletrônico licitacao@prefeituradearipuana.com.br. Maiores informações pelo telefone (066) 3565-3900.

Aripuanã-MT, 01 de Outubro de 2015.

ANA CRISTINA DA SILVA CAPPELLESSO

Pregoeira

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.301/2015

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Complementar n.º 096/2014 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

NOMEAR, conforme aprovação no concurso n° 001/2015, o sr **CREOMAR RODRIGUES,** portador da Cédula de Identidade RG nº 1581489-0 SSP/MT e inscrita no CPF nº. 025.194.781-52, para exercer o cargo de Carreira de **MOTORISTA DE CAMINHÃO - PCCS PREFEITURA: SEDE,** lotado na *Secretaria Municipal de Infraestrutura,* a partir de 1°/10/2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, ao 1° dia de outubro de 2015.

EDNILSON LUIZ FAITTA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

RAFAEL GOMES PAULINO

Secretário Mun. de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.302/2015

"DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

O Prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no artigo 81, inciso III da Lei Orgânica Municipal, no artigo 55 da Lei Complementar nº. 001/1999 e na Lei Complementar 96/2014.

Considerando o disposto no artigo 1º da Lei Complementar nº. 27/2007, artigo 3º da Lei Complementar nº. 31/2008, e conforme dispõe os artigos 1º e 5º do Decreto nº. 1.389/2008:

RESOLVE:

Art. 1º Fica **PROGREDIDO** o servidor público municipal, devidamente aprovado na Avaliação de Desempenho Anual referente ao Qüinqüênio 2010 a 2015, nos termos do artigo 55 da Lei Complementar nº 001/1999, na Lei Complementar 96/2014 e conforme dispõe o Decreto nº 1.389/2008:

Nome	Cargo	Data de Admissão	Referencia Qüinqüênio	Secretaria	Nível	A partir da Data
Valdir Dias	Agente de Serviço Publico	13/08/2010	2010 a 2015	SINFRA	02	1°/10/2015
Sonia Adelia Knutzen	Agente Comunitário de Saúde	01/09/2010	2010 a 2015	SEMUSA	02	1°/10/2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, ao 1° dia de outubro de 2015.

EDNILSON LUIZ FAITTA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

RAFAEL GOMES PAULINO

Secretário Mun. de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.303/2015

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Complementar nº. 095/2014 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

PROMOVER, a srª **IVANILZE PEREIRA DA SILVA**, brasileira, solteira,portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1267519-9 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº. 016.000.671-66, ocupante do cargo de Carreira de **ESCRITURÁRIA – NÃO PROFISSIONALIZADO,** Classe **A**, para **ESCRITURÁRIA - PROFISSIONALIZADO** Classe **B**, lotada na *Secretaria Municipal de Educação e Cultura*, considerando a conclusão do **CURSO TECNICO EM SECRETARIA ESCOLAR,** com amparo no Art 82 da Lei Complementar nº. 095/2014, a partir do dia 1°/10/2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, ao 1° dia de outubro de 2015.

EDNILSON LUIZ FAITTA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

RAFAEL GOMES PAULINO

Secretário Mun. de Administração

GABINETE DO PREFEITO
SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 090/2015

AO CONTRATO N°. 215/2014 QUE ENTRE SI FAZEM A PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ PARA CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE OPERADOR DE EQUIPAMENTOS TOPOGRÁFICOS, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DESTE MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ*; JOSÉ RODRIGUES*; ALTERAÇÃO DE PRAZO E VALOR GLOBAL DE R$ 24.408,00; VIGÊNCIA 30/09/2015 A 30/09/2016.

GABINETE DO PREFEITO
QUARTO TERMO ADITIVO Nº 091/2015

AO CONTRATO Nº 243/2014 REFERENTE À CONTRATACAO DE EMPRESA PARA ELABORACÃO DO PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESIDUOS SOLIDOS DA AREA URBANA DA CIDADE DE ARIPUANA - (PGRS), CONFORME LEI Nº 12.305/2010 E DECRETO 7404/2010; MARCIO SOUZA FARIA EIRELI; ALTERAÇÃO DE PRAZO; VIGÊNCIA 30/09/2015 A 29/11/2015.

GABINETE DO PREFEITO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 093/2015

AO CONTRATO Nº 216/2014 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO TREINADOR DE FUTEBOL DE CAMPO, FUTSAL, ARBITRAGEM E TÉCNICO DEVIDAMENTE REGISTRADO NO CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA, PARA ATENDER AS ESCOLINHAS DE BASE E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO DEPARTAMENTO DE ESPORTES, COM A CARGA HORÁRIA DE 40 HORAS SEMANAIS EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO ESPORTE E LAZER DESTE MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ*; ANTONIO JOSE MOLINA DE CASTRO 35137717894*; ALTERAÇÃO DE PRAZO E VALOR GLOBAL DE R$ 15.000,00; VIGÊNCIA 30/09/2015 A 29/02/2016.

GABINETE DO PREFEITO
SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 088/2015

AO CONTRATO Nº 163/2015 REFERENTE À AQUISIÇÃO DE PATRULHA AGRÍCOLA EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DESTE MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ*; VEGRANDE NORTE MAQUINAS AGRÍCOLAS LTDA*; ALTERAÇÃO DE CLAUSULAS.

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.304/2015

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Complementar nº. 095/2014 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

PROMOVER,a o funcionário Sr. **EDELSON MENDONÇA DE OLIVEIRA**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº. 000837492 SESDC/RO, e inscrito no CPF nº. 781.829.132-68, ocupante do cargo de Carreira de **PROFESSOR** Classe **"B", Nível 1,** para Classe **"C",** considerando a conclusão do **CURSO DE PÓS GRADUAÇÃO EM PSICOPEDAGOGIA COM ENFASE EM INCLUSAO SOCIAL,** com amparo na Lei Complementar nº. 095/2014, a partir do dia 1°/10/2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, ao 1° dia de outubro de 2015.

EDNILSON LUIZ FAITTA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

RAFAEL GOMES PAULINO

Secretário Mun. de Administração

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N°. 2685/2015

SÚMULA:

"AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 180.000,00 (CENTRO E OITENTA MIL REAIS) NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Municipal n° 1260/2015 de 23 de setembro de 2015 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

ARTIGO 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R$ 180.000,00 (centro e oitenta mil reais) nas funções programáticas e dotações orçamentárias:

Quadro Detalhamento da Despesa	Fonte		VALOR
06.002.08.244.0012.2020 – Manutenção, Encargos e Investimento do Cras			
3190.1100 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	*01.00*	R$	50.000,00
08.002.15.451.0017.2055 – Manutenção e Encargos dos Serviços Públicos			
3190.1100 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	*01.00*	R$	70.000,00
10.001.20.601.0025.2089 – Apoio e Assist. Tecnica a Agricultura Familiar			
3190.1100 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	*01.00*	R$	60.000,00

TOTAL		**R$**	***180.000,00***

ARTIGO 2º Para cobertura do crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior será anulado saldo orçamentário das seguintes dotações orçamentárias:

Quadro Detalhamento da Despesa	**Fonte**		***VALOR***
08.001.04.122.0016.2052 – Manutenção e Encargos da Sinfra			
3190.1100 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	*01.00*	R$	70.000,00
08.004.17.512.0018.2057 – Manutenção e Encargos do DAE			
3390.3400 – Outras despesas de pessoal decorrentes contrato de	*01.00*	R$	50.000,00
10.001.20.606.0026.2075 – Manutenção e Encargos da SEMDEC			
3390.3400 – Outras despesas de pessoal decorrentes contrato de	*01.00*	R$	60.000,00
TOTAL		**R$**	***180.000,00***

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã aos 24 de setembro de 2015.

EDNILSON LUIZ FAITTA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ELISANETE MERIZIO JORGE

Secretária Mun. de Finanças

MAT

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 8.305/2015.

*"Dispõe sobre averbação de Tempo de Contribuição, não concomitante, em favor da **Srª. Domingas dos Santos Fonseca**, para fins de aposentadoria junto ao município de Aripuanã."*

O Prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

Art.1º - Averbar o tempo de contribuição não concomitante trabalhado pela servidora **Srª. DOMINGAS DOS SANTOS FONSECA**, portador da cédula de identidade nº. 867429 SSP-MT, inscrita no CPF sob o nº. 650.816.501-10; servidora Efetiva no cargo de Merendeira Classe A, Nível 01, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Matricula nº. 1998, conforme certidão de tempo de contribuição expedida pelo INSS sob o nº. 14021080.1.00067/14-9, perfazendo um total de **2.424 dias líquidos averbados, ou seja, 06 anos, 07 meses e 24 dias**.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, ao 1° dia de outubro de 2015.

EDNILSON LUIZ FAITTA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

RAFAEL GOMES PAULINO

Secretário Mun. de Administração

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N°. 2684/2015

SÚMULA:

"AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 275.000,00 (DUZENTOS E SETENTA E CINCO MIL REAIS) NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Municipal n° 1260/2015 de 23 de setembro de 2015 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

ARTIGO 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R$ 275.000,00 (duzentos e setenta e cinco mil reais) nas funções programáticas e dotações orçamentárias:

Quadro Detalhamento da Despesa	**Fonte**		***VALOR***
07.003.12.361.0013.2046 – Manutenção do Ensino Fundamental – Fundeb 60%			
3190.0040 – Contratação por Tempo Determinado	*01.18*	R$	30.000,00
07.003.12.365.0013.2031 – Ensino Infantil 60%			
3190.0040 – Contratação por Tempo Determinado	*01.18*	R$	20.000,00
3190.1100 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	*01.18*	R$	200.00,00
3191.1300 – Obrigações Patronais - Fapema	*01.18*	R$	25.000,00
TOTAL		**R$**	***275.000,00***

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã aos 24 de setembro de 2015.

EDNILSON LUIZ FAITTA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ELISANETE MERIZIO JORGE

Secretária Mun. de Finanças

MAT

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N°. 2683/2015

SÚMULA:

"AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 251.638,58 (DUZENTOS E CINQUENTA E UM MIL SEISCENTOS E TRINTA E OITO REAIS E CINQUENTA E QUATRO CENTAVOS) NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Municipal n° 1263/2015 de 23 de setembro de 2015 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

ARTIGO 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R$ 251.638,58 (duzentos e cinqüenta e um mil seiscentos e trinta e oito reais e cinqüenta e quatro centavos) nas funções programáticas e dotações orçamentárias:

Quadro Detalhamento da Despesa	**Fonte**		***VALOR***
09.001.10.301.0019.2058 – Manutenção e Encargos da SEMUSA – BL 05			
3190.1100 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	*01.02*	R$	69.638,58
09.002.10.301.0020.2063 – Manutenção e Encargos do PAB – Bl01			
3190.1100 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	*01.02*	R$	80.000,00
3390.3600 – Outros Serviços de Terceiros – P. Física	*01.02*	R$	63.000,00
09.002.10.305.0022.2072 – Man. Ações da Vigilancia Epidemi e Amb. Bl 03			
3190.1100 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	*01.02*	R$	39.000,00

TOTAL		**R$**	***251.638,58***

ARTIGO 2º Para cobertura do crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior será anulado saldo orçamentário das seguintes dotações orçamentárias:

Quadro Detalhamento da Despesa	**Fonte**		***VALOR***
02.0001.04.04.122.0002.2002 – Manutenção e Encargos do Gabinete do Prefeito			
3390.3500 – Serviços de Consultoria	*01.00*	R$	31.760,00
03.001.04.131.0003.2004 – Divulgação dos Atos Administrativos			
3390.3900 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica	*01.00*	R$	26.638,58
06.002.08.241.0010.1013 – Ampliação e Adequação da Casa Lar do Idoso			
4490.5100 – Obras e Instalações	*01.00*	R$	50.000,00
06.002.08.241.0010.2016 – Manutenção do Centro de Convivência do Idoso			
3390.3000 – Material de Consumo	*01.00*	R$	7.240,00
3390.3600 – Outros Serviços de Terceiros – P. Física	*01.00*	R$	5.000,00
3390.3900 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica	*01.00*	R$	10.000,00
4490.5200 – Equipamentos e Material Permanente	*01.00*	R$	21.000,00
06.02.08.244.0011.1014 – Implantação e Manutenção de Oficinas de Pa			
3390.3000 – Material de Consumo	*01.00*	R$	5.000,00
3390.3900 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica	*01.00*	R$	10.000,00
4490.5200 – Equipamentos e Material Permanente	*01.00*	R$	25.000,00
06.002.08.244.0011.1017 – Construção do Banheiro Cidadão			
4490.5100 – Obras e Instalações	*01.00*	R$	60.000,00
TOTAL		**R$**	***251.638,58***

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã aos 24 de setembro de 2015.

EDNILSON LUIZ FAITTA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ELISANETE MERIZIO JORGE

MAT Secretária Mun. de Finanças

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 097/2015

DECRETO Nº 097/2015

Que reestabelece novo horário de funcionamento no Paço Municipal.

JULIO CESAR FLORINDO, Prefeito Municipal de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e pela Lei Orgânica Municipal.

Considerando a queda da receita dos Municípios que vem se acentuando mês a mês, especialmente no repasse do FPM - Fundo de Participação dos Municípios;

Considerando a necessidade de racionalizar gastos, compatibilizando as despesas em relação à receita;

DECRETA:

Art. 1º - Fica estabelecido o horário de funcionamento no Paço Municipal, partir do dia 22/09/2015 (terça feira), conforme segue:

- De segunda a sexta-feira das 07h00min às 12h00min. Horas.

Art. 2º - As Secretarias Municipais que funcionam externamente terão seus horários estabelecidos por seus secretários, de acordo com as suas normas internas, devendo reduzir ao menos duas horas do expediente nos serviços administrativos.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 21 de setembro de 2015.

JULIO CÉSAR FLORINDO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta secretaria na data supra.

BERNADETE FERNANDES GREGOLIN OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE TERMO ADITIVO.

QUINTO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO 123/2013.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campinápolis/MT.

CONTRATADA: EULENIMAR MENDES MORAIS.

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por finalidade alterar as cláusulas TERCEIRA, que trata do detalhamento, QUINTA, que trata do valor, SEXTA, que trata do prazo, do contrato original firmado em 19 de junho de 2013.

VALOR: R$ 38.500,00 (trinta e oito mil e quinhentos reais).

VIGÊNCIA: 05/09/2015 a 28/03/2016.

RATIFICAÇÃO: Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato.

ASSINAM: JEOVAN FARIA – por parte da contratante e EULENIMAR MENDES MORAIS – por parte da contratada.

SETOR DE LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 099/2015.

REFERÊNCIA: PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2015.

Pelo presente instrumento, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS - MT**, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 00.965.152/0001-29, com sede na Avenida Benônico Jose Lourenço nº. 2.170 – Setor União, Campinápolis - MT, CEP 78.630-000, doravante denominada CONTRATANTE, representada neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. JEOVAN FARIA, brasileiro, casado, empresário, inscrito na CI/RG nº. 972265 SSP/MT e o CPF nº. 593.631.421-91, residente e domiciliado na Rua Vereador Amélio Ribeiro nº. 1.300 – Setor Antonio Pedro, CEP 78630-000, neste município de Campinápolis - MT, e a empresa **A J SILVERIO ME,** inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 70.426.762.0001-30, com sede na Rua Vicente José de Oliveira, 732, Centro, CEP: 78630-000, Campinápolis MT, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo seu sócio proprietário, **Sr. Ailton Jacinto Silvério**, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de Identidade nº 1073656 SSP/GO e do CPF/MF nº. 208.636.911-53, residente e domiciliado na Rua Vicente José de Oliveira, 732, Centro, CEP: 78.630-000, Campinápolis - MT; e considerando o que tudo consta no Processo Licitatório nº 4172/2015, sujeitando-se aos princípios e as exigências da Lei 10.520/02, subsidiada pela Lei 8.666/93 e atualizações posteriores; RESOLVEM celebrar Ata de Registro de Preços, nos termos do procedimento licitatório modalidade **Pregão Presencial nº 028/2015**, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – Por estre instrumento a CONTRATADA se compromete a fornecer à CONTRATANTE serviço de hotelaria para o fornecimento de refeições e pernoites.

DETALHAMENTO DO OBJETO COM AS CONFIGURAÇÕES.

LOTE 03 – SERVIÇOS DE HOTELARIA						
ITEM	CÓD.	DESCRIÇÃO	QTD	UNID	V. UNIT	V.TOTAL
01	71471	DIÁRIA (PERNOITE)	240	SERVIÇO	50,00	12.000,00
02	71469	REFEIÇÕES	300	SERVIÇO	16,00	4.800,00
03	71470	MARMITEX	990	SERVIÇO	13,00	12.870,00
					TOTAL GERAL	29.670,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. A forma de execução será direta por fornecimento mediato e integral conforme disposto a Lei nº 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO AMPARO E SUJEIÇÃO ÀS NORMAS LEGAIS

3.1. Este contrato rege-se pelas normas das Leis n.º 8.666/93, e Lei nº. 10. 520, de 17/07/2002 e legislação civil aplicável à espécie. E firmado com base em processo de licitação ultimado, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL n.º 028/2015**, bem como as Cláusulas deste instrumento.

CLÁUSULA QUARTA – DOCUMENTOS APLICÁVEIS

4.1. Fazem parte integrante deste Contrato, independente de sua transcrição, a proposta da fornecedora, a(s) nota(s) de empenho de despesa, o Edital e seus Anexos, e os demais elementos constantes do Processo nº 4721/2015.

CLÁUSULA QUINTA – Da Rescisão Contratual

O presente Contrato poderá ser rescindido:

I. Por ato unilateral e escrito da **CONTRATANTE**, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII, do artigo 78, da Lei nº 8.666/93.

II. Por acordo entre as partes, reduzido a termo.

III. Na forma, pelos motivos e em observância às demais previsões contidas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

§1º - Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados, assegurada a observância dos princípios do contraditório da ampla defesa.

§2º - Ocorrendo a rescisão deste Contrato e não sendo devida nenhuma indenização, reparação ou restituição por parte da **CONTRATADA**, a **CONTRATANTE** responderá pelo preço estipulado para os serviços, devido em face dos trabalhos efetivamente executados pela **CONTRATADA** até a data da rescisão.

CLÁUSULA SEXTA - Das Sanções

A **CONTRATADA,** deixando de entregar documento exigido, apresentando documentação falsa, ensejando o retardamento da execução do objeto, não mantendo a proposta, falhando ou fraudando na execução do Contrato, comportando-se de modo inidôneo ou cometendo fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado e, se for o caso, será descredenciada do Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Mato Grosso, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e demais cominações legais.

§1º - Fica estabelecido o percentual de multa, aplicáveis quando do descumprimento contratual:

I – 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, por infração de qualquer cláusula contratual, ou na hipotese da **CONTRATADA** injustificadamente desistir do contrato ou der causa à sua recisão.

II – a Contratante em face de menor gravidade do fato e mediante motivação da autoirdade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada. Na reincidência, a multa será aplicada em dobro, devidamente atualizada até o dia do efetivo recolhimento.

§2º - O valor da multa aplicada, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos pela Prefeitura**.** Se os valores não forem suficientes, a diferença será descontada da garantia prestada ou deverá ser recolhida pela contratada no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, a contar da aplicação da sanção**.**

§3º - As sanções previstas, em face da gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

CLÁUSULA SETIMA – DO VALOR CONTRATUAL E FORMA DE PAGAMENTO

5.1. Dar se o valor contratual a importância de **R$ 29.670,00 (vinte e nove mil seiscentos e setenta reais).**

5.2. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias após a entrega da Nota Fiscal no departamento financeiro, atestado pelo fiscal do recebimento.

CLÁUSULA OITAVA – DA VALIDADE DO CONTRATO E FISCALIZAÇÃO

6.1. A vigência desta Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses.

6.2. A fiscalização do contrato é de responsabilidade da Secretária de Administração, na pessoa do Sr. Jander José Queiroz Franco, conforme Portaria nº 6.425, de 29 de setembro de 2015.

CLÁUSULA NONA- DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas decorrentes do presente procedimento licitatório correrão pela seguinte dotação orçamentária:

03.010.04.122.1042.2007.3390390000 – RED. 0040
10.010.26.782.1260.2060.3390390000 – RED. 0330
06.010.12.361.1120.2023.3390390000 – RED. 0146
08.010.08.244.1080.2051.3390390000 – RED. 0256
13.010.27.812.1270.2069.3390390000 – RED. 0404
07.010.10.301.1100.2038.3390390000 – RED. 0078
06.020.12.361.1120.2030.3390390000 – RED. 0208

7.2. Para o ano de 2016 a Dotação Orçamentária será a vigente no exercício.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIDADES

8.1 À CONTRATANTE compete:

a) Efetuar os pagamentos em conformidade a Clausula Quinta deste instrumento;

b) Requisitar o fornecimento do item com antecedência mínima de dez (10) dias, da data de entrega.

8.2 A CONTRATADA compete:

a) Manter o serviço em quantidade, espécie, qualidade e natureza, durante o prazo de vigência deste contrato, à disposição do Município;

b) Executar o serviço no prazo previsto nesta Ata em até 45 (quarenta e cinco) dias sem alterações de marcas e ou substituição por genéricos ou similares;

c) Submeter-se ao crivo da fiscalização, controle de qualidade, quantidade e outros critérios de avaliação no ato de entrega e recebimento;

d) Apresentar as faturas corretamente preenchidas e em documentos válidos;

e) Cumprir os prazos, condições, garantias, qualidade dos produtos e preços pactuados.

f) Fornecer o serviço de acordo com sua proposta sem modificações e substituições dos materiais por similares ou genéricos podendo o mesmo ser rejeitado pela Secretaria Municipal de Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

9.1. Fica eleito o foro da Comarca de Campinápolis, Estado de Mato Grosso, com a exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja como

o local competente para a propositura de qualquer medida judicial decorrente deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis Federais nº 10.520/2002 e 8.666/1993 e demais normas aplicáveis;

10.2. A eficácia do presente Instrumento será providenciada pela Prefeitura Municipal de Campinápolis por meio da publicação do extrato de Contrato no Diário Oficial dos Municípios – Jornal da AMM, nos moldes da Lei Federal 8.666/93.

Campinápolis-MT, 29 de setembro de 2015.

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS-MT

CNPJ: 00.965.152/0001-29

CONTRATANTE

JEOVAN FARIA

PREFEITO MUNICIPAL

_____

A J SILVERIO ME

CNPJ: 70.426.762.0001-30

CONTRATADA

Ailton Jacinto Silvério

TESTEMUNHAS:

_____

NOME:

CPF:

_____

NOME:

CPF:

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 2.526 DE 24 DE SETEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº 2.526 DE 24 DE SETEMBRO DE 2015.

DISPÕE NOMEAÇÃO DE MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDEB E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS – MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

Considerando a necessidade de regularizar a composição do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB;

DECRETA

Art. 1º - Altera os membros para regularizar a composição do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB.

I – Representantes do Poder Executivo Municipal:

a) **MARCILENE PRADO** – Titular; b) KALIU INÁCIO DA COSTA – Suplente.

II – Representantes dos Professores da Educação Básica:

a) **PRISCILA CINTHIA SILVÉRIO NERES** – Titular; b) VANDERLANDE JOSÉ SILVA – Suplente.

III - Representantes dos Diretores das Escolas Básicas Públicas:

a) **RUBENSMAR SANTOS VILELA** – Titular; b) MARILENE CORREA BORGES – Suplente.

IV - Representantes dos Servidores Técnico-Administrativos das Escolas Básicas Públicas:

a) HOZANA DE SOUZA FERREIRA – Titular; b) LÍGIA KELLYS FERREIRA DE PAULA CALDAS – Suplente.

V - Representantes dos Pais de Alunos da Educação Pública:

a) **SIRLEI ALMEIDA DA SILVA** – Titular;

b) SÔNIA MESSIAS DOS SANTOS BORGES – Suplente;

c) **FLAVIA APARECIDA DE CASTRO** – Titular;

d) CLEIDIA APARECIDA DE SOUZA – Suplente.

VI - Representantes do Conselho Tutelar:

a) **VALDIRENE ALVES DA FONSECA** –Titular; b) ERMELINDA MARIA DA GLÓRIA BARBOSA – Suplente.

VII – Representantes do Conselho Municipal de Educação:

a) **WANDERLEI PEREIRA DE LIMA PRADO** – Titular; b) ALTIER OLIVEIRA NASCIMENTO – Suplente.

VIII – Representantes dos Estudantes da Educação Básica Pública:

a) MARIA APARECIDA ANDRADE DA CRUZ– Titular; b) MARCILON TSERE ORI – Suplente.

IX – Representantes da Secretaria Municipal de Educação:

a) ALDA TERTULIANO ALVES ROSA – Titular; b) LOURDES BERNARDES DE FREITAS VIEIRA – Suplente.

X – Representantes dos Estudantes da Educação Básica Pública – Indicado pela Entidade de Estudantes Secundaristas (Alunos do EJA):

a) LAZARA FERNANDES DA SILVA – Titular; b) MARCILENE GOMES DO CARMO ARRUDA – Suplente.

Art. 2º – Os membros nomeados por meio deste decreto exercerão mandato com vencimento em 15/04/2017 e atribuições nos termos da legislação correlata.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, Campinápolis-MT, 24 de setembro 2.015.

JEOVAN FARIA

PREFEITO MUNICIPAL

SETOR DE LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 094/2015.

Referência: Pregão Presencial RP n° 026/2015.

Pelo presente instrumento, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS - MT**, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 00.965.152/0001-29 - com Sede na Avenida Benônico José Lourenço nº. 2.170 – Setor União, Campinápolis/MT, CEP 78.630-000, doravante denominada CONTRATANTE, representada neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. JEOVAN FARIA, brasileiro, casado, empresário, inscrito na CI/RG nº. 972265 SSP/MT e o CPF nº. 593.631.421-91, residente e domiciliado na Rua Vereador Amélio Ribeiro nº. 1.300 – Setor Antônio Pedro, CEP 78.630-000, neste município de Campinápolis - MT, e a empresa **J INACIO FILHO - ME**, inscrita no CNPJ/MF nº. 19.926.042/0001-86, com sede na Rua Nego Carrim, s/n, Centro, Campinápolis – MT, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo seu Proprietário, Sr. João Inacio Filho, brasileiro, solteiro, empresário, inscrito no RG nº 1004437-0 SJ/MT e no CPF/MF nº. 697.871.231-00, residente e domiciliado na Rua Alves Ferreira, s/n, Centro Campinápolis – MT; e considerando o que tudo consta no Processo Administrativo 3454/2015, sujeitando-se aos princípios e as exigências da Lei 10.520/02, subsidiada pela Lei 8.666/93 e atualizações posteriores; RESOLVEM celebrar Ata de Registro de Preços, nos termos do procedimento licitatório modalidade **Pregão Presencial RP nº 026/2015**, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Pela presente Ata de Registro de Preços a CONTRATADA se compromete a fornecer à CONTRATANTE os serviços de lava jato, em atendimento as necessidades das Secretarias Municipais do Município de Campinápolis MT, na conservação e higienização dos veículos e máquinas da frota Municipal, por itens, espécies e grupos, descritos na CLÁUSULA SÉTIMA – DO RESULTADO DA LICITAÇÃO, pelos preços unitários e totais obtidos com base em sua proposta homologada, atendendo ordens de REQUISIÇÕES por autoridade competente a serem expedidas oportunamente, no prazo a contar da assinatura deste instrumento, até o limite quantitativo, o que primeiro terminar**.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. A forma de execução será indireta por fornecimento parcelado, conforme disposto no art. 6º, VIII, e art. 10, II, ambos da Lei nº 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO AMPARO E SUJEIÇÃO ÀS NORMAS LEGAIS

3.1. A aplica-se a esta Ata de Registro de Preços a Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, subsidiada pela Lei nº 8.666/1993 e pelo Decreto Municipal nº 2.108/2013, bem como as Cláusulas deste instrumento.

CLÁUSULA QUARTA – DOCUMENTOS APLICÁVEIS

4.1. Fazem parte integrante desta Ata de Registro de Preços, independente de sua transcrição, a proposta da fornecedora, a(s) nota(s) de empenho de despesa, o Edital e seus Anexos, e os demais elementos constantes do Processo Licitatório nº 3454/2015, Pregão Presencial - Registro de Preços 026/2015.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

5.1. A presente Contratação poderá ser rescindido:

I. Por ato unilateral e escrito da **CONTRATANTE**, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII, do artigo 78, da Lei nº 8.666/93.

II. Por acordo entre as partes, reduzido a termo.

III. Na forma, pelos motivos e em observância às demais previsões contidas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

§1º - Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados, assegurada a observância dos princípios do contraditório da ampla defesa.

§2º - Ocorrendo a rescisão deste Contrato e não sendo devida nenhuma indenização, reparação ou restituição por parte da **CONTRATADA**, a **CONTRATANTE** responderá pelo preço estipulado para os serviços, devido em face dos trabalhos efetivamente executados pela **CONTRATADA** até a data da rescisão.

CLÁUSULA SEXTA - DAS SANÇÕES

6.1. A **CONTRATADA,** deixando de entregar documento exigido, apresentando documentação falsa, ensejando o retardamento da execução do objeto, não mantendo a proposta, falhando ou fraudando na execução do Contrato, comportando-se de modo inidôneo ou cometendo fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado e, se for o caso, será descredenciada do Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Mato Grosso, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e demais cominações legais.

§1º - Fica estabelecido o percentual de multa, aplicáveis quando do descumprimento contratual:

I – 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, por infração de qualquer cláusula contratual, ou na hipotese da **CONTRATADA** injustificadamente desistir do contrato ou der causa à sua recisão.

II – a Contratante em face de menor gravidade do fato e mediante motivação da autoirdade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada. Na reincidência, a multa será aplicada em dobro, devidamente atualizada até o dia do efetivo recolhimento.

§2º - O valor da multa aplicada, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos pela Prefeitura**.** Se os valores não forem suficientes, a diferença será descontada da garantia prestada ou deverá ser recolhida pela contratada no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, a contar da aplicação da sanção**.**

§3º - As sanções previstas, em face da gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO RESULTADO DA LICITAÇÃO

7.1. A CONTRATADAobteve o seguinte resultado no Pregão Presencial PR nº 026/2015:

Lote 01: PRESTACAO DE SERVICOS DE LAVA JATO						
Seq.	**Cod.**	**Descrição**	**Un.**	**Qtde.**	**Valor Unit.**	**Total**
1	77331	ASSEADA CAMINHAO	UNIDADE	200	248,00	49.600,00
2	77332	ASSEADA CAMINHONETE	UNIDADE	200	60,00	12.000,00
3	77344	ASSEADA DE ONIBUS	UNIDADE	200	195,00	39.000,00
4	77350	ASSEADA GERAL DE VEICULOS LEVE	UNIDADE	120	44,00	5.280,00
5	81311	BATER AGUA CAMINHONETE	UNIDADE	200	25,00	5.000,00
6	81310	BATER AGUA ONIBUS (INTERIOR)	UNIDADE	300	40,00	12.000,00
7	74025	LAVADA DE MOTOCICLETA	UNIDADE	100	23,00	2.300,00
8	74029	LAVADA GERAL CAMINHAO	UNIDADE	100	299,00	29.900,00
9	77330	LAVADA GERAL CAMINHONETE	UNIDADE	100	98,00	9.800,00
10	74023	LAVADA GERAL DE ONIBUS	UNIDADE	100	298,00	29.800,00
11	77334	LAVADA GERAL DE RADIADOR	UNIDADE	200	30,00	6.000,00
12	81306	LAVADA PRANCHA 2 EIXOS	UNIDADE	50	250,00	12.500,00
					TOTAL DO LOTE	**213.180,00**

CLÁUSULA OITAVA – DO VALOR CONTRATUAL E FORMA DE PAGAMENTO

8.1. Dá - se a esta Ata de Registro de Preços o valor de **R$ 213.180,00 (duzentos e treze mil cento e oitenta reais).**

8.2. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias após a entrega da Nota Fiscal no departamento financeiro, atestado pelo fiscal do recebimento.

CLÁUSULA NONA – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS E FISCALIZAÇÃO

9.1. A vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (dose) meses, contados da sua assinatura ou enquanto durar o estoque, podendo ser prorrogada nos termos da Lei 8.666-93 e do Edital de Pregão Presencial RP nº 025/2015.

9.2. A fiscalização desta Ata é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Agricultura, Ind. e Comércio, na pessoa do Sr. Alvimar Justino Marques, conforme Portaria n.º 6.420, de 25 de setembro de 2015.

CLÁUSULA DÉCIMA- DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

10.1. As despesas decorrentes do presente instrumento contratual correrão pela seguinte dotação orçamentária, em 2015:

Código 02.010.04.122.1040.2004 .3.3.90.39. Red. 019.
Código 06.010.12.361.1120.2026 .3.3.90.39. Red. 152.
Código 06.010.12.361.1120.2023 .3.3.90.39. Red. 146.
Código 07.010.10.301.1100.2038 .3.3.90.39. Red. 078.
Código 07.010.10.302.1100.2044 .3.3.90.39. Red. 121.
Código 08.010.08.244.1080.2051 .3.3.90.39. Red. 256.
Código 08.020.08.243.1080.2054 .3.3.90.39. Red. 285.
Código 10.010.26.782.1260.2058 .3.3.90.39. Red. 317.

10.2. No exercício de 2016 as despesas correrão pela dotação orçamentária vigente no exercício.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS RESPONSABILIDADES

11.1 À contratante compete:

a) Efetuar os pagamentos em conformidade à Cláusula Oitava deste instrumento;

b) Requisitar o fornecimento do item com antecedência mínima de 10 (dez) dias, da data de entrega.

11.2 À Contratada compete:

a) Manter o serviço ofertado em quantidade, espécie, qualidade e natureza, durante o prazo de vigência desta Ata, à disposição do Município;

b) Fornecer os serviços no prazo de até no máximo 10 (dez) dias sem alterações de marcas e/ou substituição por genéricos ou similares;

c) Submeter-se ao crivo da fiscalização, controle de qualidade, quantidade e outros critérios de avaliação no ato de entrega e recebimento;

d) Apresentar as faturas corretamente preenchidas e em documentos válidos;

e) Cumprir os prazos, condições, garantias, qualidade dos produtos/equipamentos e preços pactuados.

f) Fornecer os serviços de acordo com sua proposta sem modificações e substituições dos materiais por similares ou genéricos podendo o mesmo ser rejeitado pela Secretaria Municipal de Agricultura Ind. e Comércio.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1. Fica eleito o foro da Comarca de Campinápolis, Estado de Mato Grosso, com a exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja como o local competente para a propositura de qualquer medida judicial decorrente desta Ata de Registro.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis Federais nº 10.520/2002 e 8.666/1993 e pelo Decreto Municipal nº. 2.108/2013 e demais normas aplicáveis;

13.2. A eficácia do presente Instrumento será providenciada pela Prefeitura Municipal de Campinápolis por meio da publicação do extrato da Ata de Registro no Diário Oficial dos Municípios – Jornal da AMM, nos moldes da Lei Federal 8.666/93.

Campinápolis-MT, 25 de setembro de 2015.

_____

JEOVAN FARIA

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

J INACIO FILHO - ME

CNPJ/MF nº. 19.926.042/0001-86

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

_____

NOME:

CPF:

_____

NOME:

CPF:

SETOR DE LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 095/2015.

Referência: Pregão Presencial RP n° 026/2015.

Pelo presente instrumento, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS - MT**, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 00.965.152/0001-29 - com Sede na Avenida Benônico José Lourenço nº. 2.170 – Setor União, Campinápolis/MT, CEP 78.630-000, doravante denominada CONTRATANTE, representada neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. JEOVAN FARIA, brasileiro, casado, empresário, inscrito na CI/RG nº. 972265 SSP/MT e o CPF nº. 593.631.421-91, residente e domiciliado na Rua Vereador Amélio Ribeiro nº. 1.300 – Setor Antônio Pedro, CEP 78.630-000, neste município de Campinápolis - MT, e a empresa **ELIUVAR GONÇALVES DA SILVA 567739648115,** inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 18.956.556.0001-11, com sede na Rua Laudelino Domingos de Araújo, 1410, Centro, Campinápolis MT, doravante denominada FORNECEDORA, representada neste ato pelo seu proprietário, Sr. **Eliuvar Gonçalves da Silva, brasileiro**, casado, empresário, portador da cédula de Identidade nº 776499 SSP/MT e do CPF/MF nº. 567.396.481.15, residente e domiciliado em Campinápolis – MT; e considerando o que tudo consta no Processo Administrativo 3454/2015, sujeitando-se aos princípios e as exigências da Lei 10.520/02, subsidiada pela Lei 8.666/93 e atualizações posteriores; RESOLVEM celebrar Ata de Registro de Preços, nos termos do procedimento licitatório modalidade **Pregão Presencial RP nº 026/2015**, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Pela presente Ata de Registro de Preços a CONTRATADA se compromete a fornecer à CONTRATANTE os serviços de lava jato, em atendimento as necessidades das Secretarias Municipais do Município de Campinápolis MT, na conservação e higienização dos veículos e máquinas da frota Municipal, por itens, espécies e grupos, descritos na CLÁUSULA SÉTIMA – DO RESULTADO DA LICITAÇÃO, pelos preços unitários e totais obtidos com base em sua proposta homologada, atendendo ordens de REQUISIÇÕES por autoridade competente a serem expedidas oportunamente, no prazo a contar da assinatura deste instrumento, até o limite quantitativo, o que primeiro terminar**.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. A forma de execução será indireta por fornecimento parcelado, conforme disposto no art. 6º, VIII, e art. 10, II, ambos da Lei nº 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO AMPARO E SUJEIÇÃO ÀS NORMAS LEGAIS

3.1. A aplica-se a esta Ata de Registro de Preços a Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, subsidiada pela Lei nº 8.666/1993 e pelo Decreto Municipal nº 2.108/2013, bem como as Cláusulas deste instrumento.

CLÁUSULA QUARTA – DOCUMENTOS APLICÁVEIS

4.1. Fazem parte integrante desta Ata de Registro de Preços, independente de sua transcrição, a proposta da fornecedora, a(s) nota(s) de empenho de despesa, o Edital e seus Anexos, e os demais elementos constantes do Processo Licitatório nº 3454/2015, Pregão Presencial - Registro de Preços 026/2015.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

5.1. A presente Contratação poderá ser rescindido:

I. Por ato unilateral e escrito da **CONTRATANTE**, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII, do artigo 78, da Lei nº 8.666/93.

II. Por acordo entre as partes, reduzido a termo.

III. Na forma, pelos motivos e em observância às demais previsões contidas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

§1º - Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados, assegurada a observância dos princípios do contraditório da ampla defesa.

§2º - Ocorrendo a rescisão deste Contrato e não sendo devida nenhuma indenização, reparação ou restituição por parte da **CONTRATADA**, a **CONTRATANTE** responderá pelo preço estipulado para os serviços, devido em face dos trabalhos efetivamente executados pela **CONTRATADA** até a data da rescisão.

CLÁUSULA SEXTA - DAS SANÇÕES

6.1. A **CONTRATADA,** deixando de entregar documento exigido, apresentando documentação falsa, ensejando o retardamento da execução do objeto, não mantendo a proposta, falhando ou fraudando na execução do Contrato, comportando-se de modo inidôneo ou cometendo fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado e, se for o caso, será descredenciada do Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Mato Grosso, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e demais cominações legais.

§1º - Fica estabelecido o percentual de multa, aplicáveis quando do descumprimento contratual:

I – 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, por infração de qualquer cláusula contratual, ou na hipotese da **CONTRATADA** injustificadamente desistir do contrato ou der causa à sua recisão.

II – a Contratante em face de menor gravidade do fato e mediante motivação da autoirdade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada. Na reincidência, a multa será aplicada em dobro, devidamente atualizada até o dia do efetivo recolhimento.

§2º - O valor da multa aplicada, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos pela Prefeitura**.** Se os valores não forem suficientes, a diferença será descontada da garantia prestada ou deverá ser recolhida pela contratada no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, a contar da aplicação da sanção**.**

§3º - As sanções previstas, em face da gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO RESULTADO DA LICITAÇÃO

7.1. A CONTRATADAobteve o seguinte resultado no Pregão Presencial PR nº 026/2015:

Lote 01: PRESTACAO DE SERVICOS DE LAVA JATO						
Seq.	**Cod.**	**Descrição**	**Un.**	**Qtde.**	**Valor Unit.**	**Total**
1	77325	ASSEADA DE VEICULOS/ AMBULANCIA	UNIDADE	300	48,00	14.400,00
2	77327	LAVADA GERAL AMBULANCIA	UNIDADE	150	78,00	11.700,00
3	77351	LAVADA GERAL DE VEICULOS LEVES	UNIDADE	60	50,00	3.000,00
4	70936	LAVADA GERAL MOTONIVELADORA	UNIDADE	100	298,00	29.800,00
5	81309	LAVADA GERAL PA CARREGADEIRA	UNIDADE	50	298,00	14.900,00
6	81308	LAVADA GERAL PC (CASE)	UNIDADE	80	250,00	20.000,00
7	81307	LAVADA GERAL RETRO ESCAVADEIRA	UNIDADE	50	245,00	12.250,00
					TOTAL DO LOTE	**106.050,00**

CLÁUSULA OITAVA – DO VALOR CONTRATUAL E FORMA DE PAGAMENTO

8.1. Dá - se a esta Ata de Registro de Preços o valor de **R$ 106.050,00 (cento e seis mil e cinquenta reais).**

8.2. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias após a entrega da Nota Fiscal no departamento financeiro, atestado pelo fiscal do recebimento.

CLÁUSULA NONA – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS E FISCALIZAÇÃO

9.1. A vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (dose) meses, contados da sua assinatura ou enquanto durar o estoque, podendo ser prorrogada nos termos da Lei 8.666-93 e do Edital de Pregão Presencial RP nº 025/2015.

9.2. A fiscalização desta Ata é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Agricultura, Ind. e Comércio, na pessoa do Sr. Alvimar Justino Marques, conforme Portaria n.º 6.420, de 25 de setembro de 2015.

CLÁUSULA DÉCIMA- DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

10.1. As despesas decorrentes do presente instrumento contratual correrão pela seguinte dotação orçamentária, em 2015:

Código 02.010.04.122.1040.2004 .3.3.90.39. Red. 019.
Código 06.010.12.361.1120.2026 .3.3.90.39. Red. 152.
Código 06.010.12.361.1120.2023 .3.3.90.39. Red. 146.
Código 07.010.10.301.1100.2038 .3.3.90.39. Red. 078.
Código 07.010.10.302.1100.2044 .3.3.90.39. Red. 121.
Código 08.010.08.244.1080.2051 .3.3.90.39. Red. 256.
Código 08.020.08.243.1080.2054 .3.3.90.39. Red. 285.
Código 10.010.26.782.1260.2058 .3.3.90.39. Red. 317.

10.2. No exercício de 2016 as despesas correrão pela dotação orçamentária vigente no exercício.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS RESPONSABILIDADES

11.1 À contratante compete:

a) Efetuar os pagamentos em conformidade à Cláusula Oitava deste instrumento;

b) Requisitar o fornecimento do item com antecedência mínima de 10 (dez) dias, da data de entrega.

11.2 À Contratada compete:

a) Manter o serviço ofertado em quantidade, espécie, qualidade e natureza, durante o prazo de vigência desta Ata, à disposição do Município;

b) Fornecer os serviços no prazo de até no máximo 10 (dez) dias sem alterações de marcas e/ou substituição por genéricos ou similares;

c) Submeter-se ao crivo da fiscalização, controle de qualidade, quantidade e outros critérios de avaliação no ato de entrega e recebimento;

d) Apresentar as faturas corretamente preenchidas e em documentos válidos;

e) Cumprir os prazos, condições, garantias, qualidade dos produtos/equipamentos e preços pactuados.

f) Fornecer os serviços de acordo com sua proposta sem modificações e substituições dos materiais por similares ou genéricos podendo o mesmo ser rejeitado pela Secretaria Municipal de Agricultura Ind. e Comércio.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1. Fica eleito o foro da Comarca de Campinápolis, Estado de Mato Grosso, com a exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja como o local competente para a propositura de qualquer medida judicial decorrente desta Ata de Registro.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis Federais nº 10.520/2002 e 8.666/1993 e pelo Decreto Municipal nº. 2.108/2013 e demais normas aplicáveis;

13.2. A eficácia do presente Instrumento será providenciada pela Prefeitura Municipal de Campinápolis por meio da publicação do extrato da Ata de Registro no Diário Oficial dos Municípios – Jornal da AMM, nos moldes da Lei Federal 8.666/93.

Campinápolis-MT, 25 de setembro de 2015.

_____

JEOVAN FARIA

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

ELIUVAR GONÇALVES DA SILVA 567739648115

CNPJ/MF nº. 18.956.556.0001-11

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

_____

NOME:

CPF:

_____

NOME:

CPF:

SETOR DE LICITAÇÕES
SEGUNDA MANUTENÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 037/2015.

REFERÊNCIA: PREGÃO PRESENCIAL RP Nº 012/2015.

Pelo presente instrumento, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS - MT**, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 00.965.152/0001-29, com Sede na Avenida Benônico Jose Lourenço nº. 2.170 – Setor União, Campinápolis/MT, CEP 78.630-000, doravante denominada CONTRATANTE, representada neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. JEOVAN FARIA, brasileiro, casado, empresário, inscrito na CI/RG nº. 972265 SSP/MT e o CPF nº. 593.631.421-91, residente e domiciliado na Rua Vereador Amélio Ribeiro nº. 1.300 – Setor Antônio Pedro, CEP 78630-000, neste município de Campinápolis - MT, e a empresa **E. S. FERREIRA MERCADO ME**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº.00.448.903.0001-30, e Inscrição Estadual nº 13.160.413.9, com sede na AV. Nego Carrim, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo seu sócio, Sr. **Eurípedes Silvestre Ferreira**, brasileira, casado, empresário, portador da cédula de Identidade nº 620.923 SSP/MT e do CPF/MF nº. 452.730.731.200, e considerando o que tudo consta no Processo Licitatório nº 1455/2015, sujeitando-se aos princípios e as exigências da Lei 10.520/02, subsidiada pela Lei 8.666/93 e atualizações posteriores, regulamentada no que couber pelo Decreto Municipal nº 2.108/2013, RESOLVEM celebrar a presente Manutenção à Ata de Registro de Preços, nos termos do procedimento licitatório modalidade Pregão RP nº 012/2015, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Pela presente Ata de Registro de Preços a CONTRATADA se compromete a fornecer à CONTRATANTE os materiais de limpeza e higienização, copa e cozinha, cama, mesa, banho, gêneros alimentícios, armarinhos e tecidos, por itens, espécies e grupos, descritos na CLÁUSULA SÉTIMA – DO RESULTADO DA LICITAÇÃO, pelos preços unitários e totais obtidos com base em sua proposta homologada, atendendo ordens de REQUISIÇÕES por autoridade competente a serem expedidas oportunamente, no prazo a contar da assinatura deste instrumento, até o limite quantitativo, o que primeiro terminar**.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES

2.1. A presente manutenção tem o objetivo de reajustar em 24% (vinte e quatro por cento) os valores dos itens carga de gás 13 kg e carga de gás liquefeito 45 kg, da Ata de Registro de Preços firmada em 11/05/2015.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO SALDO ATUAL DOS ITENS ALTERADOS

3.1. Com o reajuste dos valores dos itens 70721 e 64408, seu saldo atual é o seguinte.

LOTE 01: MATERIAL DE LIMPEZA E OUTROS

Seq.	Cod.	Descrição	Marca	Unidade	Qtde.	Valor Unit.	Total
12	70721	CARGA DE GAS 13 KG	**Super Gás Vale**	UNIDADE	1.017	69,03	70.203,51
13	64408	CARGA DE GAS LIQUEFEITO 45 KG	**Super Gás Vale**	UNIDADE	36	279,00	10.044,00
						TOTAL	**80.247,51**

CLÁUSULA QUARTA– DA ATUALIZAÇÃO DO VALOR CONTRATUAL

4.1. O valor global da Ata de Registro de Preços firmada em 11/05/2015 era de R$ 313.516,75. Com o reajuste, seu valor global reajustado, considerando o saldo atual dos dois itens supracitados, passa a ser de **R$ 373.743,32 (trezentos e setenta e três mil setecentos e quarenta e três reais e trinta e dois centavos).**

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO

5.1. Ficam ratificadas as demais cláusulas não mencionadas nesta Ata.

CLÁUSULA SEXTA – DO FORO

7.1. Fica eleito o foro da Comarca de Campinápolis, Estado de Mato Grosso, com a exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja como o local competente para a propositura de qualquer medida judicial decorrente desta Ata.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis Federais nº 10.520/2002 e 8.666/1993 e demais normas aplicáveis;

8.2. A eficácia do presente Instrumento será providenciada pela Prefeitura Municipal de Campinápolis por meio da publicação do extrato da Ata no Diário Oficial dos Municípios – Jornal da AMM, nos moldes da Lei Federal 8.666/93.

Campinápolis-MT, 21 de setembro de 2015.

_____

JEOVAN FARIA

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

E. S. FERREIRA MERCADO ME CNPJ/MF: 00.448.903.0001-30 Eurípedes Silvestre Ferreira

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

_____

NOME:

CPF: _____/_____/_____/_____

_____

NOME:

CPF:_____/_____/_____/_____

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE TERMO ADITIVO.

DÉCIMO QUINTO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO 175/2013.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campinápolis/MT.

CONTRATADA: H. C. DOS SANTOS ME.

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por finalidade alterar a CLÁUSULA OITAVA**,** que trata do prazo de vigência, do contrato original firmado em 21 de novembro de 2013, passando a vigorar com a redação de pror-

rogação de vigência do contrato primitivo, que será de 27/09/2015 a 09/11/2015.

VIGÊNCIA: 27/09/2015 a 09/11/2015.

RATIFICAÇÃO: Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato.

ASSINAM: Jeovan Faria – por parte da contratante e Hugnei Cardoso dos Santos – por parte da contratada.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
AVISO DE RESULTADO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS, através do seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que na licitação com modalidade PREGÃO *0*133/2015, destinada à REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição equipamentos de informática para atender as Secretarias Municipais, teve como vencedoras as empresas: ATI COMERCIO DE MÓVEIS E INFORMÁTICA LTDA - ME com o valor total de R$ 78.000,00 (setenta e oito mil reais), ALINE FONSECA DE CAMPOS ME com o valor total de R$ 71.260,00 (setenta e um mil, duzentos e sessenta reais), APIS COMERCIO INFORMATICA - EIRELI com o valor total de R$ 57.383,00 (cinquenta e sete mil, trezentos e oitenta e três reais), GOMES COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA - ME com o valor total de R$ 39.340,00 (trinta e nove mil, trezentos e quarenta reais), AKDD ELETRONICOS E PAPELARIA COMERCIO E REPRESENTAÇÕES DE SERVIÇOS LTDA ME com o valor total de R$ 31.145,00 (trinta e um mil, cento e quarenta e cinco reais), GUERREIRO FILHO E CHAVES LTDA com o valor total de R$ 14.500,00 (quatorze mil e quinhentos reais), SUPREMA COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA ME com o valor total de R$ 14.469,00 (quatorze mil, quatrocentos e sessenta e nove reais), MARIA CRISTINA MATTEI - EPP com o valor total de R$ 5.348,00 (cinco mil, trezentos e quarenta e oito reais).

Campo Novo do Parecis-MT, 01 de outubro de 2015.

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
AVISO DE RESULTADO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS, através do seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que na licitação com modalidade PREGÃO *0*103/2015, destinada à contratação de empresa especializada no fornecimento de equipamentos e materiais de rede, para distribuição de rede lógica com a devida instalação, conforme especificado nesse Edital, teve como vencedora a empresa: APIS COMERCIO INFORMATICA - EIRELI com o valor total de R$ 142.219,00 (cento e quarenta e dois mil, duzentos e dezenove reais).

Campo Novo do Parecis-MT, 01 de outubro de 2015.

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
AVISO DE RESULTADO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS, através do seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que na licitação com modalidade PREGÃO *0*135/2015, destinada à REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição pneus, câmaras de ar e protetores para atender os veículos da frota municipal, teve como vencedoras as empresas: PNEUAR COMERCIO DE PNEUS LTDA - EPP com o valor total de R$ 467.459,00 (quatrocentos e sessenta e sete mil, quatrocentos e cinquenta e nove reais), PNEUS VIA NOBRE LTDA com o valor total de R$ 345.210,00 (trezentos e quarenta e cinco mil, duzentos e dez reais), CASA DOS PNEUS LTDA com o valor total de R$ 299.137,00 (duzentos e noventa e nove mil, cento e trinta e sete reais).

Campo Novo do Parecis-MT, 01 de outubro de 2015.

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
NOTIFICAÇÃO DE EMPRESA

Assunto: INEXECUÇÃO DE ENTREGA

PREGÃO: 027/2015

1. Vimos através da presente **NOTIFICAR** a Empresa: **3M COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS, CNPJ Nº 04.347.124/0001-07,** pela, não entrega dos itens constantes nas NAD – Nota de Autorização de Despesas 6592/2015 **no prazo estipulado no Edital**:

2. **Fica estipulado o restabelecimento imediato (no prazo máximo de 24 horas), para que referida empresa entregue no almoxarifado os dos itens constantes nas Notas de Autorização de despesa acima citadas,** sob pena de responder pelas penalidades constantes no referido Edital com base na lei 10.520/2002, subsidiariamente com a lei 8.666/93 e suas alterações.

3. Considerando que a Secretaria Municipal de Obras comunicou da **não entrega no prazo estipulado** e que a empresa esta deixando de cumprir suas obrigações quanto à entrega dos produtos solicitados, informamos que o não cumprimento do prazo a empresa estará sujeita as penalidades e multas estabelecida no edital, ficando ainda sujeita a rescisão contratual/ata de registro de preços, com aplicação das penalidades cabíveis, inclusive impossibilidade de contratar com a administração publica pelo prazo de ate 2(dois) anos conforme as leis supracitadas. Informamos ainda, que caso a empresa não se manifeste, dentro do prazo estipulado, esta notificação será considerada como aviso de penalidade.

4. Informamos que esta notificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios, através da mesma a Prefeitura considera a empresa **NOTIFICADA** a partir desta data.

Campo Verde, 29 de setembro de 2015.

LEILA GUBERT

Gerente de Compras

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
PUBLICAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO PÚBLICA

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público que solicitou a EXPEDIÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO no loteamento denominado JARDIM CIDADE VERDE, neste município de CAMPO VERDE, a(s) seguinte (s) pessoa(s) e alegando a propriedade sobre o(s) seguinte(s) imóvel (is):

LINDOMAR STRADIOTTI, requerendo a AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO DO IMÓVEL LOTE 05 da QUADRA 09, LOCALIZADO NA RUA RIO DE JANEIRO, S/Nº LOTEAMENTO JARDIM CIDADE VERDE, CAMPO VERDE – MT.

Abre-se o prazo de 15 (dias) para oposição de terceiros devendo esta ser apresentada fundamentada junto a SECRETARIA DE FAZENDA DO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE – MT. Superado este prazo, o processo de emissão continuará em seu tramite normal até EXPEDIÇÃO DA AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO REQUERIDA.

Secretaria Municipal de Fazenda.

DEPARTAMENTO JURÍDICO
LEI Nº. 2.133, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONTRATO DE COMODATO COM A DIOCESE DE PRIMAVERA DO LESTE - PARANATINGA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FÁBIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a firmar Contrato de Comodato com a **DIOCESE DE PRIMAVERA DO LESTE-PARANATINGA**, CNPJ n.º 20.986.630/0010-85, com fins de uso do barracão denominado "Salão Comunitário Odevir Joel Carlini - Vico" (RP 022235) e estrutura do Campo de Futebol anexo, bens públicos há muito edificados sobre imóvel de propriedade da diocese, localizados na Agrovila João Ponce de Arruda, pelo prazo de 15 (quinze) anos, renovável por igual período.

Art. 2º - As cláusulas e condições do Contrato de Comodato estão fixadas no termo do respectivo instrumento, que é parte integrante desta Lei.

Art. 3º. – As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, em 30 de setembro de 2015.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

DESPACHO: Sanciono a presente Lei, sem emenda e ressalvas.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, de acordo com a legislação vigente, com afixação no local de costume. Data Supra.

GILMAR ZITO PRATI

SEC. DE ADMINISTRAÇÃO

INSTRUMENTO DE CONTRATO DE COMODATO

Por este instrumento particular, de um lado o e, de outro lado, o ***MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE*****,** pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça dos Três Poderes, nº 03, Jardim Campo Real, Campo Verde/MT, inscrito no CNPJ nº 88.594.999/0001-95, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Fábio Schroeter, brasileiro, casado, mesmo endereço, daqui para frente denominado simplesmente COMODANTE, e de outro lado, a **DIOCESE DE PRIMAVERA DO LESTE-PARANATINGA,** entidade religiosa sem fins lucrativos, CNPJ nº 20.986.630/0010-85, representada pelo seu bastante procurador, Pe. ERIVALDO COUTO QUEIROZ, portador do Rg 299530 SSP/MT e CPF: 230.004.731-49, com sede na Rua João Pessoa, 511, Centro, Campo Verde/MT, doravante designada COMODATÁRIA, têm entre si por justo e combinado o presente contrato de comodato, mediante as cláusulas e condições seguintes, que mútua e reciprocamente outorgam e aceitam, **a saber:**

CLÁUSULA PRIMEIRA - O COMODANTE é proprietário de um barracão denominado **"Salão Multiuso Odevir Joel Carlini - Vico"** (RP 022235), e da estrutura do Campo de Futebol anexo ao barracão, edificados há vários anos no imóvel de propriedade da COMODATÁRIA, localizados no assentamento rural da Agrovila João Ponce de Arruda.

CLÁUSULA SEGUNDA - O COMODANTE, por este contrato na melhor forma de direito, cede em regime de COMODATO, a COMODATÁRIA os referido bens de acordo com o preceito contido no artigo 579 do Código Civil Brasileiro vigente, para nele serem realizadas atividades de interesse público e de lazer, devendo a COMODATÁRIA permitir de maneira ordeira e indistinta o acesso de moradores da região e comunidade escolar local aos referidos bens públicos, incentivando a prática do lazer e do desporto.

CLÁUSULA TERCEIRA - O presente contrato de comodato é pelo prazo de 15 (quinze) anos, prorrogado automaticamente por igual período, se não houver manifestação contrária, por escrito, de qualquer das partes, nos endereços constantes do preâmbulo, nos 60 (sessenta) dias anteriores ao vencimento do termo.

CLÁUSULA QUARTA - No uso e gozo dos bens ora emprestados, a COMODATÁRIA deverá conservá-los como se coisas suas fossem e por eles zelar de forma a impedir que os mesmos venham a ser, total ou parcialmente, ocupados por terceiros ou intrusos, resguardando, assim, a posse precária que exerce, única e exclusivamente, em nome do COMODANTE; obriga-se, ainda, a COMODATÁRIA, manter o imóvel sempre limpo e a respeitar todas as leis e regulamentos, respondendo por qualquer exigência dos poderes públicos ou pelos prejuízos causados a particulares, a que der causa, bem como pagamento de eventuais taxas e tributos.

CLÁUSULA QUINTA: Fica determinado que o Contrato, ora firmado, não poderá impor ônus algum a COMODANTE, quando da sua implantação e a posteriori. Assim sendo, todas as despesas decorrentes deste processo serão de total responsabilidade da COMODATÀRIA.

CLÁUSULA SEXTA - A retomada do imóvel pelo COMODANTE antes do término de vigência do contrato, por qualquer motivo, não obrigará a restituição de quaisquer valores a título de benfeitorias, inclusive as que se fizerem necessárias.

CLÁUSULA SÉTIMA – A COMODATÁRIA somente poderá fazer benfeitorias, modificações, construções, ou reformas no imóvel objeto deste, com prévio consentimento, por escrito, do COMODANTE.

CLÁUSULA OITAVA - Ao ente público COMODANTE fica reservado o direito de acesso ao bem público objeto desta cessão, a fim de proceder à vistoria e outras diligências que entender convenientes, com a devida comunicação à CESSIONÁRIA.

CLÁUSULA NONA - O presente Instrumento de Contrato de Comodato será publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso.

CLÁUSULA DÉCIMA - Fica o foro da Comarca de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, como único competente para todas as ações e feitos judiciais decorrentes deste contrato, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo com as obrigações e condições assumidas, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo firmadas.

Campo Verde-MT, 30, de setembro de 2015.

COMODANTE:

MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

COMODATÁRIA:

DIOCESE DE PRIMAVERA DO LESTE-PARANATINGA

Pe. ERIVALDO COUTO QUEIROZ

REPRESENTANTE DA DIOCESE

Testemunhas:

Nome: Gilmar Zito Prati

CPF:953.758.131-49

Nome: Pedro Paulo Montagner

CPF: 276.111.750-68

DEPARTAMENTO JURÍDICO
LEI Nº. 2.134, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.

ALTERA A LEI Nº. 1.936/2013 (PPA EXERCÍCIO 2014/2017); ALTERADO PELA LEI Nº 2.025/2014, A LEI Nº. 2.025/2014 (LDO EXERCÍCIO DE 2015), E ABRE CRÉDITO ESPECIAL NA LEI Nº. 2.027/2014 (LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA 2015) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FÁBIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado a incluir na Lei nº 1.936/2013, alterada pela Lei nº 2.025/2014, que trata do Plano Plurianual para o período 2014/2017, o projeto contemplado no **Anexo I**, que fica fazendo parte integrante desta Lei, independentemente de sua transcrição.

Art. 2º Fica autorizado a incluir na Lei nº 2.026/2014 - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2015, o projeto contemplado no **Anexo II**, que fica fazendo parte integrante desta Lei, independentemente de sua transcrição.

Art. 3º Fica autorizado a incluir na Lei nº 2.027/2014, Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2015, o projeto contemplado no **Anexo III**, cujo objetivo é custear as despesas com a realização Jogos Estudantis, que fica fazendo parte integrante desta Lei, independentemente de sua transcrição.

Órgão - 05 - Secretaria de Educação e Cultura

Und. Orçamentária - 001- Secretaria de Educação e Cultura

Função: 27 - Desporto e Lazer

Subfunção: 812 - Desporto Comunitário

Programa: 0045 - Apoio as Atividades Desportivas

Projeto/Atividade: 2.171 - Realização de Jogos Estudantis

Natureza da Despesa: 3.3.90.30 - Material de Consumo -.....R$ 29.680,00

3.3.90.36 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física - .....R$ 5. 320,00

Total..... R$ 35. 000,00

Fonte de Recursos: 53 - Transferências de Convênio Educação - Estado

Art. 4º - Para dar cobertura ao Crédito Adicional Especial aberto em conformidade com o artigo 3°, serão utilizados recursos conforme artigo 43 da Lei Federal n°. 4.320/1964, inciso II - os resultantes de Excesso de Arrecadação de recursos de Transferências de Convênio da Educação - Estado.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, em 30 de setembro de 2015.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

DESPACHO: Sanciono a presente Lei, sem emenda e ressalvas.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, de acordo com a legislação vigente, com afixação no local de costume. Data Supra.

GILMAR ZITO PRATI

SEC. DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO JURÍDICO
LEI Nº. 2.135, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.

"ACRESCENTA PARÁGRAFO ÚNICO AO ARTIGO 2º E ALTERA O ARTIGO 3º DA LEI MUNICIPAL Nº 1.748/2011, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

FÁBIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º- Fica autorizado acrescentar Parágrafo Único ao artigo 2º e altera o artigo 3º da Lei Municipal nº 1.748/2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º - .....

Parágrafo único – A meia-entrada corresponderá sempre à metade do valor do ingresso ou passaporte efetivamente cobrado ao público em geral, independentemente de estarem praticando preço promocional ou concedendo desconto.

Art. 3º - O beneficiário deverá comprovar a sua condição de estudante, através da carteira de identificação estudantil válida, de lista de alunos das escolas estaduais, municipais, particulares e cursos superiores, com a apresentação de RG ou comprovante de matrícula.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, em 30 de setembro de 2015.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

DESPACHO: Sanciono a presente Lei, sem emenda e ressalvas.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, de acordo com a legislação vigente, com afixação no local de costume. Data Supra.

GILMAR ZITO PRATI

SEC. DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 227/2015

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS DA LINHA LEVE E DA LINHA PESADA.

PREGÃO: 095/2015

FORNECEDOR: NILVA LENIR SIMÕES ME

ITENS E VALORES REGISTRADOS:

LOTE 14

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	UNITÁRIO	R$ TOTAL
01	*MÃO DE OBRA DE SERVIÇO DE RADIADORES – LINHA PESADA*	500	HORA	R$ 80,00	R$40. 000,00

LOTE 16

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	UNITÁRIO	R$ TOTAL
01	*MÃO DE OBRA DE SERVIÇOS MECÂNICOS – LINHAS PESADA*	2.000	HORA	R$ 50,00	R$100.000,00

LOTE 17

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	UNITÁRIO	R$ TOTAL
01	*MÃO DE OBRA DE SERVIÇOS DE EMBREAGEM – LINHA PESADA*	1.000	HORA	R$ 50,00	R$50.000,00

VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 01/10/2015 a 01/10/2016

A íntegra da ata de registro de preços está disponível no site da Prefeitura Municipal de Campo Verde: www.campoverde.mt.gov.br

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE RETIFICAÇÃO - PREGÃO N° 098/2015

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão de Licitação, torna público a RETIFICAÇÃO do **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE MAMOGRAFIA**, na modalidade pregão (presencial) **n° 098/2015**, a se realizar no dia **16 de outubro de 2015 às 08h30min,** na sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde. Retirada do edital www.campoverde.mt.gov.br. Para esclarecimentos: e-mail compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244. Em conformidade com a legislação vigente. Campo Verde - MT, 01 de outubro de 2015.

Leila Gubert

Pregoeira

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 217/2015

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO MEDICAMENTOS FARMACOLÓGICOS

PREGÃO: 099/2015

FORNECEDOR: AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, CNPJ 65.817.900/0001-71

ITENS E VALORES REGISTRADOS:

Lote	Descrição	Und	Qtd.	Marca	V. Unit.	V. Total
15	Levodopa + Cloridrato de Benserazida 200 mg+50 mg	Comp.	20.000	Roche	R$0,60	R$12.000,00
21	Morfina 30 mg	Comp.	5.000	Cristália	R$1,18	R$ 5.900,00
36	Tartarato de Brimonidina 2ml/ml - solução Oftálmica	Frasco	2.000	Brainfarma	R$3,76	R$ 7.520,00
38	Valproato Sódico 500mg	Comp.	50.000	Abbott	R$0,60	R$30.000,00
Valor total da ata de Registro de Preços: Cinquenta e cinco mil quatrocentos e vinte reais.						R$55.420,00

VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 30/09/2015 a 30/09/2016

A íntegra da ata de registro de preços está disponível no site da Prefeitura Municipal de Campo Verde: www.campoverde.mt.gov.br

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 218/2015

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO MEDICAMENTOS FARMACOLÓGICOS

PREGÃO: 099/2015

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ 03.652.030/0001-70

ITENS E VALORES REGISTRADOS:

Lote	Descrição	Und	Qtd.	Marca	Unitário	Valor Total
01	Digoxina 0,25 mg	Comp.	65.000	Pharlab	R$ 0,04	R$ 2.600,00
06	Etinilestradiol + Levonorgestrel 0,15 + 0,03 mg	Comp.	50.000	Mabra	R$ 0,02	R$ 1.000,00
11	Hidroclorotiazida 25 mg	Comp.	600.000	Teuto	R$ 0,02	R$ 12.000,00
13	Ivermectina 6 mg com 2 comprimido	Comp.	15.000	Vitapan	R$ 0,32	R$ 4.800,00
16	Levotiroxina Sódica 25 mcg	Comp.	70.000	Merck	R$ 0,12	R$ 8.400,00
17	Levotiroxina Sódica 50 mcg	Comp.	70.000	Merck	R$ 0,14	R$ 9.800,00
22	Nifedipina 20 mg	Comp.	70.000	Brainfarma	R$ 0,04	R$ 2.800,00
26	Paracetamol + Fosfato de Codeína 500 mg / 30 mg	Comp.	5.000	Actavis	R$ 0,46	R$ 2.300,00
29	Prednisolona 3 mg/ml suspensão oral 60 ml	Frasco	2.500	Prati D.	R$ 3,29	R$ 8.225,00
32	Risperidona 2 mg	Comp.	50.000	Torrent	R$ 0,19	R$ 9.500,00
35	Sulfato Ferroso 12,5mg - ml 30ml gotas	Frasco	2.500	Natulab	R$ 0,78	R$ 1.950,00
39	Valproato sódico 250mg/5ml 100ml	Comp.	5.000	Teuto	R$ 2,33	R$ 11.650,00
40	Venlafaxina 75 mg	Comp.	20.000	Torrent	R$ 0,62	R$ 12.400,00
41	Fenitoína Sódica 100 mg	Comp.	80.000	Sanofi	R$ 0,30	R$ 24.000,00
48	Dimeticona ou Simeticona 75mg/ml frasco c/ 10ml	Frasco	1.000	Hipolabor	R$ 0,73	R$ 730,00
Valor total da ata de Registro de Preços: Cento e doze mil cento e cinquenta e cinco reais.						R$112.155,00

VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 30/09/2015 a 30/09/2016

A íntegra da ata de registro de preços está disponível no site da Prefeitura Municipal de Campo Verde: www.campoverde.mt.gov.br

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 219/2015

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO MEDICAMENTOS FARMACOLÓGICOS

PREGÃO: 099/2015

FORNECEDOR: DELTA MED COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ 08.835.955/0001-70

ITENS E VALORES REGISTRADOS:

Lote	Descrição	Und	Qtd.	Marca	Unitário	Valor Total
03	Dipirona Sódica 500 mg/ml injetável	Ampolas	5.000	Teuto	R$ 0,53	R$ 2.650,00
07	Fluoxetina 20 mg	Comp/Cápsula	65.000	Teuto	R$ 0,07	R$ 4.550,00
09	Glicose 25% 10 ml	Comp.	5.000	Isofarma	R$ 0,23	R$ 1.150,00
24	Paracetamol 200 mg/ml	Frasco	25.000	Teuto	R$ 0,46	R$ 11.500,00
28	Permanganato de Potássio 100 mg	Comp.	15.000	Mariol	R$ 0,06	R$ 900,00
31	Prometazina 50 mg/2 ml injetável	Ampolas	4.000	Cristalia	R$ 1,52	R$ 6.080,00
37	Tioridazina 50 mg	Comp.	30.000	União Q.	R$ 0,40	R$ 12.000,00
42	Benzilpenicilina Benzatina 1.200 UI injetável	Ampolas	5.000	Teuto	R$ 5,52	R$ 27.600,00
46	Bisacordil 5mg	Comp.	1.500	Sobral	R$ 0,14	R$ 210,00
Valor total da ata de Registro de Preços: Sessenta e seis mil seiscentos e quarenta reais.						R$ 66.640,00

VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 30/09/2015 a 30/09/2016

A íntegra da ata de registro de preços está disponível no site da Prefeitura Municipal de Campo Verde: www.campoverde.mt.gov.br

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 220/2015

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO MEDICAMENTOS FARMACOLÓGICOS

PREGÃO: 099/2015

FORNECEDOR: PRO-REMÉDIOS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS E COSM. EIRELI ME

CNPJ: 05.159.591/0001-68

ITENS E VALORES REGISTRADOS:

Lote	Descrição	Und	Qtd.	Marca	Unitário	Valor Total
02	Dipirona Sódica 500 mg/ml 20 ml gotas	Frasco	30.000	Mariol	R$ 0,93	R$ 27.900,00
08	Furosemida 40 mg	Comp.	120.000	Geolab	R$ 0,04	R$ 4.800,00
10	Glicose 50 % 10 ml	Ampolas	5.000	Isofarma	R$ 0,23	R$ 1.150,00
18	Metroclopramida 10 mg	Comp.	15.000	Belfar	R$ 0,07	R$ 1.050,00
23	Óleo Mineral 100 ml	Comp.	15.000	Mariol	R$ 1,89	R$ 28.350,00
34	Sulfametoxazol + Trimetropina 400mg + 8mg	Comp.	30.000	Prati	R$ 0,07	R$ 2.100,00
Valor total da ata de Registro de Preços: Sessenta e cinco mil trezentos e cinquenta reais.						R$ 65.350,00

VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 30/09/2015 a 30/09/2016

A íntegra da ata de registro de preços está disponível no site da Prefeitura Municipal de Campo Verde: www.campoverde.mt.gov.br

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 221/2015

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO MEDICAMENTOS FARMACOLÓGICOS

PREGÃO: 099/2015

FORNECEDOR: PRO-SAÚDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI ME, CNPJ 21.297.758/0001-03

ITENS E VALORES REGISTRADOS:

Lote	Descrição	Und	Qtd.	Marca	Unitário	Valor Total
04	Eritromicina 250 mg/m 60 ml suspensão	Frasco	5.000	Prati	R$2,27	R$11.350,00
14	Levodopa + Carbidopa 25 mg+250 mg	Comp.	20.000	Teuto	R$0,18	R$ 3.600,00
30	Prometazina 25 mg	Comp.	40.000	Teuto	R$0,05	R$ 2.000,00
33	Soro Oral	Envelopes	25.000	Natulab	R$0,39	R$ 9.750,00
43	Fosfato de Codeína - Diclofenaco Sódico 30+50 mg	Comp.	5.000	Novartis	R$3,73	R$18.650,00
44	Ritalina L A 20 mg	Comp.	2.500	Novartis	R$7,56	R$18.900,00
Valor total da ata de Registro de Preços: Sessenta e quatro mil duzentos e cinquenta reais.						R$64.250,00

VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 30/09/2015 a 30/09/2016

A íntegra da ata de registro de preços está disponível no site da Prefeitura Municipal de Campo Verde: www.campoverde.mt.gov.br

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 222/2015

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO MEDICAMENTOS FARMACOLÓGICOS

PREGÃO: 099/2015

FORNECEDOR: RECMED COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES EIRELI ME, CNPJ 06.696.359/0001-21

ITENS E VALORES REGISTRADOS:

Lote	Descrição	Und	Qtd.	Marca	Unitário	Valor Total
19	Metronidazol 100 mg 50g creme vaginal	Bisnaga	8.000	Teuto	2,29	R$18.320,00
47	Manitol 20% 200mg/ml 250ml	Frasco	1.000	JP	R$ 3,80	R$ 3.800,00
50	Cloridrato de lidocaína s/ vaso construtor 2% com 20ml caixa com 25 frasco	Caixa	50	Hiporlabor	R$43,50	R$ 2.175,00
51	Enxoparina subcutânea 80mg 0,8ml seringa/ampola - igual ou similar (versa)	Seringa/ ampola	1.000	Blau	R$22,75	R$22.750,00
52	Enxoparina subcutânea 60mg 0,4ml seringa/ampola - igual ou similar (versa)	Seringa/ ampola	1.000	Blau	R$16,25	R$16.250,00
53	Enxoparina 40mg 0,4ml seringa/ampola - igual ou similar (versa)	Seringa/ ampola	1.000	Blau	R$13,00	R$13.000,00
Valor total da ata de Registro de Preços: Setenta e seis mil duzentos e noventa e cinco reais.						R$76.295,00

VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 30/09/2015 a 30/09/2016

A íntegra da ata de registro de preços está disponível no site da Prefeitura Municipal de Campo Verde: www.campoverde.mt.gov.br

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 223/2015

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO MEDICAMENTOS FARMACOLÓGICOS

PREGÃO: 099/2015

FORNECEDOR: STOCK COMERCIAL HOSPITALAR LTDA, CNPJ 00.995.371/0001-50

ITENS E VALORES REGISTRADOS:

Lote	Descrição	Und	Qtd.	Marca	Valor Unit.	Valor Total
20	Metronidazol 250 mg	Comp.	40.000	Brainfarma	R$ 0,08	R$ 3.200,00
25	Paracetamol 500 mg	Comp.	120.000	Mariol	R$ 0,05	R$ 6.000,00
27	Paroxetina 20 mg	Comp.	25.000	Zydus	R$ 0,19	R$ 4.750,00
45	Trofanil 10 mg (Impramina)	Comp.	20.000	Novartis	R$ 0,52	R$ 10.400,00
Valor total da ata de Registro de Preços: vinte e quatro mil trezentos e cinquenta reais.						R$ 24.350,00

VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 30/09/2015 a 30/09/2016

A íntegra da ata de registro de preços está disponível no site da Prefeitura Municipal de Campo Verde: www.campoverde.mt.gov.br

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 224/2015

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS DA LINHA LEVE E DA LINHA PESADA.

PREGÃO: 095/2015

FORNECEDOR: AUTO CENTER ALIANÇA E LOCADORA DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA

CNPJ N° 10.276.177/0001-79

ITENS E VALORES REGISTRADOS:

LOTE	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	UNITÁRIO	R$ TOTAL
06	MÃO DE OBRA DE SERVIÇO DE FREIO LINHA LEVE	1.000	HORA	R$ 31,70	R$ 31.700,00

VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 01/10/2015 a 01/10/2016

A íntegra da ata de registro de preços está disponível no site da Prefeitura Municipal de Campo Verde: www.campoverde.mt.gov.br

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 225/2015

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS DA LINHA LEVE E DA LINHA PESADA.

PREGÃO: 095/2015

FORNECEDOR: MARIA DELGADO ANDRÉ ME, CNPJ N° 04.352.221/0001-80

ITENS E VALORES REGISTRADOS:

LOTE	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	UNITÁRIO	VALOR. TOTAL
03	MÃO DE OBRA DE SERVIÇO DE TORNO E SOLDA LINHA LEVE.	500	HORA	R$105,00	R$ 52.500,00
13	MÃO DE OBRA DE SERVIÇO DE TORNO E SOLDA LINHA PESADA.	1.500	HORA	R$ 60,00	R$ 90.000,00
15	MÃO DE OBRA DE SERVIÇO DE FREIO – LINHA PESADA	1.000	HORA	R$ 34,00	R$ 34.000,00

VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 01/10/2015 a 01/10/2016

A íntegra da ata de registro de preços está disponível no site da Prefeitura Municipal de Campo Verde: www.campoverde.mt.gov.br

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 228/2015

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS DA LINHA LEVE E DA LINHA PESADA.

PREGÃO: 095/2015

FORNECEDOR: ELIAS DE SOUZA FILHO ME, CNPJ N° 06.916.220/0001-46

ITENS E VALORES REGISTRADOS:

LOTE 01

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	UNITÁRIO	V. TOTAL
01	*MÃO DE OBRA DE SERVIÇO DE FUNILARIA E PINTURA – LINHA LEVE*	1.000	HORA	R$130,00	R$30.000,00

LOTE 02

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	UNITÁRIO	V. TOTAL
01	*MÃO DE OBRA DE SERVIÇO DE GUINCHO LINHA LEVE*	5.000	KM	R$ 1,96	R$ 9.800,00

LOTE 04

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	UNITÁRIO	V. TOTAL
01	*MÃO DE OBRA DE SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE PARA BRISA – LINHA LEVE*	250	HORA	R$120,00	R$30.000,00

LOTE 05

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	UNITÁRIO	V. TOTAL
01	*MÃO DE OBRA DE SERVIÇOS DE RADIADORES – LINHA LEVE*	250	HORA	R$120,00	R$30.000,00

LOTE 07

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	UNITÁRIO	V. TOTAL
01	*MÃO DE OBRA DE SERVIÇOS MECÂNICOS – LINHA LEVE*	2.000	HORA	R$ 80,00	R$160.000,00

LOTE 08

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	UNITÁRIO	V. TOTAL
01	*MÃO DE OBRA DE SERVIÇO DE EMBREAGEM LINHA LEVE*	500	HORA	R$ 90,00	R$45.000,00

LOTE 09

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	UNITÁRIO	V. TOTAL
01	*MÃO DE OBRA DE SERVIÇO DE ALINHAMENTO, BALANCEAMENTO E DESEMPENO DE RODA LINHA LEVE*	500	HORA	R$ 47,78	R$23.890,00

VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 01/10/2015 a 01/10/2016

A íntegra da ata de registro de preços está disponível no site da Prefeitura Municipal de Campo Verde: www.campoverde.mt.gov.br

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 226/2015

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS DA LINHA LEVE E DA LINHA PESADA.

PREGÃO: 095/2015

FORNECEDOR: MONTANA RETÍFICA DE MOTORES LTDA, CNPJ N° 05.629.781/0001-00

ITENS E VALORES REGISTRADOS:

LOTE 10

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	UNITÁRIO	V. TOTAL
01	*MÃO DE OBRA DE SERVIÇO DE RETÍFICA DE MOTORES LINHA LEVE*	700	HORA	162,85	R$113.995,00

LOTE 11

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	UNITÁRIO	V. TOTAL
01	*MÃO DE OBRA DE SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE PARA BRISA – LINHA PESADA*	500	HORA	R$216,59	R$108.295,00

LOTE 12

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	UNITÁRIO	V. TOTAL
01	*MÃO DE OBRA DE SERVIÇO DE RETPIFICA DE MOTOR – LINHA PESADA*	2.000	HORA	R$165,00	R$330.000,00

LOTE 18

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	UNITÁRIO	V. TOTAL
01	*MÃO DE OBRA DE SERVIÇO DE FUNILARIA E PINTURA LINHA PESADA*	1.000	HORA	R$156,66	R$156.660,00

VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 01/10/2015 a 01/10/2016

A íntegra da ata de registro de preços está disponível no site da Prefeitura Municipal de Campo Verde: www.campoverde.mt.gov.br

DEPARTAMENTO JURÍDICO
DECRETO Nº. 077, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A ADOÇÃO DE MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA CONTENÇÃO DE GASTOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FÁBIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto na Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal – estabelece o princípio do equilíbrio das contas públicas;

Considerando o atual cenário da crise econômica brasileira de 2015 e os planos de ajustes fiscais federal e estadual, que refletem diretamente nos municípios, que vem tendo quedas exponenciais de receita;

Considerando a queda nas principais receitas pelo desaquecimento da economia a nível nacional, com impacto direto nos municípios;

Considerando a necessidade de adequar as despesas à programação financeira de entrada de receitas para o corrente ano;

Considerando ser imperioso estabelecer medidas visando à redução do custo administrativo, assegurando, todavia, o funcionamento contínuo dos serviços essenciais do Município;

Considerando a necessidade de se manterem os investimentos públicos indispensáveis ao incremento da economia local;

Considerando ser imperativo assegurar a regularidade dos pagamentos aos servidores públicos, bem como aos fornecedores;

Considerando que as medidas, ainda que de pequeno impacto, serão de fundamental importância para a adequação à nova realidade financeira e orçamentária do Município;

Considerando a conveniência administrativa e a necessidade de adequação prévia dos serviços prestados pela administração pública;

DECRETA:

Art. 1° - Fica temporariamente limitado o expediente administrativo das unidades da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal, ressalvadas aquelas que executem serviços essenciais ou que necessitem de horário especial, e ainda, todos os órgãos das Secretarias Municipais de Saúde, Educação e Obras, **ao horário de 07h00 as 13h00, a partir do dia 05 de outubro de 2015,** com vistas à redução dos gastos com energia elétrica, água, telefone e horas extras.

§1º. Fora do horário estabelecido no caput deste artigo, as unidades administrativas deverão permanecer fechadas, somente podendo ser utilizadas em situações excepcionais, mediante autorização prévia e expressa do Prefeito.

§2º. A previsão contida no caput deste artigo não modifica a jornada de trabalho exercida pelos servidores que efetuam serviços em horários especiais, como os responsáveis pela segurança dos prédios públicos, plantonistas em geral e demais servidores que cumprem jornada de trabalho diferenciada, de acordo com a necessidade de cada Secretaria.

Art. 2º - Os departamentos que prestam serviços essenciais e direto ao público, plantonistas em geral e demais servidores que cumprem jornada de trabalho diferenciada manterão os horários de trabalho normais, oferecendo os mesmos serviços à comunidade, competindo aos dirigentes dos órgãos e entidades fazer observar o funcionamento dos serviços essenciais afetos.

Art. 3º - A nova jornada seguirá até o dia **31 de dezembro do corrente ano**, quando, então, será concluída a avaliação da economia gerada pela medida e verificada a necessidade da sua manutenção.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, estado de Mato Grosso, em 30 de setembro de 2015.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
PUBLICAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO PÚBLICA

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público que solicitou a EXPEDIÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO no loteamento denominado JARDIM CIDADE VERDE, neste município de CAMPO VERDE, a(s) seguinte (s) pessoa(s) e alegando a propriedade sobre o(s) seguinte(s) imóvel (is):

FERNANDES CESAR FACIO, requerendo a AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO DO IMÓVEL LOTE 04 da QUADRA 04, LOCALIZADO NA AVENIDA MATO GROSSO, Nº 596 LOTEAMENTO JARDIM CIDADE VERDE, CAMPO VERDE – MT.

Abre-se o prazo de 15 (dias) para oposição de terceiros devendo esta ser apresentada fundamentada junto a SECRETARIA DE FAZENDA DO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE – MT. Superado este prazo, o processo de emissão continuará em seu tramite normal até EXPEDIÇÃO DA AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO REQUERIDA.

Secretaria Municipal de Fazenda.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RESULTADO DO PREGÃO N° 095/2015

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS DA LINHA LEVE E DA LINHA PESADA.

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público o resultado do julgamento e classificação das propostas do Pregão n° 095/2015 para: **AUTO CENTER ALIANÇA E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA ME, CNPJ N° 10.276.177/0001-79**vencedora do **lote 06** com o valor de **R$ 31.700,00 (trinta e um mil e setecentos reais)**, **CÉLIA MARIA DELGADO ANDRE – ME, CNPJ N° 04.352.221/0001-80** vencedora do **lote 03** com o valor de **R$ 52.500,00 (cinquenta e dois mil e quinhentos reais)**, **lote 13** com o valor de **R$ 90.000,00 (noventa mil reais)** e **lote 15** com o valor de **R$ 34.000,00 (trinta e quatro mil reais)**, **MONTANA RETÍFICA DE MOTORES LTDA, CNPJ N° 05.629.781/0001-00** vencedora do **lote 10** com o valor de **R$ 113.995,00 (cento e treze mil novecentos e noventa e cinco reais)**, **lote 11** com o valor de **R$ 108.295,00 (cento e oito mil duzentos e noventa e cinco reais)**, **lote 12** com o valor de **R$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais)** e **lote 18** com o valor de **R$ 156. 660,00 (cento e cinquenta e seis mil seiscentos e sessenta reais)**, **NILVA LENIR SIMÕES, CNPJ N° 04.755.691/0001-94** vencedora do **lote 14** com o valor de **R$ 40.000,00 (quarenta mil reais)**, **lote 16** com o valor de **R$ 100.000,00 (cem mil reais)** e **lote 17** com o valor de **R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)** e **ELIAS DE SOUZA FILHO ME, CNPJ N° 06.916. 220/001-46** vencedora do **lote 01** com o valor de **R$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais)**, **lote 02** com o valor de **R$ 9.800,00 (nove mil e oitocentos reais)**, **lote 04** com o valor de **R$ 30.000,00 (trinta mil reais)**, **lote 05** com o valor de **R$ 30.000,00 (trinta mil reais)**, **lote 07** com o valor de **R$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais)**, **lote 08** com o valor de **R$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)** e **lote 09** com o valor de **R$ 23. 390,00 (vinte e três mil trezentos e noventa reais).** Mais informações: e-mail: compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244. Em conformidade com a legislação em vigor. Campo Verde – MT, 01 de Outubro de 2015.

LEILA GUBERT

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL "SPR" Nº 052/2015

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Campos de Júlio - MT, nomeado pelo Decreto nº 073/2015, vem a público divulgar, para conhecimento dos interessados, o resultado do Pregão Presencial nº 52/2015, do tipo menor preço por item, com abertura no dia 01/10/2015, às 08:00h, horário local, tendo por finalidade REGISTRAR DESCONTOS para futuras e eventuais aquisições de peças e acessórios para veículos automotores e máquinas, sendo declaradas vencedoras do certame as empresas: **REIS E LOPES DOS REIS LTDA ME**, CNPJ/MF nº 05.318.473/0001-55, com desconto de 5,5% para o item 24, 6,1% para os itens 6 e 18, 6,2% para o item 21, 6,3% para os itens 19 e 20 e 11,1% para o item 15; **CAMPOS DE JULIO AUTO PEÇAS LTDA EPP**, CNPJ/MF 04.479.318/0001-58, com desconto de 5,3% para o item 22, 6% para o item 27, 10,5% para o item 25 e 12,5% para o item 26; **DIMAQ – CAMPOTRAT CUIABÁ COMERCIAL LTDA**, CNPJ/MF 05.220.404/0001-04, com desconto de 12% para o item 10 e 13% para os itens 12 e 13; **NE EQUIPAMENTOS, PEÇAS E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS LTDA ME**, CNPJ/MF 09.619.626/0001-55, com desconto de 6% para os itens 8 e 9, 13% para o item 14 e 14% para o item 16; **CECILIA PINTO DA SILVA EIRELI ME**, CNPJ/MF 15.593.959/0001-55, com desconto de 5,3% para o item 23 e 12% para o item 17; **BIELMAQ COMERCIO DE PEÇAS PARA MÁQUINAS LTDA ME**, CNPJ/MF 17.274.

687/0001-56, com desconto de 10,5% para os itens 1, 2, 3, 4, 5 e 7, 12,6% para o item 28 e 12,7% para o item 11.

Campos de Júlio - MT, 01 de outubro de 2015.

Eric Rodrigo Pettenan - Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
REAVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2015

REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Canarana-MT, através da Pregoeira Oficial, torna público que o edital de licitação para o **Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada em prestação de serviços de manutenção dos aparelhos e equipamentos odontológicos e hospitalares, com fornecimento de peças, no Pronto Socorro Municipal e nas Unidades de Saúde PSF's no municipio de Canarana-MT de forma fracionada de acordo com as necessidades solicitadas pela Secretaria Municipal de Saúde,** na modalidade **Pregão Presencial, anteriormente suspenso,** será realizadono dia **16/10/2015 às 08h30-min** (**Horário de Brasilia**) na sala de licitações. Este pregão será regido pela Lei Federal 10520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis.Os interessados poderão solicitar e retirar o edital readequado completona Prefeitura Municipal de Canarana/MT - podendo ser retirado pessoalmente, por telefone 66 – 3478.1200, no horário das 07h30min às 17h30min, através do e-mail **licitacoes.canarana@gmail.com** ou no endereço eletrônico **www.canarana.mt.gov.br.**

Canarana-MT., 01 de Outubro de 2015.

ALESSANDRA SANTOS ABREU

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 045/2015

REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Canarana-MT, através de sua Pregoeira Oficial, nomeada pela Portaria nº. 165/2015, torna público **Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de produtos e prestação de serviços fúnebres, para execução diária e parcelada de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Assistencia Social do Município de Canarana-MT, conforme especificações do edital e anexos,** na modalidade **Pregão Presencial** no dia **16/10/2015 às 13h30min** (**Horário Brasília**) na sala de licitações. Este pregão será regido pela Lei Federal 10520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis.**Os interessados poderão solicitar e retirar o edital completona Prefeitura Municipal de Canarana/MT - podendo ser retirado pessoalmente,** por telefone (66) – 3478.1200, no horário das 07h30min às 17h30min, através do e-mail **licitacoes.canarana@gmail.com**ou no endereço eletrônico**www.canarana.mt.gov.br.**

Canarana-MT., 01 de Outubro de 2015.

ALESSANDRA SANTOS ABREU

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 507/2015

De 23 de setembro de 2015.

Revoga a Portaria nº 505/2015 de 18 de setembro de 2015.

Evaldo Osvaldo Diehl, Prefeito do Município de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por lei;

RESOLVE:

Art. 1º – Fica revogada a Portaria nº 505/2015 de 18 de setembro de 2015, onde concede Licença Prêmio para servidora efetiva JOVILDE FATIMA CORBARI ocupante do cargo de PROFESSORA, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 23 de setembro de 2015.

Evaldo Osvaldo Diehl

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº521/2015

De 29 de setembro de 2015.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL MOACIR ATAÍDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Evaldo Osvaldo Diehl, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao Servidor MOACIR ATAÍDE por um período de 30 dias, a serem usufruídas no período de 26/10/2015 a 24/11/2015.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende a 15/10/2013 a 14/10/2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 29 de setembro de 2015.

Evaldo Osvaldo Diehl

Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 046/2015

REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Canarana-MT, através de sua Pregoeira Oficial, nomeada pela Portaria nº. 165/2015, torna público **Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de passagens interestadual e intermunicipal (passagem terrestre) e prestação de serviços de malotes/fretes, para atender as necessidades das secretarias municipais do Município de Canarana-MT, conforme especificações do edital e anexos,** na modalidade **Pregão Presencial** no dia **16/10/2015 às 15h30min** (**Horário Brasília**) na sala de licitações. Este pregão será regido pela Lei Federal 10520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis.Os interessados poderão solicitar e retirar o edital completona Prefeitura Municipal de Canarana/MT - podendo ser retirado pessoalmente, por telefone (66) – 3478.1200, no horário das 07h30min às 17h30min, através do e-mail **licitacoes.canarana@gmail.com**ou no endereço eletrônico**www.canarana.mt.gov.br.**

Canarana-MT., 01 de Outubro de 2015.

ALESSANDRA SANTOS ABREU

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº510/2015.

De 28 de setembro de 2015.

Dispõe sobre licença interesse particular

Evaldo Osvaldo Diehl, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe o Art. 102 da Lei Municipal Complementar nº 028/2002, de 23 de dezembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder licença interesse por dois anos para a servidora pública ELAINI GALL PORCH,efetiva no cargo de TÉCNICA DE ENFERMAGEM,com a matricula 366, anexo I,grupo ocupacional II- técnico do SUS, da Lei Complementar nº 123/2014, de 02 de setembro de 2014,a partir de 29/09/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 28 de setembro de 2015.

Evaldo Osvaldo Diehl

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2015

REGISTRO DE PREÇOS

A Pregoeira da Prefeitura Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso designada pela Portaria nº. 019/2015 torna público que o vencedor na sessão que se realizou na data de **01/10/2015** na modalidade de Pregão Presencial, menor preço por ítem foi: **NUTRICENTER DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS NUTRICIONAIS E HOSPITALARES LTDA-ME, itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20 e 21, O ITEM 19 FOI FRACASSSADO E O ITEM 22 FOI DESERTO, conforme histórico de lances.**

Canarana -MT, 01 de Outubro de 2015.

ALESSANDRA SANTOS ABREU

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2015.

PREGÃO PRESENCIAL nº. 075/2015

PROCESSO Nº. 044/2015

VALIDADE: 12 (doze) meses

A Prefeitura Municipal de Canarana-MT, com sede administrativa sito à Rua Miraguai 228, centro, na cidade de Canarana-MT, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.023.922/0001-91, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr. EVALDO OSVALDO DIEHL**, inscrito no CPF sob o nº 132.773.839-20, portador da Carteira de Identidade nº 211.566 SSI/SC, considerando o julgamento da licitação na modalidade de **Pregão Presencial nº 044/2015, processo administrativo n.º 075/2015**, **RESOLVE** registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por esta alcançada e na quantidade cotada, atendendo às condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações e no Decreto da União n.º 7.892/2013 e em conformidade com as disposições a seguir:

CLAUSULA PRIMEIRA - OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 - O presente instrumento tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual contratação da empresa **NUTRICENTER DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS NUTRICIONAIS E HOSPITALARES LTDA-ME**, inscrita no CNPJ/MF nº.06.372.763/0001-40 estabelecida na cidade de Cuiabá-MT, à Av. Das Flores, nº. 334, Quadra 28, Lote 04, Bairro Jardim Cuiabá-MT**, para o Registro de preços para futura e eventual aquisição de leites especiais e suplementos alimentares para atendimento de crianças e pessoas adultas com problemas de saúde, carentes que necessitam de uso de nutrição especial, e em situação vulnerável necessitando de uso diário conforme orientação médica, para entrega fracionada de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, visando o atendimento às demandas desta municipalidade.**

CLAUSULA SEGUNDA - DA LICITAÇÃO

2.1 - Para registrar os preços do objeto desta Ata foi realizado procedimento licitatório na modalidade **Pregão Presencial nº 044/2015**, com fundamento nas Leis n. 10.520/02, nº 8.666/93 e alterações posteriores e no que couber, conforme autorização da Autoridade Competente, Prefeito Municipal Sr. Evaldo Osvaldo Dihel, disposta no **processo nº 075/2015**.

CLAUSULA TERCEIRA - DA EMPRESA VENCEDORA, PREÇOS REGISTRADOS E FORMA DE EXECUÇÃO

3.1 - Os preços registrados, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

3.1.1 - Empresa Vencedora:

Nome: NUTRICENTER DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS NUTRICIONAIS E HOSPITALARES LTDA-ME

CNPJ: 06.372.763/0001-40 **Inscrição Estadual:** 13.291.686-0

Endereço: Av. Das Flores, Nº. 334, Quadra 28, Lote 04, Bairro Jardim Cuiabá-MT.

CEP: 78.043-172 **Cidade/Estado:** Cuiabá-MT

3.2 - Descrição, Quantidade e Preços Registrados:

Item	Quant.	Unid.	Especificação detalhada do objeto	Marca	Valor Unit	Valor Total
1	10	Lata 400g	Fórmula adequada para o crescimento e desenvolvimento do lactente de baixo peso, primeiros 06 meses de vida, com nutrientes de fácil absorção, composto de soro do leite, (TCM, maltodextrina), óleo de canola, oleina de palma, óleo de girassol, minerais, vitaminas, DHA E ARA, que auxilia no ganho de peso do lactente.	Aptamil Pré-Danone B	65,98	659,80

2	400	Lata 400g	Fórmula infantil de partida, indicada para latentes no primeiro semestre de vida, que atenda às recomendações do Codex Alimentarius FAO/OMS. Composição nutricional: Fonte proteica: láctea (proteínas do soro e/ou caseína); Fonte de carboidratos: lactose e/ou maltodextrina; Fonte de lipídeos: predominantemente gordura vegetal. Isenta de glúten. O produto, na data de entrega, não poderá apresentar data de fabricação superior a 60dias.	Aptamil 1 Danone BAB	22,98	9. 192,00
3	400	Lata 400g	Fórmula infantil de seguimento (2° semestre), que atenda às recomendações do Codex Alimentarius FAO/OMS. Composição nutricional: Fonte proteica: láctea (proteínas do soro e/ou caseína); Fonte de carboidratos: lactose e/ou maltodextrina. Isenta de glúten. O produto, na data de entrega, não poderá apresentar data de fabricação superior a 60dias.	Aptamil 2 Danone BAB	22,98	9. 192,00
4	400	Lata 400g	Fórmula infantil à base de proteína isolada de soja, para lactentes desde o nascimento até os 6 meses de idade, que atenda às recomendações do Codex Alimentarius FAO/OMS. Indicada nos casos de alergia à proteína do leite de vaca, intolerância à lactose ou em situações nas quais for indicado retirar o leite de vaca da dieta. Composição nutricional: Fonte proteica: proteína isolada de soja enriquecida com L-metionina; Fonte de carboidratos: maltodextrina (100%); Fonte de lipídeos: gordura vegetal (100%). Isenta de sacarose, glúten, leite e produtos lácteos. O produto, na data de entrega, não poderá apresentar data de fabricação superior a 60dias.	Aptamil Soja-Danone	32,98	13. 192,00
5	400	Lata 400g	Fórmula infantil em pó isenta de lactose e a base de proteína isolada do leite de vaca para lactentes com intolerância primária ou secundária a lactose. Indicado 0 a 24 meses	SL-Danone BA	45,98	18. 392,00
6	400	Lata 400g	Fórmula infantil hipoalergênica, para lactentes no primeiro ano de vida. Indicada em casos de alergia alimentar. Composição nutricional: Fonte proteica: proteínas de soro de leite parcialmente hidrolisadas; Fonte de carboidratos: lactose e maltodextrina; Fonte de lipídeos: predominantemente gordura vegetal. Isenta de glúten. O produto, na data de entrega, não poderá apresentar data de fabricação superior a 60dias.	Aptamil HA Danone BA	37,50	15. 000,00
7	20	Lata 400g	Fórmula infantil para lactentes de 0 a 12 meses, indicada para redução dos episódios de regurgitação e/ou refluxo gastroesofágico. Ingredientes: Lactose, proteína do soro , amido, oleína de palma, soro de leite desmineralizado*, óleo de canola, óleo de palmiste, óleo de milho, lecitina de soja, vitaminas (vitamina C, niacina, vitamina E, pantotenato de cálcio, vitamina A, vitamina B6, vitamina B1, vitamina D, vitamina B2, ácido fólico, vitamina K, ácido pantotênico, vitamina B12, biotina), taurina, sais minerais (iodeto de potássio, sulfato ferroso, sulfato de cobre, sulfato de zinco).	Aptamil AR DANONE BA	29,98	599,60
8	100	Lata 400g	Alimentação de lactentes e crianças que apresentem alergia à proteína do leite de vaca e / ou soja, distúrbios absortivos ou outras condições clínicas que requerem uma terapia nutricional com dieta ou fórmula semi-elementar e hipoalergênica. Isento de lactose, galactose, sacarose, frutose e glúten. Ingredientes: Xarope de glicose, proteína hidrolizada de soro do leite, triglicerídeos de cadeia média, óleos vegetais (colza, girassol, palma), fosfato tricálcico, fosfato dihidrogenado de potássio, cloreto de potássio, carbonato de cálcio, óleo de peixe, óleo de fungos, cloreto de colina, vitamina C, cloreto de sódio, cloreto de magnésio, taurina, inositol, sulfato ferroso, vitamina E, sulfato de zinco, Lcarnitina, uridina, citidina, adenosina, inosina, niacina, dpantotenato de cálcio, guanosina, d-biotina, sulfato de cobre, ácido fólico, sulfato de manganês, vitamina A, B2, B12, B1, D,B6, iodeto de potássio, vitamina K, selenito de sódio, emulsificante mono e diglicerídeos de ácidos graxos.	Pregomin Pepti Danone	120,00	12. 000,00
9	100	Lata 400g	Dieta completa 100% aminoácidas livres para uso oral ou enteral, aspecto pó, para crianças portadoras de alergias alimentar, isenta de proteinas do leite de vaca, de soja e hidrolisada sem sabor. Embalagem com 400gramas.	NEOCATE LCP Danone	185,00	18. 500,00
10	50	Lata 250 g	Fórmula completa para nutrição enteral ou oral, à base de peptideos com prebioticos, FOS e inulina. Normocalórico. Isento de lactose, sacarose e glúten. Indicado para pacientes críticos, com retardo do esvaziamento gastrico e com riscos de broncoaspiração,dificuldade na absorção de proteina intacta associada a desconfortos gastrintestinais, necessidade moderada de prebioticos e pacientes em desmame de nutrição parenteral. Densidade Calórica: 1,0 CAL/ml Proteinas: 16% (100% proteina do soro do leite hidrolizada) Carboidratos: 49% (91% maltodextrina e 9% amido de milho) Gorduras: 35% (73% TCM, 21% óleo de soja, 6%lecitina de soja) Fibras: 6,0 g/l (51% Inulina, 49% FOS)Osmolalidade 300-mOsm/kg de água.	Peptamen Prebio Nest.	60,98	3. 049,00
11	50	Lata 430g	Nutrição à base de peptídeos para recuperação nutricional de pacientes em situações metabólicas especiais. Isenta de glúten, colesterol e lactose, com proteína de alta qualidade. Densidade Calórica: 1,0 CAL/mlProteinas: 16% (100% proteina do soro do leite hidrolizada)Carboidratos: 49% (74% polissacarídeos, 26% sacarose) Gorduras: 35% (7% TCM, 23% óleo de soja, 6%lecitina de soja) Osmolalidade 375mOsm/kg de água.	Peptamen Pó Nestle	180,00	9. 000,00
12	50	Frasco 250ml	Suplemento para situações metabólicas especiais para nutrição enteral, à base de peptídeos e formulado de modo a proporcionar quantidades definidas e adequadas de nutrientes e calorias, em função das necessidades nutricionais diárias de pessoas com problemas de absorção, visando a recuperação do adequado estado nutricional. Isento de lactose. Não contém glúten. Indicação: Terapia nutricional precoce em pacientes críticos, com retardo de esvaziamento gástrico e com riscos de broncoaspiração, dificuldade na absorção de proteína intacta associada a desconfortos gastrointestinais, pacientes com necessidade calórico-proteica elevada e pacientes em desmame de nutrição parenteral. Densidade calórica: 1,5 kcal/mL Distribuição energética: Proteínas: 18% (100% proteína do soro do leite hidrolisada) Carboidratos: 49% (91% maltodextrina, 5,9% amido de milho, 3,1% outros) Lipídeos: 33% (71,9% TCM, 15,2% óleo de soja, 7,9% gordura láctea, 5% lecitina de soja) Fibras: Não possui Osmolalidade: 490 mOsm/kg de água Sabor: Sem sabor	Nestle	35,98	1. 799,00
13	100	Lata 400g	Dieta em pó nutricionalmente completa destinada a atender as necessidades nutricionais de crianças de 1 a 10 anos de idade, que apresentem: inapetência, risco nutricional/desnutrição, doenças crônicas e em pré e pós-operatório. Apropriada para administração oral e/ ou enteral.ıiComposição nutricional: Fonte proteica: proteína do soro do leite e/ou caseinato; Fonte de carboidratos: predominantemente maltodextrina; Fonte de lipídeos: predominantemente gordura vegetal. Densidade calórica: 1 a 1,5 kcal/ml. Isenta de lactose e glúten. Sabor: baunilha e/ou sem sabor. O produto, na data de entrega, não poderá apresentar data de fabricação superior a 60dias.	Nutren Junior Nestle	48,98	4. 898,00
14	100	Lata 370g	Dieta para necessidades acima dos 50 anos. Contém ACT-3, combinação única de cálcio, proteína e vitamina D, além de fornecer outras vitaminas e minerais. NÃO CONTÉM GLÚTEN. Leite em pó desnatado, maltodextrina, proteína isolada do soro do leite de vaca, caseinato de cálcio obtido do leite de vaca, gordura láctea, frutooligossacarídeos, inulina, minerais (citrato de cálcio, carbonato de magnésio, sulfato ferroso, sulfato de zinco, fosfato de cálcio, sulfato de manganês, sulfato de cobre e selenato de sódio), vitaminas (vitamina C, bitartarato de colina, vitamina E, inositol, vitamina D, vitamina A, niacina, pantotenato de cálcio, vitamina B1, vitamina B6, vitamina K, vitamina B2, ácido fólico, vitamina B12 e biotina) e emulsificante lecitina de soja. NÃO CONTÉM GLÚTEN.	Nutren Senior Nestle	48,98	4. 898,00
15	70	Lata 400g	Fórmula de nutrição completa e especializada para recuperação e / ou manutenção do estado nutricional e de um adequado controle glicêmico. Isenta de glúten, sacarose, colesterol e lactose. Informação Nutricional: proteinas: 15% (51,5% proteina do soro do leite, 48,5% caseinato de potássio obtido do leite de vaca)carboidratos: 45% (91% amido de tapioca, 8,4% amido de batata, 0,6% maltodextrina)lipideos: 40% (63% óleo de girassol, 32% óleo de canola) Fibras: 19gr/litro (34% goma acácia, 35% fibra externa). Indicada para diabetes tipo 1 e 2, diabetes gestacional e intolerância à glicose.	Novasource GC Nestle	62,98	4. 408,60
16	50	Sache 90g	Dieta rica em aminoácidos de cadeia ramificada (AACR) e baixo teor de aminoácidos aromáticos, hipercalórica, permitindo um melhor manejo da encefalopatia hepática e favorecendo a síntese protéica. Isenta de sacarose, lactose e glúten. Indicações: Pacientes com insuficiência hepática com sinais de encefalopatia. Apresentação: Envelope de 90g Sabor: Baunilha Diluição padrão: 1 envelope + água = 300ml Volume médio para 100% do IDR para vitaminas e minerais: 529ml Distribuição calórica: Proteínas: 11% Carboidratos: 67% Lipídios: 22%	Nutri Liver Nutrimed	30,00	1. 500,00
17	50	Sache 90g	Dieta enteral em pó, hipoproteica e hipercalórica, rica em aminoácidos essenciais, prevenindo a desnutrição sem aumento da uréia e compostos nitrogenados. Isenta de sacarose, lactose e glúten. Indicações: Pacientes com insuficiência renal não dialisado.Apresentação: Envelope de 90g Sabor: Baunilha-	N. ADV. NEDRO DANONE	22,98	1. 149,00

			Diluição padrão: 1 envelope + água = 300ml de volume final.Modo de preparo: Dissolver o conteúdo do envelope em 100ml de água, misturando até obter perfeita homogeneidade. Adicionar o restante da água até completar o volume final de acordo com a densidade calórica desejada.Volume médio para 100% do IDR para vitaminas e minerais: 618ml Densidade Calórica: 1,3 kcal/ml (diluição padrão) Composição Nutricional:Proteínas: 3,2g/100ml - 10% (caseinato - 60,7%, aminoácidos essenciais - 39,3%) • Carboidratos: 23g/100ml - 69% (100% maltodextrina) • Lipídios: 3,0g/100ml - 21% (óleo de milho - 30%, óleo de canola - 70%)Suplementação: colina, carnitina, taurinaRelação ω6:ω3 - 5:1Relação Kcal não protéica/gN - 229:1Osmolaridade (mOsm/l): 322 • Osmolaridade (mOsm/kg de água).			
18	50	Frasco 500ml	Dieta enteral nutricionalmente completa, oligomérica de alta absorção. Normocalórica com baixo teor de lipídios e presença de TCM. Isenta de sacarose, lactose e glúten. Acrescida de exclusivo mix de carotenóides. Indicação: Pacientes com comprometimento de digestão e absorção, síndrome do intestino curto, doença de Crohn, diarréia de difícil controle, insuficiência pancreática, fístulas e distúrbios disabsortivos. Densidade calórica: 1,0 kcal / ml. Conservação: Em uso gravitacional, ou seja, sem a bomba de infusão, após aberto, conservar em geladeira por no máximo 12 horas.Composição nutricional: Densidade Calórica (Kcal/ml) 1,0 Proteínas16% Carboidratos69% Lipídios15% Fonte de Proteínas Hidrolisado de lactoalbumina (80% peptidios e 20% aminoácidos livres) Fonte de Carboidratos Maltodextrina (100%) Fonte de Lipídios Óleo de soja (50%), triglicerídeo de cadeia mádia (50%) Relação w6:w37,8:1 Relação Kcal não protéica/gN131:1 Osmolaridade (mOsm/l) 455 Osmolaridade (mOsm/Kg de água) .	N. ADV. Peptsorb Dan	40,40	2. 020,00
20	50	Lata 250g	Módulo de proteína de alto valor biólogico, de ótima digestibilidade, suplemento somente de proteína. Indicado para pacientes adulto e pediátricos, com necessidades protéicas elevadas: desnutrição, infecção, sepse, queimados, câncer, situações onde se necessita o aumento do aporte de proteínas na alimentação (adicionado em sucos, vitaminas, purês, sopas, mamadeira)Informação nutricional; 100% caseinato de cálcio. Não contém glúten.Colher medida: 3gr = 2,64gr proteína.	Nutri Protein Nutrim	95,00	4. 750,00
21	400	Lata 400g	Leite integral em pó, vitaminas (A, D e C) e minerais (ferro e zinco). NÃO CONTÉM GLÚTEN.	Leite Pó Itambe	15,50	6. 200,00

3.3 – FORMA DE EXECUÇÃO E LOCAL DE ENTREGA

3.3.1 - Após a solicitação por parte da Secretaria Municipal de Saude, a empresa terá o prazo de no máximo 01 (um) dia útil encaminhar o produtos solicitado

3.3.1 – Todas as despesas para o fornecimento do objeto deste processo será por conta da contratada, tais como, impostos, fretes, transporte, materiais de consumo, mão de obra de pessoal, hotel, alimentação, etc.

3.3.3 – Os produtos deverão atender as especificações constantes no Termo de Referencia – ANEXO I deste edital.

3.3.4 - A partir da entrega, os produtos serão recebidos e submetidos ao setor requisitante para avaliar a sua conformidade com as especificações constantes do edital, a fim de que se decida sobre sua aceitação ou rejeição.

3.3.5 - Na hipótese de rejeição do produto recebido, o mesmo deverá ser recolhido pelo fornecedor no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da comunicação no local indicado pela Secretaria Municipal de Educação. Após este prazo, reserva-se o direito de devolver o produto rejeitado ao fornecedor, com frete a pagar.

3.3.6 - De acordo com a legislação o fornecedor fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃOS PARTICIPANTES

4.1. – Oórgão gerenciador desta **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** é a **Secretaria Municipal de Saúde**;

4.2 – A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS esta vinculada ao Decreto Federal nº 7.892/2013, de 23/01/2013, e alterações posteriores, portanto, está sujeito à autorizar a adesão por outros órgãos ou entidades Municipais, Estaduais ou Distritais, à Ata de Registro de Preços a ser firmada, devendo obedecer o que determina o Art. 22, parágrafos 1º ao 9º do Decreto Federal acima mencionado.

5. VALIDADE DA ATA

5.1 - O registro de preços constante desta Ata terá **validade pelo prazo de 12 (doze) meses,** NÃO podendo ser prorrogada nos termos do art. 57 da Lei 8.666/93.

5.2 - A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na integra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas normas.

Parágrafo primeiro: Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a CONTRATANTE não estará obrigada a adquirir os produtos citados na Cláusula Segunda exclusivamente pelo Sistema Registro de Preços, podendo fazê-lo por meio de outra licitação, quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie ao FORNECEDOR, sendo, entretanto, assegurada ao beneficiário do registro, a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

6. CONDIÇÕES GERAIS

6.1 - As condições gerais para a execução do objeto desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, tais como os prazos para entrega, pagamento e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência e na Minuta de Contrato e conforme abaixo se descreve:

6.2 - As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

6.2.1 - T**odas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo ou apostilamento ao contrato.**

6.3.2 - Vinculam-se a este ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Presencial nº 044/2015**, seus anexos e a proposta da contratada.

6.3.3 - É vedado caucionar ou utilizar a presente ATA para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do Município de Canarana-MT.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia ao órgão gerenciado.

Canarana-MT, 01 de Outubro de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA-MT

EVALDO OSVALDO DIEHL

Prefeito Municipal

NUTRICENTER – DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS NUTRICIONAIS E HOSPITALARES LTDA-ME

RENER BELO VINHAL

RG nº. 1778461-1 SSP/MT e CPF nº.021.669.971-12

PREFEITURA MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 525/2015

De 01 de outubro de 2015.

Dispõe sobre retorno ao serviço do Servidor com licença interesse particular.

Evaldo Osvaldo Diehl, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe o Art. 102 paragrafo único da Lei Municipal Complementar n° 028/2002 – Estatuto do Servidor Público,

RESOLVE:

Art.1° - O servidor Público **ADALBERTO JOAQUIM DE SOUZA**,efetivo no cargo de motorista escolar, lotado na Secretaria Municipal de Educação, da Lei Complementar 124//2014,em licença interesse concedida no dia de 04 de outubro de 2013, retorna as suas funções, no dia 01/10/2015.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ou afixação.

Art. 3° - Revogam – se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana – MT, 01 de outubro de 2015.

Evaldo Osvaldo Diehl

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº509/2015.

De 24 de Setembro de 2015.

Dispõe sobre a nomeação de Comissão de Sindicância e dá outras providências.

Evaldo Osvaldo Diehl, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que lhe faculta o Art. 108, Inciso II, c), da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO o art. 209 da Lei Complementar Municipal N° 028, de 23 de dezembro de 2002 e;

CONSIDERANDO o oficio n.º 186/SEMEC/2015, de 21 de setembro de 2015, originado do CI Ouvidoria nº 23/2015;

R E S O L V E:

Art. 1º – Determinar a instauração de Sindicância para apurar suposta falta funcional da servidora R.B.A, lotada na Secretaria de Educação e Cultura;

Art. 2º - Designar, nos termos do art. 209, parágrafo único. da Lei Complementar nº 028/2002, a comissão composta pelos servidores abaixo relacionados:

I. Iraci Salette de Vargas – servidora efetiva, matrícula nº 121 – Presidente;

II. Iraci Carniel Sefstron – servidora efetiva, matrícula nº 186 – Membro;

III. Eliane Marques Benedito – servidora efetiva, matrícula nº 355 – Membro.

Art. 3º. – Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Art. 4º - o prazo de realização da Sindicância será de 30 trinta) dias.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeitura Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, aos 24 dias do mês de setembro de 2015.

Evaldo Osvaldo Diehl

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº520/2015

De 29 de setembro de 2015.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL MAURICIO PEREIRA BRILHANTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Evaldo Osvaldo Diehl, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao Servidor MAURICIO PEREIRA BRILHANTE por um período de 30 dias, a serem usufruídas no período de 15/10/2015 a 13/11/2015.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende a 01/10/2014 a 30/09/2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 29 de setembro de 2015.

Evaldo Osvaldo Diehl

Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº522/2015

De 29 de setembro de 2015.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARIA LUCIA DA SILVA ATAÍDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Evaldo Osvaldo Diehl, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder férias regulamentares a Servidora MARIA LUCIA DA SILVA ATAÍDE por um período de 30 dias, a serem usufruídas no período de 26/10/2015 a 24/11/2015.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende a 23/07/2010 A 22/07/2011.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 29 de setembro de 2015.

Evaldo Osvaldo Diehl

Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA, Estado de Mato Grosso, de acordo com as disposições da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações; torna público que realizará a **LICITAÇÃO** a seguir caracterizada:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 052/2015

OBJETO DA LICITAÇÃO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE BARREIRA PLASTICA, CAVALETE UNIVERSAL E OUT DOOR, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS:15/10/2015

HORÁRIO: 08:00 HORAS.

LOCAL: PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA.

ENDEREÇO:AV. TANCREDO NEVES S/Nº - CENTRO – CARLINDA /MT.

As informações complementares para a retirada da pasta contendo o Edital completo e seus anexos poderão ser obtidos na Prefeitura, situada na Av. Tancredo de Almeida Neves S/Nº. Cx postal 45, Centro, CEP:78.587-000 CARLINDA MT, das 07:00 horas às 13:00 horas, maiores informações pelo telefone (66) 3525-2000

Carlinda/MT, em 01 **de** Outubro de 201**5**.

DEISE DIONE MUTSCHALL

PREGOEIRA

Publique-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

GABINETE
ATO N° 101/2015

ATO N° 101/2015

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL DO MUNICÍPIO.

LISÚ KOBERSTAIN, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães – MT, em substituição legal, no uso de suas atribuições legais que lhe é conferida pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

I – EXONERAR o Sr. **JOSENIR AUGUSTO DO NASCIMENTO,** do cargo em comissão de Superintendente de Infra Estrutura e Desenvolvimento Rural do Município de Chapada dos Guimarães-MT.

II – Este Ato entra em vigor nesta data, ficando revogadas todas as disposições em contrário.

III – REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, 01 de outubro de 2015.

LISÚ KOBERSTAIN

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 110/2014

PRIMEIRO Termo Aditivo ao Contrato nº 110/2014, que entre si celebram a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES - MT** e **W. AMORIM-ME**, na forma e condições seguintes.

Aos quatro dias do mês de Agosto do ano de dois mil e quinze, no Gabinete do Prefeito, foi celebrado o presente Termo Aditivo de Contrato, tendo de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES – MT,** inscrita no CNPJ do MF sob o nº 03.507.530/0001-19, com sede na Rua Tiradentes, nº 166, Centro, neste ato representado por **LISU KOBERSTAIN**, Prefeito Municipal, e de outro, **W. AMORIM-ME,** pessoa jurídica de direito privado, com sede na Av. Santana, nº 730, bairro São Sebastião, Chapada dos Guimarães/MT, inscrita no CNPJ**:** 19.725.582/0001-00, neste ato representado pelo senhor **WENDER AMORIM FRANÇA**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade, RG nº 17936705 SSP/MT e CPF nº 018.354.731-48, doravante denominado **CONTRATADO**, alterando as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Das alterações e prorrogações:

1.1 Fica aditado a Cláusula Segunda do Contrato Principal.

1.3 A prorrogação do prazo de vigência do mencionado contrato para 04/11/2015. Terá início do presente Termo Aditivo a partir de 04/08/2015, podendo ser prorrogado por igual período ou estendido o período aqui estabelecido.

CLÁUSULA SEGUNDA – Da Base Legal

2. O presente Termo Aditivo tem por fundamento o dispositivo do artigo 57 da Lei 8666/93, e suas alterações, e ainda no dispositivo da Cláusula Quinta do Contrato Principal, com a presença do interesse público e a conveniência administrativa, em face de se tratar de serviço continuado, como atividade essencial à administração.

CLÁUSULA TERCEIRA – Da Ratificação

3. As demais Cláusulas e dispositivos do Contrato Principal e seus Aditivos continuam inalteradas, ratificando-o, no todo, para todos os fins e efeitos.

CLÁUSULA QUARTA – do Foro

Fica eleito o foro da Comarca de Chapada dos Guimarães com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do Presente Contrato, quando não resolvidas por meios administrativos e amigáveis.

E por estarem assim justas e contratadas, assinam as partes o presente Termo Aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma juntamente com as testemunhas abaixo, ratificando todas as demais Cláusulas do contrato primitivo.

Chapada dos Guimarães – MT, 04 de Agosto 2015.

LISU KOBERSTAIN

Prefeito

Contratante

W. AMORIM-ME

Contratado

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N° 17/ 2015

CONTRATADA: A M TALAU COMERCIO ME

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto acrescentar a distância percorrida na Linha 4: ZUMBI I e aditar seu valor global, previsto no item 1.2, Linha 4, do Contrato em epígrafe.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DISTÂNCIA E DO VALOR:

2.1. Fica acrescido 77 (setenta e sete) Km diários na distância percorrida na Linha 4: ZUMBI I, a ser percorrido nos 53 (cinquenta e três) dias letivos restante no exercício de 2015.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR:

3.1. O valor do presente Termo Aditivo é de R$ 15.947,70 (quinze mil novecentos e quarenta e sete reais e setenta centavos), passando, assim, o valor global do Contrato originário para 550.741,45 (quinhentos e cinquenta mil setecentos e quarenta e um reais e quarenta e cinco centavos).

3.2. O valor do presente Termo Aditivo será pago mensalmente, de acordo com o cronograma de desembolso estabelecido pela Secretaria da Fazenda Municipal e com a apresentação da referida Nota Fiscal.

Data: 01/10/2015

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE – PREGÃO PRESENCIAL Nº 056/2015 REGISTRO DE PREÇOS

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE – PREGÃO PRESENCIAL Nº 056/2015 REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUALAQUISICÃO DE MATERIAIS DIVERSOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TORNO, FRESA E SOLDA NOS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL.** A Prefeitura Municipal de Cláudia/MT torna público que até 08:00 hrs do dia 14 de Outubro de 2015, estará recebendo propostas, para abertura do pregão presencial, para a contratação supracitada. O Edital poderá ser obtido junto à Secretaria de Administração, durante o horário de expediente e também estará disponível no site WWW.CLAUDIA.MT.GOV.BR. Maiores informações poderão ser obtidas junto à Comissão Permanente de Licitação, na Prefeitura Municipal em horário de expediente através do telefone (066) 3546-3100. Cláudia/MT, 01 de Outubro de 2015.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

SHIRLEY YOTZCHETZ

Pregoeira

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N° 35/ 2015

CONTRATADA: COOPERVALE - COOPERATVA DE TRABALHO VALE DO TELES PIRES Objeto: CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo de serviços previsto na Cláusula Primeira – Do objeto.

CLÁUSULA SEGUNDA – O valor do presente termo aditivo é de R$ 44. 213,40 (quarenta e quatro mil, duzentos e treze reais e quarenta centavos, conforme especificações e quantidades descritas abaixo:

Item	Atividade	Valor Hora	Qtd Horas	Valor Total	Secretaria
01	Serviços Gerais I	R$ 6,00	4.950	R$ 29. 700,00	Obras e Serviços Públicos
02	Serviços Gerais II	R$ 7,33	1.980	R$ 14. 513,40	Obras e Serviços Públicos
VALOR TOTAL				R$ 44.213,40	

VALOR TOTAL: R$ 44.213,40 (QUARENTA E QUATRO MIL DUZENTOS E TREZE REAIS E QUARENTA CENTAVOS).

Data: 24/09/2015

LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 050/2015 REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - ESTADO DE MATO GROSSO

RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 050/2015

REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal de Cláudia/MT, através da Pregoeira, torna público, para conhecimento dos interessados, que as empresas Recmed Comercio de Materiais Hospitalares Eireli e Delta Med Comercio de Produtos Hospitalares Ltda, sagraram-se vencedoras do processo de Licitação em referência, para a **Futura e Eventual AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DIVERSOS, MATERIAIS AMBULATORIAIS e ODONTOLÓGICOS PARA O MUNICÍPIO DE CLÁUDIA/MT.** Cláudia/MT., 01 de Outubro de 2015.

João Batista Moraes De Oliveira

Prefeito Municipal

Shirley Yotzchetz

Pregoeira

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 073/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 073/2015

Pelo presente instrumento particular, nesta cidade de Cláudia, Estado de Mato Grosso, na sede da Prefeitura Municipal de Cláudia, de um lado o **MUNICÍPIO DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.310.499/0001-04, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Srº. JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, agente político, inscrito no CPF/MF sob o Nº 782.277.801-30, portador do RG. nº 1047145-6 SSP/MT, residente e domiciliado na Rua Arthur Bernardes, nº 1901, Centro, nesta cidade de Cláudia/MT, doravante denominado **"MUNICÍPIO"**, e do outro lado a empresa **Mirai Distribuidora De Veículos Ltda**, inscrita no CNPJ sob o n.º 14.595.510/0001-63, e Inscrição Estadual n.º 13439431-3, estabelecida a Rua Colonizador Enio Pipino, n.º 1197, bairro Setor Industrial Sul, cidade de Sinop/MT, neste ato representada pelo Srº. **Osmar Lamonatto**, brasileiro, casado, comerciario, portador do CIRG n.º 1043692291 SSP/RS e CPF n.º 247.475.990-53, doravante denominada **"PROMITENTE FORNECEDORA"**, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, que regulamenta o Pregão Presencial e Registro de Preços no Município de Cláudia e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **PREGÃO**

PRESENCIAL nº 044/2015, para **REGISTRO DE PREÇOS**, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS NOVOS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DE LOCOMOÇÃO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E DO GABIENTE DO PREFEITO DE CLÁUDIA/MT, conforme especificações e quantidades abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTD	MARCA /FAB.	VL. UNIT.	VLR. TOTAL
03	VEÍCULO NOVO, ZERO QUILOMETRO, TIPO CAMINHONETE, CABINE DUPLA, COR BRANCA, VERSÃO SL AT ¨FRONTIER¨ ANO E MODELO DE FABRICAÇÃO 2015, COMBUSTÍVEL DIESEL, MOTOR 2.5L 190CV – TRAÇÃO 4X4, VIDROS E TRAVAS ELÉTRICAS, INJEÇÃO ELETRÔNICA, COM 4 CILINDROS EM LINHA, DIREÇÃO HIDRÁULICA COM AJUSTE DE ALTURA DO VOLANT, TRANSMISSÃO AUTOMÁTICA, COM CAPACIDADE PARA 05 PASSAGEIROS , INCLUINDO O MOTORISTA, BANCOS COM REVESTIMENTO EM COURO, SISTEMA DE FREIOS ABS E EBD NAS QUATRO RODAS, AIRBAG FRONTAIS PARA MOTORISTA E PASSAGEIRO, AR CONDICIONADO DIGITAL DUAL-ZONE AUTOMÁTICO, FAÓIS DE NEBLINA, ALARME, ALÇA DE SEGURANÇA NO TETO, TAPETES, CINTO DE SEGURANÇA DE 03 (TRES) PONTOS RETRATÁVEIS COM REGULAGEM DA ALTURA, SOM COM ENTRADA PARA PEN DRIVE E USB, CONTA GIROS, HODROMETRO DIGITAL, TOTAL E PARCIAL, INDICADOR GRADUAL DE TEMPERATURA DE AGUA, INDICADOR DE NÍVEL DECOMBUSTÍVEL, LIMPADOR DE VIDROS DIANTEIROS COM TEMPORIZADOR, RETROVISORES ELÉTRICOS, PROTETOR DE CAÇAMBA, LONA MARITIMA, KIT MULTIMÍDIA, ESTRIBOS LATERAIS, EQUIPADO COM OS DEMAIS ACESSÓRIOS EXIGIDOS PELO CONTRAN, EMPLACADO E LICENCIADO.	UN	01	NISSAN	138. 900,00	138. 900,00
						138. 900,00

TOTAL: R$ 138.900,00 (Cento e trinta e oito mil e novecentos reais).

1.2 O veículo registrado será adquirido de acordo com a necessidade do Município, podendo ser adquirido em quantidade unitária.

CLÁUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 – A presente ata de registro de preços terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da data de 01/10/2015 até 30/09/2016.

2.2 - Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Cláudia não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os veículos referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do **PREGÃO PRESENCIAL nº 044/2015**, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PAGAMENTO

3.1.Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega dos itens e emissão da referida Nota Fiscal.

3.2. Os pagamentos serão efetuados com a devida emissão da referida nota fiscal.

3.3. A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo MUNICÍPIO.

3.4.Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta, em decorrência de penalidade ou inadimplemento, sem que isso gere direito a qualquer compensação.

3.5. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.6. As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.7. O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

CLÁUSULA QUARTA

DA ENTREGA E DO PRAZO

4.1Os itens licitados deverão ser entregues de forma parcelada conforme Solicitação, Pedido ou Autorização de fornecimento do órgão solicitante.

4.2Os veículos registrados através deste Pregão Presencial deverão ser entregues nos locais indicados pela Secretaria solicitante, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos,contados da data de Solicitação, Pedido ou Autorização de fornecimentopela Secretaria responsável.

4.3A ata de registro de preços terá validade 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

4.3.1 As vigências da Ata de Registro de Preços e dos contratos administrativos dela derivados são autônomas e independentes entre si. O contrato administrativo celebrado em decorrência e durante a vigência do Registro de Preços rege-se pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados no artigo 57 da Lei 8.666/1993.

4.4 Osveículos licitados somente serão adquiridos se houver eventual necessidade de aquisição da Prefeitura Municipal de Cláudia/MT.

4.5O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da detentora da ata pela perfeita execução do empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES

5.1 - **Do Município:**

5.1.1- Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

5.1.2- Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.3- Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.4- Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.5- Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

5.1.6- Conferir e Fiscalizar a execução ou aquisição do objeto licitado.

5.2 - Da Detentora da Ata:

5.2.1- Fornecer o objeto nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.2- Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos fornecidos;

5.2.3- Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

5.2.4- Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

5.2.5- Fornecer o objeto nos termos estipulados na proposta preços e edital de licitação.

CLÁUSULA SEXTA

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1 - Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa pela detentora.

6.2 - A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 - Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa.

6.4 - A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

CLÁUSULA SÉTIMA

DAS PENALIDADES

7.1- Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das quais destacam-se:

a) advertência;

b) Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do contrato;

c) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o saldo do Contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto, com a consequente rescisão contratual;

d) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso da EMPRESA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual;

e) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 2 (dois) anos;

f) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

7.2 - Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

7.3 - Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a" a "f", do item 7.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

7.4 - O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA OITAVA

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1 - Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

8.1.1 - Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos objetos, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2 - Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

8.2.1. O índice a ser utilizado como base para eventuais reajustes será o IGPM/FGV.

8.3 - O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.4 - No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

8.5 - Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, O Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou lote visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

8.6 - Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

8.7 - Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8 - Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.

8.8.1 - A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.9 - A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

8.10 - Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

8.11 - Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

8.12 - Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA NONA

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 30(trinta) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pelo “**PROMITENTE FORNECEDORA”**, sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

9.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.2.1 - a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.2.2 - a detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.2.3 - a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

9.2.4 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

9.2.5 - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.2.6 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial do Estado, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

9.4 - Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8. 666/93.

9.4.1 - A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA

DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

10.1 - As aquisições dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

10.1.1 - A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA DO

ORÇAMENTO

11.1 As despesas decorrentes da presente Ata correrão por conta de recursos previstos no Orçamento da Prefeitura Municipal de Cláudia.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

VINCULAÇÃO AO EDITAL

12.1 Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 044/2015-REGISTRO DE PREÇOS**, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela **PROMITENTE FORNECEDORA**, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DAS COMUNICAÇÕES

13.1 - As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - Integram esta Ata, o edital da **PREGÃO PRESENCIAL nº 044/2015**a proposta da empresa **Mirai Distribuidora De Veículos Ltda** classificada em 1º lugar no certame supranumerado.

14.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DO FORO

15.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Cláudia – MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Cláudia – MT, 01 de Outubro de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

João Batista Moraes De Oliveira

Prefeito Municipal

Mirai Distribuidora De Veículos Ltda

Osmar Lamonatto

EMPRESA/PROMITENTE FORNECEDORA

Testemunhas:

Hemilin Fernanda Tiedt

041.620.821-54

Everson Ceser Konzen

945.010.251-15

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE APROVADOS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 02/2014

Ficam Convocados os aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº. 02/2014 que deverão apresentar-se na Divisão de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, até o dia 08 de Outubro de 2015, munidos dos seguintes documentos originais e três cópias legíveis, que serão retidas:

-Certificado/Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso, emitido por instituição de ensino credenciada pelo Ministério da Educação, para o cargo que se candidatou;

-Registro nos respectivos Conselhos Profissionais;

-Certidão de quitação eleitoral emitida pelo Tribunal Superior Eleitoral-TSE;

-Titulo de Eleitor com o comprovante de votação/justificativa da última eleição;

-Comprovante de quitação com as obrigações militares, se do sexo masculino;

-Carteira de Identidade;

-Cadastro de Pessoa Física - CPF;

-Certidão de Nascimento/Casamento ou Escritura Pública de União Estável;

-Carteira de Trabalho;

-Comprovante de inscrição no PIS/PASEP;

-CNIS (retirado no INSS);

-Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;

-Comprovante de residência em nome do candidato, dos genitores ou declaração firmada pelo proprietário do imóvel com firma reconhecida;

-Conta corrente (Banco do Brasil)

-Carteira Nacional de Habilitação;

-Comprovante se estrangeiro na forma da lei (naturalizado);

Originais:

-02 fotos 3x4 atual e colorida;

-Carteira de Trabalho;

-Certidão de Inexistência de Antecedentes Criminais dos últimos 05 (cinco) anos, expedida pelo foro da Comarca em que o candidato residir ou for domiciliado;

-Atestado Médico de capacidade Física (emitidos por profissionais do SUS);

-Atestado de Sanidade Mental (emitidos por profissionais do SUS);

-Declaração de não infringência ao Inciso XVI – art. 37 da Constituição Federal e, disponibilidade do tempo para cumprimento de carga horária;

-Declaração de Bens;

-Outros documentos pertinentes que se fizerem necessários.

O provimento do candidato no emprego fica condicionado à apresentação de todos os documentos comprobatórios dos requisitos relacionados acima.

Os candidatos convocados são:

TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA											
Nº	**INSCRIÇÃO**	**NOME**	**NOTA**	**CONHECIMENTOS GERAIS**	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	CONTAGEM DE PONTOS	TEMPO DE SERVIÇO	DATA DE NASCIMENTO	SITUAÇÃO	CARGO	ESCOLARIDADE
68	302	LAILA RAISSA PEREIRA MORAES DE SOUZA	41,25	20,00	20,00	1,25			CLASSIFICADO	TECNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL	ENSINO MÉDIO
69	211	KATHLEEN LEONEL LOPES	41,00	20,00	20,00	1,00	1,00		CLASSIFICADO	TECNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL	ENSINO MÉDIO

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA											
Nº	INSCRIÇÃO	NOME	NOTA	CONHECIMENTOS GERAIS	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	CONTAGEM DE PONTOS	TEMPO DE SERVIÇO	DATA DE NASCIMENTO	SITUAÇÃO	CARGO	ESCOLARIDADE
100	378	ROSELI RIBEIRO DOS SANTOS	55,62	15,0	35,0	5,62			CLASSIFICADO	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS	ENSINO MÉDIO
101	375	MARILENE RIVADAVEA DE SOUZA	51,00	20,0	30,0	1,0	3,0		CLASSIFICADO	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS	ENSINO MÉDIO

O não pronunciamento do candidato aprovado no prazo estabelecido para esse fim facultará ao Poder executivo a convocação dos candidatos seguintes, perdendo o mesmo o direito de investidura no emprego ao qual se habilitou.

O presente Processo Seletivo Simplificado tem validade de 180 (cento e oitenta) dias, podendo ser renovado por mais 180 (cento e oitenta) dias, havendo a necessidade de continuidade dos serviços, a contar da data de publicação do resultado final.

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
PORTARIA Nº. 608/2015

"DISPÕE SOBRE ALTERAÇÕES NA PORTARIA Nº. 484/2015 QUE NOMEIA OS MEMBROS TITULARES E SUPLENTES PARA COMPOREM O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE COLÍDER/MT".

O Prefeito Municipal de Colider-MT, Excelentíssimo Senhor *NILSON JOSÉ DOS SANTOS*, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar representação dos Técnicos do Escritório Regional de Saúde, passando a vigorar conforme abaixo:

II- DO SEGMENTO PRESTADORES DE SERVIÇOS E TRABALHADORES DA SÁUDE

Titular: Paulo Sergio Lopes de Souza (Escritório Regional de Saúde);

Suplente: Odilce Piloneto Mangolim (Escritório Regional de Saúde);

Art. 2º. Substituir a seguinte membro do Conselho Municipal de Saúde do Município de Colíder/MT:

III – DO SEGMENTO USUÁRIOS

Suplente: (Deborah Alves Mazei Sobrinho (Sindicato dos Servidores Públicos da Saúde e do Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso - SISMA);

Art. 3º

- Para compor o Conselho Municipal no lugar da membro acima mencionada, assumirá:

Suplente: Clovis José Alves (Sindicato dos Servidores Públicos da Saúde e do Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso - SISMA);

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colider- MT, em 29 de setembro de 2015.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 157/2015

"Dispõe sobre a revogação do Benefício de Auxilio Doença em desfavor do servidor "WILLIANS MORAES SILVA DE OLIVEIRA"".

A Diretora Executiva do PREVI-LIDER - Fundo Municipal de Previdência Social de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 19, da Lei Municipal nº. 2361/2010 de 08 de julho de 2010.

Resolve,

Art. 1º Revogar a concessão do Benefício de Auxilio Doença em desfavor do servidor Sr. WILLIANS MORAES SILVA DE OLIVEIRA, efetivo no cargo de Fisioterapeuta, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, conforme decisão judicial da Segunda Vara de Processo Cível e do Trabalho – Comarca de Colider.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpre-se.

COLÍDER-MT, 23 de setembro de 2015.

ANA RITA ALVES DOS SANTOS

Diretora Executiva

Previ-Lider

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO AO CONTRATO CPL 54/2015

DO OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento do material e execução de serviços de assentamento de 04 bueiros no Município de Confresa;

VIGÊNCIA: 90 dias;

DO VALOR: 60.492,17;

DATA: 30 de Setembro de 2015;

ASSINANTES: Prefeitura Municipal de Confresa-MT;

CONTRATADO:Construtora Saturno Ltda-ME

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 031/2015

DECRETO Nº 031, DE 03 DE SETEMBRO DE 2015.

*Aprova o loteamento urbano denominado "**Loteamento Residencial Arco Iris 2"**.*

GASPAR DOMINGOS LAZARI, Prefeito Municipal de Confresa,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas na Lei Orgânica do Município, e em conformidade Lei Complementar Municipal nº 096/2014,

DECRETA:

Art. 1o Fica aprovado o loteamento urbano denominado ***"Loteamento Residencial Arco Íris 2",*** localizado em uma área desmembrada do lote rural 02 do Projeto Tapiraguaia, de propriedade da empresa **SPE ARCO ÍRIS 2 EMPREENDIMENTOS LTDA**, CNPJ: 19.690.159/0001-03, neste ato representado pelos sócios **BIRAJÁ MEIRELES CAPUZZO,** brasileiro, advogado, portador da cédula de identidade, RG n° 75883 SSP/GO, inscrito no CPF/MF n° 002.698.321-49, casado, sob o regime de comunhão universal de bens, com **MARINA MARQUES GUIMARÃES CAPUZZO**, brasileira, aposentada, RG 182.099, SSP/GO, CPF n° 723.695.311-34, residentes e domiciliados na Rua 5, n° 228, apart° 401, residencial Dona Alice, Setor Oeste, CEP:74115-080 na cidade de Goiânia – GO e **LUIZ JOSÉ BITTENCOURT**, brasileiro, engenheiro civil, CPF: 166.601.371-49 e CI 322.718, SSP/GO, casado em comunhão parcial de bens com **SUZANA MARIA CAMILO DE LIMA BITTENCOURT,** brasileira, administradora, CPF: 190.337.531-20 e CI 462.164, SSP/GO, residente e domiciliados na rua T-38, nº 692, Setor Bueno, CEP: 74.223-040, Goiânia/GO; imóvel registrado sob a matrícula n° 7.597, do Cartório de Registro de Imóveis de Porto Alegre do Norte/MT, com área de 511.850,00 (quinhentos e onze mil e oitocentos e cinquenta) metros quadrados, assim distribuídos:

Área dos Lotes	289.862,87m²	56,63%
Área Institucional	27.404,96m²	5,35%
Área Verde	53.878,92m²	10,53%
Sistema Viário	140.703,25m²	27,49%
Total da Área Loteada	511.850,00m²	100,00%

Art. 2o Inicia-se a descrição desse perímetro no vértice M-**01**, de coordenadas **N=8.825.858,068m e E=435.976,692m**; situado no centro do álveo do Córrego Cacau e nos limite da Estrada Municipal que liga ao reservatório de abastecimento de água, deste segue confrontando com a referida estrada municipal, com os seguintes azimutes e distâncias: 176º58'56" e 1.281,89m, até o vértice **M-01A**, de coordenadas **N=8.824.577,959m e E=436.044,180m**; situado no limite da Estada Municipal e nos limite de terras de Birajá Meireles Capuzzo, Matrícula nº 639 - C.R.I. de Porto Alegre do Norte-MT, deste segue confrontando com terras de Birajá Meireles Capuzzo, com os seguintes azimutes e distâncias: 266º56'17" e 107,09m, até o vértice **V-03**, de coordenadas **N=8.824.572,239m e E=435.937,246m**; situado no limite de terras de Birajá Meireles Capuzzo e nos

limite da Fazenda Arco Íris III (área desmembrada da matrícula 640 CRI de Porto Alegre do Norte-MT), deste segue confrontando com a Fazenda Arco Íris III, com os seguintes azimutes e distâncias: 357º19'25" e 339,96m, até o vértice **V-02**, de coordenadas **N=8.824.911,826m e E=435.921,372m**; 301º54'41" e 798,41m, até o vértice **V-01**, de coordenadas **N=8.825.333,870m e E=435.243,629m**; situado no limite da Fazenda Arco Íris III (área desmembrada da matrícula 640 CRI de Porto Alegre do Norte-MT) e nos limite de terras de Gilson Luiz Sfredo, Matricula nº 443 - C.R.I. de Porto Alegre do Norte-MT, deste segue confrontando com terras de Gilson Luiz Sfredo, com os seguintes azimutes e distâncias: 033º19'52" e 574,53m, até o vértice **M-16**, de coordenadas **N=8.825.813,892m e E=435.559,316m**; situado no limite de terras de Gilson Luiz Sfredo e nos limite de terras de Nerci Wagner, tendo como limite natural o Córrego Cacau, deste segue pelo centro do álveo referido córrego à jusante, e confrontando com terras de Nercy Wagner, Matricula nº 3.166 - C.R.I. de Porto Alegre do Norte-MT, com os seguintes azimutes e distâncias: 052º58'51" e 5,45m, até o vértice **P-01**, de coordenadas **N=8.825.817,173m e E=435.563,667m**; 089º53'26" e 15,19m, até o vértice **P-02**, de coordenadas **N=8.825.817,202m e E=435.578,859m**; 081º40'26" e 21,49m, até o vértice **P-03**, de coordenadas **N=8.825.820,314m e E=435.600,123m**; 052º43'28" e 15,25m, até o vértice **P-04**, de coordenadas **N=8.825.829,551m e E=435.612,259m**; 089º53'32" e 21,27m, até o vértice **P-05**, de coordenadas **N=8.825.829,591m e E=435.633,529m**; 139º00'41" e 32,50m, até o vértice **P-06**, de coordenadas **N=8.825.805,060m e E=435.654,845m**; 079º28'40" e 33,98m, até o vértice **P-07**, de coordenadas **N=8.825.811,266m e E=435.688,257m**; 099º27'17" e 18,49m, até o vértice **P-08**, de coordenadas **N=8.825.808,229m e E=435.706,494m**; 035º08'16" e 26,33m, até o vértice **P-09**, de coordenadas **N=8.825.829,758m e E=435.721,646m**; 032º28'00" e 27,11m, até o vértice **P-10**, de coordenadas **N=8.825.852,631m e E=435.736,199m**; 101º50'30" e 32,19m, até o vértice **P-11**, de coordenadas **N=8.825.846,026m e E=435.767,701m**; 086º42'08" e 209,34m, até o vértice **M-01**; Ponto inicial da descrição desse perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, sendo que as coordenadas do perímetro encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central nº 51 WGr, fuso 22, Tendo como datum o SIRGAS 2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM." Descrição conforme mapa e memorial descritivo, assinados por **José Wanderley Sudário Esteves**, agrimensor, CREA-MT 4.142TD, ART n° 1546065, quitada, conforme consta na AV-03-3.158, da referida matricula.

Art. 3o Os proprietários terão um prazo de 180 dias para efetuar o registro imobiliário, sob pena de caducidade da aprovação, conforme Art. 18 da 6. 766/79 e o Art. 33 da LC 096/14.

Art. 4o Faz parte integrante deste decreto o Anexo Único.

Art. 5o Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Confresa/MT, 03 de Setembro de 2015.

GASPAR DOMINGOS LAZARI

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

ANEXO ÚNICO DO DECRETO Nº 031, DE 03 DE SETEMBRO DE 2015.

TERMO DE COMPROMISSO

Aos 03 dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze, nesta cidade de Confresa, Estado de Mato Grosso, na Prefeitura Municipal de Confresa, na presença do Prefeito Municipal Gaspar Domingos Lazari, a empresa **SPE ARCO ÍRIS 2 EMPREENDIMENTOS LTDA**, CNPJ: 19.690.159/0001-03, neste ato representado pelos sócios **BIRAJÁ MEIRELES CAPUZZO,** brasileiro, advogado, portador da cédula de identidade, RG n° 75883 SSP/GO, inscrito no CPF/MF n° 002.698.321-49, casado, sob o regime de comunhão universal de bens, com **MARINA MARQUES GUIMARÃES CAPUZZO**, brasileira, aposentada, RG 182.099, SSP/GO, CPF n° 723.695.311-34, residentes e domiciliados na Rua 5, n° 228, apart° 401, residencial Dona Alice, Setor Oeste, CEP:74115-080 na cidade de Goiânia – GO e **LUIZ JOSÉ BITTENCOURT**, brasileiro, engenheiro civil, CPF: 166.601.371-49 e CI 322.718, SSP/GO, casado em comunhão parcial de bens com **SUZANA MARIA CAMILO DE LIMA BITTENCOURT,** brasileira, administradora, CPF: 190.337.531-20 e CI 462.164, SSP/GO, residente e domiciliados na rua T-38, nº 692, Setor Bueno, CEP: 74.223-040, Goiânia/GO

Os Loteadores acima identificados são proprietários de um imóvel denominado Faz. Santa Terezinha, área desmembrado no lote 02 do Projeto Tapiraguaia, localizado no perímetro urbano do município de Confresa, imóvel matriculado sob o nº 3.158 do CRI de Porto Alegre do Norte, tendo solicitado à Prefeitura Municipal de Confresa, a aprovação de um Loteamento, com área total de 511.850,00 (quinhentos e onze mil e oitocentos e cinquenta), que recebeu a denominação de "**Loteamento Residencial Trinfo".** Por este TERMO a Loteadora compromete-se, de acordo com os dispositivos da Lei Municipal Complementar nº 096/2014, Lei Municipal 504/12 e Lei Federal nº 6.766 de 19 de dezembro de 1.979, a dar fiel cumprimento às seguintes obrigações estabelecidas nas cláusulas a saber:

Cláusula Primeira: A Loteadora compromete-se a transferir para o patrimônio municipal,sem qualquer ônus para os cofres públicos, as áreas indicadas no projeto como área verde e área institucional, num total de 81. 283,88m²(oitenta e um mil, duzentos e oitenta e três metros quadrados e oitenta e oito centímetros quadrados), bem como as áreas destinadas ao sistema viário do Loteamento, num total de 140.703,25m² (cento e quarenta mil, setecentos e três metros quadrados e vinte e cinco centímetros quadrados), e isso tão logo esteja ele devidamente registrado no Cartório do Registro de Imóveis competente.

Cláusula Segunda: A Loteadora compromete-se a executar, às próprias custas, em duas etapas, sendo a primeira dentro doprazo de 02 **(dois) anos**, a contar da aprovação do Loteamento, e a segunda dentro do prazo de dois anos a partir do termino da primeira etapa, tudo de acordo com os projetos apresentados perante a Prefeitura Municipal, em estrita conformidade com o "cronograma físico-financeiro", as seguintes obras de infraestrutura:

2.1. Abertura de vias de circulação, com quadras e lotes devidamente demarcados;

2.2. Execução de Terraplanagem;

2.3. Implantação de galerias e obras complementares para escoamento de águas pluviais;

2.4. Implantação de rede de abastecimento de energia elétrica e rede de iluminação pública;

2.5. Execução de pavimentação asfáltica, meio-fio com sarjetas;

2.6. Execução da arborização das vias públicas;

2.7. Implantação das placas de nomenclatura das vias públicas.

2.8. Projeto de Passeio Público – amarrar na escritura de venda.

Cláusula Terceira: Para garantia da execução das obras de infraestrutura de que trata acláusula segunda, a Loteadora caucionará à Prefeitura Municipal de Confresa os seguintes imóveis: **quadra 43: lotes 01 ao 38; quadra 44: lotes 01 ao 38 quadra 45: lotes 01 ao 38; quadra 46: lotes 01 ao 36** todos do loteamento Residencial Arco Íris 2 em Confresa, os quais será objeto de escritura pública de caução mediante garantia hipotecária, lavrada no prazo de 30(trinta) dias após o registro do loteamento.

Cláusula Quarta: A Loteadora compromete-se, cível e criminalmente, a registrar oreferido loteamento e a abrir as matrículas dos respectivos lotes no cartório competente.

Estando assim justos e contratados, assinam o presente Termo na presença de duas testemunhas, maiores, capazes, aqui domiciliadas e residentes.

Confresa, 03 de Setembro de 2015.

Gaspar Domingos Lazari

Prefeito Municipal

José Pereira Cordão Sobrinho Diretor de Planejamento	Hevertton Luiz A. de O. Arend Eng. Civil CREA: 101214966-8

José Roberto Oliveira Costa Assessor Jurídico OAB/MT 6.456-A

Birajá Meireles Capuzzo CPF: 002.698.321-49	José Luiz Bittencourt CPF: 002.698.321-49

Testemunhas:

1. _____ **2.** _____

RG:_____ **RG:** _____

CPF: _____ **CPF:** _____

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO PRIMEIRO ADITIVO A ATA 25/2015

Texto:

REF: REAJUSTE/REEQUILIBRIO FINANCEIRO;

Vigência: 10/ 09/2015 a 27/04/2016;

Contratada; Geftany Calisto Silva - EPP;

Data: 30/09/2015;

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TOMADA DE PREÇO 04/2015

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO ARAGUAIA E XINGU – CONFRESA -MT

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO

TOMADA DE PREÇO 04/2015

A Comissão Permanente de Licitações torna público, para o conhecimento dos interessados, o resultado do processo licitatório na modalidade tomada de preço 04/2015conforme segue: A empresa jurídica especialista em cirurgiãogeral o vendedor **:Lindomar Silva Borges- me**, estabelecida na rua 02 s/n, Qda 04 LT 25 cond. Nautico prive, Caldas Novas GO- Goiás, inscrita no CNPJ sob o nº 18.492.895/0001-94, cabendo recursos nos termos do artigo 109 da lei 8.666/93.

Valor Total das Propostas.....R$:**114. 840,00(cento e quatorze mil e oitocentos e quarenta reais)**

Ivanilde Noleto Lima

Presidente CPL

ATO DE HOMOLOGAÇÃO

Homologo o parecer da comissão, com referencia ao processo de Licitação Tomada de Preço n° **04/2015** em epigrafe, certifique-se ao concorrente vencedor a empresa **Lindomar Silva Borges – ME**.

Confresa – MT 30 de setembro de 2015

Gaspar Domingos Lazari

Presidente do CISAX.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO CPL 53/2014

REF: Prorrogação do prazo contratual;

VIGÊNCIA: 09 Meses;

CONTRATADO:João Olímpio Tranqueira Silva**;**

DATA: 29/09/2015;

RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 050/2015

A Prefeitura de Confresa-MT, declara vencedora do processo licitatório nº 070/2015 Pregão Presencial 050/2015, cujo objeto é **AQUISIÇÃO DE CIMENTO** a empresa Simone Oliveira Matos - ME, no valor global de R$ 52. 500,00**.**

Confresa 30 de Setembro 2015.

José Carneiro da Silva,

Pregoeiro.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO CPL 52/2014

REF: Prorrogação do prazo contratual;

VIGÊNCIA: 09 Meses;

CONTRATADA: Ademir Antonio Lang;

DATA: 29/09/2015;

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
QUARTO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 008/2012

QUARTO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 008/2012

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia e Xingu, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Avenida 13 de maio nr 43, CEP: 78.652-000 - Confresa – MT, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 02.601.738/0001-30, neste ato representado, na forma de seu Estatuto, pelo Presidente Sr. **Gaspar Domingos Lazari**, brasileiro, solteiro, empresário, residente e domiciliado na cidade de Confresa – MT, portador da Cédula de Identidade RG nº. 1493514 SSP/GO e inscrito no CPF sob nº 302.602.641.72, doravante denominado simplesmente de CONTRANTE O SR **JOSÉ ROBERTO OLIVEIRA COSTA** portador da cédula de identidade nr 738.539 SSP/MT com o cadastro de pessoa física sob o nr 495.768. 601-72, residente rua Clodoaldo Golo nr 52 Setor da Saúde em Confresa MT CEP:78652.000,CONTRATADO, resolvem celebrar o presente contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O objeto do presente aditivo é a prorrogação por mais 12 (doze) meses, a contar de 01 de outubro de 2014 até 30 de setembro de 2016.

CLÁUSULA SEGUNDA

Permanecem inalteradas as demais condições e cláusulas do contrato original celebrado em 03 de outubro de 2012, não modificadas por este instrumento, declarando- se nesta oportunidade a ratificação das mesmas.

E, por estarem de acordo, assinam o presente instrumento na presença de duas testemunhas.

Confresa – MT, 30 de setembro de 2015

GASPAR DOMINGOS LAZARI JOSE ROBERTO OLIVEIRA COSTA CONTRATANTE CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

Etevaldo Vasco Soares Juliana Mara Vieira de Melo
CPF 340.085.861-72 CPF 296.314.638-85

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 022/2015

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 022/2015

DIVULGA O LOCAL DE APURAÇÃO DOS VOTOS E A RECOMENDAÇÃO 017/2015 DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A **PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CONFRESA/MT – CMDCA**, no uso da atribuição que lhe é conferida pela Lei Municipal nº 673, de 01 de julho de 2015 e Resolução nº 003/2015 do CMDCA, visando atender os princípios da publicidade, da legalidade e da impessoalidade, RESOLVE tornar público o **Local de Apuração dos Votos da Eleição do Conselho Tutelar em Data Unificada e a Recomendação 017/2015 do Ministério Público do Estado de Mato Grosso**, nos seguintes termos**.**

Art. 1º. Divulgar o local de apuração dos votos dos candidatos a conselheiros tutelares, que acontecerá no **"Plenário da Câmara Municipal de Confresa – MT"** sito a Rua Mato Grosso nº 120, Centro, a realizar-se-á neste dia 04 de Outubro de 2015 a partir das 17h30min horário local.

Art. 2º. Divulgar em anexo a este edital a Recomendação 017/2015 do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, que trata sobre local único para a apuração dos votos dos candidatos.

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Confresa - MT, em 01 de Outubro de 2015.

MARIA AFÁ TORQUATO ESPÍNDOLA

Presidente

EDEANE ROSA DUTRA

Coordenadora da Comissão Especial Eleitoral

RECOMENDAÇÃO 17/2015

O Promotor de Justiça Substituto nesta Comarca de PORTO ALEGRE DO NORTE/MT, com fundamento no art. 201, VIII, da Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), que confere ao Ministério Público a função institucional de "zelar pelo efetivo respeito aos direitos e garantias legais assegurados às crianças e adolescentes", podendo, para tanto, expedir recomendações visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública afetos à criança e ao adolescente (art. 201, § 5º, alínea "c" do mesmo Diploma Legal),

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 129, inciso II, da Constituição Federal, é função institucional do Ministério Público "zelar pelo efeito respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia";

CONSIDERANDO que, segundo o art. 131 da Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA), o Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos das crianças e adolescente;

CONSIDERANDO que, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº. 8. 069/90), em seu artigo 139, delibera acerca do processo para a escolha dos membros do Conselho Tutelar, nos seguintes termos: "O processo para a escolha dos membros do Conselho Tutelar será estabelecido em lei municipal e realizado sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e a fiscalização do Ministério Público";

CONSIDERANDO que, por força do §1º do artigo 139, do ECA, com as alterações promovidas pela Lei nº. 12.696/2012, o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá em data unificada em todo o território nacional a cada 4 (quatro) anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial, com posse, segundo o §2º, no dia 10 de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha;

CONSIDERANDO a necessidade de que o processo de escolha para os membros do Conselho Tutelar seja devidamente regulamentado em seus mais variados aspectos, de modo a evitar abusos e práticas ilícitas e/ou antidemocráticas que podem comprometer o resultado do pleito;

CONSIDERANDO que o processo unificado de escolha para menbos do Conselho Tutelar desponta como instrumento para a garantia de que a seleção transcorra com seriedade e uniformização, sendo premente o cumprimento das disposições do art. 32, inc. II, da Resolução 170 do CONANDA;

CONSIDERANDO que o citado processo unificado representa instrumento democrático e, como tal, demanda a ampla fiscalização por toda a coletividade, em atendimento ao próprio comando constitucional da publicidade;

RECOMENDA QUE:

Indiquem um **único local** para que todas as urnas devidamente lacradas possam ser reunidas e apuradas, mediante o acompanhamento de representantes da sociedade civil e do próprio Ministério Público, garantindo-se, com isso, transparência, lisura, moralidade e impessoalidade na apuração. – Publiquem por meio de edital o local de apuração dos votos, para que a sociedade civil, candidatos e demais interessados, querendo, possam acompanhar a apuração dos votos.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PORTO ALEGRE DO NORTE/MT, 28 de Setembro de 2015

.

MARCELO MANTOVANNI BEATO

PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 032/2015

DECRETO Nº 032, DE 03 DE SETEMBRO DE 2015.

*Aprova o loteamento urbano denominado "**Loteamento Residencial Triunfo"**.*

GASPAR DOMINGOS LAZARI, Prefeito Municipal de Confresa,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas na Lei Orgânica do município, e em conformidade Lei Complementar Municipal nº 096/2014.

DECRETA:

Art. 1o Fica aprovado o loteamento urbano denominado ***"Loteamento Residencial Triunfo",*** localizado em uma área desmembrado do lote rural 02 do Projeto Tapiraguaia, de propriedade da empresa **JHA PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS LTDA**, CNPJ: 07.748.781/0001-46, neste ato representado pelo sócio **JOSÉ HENRIQUE DE ARAÚJO,** brasileiro, empresário, portador da cédula de identidade, RG n° 123.342 2ª Via SSP/GO, inscrito no CPF/MF n° 035.683.421-20, casado, sob o regime de comunhão universal de bens, **GM PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS LTDA**, representado pelo sócio **MARCELO CASCAO ARAUJO,** brasileiro, empresário, CPF: 270.667.908-55 e CI 321.03.50 2ª Via, SSP/GO, casado sob regime de separação total de bens, e **MARCELO GUIMARÃES CAPUZZO** brasileiro, empresário, CPF: 951.007.921-91 e CI 3738325 2ª Via, DGPC/GO, casado sob regime de separação total de bens, e **TRIUNFO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.** neste ato representada pela sócia **GISELE SILVEIRA DE LUCENA ARAUJO,** brasileira, empresária, portadora da cédula de identidade, RG n° 4703260 2ª Via SSP/GO, inscrita no CPF n° 077.982.461-70, casada, sob o regime de separação total de bens, e **RICARDO ALOISIO BABINSKI,** brasileiro, solteiro, empresário, portador da cédula de identidade, RG n° 996.534 SSP/MT, inscrito

no CPF n° 555.303.541-49, imóvel registrado sob a matrícula n° 7.596, do Cartório de Registro de Imóveis de Porto Alegre do Norte/MT, com área de 450.189,71,00m² (Quatrocentos e cinquenta e cento e oitenta e nove e sessenta e um) metros quadrados, assim distribuídos:

Área dos Lotes	252.089,03 m²	55.959%
Área Institucional	22.527,39 m²	5,016%
Área Verde	45.052,69 m²	10,001%
Sistema Viário	130.520,60 m²	29.024%
Total da Área Loteada	450.189,71,00m²	100,00%

Art. 2o O perímetro demarcado inicia-se no marco **M-1,** de coordenadas U.T.M X=434.816,202 e Y=8.824.683,941,cravado á margem da Rodovia MT-469 São José do Xingú – Confresa, na confrontação de terras do Gilson Luiz Sfredo, daí segue confrontando com o ultimo com o rumo de SW-33º13'44''NE e distancia de 777,85 metros, indo ate o marco **M-2**, de coordenadas U.T.M X=435.242,451 e Y=8.825.334,604,cravado na confrontação de terras do Biraja Meireles Capuzzo, daí segue com o rumo de NW-58º05'19''SE e distancia de 799,80 metros, indo ate o marco **M-3**, de coordenadas U.T.M X=435.921,374 e Y=8.824.911,825 e NW-02º40'35''SE e distancia de 338,73 metros, indo ate o marco **M-4**, de coordenadas U.T.M X=435.937,191 e Y=8.824.573,465 cravado na confrontação de terras, do Loteamento Residencial Arco Iris, daí segue com o rumo de, SW-86º45'17''NE e distancia de 382,09 metros, indo ate o marco **M-5**, de coordenadas U.T.M X=435.555,719 e Y=8.824.551,834,cravado na confrontação de terras do Hilário Moacir Herter, daí segue com os seguintes rumos e distancias, SW-32º29'40''NE e distancia de 112,35 metros, NW-57º36'22''SE e distancia de 378,99 metros e SW-31º54'41''NE e distancia de 427,35 metros, passando pelo marcos **M-6,** de coordenadas U.T.M X=435.616,075 e Y=8.824.646,596 , **M-7** de coordenadas U.T.M X=435.296,062 e Y=8.824.849,634, indo ate o marco **M-8,** de coordenadas U.T.M X=435.069,430 e Y=8.824.485,694, cravado á margem da Rodovia MT-469 São José do Xingú – Confresa, daí segue com o rumo de NW-60º04'29''SE e distancia de 110,65 metros, indo ate o marco **M-9,** de coordenadas U.T.M X=434.974,265 e Y=8.824.542,069, daí segue com o rumo de NW-48º05'23''SE e distancia de 212,40 metros, indo ate o marco **M-1,** ponto inicial da descrição do perímetro.

Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, sendo que as coordenadas do perímetro encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central nº 51 WGr, fuso 22, Tendo como datum o SIRGAS 2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM."

Art. 3o Os proprietários terão um prazo de 180 dias para efetuar o registro imobiliário, sob pena de caducidade da aprovação, conforme Art. 18 da 6. 766/79 e o Art. 33 da LC 096/14.

Art. 4o Faz parte integrante deste decreto o Anexo Único.

Art. 5o Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Confresa/MT, 03 de Setembro de 2015.

GASPAR DOMINGOS LAZARI

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

ANEXO ÚNICO DO DECRETO Nº 032, DE 03 DE SETEMBRO DE 2015.

TERMO DE COMPROMISSO

Aos 03 dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze, nesta cidade de Confresa, Estado de Mato Grosso, na Prefeitura Municipal de Confresa, na presença do Prefeito Municipal Gaspar Domingos Lazari, a empresa **JHA PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS LTDA**, CNPJ: 07.748.781/0001-46, neste ato representado pelo sócio **JOSÉ HENRIQUE DE ARAÚJO,** brasileiro, empresário, portador da cédula de identidade, RG n° 123.342 2ª Via SSP/GO, inscrito no CPF/MF n° 035.683.421-20, casado, sob o regime de comunhão universal de bens, **GM PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS LTDA**, representado pelo sócio **MARCELO CASCAO ARAUJO,** brasileiro, empresário, CPF: 270.667.908-55 e CI 321.03.50 2ª Via, SSP/GO, casado sob regime de separação total de bens, e **MARCELO GUIMARÃES CAPUZZO** brasileiro, empresário, CPF: 951.007.921-91 e CI 3738325 2ª Via, DGPC/GO, casado sob regime de separação total de bens, e **TRIUNFO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.** neste ato representada pela sócia **GISELE SILVEIRA DE LUCENA ARAUJO,** brasileira, empresária, portadora da cédula de identidade, RG n° 4703260 2ª Via SSP/GO, inscrita no CPF n° 077.982.461-70, casada, sob o regime de separação total de bens, e **RICARDO ALOISIO BABINSKI,** brasileiro, solteiro, empresário, portador da cédula de identidade, RG n° 996.534 SSP/MT, inscrito no CPF n° 555.303.541-49,

Os Loteadores acima identificados são proprietários de um imóvel denominado Faz. Arco Iris III, localizado no perímetro urbano do município de Confresa, imóvel matriculado sob o nº 7.596 do CRI de Porto Alegre do Norte, tendo solicitado à Prefeitura Municipal de Confresa, a aprovação de um Loteamento, com área total 450.189.71,00m² (quatrocentos e cinquenta e cento e oitenta e nove e sessenta e um) metros quadrados, que recebeu a denominação de "**Loteamento Residencial Triunfo".** Por este TERMO a Loteadora compromete-se, de acordo com os dispositivos da Lei Municipal Complementar nº 096/2014, Lei Municipal 504/12 e Lei Federal nº 6.766 de 19 de dezembro de 1.979, a dar fiel cumprimento às seguintes obrigações estabelecidas nas cláusulas a saber:

Cláusula Primeira: A Loteadora compromete-se a transferir para o patrimônio municipal,sem qualquer ônus para os cofres públicos, as áreas indicadas no projeto como área verde e área institucional, num total de 67. 580,08m² (sessenta e sete mil metros, quinhentos e oitenta centímetros e oito milímetros quadrados), bem como as áreas destinadas ao sistema viário do Loteamento, num total de 130.520,60 m² (cento e trinta mil, quinhentos e vinte metros e 60 centímetros quadrados), e isso tão logo esteja ele devidamente registrado no Cartório do Registro de Imóveis competente.

Cláusula Segunda: A Loteadora compromete-se a executar, às próprias custas, em duas etapas, sendo a primeira dentro doprazo de dois **(02) anos**, a contar da aprovação do Loteamento, e a segundo dentro do prazo de dois anos a partir do termino da primeira etapa, tudo de acordo com os projetos apresentados perante a Prefeitura Municipal, em estrita conformidade com o "cronograma físico financeiro", as seguintes obras de infraestrutura:

2.1. Abertura de vias de circulação, com quadras e lotes devidamente demarcados;

2.2. Execução de Terraplanagem;

2.3. Implantação de galerias e obras complementares para escoamento de águas pluviais;

2.4. Implantação de rede de abastecimento de energia elétrica e rede de iluminação pública;

2.5. Execução de pavimentação asfáltica, meio-fio com sarjetas;

2.6. Execução da arborização das vias públicas;

2.7. Implantação das placas de nomenclatura das vias públicas.

2.8. Projeto de Passeio Público – amarrar na escritura de venda.

Cláusula Terceira: Para garantia da execução das obras de infraestrutura de que trata acláusula segunda, a Loteadora caucionará à Prefeitura Municipal de Confresa os seguintes imóveis: **quadra 12: lotes 01 ao 48; quadra 13: lotes 01 ao 48, quadra 24: lotes 01 ao 52; quadra 25: lotes 01 ao 45** todos do loteamento Residencial Triunfo em Confresa, os quais será objeto de escritura pública de caução mediante garantia hipotecária, lavrada no prazo de 30(trinta) dias após o registro do loteamento.

Cláusula Quarta: A Loteadora compromete-se, cível e criminalmente, a registrar oreferido loteamento e a abrir as matrículas dos respectivos lotes no cartório competente.

Estando assim justos e contratados, assinam o presente Termo na presença de duas testemunhas, maiores, capazes, aqui domiciliadas e residentes.

Confresa, 03 de setembro de 2015.

Gaspar Domingos Lazari

Prefeito Municipal

José Pereira Cordão Sobrinho Diretor de Planejamento	Hevertton Luiz A. de O. Arend Eng. Civil CREA: 101214966-8

José Roberto Oliveira Costa
Assessor Jurídico
OAB/MT 6.456-A

JOSÉ HENRIQUE DE ARAÚJO	**MARCELO GUIMARÃES CAPUZZO**
MARCELO CASCAO ARAUJO	**GISELE SILVEIRA DE LUCENA ARAUJO**

RICARDO ALOISIO BABINSKI

Testemunhas:

1. _____ **2.** _____

RG:_____ **RG:** _____

CPF: _____ **CPF:** _____

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D`OESTE

LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL P/ REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2015

PUBLICAÇÃO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D'OESTE torna público para conhecimentos dos interessados, que a licitação promovida pelo PREGÃO PRESENCIAL Nº. 032/2015, que tem como objeto o Registro de preços para futura e eventual aquisição complementar de materiais para reparo e manutenção da rede de abastecimento de água do município, teve como vencedora a empresa AAGUA COMERCIO E DISTRIBUICAO DE MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI EPP, CNPJ nº 09.237.525/0001-10, em que apresentou proposta compatível com o preço de referência, totalizando o valor dos itens de R$ 77.402,29 (setenta e sete mil quatrocentos e dois reais e vinte e nove centavos). Conquista D'Oeste, 01 de outubro de 2015.

Fernando Roberto de Moraes

Pregoeiro

LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL P/ REGISTRO DE PREÇOS Nº 037/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Registro de preços para aquisição de ar condicionado para diversas Secretarias, conforme especificações e quantidades discriminadas no anexo IV – Termo de Referência deste Edital. Abertura: 15/10/2015 - Horário de Cuiabá as 08:00 horas - **Informações:** Sala de Licitações desta Prefeitura, de 2ª a 6ª, no horário comercial ou pelo telefone (65) 3265-1000 - O Edital poderá ser obtido através do site: **www.conquistadoeste.mt.gov.br**. Conquista D'Oeste, 01 de outubro de 2015.

Fernando Roberto de Moraes

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

DEPARTAMENTO LICITAÇÕES
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N° 052/2014

DATA: 29/09/2015. OBJETO: "'LOCAÇÃO DE IMÓVEL COMERCIAL PARA CEDÊNCIA SEM ÔNUS, PARA INSTALAÇÃO OU MANTENÇA DA AGÊNCIA DO BANCO DO BRASIL, ISTO NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL DE Nº.710/2011". .ALTERA A CLAÚSULA QUINTA (DO PRAZO) PARA 09 MESES E A CLAÚSULA TERCEIRA DO PREÇO PARA R$ R$ 1.985,77 MENSAIS.

DEPARTAMENTO LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 053/2015

REFERENTE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO Nº. 044/2015

Ao um dia do mês de Outubro de 2015, na Prefeitura Municipal de Cotriguaçu, localizada na Avenida 20 de Dezembro nº 725 Centro, Cotriguaçu-MT, neste ATO representado pela Prefeita Municipal **Srª: ROSANGELA APARECIDA NERVIS,** brasileira, solteira, residente e domiciliado na Travessa Beija Flor, n° 16, na cidade de Cotriguaçu – MT, Portador de **C.I. RG nº 1030709-5 SSP/MT** e do **CPF/MF nº 769.037.371-20** de acordo com o disposto no artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e o Decreto Municipal nº. 796/2013, que Institui o Sistema de Registro de Preços no município, e em face da classificação e homologação das propostas apresentadas no **PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 044/2015, PROCESSO Nº 066/2015 RESOLVE registrar os preços da empresa: RETIFICADORA JUINA LTDA EPP, CNPJ: 24.748.436/0003-93** localizada na Avenida 20 de Dezembro s/n, Cotriguaçu-MT, CEP: 78330-000, doravante denominados simplesmente FORNECEDOR , nos termos do **PREGÃO PRENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 044/2015, PROCESSO Nº 066/2015**, Registro de Preços para futura e eventual contratação de: **"PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA RETIFICAR MOTORES DOS VEÍCULOS DAS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO, E INFRA ESTRUTURA",** atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Registro de Preços, conforme a Lei nº 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Registro de Preço para futura e eventual: "PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA RETIFICAR MOTORES DOS VEÍCULOS DAS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO, E INFRA ESTRUTURA", para atender **esta Prefeitura, conforme especificações e condições constantes nesta Ata de Registro de Preço: EMPRESA: RETIFICADORA JUINA LTDA EPP, CNPJ: 24.748.436/0003-93, apresentou e registrou os seguintes itens:**

Item	Descrição	Quant	Marca	Uni	Valor Unit	Valor Total
1	PLAINAR FACE BLOCO CAMINHAO MOTOR CUMMINS ISC/6 PLACA MJB563	1	SERVIÇO	SRV	R$ 1.086,50	R$ 1.086,50
2	MANDRILHAR MANCAIS CAMINHAO MOTOR CUMMINS ISC/6 PLACA MJB563	1	SERVIÇO	SRV	R$ 1.661,50	R$ 1.661,50

3	EMBUCHAR COMANDO CAMINHAO MOTOR CUMMINS ISC/6 PLACA MJB5631	1	SERVIÇO	SRV	R$ 363,00	R$ 363,00
4	MANDRILHAR BUCHAS COMANDOCAMINHAO MOTOR CUMMINS ISC/6 PLACA	1	SERVIÇO	SRV	R$ 817,00	R$ 817,00
5	EQUALIZAR ALT. CAMISA CAMINHAO MOTOR CUMMINS ISC/6 PLACA MJB	6	SERVIÇO	SRV	R$ 208,50	R$ 1.251,00
6	RETIFICAR FERRO BIELA CAMINHAO MOTOR CUMMINS ISC/6 PLACA MJB	4	SERVIÇO	SRV	R$ 272,75	R$ 1.091,00
7	EMBUCHAR MANDRILHAR BIELA CAMINHAO MOTOR CUMMINS ISC/6 PLACA	4	SERVIÇO	SRV	R$ 246,25	R$ 985,00
8	PLAINAR CABECOTE CAMINHAO MOTOR CUMMINS ISC/6 PLACA MJB5631	1	SERVIÇO	SRV	R$ 1.137,00	R$ 1.137,00
9	RETIFICAR SEDES CAMINHAO MOTOR CUMMINS ISC/6 PLACA MJB5631	12	SERVIÇO	SRV	R$ 48,63	R$ 583,50
10	ESMERILHAR E MONTAR VALVULAS CAMINHAO MOTOR CUMMINS ISC/6 PL	12	SERVIÇO	SRV	R$ 31,00	R$ 372,00
11	SUBSTITUIR GUIAS DE VALVULAS CAMINHAO MOTOR CUMMINS ISC/6 PL	12	SERVIÇO	SRV	R$ 36,50	R$ 438,00
12	MONTAGEM DO MOTOR CAMINHAO MOTOR CUMMINS ISC/6 PLACA MJB5631	1	SERVIÇO	SRV	R$ 4.202,00	R$ 4.202,00
13	DESMONTAGEM DO MOTOR CAMINHAO MOTOR CUMMINS ISC/6 PLACA MJB5	1	SERVIÇO	SRV	R$ 376,00	R$ 376,00
14	LAVAGEM QUIMICA DO MOTOR CAMINHAO MOTOR CUMMINS ISC/6 PLACA	1	SERVIÇO	SRV	R$ 312,00	R$ 312,00
15	PINTURA DO MOTOR CAMINHAO MOTOR CUMMINS ISC/6 PLACA MJB5631	1	SERVIÇO	SRV	R$ 159,50	R$ 159,50
16	TIRAR MOTOR E INSTALAR CAMINHAO MOTOR CUMMINS ISC/6 PLACA MJ	1	SERVIÇO	SRV	R$ 2.795,00	R$ 2.795,00
17	RETIFICAR E POLIR VIRABREQUIM CAMINHAO PLACA JYG5980 MOTOR O	6	SERVIÇO	SRV	R$ 103,25	R$ 619,50
18	ENCAMISAR CILINDROS CAMINHAO PLACA JYG5980 MOTOR OM352	6	SERVIÇO	SRV	R$ 103,25	R$ 619,50
19	PLAINAR FACE DE BLOCO CAMINHAO PLACA JYG5980 MOTOR OM352	1	SERVIÇO	SRV	R$ 402,50	R$ 402,50
20	MANDRILHAR MANCAIS CAMINHAO PLACA JYG5980 MOTOR OM352	1	SERVIÇO	SRV	R$ 549,50	R$ 549,50
21	EMBUCHAR COMANDO CAMINHAO PLACA JYG5980 MOTOR OM352	1	SERVIÇO	SRV	R$ 185,50	R$ 185,50
22	MANDRILHAR BUCHAS COMANDO CAMINHAO PLACA JYG5980 MOTOR OM35	1	SERVIÇO	SRV	R$ 278,50	R$ 278,50
23	RETIFICAR FERRO BIELA CAMINHAO PLACA JYG5980 MOTOR OM352	6	SERVIÇO	SRV	R$ 69,50	R$ 417,00
24	EMBUCHAR MANDRILHAR BIELA CAMINHAO PLACA JYG5980 MOTOR OM352	6	SERVIÇO	SRV	R$ 68,75	R$ 412,50
25	PLAINAR CABECOTE CAMINHAO PLACA JYG5980 MOTOR OM352	1	SERVIÇO	SRV	R$ 425,50	R$ 425,50
26	RETIFICAR SEDES CAMINHAO PLACA JYG5980 MOTOR OM352	12	SERVIÇO	SRV	R$ 16,50	R$ 198,00
27	ESMERILHAR E MONTAR VALVULAS CAMINHAO PLACA JYG5980 MOTOR OM	12	SERVIÇO	SRV	R$ 12,25	R$ 147,00
28	SUBSTITUIR GUIAS DE VALVULAS CAMINHAO PLACA JYG5980 MOTOR O	1	SERVIÇO	SRV	R$ 10,75	R$ 10,75
29	POLIR COMANDO CAMINHAO PLACA JYG5980 MOTOR OM352	1	SERVIÇO	SRV	R$ 83,00	R$ 83,00
30	MONTAGEM DO MOTOR COMPLETO CAMINHAO PLACA JYG5980 MOTOR OM3	1	SERVIÇO	SRV	R$ 1.650,00	R$ 1.650,00
31	DESMONTAGEM DO MOTOR COMPLETO CAMINHAO PLACA JYG5980 MOTOR	1	SERVIÇO	SRV	R$ 178,00	R$ 178,00
32	LAVAGEM QUIMICA DO MOTOR COMPLETO CAMINHAO PLACA JYG5980 MO	1	SERVIÇO	SRV	R$ 197,50	R$ 197,50
33	PINTURA MOTOR CAMINHAO PLACA JYG5980 MOTOR OM352	1	SERVIÇO	SRV	R$ 112,00	R$ 112,00
34	TIRAR MOTOR E INSTALAR CAMINHAO PLACA JYG5980 MOTOR OM352	1	SERVIÇO	SRV	R$ 527,50	R$ 527,50
35	RETIFICAR E PULIR VIRABREQUIM PA CARREGADEIRA WA-180 KOMAT	1	SERVIÇO	SRV	R$ 681,00	R$ 681,00
36	RETIFICAR E BRUNIR CILINDROS PA CARREGADEIRA WA-180 KOMATSU	6	SERVIÇO	SRV	R$ 108,25	R$ 649,50
37	SERVICO ENCAMISAR CILINDRO PA CARREGADEIRA WA-180 KOMATSU M	6	SERVIÇO	SRV	R$ 107,75	R$ 646,50
38	PLAINAR FACE BLOCO PA CARREGADEIRA WA-180 KOMATSU MOTOR CUM	1	SERVIÇO	SRV	R$ 412,50	R$ 412,50
39	MANDRILHAR MANCAIS PA CARREGADEIRA WA-180 KOMATSU MOTOR CUM	1	SERVIÇO	SRV	R$ 595,00	R$ 595,00
40	EMBUCHAR COMANDO PA CARREGADEIRA WA-180 KOMATSU MOTOR CUMMI	1	SERVIÇO	SRV	R$ 168,00	R$ 168,00
41	RETIFICAR FERRO BIELA PA CARREGADEIRA WA-180 KOMATSU MOTOR	6	SERVIÇO	SRV	R$ 78,58	R$ 471,48
42	EMBUCHAR MANDRILHAR BIELA PA CARREGADEIRA WA-180 KOMATSU MO	6	SERVIÇO	SRV	R$ 71,92	R$ 431,52
43	PLAINAR CABECOTE PA CARREGADEIRA WA-180 KOMATSU MOTOR CUMMI	1	SERVIÇO	SRV	R$ 380,50	R$ 380,50
44	RETIFICAR SEDES PA CARREGADEIRA WA-180 KOMATSU MOTOR CUMMIS	12	SERVIÇO	SRV	R$ 19,00	R$ 228,00
45	ESMERILHAR E MONTAR VALVULAS PA CARREGADEIRA WA-180 KOMATSU	12	SERVIÇO	SRV	R$ 14,50	R$ 174,00
46	SUBSTITUIR GUIAS VALVULAS PA CARREGADEIRA WA-180 KOMATSU MO	12	SERVIÇO	SRV	R$ 13,71	R$ 164,52
47	POLIR COMANDO PA CARREGADEIRA WA-180 KOMATSU MOTOR CUMMIS	1	SERVIÇO	SRV	R$ 107,50	R$ 107,50
48	MONTAGEM DO MOTOR PA CARREGADEIRA WA-180 KOMATSU MOTOR CUMM	1	SERVIÇO	SRV	R$ 1.496,50	R$ 1.496,50
49	DESMONTAGEM DO MOTOR PA CARREGADEIRA WA-180 KOMATSU MOTOR C	1	SERVIÇO	SRV	R$ 207,50	R$ 207,50
50	LAVAGEM QUIMICA PA CARREGADEIRA WA-180 KOMATSU MOTOR CUMMIS	1	SERVIÇO	SRV	R$ 153,00	R$ 153,00
51	PINTURA MOTOR PA CARREGADEIRA WA-180 KOMATSU MOTOR CUMMIS S	1	SERVIÇO	SRV	R$ 95,50	R$ 95,50
52	TIRAR MOTOR E INSTALAR PA CARREGADEIRA WA-180 KOMATSU MOTOR	1	SERVIÇO	SRV	R$ 852,50	R$ 852,50
53	PLAINAR FACE BLOCO CAMINHAO PLACA KAN2758 MOTOR CUMMINS SERI	1	SERVIÇO	SRV	R$ 776,50	R$ 776,50
54	MANDRILHAR MANCAIS CAMINHAO PLACA KAN2758 MOTOR CUMMINS SERI	1	SERVIÇO	SRV	R$ 1.109,50	R$ 1.109,50
55	EMBUCHAR COMANDO CAMINHAO PLACA KAN2758 MOTOR CUMMINS SERIE	1	SERVIÇO	SRV	R$ 300,00	R$ 300,00
56	MANDRILHAR BUCHAS COMANDO CAMINHAO PLACA KAN2758 MOTOR CUMM	1	SERVIÇO	SRV	R$ 542,00	R$ 542,00
57	EQUALIZAR ALT. CAMISA CAMINHAO PLACA KAN2758 MOTOR CUMMINS	1	SERVIÇO	SRV	R$ 160,00	R$ 160,00
58	RETIFICAR FERRO BIELA CAMINHAO PLACA KAN2758 MOTOR CUMMINS S	6	SERVIÇO	SRV	R$ 187,50	R$ 1.125,00
59	EMBUCHAR E MANDRILHAR BIELA CAMINHAO PLACA KAN2758 MOTOR CUM	6	SERVIÇO	SRV	R$ 159,50	R$ 957,00
60	PLAINAR CABECOTE CAMINHAO PLACA KAN2758 MOTOR CUMMINS SERIE	1	SERVIÇO	SRV	R$ 690,50	R$ 690,50
61	RETIFICAR SEDES CAMINHAO PLACA KAN2758 MOTOR CUMMINS SERIE C	12	SERVIÇO	SRV	R$ 38,38	R$ 460,50
62	ESMERILHAR E MONTAR VALVULAS CAMINHAO PLACA KAN2758 MOTOR CU	12	SERVIÇO	SRV	R$ 20,25	R$ 243,00
63	SUBSTITUIR GUIAS VALVULAS CAMINHAO PLACA KAN2758 MOTOR CUMMI	12	SERVIÇO	SRV	R$ 25,88	R$ 310,50
64	POLIR COMANDO CAMINHAO PLACA KAN2758 MOTOR CUMMINS SERIE C/6	1	SERVIÇO	SRV	R$ 169,50	R$ 169,50
65	MONTAGEM DO MOTOR COMPLETO CAMINHAO PLACA KAN2758 MOTOR CUM	1	SERVIÇO	SRV	R$ 3.025,00	R$ 3.025,00
66	DESMONTAGEM DO MOTOR COMPLETO CAMINHAO PLACA KAN2758 MOTOR	1	SERVIÇO	SRV	R$ 275,00	R$ 275,00
67	LAVAGEM QUIMICA DO MOTOR CAMINHAO PLACA KAN2758 MOTOR CUMMIN	1	SERVIÇO	SRV	R$ 307,50	R$ 307,50
68	PINTURA DO MOTOR CAMINHAO PLACA KAN2758 MOTOR CUMMINS SERIE	1	SERVIÇO	SRV	R$ 215,50	R$ 215,50
69	TIRAR MOTOR E INSTALAR CAMINHAO PLACA KAN2758 MOTOR CUMMINS	1	SERVIÇO	SRV	R$ 1.504,50	R$ 1.504,50
70	RETIFICAR FERRO BIELA PATROL 120B MOTOR CATERPILLAR 3306	4	SERVIÇO	SRV	R$ 143,75	R$ 575,00
71	EMBUCHAR MANDRILHAR BIELA PATROL 120B MOTOR CATERPILLAR 3306	4	SERVIÇO	SRV	R$ 128,75	R$ 515,00
72	PLAINAR CABECOTE PATROL 120B MOTOR CATERPILLAR 3306	1	SERVIÇO	SRV	R$ 700,50	R$ 700,50
73	RETIFICAR SEDES PATROL 120B MOTOR CATERPILLAR 3306	12	SERVIÇO	SRV	R$ 33,75	R$ 405,00
74	ESMERILHAR E MONTAR VALVULAS PATROL 120B MOTOR CATERPILLAR 3	12	SERVIÇO	SRV	R$ 22,50	R$ 270,00
75	SUBSTITUIR GUIAS DE VALVULAS PATROL 120B MOTOR CATERPILLAR 3	12	SERVIÇO	SRV	R$ 21,50	R$ 258,00
76	POLIR COMANDO PATROL 120B MOTOR CATERPILLAR 3306	1	SERVIÇO	SRV	R$ 178,50	R$ 178,50
77	MONTAGEM DO MOTOR COMPLETO PATROL 120B MOTOR CATERPILLAR 33	1	SERVIÇO	SRV	R$ 3.550,00	R$ 3.550,00
78	DESMONTAGEM DO MOTOR COMPLETO PATROL 120B MOTOR CATERPILLAR	1	SERVIÇO	SRV	R$ 198,50	R$ 198,50
79	LAVAGEM QUIMICA DO MOTOR COMPLETO PATROL 120B MOTOR CATERPI	1	SERVIÇO	SRV	R$ 337,00	R$ 337,00

80	PINTURA MOTOR PATROL 120B MOTOR CATERPILLAR 3306	1	SERVIÇO	SRV	R$ 181,00	R$ 181,00
81	TIRAR MOTOR E INSTALAR PATROL 120B MOTOR CATERPILLAR 3306	1	SERVIÇO	SRV	R$ 1.479,50	R$ 1.479,50
82	RETIFICAR E POLIR VIRABREQUIM MOTOR ESTACIONARIO AGRALE M93	1	SERVIÇO	SRV	R$ 88,00	R$ 88,00
83	RETIFICAR FERRO BIELA MOTOR ESTACIONARIO AGRALE M93	1	SERVIÇO	SRV	R$ 127,50	R$ 127,50
84	EMBUCHAR MANDRILHAR BIELA MOTOR ESTACIONARIO AGRALE M93	1	SERVIÇO	SRV	R$ 91,00	R$ 91,00
85	ESMERILHAR E MONTAR VALVULAS MOTOR ESTACIONARIO AGRALE M93	2	SERVIÇO	SRV	R$ 35,00	R$ 70,00
86	POLIR COMANDO MOTOR ESTACIONARIO AGRALE M93	1	SERVIÇO	SRV	R$ 42,50	R$ 42,50
87	MONTAGEM DO MOTOR COMPLETO MOTOR ESTACIONARIO AGRALE M93	1	SERVIÇO	SRV	R$ 890,00	R$ 890,00
88	DESMONTAGEM DO MOTOR COMPLETO MOTOR ESTACIONARIO AGRALE M9	1	SERVIÇO	SRV	R$ 110,00	R$ 110,00
89	LAVAGEM QUIMICA DO MOTOR COMPLETO MOTOR ESTACIONARIO AGRAL	1	SERVIÇO	SRV	R$ 78,50	R$ 78,50
90	PINTURA DO MOTOR MOTOR ESTACIONARIO AGRALE M93	1	SERVIÇO	SRV	R$ 41,00	R$ 41,00
91	TROCAR JUNTA CABECOTE (MOTOR OM-352)	8	SERVIÇO	SRV	R$ 670,00	R$ 5.360,00
92	TROCAR JUNTA CABECOTE (MOTOR OM-366)	6	SERVIÇO	SRV	R$ 705,00	R$ 4.230,00
93	TROCAR JUNTA CABECOTE (MOTOR CUMMINS SERIE C/6)	3	SERVIÇO	SRV	R$ 1.057,50	R$ 3.172,50
94	TROCAR JUNTA CABECOTE (MOTOR CUMMINS SERIE B/6)	2	SERVIÇO	SRV	R$ 595,00	R$ 1.190,00
95	TROCAR JUNTA CABECOTE (MOTOR VOLVO G930)	1	SERVIÇO	SRV	R$ 1.075,00	R$ 1.075,00
96	TROCAR JUNTA CABECOTE (MOTOR CATERPIL 3306)	2	SERVIÇO	SRV	R$ 700,00	R$ 1.400,00
97	TROCAR KITS (MOTOR CUMMINS SERIE C/6)	2	SERVIÇO	SRV	R$ 490,00	R$ 980,00
99	MONTAGEM DO MOTOR PARCIAL ONIBUS PLACA OAV7854 MOTOR MAN 151	1	SERVIÇO	SRV	R$ 3.551,00	R$ 3.551,00
100	DESMONTAGEM DO MOTOR PARCIAL ONIBUS PLACA OAV7854 MOTOR MAN	1	SERVIÇO	SRV	R$ 235,00	R$ 235,00
102	LAVAGEM QUIMICA PARCIAL ONIBUS PLACA OAV7854 MOTOR MAN 15190	1	SERVIÇO	SRV	R$ 325,00	R$ 325,00
103	TIRAR MOTOR E INSTALAR ONIBUS PLACA OAV7854 MOTOR MAN 15190	1	SERVIÇO	SRV	R$ 2.820,00	R$ 2.820,00
104	TROCAR JUNTA CABECOTE (MOTOR OM-364)	3	SERVIÇO	SRV	R$ 475,00	R$ 1.425,00
105	TROCAR KITS (MOTOR MWM X10/6)	1	SERVIÇO	SRV	R$ 440,00	R$ 440,00
	VALOR TOTAL					R$ 81.120,27

Valor da proposta apresentada pela empresa: **RETIFICADORA JUINA LTDA EPP, CNPJ: 24.748.436/0003-93** é de **R$ 81.120,27 (Oitenta e um mil, cento e vinte reais e centavos)**, validade da proposta é de 60 (sessenta dias).

1.1 Este instrumento não obriga o ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específica para aquisição do(s) objetos(s), obedecida à legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1 A presente **Ata terá validade por 12 meses**, contados a partir de sua assinatura, conforme Decreto Municipal n. 796/2013;

2.2 Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem, conforme estipulado no Decreto Municipal n. 796/2013.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DA FISCALIZAÇÃO.

3.1 O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Cotriguaçu-MT, por meio das Secretarias Municipais e Departameto de Compras devendo ser observado o aspecto operacional e jurídico, assim como o acompanhamento e a fiscalização da presente Ata de Registro de Preços que também será realizado pelas Secretarias Municipais e Departamento de Compras.

CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO

4.1 A realização do serviço deverá ser realizada em até 02 (dois) dias corridos, contados da data do envio(que poderá ser por e-mail ou fax) da NAD(Nota de Autorização de Despesa) ou Nota de Empenho, nas quantidades nela especificadas, salvo se houver pedido formal de

prorrogação deste, devidamente justificado pelo Fornecedor e acatado por esta Prefeitura, sem nenhum custo adicional;

4.2 O local para a realização dos serviços será designado pelas Secretarias Municipais e Departamento de Compras, nos dias estabelecidos pela mesma.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

5.1 As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente;

5.2 As prestações de serviços registrados neste instrumento serão efetuadas através Nota de Empenho, emitida pela Prefeitura Municipal de Cotriguaçu, contendo: o nº da Ata, o nome da empresa, o objeto, a especificação, o endereço e a data de entrega;

5.3 Os serviços licitados serão verificados em relação à conformidade, qualidade e quantidade de acordo com o Edital, após o recebimento dos mesmos e apresentação de nota fiscal;

5.4 Os serviços uma vez prestados, deverão ser entregues juntamente com sua Nota Fiscal, obedecendo rigorosamente o solicitado;

5.5 O recebimento não excluirá a Adjudicatária da responsabilidade civil, nem ético-profissional, pelo perfeito fornecimento do objeto, dentro dos limites estabelecidos pela Lei 8.666/93;

5.6 A Adjudicatária ficará obrigada a corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta Ata de Registro de Preços em que se verificar vícios ou incorreções resultantes dos materiais fornecidos;

5.7 As Secretarias Municipais rejeitaram no todo ou em parte, os serviços em desacordo com a ordem de fornecimento e com as normas deste Edital;

5.8 O Fornecedor responsabilizar-se-á pelas despesas com impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fretes e demais despesas eventuais, que porventura sobrevier do presente objeto.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6.1 O Fornecedor deverá prestar os serviços registrados em Ata imediatamente após emissão da ordem de fornecimento nas quantidades nela especificadas, conforme estipulado nas cláusulas anteriores, salvo se houver pedido formal de prorrogação deste, devidamente justificado pela licitante/Fornecedor e acatado por esta Prefeitura, sem nenhum custo adicional;

6.2 A empresa se obrigará em um prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, a solucionar quaisquer problemas com os itens adquiridos, inclusive com reposição dos mesmos se por ventura não estiverem atendendo as finalidades propostas, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade e descartadas o uso inadequado;

6.3 O Fornecedor fica obrigado a aceitar nas mesmas condições de fornecimento acréscimos de até 25% do valor total da Ata de Registro de Preços;

6.4 São obrigações do FORNECEDOR, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - executar o fornecimento dos materiais dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura, de acordo com o especificado nesta Ata de Registro de Preços, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - cumprir a data e horário da entrega, não sendo aceitos os serviços que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo **Órgão**, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência a Prefeitura, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Prefeitura, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto desta ATA e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

VII - comunicar imediatamente à Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX - fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento dos materiais a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela **Prefeitura**;

X - indenizar terceiros e/ou ao Órgão, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o Fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI – não transferir, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação;

XII - *manter todas as condições de habilitação exigidas na presente licitação;*

XIII - indicar o preposto e seu substituto, que ficará responsável pelo controle das solicitações, bem como pelos esclarecimentos de dúvidas quando da execução contratual;

XIV - Ser responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscal, comercial, frete e outras despesas que se façam necessárias ao fornecimento dos produtos.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7.1 São responsabilidades do FORNECEDOR:

I - todo e qualquer dano que causar ao Órgão, ou a terceiros, ainda que culposo, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela Prefeitura;

II - todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo ao Órgão/Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas a Prefeitura por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da ATA, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao Órgão/Entidades, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao Fornecedor, o valor correspondente.

7.2 O fornecedor autoriza ao Órgão/Entidade, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO ORGÃO/ENTIDADE

8.1 A Prefeitura Municipal de Cotriguaçu, obriga-se a:

I - indicar os locais e horários em que deverão ser realizados os serviços.

II - receber os produtos nos termos, prazos e condições estabelecidas no edital;

II - permitir ao pessoal do Fornecedor, acesso ao local da prestação de serviços desde que observadas as normas de segurança;

III - notificar o Fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos produtos;

IV - efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta ATA;

V - fiscalizar a entrega do objeto licitado;

VI - *notificar a licitante vencedora, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;*

VII - aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento.

8.2 C**aberá à Prefeitura** promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado;

8.3 C**aberá à Prefeitura** receber o bem adjudicado, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste edital;

8.4 O recebimento provisório dar-se-á pelas Secretarias Municipais e Departamento de Compras, por meio de seu responsável, no ato da prestação do serviço e da nota fiscal pela adjudicatária, sendo que este recebimento não implica a sua aceitação;

8.5 O recebimento definitivo dar-se-á após a verificação do cumprimento das especificações dos serviços, nos termos do presente edital;

8.6 O objeto adjudicado será recusado se não for condizente com o solicitado pelas Secretarias Municipais e Departamento de Compras.

8.7 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado;

8.8 Caso haja a intenção de adesão ao registro de preço por outro órgão não participante – "Caronas", estes deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecidos a ordem de classificação;

8.8.1 Caberá ao Órgão Gerenciador, Secretarias Municipais de Departamento de Compras, buscar oficialmente, junto ao fornecedor registrado na Ata de Registro de Preços, sobre a aceitação ou não do fornecimento, condicionado ainda ao não prejuízo das obrigações anteriormente assumidas;

8.8.2 Em todos os casos as quantidades adicionais adquiridas/contratadas não poderão exceder a 25% dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços, conforme estabelecido no **§ 1º** art. 65 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO

9.1 As despesas decorrentes do Registro de Preços, objeto desta Ata, correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias próprias e constantes no orçamento de 2015:

ORGÃO: 06 Secretaria Municipal de Educação e Cultura

UNIDADE: 005 Transporte Escolar

FUNÇÃO 12 Educação

SUB/FUNÇÃO 122 Administração Geral

PROGRAMA 0006 Ensino Regular de 1ª a 8ª Série

PROJETO/ATIVIDADE 2049 Manut e Encargos com Transporte Escolar

ELEMENTO 3390-39 Pessoa Juridica

ORGÃO: 09 Secretaria Municipal de Infra-Estrutura

UNIDADE: 004 Divisão de Infra-Estrutura

FUNÇÃO 26 Transporte

SUB/FUNÇÃO 122 Administração Geral

PROGRAMA 0020 Construção e Conservação de Estradas

PROJETO/ATIVIDADE 2065 Manutenção e Encargos

ELEMENTO 3390-39 Pessoa Jurídica

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PAGAMENTO

10.1 O pagamento ao FORNECEDOR será realizado mensalmente, de acordo com a entrega dos serviços solicitados, sempre entre os dias 20 e 30 do mês subsequente à entrega do objeto e emissão de Nota Fiscal, através de depósito bancário ou transferência para a conta do Fornecedor.

10.2 No preço a ser pago deverão estar inclusas todas as despesas inerentes a: impostos, encargos sociais, tributários, trabalhistas e comerciais, fretes, enfim todas as despesas necessárias ao fornecimento dos produtos;

10.3 Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao Fornecedor para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição,

contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação;

10.4 Para cada Nota de Empenho, o Fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal/fatura;

10.5 Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento dos materiais;

10.6 A Prefeitura não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "*factoring*";

10.7 As despesas bancárias decorrentes de transferências de valores para outras praças serão de responsabilidade da adjudicatária.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

11.1 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, "d" e § 5º da Lei 8.666/93, desde que devidamente comprovado;

11.2 Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão aos preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;

11.3 Caso o preço registrado se tornar superior à média dos preços de mercado, a Prefeitura, solicitará ao Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo, conforme art. 13 do Decreto Municipal n ° 796/2013;

11.3.1 Havendo negociação para fins de revisão de preço, deverá aguardar o prazo mínimo de 90 (noventa) dias e o preço alterado somente estará em vigor após a publicação do ato, respeitando o tramite descrito no referido Decreto Municipal.

11.4 Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura Municipal de Cotriguaçu-MT;

11.5 A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

12.1 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o Fornecedor não cumprir as obrigações constantes nesta Ata de Registro de Preços;

b) quando o Fornecedor não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

d) em qualquer hipóteses de inexecução total ou parcial da Nota Empenho decorrente deste Registro;

e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

f) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas.

12.2 Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente ATA;

12.3 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação;

12.4 A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas nesta Ata;

12.5 Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do produtos;

12.6 Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SUBSTITUIÇÃO DE ITEM

13.1 O Fornecedor poderá solicitar a substituição do serviço registrado em Ata por outro de mesma espécie e gênero, porém, de outra marca, no caso de ocorrência de fato superveniente, devidamente comprovado, que independe de sua vontade, sem qualquer acréscimo no valor anteriormente registrado;

13.2 Caberá ao órgão gerenciador a análise técnica e jurídica quanto à possibilidade de atender a substituição do produto registrado;

13.3 Havendo a substituição do produto, conforme itens anteriores, o produto substituído somente estará em vigor após aditivo à Ata de Registro de Preço.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS PENALIDADES

14.1 Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93, e na Lei n. 10.520/2002, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I) advertência, nas hipóteses de execução irregular do Registro de Preços, que não resulte prejuízo para o serviço desta administração;

II) multa de 10% do valor da Ata;

III) suspensão temporária para licitar e contratar com este Órgão, por período de até 02 (dois) anos, nas hipóteses e nos termos dos artigos 7º da Lei n. 10.520/2002;

IV) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicar a penalidade, nos termos do art. 87, inciso IV, da Lei n. 8.666/93.

14.2 A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo à Prefeitura e à terceiros que necessitem do produto registrado na presente Ata, e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município;

14.3 O FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de 1**% (um por cento)** incidente sobre o valor total da Nota de Empenho, por dia de atraso injustificado, limitado esta a 10 (dez) dias, após o qual será considerado inexecução da Ata de Registro de Preços;

14.4 Caso o fornecedor não solucione quaisquer problemas advindos da prestação de serviços sofrerá multa, consoante o *caput* e §§ do art. 86 da Lei no 8.666/93 e alterações posteriores, da seguinte forma:

a) atraso até 2 (dois) dias, multa de 2% (dois por cento);

b) a partir do 3o (terceiro) até o limite do 5o (quinto) dia, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 6o (sexto) dia de atraso.

14.5 A partir do 6º (sexto) dia de atraso, caracterizar-se-á a inexecução total da obrigação, e poderá a Prefeitura, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o Fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos;

14.6 A multa, eventualmente imposta ao Fornecedor, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a Fornecedor não tenha nenhum valor a receber desta Prefeitura, ser-lhe-á concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Município, podendo, ainda a Administração proceder à cobrança judicial da multa;

14.7 As multas previstas nesta seção não eximem o Fornecedor da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração;

14.8 Se o Fornecedor não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o respectivo valor será descontado dos créditos que esta possuir com esta Prefeitura, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para inscrição em Dívida Ativa e execução pelo Município de Cotriguaçu-MT;

14.9 A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com esta Prefeitura pelo prazo de até 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda

descumprimento total ou parcial da obrigação, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos à Prefeitura ou terceiros;

14.10 A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao Órgão/Entidade;

b) se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais;

c) se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

14.11 As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a multa;

14.12 A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal;

14.13 A falta de material não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá o FORNECEDOR das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços;

II - integram esta Ata, o Edital de Pregão Presencial nº 044/2015 e seus anexos e as propostas da empresas classificadas para cada grupo, por ITEM.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

As partes contratantes elegem o foro de Cotriguaçu/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ATA, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando duas vias arquivadas na sede da CONTRATANTE, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Cotriguaçu-MT, 01 de Outubro de 2015.

ROSANGELA APARECIDA NERVIS

Prefeita Municipal de Cotriguaçu/MT

Amanda da Silva Braga

Pregoeira Suplente da Comissão Especial de Licitação

Prefeitura de Cotriguaçu/MT

RETIFICADORA JUINA LTDA EPP ,

CNPJ: 24.748.436/0003-93

Mauro Schmitz

CPF: 802.888.121-15

Representante Legal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 193/2015

DISPÕE SOBRE ***DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PARA OCUPAR INTERINAMENTE O CARGO DE SECRETÁRIO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS,*** *E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*

ELI SANCHEZ ROMÃO - Prefeito Municipal de Curvelândia-MT, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE,

Art. 1º - Designar o Sr. **ELIAS DOS SANTOS,** portador da cédula de Identidade, RG 1078140-4 SSP/MT, CPF 888.362.071-20, Vice Prefeito de Curvelândia, empossado em 01/01/2013, para responder interinamente pelas ações da Secretaria de Obras e Serviços Públicos, exercendo cumulativamente as duas funções até 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º - Pela acumulação dos cargos descritos no artigo anterior, não decorrerá ao nomeado direito de acréscimo aos seus vencimentos, continuando o mesmo a receber como Vice Prefeito.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia - MT, 28 de setembro de 2015.

_____

ELI SANCHEZ ROMÃO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 454 DE 25 DE SETEMBRO DE 2015

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo sob Protocolo Geral nº 35044, de 24 de setembro de 2015,

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear os senhores abaixo relacionados, para compor a Comissão Paritária para realização do Processo Seletivo 2016 da Secretaria Municipal de Educação.

REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Vânia Regina Costaldi

Rosane Penha Mendes

Divandir Ávila Miranda

REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CÁCERES

Eliete da Silva

Luís Aurélio Alves

REPRESENTANTES DO SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS

Sandra Maria Netto

Vânia Costa Sacramento

ART. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 25 de setembro de 2015

NELCI ELIETE LONGHI

Secretária Municipal de Educação

Afixado em: 25.09.2015

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 54/2015 - FRACASSADO

Interessada: Secretaria de Industria e Comércio, Meio Ambiente e Turismo.

Objeto: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço para futura e eventual Contratação de Empresa especializada para proceder a numeração, marcação com caneta marcador permanente, escrita grossa nas residências, prédios, reservas de numeração para terrenos vagos do município de Cáceres e alimentação na Planta do Perímetro Urbano do Setor de Engenharia da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbano da Prefeitura de Cáceres, em consonância a orientação contidas na Lei Municipal n° 2.431 de 12 de maio de 2014, conforme especificações descritas no Termo de Referência e demais condições contidas neste Edital e seus Anexos.

OBSERVAÇÃO: A Pregoeira no uso de suas atribuições, através de parecer do Secretário de Obra e Serviços Urbano resolve FRACASSAR este processo.

Local e Data: Prefeitura de Cáceres-MT, 01 de outubro 2015.

DEBHORA BELUSSI

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 191-15

PORTARIA Nº. 191/2015.

EMENTA: DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO SENHOR "GILBERTO MARTINS DE ALBUQUERQUE" DO CARGO DE LIVRE NOMEAÇÃO E EXONERAÇÃO E ESTABELECE OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Senhor PEDRO TERCY BARBOSA, Prefeito Municipal de Denise, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais, consoante às normas gerais de Direito Público, expede a seguinte portaria,

R E S O L V E:

Art. 1º - EXONERAR o Senhor **GILBERTO MARTINS DE ALBUQUERQUE,** brasileiro, casado, portador da CI – RG nº. 809.532-SSP/MT, cadastrado no CPF sob o nº. 572.064.301-04, residente sito à Padre José de Anchieta, n.º 662, Centro de Denise-MT, do cargo de provimento em comissão de **CHEFE DO DEPARTAMENTO DE FINANÇAS,** lotado na Secretaria Municipal de Finanças, nomeado por força da Portaria n.º 090/2013 de 04 de Março de 2013, a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Paço Municipal de Denise, Estado de Mato Grosso, aos 30 (trinta) dias do mês de Setembro do ano de 2015.

PEDRO TERCY BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

SETOR JURÍDICO
DECRETO Nº 147/2015

INCLUI O §3º AO ART. 7º DO DECRETO Nº 33/2015, QUE REGULAMENTA O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PREVISTO NO ART.

15 DA LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTINO, ESTADO DE MATO GROSSO**, Sr. **JUVIANO LINCOLN,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º Fica incluído o §3º ao artigo 7º do Decreto nº 33/2015, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no artigo 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências, com a seguinte redação:

*"**Art. 7º** (Omissis)*

(...)

***§3º** Em casos emergenciais e excepcionais, na ausência de uma Ata e/ou Pregão vigente, poderá ser prorrogada a Ata de Registro de Preços por um prazo máximo de 90 (noventa) dias."*

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Diamantino/MT, 28 de setembro de 2015.

JUVIANO LINCOLN

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR RECURSOS HUMANOS
EXTRATO TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº. 147/2015.

CONTRATADA: ADRIANA BEZERRA NOVAES

O presente **TERMO** tem por finalidade a **RESCISÃO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº. 147/2015**, tendo como objeto a contratação da servidora com o cargo de **Assistente Social**, lotada na **Secretaria Municipal de Assistência Social** com inicio dia 02 de Março de 2015 e termino dia 30 de Setembro de 2015.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
III TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 234/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

III TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 234/2014 – Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR OBRA DE REFORMA E REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA SERRA AZUL, NO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO - MT** Detentor: Empresa **LIMA MURCA & MURCA LTDA ME** ASS: 29/09/2015 – referente à prorrogação do prazo de vigência e execução do Contrato por mais 150 (cento e cinquenta) dias. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato.

DIAMANTINO /MT em 29 de Setembro de 2015.

***JUVIANO LINCOLN-PREFEITO MUNICIPAL*.**

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
PORTARIA Nº 049/2014 - SMEC

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO - ESTADO DE MATO GROSSO,** no uso das atribuições legais, considerando a necessidade de organizar o Processo Seletivo de diretor de unidade escolar na rede municipal, com base na Lei nº 255/97 e Lei Complementar nº 011/2011,

RESOLVE:

Art. 1º - Instituir Comissão Central para organizar o processo seletivo de diretor de unidade escolar e formação do CDCE, com os seguintes membros.

1 – Prof. Nilvo Pedro Lanza – Presidente;

2 – Tânia Maria Rossi – Vice Presidente;

3 – Alexandrino Rodrigues da Cruz – Membro;

4 – Cleusa Maria Scandaroli Conci – Membro;

5 – Jamil Rodrigues Barroso – Membro;

6 – Lucileide Conceição Mesquita de Barros – Membro;

Art. 2º - A Comissão ora instituída adotará todas as medidas legais e necessárias para o desenvolvimento dos trabalhos para a realização do Processo Seletivo, e Formação dos CDCEs nas Unidades de Ensino da Rede Municipal de Educação de Diamantino.

Art. 3º - A comissão Central terá a responsabilidade de planejar, organizar, acompanhar todos os trabalhos referentes ao Processo Seletivo e divulgar os resultados do referido processo.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Diamantino, 01 de outubro de 2015.

Prof. Nilvo Pedro Lanza

Secretário Municipal de Educação e Cultura

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM AQUINO

GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
ERRATA DO ARTIGO 2º DO DECRETO 029/2015 DE 06 DE MAIO DE 2015.

ONDE SE LÊ

ARTIGO 2º - ESTE DECRETO ENTRA EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO, RETROAGINDO SEUS EFEITOS EM 31/04/2015.

LEIA-SE:

ARTIGO 2º - ESTE DECRETO ENTRA EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO, RETROAGINDO SEUS EFEITOS EM **30/04/2015.**

JOSAIR JEREMIAS LOPES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 057/2015

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 057/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL/MT

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 057/2015

DATA ASSINATURA: 09 DE SETEMBRO DE 2015

CREDOR: GERMANO KOBELISKI-ME

VIGENCIA

: 09 DE SETEMBRO DE 2016

VALOR REGISTRADO: R$ 656.944,10 (SEISCENTOS E CINQUENTA E SEIS MIL, NOVECENTOS E QUARENTA E QUATRO REAIS E DEZ CENTAVOS)

LICITAÇÃO: **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 032/2015, COM REGISTRO DE PREÇOS Nº 031/2015**

OBJETO: FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MANGUEIRAS HIDRAULICAS, CONEXÕES, PEÇAS PARA MOLEJO E FREIO, PARA PROVIMENTO DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DAS DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL - MT PUBLICAÇÃO INTEGRAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NO SITE: WWW.FELIZNATAL.MT.GOV.BR

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 067/2015

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 067/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL/MT

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 067/2015

DATA ASSINATURA: 28 DE SETEMBRO DE 2015

CREDOR: SUPREMA COMERCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI - ME

VIGENCIA

: 28 DE SETEMBRO DE 2016

VALOR REGISTRADO: RS 126.966,49 (CENTO E VINTE E SEIS MIL, NOVECENTOS E SESSENTA E SEIS REAIS E QUARENTA E NOVE CENTAVOS)

LICITAÇÃO: **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 042/2015, COM REGISTRO DE PREÇOS Nº 041/2015**

OBJETO: FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE, PAPELARIA E INFORMÁTICA

PUBLICAÇÃO INTEGRAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NO SITE: WWW.FELIZNATAL.MT.GOV.BR

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 045/2015, REGISTRO DE PREÇOS Nº. 044/2015

A Prefeitura Municipal de Feliz Natal, através de seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar às 08:00 horas do dia 15 de Outubro de 2015, em sua Sede, na Av. Maravilha, Praça da Bíblia, Pregão Presencial nº. 045/2015, Registro de Preços nº. 044/2015, objetivando ao **REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO EXCLUSIVA DE MICRO EMPRESA OU EPP ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PODA DE ÁRVORES E CORTE E COLOCAÇÃO DE GRAMA EM CANTEIROS CENTRAIS DE AVENIDAS, PRAÇAS E PRÉDIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS.** O edital encontra-se disponível no endereço eletrônico www.feliznatal.mt.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Feliz Natal, situado à Av. Maravilha, Praça da Bíblia, na cidade de Feliz Natal, ou pelo telefone (66) 3585-2700.

Feliz Natal – MT, 01 de outubro de 2015.

MARCOS PAGNO

PREGOEIRO

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 065/2015

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 065/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL/MT

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 065/2015

DATA ASSINATURA: 23 DE SETEMBRO DE 2015

CREDOR: SCARIOT DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS - EPP

VIGENCIA

: 23 DE SETEMBRO DE 2016

VALOR REGISTRADO: RS 131.436,17 (CENTO E TRINTA E UM MIL, QUATROCENTOS E TRINTA E SEIS REAIS E DEZESSETE CENTAVOS)

LICITAÇÃO: **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 039/2015, COM REGISTRO DE PREÇOS Nº 038/2015**

OBJETO: FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA FORNECIMENTO DE LANCHES (COFFEE BREAK) AOS SERVIDORES MUNICIPAIS DAS DIVERSAS SECRETARIAS.

PUBLICAÇÃO INTEGRAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NO SITE: WWW.FELIZNATAL.MT.GOV.BR

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 064/2015

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 064/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL/MT

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 064/2015

DATA ASSINATURA: 22 DE SETEMBRO DE 2015

CREDOR: SCARIOT DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS - EPP

VIGENCIA

: 22 DE SETEMBRO DE 2016

VALOR REGISTRADO: RS 285.663,38 (DUZENTOS E OITENTA E CINCO MIL, SEISCENTOS E SESSENTA E TRÊS REAIS E TRINTA E OITO CENTAVOS)

LICITAÇÃO: **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 038/2015, COM REGISTRO DE PREÇOS Nº 037/2015**

OBJETO: FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE.

PUBLICAÇÃO INTEGRAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NO SITE: WWW.FELIZNATAL.MT.GOV.BR

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 063/2015

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 063/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL/MT

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 063/2015

DATA ASSINATURA: 22 DE SETEMBRO DE 2015

CREDOR: J. C. BAPTISTA FERREIRA GARCIA-ME

VIGENCIA

: 22 DE SETEMBRO DE 2016

VALOR REGISTRADO: RS 248.558,08 (DUZENTOS E QUARENTA E OITO MIL, QUINHENTOS E CINQUENTA E OITO REAIS E OITO CENTAVOS)

LICITAÇÃO: **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 038/2015, COM REGISTRO DE PREÇOS Nº 037/2015**

OBJETO: FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE.

PUBLICAÇÃO INTEGRAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NO SITE: WWW.FELIZNATAL.MT.GOV.BR

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 062/2015

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 062/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL/MT

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 062/2015

DATA ASSINATURA: 15 DE SETEMBRO DE 2015

CREDOR:

ORION TURISMO LTDA

VIGENCIA: 15 DE SETEMBRO DE 2016

VALOR REGISTRADO: RS 154.234,00 (CENTO E CINQUENTA E QUATRO MIL, DUZENTOS E TRINTA E QUATRO REAIS)

LICITAÇÃO: **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 036/2015, COM REGISTRO DE PREÇOS Nº 035/2015**

OBJETO: FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PASSAGENS RODOVIÁRIAS NO ÂMBITO ESTADUAL PARA TRANSPORTE DE PASSAGEIROS (PESSOAS HIPOSSUFICIENTES; PACIENTES EM TRATAMENTO DE SAÚDE EM OUTRAS CIDADES DO ESTADO E FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS À SERVIÇO DA MUNICIPALIDADE.

PUBLICAÇÃO INTEGRAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NO SITE: WWW.FELIZNATAL.MT.GOV.BR

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 061/2015

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 061/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL/MT

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 061/2015

DATA ASSINATURA: 14 DE SETEMBRO DE 2015

CREDOR: VALDELICIO MOREIRA TOBIAS-ME

VIGENCIA

: 14 DE SETEMBRO DE 2016

VALOR REGISTRADO: RS 73.500,00 (SETENTA E TRÊS MIL E QUINHENTOS REAIS)

LICITAÇÃO: **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 035/2015, COM REGISTRO DE PREÇOS Nº 034/2015**

OBJETO: FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ALOJAMENTO DE PACIENTES E ACOMPANHANTES, COM FORNECIMENTO DE CAFÉ DA MANHÃ, ALMOÇO E JANTAR

PUBLICAÇÃO INTEGRAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NO SITE: WWW.FELIZNATAL.MT.GOV.BR

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 060/2015

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 060/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL/MT

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 060/2015

DATA ASSINATURA: 14 DE SETEMBRO DE 2015

CREDOR: VOAR BEM VIAGENS E TURISMO EIRELLI - EPP

VIGENCIA

: 14 DE SETEMBRO DE 2016

VALOR REGISTRADO: RECEBERÁ A CONTRATADA O VALOR DE CADA SERVIÇO REALIZADO, CONFORME PREÇO REGISTRADO NO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 031/2015, COM REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2015

LICITAÇÃO: **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 031/2015, COM REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2015**

OBJETO: FUTURA E EVENTUAL FORNECIMENTO DE PASSAGENS AÉREAS, PARA USO DOS AGENTES POLÍTICOS E SERVIDORES MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL – MT

PUBLICAÇÃO INTEGRAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NO SITE: WWW.FELIZNATAL.MT.GOV.BR

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 059/2015

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 059/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL/MT

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 059/2015

DATA ASSINATURA: 09 DE SETEMBRO DE 2015

CREDOR: JOÃO MATEUS DOS SANTOS E CIA LTDA ME

VIGENCIA

: 09 DE SETEMBRO DE 2016

VALOR REGISTRADO: R$ **475.000,00** (QUATROCENTOS E SETENTA E CINCO MIL REAIS)

LICITAÇÃO: **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 034/2015, COM REGISTRO DE PREÇOS Nº 033/2015**

OBJETO: FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CARTUCHOS DE TINTA E TONERS PARA IMPRESSORAS

PUBLICAÇÃO INTEGRAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NO SITE: WWW.FELIZNATAL.MT.GOV.BR

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 058/2015

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 058/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL/MT

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 058/2015

DATA ASSINATURA: 09 DE SETEMBRO DE 2015

CREDOR: FALCÃO ROLAMENTOS G.A. LTDA – EPP

VIGENCIA

: 09 DE SETEMBRO DE 2016

VALOR REGISTRADO: R$ **475.000,00** (QUATROCENTOS E SETENTA E CINCO MIL REAIS)

LICITAÇÃO: **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 033/2015, COM REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2015**

OBJETO: FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES DE 1ª LINHA, GRAXA E FILTROS, DESTINADOS À MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DA FROTA MUNICIPAL

PUBLICAÇÃO INTEGRAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NO SITE: WWW.FELIZNATAL.MT.GOV.BR

LEI MUNICIPAL Nº 530/2015

LEI MUNICIPAL Nº 530/2015

DATA: 28 de Setembro de 2015

SÚMULA: Dispõe sobre o direito dos alunos, pais, responsáveis e comunidade ter conhecimento sobre o cardápio alimentar nas creches e escolas, e dá outras providências.

O SENHOR JOSÉ ANTONIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei**, faz saber** que a **Câmara Municipal de Vereadores** aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - É direito dos alunos, pais, responsáveis e comunidade ter conhecimento sobre o cardápio alimentar oferecido ás crianças em todas as escolas e creches no município de Feliz Natal.

§ 1º - No cardápio que trata o caput deste artigo deverá constar o valor nutricional de cada refeição bem como a quantidade total ofertada em cada unidade educacional.

§ 2º - O cardápio mencionado no caput deste artigo deve ficar exposto em local de fácil acesso aos alunos, pais, responsáveis e comunidade.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL, CENTRO ADMINISTRATIVO DO MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE E OITO DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE 2015.

JOSÉ ANTONIO DUBIELLA

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 056/2015

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 056/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL/MT

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 056/2015

DATA ASSINATURA: 03 DE SETEMBRO DE 2015

CREDOR: HIPERDENTAL COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E MÉDICO–HOSPITALAR LTDA - EPP

VIGENCIA

: 03 DE SETEMBRO DE 2016

VALOR REGISTRADO: R$ 142.760,80 (CENTO E QUARENTA E DOIS MIL SETECENTOS E SESSENTA REAIS E OITENTA CENTAVOS)

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2015- ATA DE R.P 018/2015 (PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ- MT) ADESÃO 006/2015

OBJETO: FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA USO NOS CONSULTÓRIOS DENTÁRIOS MUNICIPAIS

PUBLICAÇÃO INTEGRAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NO SITE: WWW.FELIZNATAL.MT.GOV.BR

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 066/2015

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 066/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL/MT

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 066/2015

DATA ASSINATURA: 23 DE SETEMBRO DE 2015

CREDOR: SCARIOT DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS - EPP

VIGENCIA

: 23 DE SETEMBRO DE 2016

VALOR REGISTRADO: RS 472.987,86 (QUATROCENTOS E SETENTA E DOIS MIL, NOVECENTOS E OITENTA E SETE REAIS E OITENTA E SEIS CENTAVOS)

LICITAÇÃO: **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 040/2015, COM REGISTRO DE PREÇOS Nº 039/2015**

OBJETO: FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS A SEREM UTILIZADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PUBLICAÇÃO INTEGRAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NO SITE: WWW.FELIZNATAL.MT.GOV.BR

LEI MUNICIPAL Nº 531/2015

LEI MUNICIPAL Nº 531/2015

DATA: **01 DE OUTUBRO DE 2015.**

SÚMULA: DISPÕE SOBRE O NOME DA PISTA DE CAMINHADA CRISTIANE GAMARRA DOS SANTOS

O SENHOR JOSÉ ANTONIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei**, faz saber** que a

Câmara Municipal de Vereadores

aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica denominada a Pista de Caminhada, localizada na Avenida Maravilha em Feliz Natal-MT, de Pista de Caminhada Cristiane Gamarra dos Santos.

Artigo 2º - O referido nome de que trata o artigo anterior, é instituído em homenagem a saudosa Cristiane Gamarra dos Santos, em consideração aos relevantes préstimos trabalhistas e sociais realizados ao longo de sua estada neste município.

Artigo 3º - Fica a Prefeitura municipal, responsável pelas adequações de sinalização e documentação necessárias para estabelecer a alteração.

Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL, CENTRO ADMINISTRATIVO DO MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AO PRIMEIRO DIA DO MÊS DE OUTUBRO DE 2015.

JOSÉ ANTONIO DUBIELLA

PREFEITO MUNICIPAL

LEI MUNICIPAL Nº 529/2015.

LEI MUNICIPAL Nº 529/2015.

DATA: 23 DE SETEMBRO DE 2015.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA LEI MUNICIPAL Nº 367/2011, REESTRUTURAÇÃO ORGANIZACIONAL ADMINISTRATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL – MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**.**

O SENHOR JOSÉ ANTONIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei

, faz saber

que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Esta Lei reorganiza a estrutura administrativa da Câmara Municipal de Feliz Natal – MT.

CAPÍTULO I

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL ADMINISTRATIVA

Art. 2º - A Estrutura Organizacional Administrativa da Câmara Municipal de Feliz Natal – MT fica composta dos seguintes órgãos:

I – Órgão de Direção Superior:

a) Presidência;

b) Vice-Presidência;

II – Órgãos de Assessoramento Superior:

a) Controladoria Interna;

b) Assessoria Contábil;

D) Assessoria Jurídica

III – Órgão de Atividades Meio:

a) Coordenadoria Administrativa e Financeira;

b) Coordenadoria de Serviços Legislativos.

CAPÍTULO II

DA COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS

Seção I

Do Órgão de Direção Superior

Subseção única

Da Presidência da Câmara

Art. 3º- Ao Presidente da Câmara Municipal compete, além das atribuições previstas na Lei Orgânica do Município:

I – exercer as funções diretivas, executivas e disciplinares de todos os trabalhos legislativos e administrativos da Casa;

II – cumprir e fazer cumprir as atribuições constantes da Lei Orgânica do Município e do seu Regimento Interno.

Seção II

Dos Órgãos de Assessoramento Superior

Subseção 1

Da Vice-Presidência da Câmara Municipal

Art. 4º - Ao Vice-Presidente compete, além das atribuições estabelecidas na Lei Orgânica do Município:

I – substituir o Presidente nas suas ausências, licenças e impedimentos legais;

II – auxiliar o Presidente no desempenho de suas atribuições.

Subseção 2

Da Controladoria Interna

Art. 5º - À Controladoria Interna compete assegurar a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial quanto à legalidade, legitimidade e economicidade na gestão dos recursos públicos e à avaliação dos resultados obtidos pela administração, nos termos dos arts. 70 a 75 da Constituição Federal, da Lei Orgânica do Município e da legislação municipal que rege a matéria.

Parágrafo único. Além das atribuições previstas no caput o responsável pela Controladoria Interna do Poder Legislativo tem as seguintes atividades:

I – realizar atividades gerais:

a) avaliar o cumprimento das diretrizes, objetivos e metas previstas no Plano Plurianual mediante análise de compatibilidade;

b) verificar o atendimento das metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e apontar caminhos para solução de falhas constatadas;

c) verificar os limites e condições para realização de operações de créditos e inscrição de dívida em restos a pagar, obedecendo às normas vigentes;

d) observar periodicamente o limite dos gastos despendidos com pessoal e avaliar as medidas adotadas para o seu retorno ao patamar permitido no final de cada quadrimestre;

e) verificar as providências tomadas para a recondução dos montantes das dívidas consolidadas e mobiliárias aos respectivos limites nos três quadrimestres subsequentes ao da apuração;

f) controlar a destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos;

g) verificar e acompanhar o cumprimento do limite de gastos totais do legislativo municipal mediante análise dos valores da receita considerada para a fixação do total da despesa da câmara municipal, do percentual aplicável e dos repasses no curso do exercício;

h) controlar a execução orçamentária à vista da programação financeira e do cronograma mensal de desembolso;

i) Avaliar os procedimentos adotados para a realização da receita e da despesa pública;

j) verificar a correta aplicação das transferências voluntárias dos governos estadual e federal;

k) controlar a destinação de recursos para os setores públicos e privados;

l) avaliar o montante da dívida e as condições de endividamento do município;

m) verificar e analisar a escrituração das contas públicas;

n) acompanhar a gestão patrimonial;

o) apreciar o relatório de gestão fiscal e assiná-lo;

p) avaliar os resultados obtidos pelo gestor na execução dos programas de governo e a aplicação dos recursos orçamentários;

q) apontar as falhas dos expedientes encaminhados pelas diversas áreas e indicar soluções;

r) verificar as melhorias das soluções indicadas para sanar problemas detectados;

s) criar e solicitar condições para a atuação eficaz do controle interno municipal;

t) orientar e expedir atos normativos para os órgãos setoriais;

u) desempenhar outras atividades estabelecidas em lei ou que decorram das suas atribuições.

II – realizar Auditoria Interna/Externa:

a) planejar trabalhos a serem executados;

b) avaliar controles internos;

c) verificar o cumprimento de normas, procedimentos e legislação;

d) analisar possíveis consequências das falhas;

e) elaborar relatório final com recomendação;

f) seguir a implantação das recomendações;

g) participar na elaboração de normas internas;

h) prestar assessoramento às entidades de controles interno/externo;

i) atender solicitações especiais e denúncias;

III – atender solicitações de órgãos fiscalizadores:

a) preparar documentação e relatórios auxiliares;

b) disponibilizar documentos com controle;

c) acompanhar os trabalhos de fiscalização;

d) justificar os procedimentos adotados;

e) providenciar defesa;

IV – comunicar-se:

a) ministrar palestras, seminários e treinamentos;

b) enviar mensagens via correio eletrônico;

c) elaborar boletins informativos e orientativos;

d) utilizar fax, telefone, internet e intranet;

e) divulgar e consultar manuais;

f) participar de entidades de classe;

g) participar de congressos, convenções e workshop;

h) elaborar folder;

i) prestar informações sobre balanços;

V – demonstrar competências pessoais:

a) agir eticamente;

b) agir de forma educada;

c) demonstrar objetividade;

d) demonstrar conhecimentos básicos de informática;

e) raciocinar logicamente;

f) agir com discrição;

g) manter-se atencioso;

h) demonstrar flexibilidade;

i) zelar pelas informações;

j) manter-se atualizado;

k) falar corretamente;

l) guardar sigilo;

m) trabalhar em equipe;

n) manter-se atualizado perante a legislação;

o) manter-se informado;

p) agir com dinamismo;

Art. 6º - A Controladoria Interna é exercida pelo Controlador Interno com formação em Administração, Ciências Contábeis, Economia ou Direito, aprovado em concurso público de provas e títulos.

Subseção 3

Da Assessoria Jurídica

Art. 7º -A Assessoria Jurídica compete:

I - elaborar e revisar minutas de contratos, ajustes e convênios;

II - elaborar parecer jurídico sobre abertura de licitação, dispensa ou inexigibilidade;

III - processar e presidir procedimentos disciplinares e sindicâncias em geral;

IV - elaborar pareceres e manifestações jurídicas em processos administrativos;

V - atuar judicial e administrativamente na defesa dos interesses e prerrogativas da Câmara Municipal de Feliz Natal, do Sr. Presidente e, mediante prévia solicitação e autorização da Mesa, na defesa judicial dos Vereadores no tocante aos atos praticados no exercício de suas prerrogativas, observada, em qualquer caso, a competência institucional da Procuradoria do Município para defender, judicial e extrajudicialmente, os direitos e interesses da Fazenda Municipal;

VI - prestar assessoramento e consultoria jurídica à Mesa, à Presidência, aos Vereadores, às Comissões Permanentes e Temporárias, aos Coordenadores da Casa e a quem for determinado pela Mesa;

VII - elaborar proposições ou assessorar juridicamente os Vereadores na elaboração legislativa;

VIII - apresentar análise jurídica quanto à constitucionalidade e à legalidade das proposições submetidas à Comissão de Constituição e Justiça;

IX - prestar assessoramento e emitir pareceres jurídicos quando solicitado pela Presidência e pela Mesa, sobre questões regimentais suscitadas dentro e fora das sessões plenárias;

X - planejar anualmente suas atividades, e emitir relatório anual de atividades desenvolvidas;

XI - dar cumprimento a outras atribuições atinentes a sua área de competência, que lhe venham a ser determinadas pela Mesa Diretora.

Parágrafo único. O cargo de assessor jurídico é de livre nomeação e exoneração pelo presidente do legislativo, privativo de bacharel em direito com registro na OAB, podendo a nomeação recair no ocupante do cargo efetivo de procurador legislativo) será ocupada pelo Procurador Legislativo, com formação em Direito e registro na OAB, devidamente aprovado em concurso público de provas e títulos.

Subseção 4

Da Assessoria Contábil

Art. 9º - À Assessoria Contábil compete:

I – assessorar o Presidente, demais vereadores e os servidores da Casa nos assuntos de natureza contábil submetidos a sua apreciação;

II – opinar e dar consultoria nos projetos de lei encaminhados ao Poder Legislativo Municipal, bem como nos projetos de resolução e de decretos legislativos elaborados pela Casa, quanto aos aspectos contábeis;

III – dar consultoria na instrução e formalização contábil de editais e processos de licitação, bem como nas minutas de contratos administrativos;

IV – assessorar em todos os serviços de natureza contábil tais como balancetes mensais; empenho de despesas e balanço geral de encerramento de exercício;

VI – atender às consultas que lhe forem formuladas, emitindo parecer contábil a respeito;

VII – prestar assessoramento à Comissão de Orçamento da Câmara Municipal e a todas as comissões constituídas por vereadores, em assuntos de natureza contábil;

VIII – acompanhar toda a execução orçamentária e financeira da Câmara Municipal;

IX – executar outras atribuições de natureza contábil determinadas pela autoridade superior.

Art. 10 - O cargo de Assessor Contábil é de livre nomeação e exoneração pelo Presidente do Legislativo, privativo de Bacharel em Ciências Contábeis com registro no Conselho Regional de Contabilidade, podendo a nomeação recair no ocupante do cargo efetivo de Contador ou controlador interno desde que formado em ciências contábeis).

CAPÍTULO III

DOS ÓRGÃOS DE ATIVIDADES MEIOS

Seção I

Da Coordenadoria Administrativa e Financeira

Art. 11 - À Coordenadoria Administrativa e Financeira cabe:

I – coordenar e controlar a remessa de documentos que tramitam pela Casa;

II – zelar pela organização e segurança do prédio da câmara municipal;

III – promover os processos de compras e de contratações necessárias ao bom desempenho das atividades da câmara municipal;

IV – determinar e coordenar a instrução dos processos administrativos formalizados pela câmara municipal;

V – controlar e promover a execução do orçamento anual do Poder Legislativo;

VI – determinar e acompanhar a elaboração e pagamento da folha de salários dos servidores da câmara municipal;

VII – promover o controle e o pagamento do subsídio dos vereadores nos termos da Constituição Federal e da Lei Orgânica do Município;

VIII – promover a realização dos pagamentos de fornecedores e prestadores de serviços do Poder Legislativo, depois de verificada a regularidade do respectivo processo de despesa;

IX – supervisionar a elaboração da proposta orçamentária do Poder Legislativo, dando-lhe a seguir o encaminhamento rotineiro;

X – aprovar a escala de férias dos servidores do Legislativo, com visto do Presidente da câmara;

XI – determinar a escrituração sintética e analítica da contabilização orçamentária, financeira e patrimonial da câmara, de acordo com a legislação em vigor;

XII – determinar a classificação dos documentos e a preparação dos elementos necessários aos registros e controles contábeis nos diversos livros e fichas apropriadas;

XIII – coordenar a organização, na época própria, do balanço da câmara com os respectivos quadros demonstrativos e elementos elucidativos correspondentes encaminhando-os para inclusão no balanço geral do município, ou do Tribunal de Contas do Estado, se dispositivo legal assim o determinar;

XIV – determinar a elaboração mensal do balancete da receita e despesa da câmara e enviá-lo ao Tribunal de Contas no prazo estipulado;

XV – despachar todos os expedientes com o Presidente da Câmara Municipal;

XVI – supervisionar os serviços afetos às atividades finalísticas do Poder Legislativo Municipal;

XVII – fazer com que as normas e orientações emanadas do Presidente sejam observadas por todos os órgãos da Administração da câmara municipal;

XVIII – auxiliar no comando e no controle das atividades administrativas dos setores e assessorias diretamente subordinados à Presidência;

XIX – elaborar e propor à Presidência os planos e programas na área de recursos humanos;

XX – promover o treinamento de pessoal da Casa;

XXI – acompanhar o desempenho de pessoal para efeito de avaliação e promoção ou punição dos servidores;

XXII – gerir as atividades de arquivo, serviço assistencial e serviços diversos de reuniões periódicas;

XXIII – promover a integração dos setores que lhe são subordinados por meio de reuniões periódicas;

XXIV – expedir os atos concernentes aos servidores da câmara municipal determinados pelo seu Presidente;

XXV – promover o cadastramento e a atualização da vida funcional dos servidores;

XXVI – prestar informações nos processos referentes a pessoal;

XXVII – coordenar a elaboração da folha de pagamento mensal;

XXVIII – manter atualizado o cadastro individual dos vereadores;

XXIX – elaborar Termo de Posse dos servidores e dos vereadores;

XXX – providenciar o encaminhamento ao Tribunal de Contas do Estado da relação mensal dos servidores nomeados e exonerados;

XXXI – encaminhar, para efeito de controle de legalidade pelo órgão de fiscalização os processos pertencentes aos concursos públicos e às aposentadorias e pensões dos servidores da Casa;

XXXII – providenciar a abertura de concurso público e dar-lhe prosseguimento;

XXXIII – promover treinamento de pessoal visando o seu desenvolvimento profissional;

XXXIV – providenciar a implantação e manutenção do sistema de informatização da gestão pública;

XXXV – controlar a entrada e saída de servidor, responsabilizando-se pelo controle da frequência;

XXXVI – adotar política de suprimentos e manutenção de estoque mínimo;

XXXVII – adotar medidas visando à conservação e à manutenção de bens da câmara municipal e do prédio onde trabalham os servidores;

XXXVIII – gerir as atividades de patrimônio mobiliário e de transporte;

XXXIX – manter atualizado o inventário do material e bens mobiliários;

XL – suprir os órgãos da câmara de material de expediente mediante requisição;

XLI – cuidar do suprimento de estoque de material de expediente e materiais diversos;

XLII – zelar pela conservação do prédio onde funciona a câmara municipal;

XLIII – zelar pela conservação dos veículos e móveis da câmara municipal;

XLIV – promover o reparo dos veículos e móveis da câmara municipal, quando necessário;

XLV – exercer o controle sobre a utilização de veículos oficiais e gastos de combustíveis;

XLVI – executar outras tarefas correlatas que lhe forem determinadas pelo superior hierárquico.

Seção II

Da Coordenadoria de Serviços Legislativos

Art. 12 - À Coordenadoria de Serviços Legislativos compete:

I – elaborar a pauta dos assuntos a serem submetidos à apreciação do Plenário em sessão ordinária ou extraordinária;

II – providenciar a convocação dos munícipes e do Corpo Legislativo para sessões extraordinárias;

III – receber os anteprojetos de leis, decretos de autoria do Executivo e de resoluções dos membros do Legislativo, encaminhando-os às comissões permanentes, quando for o caso;

IV – organizar e coordenar o relacionamento político do Presidente do Poder Legislativo com as autoridades públicas e empresariais municipais, estaduais e federais;

V – realizar as atividades de relações públicas da câmara municipal para com os munícipes;

VI – prestar assistência ao Presidente em suas relações políticas e administrativas com a prefeitura do município e demais autoridades políticas;

VII – acompanhar a tramitação e a agilizar os processos, programas e projetos de interesse da municipalidade;

VIII – assessorar os vereadores na preparação técnica das proposições e proceder ao acompanhamento;

IX – coordenar o serviço de taquigrafia;

X – coordenar o serviço de gravação de mídias, analógicas e digitais das sessões plenárias;

XI – despachar com o Presidente os expedientes legislativos, inclusive projetos aprovados na casa destinados ao executivo para sanção;

XII – fazer acompanhamento dos processos nos respectivos prazos nas comissões e fora delas, até a sua rejeição, sanção ou promulgação;

XIII – encaminhar correspondências aos órgãos quando solicitados pelos vereadores por meio de indicações ou requerimentos;

XIV – assessorar o Presidente da câmara e vereadores durante as sessões nos assuntos legislativos constitucionais;

XV – enviar dentro dos prazos regimentais os processos para as comissões;

XVI – proceder ao treinamento técnico-legislativo dos assessores dos vereadores;

XVII – elaborar relatório de atividades legislativas, semestralmente;

XVIII – encaminhar ao executivo para sanção os projetos aprovados pela câmara;

XIX – fazer acompanhamento dos prazos para sanção, promulgação e vetos de projetos de leis aprovados;

XX – enviar as correspondências aos órgãos quando solicitados pelos vereadores por meio de indicações ou requerimentos;

XXI – assessorar o Presidente, demais vereadores e os servidores da Casa nos assuntos ligados à publicidade institucional;

XXII – organizar matérias e divulgar os trabalhos do Poder Legislativo Municipal, observando sempre os princípios constitucionais e a legislação da imprensa;

XXIII – executar outras atribuições correlatas determinadas pela autoridade superior.

CAPÍTULO IV

DO QUADRO DE PESSOAL

Art. 13 - O Quadro de Pessoal que compõe o corpo administrativo comissionado da Câmara Municipal de Feliz Natal – MT é o constante do anexo I desta Lei.

Parágrafo único. Os cargos de provimento em comissão constantes do Anexo I são declarados como de livre nomeação e exoneração pelo Presidente do Poder Legislativo Municipal.

CAPÍTULO V

DO VENCIMENTO

Art. 14 - Os valores dos vencimentos dos ocupantes dos cargos comissionados estabelecidos por esta Lei são os constantes do Anexo I, para os quais é fixado revisão geral anual nos termos do artigo 37, inciso X da Constituição Federal, cujo percentual de reajuste apurado na época deverá ser aprovado por lei específica.

Art. 15 - No caso de nomeação de servidor de carreira para o exercício em comissão será permitida a uma das opções:

I – pela maior remuneração ou;

II – pelo vencimento do cargo de carreira acrescido de uma gratificação correspondente a 80% do valor previsto para o cargo para o qual foi nomeado.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16 - Os órgãos da Estrutura Organizacional Administrativa estabelecida por esta Lei serão supridos à medida que houver a necessidade de suas instalações, observando-se sempre as dotações orçamentárias específicas existentes no Orçamento Anual da Câmara Municipal.

Parágrafo único. O Organograma Geral da Estrutura Administrativa desta câmara está demonstrado no Anexo II desta Lei.

Art. 17 - O expediente dos ocupantes de cargos comissionados é considerado dedicação exclusiva, ou seja, todos estarão impedidos de acumular cargos para os quais sejam remunerados.

Parágrafo único. O horário para funcionamento durante as sessões legislativas, ordinárias e extraordinárias é estabelecido pelo Regimento Interno da Casa.

Art. 18 - O ingresso de servidores em Plenário no decorrer das sessões só será permitido por absoluta necessidade de serviço e nos moldes estabelecidos no Regimento Interno da Casa.

Art. 19 - Os trabalhos burocráticos que funcionam sob imediata responsabilidade da Coordenadoria Administrativa e Financeira devem ser rigorosamente mantidos em dia.

Art. 20 - Somente com autorização do Presidente poderá ser alterada a ordem de execução dos trabalhos da Casa.

Art. 21 - A execução de trabalhos extraordinários por parte dos servidores subordinados à Diretoria Geral depende de prévia e expressa autorização do titular do Poder Legislativo.

Art. 22 - É vedado ao servidor desta Casa permitir ou deixar examinar papéis sob sua guarda por pessoas estranhas ao serviço sem autorização do Presidente, enquanto a matéria ainda não tiver sido lida em Plenário.

Art. 23 - É dever do servidor nas suas reivindicações, reclamações ou postulações verbais, a observação da escala hierárquica da chefia.

Art. 24 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial, as Leis nº 043/98, 327/2010, 346/2010, 367/2011 e todas as disposições que contrariarem os termos desta Lei.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL, CENTRO ADMINISTRATIVO DO MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE E TRÊS DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE 2015.

JOSÉ ANTONIO DUBIELLA

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I

QUADRO DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO	QUANT	VENCIM.
Coordenador Administrativo e Financeiro	CC-02	01	3.416,14
Coordenador de Serviços Legislativos	CC-01	01	2.198,55
Assessor Contábil	CC-01	01	2.198,55
Assessor Jurídico	CC-02	01	3.416,14

ANEXO II

ORGANOGRAMA DA CÂMARA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL – MT

PRESIDÊNCIA

ASSESSORIA CONTÁBIL

VICE-PRESIDÊNCIA

CONTROLADORIA INTERNA

COORDENADORIAS

ASSESSORIA JURÍDICA

PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS D´OESTE

SUPERVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DE AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº11/2015

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DE AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº11/2015

Na Publicação do Aviso de abertura de Licitação do Pregão Presencial nº11/2015, realizada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso no dia 29/09/2015, edição nº2321, pag.175, **ONDE SE LÊ:** “no dia 08 de Outubro de 2015”, **LEIA – SE**: “no dia 13 de Outubro de

2015". Figueirópolis D'Oeste – MT, 01 de Outubro de 2015 - Lino Cupertino Teixeira – Prefeito Municipal.

CONTROLADORIA
EXTRATO DE 5º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 031/2013.

EXTRATO DE 5º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 031/2013.

Contratado: Construmana Construções LTDA - EPP

Objeto do Contrato: Execução de obra complementar de pavimentação asfáltica em TSD e drenagem superficial de águas fluviais nas ruas Mato Grosso, Brasília e Paraíba, conforme reprogramação da obra referente ao Contrato de Repasse Nº 0317611-91/2009 MC/Caixa.

Objeto do Aditivo: prorrogar a vigência do contrato por mais 180 (cento e oitenta) dias, com inicio em 25/09/2015 e término em 22/03/2016.

Figueirópolis D'Oeste – MT, 22 de setembro de 2015.

Lino Cupertino Teixeira

Prefeito Municipal

SUPERVISORA DE RH
PORTARIA 175/2015

PORTARIA 175/2015 DE 24 DE SETEMBRO DE 2015

SÚMULA: "Concede Férias regulamentadas aos Servidores Públicos Municipais".

O Excelentíssimo Senhor, LINO CUPERTINO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de Figueirópolis D'Oeste - MT, no uso de suas atribuições ;

Resolve:

Art. 1° - CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, aos servidores públicos municipais, conforme menciona abaixo:

Servidor	Período de Aquisitivo	Período de gozo
JANDERSON FREITA DA COSTA	01/09/2014 a 31/08/2015	15/09/2015 a 30/09/2015

Art. 2° - Esta Portaria passa a vigorar na data de sua homologação, revogadas as disposições em contrário.

Figueirópolis D´Oeste-MT, 24 de Setembro de 2015.

Registra-se;

Publique-se;

Cumpra-se;

LINO CUPERTINO TEIXEIRA

Prefeito Municipal

SUPERVISORA DE RH
PORTARIA 176/2015

PORTARIA 176/2015 DE 28 DE SETEMBRO DE 2015

Súmula: Nomeia servidor, Aprovado, em Concurso Público no quadro de Profissionais do Município de Figueirópolis D'Oeste – MT e dá outras providencias:

O Excelentíssimo Senhor Lino Cupertino Teixeira, Prefeito Municipal de Figueirópolis D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei.

Resolve:

Art. 1° - Nomear para prover o cargo efetivo de **Auxiliar de serviços gerais** do Quadro de Profissionais do Município, a Senhora **Angelica Marques da Silva** tendo em vista sua aprovação no Concurso Público, realizado de acordo com o Edital n° 001/2012.

Art. 2° - O servidor contemplado no caput do Art. Anterior, passara a fazer parte do quadro de Profissionais da Administração Municipal a partir de 28 de Setembro de 2015, com classe e nível de acordo com as Legislações Municipais em vigor.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

Figueirópolis D'Oeste - MT, 28 de Setembro de 2015.

LINO CUPERTINO TEIXEIRA

Prefeito Municipal

SUPERVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº004/2015

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº004/2015

OBJETO: Contratação de empresa com profissional da área médica para prestar serviços de atendimento no PSF, em caráter emergencial - CONTRATADO: H. H. ALVES LESSI-ME. - VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$39.000,00 (trinta e nove mil reais) - Prazo do contrato: 90 dias. Fundamento legal: lei 8.666/93, Art. 24, Inciso IV. Tendo em vista a justificativa e parecer jurídico apresentados, resolvo, com fulcro no art. 26 da lei 8.666/93, ratificar a dispensa de licitação em tela, dando cumprimento ao que exige a lei. Figueirópolis D'Oeste - MT, 01 de Outubro de 2015. LINO CUPERTINO TEIXEIRA - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato: 75/2015

Modalidade: Pregão Presencial

Contratante: Prefeitura Municipal De Gaúcha Do Norte.

Contratado: Milanflex- Indústria e Comércio de Móveis e Equipamentos LTDA

Objeto: Fornecimento de móveis escolares

Valor Global: R$ 103.539,55 (cento e três mil quinhentos e trinta e nove reais e cinquenta e cinco centavos)

Assinatura: 23/09/2015

ERRATA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 024/2015

ERRATA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº024/2015

A Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte - MT, em correção a Publicação da Ata de Registro de Preços nº 024/2015 publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Mato Grosso, no dia 14/08/2015, COMUNICA a todos que:

Onde se lê:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 022/2015

Leia-se:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 024/2015

Gaúcha do Norte-MT, 01 de outubro de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

DECRETO N° 024/2015 DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO N° 024/2015 DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.

"Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir, ao Orçamento Municipal de 2015, aprovado pela Lei n° 754 de 30 de dezembro de 2014,

Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais), por anulação parcial de dotação orçamentária."

A prefeita Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, Sra. **MAGALI AMORIM VILELA DE MORAES,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município:

DECRETA:

Art. 1º. - Fica aberto, no orçamento vigente, o crédito adicional suplementar no valor de R$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais), para reforço da seguinte dotação orçamentária:

0003 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

0011 - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

0009 - PREVIDÊNCIA SOCIAL

0272 - PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO

0029 - PREVIDÊNCIA

0103 - CONTRIBUIÇÃO PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS

2040 - ENCARGOS COM APOSENTADORIA E PENSÕES - EXECUTIVO

3.1.90.01.00.00 – APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS..R$ 170.000,00

TOTAL ....R$ 170.000,00

Art. 2º. - A cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º desta lei, se dará por anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

0003 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

0011 - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

0009 - PREVIDÊNCIA SOCIAL

0122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL

9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA DO RPPS

0103 - CONTRIBUIÇÃO PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS

2045 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA DO RPPS

9.9.99.99.00.00 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA..... ..... R$ 170.000,00

TOTAL ..... R$ 170.000,00

Artigo 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpre-se

Gabinete da Prefeita, 01 de Outubro de 2015.

MAGALI AMORIM VILELA DE MORAES

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D´OESTE

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 006/2015 - JULGAMENTO DOS RECURSOS SOBRE O RESULTADO DA PROVA OBJETIVA E DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DEFINITIVO PARA HOMOLOGAÇÃO PELO PREFEITO

NILTON BORGES BORGATO, Prefeito do Município de Glória D'Oeste - Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e de acordo com o art. 37, inciso IV, da Constituição Federal, Legislação Municipal Vigente e Demais Legislações Pertinentes, TORNA PÚBLICO, nos termos do Edital de Processo Seletivo Nº 003/2015.

I. Divulgar que **NÃO HOUVE** Interposição de Recursos de Candidatos quanto ao Resultado da Prova Objetiva;

II. Divulgar o Resultado Final Definitivo (Anexo I);

III. O presente Edital e a Listagem Completa estão disponíveis nos endereços eletrônicos: **diariomunicipal.org/mt/amm/**,**www.gloriadoeste.mt.gov.br** e **www.sydcon.com.br** e afixado no **Mural da Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste - MT**.

Glória D'Oeste - MT, 01 de Outubro de 2015.

NILTON BORGES BORGATO

Prefeito Municipal

NILZA MARIA MOURA DA SILVA

Presidenta da Comissão Organizadora

ANEXO - PROCESSO SELETIVO 003/2015

Resultado Definitivo das Provas para Homologação, com as seguintes informações: cargo, classificação, nome do candidato, número da inscrição e pontuação total obtida no concurso.

1. INSTRUTOR DE CURSO DE CORTE E COSTURA (IGD)

0001 CECILIA ALMEIDA PIRES (4488), 72.00

0002 EVA NEIDE DA CRUZ (4422), 66.00

0003 ELIENE DA SILVA (4443), 51.00

0004 FRANCISCA LEUDA DE SOUZA (4471), 48.00

2. INSTRUTOR DE CURSO DE MANICURE (PAIF)

0001 VALDIRENE ALVES DE OLIVEIRA (4504), 72.00

0002 TANIA CRISTINA LIZIERI (4411), 71.00

0003 EDVALDA JESUS DA SILVA (4414), 50.00

0004 MARLI EUSEBIO SIMÃO (4511), 42.00

3. INSTRUTOR DE CURSO DE PINTURA (PAIF)

0001 LETÍCIA SCARPASSI (4395), 64.00

0002 ROSIVANI DE SOUZA COSTA (4482), 34.00

4. INSTRUTOR DE GESTANTE (PAIF)

0001 DANIELE SILVA ZEVIANI RAMOS (4441), 82.00

0002 ANÉSIO CALDEIRA DE ARAÚJO (4391), 81.00

0003 PATRICIA ELIANE RODRIGUES DA SILVA (4476), 78.00

0004 VALERIA GONÇALEZ FINOTTO (4479), 75.00

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE

RECURSOS HUMANOS
DEMONSTRATIVO DAS RESCISÕES. SETEMBRO/2015– ESTAGIARIOS

DEMONSTRATIVO DAS RESCISÕES. SETEMBRO/2015– ESTAGIARIOS

NOME	CARGO	DATA DEMISSÃO	MOTIVO DESLIGAMENTO
FATIMA ARAUJO MARTINS	ESTAGIARIA	05/09/2015	TERMINO DE CONTRATO DE TRABALHO
GILIA KAMMLER	ESTAGIARIA	20/09/2015	TERMINO DE CONTRATO DE TRABALHO

LICITAÇAO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 042/2015 - REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Guarantã do Norte representado pela Prefeitura, através do Pregoeiro, a

senhora Janete Rodrigues dos santos Alves, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará a licitação na modalidade Pregão Presencial nº 042/2015, cujo objeto é Registro de Preço para futura e eventual contratação de pessoa jurídica, devidamente habilitada no FORNECIMENTO DE TUBOS DE CONCRETO, PARA SEREM UTILIZADOS NA CONSTRUÇÃO E REFORMA DE PONTES E BUEIROS, DAS ESTRADAS DO PERÍMETRO URBANO E RURAL NO MUNICÍPIO DE GUARANTA DO NORTE/MT, TUDO EM CONFORMIDADE COM AS DISPOSIÇÕES NO EDITAL E SEUS ANEXOS, QUE O INTEGRAM E COMPLEMENTAM, PARA TODOS OS EFEITOS JURÍDICOS LEGAIS, na sala de licitações, prevista para abertura no dia 16/10/2015 às 08h00hmin. O edital se encontra disponível no endereço eletrônico www.guarantadonorte.mt.gov.br, podendo alternativamente, ser adquirida uma via impressa, na Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte/MT, localizada na Rua das Oliveiras, 135, Jardim Vitória, em Guarantã do Norte/MT, no valor de 0,50 (cinquenta centavos) por página impressa, valor não reembolsável.

Guarantã do Norte/MT, 01 de outubro de 2015.

Janete Rodrigues dos Santos Alves

Pregoeira

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - SETEMBRO/2015

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - SETEMBRO/2015

OBJETIVO: Contratação temporária por excepcional interesse Público, Teste seletivo simplificado 002/2014 (PROFESSORES E APOIO DO CAMPO)

Nº CONTRATO	NOME	CARGO
111/2015	LILIAN DO NASCIMENTO LANDER SENN	Professor 20 h. nível Sup. áreas da Educação Vigência: 15/09/2015 à 31/12/2015 Valor mensal: 1.510,74 Carga horária: 20 h.
110/2015	CELINA FERREIRA DE CASTILHO	Apoio Educacional do Campo Vigência: 01/09/2015 à 31/12/2015 Valor mensal: 788,00 Carga horária: 30 h.

LICITAÇAO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2015 REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Guarantã do Norte representado pela Prefeitura, através do Pregoeiro, a

senhora Janete Rodrigues dos Santos Alves, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará a licitação na modalidade Pregão Presencial nº 043/2015, cujo objeto é Registro de Preço para futura e eventual contratação de pessoa jurídica, devidamente habilitada para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM DE PNEUS PARA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS ONIBUS ESCOLARES, VEÍCULOS PESADOS e MAQUINÁRIOS DE PROPRIEDADE DO MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE - MT com as especificações do termo de referência TUDO EM CONFORMIDADE COM AS DISPOSIÇÕES NO EDITAL E SEUS ANEXOS, QUE O INTEGRAM E COMPLEMENTAM, PARA TODOS OS EFEITOS JURÍDICOS LEGAIS., na sala de licitações, prevista para abertura no dia 19/10/2015 às 08h00hmin. O edital se encontra disponível no endereço eletrônico www.guarantadonorte.mt.gov.br, podendo alternativamente, ser adquirida uma via impressa, na Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte/MT, localizada na Rua das Oliveiras, 135, Jardim Vitória, em Guarantã do Norte/MT, no valor de 0, 50 (cinquenta centavos) por página impressa, valor não reembolsável.

Guarantã do Norte/MT, 01 de outubro de 2015.

Janete Rodrigues dos Santos Alves

Pregoeira

RECURSOS HUMANOS
DEMONSTRATIVO DAS RESCISÕES. SETEMBRO/2015– TESTE SELETIVO PUBLICO 005/2011

DEMONSTRATIVO DAS RESCISÕES. SETEMBRO/2015– TESTE SELETIVO PUBLICO 005/2011

NOME	CARGO	DATA DEMISSÃO	MOTIVO DESLIGAMENTO
GESIELY DE JESUS PEREIRA	AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE	01/09/2015	PEDIDO DE DEMISSAO SEM JUSTA CAUSA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIRATINGA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
RESUMO DE CONTRATOS REF MES 02/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIRATINGA-MT Resumo de Contratos firmados no mês 02/2015

N. Cont.	Contratante	Contratado	Objeto	Valor R$	Vigência
011/2015	Pref. M. Guiratinga	Lauro Cardoso	Serv. de pedreiro p/ executar reparos na casa lar- Souzeny Cardoso Pereira	12.110,00	02.02 a 02.05.2015
012/2015	Pref. M. Guiratinga	K.A Teixeira & Cia Ltda-EPP	Forn. combustíveis e lubrificantes	521.240,00	12.02.15 a 12.02.16
013/2015	Pref. M. Guiratinga	Camila Cardoso Inez de Almeida Cavalcante	Professora substituta	2.157,50 M	13.02 a 19.12.2015
014/2015	Pref. M. Guiratinga	Jaqueline Barros de Almeida	Professora substituta	1.438,33 M	18.02 a 05.08.2015.
015/2015	Pref. M. Guiratinga	Nilzia Souza Lopes-EPP	Fornecimento gêneros alimentícios	7.181,55	19.02.15 a 19.02.16
016/2015	Pref. M. Guiratinga	Roberto Gonç. Machado - ME	Fornecimento gêneros alimentícios	129.358,41	19.02.15 a 19.02.16
017/2015	Pref. M. Guiratinga	Flavia Pires de Souza Venturato Monteiro	Serviços Medico Veterinário	36.000,00	24.02.15 a 24.02.16

Guiratinga/MT, 24 de fevereiro de 2015

HÉLIO ANTONIO FILIPIN GOULART

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO NORTE

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 024/2015

Portaria nº 024/2015

O Senhor **Sérgio Medeiros de Araújo,** Presidente da Câmara Municipal de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o LUTO o Decretado pelo Prefeito Municipal, pela morte de um Ex- Secretario Municipal, funcionário atual e pioneiro da cidade.

RESOLVE:

Art. 1º -

Autorizar em caráter excepcional Ponto Facultativo, no dia 01 de outubro de 2015, quinta-feira.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de Ipiranga do Norte/MT, aos 30 de setembro de 2015.

_____

Sérgio Medeiros de Araújo

Presidente da Câmara Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Ministério da Fazenda - MF
Recibo de Declaração Homologada

A instituição **Prefeitura Municipal de Itaúba - MT (MT)** homologou, junto à Secretaria do Tesouro Nacional - STN, a declaração referente aos dados abaixo:

Instituição:	Prefeitura Municipal de Itaúba - MT (MT)
Declaração:	Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Periodicidade:	Bimestral
Período:	4º bimestre
Exercício:	2015
Assinatura(s):	• Nome: RAIMUNDO ZANON *Titular do Poder Executivo* CPF: 296.605.569-34 Data: 29/09/2015 21:37:29 • Nome: Luiz Adriano da Silva *Contador Responsável* CPF: 883.943.101-25 Data: 29/09/2015 21:34:24

O **Código do Recibo** da declaração homologada em **29/09/2015, às 21:37:46** , é:

00.8Z.SP-Q

Observações:

- A referida declaração encontra-se disponível para consulta pública no sítio `https://siconfi.tesouro.gov.br`, menu "Consultas" item "Consultar Declaração".
- Este documento expirará caso a declaração em questão sofra quaisquer alterações.

Documento gerado em 29/09/2015 21:37:46 Página 1 de 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINSTRAÇÃO

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Itaúba - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário | Padrao

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	21.425.000,00	21.425.000,00	4.746.640,68	22,15	13.693.317,73	63,91	7.731.682,27
RECEITAS CORRENTES	19.542.000,00	19.542.000,00	4.746.640,68	24,29	13.693.317,73	70,07	5.848.682,27
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.225.000,00	1.225.000,00	2.499.185,42	204,02	4.555.480,77	371,88	-3.330.480,77
Impostos	1.155.000,00	1.155.000,00	2.491.599,20	215,72	4.501.020,57	389,70	-3.346.020,57
Taxas	70.000,00	70.000,00	7.586,22	10,84	54.460,20	77,80	15.539,80
Contribuição de Melhoria							
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	615.000,00	615.000,00	35.188,91	5,72	61.692,39	10,03	553.307,61
Contribuições Sociais	390.000,00	390.000,00					390.000,00
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico							
Contribuição de Iluminação Pública	225.000,00	225.000,00	35.188,91	15,64	61.692,39	27,42	163.307,61
RECEITA PATRIMONIAL	188.000,00	188.000,00	27.740,72	14,76	77.640,80	41,30	110.359,20
Receitas Imobiliárias							
Receitas de Valores Mobiliários	183.000,00	183.000,00	27.740,72	15,16	77.640,80	42,43	105.359,20
Receita de Concessões e Permissões							
Compensações Financeiras							
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público							
Receita da Cessão de Direitos							
Outras Receitas Patrimoniais	5.000,00	5.000,00					5.000,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Receita da Indústria Extrativa Mineral							
Receita da Indústria de Transformação							
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS	398.000,00	398.000,00	73.177,20	18,39	259.979,33	65,32	138.020,67
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	17.031.000,00	17.031.000,00	2.080.631,24	12,22	8.628.096,81	50,66	8.402.903,19
Transferências Intergovernamentais	16.101.000,00	16.101.000,00	2.031.349,02	12,62	8.430.665,18	52,36	7.670.334,82
Transferências de Instituições Privadas	300.000,00	300.000,00					300.000,00
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Convênios	630.000,00	630.000,00	49.282,22	7,82	197.431,63	31,34	432.568,37
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	85.000,00	85.000,00	30.717,19	36,14	110.427,63	129,91	-25.427,63
Multas e Juros de Mora	25.000,00	25.000,00	2.641,90	10,57	9.900,57	39,60	15.099,43
Indenizações e Restituições	12.000,00	12.000,00	4.567,65	38,06	9.590,23	79,92	2.409,77
Receita da Dívida Ativa	33.000,00	33.000,00	22.452,03	68,04	88.940,92	269,52	-55.940,92
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS							
Receitas Correntes Diversas	15.000,00	15.000,00	1.055,61	7,04	1.995,91	13,31	13.004,09
RECEITAS DE CAPITAL	1.883.000,00	1.883.000,00	0,00		0,00		1.883.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00

Documento gerado em 29/09/2015 21:33:43

Página 1 de 11

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Itaúba - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 4º bimestre

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Operações de Crédito Internas							
Operações de Crédito Externas							
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.863.000,00	1.863.000,00	0,00		0,00		1.863.000,00
Transferências Intergovernamentais							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências de Convênios	1.863.000,00	1.863.000,00					1.863.000,00
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	20.000,00	20.000,00	0,00		0,00		20.000,00
Integralização do Capital Social							
Div. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.							
Receitas de Capital Diversas	20.000,00	20.000,00					20.000,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	575.000,00	575.000,00	0,00		0,00		575.000,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	22.000.000,00	22.000.000,00	4.746.640,68	21,58	13.693.317,73	62,24	8.306.682,27
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Mobiliária							
Contratual							
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	22.000.000,00	22.000.000,00	4.746.640,68	21,58	13.693.317,73	62,24	8.306.682,27
DÉFICIT (VI)							
TOTAL (VII) = (V + VI)	22.000.000,00	22.000.000,00	4.746.640,68	21,58	13.693.317,73	62,24	8.306.682,27
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)		0,00			0,00		
Superávit Financeiro							
Reabertura de Créditos Adicionais							

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário | Padrao

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
Despesas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	22.000.000,00	22.000.000,00	3.252.604,90	12.721.291,90	9.278.708,10	3.571.516,92	11.414.112,73	10.585.887,27	10.785.458,81	0,00
DESPESAS CORRENTES	18.010.000,00	18.885.998,07	3.077.763,74	12.154.590,09	6.731.407,98	3.386.595,76	11.094.671,62	7.791.326,45	10.596.609,53	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.575.000,00	8.195.273,44	1.567.073,33	5.489.752,78	2.705.520,66	1.509.600,77	5.425.087,86	2.770.185,58	5.345.674,03	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	15.000,00	15.000,00		4.149,19	10.850,81		4.149,19	10.850,81	4.149,19	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.420.000,00	10.675.724,63	1.510.690,41	6.660.688,12	4.015.036,51	1.876.994,99	5.665.434,57	5.010.290,06	5.246.786,31	
DESPESAS DE CAPITAL	3.559.000,00	2.683.001,93	174.841,16	566.701,81	2.116.300,12	184.921,16	319.441,11	2.363.560,82	188.849,28	0,00
INVESTIMENTOS	3.474.000,00	2.598.001,93	130.618,83	516.808,18	2.081.193,75	140.698,83	269.547,48	2.328.454,45	138.955,65	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Itaúba - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 4º bimestre

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
INVERSÕES FINANCEIRAS										
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	85.000,00	85.000,00	44.222,33	49.893,63	35.106,37	44.222,33	49.893,63	35.106,37	49.893,63	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	19.770,00	19.770,00			19.770,00			19.770,00		
RESERVA DO RPPS	411.230,00	411.230,00			411.230,00			411.230,00		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)										
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	22.000.000,00	22.000.000,00	3.252.604,90	12.721.291,90	9.278.708,10	3.571.516,92	11.414.112,73	10.585.887,27	10.785.458,81	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária										
Outras Dívidas										
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária										
Outras Dívidas										
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	22.000.000,00	22.000.000,00	3.252.604,90	12.721.291,90	9.278.708,10	3.571.516,92	11.414.112,73	10.585.887,27	10.785.458,81	0,00
SUPERÁVIT (XIII)										
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	22.000.000,00	22.000.000,00	3.252.604,90	12.721.291,90		3.571.516,92	11.414.112,73		10.785.458,81	0,00

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário | Padrao

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	575.000,00	575.000,00	0,00		0,00		575.000,00
RECEITAS CORRENTES	575.000,00	575.000,00	0,00		0,00		575.000,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Impostos							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	565.000,00	565.000,00	0,00		0,00		565.000,00
Contribuições Sociais	565.000,00	565.000,00					565.000,00
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico							
Contribuição de Iluminação Pública							
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Receitas Imobiliárias							
Receitas de Valores Mobiliários							
Receita de Concessões e Permissões							
Compensações Financeiras							
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público							
Receita da Cessão de Direitos							
Outras Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Receita da Indústria Extrativa Mineral							
Receita da Indústria de Transformação							

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Itaúba - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 4º bimestre

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências Intergovernamentais							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Convênios							
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	10.000,00	10.000,00	0,00		0,00		10.000,00
Multas e Juros de Mora	10.000,00	10.000,00					10.000,00
Indenizações e Restituições							
Receita da Dívida Ativa							
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS							
Receitas Correntes Diversas							
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Operações de Crédito Internas							
Operações de Crédito Externas							
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências Intergovernamentais							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências de Convênios							
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Integralização do Capital Social							
Div. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.							
Receitas de Capital Diversas							

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário | Padrao

Despesas Intra Orçamentárias	Estágios da Despesa Intra-Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
Despesas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS										

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Itaúba - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 4º bimestre

Despesas Intra Orçamentárias	Estágios da Despesa Intra-Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA										
OUTRAS DESPESAS CORRENTES										
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS										
INVERSÕES FINANCEIRAS										
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA										

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Itaúba - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2015
	Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2015
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Itaúba - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Exceto Intra-Orçamentárias

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	22.000.000,00	22.000.000,00	3.252.604,90	12.721.291,90	100,00	9.278.708,10	3.571.516,92	11.414.112,73	100,00	10.585.887,27	0,00
Legislativa	840.000,00	840.000,00	136.179,12	588.353,57	4,62	251.646,43	150.839,92	547.848,45	4,80	292.151,55	0,00
Ação Legislativa	840.000,00	840.000,00	136.179,12	588.353,57	4,62	251.646,43	150.839,92	547.848,45	4,80	292.151,55	
Controle Externo											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Judiciária	187.000,00	226.250,00	51.450,00	224.250,00	1,76	2.000,00	28.800,00	100.800,00	0,88	125.450,00	0,00
Ação Judiciária											
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	187.000,00	226.250,00	51.450,00	224.250,00	1,76	2.000,00	28.800,00	100.800,00	0,88	125.450,00	
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Defesa da Ordem Jurídica											
Representação Judicial e Extrajudicial											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Administração	3.152.000,00	3.099.510,47	424.561,88	1.978.776,57	15,55	1.120.733,90	476.148,77	1.778.684,09	15,58	1.320.826,38	0,00
Planejamento e Orçamento						0,00				0,00	
Administração Geral	2.967.000,00	3.003.310,47	423.861,88	1.928.046,04	15,16	1.075.264,43	471.195,77	1.756.518,00	15,39	1.246.792,47	
Administração Financeira											
Controle Interno	80.000,00	6.200,00	700,00	3.950,53	0,03	2.249,47	700,00	3.820,09	0,03	2.379,91	
Normatização e Fiscalização											
Tecnologia da Informação											
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos	5.000,00	5.000,00				5.000,00				5.000,00	
Administração de Receitas											
Administração de Concessões											
Comunicação Social	100.000,00	85.000,00		46.780,00	0,37	38.220,00	4.253,00	18.346,00	0,16	66.654,00	
Demais Subfunções											
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Defesa Área											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Segurança Pública	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00		30.000,00	0,00	0,00		30.000,00	0,00
Policiamento	10.000,00	10.000,00				10.000,00				10.000,00	
Defesa Civil	20.000,00	20.000,00				20.000,00				20.000,00	
Informação e Inteligência											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Assistência Social	991.000,00	1.066.240,07	160.534,97	587.813,18	4,62	478.426,89	166.544,22	562.369,86	4,93	503.870,21	0,00
Assistência ao Idoso	25.000,00	25.000,00		12.271,27	0,10	12.728,73	3.000,00	3.271,27	0,03	21.728,73	
Assistência ao Portador de Deficiência											
Assistência à Criança e ao Adolescente	121.000,00	121.000,00	7.751,54	47.447,24	0,37	73.552,76	8.286,18	46.848,33	0,41	74.151,67	
Assistência Comunitária	845.000,00	920.240,07	152.783,43	528.094,67	4,15	392.145,40	155.258,04	512.250,26	4,49	407.989,81	
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Previdência Social	1.077.000,00	1.077.000,00	0,00	0,00		1.077.000,00	0,00	0,00		1.077.000,00	0,00
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário	1.077.000,00	1.077.000,00				1.077.000,00				1.077.000,00	
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
Administração Geral											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Itaúba - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 4º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)		
Demais Subfunções											
Saúde	3.743.000,00	4.486.858,13	838.849,92	3.156.227,54	24,81	1.330.630,59	840.097,33	2.811.115,51	24,63	1.675.742,62	0,00
Atenção Básica	1.706.000,00	2.391.524,17	568.704,95	1.869.706,26	14,70	521.817,91	545.816,81	1.715.543,66	15,03	675.980,51	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.940.000,00	1.925.000,00	222.444,62	1.195.271,00	9,40	729.729,00	246.580,17	1.004.321,57	8,80	920.678,43	
Suporte Profilático e Terapêutico	50.000,00	50.000,00	9.505,82	9.505,82	0,07	40.494,18	9.505,82	9.505,82	0,08	40.494,18	
Vigilância Sanitária											
Vigilância Epidemiológica	47.000,00	120.333,96	38.194,53	81.744,46	0,64	38.589,50	38.194,53	81.744,46	0,72	38.589,50	
Alimentação e Nutrição											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Trabalho	249.230,00	215.230,00	0,00	180.000,00	1,41	35.230,00	46.647,93	123.092,67	1,08	92.137,33	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	209.230,00	209.230,00		180.000,00	1,41	29.230,00	46.647,93	123.092,67	1,08	86.137,33	
Relações de Trabalho											
Empregabilidade	40.000,00	6.000,00				6.000,00				6.000,00	
Fomento ao Trabalho											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Educação	4.006.000,00	4.293.944,71	941.018,38	3.187.918,64	25,06	1.106.026,07	1.017.122,30	3.043.900,54	26,67	1.250.044,17	0,00
Ensino Fundamental	2.956.000,00	3.065.088,62	676.646,92	2.269.318,35	17,84	795.770,27	714.750,84	2.214.800,25	19,40	850.288,37	
Ensino Médio											
Ensino Profissional											
Ensino Superior	10.000,00	10.000,00				10.000,00				10.000,00	
Educação Infantil	675.000,00	866.856,09	242.788,86	659.659,18	5,19	207.196,91	242.788,86	659.659,18	5,78	207.196,91	
Educação de Jovens e Adultos	60.000,00	15.000,00				15.000,00				15.000,00	
Educação Especial	305.000,00	337.000,00	21.582,60	258.941,11	2,04	78.058,89	59.582,60	169.441,11	1,48	167.558,89	
Educação Básica											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Cultura	185.000,00	109.800,00	0,00	7.226,14	0,06	102.573,86	0,00	7.226,14	0,06	102.573,86	0,00
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico	10.000,00	10.000,00				10.000,00				10.000,00	
Difusão Cultural	175.000,00	99.800,00		7.226,14	0,06	92.573,86		7.226,14	0,06	92.573,86	
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Urbanismo	650.000,00	595.000,00	0,00	0,00		595.000,00	0,00	0,00		595.000,00	0,00
Infra-Estrutura Urbana	360.000,00	360.000,00				360.000,00				360.000,00	
Serviços Urbanos	290.000,00	235.000,00				235.000,00				235.000,00	
Transportes Coletivos Urbanos											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Habitação	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00		100.000,00	0,00	0,00		100.000,00	0,00
Habitação Rural											
Habitação Urbana	100.000,00	100.000,00				100.000,00				100.000,00	
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Saneamento	420.000,00	406.500,00	23.765,83	254.536,41	2,00	151.963,59	85.001,06	243.499,13	2,13	163.000,87	0,00
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano	420.000,00	406.500,00	23.765,83	254.536,41	2,00	151.963,59	85.001,06	243.499,13	2,13	163.000,87	
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Gestão Ambiental	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00		40.000,00	0,00	0,00		40.000,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental											
Controle Ambiental	20.000,00	20.000,00				20.000,00				20.000,00	
Recuperação de Áreas Degradadas	20.000,00	20.000,00				20.000,00				20.000,00	
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
Administração Geral											
Demais Subfunções											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Itaúba - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 4º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)		
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Agricultura	700.000,00	923.310,70	80.211,27	539.336,16	4,24	383.974,54	78.673,65	278.377,47	2,44	644.933,23	0,00
Promoção da Produção Vegetal											
Promoção da Produção Animal	565.000,00	598.050,00	80.211,27	291.075,46	2,29	306.974,54	78.673,65	277.377,47	2,43	320.672,53	
Defesa Sanitária Vegetal											
Defesa Sanitária Animal											
Abastecimento	75.000,00	71.000,00		1.000,00	0,01	70.000,00		1.000,00	0,01	70.000,00	
Extensão Rural	50.000,00	247.260,70		247.260,70	1,94	0,00			0,00	247.260,70	
Irrigação	10.000,00	7.000,00				7.000,00				7.000,00	
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Reforma Agrária											
Colonização											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Indústria	30.000,00	26.000,00	0,00	0,00		26.000,00	0,00	0,00		26.000,00	0,00
Promoção Industrial	30.000,00	26.000,00				26.000,00				26.000,00	
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Comércio e Serviços	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00		50.000,00	0,00	0,00		50.000,00	0,00
Promoção Comercial											
Comercialização	10.000,00	10.000,00				10.000,00				10.000,00	
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo	40.000,00	40.000,00				40.000,00				40.000,00	
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Energia	260.000,00	198.200,00	25.384,66	37.634,19	0,30	160.565,81	25.384,66	37.634,19	0,33	160.565,81	0,00
Conservação de Energia											
Energia Elétrica	260.000,00	198.200,00	25.384,66	37.634,19	0,30	160.565,81	25.384,66	37.634,19	0,33	160.565,81	
Petróleo											
Biocombustíveis											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Transporte	4.805.000,00	3.526.000,00	456.707,19	1.458.648,10	11,47	2.067.351,90	495.230,94	1.424.341,33	12,48	2.101.658,67	0,00
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário	4.805.000,00	3.526.000,00	456.707,19	1.458.648,10	11,47	2.067.351,90	495.230,94	1.424.341,33	12,48	2.101.658,67	
Transporte Ferroviário											
Transporte Hidroviário											
Transportes Especiais											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Desporto e Lazer	265.000,00	370.385,92	69.719,35	266.528,58	2,10	103.857,34	68.187,95	252.111,29	2,21	118.274,63	0,00
Desporto de Rendimento											
Desporto Comunitário	250.000,00	355.385,92	69.324,12	264.633,35	2,08	90.752,57	67.792,72	250.216,06	2,19	105.169,86	
Lazer	15.000,00	15.000,00	395,23	1.895,23	0,01	13.104,77	395,23	1.895,23	0,02	13.104,77	
Administração Geral											
Demais Subfunções											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Itaúba - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 4º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)		
Encargos Especiais	200.000,00	300.000,00	44.222,33	254.042,82	2,00	45.957,18	92.838,19	203.112,06	1,78	96.887,94	0,00
Refinanciamento da Dívida Interna											
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna	200.000,00	300.000,00	44.222,33	254.042,82	2,00	45.957,18	92.838,19	203.112,06	1,78	96.887,94	
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais											
Transferências para a Educação Básica											
Demais Subfunções											
Reserva de Contingência	19.770,00	19.770,00				19.770,00				19.770,00	
Reserva do RPPS											
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)											
TOTAL (III) = (I + II)	22.000.000,00	22.000.000,00	3.252.604,90	12.721.291,90	100,00	9.278.708,10	3.571.516,92	11.414.112,73	100,00	10.585.887,27	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Itaúba - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2015
	Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2015
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Assinatura: 2

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

CONTABILIDADE
RREO-4º BIMESTRE

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Itiquira - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário | Padrao

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	57.505.915,00	57.505.915,00	11.481.802,63	19,97	42.971.153,08	74,72	14.534.761,92
RECEITAS CORRENTES	53.829.004,00	53.829.004,00	11.481.802,63	21,33	42.863.153,08	79,63	10.965.850,92
RECEITA TRIBUTÁRIA	4.495.741,21	4.495.741,21	2.591.208,65	57,64	7.248.879,17	161,24	-2.753.137,96
Impostos	4.458.476,00	4.458.476,00	2.573.201,81	57,71	7.153.683,26	160,45	-2.695.207,26
Taxas	29.265,21	29.265,21	18.006,84	61,53	95.195,91	325,29	-65.930,70
Contribuição de Melhoria	8.000,00	8.000,00		0,00		0,00	8.000,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	871.211,00	871.211,00	259.934,48	29,84	896.666,10	102,92	-25.455,10
Contribuições Sociais	535.939,00	535.939,00	246.907,78	46,07	844.876,80	157,64	-308.937,80
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	1.000,00	1.000,00		0,00		0,00	1.000,00
Contribuição de Iluminação Pública	334.272,00	334.272,00	13.026,70	3,90	51.789,30	15,49	282.482,70
RECEITA PATRIMONIAL	206.752,00	206.752,00	287.370,94	138,99	1.089.921,41	527,16	-883.169,41
Receitas Imobiliárias	1.000,00	1.000,00		0,00	267,92	26,79	732,08
Receitas de Valores Mobiliários	205.752,00	205.752,00	287.370,94	139,67	1.089.653,49	529,60	-883.901,49
Receita de Concessões e Permissões							0,00
Compensações Financeiras							0,00
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público							0,00
Receita da Cessão de Direitos							0,00
Outras Receitas Patrimoniais							0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Receita da Indústria Extrativa Mineral							
Receita da Indústria de Transformação							
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS	156.000,00	156.000,00	32.394,65	20,77	121.318,24	77,77	34.681,76
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	47.229.099,79	47.229.099,79	8.240.236,18	17,45	33.034.297,58	69,94	14.194.802,21
Transferências Intergovernamentais	46.507.969,39	46.507.969,39	8.111.473,85	17,44	32.204.271,27	69,24	14.303.698,12
Transferências de Instituições Privadas							0,00
Transferências do Exterior							0,00
Transferências de Pessoas							0,00
Transferências de Convênios	721.130,40	721.130,40	128.762,33	17,86	830.026,31	115,10	-108.895,91
Transferências para o Combate à Fome							0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	870.200,00	870.200,00	70.657,73	8,12	472.070,58	54,25	398.129,42
Multas e Juros de Mora	441.700,00	441.700,00	19.833,32	4,49	51.527,11	11,67	390.172,89
Indenizações e Restituições	10.800,00	10.800,00		0,00		0,00	10.800,00
Receita da Dívida Ativa	372.500,00	372.500,00	20.457,38	5,49	60.666,13	16,29	311.833,87
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS							0,00
Receitas Correntes Diversas	45.200,00	45.200,00	30.367,03	67,18	359.877,34	796,19	-314.677,34
RECEITAS DE CAPITAL	3.676.911,00	3.676.911,00	0,00	0,00	108.000,00	2,94	3.568.911,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Itiquira - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 4º bimestre

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Operações de Crédito Internas	1.000,00	1.000,00		0,00		0,00	1.000,00
Operações de Crédito Externas							0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
Alienação de Bens Móveis	20.000,00	20.000,00		0,00		0,00	20.000,00
Alienação de Bens Imóveis	30.000,00	30.000,00		0,00		0,00	30.000,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	3.625.911,00	3.625.911,00	0,00	0,00	108.000,00	2,98	3.517.911,00
Transferências Intergovernamentais	206.000,00	206.000,00		0,00	108.000,00	52,43	98.000,00
Transferências de Instituições Privadas							0,00
Transferências do Exterior							0,00
Transferências de Pessoas							0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas							0,00
Transferências de Convênios	3.419.911,00	3.419.911,00		0,00		0,00	3.419.911,00
Transferências para o Combate à Fome							0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Integralização do Capital Social							
Div. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.							
Receitas de Capital Diversas							
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	731.085,00	731.085,00	309.525,91	42,34	1.126.710,86	154,11	-395.625,86
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	58.237.000,00	58.237.000,00	11.791.328,54	20,25	44.097.863,94	75,72	14.139.136,06
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Mobiliária							
Contratual							
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	58.237.000,00	58.237.000,00	11.791.328,54	20,25	44.097.863,94	75,72	14.139.136,06
DÉFICIT (VI)							
TOTAL (VII) = (V + VI)	58.237.000,00	58.237.000,00	11.791.328,54	20,25	44.097.863,94	75,72	14.139.136,06
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)		188.169,18			0,00		
Superávit Financeiro		188.169,18					
Reabertura de Créditos Adicionais							

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário | Padrao

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
Despesas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	56.632.500,00	60.686.169,18	17.142.074,27	48.802.404,01	11.883.765,17	10.610.805,28	36.143.273,03	24.542.896,15	35.988.841,85	0,00
DESPESAS CORRENTES	43.210.668,49	49.605.885,90	10.452.812,60	38.955.404,68	10.650.481,22	9.751.300,07	33.765.025,11	15.840.860,79	33.610.593,93	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	17.801.910,53	22.851.752,76	4.489.090,16	17.620.944,01	5.230.808,75	4.489.090,16	17.620.944,01	5.230.808,75	17.482.687,97	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	182.000,00	187.000,00		185.000,00	2.000,00	29.513,67	115.652,37	71.347,63	115.652,37	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	25.226.757,96	26.567.133,14	5.963.722,44	21.149.460,67	5.417.672,47	5.232.696,24	16.028.428,73	10.538.704,41	16.012.253,59	
DESPESAS DE CAPITAL	13.057.701,51	10.966.153,28	6.689.261,67	9.846.999,33	1.119.153,95	859.505,21	2.378.247,92	8.587.905,36	2.378.247,92	0,00
INVESTIMENTOS	11.764.376,31	10.015.698,31	6.689.261,67	8.943.419,93	1.072.278,38	707.034,16	1.817.369,23	8.198.329,08	1.817.369,23	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Itiquira - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 4º bimestre

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
INVERSÕES FINANCEIRAS					0,00			0,00		
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.293.325,20	950.454,97		903.579,40	46.875,57	152.471,05	560.878,69	389.576,28	560.878,69	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	100.000,00	100.000,00			100.000,00			100.000,00		
RESERVA DO RPPS	264.130,00	14.130,00			14.130,00			14.130,00		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	1.604.500,00	1.499.500,00	302.390,30	1.213.185,80	286.314,20	302.390,30	1.213.185,80	286.314,20	1.090.345,85	
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	58.237.000,00	62.185.669,18	17.444.464,57	50.015.589,81	12.170.079,37	10.913.195,58	37.356.458,83	24.829.210,35	37.079.187,70	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária					0,00			0,00		
Outras Dívidas					0,00			0,00		
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária										
Outras Dívidas										
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	58.237.000,00	62.185.669,18	17.444.464,57	50.015.589,81	12.170.079,37	10.913.195,58	37.356.458,83	24.829.210,35	37.079.187,70	0,00
SUPERÁVIT (XIII)							6.741.405,11		44.097.863,94	
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	58.237.000,00	62.185.669,18	17.444.464,57	50.015.589,81		10.913.195,58	44.097.863,94		81.177.051,64	0,00

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário | Padrao

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	731.085,00	731.085,00	309.525,91	42,34	1.126.710,86	154,11	-395.625,86
RECEITAS CORRENTES	731.085,00	731.085,00	309.525,91	42,34	1.126.710,86	154,11	-395.625,86
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Impostos							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	710.085,00	710.085,00	308.300,65	43,42	1.119.327,61	157,63	-409.242,61
Contribuições Sociais	710.085,00	710.085,00	308.300,65	43,42	1.119.327,61	157,63	-409.242,61
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico							
Contribuição de Iluminação Pública							
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Receitas Imobiliárias							
Receitas de Valores Mobiliários							
Receita de Concessões e Permissões							
Compensações Financeiras							
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público							
Receita da Cessão de Direitos							
Outras Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Receita da Indústria Extrativa Mineral							
Receita da Indústria de Transformação							

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Itiquira - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 4º bimestre

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências Intergovernamentais							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Convênios							
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	21.000,00	21.000,00	1.225,26	5,83	7.383,25	35,16	13.616,75
Multas e Juros de Mora	21.000,00	21.000,00	1.225,26	5,83	7.383,25	35,16	13.616,75
Indenizações e Restituições							
Receita da Dívida Ativa							
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS							
Receitas Correntes Diversas							
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Operações de Crédito Internas							
Operações de Crédito Externas							
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências Intergovernamentais							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências de Convênios							
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Integralização do Capital Social							
Div. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.							
Receitas de Capital Diversas							

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário | Padrao

Despesas Intra Orçamentárias	Estágios da Despesa Intra-Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
Despesas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	1.604.500,00	1.499.500,00	302.390,30	1.213.185,80	286.314,20	302.390,30	1.213.185,80	286.314,20	1.090.345,85	0,00
DESPESAS CORRENTES	1.604.500,00	1.499.500,00	302.390,30	1.213.185,80	286.314,20	302.390,30	1.213.185,80	286.314,20	1.090.345,85	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.604.500,00	1.499.500,00	302.390,30	1.213.185,80	286.314,20	302.390,30	1.213.185,80	286.314,20	1.090.345,85	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Itiquira - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 4º bimestre

Despesas Intra Orçamentárias	Estágios da Despesa Intra-Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA										
OUTRAS DESPESAS CORRENTES										
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS										
INVERSÕES FINANCEIRAS										
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA										

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Itiquira - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2015
	Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2015
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Itiquira - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Exceto Intra-Orçamentárias

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (j)	56.632.500,00	60.686.169,18	17.142.074,27	48.802.404,01	97,57	11.883.765,17	10.610.805,28	36.143.273,03	96,75	24.542.896,15	0,00
Legislativa	2.494.339,00	2.869.879,23	410.027,41	1.816.686,22	3,63	1.053.193,01	434.390,10	1.628.413,72	4,36	1.241.465,51	0,00
Ação Legislativa	2.494.339,00	2.869.879,23	410.027,41	1.816.686,22	3,63	1.053.193,01	434.390,10	1.628.413,72	4,36	1.241.465,51	
Controle Externo					0,00	0,00			0,00	0,00	
Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação Judiciária											
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Defesa da Ordem Jurídica											
Representação Judicial e Extrajudicial											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Administração	7.764.846,88	8.504.025,47	3.701.434,99	7.403.210,26	14,80	1.100.815,21	1.063.006,51	4.057.974,22	10,86	4.446.051,25	0,00
Planejamento e Orçamento	142.678,00	97.678,00	8.747,74	39.886,10	0,08	57.791,90	9.000,74	39.886,10	0,11	57.791,90	
Administração Geral	6.013.779,00	6.961.957,59	3.401.815,79	6.048.239,05	12,09	853.718,54	773.866,68	2.972.060,72	7,96	3.989.896,87	
Administração Financeira	1.561.976,88	1.472.976,88	277.058,97	1.286.272,61	2,57	186.704,27	271.555,04	1.032.062,95	2,76	440.913,93	
Controle Interno					0,00	0,00			0,00	0,00	
Normatização e Fiscalização					0,00	0,00			0,00	0,00	
Tecnologia da Informação					0,00	0,00			0,00	0,00	
Ordenamento Territorial					0,00	0,00			0,00	0,00	
Formação de Recursos Humanos					0,00	0,00			0,00	0,00	
Administração de Receitas					0,00	0,00			0,00	0,00	
Administração de Concessões					0,00	0,00			0,00	0,00	
Comunicação Social	26.413,00	31.413,00	13.812,50	28.812,50	0,06	2.600,50	8.584,05	13.964,45	0,04	17.448,55	
Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Área											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Policiamento											
Defesa Civil											
Informação e Inteligência											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Assistência Social	2.171.447,88	2.393.347,88	435.704,51	1.702.925,67	3,40	690.422,21	446.721,36	1.533.354,06	4,10	859.993,82	0,00
Assistência ao Idoso	30.000,00	15.000,00			0,00	15.000,00			0,00	15.000,00	
Assistência ao Portador de Deficiência	60.000,00				0,00	0,00			0,00	0,00	
Assistência à Criança e ao Adolescente	277.715,00	295.715,00	49.102,61	180.518,72	0,36	115.196,28	40.888,39	164.663,14	0,44	131.051,86	
Assistência Comunitária	1.531.054,88	1.885.554,88	351.768,24	1.387.699,83	2,77	497.855,05	369.483,62	1.244.675,33	3,33	640.879,55	
Administração Geral	272.678,00	197.078,00	34.833,66	134.707,12	0,27	62.370,88	36.349,35	124.015,59	0,33	73.062,41	
Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Previdência Social	1.372.476,00	1.358.346,00	238.953,39	653.636,07	1,31	704.709,93	175.964,63	574.900,12	1,54	783.445,88	0,00
Previdência Básica					0,00	0,00			0,00	0,00	
Previdência do Regime Estatutário	1.372.476,00	1.358.346,00	238.953,39	653.636,07	1,31	704.709,93	175.964,63	574.900,12	1,54	783.445,88	
Previdência Complementar					0,00	0,00			0,00	0,00	
Previdência Especial					0,00	0,00			0,00	0,00	
Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Itiquira - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 4º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)		
Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Saúde	10.579.434,44	12.146.434,44	2.560.652,16	10.000.834,99	20,00	2.145.599,45	2.655.604,25	8.461.916,76	22,65	3.684.517,68	0,00
Atenção Básica	2.626.690,64	2.889.277,94	476.793,86	2.175.946,85	4,35	713.331,09	570.168,97	1.859.554,38	4,98	1.029.723,56	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	6.201.899,14	7.202.525,84	1.760.852,94	6.075.703,68	12,15	1.126.822,16	1.656.738,19	5.318.583,54	14,24	1.883.942,30	
Suporte Profilático e Terapêutico	520.382,96	570.382,96	77.236,30	545.332,66	1,09	25.050,30	147.622,16	250.863,82	0,67	319.519,14	
Vigilância Sanitária	262.365,00	215.865,00	36.053,15	166.329,13	0,33	49.535,87	34.000,93	152.705,91	0,41	63.159,09	
Vigilância Epidemiológica	165.096,70	117.382,70	20.569,69	90.088,42	0,18	27.294,28	37.869,69	89.800,72	0,24	27.581,98	
Alimentação e Nutrição	6.000,00				0,00	0,00			0,00	0,00	
Administração Geral	797.000,00	1.151.000,00	189.146,22	947.434,25	1,89	203.565,75	209.204,31	790.408,39	2,12	360.591,61	
Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Trabalho	582.370,00	582.370,00	0,00	582.370,00	1,16	0,00	117.001,76	392.403,43	1,05	189.966,57	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	582.370,00	582.370,00		582.370,00	1,16	0,00	117.001,76	392.403,43	1,05	189.966,57	
Relações de Trabalho					0,00	0,00			0,00	0,00	
Empregabilidade					0,00	0,00			0,00	0,00	
Fomento ao Trabalho					0,00	0,00			0,00	0,00	
Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Educação	12.945.413,18	13.480.522,36	2.370.579,07	10.202.570,75	20,40	3.277.951,61	2.508.682,12	9.142.836,34	24,47	4.337.686,02	0,00
Ensino Fundamental	9.874.682,62	8.650.422,62	1.688.046,45	6.983.752,15	13,96	1.666.670,47	1.657.348,88	6.052.788,85	16,20	2.597.633,77	
Ensino Médio	20.203,30	20.203,30			0,00	20.203,30			0,00	20.203,30	
Ensino Profissional					0,00	0,00			0,00	0,00	
Ensino Superior	320.000,00	778.169,18	-78.470,80	157.929,20	0,32	620.239,98	36.056,34	157.929,20	0,42	620.239,98	
Educação Infantil	1.586.265,00	2.433.465,00	469.703,31	1.920.860,07	3,84	512.604,93	482.425,34	1.911.595,47	5,12	521.869,53	
Educação de Jovens e Adultos	446.000,00	506.000,00	63.574,57	244.084,28	0,49	261.915,72	63.574,57	244.084,28	0,65	261.915,72	
Educação Especial	100.000,00				0,00	0,00			0,00	0,00	
Educação Básica					0,00	0,00			0,00	0,00	
Administração Geral	289.842,26	308.842,26	42.319,86	209.343,70	0,42	99.498,56	48.702,67	174.173,17	0,47	134.669,09	
Demais Subfunções	308.420,00	783.420,00	185.405,68	686.601,35	1,37	96.818,65	220.574,34	602.265,37	1,61	181.154,63	
Cultura	1.235.826,00	537.826,00	81.804,11	407.172,46	0,81	130.653,54	69.287,07	393.293,42	1,05	144.532,58	0,00
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico					0,00	0,00			0,00	0,00	
Difusão Cultural	1.235.826,00	537.826,00	81.804,11	407.172,46	0,81	130.653,54	69.287,07	393.293,42	1,05	144.532,58	
Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Urbanismo	4.914.009,42	6.183.869,42	2.322.588,05	5.419.323,02	10,84	764.546,40	1.652.445,82	4.210.645,73	11,27	1.973.223,69	0,00
Infra-Estrutura Urbana					0,00	0,00			0,00	0,00	
Serviços Urbanos	4.057.444,42	5.158.504,42	1.885.250,47	4.439.173,09	8,88	719.331,33	1.065.019,26	3.262.318,60	8,73	1.896.185,82	
Transportes Coletivos Urbanos					0,00	0,00			0,00	0,00	
Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
Demais Subfunções	856.565,00	1.025.365,00	437.337,58	980.149,93	1,96	45.215,07	587.426,56	948.327,13	2,54	77.037,87	
Habitação	1.528.000,00	3.550.500,00	3.521.062,50	3.521.062,50	7,04	29.437,50	0,00	0,00	0,00	3.550.500,00	0,00
Habitação Rural	800.000,00	1.409.000,00	1.408.425,00	1.408.425,00	2,82	575,00			0,00	1.409.000,00	
Habitação Urbana	728.000,00	2.141.500,00	2.112.637,50	2.112.637,50	4,22	28.862,50			0,00	2.141.500,00	
Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Saneamento	1.385.000,00	35.321,41	0,00	0,00	0,00	35.321,41	0,00	0,00	0,00	35.321,41	0,00
Saneamento Básico Rural					0,00	0,00			0,00	0,00	
Saneamento Básico Urbano	1.150.000,00	35.321,41			0,00	35.321,41			0,00	35.321,41	
Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
Demais Subfunções	235.000,00				0,00	0,00			0,00	0,00	
Gestão Ambiental	261.565,00	221.065,00	50.905,35	152.838,14	0,31	68.226,86	39.905,35	141.838,14	0,38	79.226,86	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	261.565,00	221.065,00	50.905,35	152.838,14	0,31	68.226,86	39.905,35	141.838,14	0,38	79.226,86	
Controle Ambiental					0,00	0,00			0,00	0,00	
Recuperação de Áreas Degradadas					0,00	0,00			0,00	0,00	
Recursos Hídricos					0,00	0,00			0,00	0,00	
Meteorologia					0,00	0,00			0,00	0,00	
Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Itiquira - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 4º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)		
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desenvolvimento Científico					0,00	0,00			0,00	0,00	
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia					0,00	0,00			0,00	0,00	
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico					0,00	0,00			0,00	0,00	
Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Agricultura	889.565,00	636.565,00	74.720,31	478.139,17	0,96	158.425,83	82.359,80	465.163,95	1,25	171.401,05	0,00
Promoção da Produção Vegetal					0,00	0,00			0,00	0,00	
Promoção da Produção Animal					0,00	0,00			0,00	0,00	
Defesa Sanitária Vegetal					0,00	0,00			0,00	0,00	
Defesa Sanitária Animal					0,00	0,00			0,00	0,00	
Abastecimento					0,00	0,00			0,00	0,00	
Extensão Rural	809.565,00	634.565,00	74.720,31	478.139,17	0,96	156.425,83	82.359,80	465.163,95	1,25	169.401,05	
Irrigação					0,00	0,00			0,00	0,00	
Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
Demais Subfunções	80.000,00	2.000,00			0,00	2.000,00			0,00	2.000,00	
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reforma Agrária					0,00	0,00			0,00	0,00	
Colonização					0,00	0,00			0,00	0,00	
Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial					0,00	0,00			0,00	0,00	
Produção Industrial					0,00	0,00			0,00	0,00	
Mineração					0,00	0,00			0,00	0,00	
Propriedade Industrial					0,00	0,00			0,00	0,00	
Normalização e Qualidade					0,00	0,00			0,00	0,00	
Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Comércio e Serviços	164.565,00	122.865,00	12.516,30	84.397,20	0,17	38.467,80	12.516,30	84.397,20	0,23	38.467,80	0,00
Promoção Comercial	164.565,00	122.865,00	12.516,30	84.397,20	0,17	38.467,80	12.516,30	84.397,20	0,23	38.467,80	
Comercialização					0,00	0,00			0,00	0,00	
Comércio Exterior					0,00	0,00			0,00	0,00	
Serviços Financeiros					0,00	0,00			0,00	0,00	
Turismo					0,00	0,00			0,00	0,00	
Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicações Postais					0,00	0,00			0,00	0,00	
Telecomunicações					0,00	0,00			0,00	0,00	
Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Energia	334.272,00	304.272,00	44.039,55	202.883,88	0,41	101.388,12	43.770,80	62.615,13	0,17	241.656,87	0,00
Conservação de Energia					0,00	0,00			0,00	0,00	
Energia Elétrica	334.272,00	304.272,00	44.039,55	202.883,88	0,41	101.388,12	43.770,80	62.615,13	0,17	241.656,87	
Petróleo					0,00	0,00			0,00	0,00	
Biocombustíveis					0,00	0,00			0,00	0,00	
Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Transporte	5.970.000,00	6.161.800,00	1.170.554,44	4.812.345,97	9,62	1.348.654,03	1.013.021,99	3.994.407,82	10,69	2.166.592,18	0,00
Transporte Aéreo		50.000,00	39.800,00	39.800,00	0,08	10.200,00	19.900,00	19.900,00	0,05	30.100,00	
Transporte Rodoviário	4.400.000,00	3.598.000,00	697.303,57	2.573.041,16	5,14	1.024.958,84	490.607,97	1.940.825,64	5,20	1.657.174,36	
Transporte Ferroviário					0,00	0,00			0,00	0,00	
Transporte Hidroviário					0,00	0,00			0,00	0,00	
Transportes Especiais					0,00	0,00			0,00	0,00	
Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
Demais Subfunções	1.570.000,00	2.513.800,00	433.450,87	2.199.504,81	4,40	313.495,19	502.514,02	2.033.682,18	5,44	479.317,82	
Desporto e Lazer	730.565,00	566.565,00	146.532,13	480.429,95	0,96	86.135,05	147.233,85	451.567,09	1,21	114.997,91	0,00
Desporto de Rendimento					0,00	0,00			0,00	0,00	
Desporto Comunitário	730.565,00	566.565,00	146.532,13	480.429,95	0,96	86.135,05	147.233,85	451.567,09	1,21	114.997,91	
Lazer					0,00	0,00			0,00	0,00	
Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Itiquira - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 4º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa									
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)		
Encargos Especiais	1.208.805,20	917.264,97	0,00	881.577,76	1,76	35.687,21	148.893,57	547.545,90	1,47	369.719,07	0,00
Refinanciamento da Dívida Interna					0,00	0,00			0,00	0,00	
Refinanciamento da Dívida Externa					0,00	0,00			0,00	0,00	
Serviço da Dívida Interna	1.208.805,20	917.264,97		881.577,76	1,76	35.687,21	148.893,57	547.545,90	1,47	369.719,07	
Serviço da Dívida Externa					0,00	0,00			0,00	0,00	
Transferências					0,00	0,00			0,00	0,00	
Outros Encargos Especiais					0,00	0,00			0,00	0,00	
Transferências para a Educação Básica					0,00	0,00			0,00	0,00	
Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Reserva de Contingência	100.000,00	100.000,00			0,00	100.000,00			0,00	100.000,00	
Reserva do RPPS		14.130,00			0,00	14.130,00			0,00	14.130,00	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.604.500,00	1.499.500,00	302.390,30	1.213.185,80	2,43	286.314,20	302.390,30	1.213.185,80	3,25	286.314,20	
TOTAL (III) = (I + II)	58.237.000,00	62.185.669,18	17.444.464,57	50.015.589,81	100,00	12.170.079,37	10.913.195,58	37.356.458,83	100,00	24.829.210,35	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Itiquira - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2015
	Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2015
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Itiquira - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 03 | Tabela 3.0 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios | Padrao

Especificação	Evolução da Receita Corrente Liquida													
	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2015
	<MR-11>	<MR-10>	<MR-9>	<MR-8>	<MR-7>	<MR-6>	<MR-5>	<MR-4>	<MR-3>	<MR-2>	<MR-1>	<MR>		
Especificação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS CORRENTES (I)	5,061,331.75	6,370,343.61	5,118,575.60	6,038,471.40	5,674,654.77	4,468,003.45	5,923,809.56	6,430,472.75	6,714,372.85	6,134,071.57	6,498,116.85	6,251,311.69	70,683,535.85	61,738,999.05
Receita Tributaria	754,204.39	632,971.28	681,618.28	637,276.72	682,886.08	260,498.67	390,871.59	1,394,890.15	1,003,376.09	925,047.95	1,316,778.02	1,274,430.63	9,954,949.84	4,495,741.21
IPTU	15,003.40	22,817.52	56,319.89	33,928.90	335.35	614.90	803.99	1,140.97	1,115.49	3,917.43	12,164.76	14,143.70	162,306.30	105,652.00
ISS	312,109.72	359,796.83	459,900.59	475,429.14	653,704.12	145,442.13	228,428.54	409,734.01	816,322.51	757,953.76	980,070.00	1,127,170.60	6,726,061.95	3,085,000.00
ITBI	406,874.49	46,106.63	52,430.16	8,384.81	18,647.65	15,278.30	147,458.12	671,213.27	61,509.22	30,828.75	211,889.78	6,098.59	1,676,719.77	369,782.00
IRRF	10,735.68	195,320.30	103,000.69	117,454.33	2,157.24	89,140.52	3,447.07	308,215.19	110,706.23	102,366.69	109,398.64	112,265.74	1,264,208.32	898,042.00
Outras Receitas Tributárias	9,481.10	8,930.00	9,966.95	2,079.54	8,041.72	10,022.82	10,833.87	4,586.71	13,722.63	29,981.32	3,254.84	14,752.00	125,653.50	37,265.21
Receita de Contribuições	121,485.00	146,823.17	124,601.42	223,637.23	12,458.13	127,570.53	116,671.83	124,345.24	130,323.69	125,250.71	130,148.17	129,786.31	1,513,101.43	871,211.00
Receita Patrimonial	83,085.83	116,613.91	114,586.55	92,209.75	149,835.25	97,614.85	104,591.72	156,721.30	169,357.18	124,602.75	155,019.23	132,351.71	1,496,590.03	266,752.00
Receita Agropecuária													0.00	
Receita Industrial													0.00	
Receita de Serviços	18,638.84	22,024.49	19,640.72	16,736.35	13,548.14	18,195.13	15,801.50	14,361.82	11,423.98	15,593.02	16,305.91	16,088.74	198,358.64	156,000.00
Transferências Correntes	4,063,449.09	5,380,229.94	4,136,208.34	5,045,412.79	4,797,505.09	3,953,464.47	4,993,801.41	4,725,001.89	5,378,782.54	4,909,479.41	4,837,013.05	4,670,849.04	56,891,197.06	55,139,794.84
Cota-Parte do FPM	499,231.56	471,825.24	624,521.05	1,004,483.41	761,868.84	777,720.46	566,455.14	611,355.19	751,796.34	654,139.03	573,004.20	566,503.94	7,862,904.40	7,000,000.00
Cota-Parte do ICMS	2,433,935.52	2,425,499.72	2,323,715.08	2,438,499.60	2,510,718.24	2,179,277.79	2,788,812.60	2,447,112.24	2,561,101.66	2,645,073.20	2,651,527.28	2,516,154.27	29,921,427.20	30,278,385.00
Cota-Parte do IPVA	16,386.79	20,649.79	14,057.08	13,713.54	9,672.77	129,050.80	51,636.47	67,698.44	77,331.48	42,253.73	85,403.86	42,400.33	570,255.08	650,000.00
Cota-Parte do ITR	51,141.83	1,169,226.64	271,816.68	291,672.77	192,457.30	4,513.55	10,342.54	1,878.42	27,192.85	12,938.12	4,937.88	3,886.95	2,041,205.53	1,373,476.00
Transferências da LC 87/1996	12,261.78	12,261.78	12,261.78	24,523.56				53,485.33	13,371.33	13,371.33	13,371.33	13,371.33	168,279.55	124,832.25
Transferências da LC 61/1989													0.00	126,782.00
Transferências do FUNDEB	491,069.25	562,084.97	515,873.75	551,283.66	565,556.91	564,467.76	578,766.97	542,402.06	653,638.62	590,678.22	536,233.32	553,339.07	6,705,394.56	5,600,000.00
Outras Transferências Correntes	559,422.36	718,681.80	373,962.92	721,236.25	757,231.03	298,434.11	997,787.69	1,001,070.21	1,294,350.26	951,025.78	972,535.18	975,993.15	9,621,730.74	9,986,319.59
Outras Receitas Correntes	20,468.60	71,680.82	41,920.29	23,198.56	18,422.08	10,859.80	301,971.51	15,152.35	21,109.38	34,097.73	42,852.47	27,805.26	629,338.85	869,500.00
DEDUÇÕES (II)	705,289.89	924,432.06	752,053.68	909,941.02	696,824.61	725,450.89	789,477.67	755,328.24	804,767.87	789,981.66	767,390.98	747,142.71	9,368,081.28	8,446,634.05
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	107,097.39	112,217.56	108,165.16	223,492.28	1,881.25	117,363.28	110,320.32	124,331.32	122,590.87	121,370.49	123,684.60	123,223.18	1,395,737.70	535,939.00
Compensações Financ. entre Regimes Previdência													0.00	
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	598,192.50	812,214.50	643,888.52	686,448.74	694,943.36	608,087.61	679,157.35	630,996.92	682,177.00	668,611.17	643,706.38	623,919.53	7,972,343.58	7,910,695.05
RECEITA CORRENTE LIQUIDA (III) = (I- II)	4,356,041.86	5,445,911.55	4,366,521.92	5,128,530.38	4,977,830.16	3,742,552.56	5,134,331.89	5,675,144.51	5,909,604.98	5,344,089.91	5,730,725.87	5,504,168.98	61,315,454.57	53,292,365.00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Itiquira - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2015
	Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 03 | Tabela 3.0 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2015
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Itiquira - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 04 - RPPS | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS | Padrao

Receitas	Execução da Receita			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre / 2015	Até o Bimestre / 2014
Receitas	-	-	-	-
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	642.391,00	642.391,00	1.505.720,67	1.274.822,90
RECEITAS CORRENTES	642.391,00	642.391,00	1.505.720,67	1.274.822,90
Receita de Contribuições dos Segurados	535.939,00	535.939,00	844.876,80	798.587,92
Pessoal Civil	535.939,00	535.939,00	844.876,80	798.587,92
Ativo	535.939,00	535.939,00	844.876,80	798.587,92
Inativo				
Pensionista				
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Outras Receitas de Contribuições				
Receita Patrimonial	105.752,00	105.752,00	660.843,87	475.717,82
Receitas Imobiliárias				
Receitas de Valores Mobiliários	105.752,00	105.752,00	660.843,87	475.717,82
Outras Receitas Patrimoniais				
Receita de Serviços				
Outras Receitas Correntes	700,00	700,00	0,00	517,16
Compensações Previdenciárias do RGPS para o RPPS	100,00	100,00		
Demais Receitas Correntes	600,00	600,00		517,16
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos				
Amortização de Empréstimos				
Outras Receitas de Capital				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	731.085,00	731.085,00	1.126.710,86	978.088,61
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	1.373.476,00	1.373.476,00	2.632.431,53	2.252.911,51

RREO-Anexo 04 - RPPS | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS | Padrao

Despesas	Execução da Despesa							
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre / 2015	Até o Bimestre / 2014	Em 2015	Em 2014
Despesas	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	1.108.346,00	1.358.346,00	653.636,07	407.452,76	574.900,12	353.226,46	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	413.802,60	473.802,60	190.086,20	130.647,69	111.350,25	76.421,39	0,00	0,00
Despesas Correntes	413.802,60	473.802,60	190.086,20	130.647,69	111.350,25	76.421,39		
Despesas de Capital								
PREVIDÊNCIA	694.543,40	884.543,40	463.549,87	276.805,07	463.549,87	276.805,07	0,00	0,00
Pessoal Civil	647.000,00	837.000,00	463.549,87	276.805,07	463.549,87	276.805,07	0,00	0,00
Aposentadorias	231.000,00	391.000,00	241.666,78	136.292,17	241.666,78	136.292,17		
Pensões	200.000,00	200.000,00	58.614,45	28.287,68	58.614,45	28.287,68		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Itiquira - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 4º bimestre

Despesas	Execução da Despesa							
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre / 2015	Até o Bimestre / 2014	Em 2015	Em 2014
Outros Benefícios Previdenciários	216.000,00	246.000,00	163.268,64	112.225,22	163.268,64	112.225,22		
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas								
Pensões								
Outros Benefícios Previdenciários								
Outras Despesas Previdenciárias	47.543,40	47.543,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	47.543,40	47.543,40						
Demais Despesas Previdenciárias								
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	1.000,00	1.000,00						
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	1.109.346,00	1.359.346,00	653.636,07	407.452,76	574.900,12	353.226,46	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	264.130,00	14.130,00	1.978.795,46	1.845.458,75	2.057.531,41	1.899.685,05		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Itiquira - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 04 - RPPS | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS | Padrao

Aportes de Recursos para o Regime Próprio de Previdência do Servidor	Aportes de Recursos
	Aportes Realizados
Aportes de Recursos para o Regime Próprio de Previdência do Servidor	-
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00
Plano Financeiro	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	
Recursos para Formação de Reserva	
Outros Aportes para o RPPS	
Plano Previdenciário	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	
Outros Aportes para o RPPS	

RREO-Anexo 04 - RPPS | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS | Padrao

Reserva Orçamentária do RPPS	Previsão Orçamentária
	Previsão Orçamentária
Reserva Orçamentária do RPPS	-
VALOR	264.130,00

RREO-Anexo 04 - RPPS | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS | Padrao

Bens e Direitos do RPPS	Período de Referência	
	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2015	2014
Bens e Direitos do RPPS	-	-
CAIXA		
BANCOS CONTA MOVIMENTO	3.274,44	5.048,30
INVESTIMENTOS	9.803.744,98	6.685.689,11
OUTROS BENS E DIREITOS		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Itiquira - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 04 - RPPS | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS | Padrao

Receitas Intra-Orçamentárias - RPPS	Execução da Receita Intra			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre / 2015	Até o Bimestre / 2014
Receitas Intra-Orçamentárias - RPPS	-	-	-	-
RECEITAS CORRENTES (VIII)	731.085,00	731.085,00	1.126.710,86	978.088,61
Receita de Contribuições	710.085,00	710.085,00	1.119.327,61	973.566,22
Patronal	534.760,00	534.760,00	913.060,70	850.260,65
Pessoal Civil	534.760,00	534.760,00	913.060,70	850.260,65
Ativo	534.760,00	534.760,00	913.060,70	850.260,65
Inativo				
Pensionista				
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Para Cobertura de Déficit Atuarial	106.652,00	106.652,00	179.406,09	96.444,75
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	68.673,00	68.673,00	26.860,82	26.860,82
Receita Patrimonial				
Receita de Serviços				
Outras Receitas Correntes	21.000,00	21.000,00	7.383,25	4.522,39
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens				
Amortização de Empréstimos				
Outras Receitas de Capital				
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (X) = (VIII + IX)	731.085,00	731.085,00	1.126.710,86	978.088,61

RREO-Anexo 04 - RPPS | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS | Padrao

Despesas Intra-Orçamentárias - RPPS	Execução da Despesa Intra							
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre / 2015	Até o Bimestre / 2014	Em 2015	Em 2014
Despesas Intra-Orçamentárias - RPPS	-	-	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (XI)	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	1.000,00	1.000,00						
Despesas de Capital								
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XII) = (XI)	1.000,00	1.000,00						

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Itiquira - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 04 - RPPS | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2015
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo do Resultado Nominal | Padrao

Dívida Fiscal Líquida	Comparativo da Dívida Fiscal e Previdenciária		
	Saldo		
	Em 31/Dez/2014 (a)	No Bimestre Anterior (b)	No Bimestre (c)
Dívida Fiscal Líquida	-	-	-
Dívida Consolidada (**I**)	3.662.871,35	3.386.310,22	2.962.930,99
DEDUÇÕES (**II**)	3.690.799,97	6.768.254,04	6.749.859,36
Disponibilidade de Caixa Bruta	5.953.010,77	8.647.441,74	8.538.181,11
Demais Haveres Financeiros	24.502,40	15.191,65	15.038,47
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	2.286.713,20	1.894.379,35	1.803.360,22
Dívida Consolidada Líquida (**III**) = (**I** - **II**)	-27.928,62	-3.381.943,82	-3.786.928,37
Receita de Privatizações (**IV**)			
Passivos Reconhecidos (V)	2.888.462,70	2.728.343,81	2.345.727,17
Dívida Fiscal Líquida (**VI**) = (**III** + **IV** - V)	-2.916.391,32	-6.110.287,63	-6.132.655,54

RREO-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo do Resultado Nominal | Padrao

Resultado Nominal	Período de Referência	
	Período de Referência	
	No Bimestre (c-b)	Até o Bimestre (c-a)
Resultado Nominal	-	-
VALOR	-22.367,91	-3.216.264,22

RREO-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo do Resultado Nominal | Padrao

Discriminação da Meta Fiscal	Valor Realizado no Período
	Valor Corrente
Discriminação da Meta Fiscal	-
Meta de Resultado Nominal fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o Exercício de Referência	

RREO-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo do Resultado Nominal | Padrao

Regime Previdenciário - Dívida Fiscal Líquida Previdenciária	Comparativo da Dívida Fiscal e Previdenciária		
	Saldo		
	Em 31/Dez/2014 (a)	No Bimestre Anterior (b)	No Bimestre (c)
Regime Previdenciário - Dívida Fiscal Líquida Previdenciária	-	-	-
Dívida Consolidada Previdenciária (**VII**)	27.294.967,12	30.340.002,33	31.785.428,36
Passivo Atuarial	27.294.967,12	30.340.002,33	31.785.428,36
Demais Dívidas			
DEDUÇÕES (**VIII**)	7.858.725,06	9.354.847,86	9.355.893,89
Disponibilidade de Caixa Bruta	233.913,58	133,57	3.274,44
Investimentos	7.626.443,43	9.354.809,35	9.352.714,51
Demais Haveres Financeiros			
(-) Restos a Pagar Processados	1.631,95	95,06	
Dívida Consolidada Líquida Previdenciária (**IX**) = (**VII** - **VIII**)	19.436.242,06	20.985.154,47	22.429.534,47
Passivos Reconhecidos (X)			
Dívida Fiscal Líquida Previdenciária (**XI**) = (**IX** - X)	19.436.242,06	20.985.154,47	22.429.534,47

RREO-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo do Resultado Nominal | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2015
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.2 - Demonstrativo do Resultado Primário - Municípios | Padrao

Receitas Primárias	Receitas Realizadas		
	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre / 2015	Até o Bimestre / 2014
Receitas Primárias	-	-	-
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (**I**)	54.354.337,00	42.892.827,20	34.443.322,13
Receitas Tributárias	4.495.741,21	7.248.879,17	3.243.695,01
IPTU	105.652,00	34.236,59	10.764,48
ISS	3.085.000,00	5.118.825,67	1.676.246,71
ITBI	369.782,00	1.162.923,68	799.133,27

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Itiquira - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 4º bimestre

Receitas Primárias	Receitas Realizadas		
	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre / 2015	Até o Bimestre / 2014
IRRF	898.042,00	837.697,32	712.509,63
Outras Receitas Tributárias	37.265,21	95.195,91	45.040,92
Receitas de Contribuições	1.581.296,00	2.015.993,71	1.959.675,40
Receitas Previdenciárias	1.246.024,00	1.964.204,41	1.772.154,14
Outras Receitas de Contribuições	335.272,00	51.789,30	187.521,26
Receita Patrimonial Líquida	1.000,00	267,92	12.440,24
Receita Patrimonial	206.752,00	1.089.921,41	828.015,09
(-) Aplicações Financeiras	205.752,00	1.089.653,49	815.574,85
Transferências Correntes	47.229.099,79	33.034.297,58	28.973.391,86
Cota-Parte do FPM	5.600.000,00	4.228.001,64	3.919.129,91
Cota-Parte do ICMS	24.222.708,00	16.276.972,27	14.183.591,48
Cota-Parte do IPVA	520.000,00	404.358,63	344.130,88
Convênios	721.130,40	830.026,31	331.570,73
Outras Transferências Correntes	16.165.261,39	11.294.938,73	10.194.968,86
Demais Receitas Correntes	1.047.200,00	593.388,82	254.119,62
Dívida Ativa	372.500,00	60.666,13	58.512,53
Diversas Receitas Correntes	674.700,00	532.722,69	195.607,09
RECEITAS DE CAPITAL (II)	3.676.911,00	108.000,00	591.600,00
Operações de Crédito (III)	1.000,00		
Amortização de Empréstimos (IV)			
Alienação de Bens (V)	50.000,00		
Transferências de Capital	3.625.911,00	108.000,00	591.600,00
Convênios	3.419.911,00		60.000,00
Outras Transferências de Capital	206.000,00	108.000,00	531.600,00
Outras Receitas de Capital			
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	3.625.911,00	108.000,00	591.600,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	57.980.248,00	43.000.827,20	35.034.922,13

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Itiquira - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.2 - Demonstrativo do Resultado Primário - Municípios | Padrao

Despesas Primárias	Execução da Despesa						
	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Despesas Empenhadas		DESPESAS LIQUIDADAS		Despesas Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	
		Até o Bimestre / 2015	Até o Bimestre / 2014	Até o Bimestre / 2015	Até o Bimestre / 2014	Em 2015	Em 2014
Despesas Primárias	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CORRENTES (VIII)	51.105.385,90	40.168.590,48	29.459.751,94	34.978.210,91	26.765.177,05	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	24.353.252,76	18.834.129,81	13.206.481,84	18.834.129,81	13.205.736,27		
Juros e Encargos da Dívida (IX)	187.000,00	185.000,00	114.018,20	115.652,37	101.740,77		
Outras Despesas Correntes	26.565.133,14	21.149.460,67	16.139.251,90	16.028.428,73	13.457.700,01		
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	50.918.385,90	39.983.590,48	29.345.733,74	34.862.558,54	26.663.436,28	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	10.966.153,28	9.846.999,33	7.148.518,32	2.378.247,92	3.966.992,97	0,00	0,00
Investimentos	10.015.698,31	8.943.419,93	5.920.036,03	1.817.369,23	3.294.473,95		
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)							
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)							
Demais Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida (XIV)	950.454,97	903.579,40	1.228.482,29	560.878,69	672.519,02		
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	10.015.698,31	8.943.419,93	5.920.036,03	1.817.369,23	3.294.473,95	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	100.000,00						
RESERVA DO RPPS (XVII)							
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	61.034.084,21	48.927.010,41	35.265.769,77	36.679.927,77	29.957.910,23	0,00	0,00
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-3.053.836,21	-5.926.183,21	-230.847,64	6.320.899,43	5.077.011,90		
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES							

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Itiquira - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2015
	Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.2 - Demonstrativo do Resultado Primário - Municípios | Padrao

Discriminação da Meta Fiscal	Valor Realizado no Período
	Valor Corrente
Discriminação da Meta Fiscal	-
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.2 - Demonstrativo do Resultado Primário - Municípios | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2015
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Itiquira - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios | Padrao

Poder/Órgão	Poder/Órgão											
	Poder/Órgão											
	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total (a+b)
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	2.039.774,61	247.286,61	585.989,11	166.223,50	1.534.848,61	52.007,48	2.803.377,26	1.915.964,86	1.926.322,08	0,00	929.062,66	2.463.911,27
PODER EXECUTIVO	2.039.774,61	247.286,61	585.989,11	166.223,50	1.534.848,61	52.007,48	2.803.377,26	1.915.964,86	1.926.322,08		929.062,66	2.463.911,27
PODER LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Câmara Municipal												
Tribunal de Contas do Município												
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)		1.283,93	1.283,93									
TOTAL (III) = (I + II)	2.039.774,61	248.570,54	587.273,04	166.223,50	1.534.848,61	52.007,48	2.803.377,26	1.915.964,86	1.926.322,08	0,00	929.062,66	2.463.911,27

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Itiquira - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2015
	Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2015
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Itiquira - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Padrao

Especificação de PPP	Especificação de PPP			
	Saldo Exercício / 2014	REGISTROS EFETUADOS EM 2015		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre	
Especificação de PPP	-	-	-	-
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Direitos Futuros				
Ativos Contabilizados na SPE				
Contrapartida para Provisões de PPP				
TOTAL DE PASSIVOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações Não Relacionadas a Serviços				
Contrapartida para Ativos da SPE				
Provisões de PPP				
GARANTIAS DE PPP (II)				
SALDO LÍQUIDO DE PASSIVOS DE PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS CONTINGENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Contraprestações Futuras				
Riscos Não Provisionados				
Outros Passivos Contingentes				
ATIVOS CONTINGENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Futuros				
Outros Ativos Contingentes				

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Do Ente Federado

Despesas de PPP do Ente Federado	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Das Estatais Não-Dependentes

Despesas de PPP das Estatais Não-dependentes	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Padrao

Total das Despesas de PPP	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>
Total das Despesas de PPP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS											
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (V)											
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%)											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Itiquira - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 4º bimestre

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2015
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária | Padrao

Balanço Orçamentário	Período
	Até o Bimestre
Balanço Orçamentário	-
RECEITAS	
Previsão Inicial	58.237.000,00
Previsão Atualizada	58.237.000,00
Receitas Realizadas	44.097.863,94
Déficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	188.169,18
DESPESAS	
Dotação Inicial	58.237.000,00
Créditos Adicionais	3.948.669,18
Dotação Atualizada	62.185.669,18
Despesas Empenhadas	50.015.589,81
Despesas Liquidadas	37.356.458,83
Despesas Pagas	37.079.187,70
Superávit Orçamentário	6.741.405,11

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária | Padrao

Despesas por Função/Subfunção	Período
	Até o Bimestre
Despesas por Função/Subfunção	-
Despesas Empenhadas	50.015.589,81
Despesas Liquidadas	37.356.458,83

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária | Padrao

Receita Corrente Líquida - RCL	Valores
	31/08/2015
Receita Corrente Líquida - RCL	-
Receita Corrente Líquida	61.315.454,57

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária | Padrao

Receitas e Despesas dos Regimes de Previdência	Período
	Até o Bimestre
Receitas e Despesas dos Regimes de Previdência	-
Regime Geral de Previdência Social	0,00
Receitas Previdenciárias Realizadas (I)	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)	
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	2.057.531,41
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)	2.632.431,53
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)	574.900,12
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)	2.057.531,41

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária | Padrao

Resultados Nominal e Primário	Verificação das Metas dos Resultados Nominal e Primário		
	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultados Nominal e Primário	-	-	-
Resultado Nominal		-3.216.264,22	
Resultado Primário		6.320.899,43	

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária | Padrao

Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	Estágios dos Restos a Pagar			
	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	-	-	-	-
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	2.288.345,15	166.223,50	587.273,04	1.534.848,61
Poder Executivo	2.288.345,15	166.223,50	587.273,04	1.534.848,61
Poder Legislativo				
Poder Judiciário				

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Itiquira - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 4º bimestre

Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	Estágios dos Restos a Pagar			
	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
Ministério Público				
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	2.855.384,74	0,00	1.926.322,08	929.062,66
Poder Executivo	2.855.384,74		1.926.322,08	929.062,66
Poder Legislativo				
Poder Judiciário				
Ministério Público				
TOTAL	5.143.729,89	166.223,50	2.513.595,12	2.463.911,27

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária | Padrao

Despesas com Ações Típicas de MDE	Apuração das Despesas com Ensino		
	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações Típicas de MDE	-	-	-
Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	9.080.914,18	25,00	26,95
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil Ensino Fundamental e Médio			
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	3.630.182,21	60,00	79,17
Complementação da União ao FUNDEB			

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária | Padrao

Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	Apuração das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	
	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo Não Realizado
Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	-	-
Receitas de Operações de Crédito		1.000,00
Despesa de Capital Líquida	2.334.134,29	8.375.360,99

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária | Padrao

Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência	Exercício de Apuração			
	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência	-	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias (**I**)				
Despesas Previdenciárias (**II**)				
Resultado Previdenciário (**III**) = (**I** - **II**)	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	2.545.069,34	2.968.902,94	377.175,16	-9.627.265,75
Receitas Previdenciárias (**IV**)	2.969.845,87	4.982.879,04	5.980.666,12	46.411,62
Despesas Previdenciárias (V)	424.776,53	2.013.976,10	5.603.490,96	9.673.677,37
Resultado Previdenciário (**VI**) = (**IV** - V)	2.545.069,34	2.968.902,94	377.175,16	-9.627.265,75

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária | Padrao

Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	Apuração da Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	
	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	-	-
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		50.000,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária | Padrao

Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	Apuração das Despesas com Saúde		
	Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual Percentual Aplicado até o Bimestre Saúde	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	-	-	-
Despesas com Ações e Serviços Oúblicos de Saúde Executadas com Recursos de Impostos	8.093.469,76	15,00	24,02

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária | Padrao

Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP	Valor Realizado no Período
	Valor Apurado no Exercício Corrente
Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP	-
Total das Despesas/RCL (%)	

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária | Padrao

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Itiquira - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2015
	Período de referência: 4º bimestre

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2015
Notas Explicativas	**-**
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Assinatura: 2

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

CONTABILIDADE
RGF-2º QUADRIMESTRE

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de Itiquira - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 2º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal | Padrao

Despesa com Pessoal	Despesa Executada com Pessoal	
	Despesas Executadas - Últimos 12 Meses	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
Despesa com Pessoal (Últimos 12 Meses)	-	-
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	27.673.134,14	0,00
Pessoal Ativo	27.353.004,91	
Pessoal Inativo e Pensionistas	320.129,23	
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)		
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	300.281,23	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração		
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração		
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	300.281,23	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	27.372.852,91	0,00

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal | Padrao

DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	
	Valor	% sobre a RCL
DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	-	-
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)	61.315.454,57	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	27.372.852,91	44,64
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	36.789.272,74	60,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	34.949.809,10	57,00
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	33.110.345,47	54,00

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2015
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de Itiquira - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 2º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal | Padrao

Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	Apuração da Trajetória de Retorno ao Limite da DTP								
	Exercício em que Excedeu o Limite			Exercício do Primeiro Período Seguinte			Exercício do Segundo Período Seguinte		
	No Quadrimestre/Semestre			Primeiro Período Seguinte			Segundo Período Seguinte		
	Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b-a)	Redutor Mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3*c)	Limite (e) = (b-d)	% DTP (f)	Redutor Residual (g) = (f-a)	Limite (h) = (a)	% DTP (i)
Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Percentual Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal									

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório de Gestão Fiscal**
	Prefeitura Municipal de Itiquira - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2015
	Período de referência: 2º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2015
Notas Explicativas	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2015
Notas Explicativas	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.4 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Ente Consorciado | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2015
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de Itiquira - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 2º quadrimestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios | Padrao

Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	Cálculo da Dívida Consolidada Líquida			
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Dívida Consolidada	-	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	3.775.756,77	3.496.908,96	3.282.409,93	0,00
Dívida Mobiliária				
Dívida Contratual	3.531.328,68	3.312.480,87	3.157.981,84	0,00
Interna	3.531.328,68	3.312.480,87	3.157.981,84	
Externa				
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 Vencidos e Não Pagos	2.786,09	2.786,09	2.786,09	
Outras Dívidas	241.642,00	181.642,00	121.642,00	
DEDUÇÕES (II)	3.690.799,97	5.886.594,58	7.007.853,40	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	5.953.010,77	8.057.530,93	8.796.175,15	
Demais Haveres Financeiros	24.502,40	20.857,57	15.038,47	
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	2.286.713,20	2.191.793,92	1.803.360,22	
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	84.956,80	-2.389.685,62	-3.725.443,47	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	52.803.944,53	55.912.474,73	61.315.454,57	0,00
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	7,15	6,25	5,35	
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	0,16	-4,27	-6,08	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	63.364.733,44	67.094.969,68	73.578.545,48	
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	57.028.260,10	60.385.472,71	66.220.690,94	
Detalhamento da Dívida Contratual	-	-	-	-
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	3.531.328,68	3.312.480,87	3.157.981,84	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)				
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	3.531.328,68	3.312.480,87	3.157.981,84	0,00
De Tributos	243.028,72	231.623,24	220.217,76	
De Contribuições Sociais	640.888,25	616.010,02	592.036,91	0,00
Previdenciárias	640.888,25	616.010,02	592.036,91	
Demais Contribuições Sociais				
Do FGTS				
Com Instituição Não Financeira	2.647.411,71	2.464.847,61	2.345.727,17	
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna				
Externa				
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)				
Outros Valores Não Integrantes da DC	-	-	-	-
Precatórios Anteriores a 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000	2.786,09	2.786,09	2.786,09	
Insuficiência Financeira				
Depósitos	84.993,90	432.705,77	425.677,66	
RP Não-Processados de Exercícios Anteriores	2.844.539,48	7.765.962,01	13.323.466,57	
Antecipações de Receita Orçamentária - ARO				
Dívida Consolidada Previdenciária	-	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IX)	27.294.967,12	28.675.700,84	31.785.428,36	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de Itiquira - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 2º quadrimestre

Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	Cálculo da Dívida Consolidada Líquida			
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Passivo Atuarial	27.294.967,12	28.675.700,84	31.785.428,36	
Demais Dívidas				
DEDUÇÕES (X)	7.858.725,06	8.758.021,50	9.355.893,89	
Disponibilidade de Caixa Bruta	233.913,58	129.636,65	3.274,44	
Investimentos	7.626.443,43	8.628.479,91	9.352.714,51	
Demais Haveres Financeiros				
(-) Restos a Pagar Processados	1.631,95	95,06	95,06	
Obrigações Não Integrantes da Dívida Consolidada				
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	19.436.242,06	19.917.679,34	22.429.534,47	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro TesouroNacional	**Relatório de Gestão Fiscal**
	Prefeitura Municipal de Itiquira - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2015
	Período de referência: 2º quadrimestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2015
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de Itiquira - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 2º quadrimestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.1 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios | Padrao

Tabela 2.1 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida	Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida											
	Exercício em que Excedeu o Limite			Exercício do primeiro período seguinte			Exercício do segundo período seguinte			Exercício do terceiro período seguinte		
	Quadrimestre em que Excedeu o Limite			Primeiro período seguinte			Segundo período seguinte			Terceiro período seguinte		
	Limite Máximo (a)	% DCL (b)	% Excedente (c) = (b-a)	Redutor mínimo de 25% do Excedente (d) = (0,25*c)	Limite (e) = (b-d)	% DCL (f)	Redutor Residual (g) = (f-a)	Limite (h) = (e)	% DCL (i)	Redutor Residual (j) = (i-a)	Limite (k) = (a)	% DCL (l)
Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Percentuais												

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório de Gestão Fiscal**
	Prefeitura Municipal de Itiquira - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2015
	Período de referência: 2º quadrimestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.1 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2015
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.2 - Trajetória de Ajuste da Dívida Consolidada Líquida em cada Exercício Financeiro - Estados, DF e Municípios | Padrao

Tabela 2.2 - Trajetória de Ajuste da Dívida Consolidada Líquida em cada Exercício Financeiro	Tabela 2.2 - Trajetória de Ajuste da Dívida Consolidada Líquida em cada Exercício Financeiro
	Trajetória de Ajuste da Dívida Consolidada Líquida em cada Exercício Financeiro
	% da DCL sobre a RCL
2001 - 3º Quadrimestre	-
DCL	
Excedente	
Redutor	
% Limite de Endividamento	
2002 - Quadrimestre	-
1º	
2º	
3º	
% Limite de Endividamento	
2003 - Quadrimestre	-
1º	
2º	
3º	
% Limite de Endividamento	
2004 - Quadrimestre	-
1º	
2º	
3º	
% Limite de Endividamento	
2005 - Quadrimestre	-
1º	
2º	
3º	
% Limite de Endividamento	
2006 - Quadrimestre	-
1º	
2º	
3º	
% Limite de Endividamento	
2007 - Quadrimestre	-
1º	
2º	
3º	
% Limite de Endividamento	
2008 - Quadrimestre	-
1º	
2º	
3º	
% Limite de Endividamento	
2009 - Quadrimestre	-
1º	
2º	
3º	
% Limite de Endividamento	
2010 - Quadrimestre	-
1º	
2º	
3º	
% Limite de Endividamento	
2011 - Quadrimestre	-
1º	
2º	
3º	
% Limite de Endividamento	
2012 - Quadrimestre	-
1º	
2º	
3º	
% Limite de Endividamento	
2013 - Quadrimestre	-
1º	
2º	
3º	
% Limite de Endividamento	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório de Gestão Fiscal**
	Prefeitura Municipal de Itiquira - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2015
	Período de referência: 2º quadrimestre

Tabela 2.2 - Trajetória de Ajuste da Dívida Consolidada Líquida em cada Exercício Financeiro	Tabela 2.2 - Trajetória de Ajuste da Dívida Consolidada Líquida em cada Exercício Financeiro
	Trajetória de Ajuste da Dívida Consolidada Líquida em cada Exercício Financeiro
	% da DCL sobre a RCL
2014 - Quadrimestre	-
1º	
2º	
3º	
% Limite de Endividamento	
2015 - Quadrimestre	-
1º	
2º	
3º	
% Limite de Endividamento	
2016 - Quadrimestre	-
1º	
2º	
3º	
% Limite de Endividamento	

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.2 - Trajetória de Ajuste da Dívida Consolidada Líquida em cada Exercício Financeiro - Estados, DF e Municípios | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2015
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de Itiquira - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 2º quadrimestre

RGF-Anexo 03 | Tabela 3.0 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores | Padrao

Garantias Concedidas e Contragarantias Recebidas	Saldos das Garantias Concedidas e Contragarantias Recebidas			
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Garantias Concedidas	-	-	-	-
Garantias Concedidas	-	-	-	-
EXTERNAS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em Operações de Crédito				
Outras Garantias nos Termos da LRF				
INTERNAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em Operações de Crédito				
Outras Garantias nos Termos da LRF				
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	52.803.944,53	55.912.474,73	61.315.454,57	
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL (III/IV)	0,00	0,00	0,00	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	11.616.867,80	12.300.744,44	13.489.400,01	
LIMITE DE ALERTA (inciso III § 1º do art. 59 da LRF)	10.455.181,02	11.070.670,00	12.140.460,01	
Contragarantias Recebidas	-	-	-	-
Contragarantias Recebidas	-	-	-	-
EXTERNAS (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em Operações de Crédito				
Outras Garantias nos Termos da LRF				
INTERNAS (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em Operações de Crédito				
Outras Garantias nos Termos da LRF				
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (VII) = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de Itiquira - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 2º quadrimestre

RGF-Anexo 03 | Tabela 3.0 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2015
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.0 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Estados, DF e Municípios | Padrao

Operações de Crédito	Valor Realizado no Período	
	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Operações de Crédito	-	-
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna		
Externa		
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito		
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP		
Demais Aquisições Financiadas		
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços		
Demais Antecipações de Receita		
Assunção Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)		
Outras Operações de Crédito		
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito		
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro		
Outras Operações de Crédito		
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos		
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias		
Demais Contribuições Sociais		
Do FGTS		
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal Financeira e Patrimonial		
Programa de Iluminação Pública - RELUZ		
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite		

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.0 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Estados, DF e Municípios | Padrao

Apuração do Cumprimento dos Limites	Apuração do Cumprimento dos Limites	
	VALOR	% SOBRE A RCL
Apuração do Cumprimento dos Limites	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	61.315.454,57	
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
Do Período de Referência (III)		
De Períodos Anteriores ao de Referência		
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	0,00	
Limite Geral Definido por Resolução do Senado Federal para as Operações de Crédito Internas e Externas	9.810.472,73	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	8.829.425,46	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal para as Operações de Crédito por Antecipação da Receita Orçamentária	4.292.081,82	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)		

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.0 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Estados, DF e Municípios | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2015
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal | Padrao

Receita Corrente Líquida	Valor Até o Bimestre/Semestre
	Valor até o Bimestre/Semestre
Receita Corrente Líquida	-
Receita Corrente Líquida	

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal | Padrao

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de Itiquira - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 2º quadrimestre

Resumo dos Limites	Valor Realizado no Período	
	VALOR	% SOBRE A RCL
Resumo dos Limites	-	-
Despesa com Pessoal	-	-
Despesa com Pessoal	-	-
Despesa Total com Pessoal - DTP	27.372.852,91	44,64
Limite Máximo (incisos I II e III art. 20 da LRF) - <%>	36.789.272,74	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único art. 22 da LRF) - <%>	34.949.809,10	57,00
Dívida Consolidada	-	-
Dívida Consolidada	-	-
Dívida Consolidada Líquida	-3.725.443,47	5,35
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	73.578.545,48	-6,08
Garantias de Valores	-	-
Garantias de Valores	-	-
Total das Garantias Concedidas		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	13.489.400,01	22,00
Operações de Crédito	-	-
Operações de Crédito	-	-
Operações de Crédito Internas e Externas		
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	9.810.472,73	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	4.292.081,82	7,00

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal | Padrao

Restos a Pagar	Restos a Pagar e Disponibilidade de Caixa	
	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Restos a Pagar	-	-
Restos a Pagar	-	-
Restos a Pagar	-	-
Valor Total		

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2015
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Assinatura: 2
Assinatura: 3

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

CAMARA MUNICIPL
PORTARIA LEGISLATIVA Nº 128/2015.

LICURGUIO LINS DE SOUZA, Presidente da Câmara Municipal de Itiquira - MT., no uso de suas atribuições legais, especialmente as disposições contidas nas Leis municipais nºs 898/2015 cominada com a 379/99 em seus artigos 75 e 76,

RESOLVE,

Art. 1º.CONCEDER ao servidor **ODENILSON DA SILVA FELÍCIO,** Assessor Parlamentar/Legislativo,matrícula funcional 127, admitido em 02/09/2013, Portador do CPF 816.826.461-49, Férias Regulamentares de 30(trinta) dias de gozo de férias, a partir de 01 de outubro 2015, relativo ao período aquisitivo: 02/09/2014 a 02/09/2015.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor, a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publica-se.

Itiquira-MT., 30 de setembro de 2015.

Licurguio Lins de Souza

Presidente

(Gestão 2015/2016)

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 062/2015

AVISO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ADESÃO Nº 006/2015 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 054/2015 DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2015 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA-MT

O prefeito municipal de Itiquira/MT, no uso de suas atribuições legais, torna público que o Município de Itiquira/MT aderiu a Ata de Registro de Preço nº 054/2015 do Pregão Presencial nº 006/2015 da Prefeitura Municipal de Jaciara-MT no dia 01/10/2015, contratando a empresa **CENTROESTE RESÍDUOS LTDA - EPP, CNPJ nº 09.255.903/0001-98**, para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RSSS (RESÍDUOS SÓLIDOS DE SERVIÇO DE SAÚDE) GRUPO "A" "B" E "E" PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITIQUIRA – MT,** no valor total de **R$ 79. 000,00 (setenta e nove mil reais)**, nos termos do Art. 6º do Decreto nº 7. 892, de 23 de Janeiro de 2013.

Itiquira - MT, 01 de outubro de 2015.

Humberto Bortolini

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO: Nº 337/2015

DATA ASSINATURA: 01/10/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT

CONTRATADO: NEUZA PEREIRA RODRIGUES

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA E EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO NO CARGO AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS, DEVENDO PERFAZER UMA CARGA HORÁRIA DE 40H SEMANAIS.

VALOR: CORRESPONDE AO VALOR-BASE DO CARGO, CONSTANTE NO EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2015

DATA DA VIGÊNCIA: 01 ANO, PRORROGÁVEL POR IGUAL PERÍODO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO ADITIVO Nº. 006/2015 AO CONTRATO N.º 0127/2012

CONTRATANTE: Prefeitura Mun. de Jaciara-MT; **CONTRATADO:** *JV CONSTRUTORA LTDA - ME;*OBJETO:READEQUAÇÃO DE PROJETO**;** Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas do contrato nº. 0127/2012; **ASSINATURA**: 11/09/2015.

ADEMIR GASPAR DE LIMA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

RREO ANEXO 11 4BIM

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNICIPIO DE JANGADA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JANEIRO-AGOSTO

RREO – ANEXO XI (LRF, art.53, § 1º, inciso I) R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (d)	RECEITAS EXECUTADAS até o bimestre (b)	SALDO NÃO EXECUTADO (c) = (a – b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)			

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTAS até o bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g) = (d – (e+f))
		Liquidadas (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	1.478.145,92	249.091,87		1.229.054,05
(-)INCENTIVOS FISCAIS A CONTRIBUINTE				
(-)INCENTIVOS FISCAIS A CONTRIBUINTE POR INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS				
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	1.478.145,92	249.091,87		1.229.054,05

RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-1.478.145,92	-249.091,87	-1.229.054,05

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

2 Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Valdecir Kemer
Prefeito Municipal

Paulo Neris de Assuncao
Contador CRC-MT 8232/0-4

Jose Candido da Rocha Neto Neto
Sec. Administracao e Finanças

Emissão: 29/09/2015 15:06:35 Page 1 de 1

Homologado

RREO ANEXO 10 4BIM

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNÍCIPIO DE JANGADA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE CONSOLIDADO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO-AGOSTO

RREO – Anexo X (LDB, Art. 72) R$1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA DE IMPOSTOS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	355.113,80	355.113,80	121.191,63	530.634,87	149,43%
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	13.614,14	13.614,14	3.081,54	10.430,30	76,61%
1.1.1 - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	8.646,93	8.646,93	1.068,11	3.923,69	45,38%
1.1.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	2,43	2,43	33,15	49,17	2.023,46%
1.1.3 - Dívida Ativa do IPTU	4.964,78	4.964,78	1.272,31	4.928,88	99,28%
1.1.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	0,00	0,00	782,84	3.543,04	
1.1.5 - (-) Deduções da Receita do IPTU	0,00	0,00	(74,87)	(2.014,48)	
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	61.681,21	61.681,21	24.423,20	28.872,19	46,81%
1.2.1 - Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	61.681,21	61.681,21	24.423,20	28.872,19	46,81%
1.2.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.2.3 - Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.2.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.2.5 - (-) Deduções da Receita do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	279.818,45	279.818,45	93.686,89	491.332,38	175,59%
1.3.1 - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	278.873,07	278.873,07	93.305,07	490.768,95	175,98%
1.3.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	945,38	945,38	386,17	569,73	60,26%
1.3.3 - Dívida Ativa do ISS	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.3.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.3.5 - (-) Deduções da Receita do ISS	0,00	0,00	(4,35)	(6,30)	
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.5.1 - Imposto sobra a Propriedade Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.5.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.5.3 - Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.5.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativo do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.5.5 - (-) Deduções da Receita do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	
2 - RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	9.259.261,98	9.259.261,98	1.447.625,87	6.304.522,50	68,09%
2.1- Cota-Parte FPM	5.844.679,94	5.844.679,94	854.631,09	3.947.132,31	67,53%
2.1.1 - (-) Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	5.844.679,94	5.844.679,94	854.631,09	3.947.132,31	67,53%
2.1.2 - (-) Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.2- Cota-Parte ICMS	3.083.640,59	3.083.640,59	541.892,95	2.129.867,94	69,07%
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	14.851,52	14.851,52	2.827,82	11.311,27	76,16%
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.5- Cota-Parte ITR	16.035,42	16.035,42	146,32	14.324,81	89,33%
2.6- Cota-Parte IPVA	300.054,51	300.054,51	48.127,69	201.886,17	67,28%
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00	0,00	
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	9.614.375,78	9.614.375,78	1.568.817,50	6.835.157,37	71,09%

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLIC. FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO					
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	254.120,00	254.120,00	22.328,37	157.994,46	62,17%
5.1- Transferências do Salário-Educação	94.885,74	94.885,74	11.568,86	58.369,38	61,52%
5.2- Outras Transferências do FNDE	159.234,26	159.234,26	7.972,00	91.933,31	57,73%
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE			2.787,51	7.691,77	
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	122.607,85	122.607,85	42.380,05	151.617,29	123,66%
6.1- Transferência de Convênios	122.607,85	122.607,85	42.380,05	151.617,29	123,66%
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios					
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO					
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO					
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 +5 + 6 + 7 + 8)	376.727,85	376.727,85	64.708,42	309.611,75	82,18%

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	1.851.851,06	1.851.851,06	276.229,72	1.247.608,54	67,37%
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.168.935,72	1.168.935,72	157.630,96	776.131,08	66,40%
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	616.727,88	616.727,88	108.378,55	425.973,44	69,07%
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	2.970,22	2.970,22	565,56	2.262,24	76,16%
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)					
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadado Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	3.206,95	3.206,95	29,24	2.864,90	89,33%
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	60.010,29	60.010,29	9.625,41	40.376,88	67,28%
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.434.504,18	1.434.504,18	158.328,01	673.133,67	46,92%
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.434.504,18	1.434.504,18	158.328,01	673.133,67	46,92%
11.2- Complementação da União ao FUNDEB					
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB					
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	-417.346,88	-417.346,88	-117.901,71	-574.474,87	137,65%

SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) > 0] = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB
SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) < 0] = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTERIO					
13.1- Com Educação Infantil					
13.2- Com Ensino Fundamental					
14- OUTRAS DESPESAS					
14.1- Com Educação Infantil					
14.2- Com Ensino Fundamental					
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	0,00	0,00	0,00	0,00	

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	VALOR

Emissão: 29/09/2015 15:04:23 Page 1 de 2
Homologado

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNÍCIPIO DE JANGADA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE CONSOLIDADO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO-AGOSTO

RREO – Anexo X (LDB, Art. 72) R$1,00

16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB	
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)	
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %	

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQÜENTE	VALOR
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	0,00
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE2015[2]	0,00

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)[3]	2.403.593,95	2.403.593,95	392.204,38	1.708.789,34	71,09%

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL					
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB					
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos					
24- ENSINO FUNDAMENTAL					
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB					
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos					
25- ENSINO MÉDIO					
26- ENSINO SUPERIOR					
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR					
28- OUTRAS					
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23+24+25+26+27+28)	0,00	0,00	0,00	0,00	

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	-574.474,87
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)	0,00
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	0,00
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO[4]	0,00
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)	0,00
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)	-574.474,87
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))	574.474,87
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %	8,40

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM APLIC. FINAN. DE OUTROS RECURSOS DE IMP. VINC. AO ENSINO					0,00%
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO					0,00%
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO					0,00%
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO					0,00%
44- TOTAL DAS OUTRAS DESP. CUSTEADAS COM RECEITAS ADIC. P/ FINAN. DO ENSINO (40+41+42+43)					0,00%
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2015 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	673.133,67	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	673.133,67	0,00

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA
1 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.
2 Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subseqüente, mediante abertura de crédito adicional."
3 Caput do art. 212 da CF/1988
4 Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.
5 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

Valdecir Kemer
Prefeito Municipal

Paulo Neris de Assuncao
Contador CRC-MT 8232/0-4

Jose Candido da Rocha Neto Neto
Sec. Administracao e Finanças

Emissão: 29/09/2015 15:04:23 Page 2 de 2
Homologado

RREO ANEXO 1 4BIM

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO/2015

RREO – ANEXO I (LRF, Art. 52, Inciso I, alineas "a" e "b" do Inciso II e § 1º - Anexo I) R$ 1,00

DESPESAS	Dotação Inicial (d)	Créditos Adicionais (e)	Dotação Atualizada (f = d + e)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		% (j / f)	Saldo a Liquidar (f - j)
				No Bimestre (g)	Até o Bimestre (h)	No Bimestre (i)	Até o Bimestre (j)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	14.855.883,58	3.100,00	14.858.983,58	2.396.010,57	9.242.969,07	2.469.047,97	8.879.153,58	59,75	5.979.830,00
DESPESAS CORRENTES	12.358.202,92	975.106,74	13.333.309,66	2.171.994,13	8.989.457,06	2.246.433,53	8.627.043,57	64,70	4.706.266,09
Pessoal e Encargos Sociais	5.580.557,64	1.000.335,87	6.580.893,51	1.290.668,87	5.285.544,82	1.290.668,87	5.285.544,82	80,31	1.295.348,69
Juros e Encargos da Dívida									
Outras Despesas Correntes	6.777.645,28	-25.229,13	6.752.416,15	881.325,26	3.703.912,24	955.764,66	3.341.498,75	49,48	3.410.917,40
DESPESAS DE CAPITAL	2.447.680,66	-972.006,74	1.475.673,92	224.016,44	253.512,01	222.614,44	252.110,01	17,08	1.223.563,91
Investimentos	2.446.680,66	-971.006,74	1.475.673,92	224.016,44	253.512,01	222.614,44	252.110,01	17,08	1.223.563,91
Inversões Financeiras									
Amortização da Dívida	1.000,00	-1.000,00							
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00		50.000,00						50.000,00
RESERVA DO RPPS									
DESPESAS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(IX)									
SUBTOTAL DAS DESPESAS(X)=(VIII + IX)	14.855.883,58	3.100,00	14.858.983,58	2.396.010,57	9.242.969,07	2.469.047,97	8.879.153,58	59,75	5.979.830,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XI)									
Amortização da Dívida Interna									
Dívida Mobiliária									
Outras Dívidas									
Amortização da Dívida Externa									
Dívida Mobiliária									
Outras Dívidas									
SUBTOTAL C/REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	14.855.883,58	3.100,00	14.858.983,58	2.396.010,57	9.242.969,07	2.469.047,97	8.879.153,58	59,75	5.979.830,00
SUPERÁVIT (XIII)									
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	14.855.883,58	3.100,00	14.858.983,58	2.396.010,57	9.242.969,07	2.469.047,97	8.879.153,58	59,75	5.979.830,00

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (d)	Créditos Adicionais (e)	Dotação Atualizada (f = d + e)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		% (j / f)	Saldo a Liquidar (f - j)
				No Bimestre (g)	Até o Bimestre (h)	No Bimestre (i)	Até o Bimestre (j)		
DESPESAS CORRENTES (I)									
Pessoal e Encargos Sociais									
Juros e Encargos da Dívida									
Outras Despesas Correntes									
DESPESAS DE CAPITAL (II)									
Investimentos									
Inversões Financeiras									
Amortização da Dívida									
SUBTOTAL DAS DESPESAS (III) = (I + II)									
SUPERÁVIT (IV)									
TOTAL (V) = (III + IV)									

Emissão: 29/09/2015 14:51:39

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO/2015

RREO – ANEXO I (LRF, Art. 52, Inciso I, alineas "a" e "b" do Inciso II e § 1º - Anexo I) R$ 1,00

Valdecir Kemer
Prefeito Municipal

Paulo Neris de Assuncao
Contador CRC-MT 8232/0-4

Jose Candido da Rocha Neto Neto
Sec. Administracao e Finanças

RGF ANEXO 6 2QD

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DE RESTOS A PAGAR

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Janeiro à Agosto / 2015

RGF – ANEXO 06 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b") R$ 1,00

ORGAO	RESTOS A PAGAR INSCRITOS				EMPENHOS CANCELADOS E NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não Processados)		
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	
GABINETE DO PREFEITO	0,00	36.788,04	0,00	1.593,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE	0,00	3.218,05	0,00	7.097,66	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO	13.886,73	31.250,01	0,00	78.212,87	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	30.356,23	49.915,09	151.790,65	17.262,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA	0,00	3.798,35	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E EC	0,00	17.127,29	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	5.875,74	223.268,80	0,00	3.940,30	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	0,00	6.784,18	115.915,21	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS	0,00	40.790,61	0,00	36.670,35	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA	0,00	3.218,05	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	0,00	3.218,05	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIACAO URBANO	60.695,33	95.102,34	0,00	156.366,64	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	8.404,39	234.490,73	0,00	9.666,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES	0,00	6.848,35	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO	0,00	6.436,10	0,00	0,00	0,00
TOTAL	119.218,42	762.254,04	267.705,86	310.808,82	0,00

SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (Apurado no Anexo V - Demonstrativo da Disponibiliade de Caixa)	2.207.336,34

FONTE	RESTOS A PAGAR INSCRITOS				EMPENHOS CANCELADOS E NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não Processados)		
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	
000-Recursos Ordinarios	80.707,70	494.948,02	115.915,21	308.288,82	0,00
000-Transferencia de Recursos do Fundo Nacional de Ass	0,00	25.269,51	0,00	0,00	0,00
000-Transferencia de Recursos do Fundo Nacional do Des	31.428,18	12.210,36	151.790,65	0,00	0,00
000-Transferencia de Recursos do Sistema Unico de Saud	7.082,54	58.699,52	0,00	2.520,00	0,00
000-Transferencias do FUNDEB - (aplicacao na remunerac	0,00	171.126,63	0,00	0,00	0,00
TOTAL	119.218,42	762.254,04	267.705,86	310.808,82	0,00

SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (Apurado no Anexo V - Demonstrativo da Disponibiliade de Caixa)	2.207.336,34

Valdecir Kemer
Prefeito Municipal

Paulo Neris de Assuncao
Contador CRC-MT 8232/0-4

Jose Candido da Rocha Neto Neto
Sec. Administracao e Finanças

Emissão: 29/09/2015 15:21:04

Page 1 de 1
Homologado

RGF ANEXO 5 2QD

CAMARA MUNICIPAL DE JANGADA

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO DE 2015

RGF – ANEXO 05 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a") R$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
0000000000 - Fonte não Cadastrada	-17.049,54	0,00	-17.049,54
0100000000 - Recursos Ordinarios	560.971,76	190.569,88	370.401,88
0101000000 - Receitas de Impostos e de Transferencia de Impostos - Educacao	659,24	0,00	659,24
0102000000 - Receitas de Impostos e de Transferencia de Impostos - Saude	395,58	0,00	395,58
0114000000 - Transferencia de Recursos do Sistema Unico de Saude - SUS	576.602,80	7.082,54	569.520,26
0115000000 - Transferencia de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educacao - FNDE	-9.416,70	182.146,88	-191.563,58
0118000000 - Transferencias do FUNDEB - (aplicacao na remuneracao dos profissionais do Magisterio em efetivo exercicio na Educacao Basica)	-179.500,33	0,00	-179.500,33
0122000000 - Transferencias de Convenios - Educacao	156.984,54	0,00	156.984,54
0124000000 - Transferencias de Convenios - Outros (nao relacionados a educacao/saude/assistencia social)	1.352.225,21	0,00	1.352.225,21
0129000000 - Transferencia de Recursos do Fundo Nacional de Assistencia Social - FNAS	145.263,08	0,00	145.263,08
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	2.587.135,64	379.799,30	2.207.336,34
TOTAL (III) = (I + II)	**2.587.135,64**	**379.799,30**	**2.207.336,34**

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES[1]			

Valdecir Kemer
Prefeito Municipal

Paulo Neris de Assuncao
Contador CRC-MT 8232/0-4

Jose Candido da Rocha Neto Neto
Sec. Administracao e Finanças

Agili Softwares Para Área Publica (65) 3619-3700

Emissão: 29/09/2015 15:19:19

Page 1 de 1
Homologado

RGF ANEXO 4 2QD

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Segundo Quadrimestre - Maio à Agosto de 2015

RGF – ANEXO 04 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c") R$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALORES		
	No Quadrimestre	Até o Quadrimestre (a)	Executado Até o Quadrimestre
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00	0,00
Antecipação da Receita	0,00	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Servicos	0,00	0,00	0,00
Demais Atencipações da Receita	0,00	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00	0,00
Parcelamento de Dívidas	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuicoes Sociais	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% Sobre a RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	12.997.511,10	-
OPERAÇÕES VEDADAS (III)	0,00	0,00%
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE = (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00%
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	0,00	0,00%
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF)	0,00	90,00%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00%
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00%
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00%

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

Nota: [1] **Este demonstrativo evidencia todas as operações de crédito efetivamente realizadas pelo ente, sem prejuízo da verificação da legalidade dessas operações, bem como das eventuais cominações decorrentes, especialmente no caso de operações de crédito vedadas ou em desacordo com limites e condições impostos pela legislação em vigor.**

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Segundo Quadrimestre - Maio à Agosto de 2015

RGF – ANEXO 04 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c") R$ 1,00

Valdecir Kemer	Contador CRC-MT 8232/0-4	Jose Candido da Rocha Neto Neto
Prefeito Municipal	Contador CRC-MT 8232/0-4	Sec. Administracao e Finanças

RGF ANEXO 3 2QD

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAIL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Quadrimestral - Janeiro a Agosto de 2015

RGF – ANEXO 03 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º) R$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCICIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCICIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)				
Aval ou Fiança em Operações de Crédito				
Outras Garantias na Forma da LRF*				
INTERNAS (II)				
Aval ou Fiança em Operações de Crédito				
Outras Garantias na Forma da LRF *				
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)				
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	12.821.779,40	12.409.936,90	12.997.511,13	
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL				
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL %				
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) 90,00%				

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCICIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCICIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
INTERNAS (VI)				
Aval ou Fiança em Operações de Crédito				
Outras Garantias na Forma da LRF *				
EXTERNAS (V)				
Aval ou Fiança em Operações de Crédito				
Outras Garantias na Forma da LRF*				

Emissão: 29/09/2015 15:13:14 Page 1 de 2

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAIL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Quadrimestral - Janeiro a Agosto de 2015

RGF – ANEXO 03 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º) R$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCICIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCICIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (VII) = (V + VI)				

Fonte: MUNICÍPIO DE JANGADA

Nota: * Inclui garantias concedidas por meio de fundos.

Valdecir Kemer
Prefeito Municipal

Paulo Neris de Assuncao
Contador CRC-MT 8232/0-4

Jose Candido da Rocha Neto Neto
Sec. Administracao e Finanças

Emissão: 29/09/2015 15:13:14 Page 2 de 2

Homologado

RGF ANEXO 2 2QD

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA
CNPJ: 24772147000168
Paco Municipal Julio Domingos de Campos - - Centro
Telefone 06533441453
pmjangada@bol.com.br

Relatório de Gestão Fiscal
Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Quadrimestral - 01/2015 à 08/2015

RGF – ANEXO 02 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO EXERCICIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		até o 1º Quadrimestre	até o 2º Quadrimestre	até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e Não Pagos.	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	2.087.655,83	3.033.797,34	2.576.025,59	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.311.048,95	3.165.992,21	2.687.322,05	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	786,00	796,98	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	223.393,12	132.980,87	112.093,44	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-2.087.655,83	-3.033.797,34	-2.576.025,59	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	12.821.779,40	12.409.936,90	12.997.511,13	0,00
% da DC sobre a RCL (I / RCL)	0,00	0,00	0,00	0,00
% da DCL sobre a RCL (III / RCL)	-16,28	-24,45	-19,82	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00

DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL				
DÍVIDA DE PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdênciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC				
DEMAIS DIVIDAS CONTRATUAIS	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	57.811,72	82.628,94	44.329,39	0,00
RP NÃO PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	582.771,17	395.743,39	267.705,86	0,00

DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA				
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDÊNCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

Valdecir Kemer
Prefeito Municipal

Paulo Neris de Assuncao
Contador CRC-MT 8232/0-4

Jose Candido da Rocha Neto Neto
Sec. Administracao e Finanças

Emissão: 29/09/2015 15:11:50

Page 1 de 1

Homologado

RGF - 2º QUADRIMESTRE

CAMARA MUNICIPAL DE JANGADA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Setembro /2014 a Agosto/2015

RGF – ANEXO 01 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") **R$ 1,00**

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	321.868,34	
Pessoal Ativo	321.868,34	
Pessoal Inativo e Pensionistas		
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Tercerização (§ 1º do art. 18 da LRF)		
DESPESA NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)		
Indenizações por Demissão e Incentivos a Demissão Voluntária		
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração		
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração		
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	321.868,34	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)		321.868,34	86.834,00 %
LIMITE MAXIMO VI (incisos I, II e III, do art. 20 da LRF)			70,00 %
LIMITE PRUDENCIAL VII (§ único do art. 22 da LRF)			66,50 %
LIMITE DE ALERTA VIII (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	90,00 %		0,00 %

Fonte: CAMARA MUNICIPAL DE JANGADA

FLAVIO LUCIO DE ALMEIDA RONDON
Presidente

PEDRO HEMING DOS SANTOS
Contador(a)

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL					
1º Quadrimestre de2015			2º Quadrimestre de 2015		
Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b - a)	Redutor Mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3 * c)	Limite (e) = (b - d)	% DTP (f)
70,00 %	457,00 %	387,00 %	129,00 %	328,00 %	86.834,00 %

Emissão: 30/09/2015 07:22:51 CAMARA MUNICIPAL DE JANGADA Page 1 de 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO

CAMARA MUNICIPAL DE JANGADA

CNPJ: 24772071000170

Joao Ponce de Arruda - 0000000 - Centro

Telefone 06533441482

Relatório de Gestão Fiscal

Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Quadrimestral - 01/2015 à 08/2015

RGF – ANEXO 02 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO EXERCICIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		até o 1º Quadrimestre	até o 2º Quadrimestre	até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e Não Pagos.	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	0,00	2.261,76	1.556,51	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	2.261,76	1.556,51	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	0,00	-2.261,76	-1.556,51	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	0,00	0,00	0,00	0,00
% da DC sobre a RCL (I / RCL)	0,00	0,00	0,00	0,00
% da DCL sobre a RCL (III / RCL)	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00

DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL				
DÍVIDA DE PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdênciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC				
DEMAIS DIVIDAS CONTRATUAIS	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	0,00	1.563,62	1.683,21	0,00
RP NÃO PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00

DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA				
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDÊNCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

FLAVIO LUCIO DE ALMEIDA RONDON
Presidente

PEDRO HEMING DOS SANTOS
Contador(a)

Emissão: 30/09/2015 07:23:31

Page 1 de 1

Homologado

CAMARA MUNICIPAL DE JANGADA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAIL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Quadrimestral - Janeiro a Agosto de 2015

RGF – ANEXO 03 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º) R$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCICIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCICIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)				
Aval ou Fiança em Operações de Crédito				
Outras Garantias na Forma da LRF*				
INTERNAS (II)				
Aval ou Fiança em Operações de Crédito				
Outras Garantias na Forma da LRF *				
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)				
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL				
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL %				
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) 90,00%				

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCICIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCICIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
INTERNAS (VI)				
Aval ou Fiança em Operações de Crédito				
Outras Garantias na Forma da LRF *				
EXTERNAS (V)				
Aval ou Fiança em Operações de Crédito				

Emissão: 30/09/2015 07:24:24 Page 1 de 2

Homologado

CAMARA MUNICIPAL DE JANGADA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAIL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Quadrimestral - Janeiro a Agosto de 2015

RGF – ANEXO 03 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º) R$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCICIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCICIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Outras Garantias na Forma da LRF*				
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (VII) = (V + VI)				

Fonte: CAMARA MUNICIPAL DE JANGADA

Nota: * Inclui garantias concedidas por meio de fundos.

FLAVIO LUCIO DE ALMEIDA RONDON
Presidente

PEDRO HEMING DOS SANTOS
Contador(a)

CAMARA MUNICIPAL DE JANGADA

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Segundo Quadrimestre - Maio à Agosto de 2015

RGF – ANEXO 04 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c") R$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALORES		
	No Quadrimestre	Até o Quadrimestre (a)	Executado Até o Quadrimestre
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00	0,00
Antecipação da Receita	0,00	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Servicos	0,00	0,00	0,00
Demais Atencipações da Receita	0,00	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00	0,00
Parcelamento de Dívidas	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuicoes Sociais	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% Sobre a RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	0,00	-
OPERAÇÕES VEDADAS (III)	0,00	0,00%
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE = (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00%
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	0,00	0,00%
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF)	0,00	90,00%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00%
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00%
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00%

Fonte: CAMARA MUNICIPAL DE JANGADA

Nota: [1] **Este demonstrativo evidencia todas as operações de crédito efetivamente realizadas pelo ente, sem prejuízo da verificação da legalidade dessas operações, bem como das eventuais cominações decorrentes, especialmente no caso de operações de crédito vedadas ou em desacordo com limites e condições impostos pela legislação em vigor.**

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Segundo Quadrimestre - Maio à Agosto de 2015

RGF – ANEXO 04 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c") R$ 1,00

FLAVIO LUCIO DE ALMEIDA RONDON	Contador(a)
Presidente	Contador(a)

CAMARA MUNICIPAL DE JANGADA

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E RESTOS A PAGAR

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO DE 2015

RGF – Anexo 05 (LRF, art 55, Inciso III, alínea "a") R$ 1,00

TOTAL DOS RECURSOS NAO VINCULADOS (II)	**1.556,51**		**5.320,75**			**-3.764,24**	**9.568,55**	
0100000000 - Recursos Ordinários	1.556,51		5.320,75			-3.764,24	9.568,55	
TOTAL (III) = (I = II)	**1.556,51**		**5.320,75**			**-3.764,24**	**9.568,55**	

Emissão: 30/09/2015 07:25:38

Page 1 de 1
Homologado

RREO ANEXO 6 4BIM

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNICIPIO DE JANGADA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO-AGOSTO

RREO – Anexo VI (LRF, art 53, inciso III) R$ 1,00

Dívida Fiscal Líquida	Saldo		
	Em 31/DEZ/2014(a)	Em 30/JUN/2015 (b)	Em 31/AGO/2015 (c)
DIVIDA CONSOLIDADA (I)			
DEDUCOES (II)	2.087.655,83	3.049.953,83	2.574.469,08
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.311.048,95	3.177.100,50	2.685.765,54
Demais Haveres Financeiros			796,98
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatorios)	223.393,12	127.146,67	112.093,44
DIVIDA CONSOLIDADA LIQUIDA (III) = (I - II)	-2.087.655,83	-3.049.953,83	-2.574.469,08
RECEITA DE PRIVATIZACOES (IV)			
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)			
DIVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-2.087.655,83	-3.049.953,83	-2.574.469,08

Resultado Nominal	Período de Referência	
	No Bimestre (c-b)	Até o Bimestre (c-a)
VALOR	475.484,75	-486.813,25

Discriminação da Meta Fiscal	Valor Corrente
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA [3]	0,00

Previdenciário			
Dívida Fiscal Líquida Previdenciária	Saldo		
	Em 31/DEZ/2014(a)	Em 30/JUN/2015 (b)	Em 31/AGO/2015 (c)
DIVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIARIA (VII)			
Passivo Atuarial			
Demais Dividas			
DEDUCOES (VIII)			
Disponibilidade de Caixa Bruta			
Investimentos			
Demais Haveres Financeiros			
(-) Restos a Pagar Processados			
DIVIDA CONSOLIDADA LIQUIDA PREVIDENCIARIA (IX) = (VII-VIII)			
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

Fonte: CAMARA MUNICIPAL DE JANGADA

Valdecir Kemer
Prefeito Municipal

Paulo Neris de Assuncao
Contador CRC-MT 8232/0-4

Jose Candido da Rocha Neto Neto
Sec. Administracao e Finanças

Emissão: 29/09/2015 14:57:47

Page 1 de 1
Homologado

RREO ANEXO 9 4BIM

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA
RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORCAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO-AGOSTO

RREO - ANEXO IX (LRF, art. 53, inciso V) R$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2014				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2014			
RESTOS A PAGAR(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)										
EXECUTIVO		223.393,12		141.655,91	81.737,21		582.771,17	112.259,91	172.449,17	298.062,09
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	223.393,12	0,00	141.655,91	81.737,21	0,00	582.771,17	112.259,91	172.449,17	298.062,09

Valdecir Kemer
Prefeito Municipal

Paulo Neris de Assuncao
Contador CRC-MT 8232/0-4

Jose Candido da Rocha Neto Neto
Sec. Administracao e Finanças

Emissão: 29/09/2015 15:00:45

Agili Softwares Para Area Publica (65) 3619-3700

Page 1 de 1
Homologado

RREO ANEXO 3 4BIM

GOVERNO FEDERAL;ESTADO DE MATO GROSSO;MUNICIPIO DE JANGADA;
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - CONSOLIDADO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2014 A AGOSTO/2015

RREO - ANEXO III (LRF, art. 53, Inciso I) — R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2015
	SET/14	OUT/14	NOV/14	DEZ/14	JAN/15	FEV/15	MAR/15	ABR/15	MAI/15	JUN/15	JUL/15	AGO/15		
RECEITAS CORRENTES (I)	1.012.350,87	1.120.659,49	1.272.842,96	1.634.495,19	1.390.501,80	1.062.736,10	1.105.835,22	1.235.244,68	1.351.996,05	1.347.321,20	1.175.958,35	1.089.240,48	14.799.182,39	14.260.053,98
Receita Tributaria	42.532,62	60.811,65	155.173,71	117.862,75	71.890,77	16.208,30	89.005,06	100.514,62	40.184,37	165.569,05	61.997,15	77.275,08	999.025,13	419.683,03
IPTU	112,50	161,16	831,68	340,12	110,64	43,12	50,62	185,62	1.162,47	1.303,11	298,18	769,93	5.369,15	8.646,93
ISS	39.275,99	50.257,79	56.460,97	74.998,15	70.366,13	11.663,78	85.191,44	97.475,40	38.487,31	94.279,82	41.084,94	51.738,23	711.279,95	278.873,07
ITBI	1.530,00	2.340,00	603,00	4.743,00		1.432,40	1.050,00		166,59	1.800,00		24.423,20	38.088,19	61.681,21
IRRF	813,33	129,66	96.202,06	36.189,32				1.171,60		63.350,14	18.275,60		216.131,71	1.121,88
Outras Receitas Trib.	800,80	7.923,04	1.076,00	1.592,16	1.414,00	3.069,00	2.713,00	1.682,00	368,00	4.835,98	2.338,43	343,72	28.156,13	69.359,94
Receita Contribuicoes														
Receita Patrimonial	13.555,24	13.248,22	11.644,66	17.166,52	14.601,95	14.901,60	15.374,97	15.887,97	15.491,50	18.601,72	20.499,54	1,48	170.975,37	167.192,74
Receita Agropecuaria														
Receita Industrial														
Receita Servicos														
Transf. Correntes	956.234,89	1.046.061,42	1.105.759,84	1.496.886,86	1.301.903,06	1.030.134,59	999.962,38	1.112.798,46	1.294.748,34	1.162.438,03	1.091.331,36	1.011.369,20	13.609.628,43	13.662.802,19
Cota-Parte do FPM	374.423,69	353.868,93	468.390,79	753.362,56	571.401,61	583.290,34	424.841,34	458.516,39	563.847,26	490.604,28	429.753,13	424.877,96	5.897.178,28	5.844.679,94
Cota-Parte do ICMS	270.495,14	267.710,36	257.580,78	270.988,92	268.238,17	225.140,33	292.850,74	255.954,92	268.710,11	277.080,72	278.148,24	263.744,71	3.196.643,14	3.083.640,59
Cota-Parte do IPVA	8.499,01	8.739,02	10.776,31	3.117,12	2.689,25	32.801,90	21.948,91	31.225,44	44.336,42	20.756,56	25.109,20	23.018,49	233.017,63	300.054,51
Cota-Parte do ITR	19.327,72	69.029,87	9.939,96	6.646,75	7.045,20	648,36	632,44	58,78	3.728,84	2.064,87	54,42	91,90	119.269,11	16.035,42
Transf. LC 87/1996	1.375,14	1.375,14	1.375,14	2.750,28				5.655,63	1.413,91	1.413,91	1.413,91		16.773,06	14.851,52
Transf. LC 61/1989														
Transferencias FUNDEB	110.045,28	126.052,30	115.603,77	123.538,85	87.664,60	82.023,93	84.203,45	78.856,54	96.224,53	85.832,61	77.921,19	80.134,10	1.148.101,15	1.434.504,18
Outras Transf. Corr.	172.068,91	219.285,80	242.093,09	336.482,38	364.864,23	106.229,73	175.485,50	282.530,76	316.487,27	284.685,08	278.931,27	219.502,04	2.998.646,06	2.969.036,03
Outras Receitas Corr.	28,12	538,20	264,75	2.579,06	2.106,02	1.491,61	1.492,81	6.043,63	1.571,84	712,40	2.130,30	594,72	19.553,46	10.376,02
DEDUCOES (II)	134.824,06	140.144,58	149.612,49	159.598,67	169.874,82	168.376,10	148.054,60	150.282,11	176.407,21	158.383,98	133.600,44	142.346,50	1.831.505,56	1.851.851,06
Cont.Pla.Seg.Soc.Serv.														
Comp.Financ.Reg.Prev.														
Ded.Rec.p/Form.FUNDEB	134.824,06	140.144,58	149.612,49	159.598,67	169.874,82	168.376,10	148.054,60	150.282,11	176.407,21	158.383,98	133.600,44	142.346,50	1.831.505,56	1.851.851,06
RECEITA CORRENTE LIQUIDA(III) = (I - II)	877.526,81	980.514,91	1.123.230,47	1.474.896,52	1.220.626,98	894.360,00	957.780,62	1.084.962,57	1.175.588,84	1.188.937,22	1.042.357,91	946.893,98	12.967.676,83	12.408.202,92

Valdecir Kemer
Prefeito Municipal

Paulo Neris de Assuncao
Contador CRC-MT 8232/0-4

Jose Candido da Rocha Neto Neto
Sec. Administracao e Finanças

Emissão: 29/09/2015 14:56:10

Page 1 de 1

Homologado

RREO ANEXO 1_ 4BIM

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO/2015

RREO – ANEXO I (LRF, Art. 52, Inciso I, alíneas "a" e "b" do Inciso II e § 1º - Anexo I) R$ 1,00

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (c - a)
			No Bimestre (b)	% (b / a)	Até o Bimestre (c)	% (c / a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	14.855.883,58	14.855.883,58	2.041.823,11	13,74	8.816.236,28	59,34	6.039.647,30
RECEITAS CORRENTES	12.408.202,92	12.408.202,92	2.021.823,11	16,29	8.541.544,32	68,83	3.866.658,60
RECEITA TRIBUTARIA	419.683,03	419.683,03	139.754,13	33,29	623.126,30	148,47	-203.443,27
Impostos	350.323,09	350.323,09	137.071,98	39,12	606.362,17	173,08	-256.039,08
Taxas	69.359,94	69.359,94	2.682,15	3,86	16.764,13	24,16	52.595,81
Contribuição de Melhoria							
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES							
Contribuições Sociais							
Contribuições Econômicas							
RECEITA PATRIMONIAL	167.192,74	167.192,74	35.448,17	21,20	130.307,88	77,93	36.884,86
Receitas Imobiliárias							
Receitas de Valores Mobiliários	166.905,36	166.905,36	35.347,53	21,17	130.207,24	78,01	36.698,12
Receitas de Concessões e Permissões							
Outras Receitas	287,38	287,38	100,64	35,01	100,64	35,01	186,74
RECEITA AGROPECUÁRIA							
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL							
Receita da Indústria de Transformação							
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	11.810.951,13	11.810.951,13	1.843.895,79	15,61	7.771.966,81	65,80	4.038.984,32
Transferências Intergovernamentais	11.688.343,28	11.688.343,28	1.801.515,74	15,41	7.620.349,52	65,19	4.067.993,76
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Convênios	122.607,85	122.607,85	42.380,05	34,56	151.617,29	123,66	-29.009,44
Transferências para o Combate à Fomte							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	10.376,02	10.376,02	2.725,02	26,26	16.143,33	155,58	-5.767,31
Multa de Juros de Mora	1.762,05	1.762,05	1.205,16	68,39	4.166,94	236,48	-2.404,89
Indenizações e Restituições	3.649,19	3.649,19			6.462,77	177,10	-2.813,58
Receita da Dívida Ativa	4.964,78	4.964,78	1.519,86	30,61	5.513,62	111,05	-548,84
Receitas Diversas							
RECEITAS DE CAPITAL	2.447.680,66	2.447.680,66	20.000,00	0,81	274.691,96	11,22	2.172.988,70
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito Internas							
Operações de Crédito Externas							
ALIENAÇÃO DE BENS							
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.447.680,66	2.447.680,66	20.000,00	0,81	274.691,96	11,22	2.172.988,70
Transferências Intergovernamentais					50.691,96		-50.691,96
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências de Convênios	2.447.680,66	2.447.680,66	20.000,00	0,81	224.000,00	9,15	2.223.680,66
Bens Imóveis para o Combate a Fome							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Div. Ativa da Amortiz. de Emp. e Financ.							
Restituições							
Receita de Capital Diversas							
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)							
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I + II)	14.855.883,58	14.855.883,58	2.041.823,11	13,74	8.816.236,28	59,34	6.039.647,30
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)							
Operações de Crédito Internas							
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito Externas							
Mobiliária							
Contratual							
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	14.855.883,58	14.855.883,58	2.041.823,11	13,74	8.816.236,28	59,34	6.039.647,30
DÉFICIT (VI)		3.100,00	354.187,46	425,40	426.732,79	765,57	-423.632,79
TOTAL(VII) = (V + VI)	14.855.883,58	14.858.983,58	2.396.010,57	16,12	9.242.969,07	62,20	5.616.014,51
SALDOS DE EXERC. ANTERIORES (Utiliz. para Superávit Financeiro	200.000,00	200.000,00					200.000,00
Reabertura de Créditos Adicionais	200.000,00	200.000,00					200.000,00

Emissão: 29/09/2015 14:51:39

Page 1 de 2

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO/2015

RREO – ANEXO I (LRF, Art. 52, Inciso I, alíneas "a" e "b" do Inciso II e § 1º - Anexo I) R$ 1,00

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (c - a)
			No Bimestre (b)	% (b / a)	Até o Bimestre (c)	% (c / a)	
RECEITAS CORRENTES (I)							
RECEITA TRIBUTÁRIA							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES							
Contribuições Sociais							
Contribuições Econômicas							
RECEITA PATRIMONIAL							
Receitas Imobiliárias							
Receitas de Valores Mobiliários							
Receita de Concessões e Permissões							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL							
Receita da Indústria de Transformação							
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS							
Receita de Serviços							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES							
Multas e Juros de Mora							
Indenizações e Restituições							
Receitas Diversas							
RECEITAS DE CAPITAL							
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito Internas							
ALIENAÇÃO DE BENS							
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Receitas de Capital Diversas							
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)							
DÉFICIT (IV)							
TOTAL (V) = (III + IV)							

Valdecir Kemer
Prefeito Municipal

Paulo Neris de Assuncao
Contador CRC-MT 8232/0-4

Jose Candido da Rocha Neto Neto
Sec. Administracao e Finanças

Emissão: 29/09/2015 14:51:39

Page 2 de 2
Homologado

RREO ANEXO 7 4BIM

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNICIPIO DE JANGADA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO - CONSOLIDADO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SUGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO-AGOSTO

RREO - ANEXO VII (LRF, art. 53, inciso III) R$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		NO BIMESTRE	ATÉ O BIMESTRE 2015	ATÉ O BIMESTRE 2014
RECEITAS PRIMARIAS CORRENTES (I)	12.241.297,56	1.986.475,58	8.411.337,08	7.999.074,07
Receitas Tributarias	419.683,03	139.754,13	623.126,30	288.927,54
IPTU	8.646,93	1.068,11	3.923,69	5.166,07
ISS	278.873,07	93.305,07	490.768,95	199.751,34
ITBI	61.681,21	24.423,20	28.872,19	34.267,34
IRRF	1.121,88	18.275,60	82.797,34	623,27
Outras Receitas Tributarias	69.359,94	2.682,15	16.764,13	49.119,52
Receitas de Contribuicoes				
Receitas Previdenciarias				
Outras Receitas de Contribuicoes				
Receita Patrimonial Liquida	287,38	100,64	100,64	398,90
Receita Patrimonial	167.192,74	35.448,17	130.307,88	105.791,15
(-) Aplicacoes Financeiras	166.905,36	35.347,53	130.207,24	105.392,25
Transferencias Correntes	11.810.951,13	1.843.895,79	7.771.966,81	7.695.392,48
FPM	5.844.679,94	854.631,09	3.947.132,31	3.674.184,13
ICMS	3.083.640,59	541.892,95	2.129.867,94	1.972.751,56
Convenios	122.607,85	42.380,05	151.617,29	76.103,62
Outras Transferencias Correntes	2.760.022,75	404.991,70	1.543.349,27	1.972.353,17
Demais Receitas Correntes	10.376,02	2.725,02	16.143,33	14.355,15
Divida Ativa	4.964,78	1.519,86	5.513,62	4.030,16
Diversas Receitas Correntes	5.411,24	1.205,16	10.629,71	10.324,99
RECEITAS DE CAPITAL (II)	2.447.680,66	20.000,00	274.691,96	66.773,60
Operacoes de Credito (III)				
Amortizacao de Emprestimos (IV)				
Alienacao de Bens (V)				
Transferencias de Capital	2.447.680,66	20.000,00	274.691,96	66.773,60
Convenios	2.447.680,66	20.000,00	224.000,00	66.773,60
Outras Transferencias de Capital			50.691,96	
Outras Receitas de Capital				
RECEITAS PRIMARIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	2.447.680,66	20.000,00	274.691,96	66.773,60
RECEITA PRIMARIA TOTAL (VII) = (I + VI)	14.688.978,22	2.006.475,58	8.686.029,04	8.065.847,67

DESPESAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	DESPESAS REALIZADAS		
		NO BIMESTRE	ATÉ O BIMESTRE 2015	ATÉ O BIMESTRE 2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	13.333.309,66	2.171.994,13	8.989.457,06	7.200.946,58
Pessoal e Encargos Sociais	6.580.893,51	1.290.668,87	5.285.544,82	4.282.611,69
Juros e Encargos da Divida (IX)				
Outras Despesas Correntes	6.752.416,15	881.325,26	3.703.912,24	2.918.334,89
DESPESAS PRIMARIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	13.333.309,66	2.171.994,13	8.989.457,06	7.200.946,58
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	1.475.673,92	224.016,44	253.512,01	430.245,25
Investimentos	1.475.673,92	224.016,44	253.512,01	430.245,25
Inversoes Financeiras				
Concessao de Emprestimos (XII)				
Aquisicao de Titulo de Capital ja Integralizado (XIII)				
Demais Inversoes Financeiras				
Amortizacao da Divida (XIV)				
DESPESAS PRIMARIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	1.475.673,92	224.016,44	253.512,01	430.245,25
RESERVA DE CONTIGENCIA (XVI)	50.000,00			
RESERVA DO RPPS (XVII)				
DESPESA PRIMARIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XIV)	14.858.983,58	2.396.010,57	9.242.969,07	7.631.191,83
RESULTADO PRIMARIO (XIX) = (VII - XVIII)	-170.005,36	-389.534,99	-556.940,03	434.655,84
SALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES				

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADO NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERENCIA	0,00

Valdecir Kemer
Prefeito Municipal

Paulo Neris de Assuncao
Contador CRC-MT 8232/0-4

Jose Candido da Rocha Neto Neto
Sec. Administracao e Finanças

Emissão: 29/09/2015 14:59:05 **PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA** Page 1 de 1

Homologado

RREO ANEXO 18 4BIM

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNICIPIO DE JANGADA.

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

JANEIRO A AGOSTO de 2015

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII — R$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	No Bimestre	Até o Bimestre
RECEITAS		
Previsão Inicial da Receita		14.855.883,58
Previsão Atualizada da Receita		14.855.883,58
Receitas Atualizadas	2.041.823,11	8.816.236,28
Déficit Orçamentário		
Saldos de Exercícios Anteriores		
Despesas		
Dotação Inicial		14.855.883,58
Créditos Adicionais		3.100,00
Dotação Atualizada		14.858.983,58
Despesas Empenhadas	2.304.669,00	8.771.348,26
Despesas Liquidadas	2.362.392,40	8.460.539,44
Superávit Orçamentário		355.696,84

DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	2.304.669,00	8.771.348,26
Despesas Liquidadas	2.362.392,40	8.460.539,44

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida	12.997.511,13

RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Geral de Previdência Social		
Receitas Previdenciárias Realizadas(I)		
Despesas Previdenciárias Liquidadas(II)		
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)		
Regime Geral de Previdência Social		
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		
Despesas Previdenciárias Liquidadas(V)		
Resultado Previdenciário (IV) = (IV - V)		

RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no AMF da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação a Meta (b/a)
Resultado Nominal		-4.662.124,95	0,00%
Resultado Primário		-85.319,22	0,00%

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo à Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
Poder Executivo	223.393,12		141.655,91	81.737,21
Poder Legislativo				
Poder Judiciário				
Ministério Público				
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
Poder Executivo	582.771,17	112.259,91	172.449,17	298.062,09
Poder Legislativo				
Poder Judiciário				
Ministério Público				
TOTAL	**806.164,29**	**112.259,91**	**314.105,08**	**379.799,30**

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo à Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Min. Anual de 25% das Imp. na Manut. e Desenv do Ens.	574.474,87	25,00	8,30
Min. Anual de 60% FUNDEB na Rem. do Mag. c/ Ens. Fund. Med.		0,00	0,00
Min. Anual de 60% FUNDEB na Rem. do Mag. c/ Ed. Inf/Ens. Fund.		60,00	0,00
Complementação da União ao FUNDEB		0,00	0,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado até o Bimestre	Saldo à Realizar
Receita de Operações de Crédito	0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida	249.091,87	1.229.054,05

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	30º Exercício
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciárias(I)				
Despesas Previdenciárias(II)				
Resultado Previdenciário(I - II)				
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciárias(IV)				
Despesas Previdenciárias(V)				
Resultado Previdenciário(IV - V)				

RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor Apurado até o Bimestre	Saldo à Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		
Aplicação dos Recursos de Alienação de Ativos		

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo à Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Aplicação dos Recursos de Alienação de Ativos		0,00	0,00

DESPESAS DE CARATER CONTÍNUADO DERIVADAS DE PPP	VALOR APURADO NO EXERCÍCIO CORRENTE
Total das Despesas / RCL (%)	

Valdecir Kemer
Prefeito Municipal

Paulo Neris de Assuncao
Contador CRC-MT 8232/0-4

Jose Candido da Rocha Neto Neto
Sec. Administracao e Finanças

Emissão: 29/09/2015 15:08:23

Page 1 de 1
Homologado

RREO ANEXO 2 4BIM

Município de JANGADA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO
BIMESTRE JULHO a AGOSTO de 2015
CONSOLIDADO

LRF, Art. 52, inciso II, alíneas "c" - Anexo II

FUNÇÃO	Inicial	Atualizada (a)	Despesa Empenhada		Despesas Liquidadas				Saldo a Liquidar (a - e)
			No Bimestre (b)	Até o Bimestre (c)	No Bimestre (d)	Até o Bimestre (e)	% (e/total e)	% (c/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	14.855.883,58	14.858.983,58	2.396.010,57	9.242.969,07	2.469.047,97	8.879.153,58	100,00	59,75	5.979.830,00
LEGISLATIVA	614.000,00	614.000,00	91.341,57	471.620,81	106.655,57	418.614,14	4,71	68,17	195.385,86
JUDICIÁRIA									
ESSENCIAL A JUSTIÇA									
ADMINISTRAÇÃO	1.853.000,00	1.932.102,77	321.957,14	1.495.063,69	365.906,02	1.354.227,81	15,25	70,09	577.874,96
DEFESA NACIONAL									
SEGURANÇA PÚBLICA									
RELAÇÕES EXTERIORES									
ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.015.500,00	1.080.072,50	84.534,38	350.281,00	84.534,38	350.281,00	3,94	32,43	729.791,50
PREVIDÊNCIA SOCIAL									
SAÚDE	3.101.591,58	3.318.698,74	547.657,13	2.328.203,36	548.585,13	2.318.537,36	26,11	69,86	1.000.161,38
TRABALHO	148.558,84	148.558,84	27.344,53	88.205,36	27.344,53	88.205,36	0,99	59,37	60.353,48
EDUCAÇÃO	4.311.233,16	2.501.705,61	550.160,76	2.044.674,19	551.736,88	2.040.733,89	22,98	81,57	460.971,72
CULTURA	361.000,00	361.000,00	6.436,10	40.870,86	6.436,10	40.870,86	0,46	11,32	320.129,14
DIREITOS DA CIDADANIA									
URBANISMO	1.750.000,00	2.896.591,72	385.129,43	1.693.073,75	396.399,83	1.536.707,11	17,30	53,05	1.359.884,61
HABITAÇÃO	190.000,00	190.000,00	128.384,62	128.384,62	128.384,62	128.384,62	1,44	67,57	61.615,38
SANEAMENTO	200.000,00	200.000,00							200.000,00
GESTÃO AMBIENTAL	330.000,00	330.000,00	6.436,10	28.382,15	6.436,10	28.382,15	0,31	8,60	301.617,85
CIÊNCIA E TECNOLOGIA									
AGRICULTURA	150.000,00	339.573,40	89.707,64	295.411,42	89.707,64	295.411,42	3,32	86,99	44.161,98
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA									
INDÚSTRIA									
COMÉRCIO E SERVIÇOS									
COMUNICAÇÕES									
ENERGIA	80.000,00	80.000,00	1.492,86	13.823,20	1.492,86	13.823,20	0,15	17,27	66.176,80
TRANSPORTE	300.000,00	300.000,00	11.896,10	54.435,77	11.896,10	54.435,77	0,61	18,14	245.564,23
DESPORTO E LAZER	400.000,00	516.680,00	143.532,21	210.538,89	143.532,21	210.538,89	2,37	40,74	306.141,11
ENCARGOS ESPECIAIS	1.000,00								
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00	50.000,00							50.000,00
RESERVA DO R.P.P.S.									
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)									
TOTAL (III) = (I + II)	R$ 14.855.883,58	R$ 14.858.983,58	R$ 2.396.010,57	R$ 9.242.969,07	R$ 2.469.047,97	R$ 8.879.153,58	100,00	59,75	R$ 5.979.830,00

Emissão: 29/09/2015 14:54:42

Homologado

Município de JANGADA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO
BIMESTRE JULHO a AGOSTO de 2015
CONSOLIDADO

LRF, Art. 52, inciso II, alíneas "c" - Anexo II

Valdecir Kemer	Paulo Neris de Assuncao	Jose Candido da Rocha Neto Neto
Prefeito Municipal	Contador CRC-MT 8232/0-4	Sec. Administracao e Finanças

Emissão: 29/09/2015 14:54:42 Page 2 de 2

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

EDITAL DE CREDENCIAMENTO

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO 002/ 2015

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, da Prefeitura Municipal de Jauru, torna público para todos os interessados que está aberto o prazo para o CREDENCIAMENTO DA CHAMADA PÚBLICA (menor preço por item) para Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e empreendedor familiar rural (PRONAF), para produtores e Cooperativas que possuem DAP, para atender os alunos matriculados nas escolas de Educação Infantil e Fundamental da Rede Pública Municipal de Jauru/MT, para o **credenciamento poderão participar os produtores rurais e cooperativas de produtores rurais. O Credenciamento ocorrerá no dia 16 de outubro, as 09:00 horas. Os interessados poderão obter informações detalhadas no endereço supracitado, de segunda a sexta-feira, das 07:30 às 11:00 e das 13:00 às 16:00, com a Comissão Permanente de Licitações, ou ainda através do telefone (65) 3244-1849 ou 1855, site www.jauru.mt.gov.br ou no e-mail- licitacao@jauru.mt.gov.br .**

Jauru - MT, 01 de outubro de 2015.

GILMAR JUNIOR FERREIRA

Presidente da CPL

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA 013/2015

FICA RATIFICADA PELA PREFEITA MUNICIPAL A DISPENSA DE LICITAÇÃO EM TELA, CONFORME DESPACHO EXARADO NO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO, EM CONSONÂNCIA COM A JUSTIFICATIVA APRESENTADA E COM PARECER JURIDICO, NOS TERMOS DO ARTIGO 24 DA LEI 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES.

Jauru- MT 01 de Outubro de 2015.

ENERCIA MONTEIRO DOS SANTOS

PREFEITA MUNICIPAL

PORTARIA 249/2015

PORTARIA Nº.249, DE 27 DE JULHO DE 2015

"Dispõe sobre a concessão dos benefícios de salário família."

A Prefeita do Município de JAURU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 20, da Lei n.º 098/2013, que rege a previdência municipal;

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de **salário-família**, as servidoras abaixo relacionadas, com o direito a elas inerente, conforme documentações apresentadas:

PROCESSO	NOME	PERÍODO
2015.09.00028P	ALCINEIA NASCIMENTO DA SILVA	20/07/2015 a 31/03/2029
2015.09.00029P	ZILDA DOS SANTOS RODRIGUES	20/07/2015 a 18/11/2018

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, Paço Municipal Tancredo de Almeida Neves, em Jauru/MT, 27 de julho de 2015.

ENÉRCIA MONTEIRO DOS SANTOS

PREFEITA MUNICIPAL

PORTARIA 248/2015

PORTARIA Nº.248, DE 27 DE JULHO DE 2015

"Dispõe sobre a concessão dos benefícios de salário maternidade."

A Prefeita do Município de JAURU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 26, da Lei Complementar n.º 098/2013, que rege a previdência municipal;

Resolve:

Art. 1º Conceder os benefícios de **salário maternidade**, a servidora abaixo relacionada, com o direito a ela inerente, conforme atestado médico:

PROCESSO	NOME	PERÍODO	DIAS
2015.08.00026P	SIMONE COELHO FILHO	02/07/2015 a 29/10/2015	120

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, Paço Municipal Tancredo de Almeida Neves, em Jauru/MT, 27 de julho de 2015.

ENÉRCIA MONTEIRO DOS SANTOS

PREFEITA MUNICIPAL

PORTARIA 247/2015

PORTARIA Nº.247, DE 27 DE JULHO DE 2015

"Dispõe sobre a concessão dos benefícios de auxílio-doença."

A Prefeita do Município de JAURU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15, da Lei Complementar n.º 098/2013, que rege a previdência municipal;

Resolve:

Art. 1º Conceder os benefícios de **auxílio-doença**, aos servidores abaixo relacionados, com o direito a eles inerente, conforme Laudo Médico pericial:

PROCESSO	NOME	PERÍODO	DIAS
2015.05.00025P	ALESSANDRO OLIVEIRA ALMEIDA	29/07/2015 a 27/08/2015	30
2015.05.00027P	ANA MARIA PERERIRA LEITE	01/07/2015 a 29/08/2015	60

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, Paço Municipal Tancredo de Almeida Neves, em Jauru/MT, 27 de julho de 2015.

ENÉRCIA MONTEIRO DOS SANTOS

PREFEITA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO DISPENSA Nº. 033/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA - MT

AVISO DE RESULTADO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 33/2015

O Município de Juara, Estado de Mato Grosso/MT, comunica que, em justificativa apresentada pelo Prefeito Municipal, Srº. Edson Miguel Piovesan reconheceu ser dispensa de licitação para: **CONTRATACAO DE EMPRESA PARA PRESTACAO DE SERVICOS DE REVISAO CAMINHONETE S10 EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE – DIVISAO DE VIGILANCIA AMBIENTAL,** no Valor Global de R$ 1.445,61 (mil quatrocentos e quarenta e cinco reais e sessenta e um centavos), da EMPRESA: **BRESSAN LAMONATTO & CIA LTDA**, Empresa Jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 03.512.021/0001-84, com sede na cidade de Sinop/MT, Rua Colonizador Ênio Pipino, 3333, representada pelo Sr. Valmor Bressan, portador do RG: 8009894232 SJS/RS e CPF: 116.554.290-00. Em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde – Divisão de Vigilância Ambiental, e de acordo com o disposto no Art. 24, Inciso II da Lei 8.666/93.

Juara – MT, 01 de Outubro de 2015.

AVISO DE RESULTADO DE LICITACAO PREGAO N. 92/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA-MT

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO Nº. 92/2015

TIPO: ELETRONICO

JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Juara, designado pela Portaria GP nº 250/2010, e equipe de Apoio, nomeada pela Portaria GP nº 02/2015, torna público aos interessados que o processo licitatório realizado na modalidade de Pregão nº. 92/2015, cuja abertura ocorreu as 09h00 - DF, do dia 09/09/2015, na sala de Licitação da Prefeitura Municipal. **OBJETO: REGISTRO DE PRECOS PARA FUTURO E EVENTUAL FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS, SENDO SUSPENSAO, GOTAS, AEROSOL, POMADAS, GELEIAS, CREMES E PSICOTROPICOS EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE/ FARMACIA BASICA,** sagraram-se vencedoras as empresas: **AGLON COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA**, inscrita com o CNPJ sob o n. 65.817.900/0001-71, localizada à Avenida Visconde de Nova Granada, 1.105 – Vila Grossklaus – CEP: 13.617-400 – Leme/SP, sendo vencedora para os itens 70 e 76 com valor global de R$ 8.700,00 (oito mil e setecentos reais) – **ALL MEDICA DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA**, inscrita com o CNPJ sob o n. 07.095.969/0001-32, localizada à Avenida Cristo Rei, Quadra 115, Lote ½, n. 568 – Setor Jaú – CEP: 74.673-030 – Goiânia/GO, sendo vencedora para o item 45 com valor R$ 22.250,00 (vinte e dois mil e duzentos e cinquenta reais) – **ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**, inscrita com o CNPJ sob o n. 04.217.590/0001-60, localizada à Rodovia da Uva, 902 – Roca Grande – CEP: 83.402-000 – Colombo/PR, sendo vencedora para os itens 43; 57; 58; 61; 62 e 66 com valor global de R$ 74.250,00 (setenta e quatro mil e duzentos e cinquenta reais) - **CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, inscrita com o CNPJ sob o n. 03.652.030/0001-70, localizada à BR 480, n. 795 – CEP: 99.740-000 – Barão de Cotegipe/RS, sendo vencedora para os itens 09; 11; 14; 21; 23; 29 e 65 com valor global de R$ 52.360,00 (cinquenta e dois mil e trezentos e sessenta reais) – **COSTA CARMAGO COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, inscrita com o CNPJ sob o n. 36.325.157/0002-15, localizada à Rua Dulce Maria, 365 – Ipiranga – CEP: 31.160-250 – Belo Horizonte/MG, sendo vencedora para os itens 56 e 78 com valor global de R$ 14.100,00 (quatorze mil e cem reais) – **DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, inscrita com o CNPJ sob o n. 02.520.829/0001-40, localizada à Rodovia BR 480, n. 180 – CEP: 99.740-000 – Barão de Cotegipe/RS, sendo vencedora para os itens 07; 15; 20; 25; 33; 35; 36; 38; 39; 59; 64 e 77 com valor global de R$ 177.204,40 (cento e setenta e sete mil e duzentos e quatro reais e quarenta centavos) – **EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI – EPP**, inscrita com o CNPJ sob o n. 06.035.038/0001-86, localizada à Rua Rui Barbosa n. 69 – Centro – CEP: 88.900-007 – Araranguá/SC, sendo vencedora do item 53 com valor global de R$ 5.224,00 (cinco mil e duzentos e vinte e quatro reais) –

FILGUEIRA E SANTANA LTDA – ME, inscrita com o CNPJ sob o n. 05. 437.468/0001-61, localizada à Rua 37 c/Aruanã, s/n, Quadra 10, Lote 21 – Jardim Bela Vista – CEP: 74.912-260 – Aparecida de Goiânia/GO, sendo vencedora para os itens 05; 06; 10; 16; 17; 26; 28 e 30 com valor global de R$ 111.876,00 (cento e onze mil e oitocentos e setenta e seis reais) – **HOSPFAR INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, inscrita com o CNPJ sob o n. 26.921.908/0002-02, localizada à SAI/SUL, Trecho 3, Lotes 1700/1710 – Guará – CEP: 71.200-030 – Brasília/DF, sendo vencedora para o item 75 com valor global de R$ 3.000,00 (três mil reais) – **MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA**, inscrita com o CNPJ sob o n. 06.935.554/0001-67, localizada à Rua Antônio Toniollo, n. 1141 – Bairro Industrial – CEP: 99. 900-000 – Getúlio Vargas/RS, sendo vencedora para os itens 02; 03; 08; 12; 18; 19; 22; 24; 27; 31; 32; 34; 37; 40; 41; 42; 46; 48; 49; 51; 54; 60; 63; 68; 69; 71; 72; 73 e 74 com valor global de R$ 549.908,00 (quinhentos e quarenta e nove mil e novecentos e oito reais) – **PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA**, inscrita com o CNPJ sob o n. 81. 706.251/0001-98, localizada à Rua Prof. Leônidas Ferreira da Costa, 847 – Parolin – CEP: 80.220-410 – Curitiba/PR, sendo vencedora para os itens 01; 04; 13; 44; 47 e 50 com valor global de R$ 171.200,00 (cento e setenta e um mil e duzentos reais) – **STOCK COMERCIAL HOSPITALAR LTDA**, inscrita com o CNPJ sob o n. 00.995.371/0001-50, localizada à Avenida Goianazes, s/n, Quadra 25, Lote 11 a 26 – Distrito Agro Industrial – CEP: 74.993-440 – Aparecida de Goiânia/GO, sendo vencedora para os itens 02 e 67 com valor global de R$ 10.050,00 (dez mil e cinquenta reais).

Juara-MT, 01 de Outubro de 2015.

José Roberto Pereira Alves Edson Miguel Piovesan

Pregoeiro Oficial Prefeito Municipal

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO DISPENSA Nº. 032/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA - MT

AVISO DE RESULTADO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 32/2015

O Município de Juara, Estado de Mato Grosso/MT, comunica que, em justificativa apresentada pelo Prefeito Municipal, Srº. Edson Miguel Piovesan reconheceu ser dispensa de licitação para: **CONTRATACAO DE EMPRESA PARA PRESTACAO DE SERVICOS DE REVISAO AMBULANCIA PICK-UP SAVEIRO EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE - HOSPITAL MUNICIPAL DE JUARA,** no Valor Global de R$ 755,72 (setecentos e cinqüenta e cinco reais e setenta e dois centavos), da EMPRESA: **E. P. SCHMID COMERCIO – ME**, inscrita com o CNPJ sob o nº 08.779.773.0001.20, localizada à Avenida Rio de Janeiro, nº 837W, Bairro Centro, Cep: 78.575-000 - Telefone (66) 3556-5150, no município de Juara/MT, Telefone (66) 3556-5150, neste ato representada por seu procurado a Srª. Edenice Pinheiro Schmid, CPF: 314.108.391.68. Em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde – Hospital Municipal de Juara, e de acordo com o disposto no Art. 24, Inciso II da Lei 8.666/93.

Juara – MT, 01 de Outubro de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 058/2015

A Prefeitura Municipal de Juruena - MT, através da Pregoeira Oficial, designada pela portaria n° 168/2015, torna público o RESULTADO do PREGÃO PRESENCIAL **043/2015** - menor preço por lote, cujo objeto é a Aquisição de Peças e Prestação de Serviços de Mão de Obra para as Seguintes Máquinas Pesadas: Esteira D-41, Pá Carregadeira WA-180, Pá Carregadeira 930, Esteira D-7. Onde sagrou-se vencedora a empresa **PEDRO ALVES PIRES - ME, CNPJ: 00.510.124/0001-17**.

Juruena – MT, 01 de Outubro de 2015

Thais Pires Moraes

Pregoeira Oficial

SETOR DE LICITAÇÃO
TERMO DE RETIFICAÇÃO

TERMO DE RETIFICAÇÃO

Edital de Licitação

Pregão Presencial SRP n.º 043/2015

Processo Administrativo n.º 059/2015

O Município de Juruena, através da Secretaria Municipal de Administração, por intermédio de sua Pregoeira Oficial , torna público, para conhecimento de todos os interessados, o presente:

TERMO DE RETIFICAÇÃO

Conforme segue:

1 – DO OBJETO

O presente Termo tem por objeto a Retificação do Edital de Licitação do Pregão Presencial SRP n.º 043/2015, constante dos autos do Processo Administrativo n.º 059/2015.

2 – DAS RETIFICAÇÕES

Fica pelo presente Retificado **"TODO O EDITAL"** de Licitação do Pregão Presencial SRP n.º 043/2015, Processo Administrativo n.º 059/2015. Devido a erros processuais.

Fica Retificado também o item no que se refere a data de realização do certame.Onde se lê:

" cuja realização será às **08h00** horas (fuso horário de Cuiabá), do dia **02/10/2015,** na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Juruena/MT, Localizada na Avenida 04 de Julho, nº 360, Centro, Juruena - MT**"**

passa a vigorar a seguinte redação:

"cuja realização será às **08h00** horas (fuso horário de Cuiabá), do dia **14/10/2015,** na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Juruena/MT, Localizada na Avenida 04 de Julho, nº 360, Centro, Juruena - MT**"**

A partir da presente data, ficam **RETIFICADOS** todos os itens e anexos constante do Edital de Licitação do Pregão Presencial SRP n.º 043/2015, constante dos autos do Processo Administrativo n.º 059/2015, que não foram alterados pelo presente Termo, surgindo todos os efeitos administrativos e jurídicos legais.

Juruena-MT, 01 de Outubro de 2015.

Thais Pires Moraes Pregoeira	**Luciane Rubinho dos Santos Equipe de Apoio**
Andressa Silveira Equipe de Apoio	

PORTARIA Nº 222, DE 28 DE SETEMBRO DE 2015.

RAIMUNDO MANSKE, Prefeito Municipal de Juruena – MT, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, combinada com as Leis Municipais nºs. 679/2006,677/2006 e 865/2011.

R E S O L V E:

ART. 1º. EXONERAR, em virtude de abandono de emprego, a partir desta data o servidor **FABIO LUIZ DE GOES,** portador do Rg Nº. 1488945-5 ssp/MT e Cpf Nº. 963.386.521-20, do cargo efetivo de Vigia, nomeado conforme Portaria Nº.061/2007, de 17 de abril de 2007.

ART. 2°. As despesas decorrentes desta Portaria correrão à conta das dotações próprias do orçamento vigente.

ART. 3º. Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Prefeitura Municipal de Juruena/MT, 28 de setembro de 2015.

RAIMUNDO MANSKE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada por afixação em local público de costume, conforme Lei Municipal nº. 484/2002.

NAIR BACKES FONTOLAN

Coord. De Recursos Humanos

e Serviços

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

AVISO PREGÃO 010-2015

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 024/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Juscimeira, localizada a Avenida Joaquim Miguel dos Santos, nº 210 – Bairro Cajus, Juscimeira/MT através de seu Pregoeiro Oficial, TORNA PÚBLICO que realizará às **08:00 HORAS DO DIA 15 DE OUTUBRO 2015** na Sala de reuniões (Anfiteatro) Municipal, no endereço acima citado, sessão pública para realização de licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2015**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, tendo por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM BORRACHARIA PARA ATENDIMENTO DE UNIDADES DESTA PREFEITURA",** conforme Termo de Referência anexo I do Edital. Os envelopes contendo as proposta de preços e os documentos de habilitação serão recebidos até às **08:00 HORAS DO DIA 15 DE OUTUBRO 2015.** Os interessados poderão ler ou obter cópia do Edital e seus anexos na Prefeitura Municipal de Juscimeira no endereço acima, no horário das 08:00 às 12:00 horas, nos dias úteis a partir desta data. Outras informações poderão ser obtidas pelo telefone (66) 3412-1381.

Juscimeira/MT, 01 de Outubro 2015.

Diva Maria Santos Gardin

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO DE ANULAÇÃO DE SALDO DE EMPENHO DO CONTRATO DE ENGENHARIA Nº. 028/2015

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

CONTRATADA: **MR DEL PAPA & CIA LTDA**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, COM COMPROVADA CAPACIDADE TÉCNICA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA PARA CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE EVENTOS CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 2628.0281488-19/2008 CELEBRADO ENTRE O MINISTÉRIO DO TURISMO REPRESENTADO PELA CEF E O MUNICÍPIO DE MATUPÁ. Contidas nos anexos do Edital 040/2015, TOMADA DE PREÇO 012/2015**.**

Objetivo: Anular as **Notas de Empenho nº 02825 e 02826 de 23/04/2015**

Assinatura: 02/09/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE PARALISAÇÃO DA OBRA DO CONTRATO DE ENGENHARIA N°. 116/2014

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT.

CONTRATADA: CONSTRUTORA GLOBAL E ENGENHARIA LTDA-ME
OBJETO: *Contratação de empresa de Engenharia, com comprovada capacidade técnica, administrativa e financeira, para* ***Promover Infraestrutura na Área de Influência do Lago III, incluindo Urbanização e Revitalização da Orla, no Complexo Turístico dos Lagos na Sede do Município de Matupá conforme Termo de Compromisso nº 798900/2013/ Ministério do Turismo/Caixa Processo nº 2628.1012.653-48/2013,*** *contidas nos anexos do* ***Edital 111/2014, Concorrência Pública nº 001/2014.***

OBJETIVO: Paralisação da execução da obra a partir da assinatura do presente instrumento.

Assinatura: 30/09/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE PARALISAÇÃO DA OBRA DO CONTRATO DE ENGENHARIA N°. 107/2014

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT.

CONTRATADA: CONSTRUTORA GLOBAL E ENGENHARIA LTDA-ME
OBJETO: *Contratação de empresa de Engenharia, com comprovada capacidade técnica, administrativa e financeira, para****Implantação de Microdrenagem e Pavimentação Asfáltica em Vias Públicas Urbanas no Município de Matupá/MT, descritas no projeto de engenharia conforme Termo de Compromisso nº 793725/2013 firmado com o Ministério das Cidades representado pela Caixa Econômica Federal através do Processo nº 2628.1010437-41/2013.*** **Contidas nos anexos do Edital 093/2014, TOMADA DE PREÇO 023/2014.**

OBJETIVO: Paralisação da execução da obra a partir da assinatura do presente instrumento.

Assinatura: 30/09/2015

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI Nº 924, DE 12 DE AGOSTO DE 2015.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALTER MIOTTO FERREIRA, Prefeito Municipal de Matupá – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal de vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Das Disposições Preliminares

Art. 1º - São estabelecidas em cumprimento ao disposto no artigo 165, § 2º da Constituição Federal, combinado com o Art. 67, § 2º da Lei Orgânica do Município, e no que couber, as disposições contidas na Lei Federal 4. 320, de 17 de março de 1964, e na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, as diretrizes para a elaboração e execução dos Orçamentos do município para o exercício de 2016, compreendendo:

I – as prioridades e metas da administração pública municipal;

II – a estrutura e organização dos orçamentos;

III – as diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do município e suas alterações;

IV - Das Disposições Relativas às Despesas com Pessoal e Encargos Sociais

V – Das Disposições sobre alterações na Legislação Tributária

VI– Das disposições finais.

CAPÍTULO II

Das Prioridades e Metas da Administração Pública Municipal

Art. 2º - As prioridades e metas para o exercício financeiro de 2016 são as especificadas no documento **"Anexo de Prioridades e Metas para 2016" (Anexo I),** estabelecidas na Lei do Plano Plurianual relativo ao período 2014–2017, que obedecem os seguintes objetivos estratégicos:

1) Garantir o acesso e qualidade dos serviços nas ações de saúde e educação e assistência social;

2) Fortalecer a produção, industrialização e comercialização do município, garantindo geração de emprego e renda e redução do déficit habitacional;

3) Melhorar a Qualidade de Vida da População através de programas de esporte, lazer e turismo;

4) Garantir o desenvolvimento urbano de forma ordenada e a infra estrutura no município;

E obedecer as seguintes metas:

I – garantir a excelência nos serviços prestados;

II – Garantir a transparência, acesso a informação, capacitação e valorização dos servidores;

III – Elevar a arrecadação municipal e ampliar a captação de recursos oriundos de outras esferas de governo;

IV – As obras em execução terão prioridade sobre novos projetos;

V – As despesas com pagamento de dívida publica e de pessoal e Encargos Sociais terão prioridade sobre as ações de expansão dos serviços públicos.

§ 1º - As metas e as prioridades do anexo a que se refere o caput, integrarão o projeto de lei orçamentária para o exercício financeiro de 2016.

§ 2º - A execução das ações vinculadas às metas e às prioridades estarão condicionadas ao equilíbrio entre receitas e despesas, conforme **Anexo de Metas e Prioridades - Anexo I, Anexo de Metas Fiscais - Anexo II, e Anexo de Riscos Fiscais - Anexo III**, que integram a presente lei.

§ 3º - Na elaboração do projeto, na aprovação e na execução da lei orçamentária não poderão ser estabelecidas prioridades diferentes das definidas no Anexo I.

CAPÍTULO II

Da Estrutura e Organização dos Orçamentos

Art. 3º - A Lei Orçamentária compor-se-á de:

I – Orçamento Fiscal;

II – Orçamento da Seguridade Social.

Art. 4º - Os orçamentos fiscal e da seguridade social discriminarão a despesa obedecendo a classificação funcional programática por categoria de programação, ou seja, projeto/atividade, indicando-se, pelo menos para cada uma, no seu menor nível:

I – O orçamento a que pertence, e,

II – A natureza da despesa classificada conforme a Lei nº 4.320/64 e atualizações posteriores.

Art. 5º - A Lei Orçamentária Anual apresentará, conjuntamente, a programação dos orçamentos fiscal e da seguridade social, na qual a discriminação da despesa far-se-á de acordo com a Portaria nº 42, de 15/04/1999, do Ministério de Orçamento e Gestão, Portaria interministerial 163 de 04 de maio de 2001, Portaria Interministerial nº 325 de 27 de agosto de 2001, Lei 11.494 de 20 de Junho de 2007, que dispõe sobre o FUNDEB, e a Consolidação das alterações de acordo com a Portaria Conjunta nº 03, de 15 de Outubro de 2008, que consolida o Manual de Receitas e Despesas, Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.121, de 28 de março de 2008, que dispõe sobre a estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis Portaria nº 637, de 18 de outubro de 2012 – STN, que aprova a 5º edição do Manual de Demonstrativos Fiscais para o exercício de 2015, e alterações posteriores.

§ 1º - A Reserva de Contingência será identificada pelo dígito 9 (nove), no que se refere ao grupo de natureza da despesa.

Art. 6º - A proposta orçamentária, que não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, nos termos da Constituição Federal e da Lei de Responsabilidade Fiscal, atenderá a um sistema de planejamento permanente e à participação comunitária, e compreenderá:

I – O orçamento fiscal referente aos Poderes Executivo e Legislativo Municipais, seus fundos e entidades das Administrações diretas e indiretas, inclusive fundações mantidas pelo Poder Público Municipal.

II – O orçamento da seguridade social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social, obedecerá o disposto na Constituição Federal e contará,dentre outros, com recursos provenientes de receitas próprias dos órgãos, fundos e entidades que integram exclusivamente este orçamento.

Parágrafo Único – O orçamento anual do Fundo de Previdência constará da proposta orçamentária do Município, devendo ser, após apreciação do Poder Legislativo, aprovado por Decreto do Poder Executivo Municipal, nos termos do Art. 107, da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 7º - O projeto de lei orçamentária anual que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo será constituído de:

I – Mensagem;

II – Texto da Lei;

III – Demonstrativo da Evolução da Receita e Despesa referente aos três últimos exercícios, de acordo com a classificação constante do Anexo III da lei nº 4.320/64, e suas alterações.

§ 1º - A mensagem que encaminhar o Projeto de Lei orçamentária anual conterá:

I – Situação Econômico Financeira do Município;

II – Demonstrativo da Divida Fundada e Flutuante, saldos de Créditos Especiais, Restos a Pagar e Outros Compromissos Exigíveis;

III – Exposição da Receita e da Despesa;

§ 2º - Integrarão a lei orçamentária anual, incluindo os complementos referenciados no art. 22, III, da Lei Federal nº 4.320/64, e demais anexos exigidos pela Resolução Normativa nº 001/2015 do TCE/MT, os seguintes demonstrativos:

I - Quadro demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas, na forma do Anexo I, da Lei 4.320/64;

II – Quadros Demonstrativos da Receita e Despesa, segundo as categorias Econômicas, na forma do Anexo 2, da Lei nº 4.320/64;

III – Quadro Demonstrativo por programa de Trabalho, das dotações por órgão do governo e da administração, Anexo 6 da Lei 4.320/64;

IV – Quadro demonstrativo de Função, Subfunção e Programa, por Projetos, Atividades e Operações Especiais, Anexo 7, da Lei nº 4.320/64;

V – Quadro demonstrativo de Função, Subfunção e Programa, conforme vinculo com os recursos, Anexo 8, da Lei nº 4.320/64;

VI – Quadro Demonstrativo por Órgão e Função, Anexo IX, da Lei nº 4. 320/64;

VII – Quadro Demonstrativo da realização de Obras e Prestação de Serviços;

VIII – Tabela explicativa da Evolução da Receita e Despesa, Art 22, III, da Lei nº 4.320/64;

IX – Quadro Demonstrativo da Receita por Fontes e Respectiva Legislação;

X – Sumario Geral da Receita por Fontes e Despesa por Funções de Governo;

XI – Quadro Detalhamento de Despesas.

§ 3º - Acompanharão o projeto de lei orçamentária, além dos definidos no parágrafo 1º deste artigo, demonstrativos contendo as seguintes informações complementares:

I – programação dos recursos destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, de forma a evidenciar o cumprimento ao disposto no Artigo 212 da Constituição Federal, da Emenda Constitucional nº 15, de 12 de setembro de 1996, e da Lei Federal nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, devidamente alteradas pela Emenda Constitucional nº 053, de 19 de dezembro de 2006 e Pela Medida Provisória nº 339, de 28 de Dezembro de 2006, e consolidada na Lei 11.494/2007, que criou o FUNDEB;

II – programação dos recursos destinados às ações e serviços públicos de saúde, de modo a evidenciar o cumprimento do disposto no Artigo 198, § 2º da Constituição Federal na forma da Emenda Constitucional nº 29, de 14 de setembro de 2000.

CAPÍTULO III Das Diretrizes Gerais para a Elaboração e Execução dos Orçamentos do Município e suas Alterações

Art. 8º - No projeto de lei orçamentária para o exercício de 2016, as receitas serão estimadas tomando-se por base o comportamento da arrecadação no último exercício e a tendência para o exercício em curso, conforme determina o Art. 12 da Lei complementar nº 101/2000. As despesas fixadas de acordo com as metas e prioridades da administração, compatíveis com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 1º - O Poder Executivo poderá propor a inclusão na lei orçamentária, de dispositivo que estabeleça critérios e forma para atualização dos valores orçados.

§ 2º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a consignar na proposta orçamentária a receita e despesa decorrente de convênios a serem celebrados pelo município no âmbito do Governo Federal ou Estadual, desde que protocolados os referidos convênios até 31 de agosto de 2014, considerando-se ainda os projetos protocolados em 2012 e 2013 e que até o envio da proposta orçamentária para o exercício de 2016 não tenham sido liberados, bem como os saldos de convênios de exercícios anteriores ainda não liberados integralmente.

Art. 9º - As receitas e despesas serão estimadas tomando-se por base o comportamento da arrecadação no último exercício e a tendência para o exercício em curso, utilizando-se como parâmetro o período de até 30 de julho de 2015.

§ 1º - Na estimativa da receita serão consideradas as modificações da legislação tributária e ainda, o seguinte:

I – atualização dos elementos físicos das unidades imobiliárias;

II - atualização da planta genérica de valores;

III – a expansão do número de contribuintes;

§ 2º - As taxas de fiscalização pelo exercício do poder de polícia e de prestação de serviços deverão remunerar a atividade municipal de maneira a equilibrar as respectivas despesas.

§ 3º - Nenhum compromisso será assumido sem que exista dotação orçamentária e recursos financeiros previstos no cronograma de desembolso.

Art. 10º – A lei orçamentária dispensará, na estimativa da receita e na fixação da despesa atenção aos seguintes princípios:

I – prioridade de investimentos para as áreas sociais;

II – modernização da ação governamental;

III – equilíbrio na gestão dos recursos públicos.

IV – Austeridade na gestão dos recursos públicos.

Art. 11º – A proposta orçamentária para 2016 a ser apresentada ao Poder Legislativo obedecerá as seguintes diretrizes especiais:

I - as obras em execução terão prioridade sobre novos projetos; , e as despesas de Manutenção das Atividades e Projetos existentes não podem ser paralisadas ou reduzidas para priorizar novos projetos;

II – As despesas com o pagamento da dívida pública, com pessoal e seus reflexos, bem como com a contrapartida de financiamento, terão prioridade sobre as despesas decorrentes de ações de expansão de serviços públicos.

III – a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesas será acompanhada de:

1 – estimativa de impacto orçamentário-financeiro em que deva entrar em vigor e nos dois anos seguintes;

2 – declaração do Ordenador da Despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a LDO.

IV – o Poder Executivo poderá conceder ou ampliar incentivo ou benefício de Natureza Tributária da qual decorra renúncia de receita, desde que atendido os requisitos do Artigo 4º da Lei Complementar Federal 101/00.

V – a abrir créditos adicionais suplementares, a realizar transposições, remanejamentos ou transferências de uma categoria para outra ou de um órgão para outro, com limite de até 30% da proposta orçamentária para 2016, em obediência aos incisos V e VI do artigo 167, da Constituição Federal.

VI – Fica o Poder executivo autorizado a proceder à abertura de crédito adicional à conta de recursos provenientes de convênios, mediante assinatura do competente instrumento.

Art. 12º – A proposta orçamentária do Poder Legislativo será encaminhada ao Poder Executivo até o dia 30 de julho, na forma da Emenda Constitucional nº 25, de 15 de fevereiro de 2000, para fins de consolidação do Projeto de Lei Orçamentária Anual.

Art. 13º – Ficam vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesas que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária e financeira.

Art 14º -É vedada a inclusão de dotações, na lei orçamentária e seus créditos adicionais , a titulo de “auxílios” para entidades privadas, ressalvadas as sem fins lucrativos.

Parágrafo Único – No caso de Entidades sem Fins lucrativos, deverá ser cumprido o disposto no Artigo 26, da Lei Complementar 101/00 e as exigências contidas na Instrução normativa nº 001/97 –STN e alterações posteriores.

Art. 15º – Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a contribuir para o custeio de despesas de competência do Estado de Mato Grosso, nos termos do Art. 62, da Lei Complementar 101/2000, bem como a realizar transferências voluntárias aquele ente, nos casos de relevante interesse municipal, devendo o favorecido atender ao disposto no Art. 25, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 16º - O município aplicará no mínimo, os percentuais constitucionais, na Manutenção e no Desenvolvimento do Ensino, estabelecidos pela Lei 11.494/07 – Fundeb, bem como nas ações e serviços de saúde, nos termos dos artigos 198, § 2º e 212º, da Constituição Federal.

Art. 17º – Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de modo a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art 18º - O controle dos custos das ações desenvolvidas pelo Poder Publico Municipal de que trata o artigo anterior , serão desenvolvidos de forma a apurar os custos dos serviços, tais como: custos dos programas, das

ações, do m2 das construções, do m2 das pavimentações, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do

transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento das unidades de saúde, ou de outros itens de controle, conforme determina o Art. 4º , I, "e" da Lei Complementar 101/2000.

§ 1º - Os custos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas

metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício, de modo a atender o disposto, no art 4º. I "e" da Lei Complementar 101/2000.

§ 2º - O Poder Executivo deverá desenvolver sistema gerencial de apropriação de gastos, com objetivo de demonstrar o custo de cada ação orçamentária.

Art 19º – Os programas priorizados por esta lei e contemplados na Lei Orçamentária de 2016 serão objeto de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento de seus objetivos, corrigir desvios, avaliar seus custos e cumprimento das metas físicas estabelecidas, em cumprimento ao citado art 4º, I, "e" da lei Complementar 101/00.

Art. 20º – A lei orçamentária, conterá, no âmbito do orçamento fiscal, dotação consignada à Reserva de Contingência, constituída por valor correspondente de até 1% (hum por cento) da receita corrente líquida e se destinará ao atendimento de passivos contingentes e de outros riscos e eventos fiscais não previstos.

Art 21º – O Poder Judiciário encaminhará a Secretaria de Planejamento e Fazenda – SEPLAF-, e aos referidos órgãos e entidades devedoras, na parte

que lhes couberem, a relação de débitos constantes de precatórios judiciários, a serem incluídos na proposta orçamentária para 2016, conforme determina o Art. 100, § 1º da Constituição Federal, e a Constituição Estadual, discriminando:

A) Órgão Devedor;

B) Numero de processos;

C) Numero do Precatório

D) Data de Expedição do Precatório;

E) Nome do Beneficiário;

F) Valor do Precatório a ser pago.

CAPÍTULO IV Das Disposições Relativas às Despesas com Pessoal e Encargos Sociais

Art. 22º – Os Poderes Legislativo e Executivo observarão, na fixação das despesas de pessoal, as limitações estabelecidas na Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Art 23º - Na criação de quaisquer despesas obrigatórias de caráter continuado, bem como em situações excepcionais para contratação de hora extra, deverá ser observado os critérios e limites dispostos na Lei Complementar 101/00.

§ 1º - Na execução orçamentária de 2016, caso a despesa de pessoal extrapolar noventa e cinco por cento do limite permitido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, fica vedada a contratação de horas extras, excetuadas aquelas no âmbito dos setores da educação e saúde, ou quando destinadas ao atendimento de situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a coletividade.

Art. 24º – Na fixação das despesas com pessoal serão alocadas dotações especificas para atender a despesas decorrentes da criação de cargos, em atendimento ao disposto no parágrafo Único, inciso II, do Art. 71 da Lei Orgânica, desde que compatíveis com o equilíbrio das contas públicas.

Parágrafo Único – Para atender o disposto no artigo acima, fica o Poder Executivo e Legislativo autorizado a promover a alteração na Estrutura Organizacional e de Cargos e Carreiras, através de Lei Específica nos termos do Art. 29 da lei Orgânica, podendo para isso, extinguir ou transformar cargos, criar novo cargos, e também realizar Concurso Público de provas e títulos, Processo Seletivo Público e Processo Seletivo Simplificado, visando ao preenchimento dos cargos e funções.

Art. 25º – No decorrer da execução orçamentária do exercício de 2016, fica autorizada a fixação de um índice de aumento de vencimento dos servidores públicos, caso seja constatado excesso efetivo de arrecadação que eleve a receita corrente líquida, observado os limites estabelecidos no Art 71 da Lei Complementar Federal nº 101/00.

Parágrafo único – Fica autorizado para o Poder Legislativo, o aumento salarial para implantação do Plano de Cargos e Vencimentos – PCCV, bem como reajuste salarial respeitado os limites da Lei Complementar 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art 26º – As despesas decorrentes de aperfeiçoamento da ação governamental classificam-se em relevantes e irrelevantes.

Parágrafo Único – Entende-se por despesas relevantes aquelas que ultrapassarem o valor máximo da dispensa da licitação, na forma estabelecida pela Lei Federal nº 8.666, de 27 de junho de 1993, e como irrelevantes aquelas que não ultrapassarem o valor Maximo da dispensa de licitação da citada lei.

CAPÍTULO V Das Disposições sobre Alterações Na Legislação Tributária

Art 27º – O município poderá rever e atualizar sua Legislação tributária anualmente.

Art 28º – Ocorrendo alterações na legislação tributária, bem como nos índices inflacionários da política monetária nacional, fica o Poder Executivo autorizado a proceder os devidos ajustes orçamentários na mesma proporção.

Parágrafo único – Os recursos eventualmente decorrentes das alterações previstas neste artigo serão incorporados aos orçamentos do município, mediante abertura de créditos adicionais, no decorrer do exercício, observada a legislação vigente.

CAPÍTULO VI Das Disposições Finais

Art. 29º – O Prefeito Municipal encaminhará até o dia 30/09/2015 o Projeto de Lei do Orçamento Anual de 2016, à Câmara Municipal para apreciação e conclusão da votação nos termos da Lei Orgânica do Município de Matupá.

Art. 30º – O Prefeito Municipal poderá enviar mensagem ao poder Legislativo para propor modificações ao presente projeto, bem como ao Projeto do Plano Plurianual e do Orçamento Anual, em conformidade com o parágrafo 5º do Art. 166 da Constituição Federal.

Art 31º – Para os casos de renuncia de receita e condições para concessão de benefícios fiscais, será elaborado estimativa de impacto orçamentário-financeiro, deverá ainda, ser incluso recursos para instituição de normas de controle de custos e avaliação de resultados dos programas, bem como dependerão de lei especifica, em cumprimento ao artigo 15, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000,com exceção da realização de 01 (um) Refis (Refinanciamento de Divida Fiscal) no ano, dentro dos critérios estabelecidos em lei, objetivando aumento da receita própria e incentivo a população na quitação de tributos, antes que os mesmos sejam encaminhados ao Judiciário para cobrança, cuja execução tornando-se ainda mais dispendiosa para o município e com resultados obtidos a prazos bem maiores.

Art 32º– Até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2016, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o

cronograma de execução mensal de desembolso, observando, em relação ás despesas constantes desse cronograma, a abrangência necessária à obtenção das metas fiscais.

§ 1º - O Poder Executivo publicará, até 30 dias após o encerramento do bimestre, o Relatório Resumido da Execução orçamentária, na forma do Art. 52, da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

§ 2º - O Relatório da Gestão Fiscal, será emitido pelo Chefe do Poder Executivo e será publicado até 30 dias após o encerramento de cada quadrimestre, com amplo acesso ao público, inclusive por meio eletrônico.

§ 3º - Até o final dos meses de maio e setembro de 2016, e de fevereiro de 2016, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na Câmara Municipal.

Art. 33º – O Poder Executivo adotará, durante o exercício de 2016, as medidas que se fizerem necessárias, observados os dispositivos legais, para dinamizar, operacionalizar e equilibrar a execução da lei orçamentária.

§ 1º - Caso seja necessária a limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir as metas fiscais previstas no Anexo de que trata o § 2º do Artigo 2º, desta Lei, essa será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de "outras Despesas Correntes", "Investimentos" e "Inversões Financeiras" de cada Poder.

§ 2º - Na hipótese da ocorrência do disposto no parágrafo anterior, o Poder Executivo comunicará o fato ao Poder Legislativo do montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

§ 3º - O Chefe de cada Poder, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior, publicará ato estabelecendo os montantes que cada unidade do respectivo Poder terá como limite de movimentação e empenho.

Art. 34º – Na hipótese de, até 31 de dezembro de 2015, o autógrafo da Lei Orçamentária para o exercício de 2016 não ser devolvido ao Poder Executivo, fica este autorizado a executar a programação constante do Projeto de Lei por ele elaborado, em cada mês e até o mês seguinte a sua aprovação e remessa pelo Poder Legislativo, nos seguintes limites:

I – no montante necessário para cobertura das despesas com pessoal e encargos sociais e com o serviço da dívida;

II – 1/12 (um doze avos) das dotações relativas às demais despesas.

Art. 35º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 36º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE MATUPÁ, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 12 DE AGOSTO DE 2015.

VALTER MIOTTO FERREIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE DISTRATO E RESCISÃO AMIGÁVEL DE CONTRATO DE ENGENHARIA Nº 028/2015

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

CONTRATADA: **MR DEL PAPA & CIA LTDA**

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, COM COMPROVADA CAPACIDADE TÉCNICA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA PARA OBRAS DE CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE EVENTOS CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 2628.0281488-19/2008 CELEBRADO ENTRE O MINISTÉRIO DO TURISMO REPRESENTADO PELA CEF E O MUNICÍPIO DE MATUPÁ. Contidas nos anexos do Edital 040/2015, TOMADA DE PREÇO 012/2015.**

Objetivo: Rescisão amigável do **Contrato de Engenharia nº. 028/2015 de 23/04/2015**

ASSINATURA: 02/09/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO DE ANULAÇÃO DE SALDO DE EMPENHO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº. 035/2013

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

CONTRATADA: **N. R. OLMOS - ME**

OBJETO: **Contratação de Serviços Médico Clínico Geral, com especialidade em anestesia, Plantões médicos para atender no Hospital Municipal e com Especialidades para atender as Unidades de Saúde da Família,** de acordo com o Termo de Referência e demonstrativo do orçamento que são partes integrantes do Edital 029/2013 do respectivo **Pregão Presencial nº 022/2013,** conforme **LOTES N° 06 e 23.**

Objetivo: Anular a **Nota de Empenho nº 00095/07 de 05/01/2015.**

Assinatura: 02/09/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RH
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 153/2015 FIRMADO ENTRE O MUNICÍCIO E **SANDRA DE JESUS FERNANDES. Objeto:** Prestação de serviços inerentes às funções do cargo de ***MONITORA DE CRECHE***, no Centro de Educação Infantil "Chapeuzinho Vermelho" com lotação na Secretaria de Educação e Cultura, em substituição a servidora **ELIANE CRISTINA ARAUJO**¸ que se encontra afastada para tratamento de saúde conforme atestado. Período de: 23/09/2015 a 07/10/2015. Valor Global R$ 394,00. Carga horária: 40 horas semanal. Data da Assinatura: 23/09/2015.

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RH
TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PESSOAL POR PRAZO DETERMINADO Nº 150/2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE e ***LUIZA DE OLIVEIRA*****,** com permissivo constitucional (artigo 37, inciso X) e a teor do disposto na LC n. 008/1998, LC nº 087/2009 e alterações e Lei autorizativa nº 1266 de 11 de novembro de 2014.

Pelo presente instrumento, o Município de Mirassol D'Oeste - MT, representado pelo Prefeito Municipal Sr. **ELIAS LEAL MENDES FILHO**, portador do RG 04979486 SEJSP/MT e CPF 354.096.061.91, a seguir denominado **CONTRATANTE** e a Sra**.** ***LUIZA DE OLIVEIRA*****,** brasileira, solteira, residente e domiciliada nesta Cidade de Curvelândia - MT, portadora do RG 735.226 SSP/MT e CPF 535.315.311-15, resolvem celebrar o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal Por Prazo Determinado nº 150/2015, contratada para o cargo de **AUXILIAR DE ENFERMAGEM*,*** considerando que o servidor ***Edson Pereira*** estará em gozo de Licença Prêmio, conforme protocolo nº 6239/2015 e PTA nº 365/2015e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: **Do Objeto**

O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de que trata a cláusula Sexta do Contrato temporário de Prestação de Serviços de Pessoal Por Prazo Determinado, firmado em 26 de agosto de 2015.

CLÁUSULA SEGUNDA: Da Prorrogação

Fica prorrogado até ***30/10/2015*** o prazo de que trata a cláusula sexta do contrato nº 150/2015

CLÁUSULA TERCEIRA: Da Ratificação

Continuam em pleno vigor, as demais cláusulas e condições do Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal Por Prazo Determinado que não conflitarem com o presente instrumento.

E por estarem ambas as partes de pleno acordo, assinam o presente, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas (02) testemunhas. Mirassol D'Oeste, 30 de setembro de 2015

ELIAS MENDES LEAL FILHO

Prefeito Municipal

SANDRA DENIZ HORN DA CRUZ

Sec. de Saúde

LUIZA DE OLIVEIRA

Contratada

Testemunhas:

Alcilena C. Queiroz Botelho

RG: 375911 SSP/MT

CPF 303.820.681-49

RODRIGO DONIZETE TERRADAS

RG: 1982516-1 SSP/MT

CPF: 024.713.901-70

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

LICITAÇÃO
RETIFICAÇAO

RETIFICAÇÃO DE EDITAL

PREGAO PRESENCIAL SRP N° 70/2015

O Município de Nobres - MT, através de sua Pregoeira Oficial torna público, a **RETIFICAÇÃO** do edital do **PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 70/2015**, cujo Objeto é futura e eventual ***LOCAÇÃO DE HORA MÁQUINA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE NOBRES - MT.***

ONDE SE LÊ:

CAPÍTULO VII- DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

7.5. Qualificação Técnica:

a) Comprovação de capacidade técnico operacional da empresa prestadora de serviços ter executado serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação, através de atestado (s) emitido (s) em seu nome por pessoa jurídica de direito público ou privado. **b)** Comprovação de que a empresa possui o Maquinário a ser Locado, através da Documentação da Máquina, contrato de Compra e venda ou Locação do bem,

Não serão aceitas certidões positivas de débito, exceto quando constar da própria certidão ressalva que autorize a sua aceitação.

7.6. A aceitação dos documentos obtidos via *Internet* ficará condicionada à confirmação de sua validade, também por esse meio, se dúvida houver quanto à sua autenticidade, pela Equipe de Apoio do Pregão**.**

* *A Equipe de Apoio não se responsabiliza pela disponibilidade dos Sites a serem utilizado para confirmações.*

7.7. Para efeito de validade das certidões de regularidade de situação perante a Administração Pública, se outro prazo não constar da lei ou do próprio documento, será considerado o lapso de 60 (sessenta) dias contados a partir da data de sua expedição.

7.8. Os documentos poderão ser apresentados no original, por qualquer processo de cópia reprográfica autenticada por tabelião por força de Lei ou a publicação em órgão da imprensa oficial na forma da lei.

7.9. As autenticações poderão ser feitas pela Equipe de Apoio ao Pregoeiro mediante cotejo da cópia com o original.

7.10. Na hipótese da apresentação de documentos originais, estes serão anexados ao processo licitatório.

7.11. Os documentos exigidos para habilitação, consoante o estabelecido neste título, **não poderão**, em hipótese alguma, ser substituídos por protocolos que configurem o seu requerimento, ou apresentados por meio de fitas, discos magnéticos e filmes.

7.12. A ausência de documento ou a apresentação dos documentos de habilitação em desacordo com o previsto neste Título **inabilitará** o licitante.

7.13. Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido, salvo o original for substituído por cópia reprográfica autenticada.

Capítulo XI – DA VIGÊNCIA, RECEBIMENTO E FISCALIZAÇÃO DO OBJETO

11.5. Homologado o resultado da licitação, a Administração Municipal convocará os licitantes para assinatura da Ata de Registro de Preços que, após cumpridos os requisitos de publicidade, será considerado documento vinculativo, obrigacional, com características de compromisso para futura contratação nas condições estabelecidas.

LEIA-SE:

7.5. Qualificação Técnica:

a) Comprovação de capacidade técnico operacional da empresa prestadora de serviços ter executado serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação, através de atestado (s) emitido (s) em seu nome por pessoa jurídica de direito público ou privado.

Não serão aceitas certidões positivas de débito, exceto quando constar da própria certidão ressalva que autorize a sua aceitação.

7.6. A aceitação dos documentos obtidos via *Internet* ficará condicionada à confirmação de sua validade, também por esse meio, se dúvida houver quanto à sua autenticidade, pela Equipe de Apoio do Pregão**.**

* *A Equipe de Apoio não se responsabiliza pela disponibilidade dos Sites a serem utilizado para confirmações.*

7.7. Para efeito de validade das certidões de regularidade de situação perante a Administração Pública, se outro prazo não constar da lei ou do próprio documento, será considerado o lapso de 60 (sessenta) dias contados a partir da data de sua expedição.

7.8. Os documentos poderão ser apresentados no original, por qualquer processo de cópia reprográfica autenticada por tabelião por força de Lei ou a publicação em órgão da imprensa oficial na forma da lei.

7.9. As autenticações poderão ser feitas pela Equipe de Apoio ao Pregoeiro mediante cotejo da cópia com o original.

7.10. Na hipótese da apresentação de documentos originais, estes serão anexados ao processo licitatório.

7.11. Os documentos exigidos para habilitação, consoante o estabelecido neste título, **não poderão**, em hipótese alguma, ser substituídos por protocolos que configurem o seu requerimento, ou apresentados por meio de fitas, discos magnéticos e filmes.

7.12. A ausência de documento ou a apresentação dos documentos de habilitação em desacordo com o previsto neste Título **inabilitará** o licitante.

7.13. Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido, salvo o original for substituído por cópia reprográfica autenticada.

Capítulo XI – DA VIGÊNCIA, RECEBIMENTO E FISCALIZAÇÃO DO OBJETO

11.5. Homologado o resultado da licitação, a Administração Municipal convocará os licitantes para no prazo de 02 (dois) dias uteis, assinar da Ata

de Registro de Preços que, após cumpridos os requisitos de publicidade, será considerado documento vinculativo, obrigacional, com características de compromisso para futura contratação nas condições estabelecidas.

ONDE SE LÊ:

ANEXO I

Processo Nº 131/2015

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 70/2015

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES A Contratação do Serviço será Por HORA, de acordo com as necessidades da Secretaria Solicitante; o veículo deverá estar a disposição quando solicitado pela Secretaria Municipal de Obras, permanecendo a sua disposição durante o período solicitado enquanto estiver vigente este Registro de Preços. A prestação dos Serviços inclui todos os gastos com o Veículo, tais como: **MANUTENCAO, REPOSICAO DE PECAS, COMBUSTIVEL E OPERADOR DAS MAQUINAS, QUE SERÁ DE RESPONSABILIDADE DA EMPRESA CONTRATADA.**

LEIA – SE:

ANEXO I

Processo Nº 131/2015

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 70/2015

TERMO DE REFERÊNCIA

2. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES A Contratação do Serviço será Por HORA, de acordo com as necessidades da Secretaria Solicitante; o veículo deverá estar a disposição quando solicitado pela Secretaria Municipal de Obras, permanecendo a sua disposição durante o período solicitado enquanto estiver vigente este Registro de Preços. A prestação dos Serviços inclui todos os gastos com o Veículo, tais como: **MANUTENCAO, REPOSICAO DE PECAS, COMBUSTIVEL E OPERADOR DAS MAQUINAS, QUE SERÁ DE RESPONSABILIDADE DA EMPRESA CONTRATADA.**

A EMPRESA VENCEDORA DEVERÁ APRESENTAR NO MOMENTO DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO A DOCUMENTAÇÃO DOS VEÍCULOS (MAQUINÁRIO), E ESTE DEVERÁ ESTAR EM NOME DA EMPRESA VENCEDORA OU DE POSSE LEGAL DA MESMA ATRAVES DE CONTRATO DE COMPRA E VENDA OU DE CONTRATO DE LOCAÇÃO, PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

OS EMPREGADOS DA CONTRATADA NÃO MANTERÃO NENHUM VÍNCULO EMPREGATÍCIO COM A CONTRATANTE, SENDO DE SUA INTEIRA RESPONSABILIDADE AS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, PREVIDENCIÁRIAS E TRABALHISTAS RELATIVAS AOS SEUS EMPREGADOS OU CONTRATADOS, INCLUSIVE NO QUE TANGE AO SEGURO DE ACIDENTE DE TRABALHO, DESLIGAMENTO, HORAS EXTRAS, DIÁRIAS, QUAISQUER DESPESAS COM ALIMENTAÇÃO, LOCOMOÇÃO, E ALOJAMENTO NÃO CABENDO À CONTRATANTE QUALQUER TIPO DE RESPONSABILIDADE NEM ENCARGOS DE QUALQUER NATUREZA.

Fica alterada a data de abertura do processo licitatório para o dia **20/10/2015 as 08:00hs,** na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Nobres – MT.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal em horário de expediente, das 07h00m as 13h00m ou através do telefone (65) 3376-4200 Ramal 4215.

Nobres - MT, 01 de Outubro de 2015.

Nadir da Silva

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO - GABINETE
PORTARIA N.º 524/2015, DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.

O Sr. **NEURILAN FRAGA**, Prefeito Municipal de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo cargo,

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear o Senhor **Nivaldo Batista de Oliveira,** Portadora da Cédula de Identidade **RG nº 742.610 SSP/MT** e do **CPF nº 388.132.621-91,** para o **Cargo em Comissão Nível DAS-4 "Chefe de Remessa de Informação Eletrônicas da Saúde"** da Divisão de Remessa de Informações Eletrônicas da Saúde no Departamento de Gestão Administrativa da Saúde da Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT, a partir desta data.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, ao 1º dia do mês de Outubro de 2015, 62º da Emancipação Político-Administrativa. 01/10/2015

Neurilan Fraga

Prefeito Municipal

Edivaldo de Sá Teixeira

Secretário de Administração, Planejamento e Gestão.

Norma Firmiano Rodrigues

Secretária Municipal de Saúde

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 467/2015

Concede férias de 30 (trinta) dias aos servidores públicos municipais e dá outras providências.

O Senhor **NEURILAN FRAGA**, Prefeito Municipal de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo cargo,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias aos servidores abaixo relacionados:

Daniel Rodrigues Nogueira, vigia, lotado na Secretaria de Administração, Planejamento, e Gestão-Dep. de Patrimônio Público Municipal da Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT, referente ao período aquisitivo de 02/05/2014 a 02/05/2015, cujo gozo de se dará a partir desta data

Maria Creuza Souto Cardoso, Técnico em alimentação escolar, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desportos e Lazer da Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT, referente ao período aquisitivo de 01/09/2014 a 01/09/2015, cujo gozo de se dará a partir desta data.

Marcelo de Oliveira, vigia, lotado na Secretaria de Administração, Planejamento, e Gestão-Dep. de Patrimônio Público Municipal da Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT, referente ao período aquisitivo de 23/12/2012 a 23/12/2013, cujo gozo de se dará a partir desta data

Marlene Julia Oliveira Scarpat, Técnico em alimentação escolar, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desportos e Lazer da Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT, referente ao período aquisitivo de 01/09/2014 a 01/09/2015, cujo gozo de se dará a partir desta data.

Art. 2º O presente ato administrativo tem como fundamento o artigo 64, *caput* e seus parágrafos da Lei Municipal n.º **021/2005** (Estatuto dos Servidores da Administração Direta, Fundações Públicas e Autarquias do Mu-

nicípio de Nortelândia - MT) e Art. 78 da Lei n° **155/2010** (Estatuto e PCCS dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nortelândia-MT).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, ao 1º dia do mês de setembro de 2015, 62º da Emancipação Político-Administrativa. 01.09.2015.

NEURILAN FRAGA

Prefeito Municipal

EDIVALDO DE SÁ TEIXEIRA

Secretario de Administração, Planej. Gestão.

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO - GABINETE
PORTARIA Nº 522/2015, DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.

O Sr. **NEURILAN FRAGA**, Prefeito Municipal de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo cargo,

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear oSenhor **Thiago José dos Santos,** Portador da Cédula de Identidade **RG nº 16891783 SSP/MT** e do **CPF nº 730.773.721-34,** para o **Cargo em Comissão Nível DAS-2 "Coordenador de Formalização e Acompanhamento de Convênios"** do Departamento de Formalização e Acompanhamento de Convênioda Secretaria de Administração, Planejamento e Gestão – Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, ao 1º dia do mês de Outubro de 2015, 62º da Emancipação Político-Administrativa. 01/10/2015

Neurilan Fraga

Prefeito Municipal

Edivaldo de Sá Teixeira

Secretário de Administração, Planejamento e Gestão.

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO - GABINETE
PORTARIA N.º 521/2015, DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.

O Sr. **NEURILAN FRAGA**, Prefeito Municipal de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo cargo,

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear o Senhor **Almir de Almeida Branco,** Portador da Cédula de Identidade **RG nº 15025969 SSP/MT** e do **CPF nº 969.584.301-82** parao **Cargo em Comissão Nível DAS-2 "Coordenador de Informática e Tecnologia da Informação"** do Departamento de Informática e Tecnologia da Informação da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Gestão da Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, ao 1º dia do mês de Outubro de 2015, 62º da Emancipação Político-Administrativa. 01/10/2015

Neurilan Fraga

Prefeito Municipal

Edivaldo de Sá Teixeira

Secretário de Administração, Planejamento e Gestão.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 530/2015

Concede licença por acidente em serviço devida à servidora *Dinair Rodrigues Scaneiro* e dá outras providências.

O Senhor **NEURILAN FRAGA**, Prefeito Municipal de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo cargo,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder licença por acidente em serviço de direito à servidora ***Dinair Rodrigues Scaneiro*****,** professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer de Nortelândia – MT, em razão do requerimento instruído por atestado médico apresentado que deverá ficar arquivado na pasta individual da servidora, acostado a esta portaria.

Art. 2º O presente ato administrativo tem como fundamento Título IV – "Dos Direitos, das Vantagens, e das Concessões, Cap.II "Direitos", Seção VII – "Das Licenças", Subseção XI – "Da Licença por Acidente em Serviço" Art.145, conforme Lei Complementar n° 155/2010 (Estatuto e Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nortelândia-MT).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, ao 1º dia do mês de outubro de 2015, 62º da Emancipação Político-Administrativa. 01.10.2015.

Neurilan Fraga

Prefeito Municipal

Edivaldo de Sá Teixeira

Secretário de Administração, Planej.e Gestão.

Marlene Júlia de Oliveira Scarpat

Secretária de Educação, Cultura, Desporto e Lazer.

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO - GABINETE
PORTARIA N.º 529/2015, DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.

O Sr. **NEURILAN FRAGA**, Prefeito Municipal de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo cargo,

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear o Senhor **Gabriel França Moreira,** Portador da Cédula de Identidade **RG nº 21399786 SSP/MT** e do **CPF nº 044.945.131.30** para o **Cargo em Comissão Nível DAS-2 "Gerente de Arrecadação e tributação"** da Gerência de Arrecadação e Fiscalização do Departamento de Tributação e Fiscalização da Secretaria de Finanças, Fiscalização e Contabilidadeda Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando expressamente revogada a Portaria nº 512/2015, de 21 de Setembro de 2015.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, ao 1º dia do mês de Outubro de 2015, 62º da Emancipação Político-Administrativa. 01/10/2015

Neurilan Fraga

Prefeito Municipal

Edivaldo de Sá Teixeira

Secretário de Administração, Planejamento e Gestão.

Aldemar Xavier Meira

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO - GABINETE
PORTARIA N.º 523/2015, DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.

O Sr. **NEURILAN FRAGA**, Prefeito Municipal de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo cargo,

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear a Senhora **Anselma de Oliveira Miranda de Moura,** Portadora da Cédula de Identidade **RG nº 05632340 SSP/MT** e do **CPF nº 535.249.261.34** para o **Cargo em Comissão Nível DAS-2 "Coordenadora de Regulação e Encaminhamento"** do Departamento de Regulação e Encaminhamento da Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT, a partir desta data.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, ao 1º dia do mês de Outubro de 2015, 62º da Emancipação Político-Administrativa. 01/10/2015.

Neurilan Fraga

Prefeito Municipal

Edivaldo de Sá Teixeira

Secretário de Administração, Planejamento e Gestão

Norma Firmiano Rodrigues

Secretária Municipal de Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

ERRATA NO DECRETO Nº 079/2015

ERRATA NO DECRETO Nº 079/2015

ONDE SÊ PUBLICOU NO DIA 01 de Outubro de 2015 • Jornal Oficial Eletronico dos Municipios do Estado de Mato Grosso • ANO X | N° 2. 323

Onde sê LÊ

Art. 2º Fica Instituído o Comitê Executivo para elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, composto pelos seguintes membros:

1 – Erli Ribeiro Lavor -(Engenheiro/ Técnico)

2 – Eliseu Juliano Tirloni

3 – Fernando Jorge Monteiro as Silva

4 – Reinaldo Rodrigues do Prado

LEIA-SE

Art. 2º Fica Instituído o Comitê Executivo para elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, composto pelos seguintes membros:

1 – José Orlando Lehr -(Engenheiro/ Técnico)

2 – Eliseu Juliano Tirloni

3 – Fernando Jorge Monteiro as Silva

4 – Reinaldo Rodrigues do Prado

Nossa Senhora do Livramento, 01 de Outubro de 2015

Carlos Roberto da Costa

Prefeito Municipal

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 072/2015
PROCESSO: 1928/2015

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 072/2015

Processo: 1928/2015

Assunto:

"DISPENSA baseada na Lei Municipal nº782/2015, artigo 1º item II, para futura e "CONTRATAÇÃO DE ASSISTENTE SOCIAL para Execução de Serviços de visitas domiciliares com preenchimento de formulários específicos para o PROGRAMA BOLSA FAMILIA na cidade de Nossa senhora do Livramento.

Reconheço e Ratifico, em todos os seus termos a DISPENSA DE LICITAÇÃO para a

"**DISPENSA baseada na Lei Municipal nº782/2015, artigo 1º item II, para futura e eventual** "CONTRATAÇÃO DE ASSISTENTE SOCIAL para Execução de Serviços de visitas domiciliares com preenchimento de formulários específicos para o PROGRAMA BOLSA FAMILIA na cidade de Nossa senhora do Livramento. conforme exigências constantes no TR nº. "159/2015.", pessoa física – ANDRE LUIZ DE MORAIS E SILVA – CPF: 022.559.401-32, no valor total contratado de R$ 5.850,00 **(**cinco mil oitocentos e cinqüenta reais**)**

4 – Especificação dos itens a serem adquiridos					
Item	**Qtde**	**Und**	**Especificações**	**Preço Unit R$**	**Preço Total R$**
01	03	Mensal	Contratação de Assistente Social para Execução de Serviços de visitas domiciliares com preenchimento de formulários específicos para o Programa Bolsa Família na cidade de Nossa Senhora do Livramento-MT	R$ 1. 950,00	R$ 5. 850,00
Valor Total Estimado					**R$ 5. 850,00**

Despesa que correrá por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Programa	**Origem do Recurso**	**Projeto/Atividade**	**Natureza da Despesa**	**Fonte**	**Valor (R$)**
2082	Próprio federal	Manutenção do programa IGDBF	33.90.36.00	212	R$ 5. 850,00
VALOR TOTAL ESTIMADO (R$)					R$ 5. 580,00

E autorizo o empenho da despesa, no valor de R$ 5.850,00 **(**cinco mil oitocentos e cinqüenta reais**),** em favor pessoa física – ANDRE LUIZ DE MORAIS E SILVA – CPF: 022.559.401-32**,** cujo pagamento far-se-á conforme com os serviços prestados conforme solicitação no TR.

Tendo o processo sido submetido à apreciação da Assessoria Jurídica deste órgão.

Nossa Senhora do Livramento, 30 de setembro de 2015

Carlos Roberto da Costa

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2015

O Município de Nossa Senhora do Livramento–MT, Estado de Mato Grosso, através da Pregoeira Oficial, TORNA PÚBLICO para conhecimento de interessados que será realizada licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL nº 038/2015, para REGISTRO DE PREÇOS, através de Pregão Presencial, para futura e eventual Contratação de empresa para locação e montagem tendas, carro de som, som para eventos em ambiente fechado na Sede e Zona Rural deste Município para atender a todas as Secretarias Municipais, conforme informações e especificações cons-

tantes do Termo de Referência - Anexo I parte integrante do Edital, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, cuja abertura ocorrerá às **09:00** horas, do **dia 15 de outubro** de 2015 na sala de reunião da Prefeitura Municipal, Situado a Av.Coronel Botelho s/nº, Centro, Nossa Senhora do Livramento -MT, Conforme Lei 8.666 de 21/06/93 e suas alterações posteriores. O Edital completo está à disposição no http://www.nossasenhoradolivramento.mt.gov.br/ e na sede da Prefeitura setor de licitação das 07h00min às 13h00min. Maiores informações poderão ser adquiridas pelo telefone (65) 3351-1200.

Nossa Senhora do Livramento - MT, 29 de setembro de 2014.

Leonildes Fátima da S. Benevides

Pregoeiro(a) Oficial

Portaria nº. 003/2015

DECRETO Nº 76/2015

DECRETO Nº 76/2015

"Substitui membro da Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar para processamento de feitos decorrentes da Avaliação de Desempenho de Estágio Probatório no qual houve a recomendação de exoneração ou demissão do servidor e dá outras providências."

CARLOS ROBERTO DA COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Complementar n. 06/2004 e Lei 540/2006 e

Considerando a necessidade da Servidora Geisa Alexandra de Proença Pimentel se afastar da Comissão Especial de PAD eis que o exercício do seu cargo está exigindo todo o seu tempo;

Considerando a necessidade do serviço tanto da Administração Municipal como da Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar que não podem prescindir da atuação de todos os seus membros e servidores,

DECRETA:

Art. 1o Fica alterado o artigo 2º do Decreto n.13/2015, substituindo a Servidora Geisa Alexandra de Proença Pimentel, membro da Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar pela servidora Ellen Regina da Costa Amorim, servidora ocupante do cargo de Assistente Social.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Nossa Senhora do Livramento, 14 de setembro de 2015.

CARLOS ROBERTO DA COSTA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO 088/2015

CONTRATADO: WAGNER SANTOS SILVA 88121429153

CNPJ Nº 12.694.918/0001-67

OBJETO: CONTRATO E LOCAÇÃO DE PALCO COM LARGURA DE 12X8 COM SONORIZAÇÃO PARA O 04 MOSTRA DO CONHECIMENTO DA ESCOLA ERNESTO NEIVERTH, QUE SE REALIZARA NOS DIAS 17, 18, 19 E 20 DE SETEMBRO DE 2015 NO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT.

VALOR GLOBAL: R$ 7.900,00 (sete mil novecentos reais)

DO PRAZO-11 DE SETEMBRO DE 2015, E ENCERRANDO EM DATA DE 21 DE SETEMBRO DE 2015

VINCULO:*****

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO 080/2015

CONTRATADO: ELODIR RUDI MEYER

CPF: 909.769.321-72

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS DAS ESTRADAS ARAPONGAS E LONDRINA, QUE PLEITEIA O PROJETO DA CONAB EM PARCERIA COM A PREFEITURA DE NOVA BANDEIRANTES/MT PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE TEC. E SANEAMENTO.

VALOR GLOBAL: R$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais).

DO PRAZO- 01 DE SETEMBRO DE 2015, E ENCERRANDO EM DATA DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015

VINCULO:

****

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO 081/2015

CONTRATADO: IONE CAETANO DE OLIVEIRA BATISTA

CPF: 002.276.861-01

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM CURSOS DE CORTE E COSTURA COM CARGA HORARIA DE 32 (TRINTA E DUAS) HORAS MÊS, NO PROGRAMA DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULO NO DISTRITO DE JAPURANÃ, PARA ATENDER A SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT.

VALOR GLOBAL: R$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais)

DO PRAZO- 01 DE SETEMBRO DE 2015, E ENCERRANDO EM DATA DE **31 DE DEZEMBRO DE 2015**

VINCULO: ****

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO 082/2015

CONTRATADO: APARECIDA RIBEIRO PEREIRA

CPF: 021.747.181-11

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM AULAS DE ARTESANATO COM 40 (QUARENTA) HORAS SEMANAL, COM GRUPO DE MULHERES NO PROGRAMA DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULO NO DISTRITO DE JAPURANÃ, PARA ATENDER A SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT.

VALOR GLOBAL: R$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais)

DO PRAZO- 01 DE SETEMBRO DE 2015, E ENCERRANDO EM DATA DE 31 DE NOVEMBRO DE 2015

VINCULO:

****

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO 083/2015

CONTRATADO: WÍRIS VELOSO RAMOS

CPF: 051.967.971-73

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM AULAS DE PINTURA COM CARGA HORÁRIA DE 32 (TRINTA E DUAS) HORAS MENSAL, PARA ATENDER O PROGRAMA DE CONVIVÊNCIA E FORTALECI-

MENTO DE VINCULO EM JAPURANÃ, MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT.

VALOR GLOBAL: R$ 1.600,00 (hum mil e seiscentos reais)

DO PRAZO- 01 DE SETEMBRO DE 2015, E ENCERRANDO EM DATA DE 30 DE OUTUBRO DE 2015

VINCULO: ****

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO 084/2015

CONTRATADO: ROBSON DA SILVA CARRIEL

CPF: 035.581.801-94

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ATENDER NO PROJETO REVIVER ATENDENDO OS MORADORES EM SITUAÇÃO DE RUA CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT.

VALOR GLOBAL: R$ 6.120,00 (seis mil cento e vinte reais)

DO PRAZO- 01 DE SETEMBRO DE 2015, E ENCERRANDO EM DATA DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015

VINCULO:

****

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO 085/2015

CONTRATADO: ROSIMAR LAGES DOS SANTOS

CPF: 247.326.908-40

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ATENDER NA CASA "LAR BEM ME QUER" ONDE ATENDE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, EM CUMPRIMENTO AOS DIAS DE FOLGA DA MÃE SOCIAL CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT

VALOR GLOBAL: $ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais)

DO PRAZO- 01 DE SETEMBRO DE 2015, E ENCERRANDO EM DATA DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015

VINCULO: ****

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO 086/2015

CONTRATADO: CLEONIR JOSÉ DA SILVEIRA,

CPF: **16.822.909/0001-65**

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM AULAS DE VIOLÃO COM CARGA HORÁRIA DE 12 (DOZE) HORAS SEMANAL, PARA ATENDER O PROGRAMA DE SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULO NO PARAÍSO DO NORTE, MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT

VALOR GLOBAL:

R$ 3.152,00 (três mil cento e cinqüenta e dois reais)

DO PRAZO- 01 DE SETEMBRO DE 2015, E ENCERRANDO EM DATA DE **31 DE DEZEMBRO DE 2015**

VINCULO: ****

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO 087/2015

CONTRATADO: L C M ROSSETO & CIA LTDA

CNPJ Nº 16.822.909/0001-65

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATENDIMENTO MÉDICO NA ESPECIALIDADE DA MEDICINA DO TRABALHO, PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES CLÍNICOS ESTIPULADOS NO VIGENTE PCMSO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES-MT; BEM COMO PARA SOLICITAÇÃO DE EXAMES COMPLEMENTARES; REALIZAÇÃO DE EXAMES AUDIOMETRICOS SEGUINDO SEMPRE OS PRÉ DETERMINADOS NO CITADO PCMSO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTE NO ANEXO I (TERMO DE REFERENCIA DO EDITAL).

VALOR GLOBAL :R$ 39.600,00 (TRINTA E NOVE MIL E SEISCENTOS REAIS

DO PRAZO- 08 DE SETEMBRO DE 2015, E ENCERRANDO EM DATA DE **18 DE OUTUBRO DE 2015**

VINCULO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2015

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 248/2012

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 248/2012

SEXTO TERMO ADITIVO CONTRATUAL que celebram a **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES**, Estado de Mato Grosso, pessoa de direito público interno, C.N.P.J/MF Nº 33.683.822/0001-73, com sede na Avenida Comendador Luiz Meneghel nº 62 na cidade de Nova Bandeirantes, neste ato representada pela Prefeita Municipal, *Srª. SOLANGE SOUSA KREIDLORO*,brasileira, casada, portadora da Carteira de Identidade RG nº 33.276.249-X SSP/SP, e do CIC/CPF nº 270.723.668-30, como **CONTRATANTE** e De outro lado a empresa **CESIRA BERGAMINI E AMANCIO & CIA LTDA – ME ,** Pessoa Jurídica de direito privado**,** devidamente inscrita no CNPJ sob nº 07.727.159/0001-18 situada à Avenida Mato Grosso, s/nº, CEP: 78.580-000, no Município de Nova Monte Verde/MT, neste ato representado por **VALENTINO ALVES AMANCIO,** brasileiro, portador da Carteira de Identidade RG nº 5.698.500 SSP/SP e do CIC/CPF nº. 605.430.008-34, residente e domiciliado na Rua 412, nº 46, na cidade de Paranaíta, tendo como responsável técnico CLEUSA MARIA REFATTI DA SILVA, portadora da carteira profissional N° 220550694-3/RS, expedida pelo CREA, doravante simplesmente denominada CONTRATADA, conforme cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – Os objetos do presente aditivo são os seguintes:

1.1.1 – Prorrogação do prazo de duração do Contrato original por mais 210 (duzentos e dez) dias, passando a vigorar 28/10/2015 até a data de 26/05/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1 – O presente aditivo encontra embasamento legal no art. 57 inciso II e § 3º da Lei nº 8.666/93e na clausula 4ª do contrato 248/2012.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1 – As demais Cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

3.2 – Fica eleito o Foro da Comarca de Nova Monte Verde, para dirimir as dúvidas que por ventura surgirem em decorrência deste aditamento, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitar as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº 8.666/93 e assinam o presente em 03 (três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 2 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Nova Bandeirantes – MT, 01 de Outubro de 2015.

_____

SOLANGE SOUSA KREIDLORO

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

CESIRA BERGAMINI E AMANCIO & CIA LTDA – ME

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Nome: Andressa Cristine F. Moreira Nome: Eriane Custodio da Silva

C.P.F.: 041.729.241-40 C.P.F.: 005.712.2016

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO 089/2015

CONTRATADO: BRENO AUGUSTO NEVES ZAMAR ME

CNPJ Nº 17.126.125/0001-65

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BANDA PARA ACOMPANHAMENTO MUSICAL DO 3° FEST BAND, QUE SERÃO REALIZADO NOS DIAS 18, 19 E 20 DE SETEMBRO NO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT

DO VALOR: R$ R$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais)

DO PRAZO- 11 DE SETEMBRO DE 2015, E ENCERRANDO EM DATA DE 22 DE SETEMBRO DE 2015

VÍNCULO:

*****

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 148/2014

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 148/2014

SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATUAL que celebram a **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES**, Estado de Mato Grosso, pessoa de direito público interno, C.N.P.J/MF Nº 33.683.822/0001-73, com sede na Avenida Comendador Luiz Meneghel nº 62 na cidade de Nova Bandeirantes, neste ato representada pela Prefeita Municipal, *Srª. SOLANGE SOUSA KREIDLORO*,brasileira, casada, portadora da Carteira de Identidade RG nº 33.276.249-X SSP/SP, e do CIC/CPF nº 270.723.668-30, como **CONTRATANTE** e De outro lado à empresa **NOVA GUIA CONSTRUÇÕES LTDA - ME,** empresa Jurídica de direito privado**,** devidamente inscrita no CNPJ sob nº 08.428.937/0001-74, situada à Avenida Maringá 905, sala 02, na cidade de Sinop/MT, neste ato representado por **IVAN AIMI,** brasileiro, engenheiro, portador do CIC/CPF nº. 211.071.490-53, residente e domiciliado na cidade de Sinop, tendo como responsável técnico **IVAN AIMI**, portador da carteira profissional N° 6029 - D, expedida pelo CREA, doravante simplesmente denominada CONTRATADA, conforme cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – Os objetos do presente aditivo são os seguintes:

Prorrogação do prazo de duração do Contrato original por mais 180 (cento e oitenta) dias, passando a vigorar do dia 29/10/2015 até a data de 27/04/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1 – O presente aditivo encontra embasamento legal no art. 57 inciso II e § 3º da Lei nº 8.666/93e na clausula 4ª do contrato 148/2014.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1 – As demais Cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

3.2 – Fica eleito o Foro da Comarca de Nova Monte Verde, para dirimir as dúvidas que por ventura surgirem em decorrência deste aditamento, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitar as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº 8.666/93 e assinam o presente em 03 (três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 2 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Nova Bandeirantes – MT, 01 de Outubro de 2015.

_____

SOLANGE SOUSA KREIDLORO

PREFEITA MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

NOVA GUIA CONSTRUÇÕES LTDA - ME

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Nome: Andressa Cristine F. Moreira Nome: Eriane Custodio da silva

C.P.F.: 041.729.241-40 C.P.F.: 005.712.201-69

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

SECRETARIA DO GABINETE DO PREFEITO
LRF 2º QUADRIMESTRE

MUNICÍPIO DE NOVA BRASILANDIA - MT - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILANDIA

RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Até o 2º Quadrimestre de 2015

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6 — R$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE
Receita Corrente líquida	13.692.197,89

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	6.039.576,12	44,11
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	7.393.786,86	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	7.024.097,52	51,30

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-2.900.053,84	-21,18
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	16.430.637,47	120,00

GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	3.012.283,54	22,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	2.190.751,66	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	958.453,85	7,00

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	1.747.563,25	2.321.351,67

FONTE:

JEOLLI

Município de NOVA BRASILANDIA - MT

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILANDIA

LRF, Art. 48 - Anexo 14 — R$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Até o Bimestre
RECEITAS	
Previsão Inicial	17.577.600,00
Previsão Atualizada	17.577.600,00
Receitas Realizadas	8.567.517,72
Déficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	0,00
DESPESAS	
Dotação Inicial	17.577.600,00
Créditos Adicionais	2.000.000,00
Dotação Atualizada	19.577.600,00
Despesas Empenhadas	9.588.265,69
Despesas Liquidadas	7.840.702,44
Despesas pagas	7.644.803,35
Superavit Orçamentário	726.815,28

DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	9.588.265,69
Despesas Liquidadas	7.840.702,44

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida	13.692.197,89

RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)	0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)	0,00

RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal	0,00	-62.464,77	0,00
Resultado Primário	0,00	542.485,14	0,00

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	822.684,84	0,00	276.422,90	546.261,94
EXECUTIVO	822.684,84	0,00	276.422,90	546.261,94
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	51.275,27	0,00	51.275,27	0,00
EXECUTIVO	51.275,27	0,00	51.275,27	0,00
TOTAL:	**873.960,11**	**0,00**	**327.698,17**	**546.261,94**

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	-75.957,23	25%	-1,77
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	0,00	60%	0,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito	0,00	
Despesa de Capital Líquida	579.368,43	4.876.271,57

Continua 1/2

JEOLLI

Município de NOVA BRASILANDIA - MT

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILANDIA

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2015	2023	2033	2048
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00	108,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	0,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	2.004.720,28	15,00	0,00

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor apurado no exercício corrente
Total das despesas/RCL (%)	0,00

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

JEOLLI

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 019/ 2015

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT

CONTRATADO: ROSIVALDO FRANCISCO DOS ANJOS

OBJETO: O presente termo aditivo tem por objeto o acréscimo de até 25 % (vinte e cinco por cento) ao valor originalmente contratado, conforme disposto no artigo 65, parágrafo 1º da Lei 8.666/93.

VALOR: R$ 1.050,00 (Hum Mil e Cinquenta Reais)

VIGENCIA: 21/09/2015 a 31/12/2015

FUNDAMENTO: De acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações

Prefeito Municipal: JAMAR DA SILVA LIMA

SECRETARIA DO GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 047 - 2015

DECRETO Nº 47, DE 29 DE SETEMBRO DE 2015.

DESIGNA O COMITÊ DE COORDENAÇÃO E O COMITÊ EXECUTIVO PARA COORDENAÇÃO, DISCUSSÃO, AVALIAÇÃO, APROVAÇÃO E EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES NECESSÁRIAS À ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO, CONFORME O TERMO ADITIVO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA Nº 04/2014, CELEBRADO ENTRE A FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE E UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO, ASSINADO E PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, no desempenho de suas atribuições legais, especialmente as contidas no inciso IV do artigo 61, da Lei de Orgânica do Município, e considerando o disposto na Lei Federal nº 11.445/2007 e a necessidade de se instituir comitês específicos para as atividades relacionadas à elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico.

DECRETA

Art. 1º. Fica instituído o Comitê de Coordenação para elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, composto pelos seguintes membros:

1. Representante do Núcleo Intersetorial de Cooperação Técnica – Fundação Nacional de Saúde - FUNASA

2. Representante do Governo do Estado de Mato Grosso – Secretaria de Estado das Cidades - SECID

3. SANDRA LUIZA PEREIRA (Secretaria Municipal de Saúde)

4. TALITA FERNANDA TEODORO DA CRUZ (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrário e Meio Ambiente)

5. JÚLIO CESAR BONFIM LOPES (Secretaria Municipal de Educação)

Parágrafo Único. São atribuições do Comitê de Coordenação ao que se refere o *caput* deste artigo:

1. Coordenar, discutir, avaliar e aprovar o trabalho produzido pelo Comitê Executivo;

2. Analisar e sugerir alternativas, buscando promover a integração das ações de saneamento sob os aspectos de viabilidade técnica, operacional, financeira e ambiental.

Art. 2º. Fica instituído o Comitê Executivo para elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, composto pelos seguintes membros:

1.SAULO NAKAMURA (Engenheiro Civil)

2.JOSÉ DE DEUS LIMA

3.CLEBER PAIXÃO DE ANDRADE MASCARENHAS

4.NICOMEDES RODRIGUES DA COSTA

Parágrafo Único. São atribuições específicas do Comitê Executivo a que se refere o *caput* deste artigo.

I – executar em conjunto com a equipe executora, as atividades previstas nas etapas de elaboração do Plano, apreciando e validando cada produto a ser entregue, submetendo-o à avaliação do Comitê de Coordenação;

II – observar os prazos indicados no cronograma de execução.

Art. 3º. A designação dos membros dos comitês previstos neste Decreto não importará em qualquer vantagem pecuniária ou acréscimo remuneratório, a qualquer título.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Brasilândia – MT, 29 de setembro de 2015.

_____

JAMAR DA SILVA LIMA

Prefeito Municipal

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°. 004/2013

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°. 004/2013

CONTRATANTE: SAAE – SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE NOVA BRASILÂNDIA/MT

CONTRATADO: OSVALDEMI NESTOR ARAÚJO

OBJETO: Prorrogação do prazo de duração do Contrato original por mais 03 (três) meses, vigorando de 06 de outubro de 2015 até 06 de Janeiro de 2015, por se tratar de realização de serviços essenciais executados de forma contínua, não podendo sofrer solução de continuidade, sob pena de prejuízo do interesse público.

VALOR: R$ 3.600,00 (Três Mil e Seiscentos Reais).

VIGENCIA: 06/10/2015 a 06/01/2016

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações**

Prefeito Municipal: **JAMAR DA SILVA LIMA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2015

A Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte – MT, torna público para conhecimento dos interessados que no dia 20/10/2015, as 08:00 horas (Horário de Mato Grosso), realizar-se-á abertura da Tomada de Preço nº 005/2015, a qual tem por objeto a contratação de empresa para execução dos serviços de recuperação (tapa buraco) de ruas e avenidas pavimentadas da sede do município de Nova Canaã do Norte/MT. TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço Global. O Edital Completo estará disponível aos interessados de 2ª a 6ª feira das 07 horas às 13 horas, na Sala de Licitações da Prefeitura, localizada na Av. Brasil nº 27, Centro, CEP. 78.515-000 - Nova Canaã do Norte-MT.

Nova Canaã do Norte/MT, em 01 de Outubro de 2015

EDUARDO DA SILVA GUILHERME

Presidente da CPL

Publique-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 025/2015 CONCURSO PUBLICO DE NOVA LACERDA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 025/2015

A Prefeitura Municipal de Nova Lacerda, nos termos do disposto no Edital do Concurso Público Municipal n° 001/2015, para atender as necessidades, e considerando o resultado do Concurso Publico Municipal **CONVOCA** os candidatos conforme **ANEXO I** para comparecer na sede da Prefeitura Municipal de Nova Lacerda, sito a Rua 16 de julho, 815, Bairro Centro, munidos dos documentos originais e cópias:

a) Carteira de Identidade – RG;

b) Cartão de Cadastro no Ministério da Fazenda – CPF;

c) Prova de estar quites com as obrigações eleitorais, ou seja, comprovante de votação das eleições 2014;

d) Cartão que identifique o número de cadastro no PIS/PASEP, caso possua;

e) Carteira de Trabalho;

f) Título Eleitoral;

g) Comprovante de Residência;

h) Certidão de Nascimento e/ou Casamento (no caso de Certidão de Casamento deverão entregar RG e CPF do cônjuge);

i) Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (acompanhado de Cartão de Vacina para os menores de 06 anos e Comprovante de matrícula para que tem acima de 07 anos);

j) Prova de estar em dias com o serviço militar, no caso do sexo masculino;

l) Declaração de Bens Patrimoniais;

k) Uma foto 3x4;

l) Documento que comprove o grau de escolaridade exigida (histórico e certificado e ou diploma);

m) Conta salário ou corrente no Banco Bradesco – cópia do cartão ou documento que comprove o número da conta ou agência corretamente.

n) Ter registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade (se for o caso);

o) CNH (se for o caso); e,

p) Declaração de não acúmulo de cargos;

q) Demais documentação que constam nos itens de 2.3.6 à 2.3.10 do Edital 001/2015 do Concurso Público Municipal;

A convocação será feita através de Edital publicado oficialmente, ao qual o candidato classificado terá o prazo de 30 (trinta) dias para exercer a função, podendo ser prorrogado por mais 30(trinta) mediante requerimento antes da data de vencimento com justificativa, a não apresentação no período implicará na perca do direito à vaga.

Nova Lacerda – MT, ao 01 dia do mês de Outubro de 2015.

VALMIR LUIZ MORETTO

Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 025/2015

ANEXO I

APROVADOS - CONCURSO PÚBLICO

Eletricista de Energia Elétrica

INSCRIÇÃO	CARGO	NOME	NOTA FINAL	CLASSIFICAÇÃO
135571	Eletricista de Energia elétrica	RENATO DOS REIS BUZATTI	60,0	2.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA –MT, 01 DE OUTUBRO DE 2015. EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0035/2015

PROC. LICITATÓRIO: 063/2015 PREGÃO PRESENCIAL:039/2015

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Lacerda-MT

CONTRATADO MARIA DE FATIMA PEREIRA

OBJETO; Registro de Preço para futura e eventual contratação de empresa para emissão, reserva,marcação e remarcação de bilhetes de passagens terrestres, intermunicipais no transporte de pessoas carentes e funcionários a serviço das Secretarias e Departamentos do Município.

PRAZO: 12 Meses, a partir 30 de Setembro 2015

VALOR: R$ (63.147,00 Sessenta três mil cento quarenta sete reais)

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA –MT, 01 de Outubro de 2015

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 203/2015 - FÉRIAS COLETIVAS

PORTARIA Nº 203/2015

O Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, Excelentíssimo Senhor **VALMIR LUIZ MORETTO,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e nos termos das Leis Complementares 021/2005 e 022/2005 de 15 de Dezembro de 2005, e demais legislações pertinentes,

Resolve:

Art. 1º - **Conceder Férias** aos servidores concursados abaixo relacionados com respectivos períodos de férias vencidas e gozo de férias**,** de acordo com o Artigo 118, Parágrafo Único da Lei Complementar 021/2005 de 15/12/2005:

Matrícula	Servidores	Período de Férias Vencidas	Período de gozo
1837	Elisnete Aparecida Almeida Souza	01/07/2014 a 30/06/2015	01/10/15 a 20/10/15
1014	Lívia Regina de Santana	18/02/2014 a 17/02/2015	01/10/15 a 30/10/15
1116	Nunamar Luiz Rodrigues	18/03/2013 a 17/03/2014	01/10/15 a 30/10/15

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, aos 30 dias do mês de setembro de 2015.

VALMIR LUIZ MORETTO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA AVISO DE RESULTADO DA LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL 039/2015

OBJETO; **Registro de Preço para futura e eventual contratação de empresa para emissão, reserva,marcação e remarcação de bilhetes de passagens terrestres, intermunicipais no transporte de pessoas carentes e funcionários a serviço das Secretarias e Departamentos do Município.**

EMPRESA VENCEDORA **MARIA DE FATIMA PEREIRA VALOR: R$ (63.147,00 Sessenta três mil cento quarenta sete reais)**

Nova Lacerda- MT 01 de Outubro 2015

PROCURADORIA JURÍDICA
EXTRATO DE CONTRATO 031/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA;

CONTRATADO:ABSOLUTO SUPERMERCADO LTDA;

OBJETO: Contratação para aquisição de Coxa e Sobrecoxa de Frango, para consumo na merenda escolar ofertada em todas as Escolas da Rede Municipal de Ensino (Zona Rural e Zona Urbana), conforme Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação Pregão Presencial 020/2015.

VIGÊNCIA: O Contrato terá sua vigência até 16/06/2016.

VALOR: R$ R$ 18.980,00 (dezoito mil novecentos e oitenta reais).

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 202/2015 - EXONERAÇÃO A PEDIDO WERICA ALMEIDA OLIVEIRA MUNHOZ

PORTARIA Nº 202/2015

O Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, Excelentíssimo Senhor **VALMIR LUIZ MORETTO,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e nos termos da Lei Complementar 042/2009 de 18 de agosto de 2009, e demais legislações pertinentes,

Resolve:

Art. 1º - ***Art. 1º*** - **Exonerar a pedido,** a senhora **WERICA ALMEIDA OLIEIRA MUNHOZ,** brasileira, casada, portadora do RG n. º 1375296-0 SSP/MT e CPF n.º 024.225.391-14, do cargo em comissão de ***DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE SAÚDE.***

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria 178/2014 de 03/09/2014.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, aos 30 dias do mês Setembro de 2015.

VALMIR LUIZ MORETTO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ

LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 017/2015.

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ E EMPRESA APUÍ CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA E PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA COM MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA ASFALTAMETO DAS RUAS SÃO PEDRO, ITÁLIA, ALEMANHA, SANTOS DUMONT, E RUA SANTANA DO BAIRRO SÃO PEDRO NO MUNICIPIO DE NOVA MARINGÁ/MT.

TOMADA DE PREÇOS 002/2015.

Por este instrumento de Contrato e, na melhor forma de direito, de um lado o **MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ/MT,** Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Avenida Amos Bernardino Zanchet, nº 50E, Centro, na cidade de Nova Maringá/MT, inscrito no CNPJ/MF sob nº 37.464.831/0001-24, representado neste ato pelo Prefeito Municipal **JOÃO BRAGA NETO**, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob nº 424.993.729.15, portador da Cédula de Identidade nº 3026855-DETRAN/MT, residente e domiciliado nesta cidade de Nova Maringá-MT, doravante simplesmente denominado **CONTRATANTE,** e de outro lado **APUÍ CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede na Av. Historiador Rubens de Mendonça 1894 – sala 901 – 9º andar Edifício Centro Empresarial Maruanã, bairro Jardim Aclimação, CEP 78050-973 em Cuiabá/MT, inscrito no CNPJ/MF sob nº 09.258.862/0001-93 e no Estado sob nº 13349233-8, representado neste ato por **LEONIR ROMANO BAGGIO**, inscrito no CPF/MF sob nº 401.419.779-49, doravante simplesmente denominado **CONTRATADO**, pactuam conforme as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

01.1 – O contrato nº. 017/2015 celebrado entre as partes supra discriminadas, fica prorrogado por mais 04 (quatro) meses, com base na Clausula Sétima do mesmo, a contar do primeiro dia após o termino do prazo original, ou seja, com inicio a partir do dia 12 de Setembro de 2015 e término em 12 de Janeiro 2016.

1.2. - A prorrogação do prazo e da vigência do referido Contrato n.º 017/2015, tem sua fundamentação legal no artigo 57, §1º e§2º da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

2.1 - As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

2.2 - As partes elegem como domicílio legal, o FORO da Comarca de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, para dirimir quaisquer litígios decorrentes deste contrato, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Nova Maringá – MT, 09 de Setembro de 2015.

_____

Município de Nova Maringá

JOÃO BRAGA NETO Contratado

Apuí Construtora de Obras Ltda

Contratado

LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO AO CONTRATO Nº 026/2015.

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ E D & S COMERCIO E SERVIÇOS ARTIGOS CULTURAIS E ENTRETENIMENTO LTDA-ME, PARA REALIZAR SHOW MUSICAL COM A DUPLA GOSPEL DANIEL E SAMUEL PARA O EVENTO DE ANIVERSARIO DA CIDADE QUE SERÁ REALIZADO NO DIA 22 DE AGOSTO DE 2015 NO MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ/MT.

DISPENSA DE LICITAÇÃO 007/2015.

Por este instrumento de Contrato e, na melhor forma de direito, de um lado o **MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ/MT,** Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Avenida Amos Bernardino Zanchet, nº 931, Centro, na cidade de Nova Maringá/MT, inscrito no CNPJ/MF sob nº 37.464.831/0001-24, representado neste ato pelo Prefeito Municipal **JOÃO BRAGA NETO**, brasileiro, casado, portador do CPF: 424.993.729-15 e RG n. º 3026855 SESP-PR, filiação: Eugenio Braga e Jacira Orcese Braga, natural de Cianorte/PR, residente e domiciliado no município de Nova Maringá/MT, doravante simplesmente denominado **CONTRATANTE,** e de outro lado **D & S. COMERCIO E SERVIÇOS ARTIGOS CULTURAIS E ENTRETENIMENTO LTDA-ME,** Pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede e Escritório comercial na Av. Getulino Artiaga nº. 390, CEP 75.025.070 - Centro – Anápolis - GO, Inscrito no CNPJ/MF sob nº **03.945.121/0001-02**, representado neste ato por Sr. **SAMUEL JOSE DOS SANTOS**, inscrito no CPF/MF sob nº. **546.662.361-04** e inscrito no RG. 3421208/2ª via SSP/GO, residente e domiciliado na Alameda das Amoras, Quadra 10, Lote 30, Sunflower – Anápolis – GO e Sr. **DANIEL JOSÉ DOS SANTOS** inscrito no CPF/MF sob nº. **301.689.021-68** e inscrito no RG. 1744125 SSP/GO, residente e domiciliado na Rua 07, Quadra 13, Lote 13, Bairro Jardim Petrópolis – Anápolis – GO, doravante simplesmente denominado **CONTRATADOS (AS)**, pactuam conforme as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

01.1 – O PRESENTE TERMO TEM POR OBJETO A SUPRESSÃO DE R$ 3.240,00 (TRÊS MIL E DUZENTOS E QUARENTA REAIS) DO VALOR TOTAL CONTRATADO.

01.2 A supressão contratual é necessária para readequar o contrato nos termos artigo 65, inciso I, alínea “b”, §1º, da Lei n. 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1 - As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

4.2 – As partes elegem como domicílio legal, o FORO da Comarca de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, para dirimir quaisquer litígios

decorrentes deste contrato, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Nova Maringá – MT, 11 de setembro de 2015.

Município de Nova Maringá

João Braga Neto

Prefeito Municipal

Contratante

_____

D & S. COMERCIO E SERVIÇOS ARTIGOS CULTURAIS E ENTRETENIMENTO LTDA-ME – CNPJ 03.945.121/0001-02

Contratado(a)

LEI Nº 852 DE 29 DE SETEMBRO 2015

SÚMULA: "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A INSTITUIR O BANCO DE HORAS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA e dá outras providências".

JOÃO BRAGA NETO, Prefeito de Nova Maringá, Estado do Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere o Artigo 47, inciso IV da Lei Orgânica Municipal faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica terminantemente proibido o pagamento de mais de 40 (quarenta) horas extras mensais, no âmbito do serviço público municipal, ficando instituído o Banco de Horas no âmbito da administração pública municipal.

Parágrafo único - A hora de trabalho realizada sob o regime extraordinário até o limite de 40 (quarenta) horas por mês previsto do caput deste artigo, será obrigatoriamente paga no valor equivalente ao da hora normal de trabalho acrescido de 50% (cinquenta por cento) nos dias normais, sábados e dias considerados ponto facultativo, e acrescido de 100% (cem por cento) aos domingos e feriados.

Art. 2º - As horas excedentes ao horário normal e as 40 (quarenta) horas extraordinárias mensais, serão computadas como horas créditos no Banco de Horas, sendo compensadas em horas folgas, na seguinte proporção:

I - As horas executadas além do horário de expediente normal e das 40 (quarenta) horas extraordinárias mensais previsto no artigo 1º desta Lei, entendidas como extensão de jornada realizadas nos dias normais, sábados e dias considerados ponto facultativo, serão compensadas proporção de 01 (uma) hora trabalhada por 1 e ½ (uma hora e trinta minutos) de folga, observadas a jornada semanal do cargo de concurso, ou estipulada em contrato de temporário de trabalho.

II - As horas trabalhadas nos domingos e feriados, desde que não façam parte de escala de revezamento, serão compensadas na proporção de 01 (uma) hora trabalhada por 02 (duas) de folga.

III - A compensação do Banco de Horas, prevista neste regulamento, deverá obrigatoriamente ocorrer em um prazo não superior a 12 meses após a execução das horas excedentes, sob pena de responsabilização do Secretário da Pasta onde o servidor encontra-se lotado, ou onde esteve lotado durante a execução das mesmas.

§ 2º - Quando da necessidade de transferência do servidor, as respectivas horas contabilizadas no Banco de Horas na Secretaria, deverão ser zeradas antes da efetivação da transferência.

Art. 3º - É vedado faltar ao trabalho, sem prévia comunicação e autorização, para posterior compensação das faltas no Banco de Horas.

Art. 4º - Nos locais em que não haja sistema eletrônico de registro e controle de frequência dos servidores públicos municipais, a ser implementado através da Secretaria Municipal da Administração, somente serão computadas como horas créditos com direito a compensação, aquelas previamente autorizadas e registradas em cartão ponto e/ou registro manual através do livro ponto ou folha individual de frequência devidamente vistados pela Chefia Imediata e/ou Secretário do órgão de lotação do servidor, observada a jornada semanal de concurso para cada cargo.

Parágrafo Único - As horas folgas serão concedidas mediante solicitação prévia e escrita pelo servidor, após autorização expressa da chefia imediata, com a devida comunicação ao Departamento de Recursos Humanos para registro e controle, afim de evitar prejuízo ao desenvolvimento dos trabalhos, observado o prazo previsto no parágrafo primeiro, inciso III, do Art. 1º, desta Lei.

Art. 5º - Em caso de exoneração e/ou rescisão do contrato de trabalho, as horas constantes do Banco de Horas serão convertidas em pecúnia.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT em 29 de setembro de 2015.

João Braga Neto

Prefeito de Nova Maringá

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ

EXTRATO DE TERMO ADITIVO – PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ/MT

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 082/2012.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ – MT

CONTRATADO: **KEILA CRISTINA GUARATO - EPP.**

OBJETO: O objeto que deu origem a este Termo Aditivo é o mesmo pactuado na Cláusula Primeira do contrato original, alterando-se apenas a Clausula Terceira – do Preço e das Condições de Pagamento, haja vista o fornecimento de energia para execução das obras (Aldeias Cachoeira e Aldeia Mairea) por parte da Contratada, uma vez que a obrigação de fornecimento de energia não estar inserida no contrato originário, motivo pelo qual o presente aditivo se faz eminentemente necessário.

DATA DE ASSINATURA: 16/05/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO
EXTRATO DO QUARTO ADITAMENTO DE N° 033/2015

AO CONTRATO N° 017/2013

REF.: CARTA CONVITE N º002/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA – MT.

CONTRATADO: **MAB ENGENHARIA - CONSULTORIA E PROJETOS LTDA,** CADASTRADA NO CNPJ 08.337.625.0001-55.

OBJETO: **PRESTAÇÃO SE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DE ENGENHARIA CIVIL, DO MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA – MT.**

MOTIVO: A CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR

VIGENCIA: 05/05/2015 A 05/05/2016

NOVA OLÍMPIA-MT, 01 DE OUTUBRO DE 2015

CRISTOVÃO MASSON

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 015/2015
CONVOCAÇÃO CLEITON DE SOUZA DIAS

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 015/2015

CONVOCAÇÃO

O Município de Nova Olímpia - MT, através do Prefeito Municipal, Senhor **Cristóvão Masson**, no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO** o presente Documento para convocar os candidatos classificados no Processo Seletivo n° 001/2015, destinado a **SUBSTITUIÇÃO** por período **determinado** na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Turismo e Lazer.

Para que **compareça** na Secretaria Municipal de Educação, situada a Avenida Mato Grosso nº 795 – S, Bairro Centro, **no dia 01 de Outubro de 2015 (30/09/2015), às 09h00min** para designação do local de trabalho, apresentando os documentos citados no **Item 4.5** do **Edital 001/2015**:

Professor de Educação Física - Zona Urbana

Ordem	Candidato	Nºde Insc.	Pontuação Obtida			Status
			LP/Mat	C. Esp.	Total	
7º	Cleiton de Souza Dias	0053	16	16	32	Classificado

O não comparecimento no horário e data especificado na convocação implicará na desclassificação automática do (a) candidato (a) ora convocado.

Nova Olímpia - MT, 30 de Setembro de 2015.

CRISTOVÃO MASSON

Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 006/2015

LOA – LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2016

CRISTÓVÃO MASSON, Prefeito Municipal de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, com fulcro no art. 48, inciso I da Lei Complementar nº 101/2000, **CONVOCA A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA-MT**, para participar da **AUDIÊNCIA PÚBLICA** de apresentação e discussão da proposta orçamentária, para o exercício de 2016, a ser realizada nas dependências do Auditório da Câmara Municipal de Nova Olímpia-MT, situada à Rua Amazonas, nº 512-w, bairro centro, às **08h00m** do dia **09 de outubro de 2015**, com a seguinte ordem do dia:

Apresentação, discussão da proposta o orçamentária – LOA, para o exercício de 2016.

Nova Olímpia-MT, 30 de setembro de 2015.

CRISTÓVÃO MASSON

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL
EDITAL COMPLEMENTAR N.º 012/COMDICA/2015

O Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente do município de Nova Olímpia/MT – COMDICA, através da Comissão Especial Eleitoral do Processo de Escolha em Data Unificada para Seleção dos Conselheiros Tutelares do Município de Nova Olímpia/MT no uso de suas atribuições legais torna público a Divulgação dos locais de votação, bem como as seções, a realizar-se no dia 04 de outubro de 2015, das 08h00min às 17h00min, nos locais a seguir:

FÁTIMA APARECIDA OLIVEIRA DAL POSSO, presidente do **Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA de Nova Olímpia/MT**, no uso de sua competência, e em consonância com o disposto na Lei Federal nº. 8.069 de 13 de julho de 1990, Lei Municipal nº. 955, de 11 de Maio de 2012, alterada pela Lei Municipal nº 1.034/2015 e Resolução nº 003/2015, de 02 de junho de 2015.

SEÇÕES:	LOCAL DE VOTAÇÃO:
001	ESCOLA ESTADUAL "REINALDO DUTRA VILARINHO" ZONA RURAL
002	ESCOLA MUNICIPAL "SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS"
003	ESCOLA MUNICIPAL "SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS"
004	ESCOLA MUNICIPAL "SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS"

O Processo de Escolha em Data Unificada realizar-se-á no dia 04 de outubro de 2015, das 08h00min à 17h00min, horário local, conforme previsto no Art. 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Nova Olímpia, 30 de Setembro de 2015.

FÁTIMA APARECIDA OLIVEIRA DAL POSSO

Presidente do Conselho – COMDICA

Presidente da Comissão Especial Eleitoral

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO
EXTRATO DO PRIMEIRO ADITAMENTO DE N° 37/2015

AO CONTRATO N° 011/2015

REF.: INEXIGIBILIDADE Nº 003/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA – MT.

CONTRATADO: R. G. DE LIMA MEDEIROS & CIA LTDA CADASTRADA NO CNPJ SOB N.º 00.873.794/0001-06

VIGÊNCIA: 02/10/2015 A 02/10/2016

MOTIVO: ALTERAR A CLAUSULA SEXTA - DO PRAZO E VIGÊNCIA DO CONTRATO

OBJETO: "CHAMAMENTO PÚBLICO Nº001/2014 – SMS – PMNO – MT CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS DA ÁREA DE SAÚDE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE SAÚDE."

NOVA OLÍMPIA-MT, 01 DE OUTUBRO DE 2015

CRISTOVÃO MASSON

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

LEI 681/2015

SUMULA: "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR A DOAÇÃO DE ÁREA PERTENCENTE AO MUNICÍPIO DE NOVA SANTA HELENA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Exmo. Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, **Sr. DORIVAL LORCA,** no uso de suas atribuições legais, e em obediência à Constituição Federal, Constituição do Estado, Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Orgânica do Município e demais legislações, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei;

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a **DOAR** o imóvel à empresa **RAFAEL MESQUITA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 18.522.922/0001-24, destinado à construção e implantação de uma unidade fabril da donatária, com área total de 800 m², denominado lote nº 04 quadra nº 07 do loteamento industrial.

Art. 2º - A doação do referido imóvel urbano será automaticamente revogada, com a reversão da mesma, caso as obrigações estabelecidas na presente Lei não sejam cumpridas, devendo tal condição constas da respectiva escritura pública de doação.

Art. 3º - A donatária se obriga a iniciar as obras de implantação de seu parque fabril dentro do prazo máximo de 90 (noventa dias) a contar da assinatura da respectiva escritura pública de doação, devendo concluir a

implantação num prazo de até 02 (dois) anos, podendo o prazo ser prorrogado por uma única vez, por no máximo 01 (um) ano, devendo o pedido de prorrogação ser apresentado 06 (seis) meses do término do prazo de implantação, com a devida justificativa.

§ Único –

A donatária fica obrigada a manter registrado o seu ramo de atividade industrial no CNAE – Código de Descrição de Atividade Econômica – da Receita Federal do Brasil, sob pena de reversão, conforme previsto no caput do artigo 1º desta Lei.

Art. 4º - A empresa receptora constante no caput deste artigo será única e exclusiva responsável pelas taxas, impostos ou qualquer outro tipo de ônus que recaia sobre o imóvel objeto desta doação, ou sobre as atividades a serem desempenhadas pela empresa e/ou seus responsáveis, de uma forma explícita junto a SEMA – Secretaria Estadual de Meio Ambiente, quanto a responsabilidade civil e criminal inerentes a instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, com a elaboração prévia de estudo de impacto ambiental.

Art. 5º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover todos os atos necessários ao registro da averbação para o cumprimento integral da presente lei, com poderes para assinar escritura pública própria e demais documentos pertinentes, devendo constar todos os encargos, prazos, condições e cláusula de reversão a que deve se submeter a donatária.

Art. 6º - A empresa donatária não poderá comercializar o referido lote antes de transcorridos 04 (quatro) anos, a contar do início de suas atividades comerciais, devendo tal condição constar da escritura pública de doação.

Art. 7º - Tratando-se de doação de interesse público, cujo objetivo é a geração de emprego e renda e por conseqüência a elevação da receita tributária, fica dispensada a realização de processo licitatório, em conformidade com o que dispõe a Lei 8666/93.

Art. 8º - Ocorrendo a hipótese de a donatária necessitar oferecer o imóvel objeto da doação em garantia de financiamento, a Cláusula de Reversão e demais obrigações serão garantidas por hipoteca em segundo grau, em favor do Doador.

Art. 9º - Fica, ainda, o Poder Executivo Municipal autorizado a contribuir para a realização de serviços de terraplanagem na área objeto da doação, mediante prévia solicitação do interessado, e cujo requerimento deverá ser protocolado junto a Secretaria Municipal de Indústria e Comércio para a análise do mesmo.

Art. 10 - As despesas que por ventura vierem a recair para cumprimento desta Lei, relacionados ao ato de doação, tais como custas cartorárias e emolumentos, correrão por conta da empresa receptora.

Art. 11 – A donatária fica obrigado a observar e cumprir todas as exigências e condições contidas na Lei 509/2013.

Art. 12 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogando as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Santa Helena - MT, em 07 de abril de 2015.

DORIVAL LORCA

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 07/04/2015 à 07/05/2015

LEI 644/2014

SUMULA: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR A DOAÇÃO DE ÁREA PERTENCENTE AO MUNICÍPIO DE NOVA SANTA HELENA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Exmo. Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, **Sr. DORIVAL LORCA,** no uso de suas atribuições legais, e em obediência à Constituição Federal, Constituição do Estado, Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Orgânica do Município e demais legislações, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei;

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a **DOAR** o imóvel à empresa **MIGUEL LOEWENSTEIN,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 11.799.834/0001-25, destinado à construção e implantação de uma unidade fabril da donatária, com área total de 800 m², denominado lote nº08 quadra nº 07 do loteamento industrial.

Art. 2º - A doação do referido imóvel urbano será automaticamente revogada, com a reversão da mesma, caso as obrigações estabelecidas na presente Lei não sejam cumpridas, devendo tal condição constas da respectiva escritura pública de doação.

Art. 3º - A donatária se obriga a iniciar as obras de implantação de seu parque fabril dentro do prazo máximo de 90 (noventa dias) a contar da assinatura da respectiva escritura pública de doação, devendo concluir a implantação num prazo de até 02 (dois) anos, podendo o prazo ser prorrogado por uma única vez, por no máximo 01 (um) ano, devendo o pedido de prorrogação ser apresentado 06 (seis) meses do término do prazo de implantação, com a devida justificativa.

§ Único –

A donatária fica obrigada a manter registrado o seu ramo de atividade industrial no CNAE – Código de Descrição de Atividade Econômica – da Receita Federal do Brasil, sob pena de reversão, conforme previsto no caput do artigo 1º desta Lei.

Art. 4º - A empresa receptora constante no caput deste artigo será única e exclusiva responsável pelas taxas, impostos ou qualquer outro tipo de ônus que recaia sobre o imóvel objeto desta doação, ou sobre as atividades a serem desempenhadas pela empresa e/ou seus responsáveis, de uma forma explícita junto a SEMA – Secretaria Estadual de Meio Ambiente, quanto a responsabilidade civil e criminal inerentes a instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, com a elaboração prévia de estudo de impacto ambiental.

Art. 5º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover todos os atos necessários ao registro da averbação para o cumprimento integral da presente lei, com poderes para assinar escritura pública própria e demais documentos pertinentes, devendo constar todos os encargos, prazos, condições e cláusula de reversão a que deve se submeter a donatária.

Art. 6º - A empresa donatária não poderá comercializar o referido lote antes de transcorridos 04 (quatro) anos, a contar do início de suas atividades comerciais, devendo tal condição constar da escritura pública de doação.

Art. 7º - Tratando-se de doação de interesse público, cujo objetivo é a geração de emprego e renda e por conseqüência a elevação da receita tributária, fica dispensada a realização de processo licitatório, em conformidade com o que dispõe a Lei 8666/93.

Art. 8º - Ocorrendo a hipótese de a donatária necessitar oferecer o imóvel objeto da doação em garantia de financiamento, a Cláusula de Reversão e demais obrigações serão garantidas por hipoteca em segundo grau, em favor do Doador.

Art. 9º - Fica, ainda, o Poder Executivo Municipal autorizado a contribuir para a realização de serviços de terraplanagem na área objeto da doação, mediante prévia solicitação do interessado, e cujo requerimento deverá ser

protocolado junto a Secretaria Municipal de Indústria e Comércio para a análise do mesmo.

Art. 10 - As despesas que por ventura vierem a recair para cumprimento desta Lei, relacionados ao ato de doação, tais como custas cartorárias e emolumentos, correrão por conta da empresa receptora.

Art. 11 – A donatária fica obrigado a observar e cumprir todas as exigências e condições contidas na Lei 509/2013.

Art. 12 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogando as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Santa Helena - MT, em 08 de outubro de 2014.

DORIVAL LORCA

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 08/10/2014 à 08/11/2014

LEI 643/2015

SUMULA: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR A DOAÇÃO DE ÁREA PERTENCENTE AO MUNICÍPIO DE NOVA SANTA HELENA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Exmo. Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, **Sr. DORIVAL LORCA,** no uso de suas atribuições legais, e em obediência à Constituição Federal, Constituição do Estado, Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Orgânica do Município e demais legislações, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei;

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a **DOAR** o imóvel à empresa **ADRIANA PAVANI DA SILVA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 14.531.555/0001-74, destinado à construção e implantação de uma unidade fabril da donatária, com área total de 800 m², denominado lote nº 07 quadra nº 07 do loteamento industrial.

Art. 2º - A doação do referido imóvel urbano será automaticamente revogada, com a reversão da mesma, caso as obrigações estabelecidas na presente Lei não sejam cumpridas, devendo tal condição constas da respectiva escritura pública de doação.

Art. 3º - A donatária se obriga a iniciar as obras de implantação de seu parque fabril dentro do prazo máximo de 90 (noventa dias) a contar da assinatura da respectiva escritura pública de doação, devendo concluir a implantação num prazo de até 02 (dois) anos, podendo o prazo ser prorrogado por uma única vez, por no máximo 01 (um) ano, devendo o pedido de prorrogação ser apresentado 06 (seis) meses do término do prazo de implantação, com a devida justificativa.

§ Único –

A donatária fica obrigada a manter registrado o seu ramo de atividade industrial no CNAE – Código de Descrição de Atividade Econômica – da Receita Federal do Brasil, sob pena de reversão, conforme previsto no caput do artigo 1º desta Lei.

Art. 4º - A empresa receptora constante no caput deste artigo será única e exclusiva responsável pelas taxas, impostos ou qualquer outro tipo de ônus que recaia sobre o imóvel objeto desta doação, ou sobre as atividades a serem desempenhadas pela empresa e/ou seus responsáveis, de uma forma explícita junto a SEMA – Secretaria Estadual de Meio Ambiente, quanto a responsabilidade civil e criminal inerentes a instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, com a elaboração prévia de estudo de impacto ambiental.

Art. 5º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover todos os atos necessários ao registro da averbação para o cumprimento integral da presente lei, com poderes para assinar escritura pública própria e demais documentos pertinentes, devendo constar todos os encargos, prazos, condições e cláusula de reversão a que deve se submeter a donatária.

Art. 6º - A empresa donatária não poderá comercializar o referido lote antes de transcorridos 04 (quatro) anos, a contar do início de suas atividades comerciais, devendo tal condição constar da escritura pública de doação.

Art. 7º - Tratando-se de doação de interesse público, cujo objetivo é a geração de emprego e renda e por conseqüência a elevação da receita tributária, fica dispensada a realização de processo licitatório, em conformidade com o que dispõe a Lei 8666/93.

Art. 8º - Ocorrendo a hipótese de a donatária necessitar oferecer o imóvel objeto da doação em garantia de financiamento, a Cláusula de Reversão e demais obrigações serão garantidas por hipoteca em segundo grau, em favor do Doador.

Art. 9º - Fica, ainda, o Poder Executivo Municipal autorizado a contribuir para a realização de serviços de terraplanagem na área objeto da doação, mediante prévia solicitação do interessado, e cujo requerimento deverá ser protocolado junto a Secretaria Municipal de Indústria e Comércio para a análise do mesmo.

Art. 10 - As despesas que por ventura vierem a recair para cumprimento desta Lei, relacionados ao ato de doação, tais como custas cartorárias e emolumentos, correrão por conta da empresa receptora.

Art. 11 – A donatária fica obrigado a observar e cumprir todas as exigências e condições contidas na Lei 509/2013.

Art. 12 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogando as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Santa Helena - MT, em 08 de outubro de 2014.

DORIVAL LORCA

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 08/10/2014 à 08/11/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

SECRETARIA DE GABINETE
EDITAL DE RETIFICAÇÃO Nº 001/2015

EDITAL DE RETIFICAÇÃO Nº 001/2015

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NOVA XAVANTINA-MT, através da COMISSÃO ELEITORAL CENTRAL designada pela Portaria nº 7.063 de 22/09/2015, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICA A RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE ELEIÇÃO para o preenchimento do CARGO DE DIRETOR ESCOLAR das Unidades de Ensino da Rede Municipal, para o biênio 2016/2017, conforme segue.

Onde se lê:

4 – DOS CRITÉRIOS

4.2 - Os atuais diretores (as) eleitos, detentores de 02 (dois) mandatos consecutivos, ainda que por períodos incompletos, não poderão se candidatar para o processo de escolha de diretor referente ao biênio 2016/2017.

LEIA-SE:

4.2 - Os atuais diretores (as), detentores de 02 (dois) mandatos consecutivos, ainda que por períodos incompletos, não poderão se candidatar para o processo de escolha de diretor referente ao biênio 2016/2017.

Os demais itens permanecem inalterados.

Nova Xavantina-MT, 01 de outubro de 2015.

Marta Helena da Silva Negrão Secretária Municipal de Educação	Carla Beatriz Pereira Presidente da Comissão Eleitoral Central

CONCURSO PÚBLICO 001/2015 EDITAL DE RESULTADO FINAL E CLASSIFICAÇÃO

O PREFEITO MUNICIPAL GERCINO CAETANO ROSA, torna público, para todos os interessados o Resultado Final e Classificação do Concurso Público 001/2015.

Art. 1º Consta no Anexo Único deste edital, a lista dos candidatos aprovados e classificação para os cargos que não tem a segunda fase.

Art. 2º Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Xavantina, 02 de outubro de 2015.

FELIPE DEZOTTI BELOTO GERCINO CAETANO ROSA

Presidente Executivo Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

CARGO	CANDIDATO	IDENTIDADE	INSCRIÇÃO	NOTA FINAL	RESULTADO	CLASSIFICAÇÃO
Auxiliar de Saúde Bucal - PSF	ANA PAULA ALVES DA SILVA	20252960	001.200.074-53	68.00	APROVADO	1
Auxiliar de Saúde Bucal - PSF	LUMA SILVA DE CARVALHO MATIAS VALADAO	18796826	001.200.069-95	64.00	APROVADO	2
Auxiliar de Saúde Bucal - PSF	DANIELE BIGATON DA COSTA	248018502	001.200.074-86	60.00	CLASSIFICADO	3
Auxiliar de Saúde Bucal - PSF	PAULA ANDRÉIA VICENTINI	1791855-3	001.200.066-94	60.00	CLASSIFICADO	4
Auxiliar de Saúde Bucal - PSF	JOAO MARCOS BIGATON PRESTES	2463491-3	001.200.074-82	52.00	CLASSIFICADO	5
Auxiliar de Saúde Bucal - PSF	KALLITA CORREIA DA MOTA	6008562	001.200.070-81	52.00	CLASSIFICADO	6
Técnico em Desenvolvimento Infantil	FERNANDA AUGUSTA GODOI	1503456-9	001.200.074-32	72.00	CLASSIFICADO	1
Técnico em Desenvolvimento Infantil	KEILA PEREIRA UMBELINO	1434921-3	001.200.069-19	68.00	CLASSIFICADO	2
Técnico em Desenvolvimento Infantil	KRISLEY MARCIA RODRIGUES ALVES	10522395	001.200.074-16	68.00	CLASSIFICADO	3
Técnico em Desenvolvimento Infantil	MARIA BERTILA JESUS DOS SANTOS	8527350	001.200.067-36	68.00	CLASSIFICADO	4
Técnico em Desenvolvimento Infantil	JANIA MARIA FILIZARDO GALVÃO ALVES	15890945	001.200.074-52	68.00	CLASSIFICADO	5
Técnico em Desenvolvimento Infantil	WELISSANDRA NEGRÃO	19436971	001.200.074-56	68.00	CLASSIFICADO	6
Técnico em Desenvolvimento Infantil	JOCELIA DA SILVA TOMAZ	16366751	001.200.067-00	68.00	CLASSIFICADO	7
Técnico em Desenvolvimento Infantil	UILMA SILVA BORGES OLIVEIRA	15339807	001.200.073-68	64.00	CLASSIFICADO	8
Técnico em Desenvolvimento Infantil	JULLIANA SOUSA CHAVES	19845197	001.200.072-49	64.00	CLASSIFICADO	9
Técnico em Desenvolvimento Infantil	TATIANA GOMIG	24670057	001.200.068-77	64.00	CLASSIFICADO	10
Técnico em Desenvolvimento Infantil	ANA CAROLINA FERNANDES DE OLIVEIRA	22469966	001.200.066-91	64.00	CLASSIFICADO	11
Técnico em Desenvolvimento Infantil	JOSIANE PEREIRA LEMOS	18913113	001.200.071-11	64.00	CLASSIFICADO	12
Técnico em Desenvolvimento Infantil	KAREN JEANINE TAVARES DA PAIXÃO	24997234	001.200.069-49	64.00	CLASSIFICADO	13
Técnico em Desenvolvimento Infantil	ALINE ROSA SOUZA MACHADO	27781038	001.200.072-75	64.00	CLASSIFICADO	14
Técnico em Desenvolvimento Infantil	ANA MARIA RODRIGUES DUARTE	23083816	001.200.073-54	64.00	CLASSIFICADO	15
Técnico em Desenvolvimento Infantil	TATIELE RODRIGUES CAVALCANTE	26746107	001.200.069-33	60.00	CLASSIFICADO	16
Técnico em Desenvolvimento Infantil	NILVA MARIA CAETANO ROSA	1003457	001.200.071-47	60.00	CLASSIFICADO	17
Técnico em Desenvolvimento Infantil	ANA LUIZA RODRIGUES DOS SANTOS	2370214-1	001.200.070-23	60.00	CLASSIFICADO	18
Técnico em Desenvolvimento Infantil	ANA-KLÉBIA PEREIRA DA SILVA BORGES	14566273	001.200.072-31	60.00	CLASSIFICADO	19
Técnico em Desenvolvimento Infantil	ELISANDRA DIAS DE OLIVEIRA	16698924	001.200.072-41	60.00	CLASSIFICADO	20

Técnico em Desenvolvimento Infantil	DAYANE VARANDA FERREIRA DE CARVALHO	5722942	001.200.072-39	60.00	CLASSIFICADO	21
Técnico em Desenvolvimento Infantil	PATRICIA FERREIRA GOMES	21470170	001.200.074-73	60.00	CLASSIFICADO	22
Técnico em Desenvolvimento Infantil	PÂMELA RODRIGUES DOS SANTOS	17335710	001.200.070-82	60.00	CLASSIFICADO	23
Técnico em Desenvolvimento Infantil	FERNANDA BERNARDINA NOGUEIRA	24307793	001.200.074-17	60.00	CLASSIFICADO	24
Técnico em Desenvolvimento Infantil	MARCIVANIA ALVES DE SOUZA	740353	001.200.069-91	56.00	CLASSIFICADO	25
Técnico em Desenvolvimento Infantil	VALDELICE PEREIRA BARROS	4010960	001.200.071-84	56.00	CLASSIFICADO	26
Técnico em Desenvolvimento Infantil	ROSICLEIA NAZARE ALVES	4303258	001.200.069-01	56.00	CLASSIFICADO	27
Técnico em Desenvolvimento Infantil	ROSINEIDE CONCEIÇAO LUIZ BRANDÃO	1421961-1	001.200.070-59	56.00	CLASSIFICADO	28
Técnico em Desenvolvimento Infantil	ELIANE BIBIANO DE OLIVEIRA	725045	001.200.070-92	56.00	CLASSIFICADO	29
Técnico em Desenvolvimento Infantil	SUELYMENDONÇA	1560167-6	001.200.067-40	56.00	CLASSIFICADO	30
Técnico em Desenvolvimento Infantil	KARIN DAIANA ZINGLER TRICHES	16666089	001.200.071-94	56.00	CLASSIFICADO	31
Técnico em Desenvolvimento Infantil	JANE DA SILVA	19946287	001.200.074-42	56.00	CLASSIFICADO	32
Técnico em Desenvolvimento Infantil	DAIANA BARRETO DE OLIVEIRA	25900137	001.200.068-84	56.00	CLASSIFICADO	33
Técnico em Desenvolvimento Infantil	FABIANA SOUZA GALVÃO	2278429-2	001.200.072-81	56.00	CLASSIFICADO	34
Técnico em Desenvolvimento Infantil	FAGNER OLIVEIRA VIANA	11354194	001.200.073-17	56.00	CLASSIFICADO	35
Técnico em Desenvolvimento Infantil	DAIANE PAULA DA SILVA	18652310	001.200.067-04	56.00	CLASSIFICADO	36
Técnico em Desenvolvimento Infantil	DOUGLAS DA COSTA SANTOS	23526220	001.200.072-16	56.00	CLASSIFICADO	37
Técnico em Desenvolvimento Infantil	AQUILA MENEZES DE SOUZA	2528060-0	001.200.073-27	56.00	CLASSIFICADO	38
Técnico em Desenvolvimento Infantil	KAUANDA TAVARES DA PAIXÃO	27573168	001.200.068-33	56.00	CLASSIFICADO	39
Técnico em Desenvolvimento Infantil	DIVINA CELIA REZENDE	1386668-0	001.200.073-76	56.00	CLASSIFICADO	40
Técnico em Desenvolvimento Infantil	CRISTIANE DOS SANTOS PIMENTEL	16435940	001.200.067-41	56.00	CLASSIFICADO	41
Técnico em Desenvolvimento Infantil	THAIS ALVES DOS SANTOS GUIMARAES	2460173-0	001.200.070-55	56.00	CLASSIFICADO	42
Técnico em Desenvolvimento Infantil	ELISNABIA MENDIS ARAUJO	2499793-5	001.200.068-22	56.00	CLASSIFICADO	43
Técnico em Desenvolvimento Infantil	KAMILA PARREIRA DA SILVA	25272144	001.200.074-38	56.00	CLASSIFICADO	44
Técnico em Desenvolvimento Infantil	JOICE APARECIDA MOURA TOLEDO	24997412	001.200.073-58	56.00	CLASSIFICADO	45
Técnico em Desenvolvimento Infantil	EDILÉIA CRISTINA DE SOUZA	26335042	001.200.069-22	56.00	CLASSIFICADO	46
Técnico em Desenvolvimento Infantil	ROSANIRA DIAS DOS SANTOS PAIZ	34028105750229	001.200.073-29	52.00	CLASSIFICADO	47
Técnico em Desenvolvimento Infantil	REGINA CANDIDA DOS SANTOS	13843907	001.200.072-89	52.00	CLASSIFICADO	48
Técnico em Desenvolvimento Infantil	LIONÁRIA RIBEIRO DA SILVA	887781	001.200.073-45	52.00	CLASSIFICADO	49
Técnico em Desenvolvimento Infantil	JOELMA AIRES DE ALMEIDA	15924700	001.200.074-29	52.00	CLASSIFICADO	50
Técnico em Desenvolvimento Infantil	ANA PAULA BARBOSA DOS SANTOS	1964269-5	001.200.073-12	52.00	CLASSIFICADO	51
Técnico em Desenvolvimento Infantil	MÔNICA ROSA DA CRUZ	15579441	001.200.073-21	52.00	CLASSIFICADO	52
Técnico em Desenvolvimento Infantil	BABY DDIVA DA SILVA MARTINS	18551696	001.200.068-00	52.00	CLASSIFICADO	53
Técnico em Desenvolvimento Infantil	LAURA DAYANE GOMES FERREIRA	17739926	001.200.070-76	52.00	CLASSIFICADO	54
Técnico em Desenvolvimento Infantil	ANA PAULA ROCHA SANTOS	19044488	001.200.072-18	52.00	CLASSIFICADO	55
Técnico em Desenvolvimento Infantil	STEPHANE SILVA NERI	5129930	001.200.073-69	52.00	CLASSIFICADO	56
Técnico em Desenvolvimento Infantil	SUELEN PATRICIA SALES RODRIGUES	20182805	001.200.068-90	52.00	CLASSIFICADO	57
Técnico em Desenvolvimento Infantil	ÉLICA DANIELA GOMES	238661012	001.200.070-09	52.00	CLASSIFICADO	58
Técnico em Desenvolvimento Infantil	LETICIA RIBEIRO DE OLIVEIRA	26572320	001.200.069-54	52.00	CLASSIFICADO	59

Técnico em Desenvolvimento Infantil	MARIA DEUSDETE RODRIGUES BATISTA	7250649	001.200.074-71	52.00	CLASSIFICADO	60
Técnico em Desenvolvimento Infantil	SILVIA NUBIA FERREIRA DOS SANTOS	1626498-3	001.200.068-25	52.00	CLASSIFICADO	61
Técnico em Desenvolvimento Infantil	GERZIANA PAULINO DE MELO	4742904	001.200.069-75	52.00	CLASSIFICADO	62
Técnico em Desenvolvimento Infantil	FERNANDA PEREIRA DA SILVA	2130965-5	001.200.072-77	52.00	CLASSIFICADO	63
Técnico em Desenvolvimento Infantil	NAYHARA ALVES DE OLIVEIRA	22618376	001.200.067-59	52.00	CLASSIFICADO	64
Técnico em Desenvolvimento Infantil	ANAYARA PEREIRA DA SILVA	21309698	001.200.073-24	52.00	CLASSIFICADO	65
Técnico em Desenvolvimento Infantil	HELLEN CRISTINA MATIAS DE CARVALHO	2476347-0	001.200.073-63	52.00	CLASSIFICADO	66
Técnico em Desenvolvimento Infantil	VILMAÍRA ALESSANDRA RODRIGUES ALVES	25434780	001.200.067-48	52.00	CLASSIFICADO	67
Técnico em Desenvolvimento Infantil	LETÍCIA FERNANDES DOS SANTOS	28604180	001.200.073-88	52.00	CLASSIFICADO	68
Técnico em Desenvolvimento Infantil	NEUZA TEREBINTO FIORENTIM	912871	001.200.069-44	52.00	CLASSIFICADO	69
Técnico em Desenvolvimento Infantil	MARIA SOCORRO LIDIA DA SILVA	10317058	001.200.074-43	52.00	CLASSIFICADO	70
Técnico em Desenvolvimento Infantil	CLEONICE BATISTA DE OLIVEIRA	5992134 SSP	001.200.067-83	52.00	CLASSIFICADO	71
Técnico em Desenvolvimento Infantil	JANNE CARLLA RIBEIRO SANTOS	19845162	001.200.068-45	52.00	CLASSIFICADO	72
Técnico em Desenvolvimento Infantil	THAYNARA TORQUATO LOPES	26570947	001.200.070-77	52.00	CLASSIFICADO	73
Técnico em Desenvolvimento Infantil	JESIANE PINELE DE LIMA	16562127	001.200.067-15	52.00	CLASSIFICADO	74
Técnico em Desenvolvimento Infantil	REGIANA RIBEIRO DOS SANTOS LIMA	3880786	001.200.072-64	52.00	CLASSIFICADO	75
Técnico em Enfermagem	LAURA CASTRO AVELAR	7827113	001.200.072-79	76.00	APROVADO	1
Técnico em Enfermagem	ZILVANY APARECIDA DE JESUS	10641980 SSP	001.200.069-04	68.00	APROVADO	2
Técnico em Enfermagem	ROSENY CAMPOS DA LUZ FONSECA	10669442	001.200.068-11	68.00	APROVADO	3
Técnico em Enfermagem	VERONICA OLIVEIRA SANTOS	972272	001.200.071-15	68.00	APROVADO	4
Técnico em Enfermagem	LEIDIANE DA COSTA SILVA	15730123	001.200.069-18	68.00	CLASSIFICADO	5
Técnico em Enfermagem	MARIZETH MARTINS DOS REIS	963609	001.200.067-54	68.00	CLASSIFICADO	6
Técnico em Enfermagem	ERIKA REGINA CASSIANO RUSSO	347805103	001.200.072-29	68.00	CLASSIFICADO	7
Técnico em Enfermagem	MARIA DE LOURDES PEREIRA LIMA	211652591	001.200.070-50	68.00	CLASSIFICADO	8
Técnico em Enfermagem	THIEME JESSICA FARIA DE JESUS	14747294	001.200.073-77	68.00	CLASSIFICADO	9
Técnico em Enfermagem	SONIA MARIA FREITAS FERNANDES	4051987	001.200.074-40	64.00	CLASSIFICADO	10
Técnico em Enfermagem	MARINA SOARES DE OLIVEIRA ROTTA	454485268	001.200.069-03	64.00	CLASSIFICADO	11
Técnico em Enfermagem	ELIZABETH CAMPOS RODRIGUES	11250051	001.200.074-74	64.00	CLASSIFICADO	12
Técnico em Enfermagem	GRACYANNE MARTINS PINHEIRO	416437	001.200.073-87	64.00	CLASSIFICADO	13
Técnico em Enfermagem	VANUZA FREITAS FERNANDES CORANDIM	1118419-1	001.200.074-50	64.00	CLASSIFICADO	14
Técnico em Enfermagem	MARIA APARECIDA DOS SANTOS XAVIER LOPES	1552089-7	001.200.067-21	64.00	CLASSIFICADO	15
Técnico em Enfermagem	ELIANY VARANDA DE CARVALHO	32487433143554	001.200.067-47	60.00	CLASSIFICADO	16
Técnico em Enfermagem	WANDERLEY ALMEIDA DA PAIXAO	10585176	001.200.069-88	60.00	CLASSIFICADO	17
Técnico em Enfermagem	ADELIRIA DE SOUZA MONTEIRO	1983743-7	001.200.071-26	60.00	CLASSIFICADO	18
Técnico em Enfermagem	JESSICA CRISTINA OLIVEIRA BORGES	20725582	001.200.067-11	60.00	CLASSIFICADO	19
Técnico em Enfermagem	IRANETE GUIMARAES ABREL DA SILVA	1622081-1	001.200.068-48	60.00	CLASSIFICADO	20
Técnico em Enfermagem	ALINE FRANÇA DA SILVA OLIVEIRA	17995337	001.200.069-96	60.00	CLASSIFICADO	21
Técnico em Enfermagem	LAURA DE ALBUQUERQUE OLIVEIRA	4354578	001.200.069-12	60.00	CLASSIFICADO	22
Técnico em Enfermagem	ROSENILDA PEREIRA BRITO	11788356	001.200.074-64	56.00	CLASSIFICADO	23

Técnico em Enfermagem	MARIA JOSE GOMES	1575594	001.200.072-27	52.00	CLASSIFICADO	24
Técnico em Enfermagem	DELMEIRES PEREIRA BORGES	1031664-7	001.200.070-05	52.00	CLASSIFICADO	25

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO DE DISTRATO AO CONTRATO N.º 125/2.014

O MUNICÍPIO NOVA XAVANTINA, MT e a empresa HERCON SERVIÇOS LTDA - EPP, Pessoa jurídica inscrita no CNPJ no. 14.020.137/0001-12. Resolvem: OBJETO: “Rescindir amigavelmente já que ambas as partes não tem mais interesse em manter o presente contrato”.

GERCINO CAETANO ROSA

Prefeito Municipal

CONCURSO PÚBLICO 001/2015 EDITAL CONVOCAÇÃO SEGUNDA FASE

O PREFEITO MUNICIPAL GERCINO CAETANO ROSA, torna público, para todos os interessados o local de realização das Provas da Segunda Fase do Concurso Público 001/2015.

Art. 1º As Provas da Segunda Fase serão aplicadas no dia ***18 DE OUTUBRO 2015***.

Art. 2º Consta no Anexo I, a lista dos convocados para realização da **Prova Prática do Cargo de Assistente Administrativo.**

Art. 3º Consta no Anexo II, a lista dos convocados para realização da **Prova de Aptidão Física do Cargo de Agente de Higienização Hospitalar.**

Art. 4º Consta no Anexo III, a lista dos convocados para realização da **Prova Prática Processual do Cargo de Procurador Previdenciário.**

Art. 5º Consta no Anexo IV, a lista dos convocados para realização da **Prova de títulos**, os documentos devem ser enviados no período de 02 a 08 de outubro de 2015, em cópia autenticada conforme item 10 do Edital d Abertura, via sedex para **DESTINATÁRIO: CAIXA POSTAL 3006 / GLOBAL CONCURSOS / CEP 87.040-981**.

Art. 6º Os candidatos deverão comparecer ao local de Prova com 30min de antecedência do seu horário de convocação e apresentar ao fiscal o **DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO ORIGINAL COM FOTO**.

Art. 7º Os candidatos que realizarão a Prova de Aptidão Física **AGENTE DE HIGIENIZAÇÃO HOSPITALAR**, deverão apresentar o **ATESTADO MÉDICO ORIGINAL OU CÓPIA AUTENTICADA**, emitido nos últimos 30 (trinta) dias, o atestado médico deverá constar, expressamente, que o candidato está apto a realizar a Prova de Capacidade Física ou a realizar exercícios físicos. Ainda apresentar-se no local com roupa adequada para atividade física.

Art. 8º Os candidatos que realizarão a Prova Prática Processual **PROCURADOR PREVIDENCIÁRIO**, poderão utilizar apenas em diplomas normativos (Códigos) tipo VADE MECUM desacompanhados de anotações, comentários, exposição de motivos, transcrições e orientações jurisprudenciais, súmulas ou resoluções dos tribunais, devendo os candidatos trazer os textos de consulta com as partes não permitidas já isoladas, por grampo ou fita adesiva, de modo a impedir sua utilização, sob pena de não poder consultá-los. Os Códigos que serão utilizados pelos candidatos serão verificados pelos fiscais antes da realização da prova prática. A prova terá duração de 3h, incluindo a marcação transcrições na Folha Definitiva.

Art. 9º Para os candidatos que impetraram recursos da Prova Objetiva, a resposta está disponível na área restrita do candidato de forma individual.

Nova Xavantina, 02 de outubro de 2015.

FELIPE DEZOTTI BELOTO GERCINO CAETANO ROSA

Presidente Executivo Prefeito Municipal

ANEXO I

CARGO: ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

CANDIDATO	IDENTIDADE	INSCRIÇÃO	LOCAL/ENDEREÇO	HORÁRIO ABERTURA PORTÕES	HORÁRIO FECHAMENTO PORTÕES
ADELMO CARLOS CIQUEIRA SILVA	1943692-0	001.200.070-89	UAB – Rua Oscar Niemeyer, 185 – Jardim Alvorada	08h	08h30min
AIRTON LOPES CAMPOS	117490	001.200.073-61	UAB – Rua Oscar Niemeyer, 185 – Jardim Alvorada	08h	08h30min
ANA RAFAELA DA SILVA	2008392-0	001.200.066-73	UAB – Rua Oscar Niemeyer, 185 – Jardim Alvorada	08h	08h30min
BIANCA DE OLIVEIRA	19899912	001.200.073-74	UAB – Rua Oscar Niemeyer, 185 – Jardim Alvorada	08h	08h30min
CRISTIANA DE ANDRADE SOUZA	15993388	001.200.073-81	UAB – Rua Oscar Niemeyer, 185 – Jardim Alvorada	08h	08h30min
ELISÂNGELA FIRMINO MAIA ARAÚJO DA SILVA	9227474	001.200.067-52	UAB – Rua Oscar Niemeyer, 185 – Jardim Alvorada	08h	08h30min
GEZILEANY DE JESUS MELO	6114399	001.200.068-71	UAB – Rua Oscar Niemeyer, 185 – Jardim Alvorada	08h	08h30min
INGRID SANDY MARTINS GOMES	2423163-0	001.200.070-47	UAB – Rua Oscar Niemeyer, 185 – Jardim Alvorada	08h	08h30min
JADY DE SOUZA CERQUEIRA CAMPOS	22107576	001.200.071-70	UAB – Rua Oscar Niemeyer, 185 – Jardim Alvorada	08h45min	09h15min
JHENNIFFER LAMON RODRIGUES E SILVA	1667780-3	001.200.067-27	UAB – Rua Oscar Niemeyer, 185 – Jardim Alvorada	08h45min	09h15min
JOÃO BOSCO PEREIRA DA SILVA JUNIOR	4634160	001.200.073-20	UAB – Rua Oscar Niemeyer, 185 – Jardim Alvorada	08h45min	09h15min

KARINY NARA MEDEIROS DA SILVA	23610352	001.200.070-27	UAB – Rua Oscar Niemeyer, 185 – Jardim Alvorada	08h45min	09h15min
LDINALVA DA SILVA CASTRO	2697261-1	001.200.069-82	UAB – Rua Oscar Niemeyer, 185 – Jardim Alvorada	08h45min	09h15min
LIVIA APARECIDA SOBRINHO DA SILVA ARAUJO	1763730-9	001.200.069-07	UAB – Rua Oscar Niemeyer, 185 – Jardim Alvorada	08h45min	09h15min
MAURIZIA DOS REIS SILVA	10420622	001.200.070-66	UAB – Rua Oscar Niemeyer, 185 – Jardim Alvorada	08h45min	09h15min
RADAMES PAULO MACARI	15025578	001.200.074-83	UAB – Rua Oscar Niemeyer, 185 – Jardim Alvorada	08h45min	09h15min
TATIANE APARECIDA DUQUE	14238764	001.200.067-93	UAB – Rua Oscar Niemeyer, 185 – Jardim Alvorada	09h30min	10h
TEREZINHA APOLONIA MARCA	685825	001.200.073-04	UAB – Rua Oscar Niemeyer, 185 – Jardim Alvorada	09h30min	10h
VANESSA LUCAS TOMÉ	327498778	001.200.066-87	UAB – Rua Oscar Niemeyer, 185 – Jardim Alvorada	09h30min	10h
VANNEIDE AZEVEDO MARTINS	207628320020	001.200.071-13	UAB – Rua Oscar Niemeyer, 185 – Jardim Alvorada	09h30min	10h
VERÔNICA LUZ DE SOUSA	23330317	001.200.067-14	UAB – Rua Oscar Niemeyer, 185 – Jardim Alvorada	09h30min	10h
VYVYANNE ANTUNES TOLOTTI	1913750-8	001.200.070-08	UAB – Rua Oscar Niemeyer, 185 – Jardim Alvorada	09h30min	10h
WASHINGTON SOUSA BISPO	13711822	001.200.071-40	UAB – Rua Oscar Niemeyer, 185 – Jardim Alvorada	09h30min	10h
ZILDA CARLOS DE SOUZA	582475	001.200.069-80	UAB – Rua Oscar Niemeyer, 185 – Jardim Alvorada	09h30min	10h

ANEXO II

CARGO: AGENTE DE HIGIENIZAÇÃO HOSPITALAR

CANDIDATO	IDENTIDADE	INSCRIÇÃO	LOCAL/ENDEREÇO	HORÁRIO ABERTURA PORTÕES	HORÁRIO FECHAMENTO PORTÕES
FÁTIMA BARBOSA DE JESUS	879614	001.200.068-42	SISPUMNOX – Estrada Via Antártica, S/N – Bairro Rural	08h	08h30min
ANA MARIA BARBOSA DOS SANTOS	12136662	001.200.067-24	SISPUMNOX – Estrada Via Antártica, S/N – Bairro Rural	08h	08h30min
ADRIANA GONÇALVES RIBEIRO	2591175-9	001.200.067-25	SISPUMNOX – Estrada Via Antártica, S/N – Bairro Rural	08h	08h30min
MARIA DAS GRAÇAS DE MORAES	11535776	001.200.073-79	SISPUMNOX – Estrada Via Antártica, S/N – Bairro Rural	08h	08h30min

ANEXO III

CARGO: PROCURADOR PREVIDENCIÁRIO

CANDIDATO	IDENTIDADE	INSCRIÇÃO	LOCAL/ENDEREÇO	HORÁRIO ABERTURA PORTÕES	HORÁRIO FECHAMENTO PORTÕES
PÂMELA FERREIRA LISSNER	12784044	001.200.071-36	Escola Coronel Vanique – Avenida Getúlio Vargas, 846 – Bairro Barro Vermelho	08h	08h45min
MARIA HORTÊNCIA SANTINI	1970488	001.200.069-02	Escola Coronel Vanique – Avenida Getúlio Vargas, 846 – Bairro Barro Vermelho	08h	08h45min
EVANIA DE OLIVEIRA REZENDE	3860045	001.200.069-35	Escola Coronel Vanique – Avenida Getúlio Vargas, 846 – Bairro Barro Vermelho	08h	08h45min
RENATO WENTZ MANHÃES	19469080	001.200.072-85	Escola Coronel Vanique – Avenida Getúlio Vargas, 846 – Bairro Barro Vermelho	08h	08h45min
JULIANO SGUIZARDI	14007533	001.200.071-20	Escola Coronel Vanique – Avenida Getúlio Vargas, 846 – Bairro Barro Vermelho	08h	08h45min
LARYSSE FERNANDA RODRIGUES CAMARGO	5188866	001.200.073-06	Escola Coronel Vanique – Avenida Getúlio Vargas, 846 – Bairro Barro Vermelho	08h	08h45min
MARCIO HENRIQUE DE BRITO MAZETI	417310481	001.200.072-00	Escola Coronel Vanique – Avenida Getúlio Vargas, 846 – Bairro Barro Vermelho	08h	08h45min
KARINA MESSIAS BARROS DE SOUZA	20332157	001.200.071-22	Escola Coronel Vanique – Avenida Getúlio Vargas, 846 – Bairro Barro Vermelho	08h	08h45min
LARISSA RIBEIRO ARAÚJO	1783613-1	001.200.068-69	Escola Coronel Vanique – Avenida Getúlio Vargas, 846 – Bairro Barro Vermelho	08h	08h45min
LANNA THAYS PORTELA MORAES	2100499-4	001.200.067-08	Escola Coronel Vanique – Avenida Getúlio Vargas, 846 – Bairro Barro Vermelho	08h	08h45min
ADRIANA STEFANI TRINDADE	22783075	001.200.071-01	Escola Coronel Vanique – Avenida Getúlio Vargas, 846 – Bairro Barro Vermelho	08h	08h45min

ANEXO IV

PROVA DE TÍTULOS

CARGO	CANDIDATO	IDENTIDADE	INSCRIÇÃO
Procurador Previdenciário	PÂMELA FERREIRA LISSNER	12784044	001.200.071-36
Procurador Previdenciário	MARIA HORTÊNCIA SANTINI	1970488	001.200.069-02
Procurador Previdenciário	EVANIA DE OLIVEIRA REZENDE	3860045	001.200.069-35
Procurador Previdenciário	RENATO WENTZ MANHÃES	19469080	001.200.072-85
Procurador Previdenciário	JULIANO SGUIZARDI	14007533	001.200.071-20
Procurador Previdenciário	LARYSSE FERNANDA RODRIGUES CAMARGO	5188866	001.200.073-06
Procurador Previdenciário	MARCIO HENRIQUE DE BRITO MAZETI	417310481	001.200.072-00
Procurador Previdenciário	KARINA MESSIAS BARROS DE SOUZA	20332157	001.200.071-22
Procurador Previdenciário	LARISSA RIBEIRO ARAÚJO	1783613-1	001.200.068-69

Procurador Previdenciário	LANNA THAYS PORTELA MORAES	2100499-4	001.200.067-08
Procurador Previdenciário	ADRIANA STEFANI TRINDADE	22783075	001.200.071-01
Farmacêutico/Bioquímico	ANGÉLICA DE JESUS SILVA	17576873	001.200.066-97
Farmacêutico/Bioquímico	SAMILLA SANTOS SOUZA	22093044	001.200.072-70
Farmacêutico/Bioquímico	KEILA MARIA MORAES	3914878	001.200.068-15
Farmacêutico/Bioquímico	PRISCILLA DIEL BOBRZYK	14238918	001.200.067-95
Farmacêutico/Bioquímico	CARLA SILVA MATOS BUENO	15432033	001.200.070-01
Farmacêutico/Bioquímico	CARINE RIGO PINHEIRO CORAL	133559434	001.200.070-36
Farmacêutico/Bioquímico	WENDELL MENDES BARBOSA	15844676	001.200.074-34
Farmacêutico/Bioquímico	GLEICIANE MÁRCIA FAQUINI COSTA	12851434	001.200.068-66
Farmacêutico/Bioquímico	GREICE BOTH	1703746-8	001.200.068-73
Farmacêutico/Bioquímico	LETÍCIA DAMAS LEÃO DALCIN	4120985	001.200.067-22
Farmacêutico/Bioquímico	ALINE FERNANDES BORGES FALCÃO	5993937	001.200.072-72
Farmacêutico/Bioquímico	FERNANDO HENRIQUE SOARES CARDOSO VIEIRA	18516858	001.200.067-80
Farmacêutico/Bioquímico	KARIS REGINA BOKORNI	10660267	001.200.074-44
Farmacêutico/Bioquímico	DIEGO FERNANDES DA SILVA COSTA	4604701	001.200.074-41
Farmacêutico/Bioquímico	UENISON GOMES GUIMARAES	4748527	001.200.071-14
Farmacêutico/Bioquímico	DHAIANE CRISTINA GONTIJA DA COSTA	15924998	001.200.068-18
Farmacêutico/Bioquímico	ALAN GUILHERME MACHADO BLANC	23671530	001.200.069-31
Farmacêutico/Bioquímico	RICARDO HIROSHI DA CUNHA KANACILO	15486800	001.200.070-34
Farmacêutico/Bioquímico	MARCELO HENRIQUE MORAIS MENEZES	23971673	001.200.068-88
Farmacêutico/Bioquímico	LETÍCIA LORRINE DUTRA RAMALHO	23239522	001.200.068-02
Farmacêutico/Bioquímico	CARMEN LUCIA DE OLIVEIRA DE ALMEIDA	1138525	001.200.073-67
Farmacêutico/Bioquímico	ELIAS SILVA DE OLIVEIRA	10169067	001.200.074-04
Farmacêutico/Bioquímico	ALESSANDRA FURQUIM LAURENTINO	2274673-0	001.200.073-07
Farmacêutico/Bioquímico	MAISA BINO SOARES BRAVO	5172523	001.200.073-59

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

LEI MUNICIPAL N° 1115/2015, DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.

Súmula: "Declara de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Novo Horizonte do Norte – STTR, localizado no município de Novo Horizonte do Norte-MT".

A Câmara Municipal de Novo Horizonte do Norte, tendo em vista que dispõe a Lei Orgânica Municipal, aprova e o Prefeito Municipal sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras rurais de Novo Horizonte do Norte – STTR, localizado no município de Novo Horizonte do Norte-MT.

Art. 2°. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT, 01 de outubro de 2015.

JOÃO ANTONIO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 054 /2015

HOMOLOGAÇÃO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO.

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o parágrafo 4º do art. 41 da Constituição Federal e os artigos 29 e 30 da Lei Municipal nº 429/98 (Estatuto dos Servidores) e após análise da Comissão de Avaliação de Desempenho Funcional dos Servidores Públicos do município de Novo Horizonte do Norte, designada pela Portaria nº 163/2014, de 03 de julho de 2014.

D E C R E T A:

Artigo 1º- Fica **HOMOLOGADA** a avaliação de desempenho conforme o Parecer Conclusivo da Comissão de Avaliação de Desempenho Portaria nº 163/2014 que os servidores avaliados conforme consta no anexo I deste decreto foram aprovados no estágio probatório e tornaram-se **ESTÁVEIS** no Serviço Público Municipal de Novo Horizonte do Norte.

Artigo 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Novo Horizonte do Norte-MT, 30 de setembro de 2015.

João Antonio de Oliveira

Prefeito Municipal

ANEXO I DO DECRETO Nº 054/2015
DESCRIÇÃO DOS SERVIDORES ESTÁVEIS

NOME	MATRÍCULA	CARGO	DATA	MÉDIA	PONTUAÇÃO CONCEITO APROVADOS OU REPROVADOS
Marcos Rafael de Souza	836	Técnico de Controle Interno	06/07/2011 a 06/07/2015	85,82	Aprovado
Jerede de Araújo	865	Eletricista	01/07/2012 a 30/06/2015	74,99	Aprovado
Adelson de Araújo	834	Motorista II	04/07/2011 a 04/12/2014	88,88	Aprovado
Rosivana do Nascimento	845	Zeladora	01/01/2012 a 30/12/2014	91,37	Aprovada
Luciane Schuck	844	Serviços Gerais	01/01/2012 a 30/12/2014	86,94	Aprovada
Melissa Raimundi Rodrigues	860	Zeladora	30/06/2012 a 30/06/2015	82,49	Aprovada
Maria Aparecida da Silva	862	Telefonista	01/07/2012 a 30/06/2015	81,94	Aprovada
Reinaldo Simões Bronner	859	Motorista I	01/07/2012 a 30/06/2015	92,49	Aprovado
José Luiz de Souza Santos	866	Motorista I	01/07/2012 a 30/06/2015	83,32	Aprovado
Zilene Rodrigues de Souza	863	Serviços Gerais	01/07/2012 a 30/06/2015	83,60	Aprovada

Novo Horizonte do Norte-MT, 30 de setembro de 2015

João Antonio de Oliveira

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

ADMINISTRAÇÃO
RESOLUCAO Nº 018/2015/CMDCA

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS

DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO

MUNICÍPIO DE NOVO MUNDO/MT, CMDCA,

USANDO DA ATRIBUIÇÃO QUE LHE

CONFERE NO ART. 10, DA LEI Nº 010/1997, E

CONSIDERANDO A LEI FEDERAL Nº

12.696/2012, FAZ PUBLICAR

RECOMENDAÇÕES PARA CAMPANHA

ELEITORAL DO PROCESSO DE ESCOLHA

UNIFICADA PARA MEMBROS DO

CONSELHO TUTELAR PARA O QUADRIÊNIO

2016/2019.

RESOLVE:

Art. 1º- CONSIDERANDO que o art. 139,§ 3°, do ECA dispõe que, “no processo de escolha

dos membros do Conselho Tutelar, é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou

entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de

pequeno valor”.

Art. 2º- Dentro do processo de escolha, prevendo, inclusive, período de realização, meios e

formas de propaganda permitidos, atentando para os paradigmas da legislação eleitoral,

sobremaneira para VEDAÇÃO de propaganda paga no rádio, de confecção de vestuário

padronizado, de outdoor, de boca de urna (por ato do candidato ou de terceiro), de transporte

de eleitores (evitando-se abuso de poder econômico e comprometimento da tranquilidade do

pleito), adotando-se como norte os meios de propaganda permitidos na Lei n° 9.504/1997 (da

propaganda eleitoral em geral, da propaganda eleitoral na imprensa, da propaganda eleitoral

no rádio e televisão, da propaganda eleitoral na internet – art. 57-B, da propaganda por meio

de carros de som – art. 39, §11, da propaganda por meio de folhetos, adesivos, volantes e

outros impressos – art. 38) e regulamentos, inclusive no que pertine à confecção dos materiais

a serem utilizados.

Art. 5°- De acordo com Edital n°001/2015, no parágrafo:

13.2 Faz saber que fica expressamente proibida à propaganda que consista em pinturas e

pichação de letreiros ou outdoors em vias públicas, nos muros e paredes de prédios públicos

ou de uso comum.

13.3 São vedadas na campanha confecção, utilização, distribuição de camisetas, chaveiros,

bonés, canetas, brindes, cestas básicas ou quaisquer outros bens ou materiais que possam

proporcionar vantagem ao eleitor.

13.4 No dia da eleição é vedado qualquer tipo de propaganda, sujeitando-se o candidato que

promovê-la, a cassação de seu registro de candidatura e procedimento a ser apurado perante o

CMDCA.

Art. 4°-Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Novo Mundo – MT, 01 de outubro de 2015.

_____

ELENA DE OLIVEIRA GUIMARÃES

Comissão Especial Eleitoral

LICITIÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2015

A Prefeitura Municipal de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, através da Equipe Pregoeira, torna público que realizou Licitação na Modalidade “**Pregão Presencial”** nos termos da Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02 e suas alterações, em sua Sede na Rua Nunes Freire, 12, Alto da Bela Vista, às 08h00min do dia 01 de outubro de 2015, objetivando a **Aquisição de Material de Informática – Para as Secretarias de Administração, Finanças, Educação, Saúde, Ação Social, Agricultura e Obras**, conforme discriminado no Edital, onde obteve o seguinte resultado:

Sagrou-se vencedoras do citado certame as seguintes licitantes: **JUDITE TEREZINHA UMANN RIBEIRO EPP,** com o valor de R$ 211.800,00 (Duzentos e Onze Mil e Oitocentos Reais), **OSVALDO DE SOUZA COMERCIO ME,** com o valor de R$ 80.140,00 (Oitenta Mil Cento e Quarenta Reais), **GOMES COMERCIO E SERVIÇOS DE INFORMATICA LTDA,** com o valor de R$ 75.186,00 (Setenta e Cinco Mil Cento e Oitenta e Seis Reais), **OVANDIR BATISTA JUNIOR**, com o valor de R$ 159.465,80 (Cento e Cinquenta e Nove Mil Quatrocentos e Sessenta e Cinco Reais e Oitenta centavos), **ALINE FONSECA DE CAMPOS ME,** com o valor de R$ 42.144,30 (Quarenta e Dois Mil Cento e Quarenta e Quatro Reais e Trinta Centavos) e **MARIA CRISTINA MATTEI EPP,** com o valor de R$ 32. 720,50 (Trinta e Dois Mil Setecentos e Vinte Reais e Cinquenta Centavos). Assim por ter apresentado propostas com preço compatível ao praticado no mercado e dentro das condições exigidas no Edital, foram declaradas vencedoras.

O Processo Administrativo referente à licitação acima, encontra-se a disposição dos interessados na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Novo Mundo/MT, sito na Rua Nunes Freire, n° 12, Alto da Bela Vista, de segunda a sexta-feira no horário de atendimento ao público.

Novo Mundo MT, 01 de outubro de 2015.

Roberta Mezalira Venturoso

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Pregão Presencial 015/2015

PROCESSO: 031/2015

TIPO: Menor Preço por Lote

A Prefeitura Municipal de Novo Santo Antonio – MT torna público para conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial 015/2015, cuja

abertura ocorreu às 13h00min do dia **30 de Setembro de 2015**, na sede da Prefeitura Municipal, situada à Avenida 29 de setembro, n°.244, Centro, Novo Santo Antônio, Cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINAS, ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, TRATORES DE ESTEIRA, CAMINHÕES, ROLO COMPACTADOR A SEREM UTILIZADOS NA MANUTENÇÃO DE ESTRADAS MUNICIPAIS NÃO PAVIMENTADAS COM RECURSOS DO FETHAB CONFORME NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE NOVO SANTO ANTONIO-MT**, sagrando vencedora a empresa abaixo descrita:

EMPRESA	CNPJ	LOTE ÚNICO	VALOR
RICARDO DE DEUS DUARTE – MÁQUINAS -ME	11.033.595/0001-06	01	R$ 447.100,00

A Ata Integral de Registro de Preços da empresa acima citada, se encontra à disposição dos interessados nos autos do referido processo licitatório na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio-MT, sito a Rua 29 de Setembro nº 244, Centro Novo Santo Antônio-MT.

Atendendo assim as normas do edital e os parâmetros legais da Lei em vigor.

Novo Santo Antônio-MT, 01 de Outubro de 2015.

EVA RODRIGUES BRITO

Pregoeira Oficial

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 001/2015

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE NOVO SANTO ANTONIO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E O **ESTADO DE MATO GROSSO**, POR MEIO DA **SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE - SEMA/MT** OBJETIVANDO A DELEGAÇÃO DE ATRIBUIÇÕES.

O MUNICÍPIO DE NOVO SANTO ANTONIO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 04.199.966/0001-50 com sede na Avenida 29 de Setembro, S/Nº Bairro: Centro, Novo Santo Antônio, doravante denominado **COOPERANTE**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Eduardo Penno, casado, portador do RG nº 4001710/2 SSP/GO, do CPF 785.333.411-72, com sede na Rua I, Casa 23, Bairro Centro, Juruena - MT, doravante denominada COOPERADA, neste ato representada pela sua Secretária ANA LUIZA AVILA PETERLINI DE SOUZA, brasileira, casada, portadora do RG nº. 2193395-2 SSP/MT e do CPF nº 172.615.078-06, residente e domiciliada em Cuiabá/MT, nomeada por meio do Ato Governamental nº 017, de 12 de Janeiro de 2015, resolvem firmar o presente **TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, sujeitando-se aos termos da Lei nº 5 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores; da Lei Complementar nº 140; bem como da Resolução CONSEMA nº 85/2014, mediante cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Realização das ações de licenciamento, monitoramento e fiscalização ambiental de atividades potencialmente poluidoras, bem como estabelecer procedimentos com vistas à preservação, conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

O Cooperante delega à **Cooperada**, competências para realização do licenciamento, monitoramento e fiscalização das atividades e empreendimentos que causam ou possam causar impactos no âmbito de seu território, arroladas no Anexo Único da Resolução CONSEMA nº 85/2014.

CLAUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES

a) ***O Cooperante*** compromete-se:

Delegar à **Cooperada** as atividades de sua competência relacionadas no Anexo Único da Res. CONSEMA nº 85/2014 para que esta possa realizar as ações de licenciamento, monitoramento e fiscalização ambiental em conformidade com o § 2º, do art. 8º, da Res. CONSEMA nº 85/2014.

§ 1º No período de vigência deste Termo de Cooperação Técnica o município se obriga a providenciar sua estruturação, visando sua habilitação/capacitação para assumir a gestão ambiental das atividades e empreendimentos de impacto local, em conformidade com o art. 9º, da Lei Complementar nº 140/2011.

§ 2º Na iminência ou ocorrência de ilícito ambiental em seu território o município deverá comunicar imediatamente a SEMA/MT para as providências cabíveis.

b) A **Cooperada** compromete-se:

Realizar o licenciamento, monitoramento e fiscalização ambiental das atividades delegadas neste Termo, relacionadas no Anexo Único da Res. CONSEMA nº 85/2014.

§1º No procedimento de licenciamento ambiental deverá realizar, no mínimo, avaliação prévia da atividade, emitir parecer técnico e, se for o caso, a devida licença ambiental, além de realizar o monitoramento e a fiscalização da atividade licenciada.

§2º Contribuir para a capacitação/qualificação dos gestores e técnicos do município, quando solicitado.

§3º Dar, obrigatoriamente, publicidade às licenças emitidas no Município,

CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

O presente instrumento não prevê a transferência de recursos financeiros entre os partícipes, sendo que o **Cooperante** será responsável por todas as despesas em que incorrerem, inclusive as referentes a pessoal, sem direito de pleitear reembolso ou compensação a qualquer título junto à SEMA/MT ou ao Estado de Mato Grosso.

PARÁGRAFO ÚNICO. As ações que envolverem transferências de recursos financeiros serão instrumentalizadas por meio de convênios específicos.

CLÁUSULA QUINTA - DA LOGÍSTICA

Para a execução deste Termo de Cooperação Técnica serão empregados os bens, materiais e equipamentos pertencentes a cada partícipe.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

O presente Termo de Cooperação Técnica entra em vigor na data da sua publicação com vigência de 01 (um) ano, improrrogável, de acordo com o art. 85, da Res. CONSEIVIA nº 85/2014.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA SUSPENSÃO

O descumprimento de qualquer das cláusulas constante deste instrumento, bem como qualquer violação à legislação, caracteriza motivo para suspensão deste Termo de Cooperação Técnica.

CLÁUSULA OITAVA - DO ADITAMENTO

O presente Termo de Cooperação Técnica poderá, mediante concordância das partes e quando necessário, ser aditado para incluir obrigações comuns decorrentes do objeto, desde que protocolado com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

O presente Termo de Cooperação Técnica poderá ser rescindido pelo descumprimento das obrigações pactuadas ou pela superveniência de norma ou fato administrativo que o torne formal ou materialmente inexequível, ou ainda por ato unilateral mediante aviso prévio, da parte que dele se desinteressar, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, ou rescisão mediante concordância das partes a qualquer tempo.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DENUNCIA

O presente Termo de Cooperação Técnica poderá ser denunciado por qualquer das partes por descumprimento de suas cláusulas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS RESULTADOS DOS TRABALHOS

Os resultados técnicos e todo e qualquer desenvolvimento ou inovação tecnológica decorrente de trabalhos no âmbito do presente instrumento serão atribuídos aos partícipes, sendo vedada a sua divulgação total ou parcial sem o consentimento prévio e formal das partes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO GERENCIAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

Ao **Cooperante** caberá, por Ofício, indicar seu representante legal e suplente, para acompanhar, monitorar, avaliar e fiscalizar a execução do presente Termo de Cooperação Técnica.

Caberá ao **Cooperado**, por Portaria, indicar seu representante legal e suplente, para acompanhar, monitorar, avaliar e fiscalizar a execução do presente Termo de Cooperação Técnica.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DÁ PUBLICAÇÃO

O presente Termo de Cooperação Técnica será publicado pelo Cooperante no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso.

CLÁSULA DÉCIMA QUARTA - DÁ PUBLICIDADE DOS ATOS

A publicidade dos atos, programas, obras e campanhas dos órgãos públicos terão caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridade ou servidor público.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Os casos omissos ao presente Termo de Cooperação Técnica deverão ser resolvidos por mútuo acordo entre as partes, obedecida à legislação vigente. **PARÁGRAFO ÚNICO**. A SEMA/MT não assume quaisquer responsabilidades por perdas, prejuízos e danos de qualquer natureza causados pelo Município, relacionados com o objeto deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Cuiabá-MT, com prejuízo de qualquer outro por mais privilegiado que seja, como competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo de Cooperação Técnica, desde que não forem solucionadas consensualmente.

E, por estarem de acordo, as partes firmam o presente Termo de Cooperação Técnica em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas que o subscrevem para todos os efeitos legais.

ATO DE HOMOLOGAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 015/2015

PROCESSO: Nº. 031/2015

TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINAS, ESCAVADEIRA HIDRAULICA, TRATORES DE ESTEIRA, CAMINHÕES, ROLO COMPACTADOR A SEREM UTILIZADOS NA MANUTENÇÃO DE ESTRADAS MUNICIPAIS NÃO PAVIMENTADAS COM RECURSOS DO FETHAB CONFORME NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE NOVO SANTO ANTONIO-MT**.**

O senhor Eduardo Penno, Prefeito Municipal de Novo Santo Antonio, Estado de Mato Grosso, Usando das suas atribuições que lhes são inerentes, respeitando os princípios legais correlatos, profere o seguinte ato de **HOMOLOGAÇÃO**:

I – O certame aberto pela pregoeira Oficial e equipe de apoio da Prefeitura Municipal de Novo Santo Antonio/MT, Quanto aos atos praticados, verificou-se que foram realizados conformidade com a lei 8.666/93 e edital, conhecendo-se como legais, legítimos e válidos.

II – Diante do exposto, observando-se as formalidades, considerando os atos do certame válidos e convenientes ao interesse Publico, **HOMOLOGO** o Presente Processo Licitatório nº 031/2015, Pregão Presencial nº 015/ 2015, em nome da vencedora abaixo discriminada:

III – Empresa:

EMPRESA	CNPJ	LOTE UNICO	VALOR
RICARDO DE DEUS DUARTE – MÁQUINAS -ME	11.033.595/0001-06	01	R$ 447.100,00

Para que a ata nela proferida produza efeitos jurídicos e legais.

Dê-se ciência ao interessado, observando os preceitos legais.

Novo Santo Antonio-MT, 01 de Outubro de 2015.

EDUARDO PENNO

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL

Acha-se aberta Licitação abaixo descrita:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2015

PROCESSO Nº 036/2015

A Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio, Estado de Mato Grosso torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação, na modalidade Pregão Presencial, sob o nº. 018/2015, do tipo "MENOR PREÇO". O critério de julgamento **Menor Preço por Item**, Constitui objeto da presente licitação a Seleção da proposta mais vantajosa objetivando o "**REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL LOCAÇÃO DE UM CAMINHÃO COLETOR DE LIXO; DE ACORDO COM EDITAL E SEUS ANEXOS.",** de acordo com os ditames da lei federal nº10.520/02, Lei Federal n° 8.666/93 e demais leis pertinentes, instrumentos estes que são partes integrantes do presente instrumento convocatório/edital para todos os efeitos legais, independentemente de transcrição. O Credenciamento será realizado das 08h: 00mim até às 08h: 50 min do dia **15 de Outubro de 2015 (quinta-feira).** Na Avenida 29 de setembro nº. 244 Centro no Paço Municipal. "A Sessão terá início às 09h: 00 min, (horário de Brasília) na mesma data e local". A cópia do Edital e seus anexos estarão disponíveis aos interessados através do e-mail: **licitansa@outlook.com** ou retirar na própria sede da prefeitura das 13: h00min as 17h00min. Para maiores informações entrar em contato pelo tel.: (66)3548-1140, Falar no Departamento de Licitações.

Novo Santo Antonio – MT, 01 de Outubro de 2015.

Visto: EDUARDO PENNO

Prefeito Municipal

EVA RODRIGUES BRITO

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CT 03/2015

SEGUNDO TERMO ADITIVO

Contrato Administrativo nº. 03/2015

Processo de Licitação nº. 80/2014

Modalidade Pregão Presencial nº. 66/2014

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto Necessidade de acréscimo de 4% no preço do combustível, conforme reajustes autorizados pela Agência Reguladora Nacional do Petróleo.

Contratante: Município de Novo São Joaquim / Mato Grosso

Contratada: R. P. DE ARAÚJO & CIA LTDA

Valor: ÓLEO DIESEL COMUM R$ 3,20 (Três reais e vinte centavos)

Período de vigência: inalterado.

Fundamento legal: Este termo aditivo se fundamenta nas disposições consubstanciadas pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

Novo São Joaquim, 30 de Setembro de 2015.

LEONARDO FARIA ZAMPA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

ASSESSORIA JURÍDICA
DECRETO Nº 1165/2015

DECRETO N° 1165/2015.

"Estabelece limitação de empenho no âmbito dos Órgãos do Poder Executivo Municipal, e dá outras providências".

VILSON PIRES, Prefeito Municipal de Paranatinga, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas pela legislação em vigor, com fundamento no disposto no art. 1° da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e considerando a necessidade da limitação de empenho e movimentação financeira, com o objetivo de manter, na execução orçamentária, o equilíbrio das contas públicas para o exercício financeiro,

DECRETA:

Artigo 1º- Para fins de limitação de empenhos fica bloqueado o valor correspondente a 20% (vinte por cento) do saldo atualizado das dotações correspondentes às despesas de custeio e investimentos.

Parágrafo Primeiro - Não será objeto do caput deste artigo as obrigações constitucionais e legais do Município, inclusive aquelas destinadas ao serviço da dívida e as ressalvadas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Parágrafo Segundo- Excetuam-se da situação exposta no caput as contratações provenientes de recursos vinculados desde que haja a demonstração de saldo positivo em caixa no ato da contratação juntamente com comprovação de disponibilidade financeira.

Parágrafo Terceiro - O percentual definido poderá ser revisto, a critério da Secretaria de Finanças, se houver alteração significativa no ingresso das receitas dos referidos recursos em relação à projeção de arrecadação estabelecida para o Exercício.

Artigo 2º- São responsáveis pela implementação das ações necessárias ao cumprimento deste Decreto são os Secretários Municipais e os titulares dos Órgãos da Administração.

Parágrafo Único - As Unidades Orçamentárias e Administrativas competentes adotarão as medidas e procedimentos, inclusive com relação aos contratos e às licitações, necessários à redução das despesas e à sua adequação aos limites fixados neste Decreto.

Artigo 3º- A Secretaria de Finanças poderá expedir instruções complementares que se fizerem necessárias ao cumprimento deste Decreto.

Artigo 4º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paranatinga-MT; 01 de Outubro de 2.015.

VILSON PIRES

PREFEITO MUNICIPAL

ASSESSORIA JURÍDICA
PORTARIA N 195/2015

PORTARIA N° 195 DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.

O Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, **Srº**. **VILSON PIRES**, no uso e gozo das suas atribuições legais:

RESOLVE:

I – Exonerar a pedido do Srº. VALDOMIRO GOMES COIMBRA, inscrito no CPF/MF sob o n° 011.827.711-14 e portador do RG sob o nº 1946812-1SSP/MT do Cargo Efetivo de AGENTE DE LIMPEZA PÚBLICA II, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

III – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, 01 de Outubro de 2015.

VILSON PIRES

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº. 003 DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DO APROVADO NO PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARILEDI ARAUJO COELHO PHILIPPI, Prefeita Municipal de **Pedra Preta**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas;

A Srª. **MARILEDI ARAUJO COELHO PHILIPPI**, Prefeita Municipal de Pedra Preta, Estado de Mato Grosso, no exercício de suas atribuições e de acordo com o Resultado Final do Processo Seletivo para PROFESSOR, CONVOCA a candidata abaixo relacionado a comparecer na sede da Prefeitura Municipal de Pedra Preta – MT, situado à Avenida Fernando Correa da Costa, 940, Centro, cidade de Pedra Preta, com fundamento no Artigo 16, parágrafo 3º da Lei Complementar nº 017/2014 no prazo de 3 (três) dias, munidos dos documentos necessários à comprovação dos requisitos para provimento do cargo pleiteado, sob pena de ser considerado como desistente, perdendo a respectiva vaga.

CANDIDATO CONVOCADO NO PROCESSO SELETIVO.

PROFESSOR / ÁREAS AFINS – SÃO JOSÉ DO PLANALTO

MÁRCIA DA SILVA REZENDE

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA - MT

AO PRIMEIRO DIA DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE 2015.

MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI

Prefeita

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE PROFESSOR

Extrato de Contrato: **0144/2015**

Contratantes: **PMPP/ ROSANGELA FERNANDES DE OLIVEIRA ROCHA**

Objeto: Contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público na função de **Professora de Pedagogia**, no Centro Educacional Antonia Aparecida Garcia.

Vigência: 01 de outubro a 18 de dezembro de 2015.

Valor: Corresponde ao valor-base do cargo, constante no edital do Processo Seletivo Simplificado nº003/2015.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 292/2015. DE 14 DE SETEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre NOMEAÇÃO e dá outras providências;

***MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI*, PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

ART. 1º - **NOMEAR** oSenhor **JAIR MANFRIN**, Engenheiro Civil contratado, para exercer o cargo de **FISCAL DA OBRA/SERVIÇOS,** na conclusão da Quadra Esportiva com Vestiários Cobertos Padrão FNDE, no perímetro urbano do Município de Pedra Preta, Processo Licitatório na modalidade Tomada de Preço n.º 002/2015.

***ART. 2º* -** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS QUINZE DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DE 2015.

MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI

Prefeita

Registrada nesta Secretaria e

publicada no Diário Oficial.

Hernane Carneiro Gomes

Sec. Geral de Coord. Administrativa

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 293/2015. DE 14 DE SETEMBRO DE 2015.

***PORTARIA Nº 293/2015.* DE 14 DE SETEMBRO DE 2015.**

Dispõe sobre NOMEAÇÃO e dá outras providências;

***MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI*, PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

ART. 1º - **NOMEAR** oSenhor **JAIR MANFRIN**, Engenheiro Civil contratado, para exercer o cargo de **FISCAL DA OBRA/SERVIÇOS,** na construção de 01 (uma) escola com 2 salas de aula, situada no núcleo Social P. A. Monte Azul e a construção de 01 (uma) Escola com 1 sala de aula, a construção das duas Escolas de acordo com o Projeto Base do FNDE no perímetro rural do Município de Pedra Preta, Processo Licitatório na modalidade Tomada de Preço n.º 001/2015.

***ART. 2º* -** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS QUINZE DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DE 2015.

MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI

Prefeita

Registrada nesta Secretaria e

publicada no Diário Oficial.

Hernane Carneiro Gomes

Sec. Geral de Coord. Administrativa

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

RREO PUBLICAÇÃO DOS RELATÓRIOS RESUMIDOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENT RIO - DESPESAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO/2015

RREO – ANEXO I (LRF, Art. 52, Inciso I, alíneas "a" e "b" do Inciso II e § 1º - Anexo I) R$ 1,00

DESPESAS	Dotação Inicial (d)	Créditos Adicionais (e)	Dotação Atualizada (f = d + e)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		% (/ f)	Saldo a Liquidar (f -)
				No Bimestre (g)	Até o Bimestre (h)	No Bimestre (i)	Até o Bimestre ( )		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	54.875.820,65	2.586.805,06	57.462.625,71	9.589.335,17	38.031.686,09	10.401.375,93	34.796.473,81	60,55	22.666.151,90
DESPESAS CORRENTES	43.789.372,08	4.584.196,75	48.373.568,83	8.541.487,56	34.129.490,89	8.741.339,08	31.772.295,73	65,68	16.601.273,10
Pessoal e Encargos Sociais	23.325.749,23	588.357,38	23.914.106,61	4.684.437,98	18.050.507,82	4.730.465,25	17.986.672,67	75,21	5.927.433,94
Juros e Encargos da Dívida	5.000,00	325.000,00	330.000,00		299.929,33		238.916,10	72,39	91.083,90
Outras Despesas Correntes	20.458.622,85	3.670.839,37	24.129.462,22	3.857.049,58	15.779.053,74	4.010.873,83	13.546.706,96	56,14	10.582.755,26
DESPESAS DE CAPITAL	9.227.240,02	-1.997.391,69	7.229.848,33	1.047.847,61	3.902.195,20	1.660.036,85	3.024.178,08	41,82	4.205.670,25
Investimentos	9.042.412,02	-2.192.391,69	6.850.020,33	907.847,61	3.575.015,37	1.520.036,85	2.748.980,08	40,13	4.101.040,25
Inversões Financeiras	100.000,00	90.000,00	190.000,00	140.000,00	140.000,00	140.000,00	140.000,00	73,68	50.000,00
Amortização da Dívida	84.828,00	105.000,00	189.828,00		187.179,83		135.198,00	71,22	54.630,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.859.208,55		1.859.208,55						1.859.208,55
RESERVA DO RPPS									
DESPESAS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(IX)	1.319.968,02	427.193,25	1.747.161,27	364.781,44	1.413.343,92	364.781,44	1.413.343,92	80,89	333.817,35
SUBTOTAL DAS DESPESAS(X)=(VIII + IX)	56.195.788,67	3.013.998,31	59.209.786,98	9.954.116,61	39.445.030,01	10.766.157,37	36.209.817,73	61,15	22.999.969,25
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XI)									
Amortização da Dívida Interna									
Dívida Mobiliária									
Outras Dívidas									
Amortização da Dívida Externa									
Dívida Mobiliária									
Outras Dívidas									
SUBTOTAL C/REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	56.195.788,67	3.013.998,31	59.209.786,98	9.954.116,61	39.445.030,01	10.766.157,37	36.209.817,73	61,15	22.999.969,25
SUPERÁVIT (XIII)				219.998,02	1.984.665,31		5.219.877,59		-5.219.877,59
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	56.195.788,67	3.013.998,31	59.209.786,98	10.174.114,63	41.429.695,32	10.766.157,37	41.429.695,32	69,97	17.780.091,66
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (d)	Créditos Adicionais (e)	Dotação Atualizada (f = d + e)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		% (/ f)	Saldo a Liquidar (f -)
				No Bimestre (g)	Até o Bimestre (h)	No Bimestre (i)	Até o Bimestre ( )		
DESPESAS CORRENTES (I)	1.319.968,02	427.193,25	1.747.161,27	364.781,44	1.413.343,92	364.781,44	1.413.343,92	80,89	333.817,35
Pessoal e Encargos Sociais	1.317.968,02	427.193,25	1.745.161,27	364.781,44	1.413.343,92	364.781,44	1.413.343,92	80,98	331.817,35
Juros e Encargos da Dívida									
Outras Despesas Correntes	2.000,00		2.000,00						2.000,00
DESPESAS DE CAPITAL (II)									
Investimentos									
Inversões Financeiras									
Amortização da Dívida									
SUBTOTAL DAS DESPESAS (III) = (I + II)	1.319.968,02	427.193,25	1.747.161,27	364.781,44	1.413.343,92	364.781,44	1.413.343,92	80,89	333.817,35
SUPERÁVIT (IV)	257.645,51			61.275,35	385.725,65	61.275,35	385.725,65		-385.725,65
TOTAL (V) = (III + IV)	1.577.613,53	427.193,25	1.747.161,27	426.056,79	1.799.069,57	426.056,79	1.799.069,57	102,97	-51.908,30

Emissão: 30/09/2015 11:49:06 Page 1 de 2
Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENT RIO - DESPESAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO/2015

RREO – ANEXO I (LRF, Art. 52, Inciso I, alineas "a" e "b" do Inciso II e § 1º - Anexo I) R$ 1,00

SINVALDO SANTOS BRITO
Prefeito Municipal

VANILZA RIBEIRO CHAGAS DE SOUZA
Contadora CRC - 010849-MT

Emissão: 30/09/2015 11:49:06 Page 2 de 2
Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENT RIO - RECEITAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO/2015

RREO – ANEXO I (LRF, Art. 52, Inciso I, alineas "a" e "b" do Inciso II e § 1º - Anexo I) R$ 1,00

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (c - a)
			No Bimestre (b)	% (b / a)	Até o Bimestre (c)	% (c / a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	54.618.175,14	54.618.175,14	9.748.057,84	17,84	39.630.625,75	72,55	14.987.549,39
RECEITAS CORRENTES	46.223.434,15	46.223.434,15	9.743.175,37	21,07	39.282.108,38	84,98	6.941.325,77
RECEITA TRIBUTARIA	2.272.266,56	2.272.266,56	538.149,01	23,68	1.991.943,16	87,66	280.323,40
Impostos	1.946.116,49	1.946.116,49	486.030,79	24,97	1.649.247,07	84,74	296.869,42
Taxas	320.704,75	320.704,75	52.118,22	16,25	342.696,09	106,85	-21.991,34
Contribuição de Melhoria	5.445,32	5.445,32					5.445,32
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	2.900.810,49	2.900.810,49	371.833,27	12,81	1.383.865,09	47,70	1.516.945,40
Contribuições Sociais	1.303.562,07	1.303.562,07	250.279,75	19,19	960.532,36	73,68	343.029,71
Contribuições Econ micas	1.597.248,42	1.597.248,42	121.553,52	7,61	423.332,73	26,50	1.173.915,69
RECEITA PATRIMONIAL	1.135.474,45	1.135.474,45	548.936,22	48,34	1.814.116,44	159,76	-678.641,99
Receitas Imobiliárias							
Receitas de Valores Mobiliários	1.135.474,45	1.135.474,45	548.936,22	48,34	1.814.116,44	159,76	-678.641,99
Receitas de Concessões e Permissões							
Outras Receitas							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL							
Receita da Indústria de Transformação							
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS	42.629,56	42.629,56			50,00	0,11	42.579,56
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	39.286.946,61	39.286.946,61	8.200.176,44	20,87	33.340.138,83	84,86	5.946.807,78
Transferências Intergovernamentais	38.526.426,60	38.526.426,60	8.182.853,54	21,23	33.314.581,39	86,47	5.211.845,21
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Convênios	760.520,01	760.520,01	17.322,90	2,27	25.557,44	3,36	734.962,57
Transferências para o Combate à Fomte							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	585.306,48	585.306,48	84.080,43	14,36	751.994,86	128,47	-166.688,38
Multa de Juros de Mora	170.426,87	170.426,87	20.019,26	11,74	276.234,52	162,08	-105.807,65
Indenizações e Restituições	29.885,39	29.885,39	32.839,74	109,88	81.630,27	273,14	-51.744,88
Receita da Dívida Ativa	364.141,53	364.141,53	23.964,69	6,58	332.615,35	91,34	31.526,18
Receitas Diversas	20.852,69	20.852,69	7.256,74	34,80	61.514,72	294,99	-40.662,03
RECEITAS DE CAPITAL	8.394.740,99	8.394.740,99	4.882,47	0,05	348.517,37	4,15	8.046.223,62
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito Internas							
Operações de Crédito Externas							
ALIENAÇÃO DE BENS			4.882,47		38.045,72		-38.045,72
Alienação de Bens M veis							
Alienação de Bens Im veis			4.882,47		38.045,72		-38.045,72
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	8.394.740,99	8.394.740,99			310.471,65	3,69	8.084.269,34
Transferências Intergovernamentais	135.162,50	135.162,50					135.162,50
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências de Convênios	8.259.578,49	8.259.578,49			310.471,65	3,75	7.949.106,84
Bens Im veis para o Combate a Fome							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Div. Ativa da Amortiz. de Emp. e Financ.							
Restituições							
Receita de Capital Diversas							
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.577.613,53	1.577.613,53	426.056,79	27,00	1.799.069,57	114,03	-221.456,04
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I + II)	56.195.788,67	56.195.788,67	10.174.114,63	18,10	41.429.695,32	73,72	14.766.093,35
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)							
Operações de Crédito Internas							
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito Externas							
Mobiliária							
Contratual							
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	56.195.788,67	56.195.788,67	10.174.114,63	18,10	41.429.695,32	73,72	14.766.093,35
DÉFICIT (VI)		3.013.998,31					3.013.998,31
TOTAL(VII) = (V + VI)	56.195.788,67	59.209.786,98	10.174.114,63	17,18	41.429.695,32	69,97	17.780.091,66
SALDOS DE EXERC. ANTERIORES (Utiliz. para Créditos Ad					380.452,60		-380.452,60
Superávit Financeiro					380.452,60		-380.452,60
Reabertura de Créditos Adicionais							

Emissão: 30/09/2015 11:49:06

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENT RIO - RECEITAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO/2015

RREO – ANEXO I (LRF, Art. 52, Inciso I, alíneas "a" e "b" do Inciso II e § 1º - Anexo I) R$ 1,00

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (c - a)
			No Bimestre (b)	% (b / a)	Até o Bimestre (c)	% (c / a)	
RECEITAS CORRENTES (I)	1.577.613,53	1.577.613,53	426.056,79	27,00	1.799.069,57	114,03	-221.456,04
RECEITA TRIBUTÁRIA							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.577.613,53	1.577.613,53	426.056,79	27,00	1.754.422,85	111,20	-176.809,32
Contribuições Sociais	1.577.613,53	1.577.613,53	426.056,79	27,00	1.754.422,85	111,20	-176.809,32
Contribuições Econ micas							
RECEITA PATRIMONIAL					44.646,72		-44.646,72
Receitas Imobiliárias							
Receitas de Valores Mobiliários							
Receita de Concessões e Permissões							
Outras Receitas Agropecuárias					44.646,72		-44.646,72
RECEITA AGROPECUÁRIA							
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL							
Receita da Indústria de Transformação							
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS							
Receita de Serviços							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES							
Multas e Juros de Mora							
Indenizações e Restituições							
Receitas Diversas							
RECEITAS DE CAPITAL							
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito Internas							
ALIENAÇÃO DE BENS							
Alienação de Bens M veis							
Alienação de Bens Im veis							
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Receitas de Capital Diversas							
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	1.577.613,53	1.577.613,53	426.056,79	27,00	1.799.069,57	114,03	-221.456,04
DÉFICIT (IV)		169.547,74					169.547,74
TOTAL (V) = (III + IV)	1.577.613,53	1.747.161,27	426.056,79	24,38	1.799.069,57	102,97	-51.908,30

SINVALDO SANTOS BRITO
Prefeito Municipal

VANILZA RIBEIRO CHAGAS DE SOUZA
Contadora CRC - 010849-MT

Emissão: 30/09/2015 11:49:06

Page 2 de 2
Homologado

Município de PEIXOTO DE AZEVEDO

RELAT RIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENT RIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO

BIMESTRE JULHO a AGOSTO de 2015

CONSOLIDADO

LRF, Art. 52, inciso II, alíneas "c" - Anexo II

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	I icia	At a i ada (a)	Des esa Em e hada		Des esas Li idadas				Sa do a Li idar (a - e)
			No Bimestre (b)	Até o Bimestre (c)	No Bimestre (d)	Até o Bimestre (e)	% (e/tota e)	% (c/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	54.875.820,65	57.462.625,71	9.589.335,17	38.031.686,09	10.401.375,93	34.796.473,81	96,09	60,55	22.666.151,90
LEGISLATIVA									
ACAO LEGISLATIVA	1.967.000,00	2.057.000,00	337.896,44	1.357.830,16	347.830,89	1.346.147,66	3,71	65,44	710.852,34
JUDICIÁRIA									
ESSENCIAL A JUSTIÇA									
ADMINISTRAÇÃO									
ADMINISTRACAO FINANCEIRA	1.162.626,90	1.253.636,90	134.860,99	958.876,64	204.745,80	836.750,83	2,31	66,74	416.886,07
ADMINISTRACAO GERAL	6.633.379,79	9.014.034,79	1.749.523,49	6.537.991,21	1.626.608,73	5.672.144,77	15,66	62,92	3.341.890,02
ENSINO SUPERIOR	21.136,00	7.136,00							7.136,00
FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	10.568,00	22.568,00	1.758,00	11.920,00	1.758,00	11.068,00	0,03	49,04	11.500,00
NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	58.124,00	22.124,00	300,00	2.128,60	300,00	2.128,60		9,62	19.995,40
DEFESA NACIONAL									
SEGURANÇA P BLICA									
RELAÇÕES EXTERIORES									
ASSISTÊNCIA SOCIAL									
ADMINISTRACAO GERAL	1.075.847,55	926.847,55	161.846,48	607.125,98	155.148,19	600.112,26	1,65	64,74	326.735,29
ASSISTENCIA A CRIANCA E AO ADOLESCENTE	179.310,56	179.310,56	23.077,84	90.134,52	24.120,59	87.966,17	0,24	49,05	91.344,39
ASSISTENCIA AO IDOSO	66.293,06	35.293,06		21.938,88	4.875,30	12.188,28	0,03	34,53	23.104,78
ASSISTENCIA COMUNITARIA	745.426,35	946.230,35	179.887,56	674.833,14	184.233,47	629.583,12	1,73	66,53	316.647,23
PREVIDÊNCIA SOCIAL									
PREVIDENCIA BASICA	36.523,27	36.523,27		36.000,00	6.014,68	35.455,57	0,09	97,07	1.067,70
PREVIDENCIA DO REGIME ESTATUTARIO	3.615.804,23	3.615.804,23	422.130,44	1.603.301,84	415.051,38	1.563.970,87	4,31	43,25	2.051.833,36
SA DE									
ADMINISTRACAO GERAL	360.181,20	1.166.237,20	190.377,38	801.122,09	193.805,44	773.763,61	2,13	66,34	392.473,59
ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	7.277.150,96	10.163.199,71	1.502.116,72	7.673.053,34	1.882.560,17	6.712.156,96	18,53	66,04	3.451.042,75
ATENCAO BASICA	5.801.862,56	4.459.862,56	776.656,82	2.997.498,16	805.614,82	2.929.960,95	8,09	65,69	1.529.901,61
FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	5.284,00	2.784,00							2.784,00
SUPORTE PROFILATICO E TERAPEUTICO	318.096,80	313.096,80	78.220,63	307.272,12	24.385,22	223.957,54	0,61	71,52	89.139,26
VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	730.590,22	542.758,22	72.051,50	274.733,70	70.329,46	270.839,39	0,74	49,90	271.918,83
VIGILANCIA SANITARIA	196.636,50	243.636,50	49.621,82	180.844,35	50.891,91	178.541,64	0,49	73,28	65.094,86
TRABALHO									
EDUCAÇÃO									
ALIMENTACAO E NUTRICAO	470.523,29	424.523,29	101.697,67	328.031,20	104.227,66	310.413,21	0,85	73,12	114.110,08
EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS	62.469,18	269.531,18	23.283,85	53.152,28	23.283,85	53.152,28	0,14	19,72	216.378,90
EDUCACAO ESPECIAL	92.861,29	80.360,00	12.530,76	42.186,87	12.530,76	42.186,87	0,11	52,49	38.173,13
EDUCACAO INFANTIL	1.729.138,59	2.829.486,19	494.942,43	2.290.456,76	579.780,84	2.219.075,55	6,12	78,42	610.410,64
ENSINO FUNDAMENTAL	13.453.276,62	11.500.010,96	2.721.193,93	8.145.634,07	2.324.428,84	7.569.108,14	20,90	65,81	3.930.902,82
CULTURA									
DIFUSAO CULTURAL	462.010,90	406.510,90	45.312,25	164.117,82	45.367,85	163.895,42	0,45	40,31	242.615,48
DIREITOS DA CIDADANIA									
URBANISMO									
INFRA-ESTRUTURA URBANA	534.659,97	350.655,97	4.700,00	4.700,00	4.700,00	4.700,00	0,01	1,34	345.955,97
SERVICOS URBANOS	1.190.084,17	79.084,17							79.084,17

Emissão: 30/09/2015 11:52:05

Page 1 de 3

Homologado

Município de PEIXOTO DE AZEVEDO
RELAT RIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENT RIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO
BIMESTRE JULHO a AGOSTO de 2015
CONSOLIDADO

LRF, Art. 52, inciso II, alíneas "c" - Anexo II

HABITAÇÃO									
HABITACAO RURAL	21.136,00	1.136,00							1.136,00
HABITACAO URBANA	21.136,00	11.136,00							11.136,00
SANEAMENTO									
SANEAMENTO BASICO RURAL	842.480,96	442.480,96		146.936,88		146.936,88	0,40	33,20	295.544,08
SANEAMENTO BASICO URBANO	21.136,00	1.136,00							1.136,00
GESTÃO AMBIENTAL									
CONTROLE AMBIENTAL	31.704,00	22.336,00							22.336,00
PRESERVACAO E CONSERVACAO AMBIENTAL	89.828,00	157.329,00	16.313,00	85.340,03	16.313,00	85.340,03	0,23	54,24	71.988,97
RECUPERACAO DE AREAS DEGRADADAS	10.568,00	2.570,00							2.570,00
CIÊNCIA E TECNOLOGIA									
AGRICULTURA									
PROMOCAO DA PRODUCAO VEGETAL	114.240,08	294.422,08		150.780,00	37.780,00	37.780,00	0,10	12,83	256.642,08
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA									
COLONIZACAO	31.704,00	11.704,00							11.704,00
IND STRIA									
PROMOCAO INDUSTRIAL	140.452,00	47.452,00	1.350,00	1.403,50	1.350,00	1.403,50		2,95	46.048,50
COMÉRCIO E SERVIÇOS									
TURISMO	31.704,00	99.704,00		30.840,45		30.840,45	0,08	30,93	68.863,55
COMUNICAÇÕES									
ENERGIA									
ENERGIA ELETRICA	1.597.248,42	571.247,08		196.917,43	50.916,69	194.564,90	0,53	34,05	376.682,18
TRANSPORTE									
TRANSPORTE RODOVIARIO	2.286.247,42	3.497.356,42	485.350,17	1.303.164,90	1.104.864,36	1.267.712,90	3,50	36,24	2.229.643,52
DESPORTO E LAZER									
DESPORTO COMUNITARIO	724.107,20	269.107,20	2.335,00	103.557,33	14.293,00	58.602,33	0,16	21,77	210.504,87
ENCARGOS ESPECIAIS									
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	525.434,61	525.434,61		360.752,68	83.265,03	349.911,03	0,96	66,59	175.523,58
RESERVA DE CONTINGENCIA	40.000,00	40.000,00							40.000,00
SERVICO DA DIVIDA INTERNA	89.828,00	519.828,00		487.109,16		374.114,10	1,03	71,96	145.713,90
RESERVA DE CONTINGÊNCIA									
RESERVA DO R.P.P.S.									
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.319.968,02	1.747.161,27	364.781,44	1.413.343,92	364.781,44	1.413.343,92	3,90	80,89	333.817,35
TOTAL (III) = (I II)	R$ 56.195.788,67	R$ 59.209.786,98	R$ 9.954.116,61	R$ 39.445.030,01	R$ 10.766.157,37	R$ 36.209.817,73	100,00	61,15	R$ 22.999.969,25

INTRA ORÇAMENT RIAS	**I icia**	**At a i ada (a)**	**Des esa Em e hada**		**Des esas Li idadas**				**Sa do a Li idar (a - e)**
			No Bimestre (b)	**Até o Bimestre (c)**	**No Bimestre (d)**	**Até o Bimestre (e)**	**% (e/tota e)**	**% (c/a)**	
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.319.968,02	1.747.161,27	364.781,44	1.413.343,92	364.781,44	1.413.343,92	100,00	80,89	333.817,35
LEGISLATIVA	55.000,00	61.000,00	11.611,85	45.637,50	11.611,85	45.637,50	3,22	74,81	15.362,50
ACAO LEGISLATIVA	55.000,00	61.000,00	11.611,85	45.637,50	11.611,85	45.637,50	3,22	74,81	15.362,50
ADMINISTRAÇÃO	223.520,80	247.469,05	33.725,83	140.437,33	33.725,83	140.437,33	9,93	56,74	107.031,72
ADMINISTRACAO FINANCEIRA	14.000,00	14.000,00	1.660,74	6.912,97	1.660,74	6.912,97	0,48	49,37	7.087,03
ADMINISTRACAO GERAL	209.520,80	233.469,05	32.065,09	133.524,36	32.065,09	133.524,36	9,44	57,19	99.944,69
ASSISTÊNCIA SOCIAL	33.800,00	37.300,00	7.521,66	30.005,69	7.521,66	30.005,69	2,12	80,44	7.294,31
ADMINISTRACAO GERAL	26.100,00	29.600,00	6.969,66	27.771,49	6.969,66	27.771,49	1,96	93,82	1.828,51

Emissão: 30/09/2015 11:52:05

Homologado

Município de PEIXOTO DE AZEVEDO

RELAT RIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENT RIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO

BIMESTRE JULHO a AGOSTO de 2015

CONSOLIDADO

LRF, Art. 52, inciso II, alíneas "c" - Anexo II

ASSISTENCIA A CRIANCA E AO ADOLESCENTE	300,00	300,00							300,00
ASSISTENCIA COMUNITARIA	7.400,00	7.400,00	552,00	2.234,20	552,00	2.234,20	0,15	30,19	5.165,80
SA DE	319.688,37	506.889,37	101.419,25	405.048,23	101.419,25	405.048,23	28,65	79,90	101.841,14
ADMINISTRACAO GERAL	6.000,00	42.201,00	6.843,35	28.293,14	6.843,35	28.293,14	2,00	67,04	13.907,86
ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	179.000,00	258.000,00	47.589,10	199.286,06	47.589,10	199.286,06	14,10	77,24	58.713,94
ATENCAO BASICA	108.158,37	165.158,37	37.507,31	144.650,53	37.507,31	144.650,53	10,23	87,58	20.507,84
VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	19.500,00	27.500,00	5.554,07	20.908,70	5.554,07	20.908,70	1,47	76,03	6.591,30
VIGILANCIA SANITARIA	7.030,00	14.030,00	3.925,42	11.909,80	3.925,42	11.909,80	0,84	84,88	2.120,20
EDUCAÇÃO	674.458,85	878.002,85	207.974,89	783.683,60	207.974,89	783.683,60	55,44	89,25	94.319,25
EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS		11.544,00							11.544,00
EDUCACAO ESPECIAL	1.000,00	1.000,00							1.000,00
EDUCACAO INFANTIL	88.431,66	205.431,66	49.358,20	185.231,69	49.358,20	185.231,69	13,10	90,16	20.199,97
ENSINO FUNDAMENTAL	585.027,19	660.027,19	158.616,69	598.451,91	158.616,69	598.451,91	42,34	90,67	61.575,28
CULTURA	6.000,00	9.000,00	2.527,96	8.531,57	2.527,96	8.531,57	0,60	94,79	468,43
DIFUSAO CULTURAL	6.000,00	9.000,00	2.527,96	8.531,57	2.527,96	8.531,57	0,60	94,79	468,43
IND STRIA	7.500,00	7.500,00							7.500,00
PROMOCAO INDUSTRIAL	7.500,00	7.500,00							7.500,00

SINVALDO SANTOS BRITO
Prefeito Municipal

VANILZA RIBEIRO CHAGAS DE SOUZA
Contadora CRC - 010849-MT

Emissão: 30/09/2015 11:52:05

Page 3 de 3

Homologado

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNICIPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - CONSOLIDADO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2014 A AGOSTO/2015

RREO - ANEXO III (LRF, art. 53, Inciso I) — R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS LTIMOS 12 MESES												TOTAL (LTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2015
	SET/14	OUT/14	NOV/14	DEZ/14	JAN/15	FEV/15	MAR/15	ABR/15	MAI/15	JUN/15	JUL/15	AGO/15		
RECEITAS CORRENTES (I)	4.279.814,22	4.701.311,89	4.448.183,38	5.601.469,88	4.979.352,62	4.778.889,72	5.312.375,40	5.268.345,29	6.448.315,88	5.639.704,29	5.787.743,03	4.747.200,84	61.992.706,44	50.087.713,91
Receita Tributaria	468.281,19	456.971,16	267.419,14	376.570,66	129.747,13	238.431,88	238.710,20	233.368,59	405.941,46	207.594,89	317.958,27	220.190,74	3.561.185,31	2.272.266,56
IPTU	37.908,61	43.510,17	23.618,08	10.754,33	1.070,52	56,44	20,03		150,22	40,13		5.553,71	122.682,24	159.042,89
ISS	123.055,27	251.808,32	101.290,65	113.787,13	102.594,35	131.416,43	116.964,96	143.111,58	101.912,88	122.568,79	221.422,52	127.846,73	1.657.779,61	863.396,37
ITBI	195.343,49	23.792,20	35.806,69	98.591,81	12.443,20	16.349,59	23.481,24	7.226,83	36.155,96	13.201,25	23.573,07	56.557,12	542.522,45	156.855,52
IRRF	59.121,03	68.475,89	64.772,63	130.022,06	5.219,59	22.301,61	30.391,06	26.607,75	219.709,94	30.221,93	46.955,26	4.122,38	707.921,13	766.821,71
Outras Receitas Trib.	52.852,79	69.384,58	41.931,09	23.415,33	8.419,47	68.307,81	67.852,91	56.422,43	48.012,46	41.562,79	26.007,42	26.110,80	530.279,88	326.150,07
Receita Contribuicoes	72.949,39	73.918,40	71.518,61		174.561,93	167.731,01	166.319,97	169.071,32	162.515,57	171.832,02	187.720,84	184.112,43	1.602.251,49	2.900.810,49
Receita Patrimonial	55.163,11	68.907,94	83.953,44	78.597,81	223.185,79	173.914,82	198.808,49	196.844,00	239.971,96	232.455,16	317.372,88	231.563,34	2.100.738,74	1.135.474,45
Receita Agropecuaria														
Receita Industrial														
Receita Servicos	100,00			100,00			50,00						250,00	42.629,56
Transf. Correntes	3.610.126,03	3.811.022,67	3.845.149,22	5.116.158,55	4.341.016,70	4.126.333,85	4.673.117,82	4.612.434,28	5.311.854,09	4.963.255,84	4.906.768,64	4.085.176,30	53.402.413,99	43.151.226,37
Cota-Parte do FPM	998.463,14	943.650,49	1.249.042,10	2.008.966,81	1.523.737,66	1.555.440,94	1.132.910,25	1.222.710,37	1.503.592,70	1.308.278,08	1.146.008,36	1.133.007,86	15.725.808,76	12.229.326,35
Cota-Parte do ICMS	751.667,69	743.929,13	715.780,48	749.218,47	756.756,66	637.254,56	828.703,00	724.474,58	760.577,83	784.270,65	787.292,27	746.523,40	8.986.448,72	6.181.781,20
Cota-Parte do IPVA	64.787,33	84.063,93	47.650,70	26.918,46	15.124,19	183.957,65	103.626,15	166.573,41	166.282,84	107.678,16	152.732,69	114.454,36	1.233.949,87	714.275,80
Cota-Parte do ITR	8.774,97	197.159,59	60.659,72	85.534,84	32.551,12	1.241,46	7.179,69	3.672,32	10.486,99	2.127,71	3.422,14	6.220,68	419.031,23	138.080,04
Transf. LC 87/1996	3.821,31	3.821,31	3.821,31	15.285,24				16.008,13	4.002,03	4.002,03	4.002,03	4.002,03	58.765,42	33.061,18
Transf. LC 61/1989														
Transferencias FUNDEB	893.212,11	1.021.725,42	938.329,33	1.002.704,57	1.030.380,53	1.028.631,73	1.054.144,78	988.419,60	1.191.074,68	1.076.395,18	977.179,97	1.008.351,96	12.210.549,86	11.269.592,61
Outras Transf. Corr.	889.399,48	816.672,80	829.865,58	1.227.530,16	982.466,54	719.807,51	1.546.553,95	1.490.475,87	1.675.837,02	1.680.504,03	1.836.131,18	1.072.616,01	14.767.860,13	12.585.109,19
Outras Receitas Corr.	73.194,50	290.491,72	180.142,97	30.042,86	110.841,07	72.478,16	35.368,92	56.627,10	328.032,80	64.566,38	57.922,40	26.158,03	1.325.866,91	585.306,48
DEDUCOES (II)					112.476,89	115.051,38	121.036,47	121.032,36	118.241,75	122.413,76	124.505,32	125.774,43	960.532,36	1.303.562,07
Cont.Pla.Seg.Soc.Serv.					112.476,89	115.051,38	121.036,47	121.032,36	118.241,75	122.413,76	124.505,32	125.774,43	960.532,36	1.303.562,07
Comp.Financ.Reg.Prev.														
Ded.Rec.p/Form.FUNDEB														
RECEITA CORRENTE LIQUIDA(III) = (I - II)	4.279.814,22	4.701.311,89	4.448.183,38	5.601.469,88	4.866.875,73	4.663.838,34	5.191.338,93	5.147.312,93	6.330.074,13	5.517.290,53	5.663.237,71	4.621.426,41	61.032.174,08	48.784.151,84

SINVALDO SANTOS BRITO
Prefeito Municipal

VANILZA RIBEIRO CHAGAS DE SOUZA
Contadora CRC - 010849-MT

Emissão: 30/09/2015 11:53:13

Page 1 de 1

Homologado

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVINDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS DA SEGURIDADE SOCIAL

RREO - Anexo V (LRF, Art. 53, inciso II) R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS ATUALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS – RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	2.074.713,97	2.074.713,97	587.797,57	2.238.588,41	
RECEITAS CORRENTES	2.074.713,97	2.074.713,97	587.797,57	2.238.588,41	
Receita de Contribuições dos Segurados	1.303.562,07	1.303.562,07	199.391,58	960.532,36	
Pessoal Civil	1.303.562,07	1.303.562,07	199.391,58	960.532,36	
Ativo	1.303.562,07	1.303.562,07	199.391,58	960.532,36	
Inativo					
Pensionista					
Pessoal Militar					
Ativo					
Inativo					
Pensionista					
Outras Receitas de Contribuições					
Receita Patrimonial	766.339,62	766.339,62	388.405,99	1.277.736,31	
Receitas Imobiliárias					
Receitas de Valores Mobiliários	766.339,62	766.339,62	388.405,99	1.277.736,31	
Outras Receitas Patrimoniais					
Receita de Serviços					
Outras Receitas Correntes	4.812,28	4.812,28		319,74	
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS					
Demais Receitas Correntes	4.812,28	4.812,28		319,74	
RECEITAS DE CAPITAL					
Alienação de Bens, Direitos e Ativos					
Amortização de Empréstimos					
Outras Receitas de Capital					
(–) DEDUÇÕES DA RECEITA					
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS – RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.577.613,53	1.577.613,53	422.030,15	1.799.069,57	
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS – RPPS (III) = (I + II)	3.652.327,50	3.652.327,50	1.013.854,36	4.037.657,98	0,00

DESPESAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇA.) (IV)	3.652.327,50	3.652.327,50	429.032,06	1.599.426,44	
ADMINISTRAÇÃO	2.952.053,78	2.952.053,78	260.535,13	983.766,95	
Despesas Correntes	1.131.337,51	1.130.837,51	259.943,87	982.061,84	
Despesas de Capital	1.820.716,27	1.821.216,27	591,26	1.705,11	
PREVIDÊNCIA	700.273,72	700.273,72	168.496,93	615.659,49	
Pessoal Civil	700.273,72	700.273,72	168.496,93	615.659,49	
Aposentadorias					
Pensões	700.273,72	700.273,72	168.496,93	615.659,49	
Outros Benefícios Previdenciários					
Pessoal Militar					
Reformas					
Pensões					
Outros Benefícios Previdenciários					
Outras Despesas Previdenciárias					
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS					
Demais Despesas Previdenciárias					
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)					
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (VI) = (IV + V)	3.652.327,50	3.652.327,50	429.032,06	1.599.426,44	
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III – VI)			584.822,30	2.438.231,54	

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS					

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	

BENS E DIREITOS DO RPPS	MÊS ANTERIOR	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		2015	2014
CAIXA		0,00	
BANCOS CONTA MOVIMENTO		10.294.136,33	
BANCOS APLICAÇOES FINANCEIRAS		8.772.940,24	
TOTAL DE BENS E DIREITOS		19.067.076,57	

Emissão: 29/09/2015 18:42:32 Page 1 de 2

Homologado

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVINDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS DA SEGURIDADE SOCIAL

RREO - Anexo V (LRF, Art. 53, inciso II) — R$ 1,00

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS ATUALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014
Receita de Serviços					
Outras Receitas Correntes					
Receita Patrimonial					
Para Cobertura de Déficit Atuarial					
Em Regime de Débitos e Parcelamentos			63.816,25	231.945,40	
Outras Receitas de Capital					
DEDUÇÕES DA RECEITA (X)					
Amortização de Empréstimos					
RECEITAS DE CAPITAL (IX)					
Alienação de Bens					
Militar					
Pessoal Civil	1.577.613,53	1.577.613,53	358.213,90	1.567.124,17	
Ativo	1.577.613,53	1.577.613,53	358.213,90	1.567.124,17	
Patronal	1.577.613,53	1.577.613,53	358.213,90	1.567.124,17	
RECEITAS CORRENTES (VIII)	1.577.613,53	1.577.613,53	422.030,15	1.799.069,57	
Receita de Contribuições	1.577.613,53	1.577.613,53	422.030,15	1.799.069,57	
Ativo					
Inativo					
Pessoal Militar					
Inativo					
Pensionista					
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	1.577.613,53	1.577.613,53	422.030,15	1.799.069,57	0,00

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014
Despesas de Capital					
Despesas Correntes					
ADMINISTRAÇÃO (XII)					
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII) = (XII)					

Fonte:

[1] Capítulo do artigo 212 da CF/1988

[2] Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.

[3] Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme Lei 9.394/96, art. 11, V.

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNICIPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO-AGOSTO

RREO – Anexo VI (LRF, art 53, inciso III) R$ 1,00

Dívida Fiscal Líquida	Saldo		
	Em 31/DEZ/2014(a)	Em 30/JUN/2015 (b)	Em 31/AGO/2015 (c)
DIVIDA CONSOLIDADA (I)	32.831.834,31	32.704.200,87	32.668.982,24
DEDUCOES (II)	20.796.801,48	28.848.198,62	30.249.152,29
Disponibilidade de Caixa Bruta	25.379.754,96	28.866.954,68	30.286.842,25
Demais Haveres Financeiros	229.706,77	229.706,77	229.706,77
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatorios)	4.812.660,25	248.462,83	267.396,73
DIVIDA CONSOLIDADA LIQUIDA (III) = (I - II)	12.035.032,83	3.856.002,25	2.419.829,95
RECEITA DE PRIVATIZACOES (IV)			
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	1.877.498,52	1.749.865,08	1.714.646,45
DIVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	10.157.534,31	2.106.137,17	705.183,50

Resultado Nominal	Período de Referência	
	No Bimestre (c-b)	Até o Bimestre (c-a)
VALOR	-1.400.953,67	-9.452.350,81

Discriminação da Meta Fiscal	Valor Corrente
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA [3]	0,00

Previdenciário			
Dívida Fiscal Líquida Previdenciária	Saldo		
	Em 31/DEZ/2014(a)	Em 30/JUN/2015 (b)	Em 31/AGO/2015 (c)
DIVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIARIA (VII)	53.154.235,77	53.154.235,77	53.154.235,77
Passivo Atuarial	53.154.235,77	53.154.235,77	53.154.235,77
Demais Dividas			
DEDUCOES (VIII)			
Disponibilidade de Caixa Bruta			
Investimentos			
Demais Haveres Financeiros			
(-) Restos a Pagar Processados			
DIVIDA CONSOLIDADA LIQUIDA PREVIDENCIARIA (IX) = (VII-VIII)	53.154.235,77	53.154.235,77	53.154.235,77
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	53.154.235,77	53.154.235,77	53.154.235,77

Fonte: Município de PEIXOTO DE AZEVEDO

Emissão: 30/09/2015 11:54:16 Page 1 de 1
Homologado

;OVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNICIPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO
RELAT RIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENT RIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIM RIO - CONSOLIDADO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SUGURIDADE SOCIAL
ANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE UL O-AGOSTO

RREO - ANEXO VII (LRF art 5 i ciso III) R$ 1,00

RECEITAS PRIM RIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		NO BIMESTRE	ATÉ O BIMESTRE 2015	ATÉ O BIMESTRE 201
RECEITAS PRIMARIAS CORRENTES (I)	45.087.959,70	9.194.239,15	37.467.991,94	31.516.053,84
Receitas Tributarias	2.272.266,56	538.149,01	1.991.943,16	1.991.603,83
IPTU	159.042,89	5.553,71	6.891,05	60.432,03
ISS	863.396,37	349.269,25	1.067.838,24	706.993,46
ITBI	156.855,52	80.130,19	188.988,26	527.158,49
IRRF	766.821,71	51.077,64	385.529,52	358.540,12
Outras Receitas Tributarias	326.150,07	52.118,22	342.696,09	338.479,73
Receitas de Contribuicoes	2.900.810,49	371.833,27	1.383.865,09	522.908,59
Receitas Previdenciarias	1.303.562,07	250.279,75	960.532,36	
Outras Receitas de Contribuicoes	1.597.248,42	121.553,52	423.332,73	522.908,59
Receita Patrimonial Liquida				20.500,00
Receita Patrimonial	1.135.474,45	548.936,22	1.814.116,44	423.471,37
(-) Aplicacoes Financeiras	1.135.474,45	548.936,22	1.814.116,44	402.971,37
Transferencias Correntes	39.286.946,61	8.200.176,44	33.340.138,83	28.679.100,87
FPM	12.229.326,35	2.279.016,22	10.525.686,22	9.797.824,42
ICMS	6.181.781,20	1.533.815,67	6.025.852,95	5.483.106,77
Convenios	760.520,01	17.322,90	25.557,44	20.000,00
Outras Transferencias Correntes	20.115.319,05	4.370.021,65	16.763.042,22	13.378.169,68
Demais Receitas Correntes	627.936,04	84.080,43	752.044,86	301.940,55
Divida Ativa	364.141,53	23.964,69	332.615,35	125.248,39
Diversas Receitas Correntes	263.794,51	60.115,74	419.429,51	176.692,16
RECEITAS DE CAPITAL (II)	8.394.740,99	4.882,47	348.517,37	3.286.875,72
Operacoes de Credito (III)				
Amortizacao de Emprestimos (IV)				
Alienacao de Bens (V)		4.882,47	38.045,72	4.501,09
Transferencias de Capital	8.394.740,99		310.471,65	3.282.374,63
Convenios	8.259.578,49		310.471,65	3.282.374,63
Outras Transferencias de Capital	135.162,50			
Outras Receitas de Capital				
RECEITAS PRIMARIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	8.394.740,99		310.471,65	3.282.374,63
RECEITA PRIMARIA TOTAL (VII) = (I + VI)	53.482.700,69	9.194.239,15	37.778.463,59	34.798.428,47

DESPESAS PRIM RIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	DESPESAS REALIZADAS		
		NO BIMESTRE	ATÉ O BIMESTRE 2015	ATÉ O BIMESTRE 201
DESPESAS CORRENTES (VIII)	50.120.730,10	8.906.269,00	35.542.834,81	28.100.667,48
Pessoal e Encargos Sociais	25.659.267,88	5.049.219,42	19.463.851,74	17.524.949,75
Juros e Encargos da Divida (IX)	330.000,00		299.929,33	61.310,19
Outras Despesas Correntes	24.131.462,22	3.857.049,58	15.779.053,74	10.514.407,54
DESPESAS PRIMARIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	49.790.730,10	8.906.269,00	35.242.905,48	28.039.357,29
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	7.229.848,33	1.047.847,61	3.902.195,20	2.369.563,11
Investimentos	6.850.020,33	907.847,61	3.575.015,37	2.315.238,44
Inversoes Financeiras	190.000,00	140.000,00	140.000,00	
Concessao de Emprestimos (XII)				
Aquisicao de Titulo de Capital a Integralizado (XIII)				
Demais Inversoes Financeiras	190.000,00	140.000,00	140.000,00	
Amortizacao da Divida (XIV)	189.828,00		187.179,83	54.324,67
DESPESAS PRIMARIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	7.040.020,33	1.047.847,61	3.715.015,37	2.315.238,44
RESERVA DE CONTIGENCIA (XVI)	1.859.208,55			
RESERVA DO RPPS (XVII)				
DESPESA PRIMARIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XIV)	58.689.958,98	9.954.116,61	38.957.920,85	30.354.595,73
RESULTADO PRIMARIO (XIX) = (VII - XVIII)	-5.207.258,29	-759.877,46	-1.179.457,26	4.443.832,74
SALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES				

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADO NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERENCIA	0,00

SINVALDO SANTOS BRITO
Prefeito Municipal

VANILZA RIBEIRO CHAGAS DE SOUZA
Contadora CRC - 010849-MT

Emissão: 30/09/2015 11:55:55

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

Page 1 de 1

Homologado

Prefeit ra M ici a de Peixoto de A e edo

RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORCAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO-AGOSTO

RREO - ANEXO IX (LRF, art. 53, inciso V) R$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2014				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2014			
RESTOS A PAGAR(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)										
EXECUTIVO	148.349,08	4.488.161,51		4.388.047,76	248.462,83	258.787,98	592.115,12		116.351,80	734.551,30
RESTOS A PAGAR(INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)										
EXECUTIVO		176.149,66		176.149,66						
TOTAL (III) = (I + II)	148.349,08	4.664.311,17	0,00	4.564.197,42	248.462,83	258.787,98	592.115,12	0,00	116.351,80	734.551,30

Emissão: 30/09/2015 17:02:21

Agili Soft ares para Area Publica .agili.com.br

Page 1 de 1

Homologado

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNÍCIPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE CONSOLIDADO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

RREO – Anexo X (LDB, Art. 72) R$1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA DE IMPOSTOS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	2.479.737,55	2.479.737,55	528.561,97	2.076.243,11	83,73%
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	572.049,14	572.049,14	37.077,14	289.114,01	50,54%
1.1.1 - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	159.042,89	159.042,89	5.553,71	6.891,05	4,33%
1.1.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	6.406,98	6.406,98	2.607,37	13.490,10	210,55%
1.1.3 - Dívida Ativa do IPTU	279.794,04	279.794,04	16.130,81	212.336,02	75,89%
1.1.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do	126.805,23	126.805,23	14.038,05	222.471,71	175,44%
1.1.5 - (-) Deduções da Receita do IPTU	0,00	0,00	(1.252,80)	(166.074,87)	
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	157.104,47	157.104,47	80.155,04	188.887,00	120,23%
1.2.1 - Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	156.855,52	156.855,52	80.130,19	188.988,26	120,49%
1.2.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	248,95	248,95	24,85	112,85	45,33%
1.2.3 - Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.2.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.2.5 - (-) Deduções da Receita do ITBI	0,00	0,00	(0,00)	(214,11)	
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	911.711,81	911.711,81	353.302,91	1.118.964,83	122,73%
1.3.1 - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	863.396,37	863.396,37	349.269,25	1.067.838,24	123,68%
1.3.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	1.050,00	1.050,00	2.268,32	22.264,19	2.120,40%
1.3.3 - Dívida Ativa do ISS	34.108,38	34.108,38	1.077,80	13.639,81	39,99%
1.3.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do	13.157,06	13.157,06	689,07	15.231,06	
1.3.5 - (-) Deduções da Receita do ISS	0,00	0,00	(1,53)	(8,47)	
1.5- Receita Resultante de Outros Tributos	838.872,13	838.872,13	58.026,88	479.277,27	57,13%
1.5.1 - Outros Tributos	766.821,71	766.821,71	51.077,64	385.529,52	50,28%
1.5.2 - Multas, Juros de Mora de Outros Tributos	15.560,63	15.560,63	391,60	2.216,70	14,25%
1.5.3 - Dívida Ativa de Outros Tributos	50.188,16	50.188,16	6.560,46	97.370,94	194,01%
1.5.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do	6.301,63	6.301,63	0,00	447,91	7,11%
1.5.5 - (-) Deduções de Outros Tributos	0,00	0,00	(2,82)	(6.287,80)	
2 - RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	20.496.781,97	20.496.781,97	4.581.893,43	19.051.849,81	92,95%
2.1- Cota-Parte FPM	12.229.326,35	12.229.326,35	2.279.016,22	10.525.686,22	86,07%
2.1.1 - (-) Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	12.229.326,35	12.229.326,35	2.279.016,22	10.525.686,22	86,07%
2.1.2 - (-) Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.2- Cota-Parte ICMS	6.181.781,20	6.181.781,20	1.533.815,67	6.025.852,95	97,48%
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	33.061,18	33.061,18	8.004,06	32.016,25	96,84%
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	250.897,28	250.897,28	11.706,65	51.213,85	20,41%
2.5- Cota-Parte ITR	138.080,04	138.080,04	9.642,82	66.902,11	48,45%
2.6- Cota-Parte IPVA	714.275,80	714.275,80	267.187,05	1.010.529,45	141,48%
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	949.360,12	949.360,12	472.520,96	1.339.648,98	141,11%
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	22.976.519,52	22.976.519,52	5.110.455,40	21.128.092,92	91,96%

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLIC. FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO					
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	1.414.250,20	1.414.250,20	344.151,88	1.334.327,09	94,35%
5.1- Transferências do Salário-Educação	619.356,66	619.356,66	131.047,90	610.993,26	98,65%
5.2- Outras Transferências do FNDE	794.893,54	794.893,54	213.103,98	723.333,83	91,00%
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE					
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	54.002,44	54.002,44	23.764,50	68.714,54	127,24%
6.1- Transferência de Convênios	27.037,17	27.037,17			
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	26.965,27	26.965,27	23.764,50	68.714,54	254,83%
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO					
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.941.611,90	1.941.611,90		310.471,65	15,99%
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 +5 + 6 + 7 + 8)	3.409.864,54	3.409.864,54	367.916,38	1.713.513,28	50,25%

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	3.864.279,76	3.864.279,76	784.079,04	3.496.742,60	90,49%
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	2.445.865,27	2.445.865,27	420.349,28	2.069.683,14	84,62%
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	1.236.356,24	1.236.356,24	306.763,09	1.205.170,42	97,48%
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	6.612,24	6.612,24	1.600,80	6.403,22	96,84%
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	4.974,84	4.974,84			
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadado Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	27.616,01	27.616,01	1.928,55	13.380,34	48,45%
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	142.855,16	142.855,16	53.437,32	202.105,48	141,48%
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	11.353.679,44	11.353.679,44	2.000.678,76	8.409.980,17	74,07%
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	11.269.592,61	11.269.592,61	1.985.531,93	8.354.578,43	74,13%
11.2- Complementação da União ao FUNDEB					
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	84.086,83	84.086,83	15.146,83	55.401,74	65,89%
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	7.405.312,85	7.405.312,85	1.201.452,89	4.857.835,83	65,60%

SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) > 0] = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB
SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) < 0] = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	6.692.589,51	6.895.589,51	1.395.499,42	5.357.776,28	77,70%
13.1- Com Educação Infantil	713.973,66	1.372.473,66	310.755,30	1.264.089,70	92,10%
13.2- Com Ensino Fundamental	5.978.615,85	5.523.115,85	1.084.744,12	4.093.686,58	74,12%
14- OUTRAS DESPESAS	4.577.003,11	4.817.337,45	968.899,92	3.144.361,33	65,27%
14.1- Com Educação Infantil	746.066,16	1.002.066,16	221.386,78	710.353,33	70,89%
14.2- Com Ensino Fundamental	3.830.936,95	3.815.271,29	747.513,14	2.434.008,00	63,80%
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	11.269.592,62	11.712.926,96	2.364.399,34	8.502.137,61	72,59%

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	VALOR

Emissão: 24/09/2015 09:58:35

Homologado

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNÍCIPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE CONSOLIDADO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

RREO – Anexo X (LDB, Art. 72)	R$1,00
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB	
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)	
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %	63,71

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQÜENTE	VALOR
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	642.801,17
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE2015[2]	642.801,17

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)[3]	5.534.411,85	5.534.411,85	1.263.420,33	5.203.722,63	94,02%
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)**	**DESPESAS REALIZADAS**		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	1.460.039,82	2.570.387,42	532.142,08	1.974.443,03	76,81%
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.460.039,82	2.374.539,82	532.142,08	1.974.443,03	83,15%
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos		195.847,60			
24- ENSINO FUNDAMENTAL	11.174.699,56	10.711.538,90	1.997.761,09	7.051.329,86	65,83%
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	9.809.552,80	9.338.387,14	1.832.257,26	6.527.694,58	69,90%
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.365.146,76	1.373.151,76	165.503,83	523.635,28	38,13%
25- ENSINO MÉDIO					
26- ENSINO SUPERIOR					
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR					
28- OUTRAS					
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23+24+25+26+27+28)	12.634.739,38	13.281.926,32	2.529.903,17	9.025.772,89	67,96%

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (10b)	3.496.742,60
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)	0,00
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	0,00
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO [4]	0,00
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)	0,00
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)	3.496.742,60
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((29e + 37) – 15e)	4.020.377,88
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3b) x 100) %	19,03

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM APLIC. FINAN. DE OUTROS RECURSOS DE IMP. VINC. AO ENSINO					0,00%
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	619.356,66	409.356,66	6.160,00	187.920,35	45,91%
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO					0,00%
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	3.228.631,78	3.011.631,78	716.163,67	1.763.926,41	58,57%
44- TOTAL DAS OUTRAS DESP. CUSTEADAS COM RECEITAS ADIC. P/ FINAN. DO ENSINO (40+41+42+43)	3.847.988,44	3.420.988,44	722.323,67	1.951.846,76	57,06%
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	16.482.727,82	16.702.914,76	3.252.226,84	10.977.619,65	65,72%

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2015 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	642.801,17	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	8.354.578,43	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	8.502.137,61	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	55.401,74	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	550.643,73	0,00

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO
1 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.
2 Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subseqüente, mediante abertura de crédito adicional."
3 Caput do art. 212 da CF/1988
4 Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.
5 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNICIPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JANEIRO-AGOSTO

RREO – ANEXO XI (LRF, art.53, § 1º, inciso I) R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (d)	RECEITAS EXECUTADAS até o bimestre (b)	SALDO NÃO EXECUTADO (c) = (a – b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)			

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTAS até o bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g) = (d – (e+f))
		Liquidadas (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	7.229.848,33	3.024.178,08		4.205.670,25
(-)INCENTIVOS FISCAIS A CONTRIBUINTE				
(-)INCENTIVOS FISCAIS A CONTRIBUINTE POR INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS				
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	7.229.848,33	3.024.178,08		4.205.670,25
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-7.229.848,33	-3.024.178,08		-4.205.670,25

Fonte: MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO

2 Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Emissão: 30/09/2015 11:58:36 Page 1 de 1

Homologado

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNICIPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PRO EÇÃO ATUARIAL DO REGIME PR PRIO DE PREVID NCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JANEIRO-AGOSTO

RREO – ANEXO XIII (LRF, art. 53, § 1º, inciso II) R$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCI RIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCI RIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCI RIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d exerc cio a terior) (c)
2014	301.940,55		301.940,55	301.940,55
2015	1.899.875,90	1.599.426,44	300.449,46	602.390,01

Fonte: Município de PEIXOTO DE AZEVEDO

SINVALDO SANTOS BRITO
Prefeito Municipal

VANILZA RIBEIRO CHAGAS DE SOUZA
Contadora CRC - 010849-MT

Emissão: 30/09/2015 12:00:20 Page 1 de 1

Homologado

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015

RREO – ANEXO XIV(LRF, art. 53, § 1º, inciso III) R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a – b)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)		38.045,72	-38.045,72
ALIENACAO DE BENS IMOVEIS		38.045,72	-38.045,72

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTAS até o bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d – (e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)				
Despesas de Capital				
Investimentos				
Inversões Financeiras				
Amortização da Dívida				
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência				
Regime Pr prio dos Servidores Públicos				

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2014 (h)	2015 (i) = (Ib – (IIe + IIf))	SALDO ATUAL ( ) = (IIIh + IIIi)
VALOR (III)		38.045,72	38.045,72

Fonte: Município de PEIXOTO DE AZEVEDO
Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

SINVALDO SANTOS BRITO
Prefeito Municipal

VANILZA RIBEIRO CHAGAS DE SOUZA
Contadora CRC - 010849-MT

Emissão: 30/09/2015 12:01:49 Page 1 de 1
Homologado

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNICIPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - CONSOLIDADO

JANEIRO A AGOSTO/2015 - Bimestre JULHO/AGOSTO

RREO - ANEXO XVI(ADCT, art. 77) R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Semestre (b)	RECEITAS REALIZADAS % (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS LIQUIDA E TRANSF. CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (I)	22.976.519,52	22.976.519,52	21.128.092,92	91,96
Impostos	1.946.116,49	1.946.116,49	1.649.247,07	84,75
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	169.530,48	169.530,48	276.234,52	162,94
Divida Ativa dos Impostos	364.090,58	364.090,58	323.346,77	88,81
(-) Deducoes			172.585,25	
Receitas de Transferencias Constitucionais e Legais	20.496.781,97	20.496.781,97	19.051.849,81	92,95
Da Uniao	13.349.827,69	13.349.827,69	11.964.253,56	89,62
Do Estado	7.146.954,28	7.146.954,28	7.087.596,25	99,17
TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO SISTEMA UNICO DE SAUDE-SUS (II)	8.736.407,44	8.736.407,44	6.467.012,63	74,02
Da Uniao para o Municipio	6.855.872,27	6.855.872,27	2.652.824,03	38,69
Do Estado para o Municipio	1.880.535,17	1.880.535,17	3.814.188,60	202,82
Demais Municipios para o Municipio				
Outras Receitas do SUS				
RECEITAS DE OPERACOES DE CREDITO VINCULADAS A SAUDE (III)				
OUTRAS RECEITAS ORCAMENTARIAS	599.808,98	599.808,98	136.850,78	22,82
(-) DEDUCAO PARA O FUNDEB	149.467,40	149.467,40	208.731,28	139,65
TOTAL	**32.163.268,54**	**32.163.268,54**	**27.523.225,05**	**85,57**

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Semestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS % (d/c) x 100
DESPESAS CORRENTES	14.018.593,78	16.342.067,53	10.607.472,20	64,91
Pessoal e Encargos Sociais	6.939.770,73	8.256.471,73	5.776.889,50	69,97
Juros e Encargos da Divida				
Outras Despesas Correntes	7.078.823,05	8.085.595,80	4.830.582,70	59,74
DESPESAS DE CAPITAL	990.896,83	1.627.396,83	886.796,12	54,49
Investimentos	990.896,83	1.627.396,83	886.796,12	54,49
Inversoes Financeiras				
Amortizacao da Divida				
TOTAL (IV)	**15.009.490,61**	**17.969.464,36**	**11.494.268,32**	**63,96**

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Semestre (e)	DESPESAS LIQUIDADAS % (e/V e) x 100
DESPESAS COM SAÚDE(V) = (IV)	15.009.490,61	17.969.464,36	11.494.268,32	100,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS				
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS DESTINADOS A SAUDE				
Recursos de Transferencias do Sistema Unico de Saude - SUS				
Recursos de Operacoes de Credito				
Outros Recursos				
(-) RP INSCRITOS NO EXERCICIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE				
TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI)	**15.009.490,61**	**17.969.464,36**	**11.494.268,32**	**100,00**

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS A SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2015 (f)
RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE DAÚDE (VII)	0,00	0,00

MOVIMENTO BANCARIO	SALDO ANT.	DEBITO (g)	CREDITO	SALDO ATUAL
123 - BCO BRASIL PMPA CONTA MOV. SAUDE	17.942,11	4.381.360,77	4.385.778,00	22.359,34
124 - C E F P.M.P.A. BL ATB	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (VIII)	**17.942,11**	**4.381.360,77**	**4.385.778,00**	**22.359,34**

PARTICIPACAO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS	
CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL 15,00% ** [(VIII (g) - VII (f)) * 100 / I (b)]	**20,74**

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Semestre (g)	DESPESAS LIQUIDADAS % (g/total g)
Atencao Basica	5.910.020,93	5.046.020,93	3.074.611,48	26,74
Assistencia Hospitalar e Ambulatorial	7.456.150,96	10.401.199,71	6.911.278,34	60,12
Suporte Profilatico e Terapeutico	318.096,80	313.096,80	223.957,54	1,94
Vigilancia Sanitaria	203.666,50	257.666,50	190.451,44	1,65
Vigilancia Epidemiologica	750.090,22	640.258,22	291.748,09	2,53
Alimentacao e Nutricao				
Outras Subfuncoes	371.465,20	1.311.222,20	802.221,43	6,97
TOTAL	**15.009.490,61**	**17.969.464,36**	**11.494.268,32**	**100,00**

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

[1] Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício

[2] Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício.

Emissão: 23/09/2015 10:00:47 Page 1 de 1

ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeit ra M ici a de Peixoto de A e edo
CNPJ: 03238631000131
Rua0000226Centro
Telefone 06635755100

RELAT RIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENT RIA
ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS P BLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2015 - 4º Bimestre - Julho/Agosto

RREO – Anexo XVII (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28) R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2015		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No bimestre	Até o bimestre (b)	
TOTAL DE ATIVOS Direitos Futuros Ativos Contabilizados na SPE Contrapartida para Provisões de PPP				
TOTAL DE PASSIVOS (I) Obrigações Não Relacionadas a Serviços Contrapartida para Ativos da SPE Provisões de PPP				
GARANTIAS DE PPP (II)				
SALDO LÍQUIDO DE PASSIVOS DE PPP (III) = (I – II)				
PASSIVOS CONTINGENTES Contraprestações Futuras Riscos Não Provisionados Outros Passivos Contingentes				
ATIVOS CONTINGENTES Serviços Futuros Outros Ativos Contingentes				

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (2015)	2016	2017	2018	2019
Do Ente Federado						
Das Estatais Não-dependentes						
TOTAL DAS DESPESAS						
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	54.599.880,39	61.032.174,08				
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%)						

DESPESAS DE PPP	2020	2021	2022	2023	2024
Do Ente Federado					
Das Estatais Não-dependentes					
TOTAL DAS DESPESAS					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)					
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%)					

Nota:

Emissão: 30/09/2015 12:03:53 Page 1 de 1

Homologado

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNICIPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO.

RELAT RIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENT RIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Demonstrativo Simplificado do Relat rio Resumido da Execução Orçamentária

JANEIRO A AGOSTO de 2015

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII — R$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENT RIO	No Bimestre	Até o Bimestre
RECEITAS		
Previsão Inicial da Receita		56.195.788,67
Previsão Atualizada da Receita		56.195.788,67
Receitas Atualizadas	10.174.114,63	41.429.695,32
Déficit Orçamentário		
Saldos de Exercícios Anteriores		
Despesas		
Dotação Inicial		56.195.788,67
Créditos Adicionais		3.013.998,31
Dotação Atualizada		59.209.786,98
Despesas Empenhadas	9.954.116,61	39.445.030,01
Despesas Liquidadas	10.766.157,37	36.209.817,73
Superávit Orçamentário		1.621.738,45

DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	9.954.116,61	39.445.030,01
Despesas Liquidadas	10.766.157,37	36.209.817,73

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida	55.445.021,08

RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVID NCIA	No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Geral de Previdência Social		
Receitas Previdenciárias Realizadas(I)		
Despesas Previdenciárias Liquidadas(II)		
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)		
Regime Geral de Previdência Social		
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)	1.071.067,53	4.043.982,98
Despesas Previdenciárias Liquidadas(V)	421.066,06	1.599.426,44
Resultado Previdenciário (IV) = (IV - V)	650.001,47	2.444.556,54

RESULTADOS NOMINAL E PRIM RIO	Meta Fixada o AMF da LDO (a)	Res tado A rado até o Bimestre (b)	% em Re a o a Meta (b/a)
Resultado Nominal		-9.452.350,81	0,00%
Resultado Primário		-1.179.457,26	0,00%

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO P BLICO	I scri o	Ca ce ame to até o Bimestre	Pagame to até o Bimestre	Sa do Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
Poder Executivo	4.812.660,25		4.564.197,42	248.462,83
Poder Legislativo				
Poder Judiciário				
Ministério Público				
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
Poder Executivo	850.903,10		116.351,80	734.551,30
Poder Legislativo				
Poder Judiciário				
Ministério Público				
TOTAL	5 5 5		0 5 22	01 1

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Va or A rado até o Bimestre	Limites Co stit cio ais A ais	
		% M imo A icar o Exerc cio	% A icado até o Bimestre
Min. Anual de 25% das Imp. na Manut. e Desenv do Ens.	615.792,72	25,00	2,48
Min. Anual de 60% FUNDEB na Rem. do Mag. c/ Ens. Fund. Med.		0,00	0,00
Min. Anual de 60% FUNDEB na Rem. do Mag. c/ Ed. Inf/Ens. Fund.	5.357.776,28	60,00	63,71
Complementação da União ao FUNDEB		0,00	0,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Va or A rado até o Bimestre	Sa do Rea i ar
Receita de Operações de Crédito	0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida	3.024.178,08	4.205.670,25

PRO EÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVID NCIA	Exerc cio	10 Exerc cio	20 Exerc cio	0 Exerc cio
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciárias(I)				
Despesas Previdenciárias(II)				
Resultado Previdenciário(I - II)				
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciárias(IV)				
Despesas Previdenciárias(V)				
Resultado Previdenciário(IV - V)				

RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Va or A rado até o Bimestre	Sa do Rea i ar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	38.045,72	-38.045,72
Aplicação dos Recursos de Alienação de Ativos		

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS P BLICOS DE SA DE	Va or A rado até o Bimestre	Limites Co stit cio ais A ais	
		% M imo A icar o Exerc cio	% A icado até o Bimestre
Aplicação dos Recursos de Alienação de Ativos	11.494.268,32	15,00	54,05

DESPESAS DE CARATER CONTÍNUADO DERIVADAS DE PPP	VALOR APURADO NO EXERCÍCIO CORRENTE
Tota das Des esas / RCL (%)	

SINVALDO SANTOS BRITO
Prefeito Municipal

VANILZA RIBEIRO CHAGAS DE SOUZA
Contadora CRC - 010849-MT

Emissão: 30/09/2015 12:06:10

Page 1 de 1
Homologado

CAMARA MUNICIPAL / CONTABILIDADE
PORTARIA 036/2015

PORTARIA Nº 036/2015

De 01 de Outubro de 2015

SÚMULA: Concede Licença Prêmio à Servidora **Márcia da Silva Sobrinho**, pelo prazo de 03 (três) meses, em conformidade ao artigo 90 da Lei Complementar nº 003/2005, e dá outras providências.

O Senhor **Joranir José Soares**, presidente da Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mao Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE

Art. 1º. Conceder Licença Prêmio, por assiduidade à servidora **Márcia da Silva Sobrinho**, matrícula nº 033, cujo gozo será no período de 02/10/2015 à 31/12/2015.

Art. 2º. A Licença Prêmio ora concedida no artigo primeiro desta Portaria é pertinente ao período aquisitivo de: **20/02/2008** à **20/02/2013**.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE

Gabinete da Presidência da Câmara de Peixoto de Azevedo MT, 01/10/2015.

Joranir José Soares

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

R G F PUBLICAÇÃO DOS RELATÓRIOS DE GESTÃO FISCAL

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

CNPJ: 03238631000131

Rua Ministro Cezar Cals - 0000226 - Centro Antigo

Telefone 06635755100

Relatório de Gestão Fiscal

Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Quadrimestral - 01/2015 à 08/2015

LRF, Art 55, inciso I, alínea "b" - Anexo II

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO EXERCICIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		até o 1º Quadrimestre	até o 2º Quadrimestre	até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	2.503.253,86	2.439.483,31	2.340.401,79	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	1.877.498,52	1.813.727,97	1.714.646,45	0,00
Interna	1.877.498,52	1.813.727,97	1.714.646,45	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e Não Pagos.	625.755,34	625.755,34	625.755,34	0,00
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	20.567.094,71	26.737.015,38	30.019.444,61	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	25.379.754,96	26.988.267,81	30.286.841,34	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	4.812.660,25	251.252,43	267.396,73	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-18.063.840,85	-24.297.532,07	-27.679.042,82	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	52.692.546,08	52.429.812,85	55.445.021,08	0,00
% da DC sobre a RCL (I / RCL)	4,75	4,65	4,22	0,00
% da DCL sobre a RCL (III / RCL)	-34,28	-46,34	-49,92	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	0,00	0,00	0,00	0,00

DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL				
DÍVIDA DE PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS	1.877.498,52	1.813.727,97	1.714.646,45	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	1.877.498,52	1.813.727,97	1.714.646,45	0,00
Previdênciárias	1.877.498,52	1.813.727,97	1.714.646,45	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DIVIDAS CONTRATUAIS	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC				
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	160.213,96	800.204,97	295.243,63	0,00
RP NÃO PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	850.903,10	774.643,41	715.617,40	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00

DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA				
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDÊNCIÁRIA (IV)	62.982.229,51	62.982.229,51	62.982.229,51	0,00
Passivo Atuarial	62.982.229,51	62.982.229,51	62.982.229,51	0,00
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	62.982.229,51	62.982.229,51	62.982.229,51	0,00

SINVALDO SANTOS BRITO
Prefeito Municipal

VANILZA RIBEIRO CHAGAS DE SOUZA
Contadora CRC-010849-MT

Emissão: 30/09/2015 15:13:02

Page 1 de 1

Homologado

R G F PUBLICAÇÃO DOS RELATÓRIOS DE GESTÃO FISCAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Setembro /2014 a Agosto/2015 - Consolidado

RGF - Anexo I (LRF, art. 55, inciso I alinea "a") **R$ 1,00**

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	30.427.426,19	
Pessoal Ativo	30.427.426,19	
Pessoal Inativo e Pensionistas		
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Tercerização (§ 1º do art. 18 da LRF)		
DESPESA NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	247.646,68	
Indenizações por Demissão e Incentivos a Demissão Voluntária		
Decorrentes de Decisão Judicial	235.850,86	
Despesas de Exercícios Anteriores	11.795,82	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	30.179.779,51	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa + IIIb)		30.179.779,51

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	TOTAL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	55.445.021,08
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV / V) * 100	54,43
LIMITE MAXIMO (incisos I, II e III, do art. 20 da LRF) - 0,00 %	
LIMITE PRUDENCIAL (§ único do art. 22 da LRF) - 0,00 %	

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

SINVALDO SANTOS BRITO
Prefeito Municipal

VANILZA RIBEIRO CHAGAS DE SOUZA
Contadora CRC - 010849-MT

Emissão: 30/09/2015 15:05:36 **PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO** Page 1 de 1

Homologado

R G F PUBLICAÇÃO DOS RELATÓRIOS DE GESTÃO FISCAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Setembro /2014 a Agosto/2015 - Consolidado

RGF - Anexo I (LRF, art. 55, inciso I alinea "a") **R$ 1,00**

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	30.427.426,19	
Pessoal Ativo	30.427.426,19	
Pessoal Inativo e Pensionistas		
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Tercerização (§ 1º do art. 18 da LRF)		
DESPESA NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	247.646,68	
Indenizações por Demissão e Incentivos a Demissão Voluntária		
Decorrentes de Decisão Judicial	235.850,86	
Despesas de Exercícios Anteriores	11.795,82	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	30.179.779,51	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa + IIIb)		30.179.779,51

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	TOTAL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	55.445.021,08
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV / V) * 100	54,43
LIMITE MAXIMO (incisos I, II e III, do art. 20 da LRF) - 0,00 %	
LIMITE PRUDENCIAL (§ único do art. 22 da LRF) - 0,00 %	

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

SINVALDO SANTOS BRITO
Prefeito Municipal

VANILZA RIBEIRO CHAGAS DE SOUZA
Contadora CRC - 010849-MT

Emissão: 30/09/2015 15:05:36 **PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO** Page 1 de 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

CNPJ: 03238631000131
Rua Ministro Cezar Cals - 0000226 - Centro Antigo
Telefone 06635755100

Relatório de Gestão Fiscal

Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Quadrimestral - 01/2015 à 08/2015

LRF, Art 55, inciso I, alínea "b" - Anexo II

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		até o 1º Quadrimestre	até o 2º Quadrimestre	até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	2.503.253,86	2.439.483,31	2.340.401,79	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	1.877.498,52	1.813.727,97	1.714.646,45	0,00
Interna	1.877.498,52	1.813.727,97	1.714.646,45	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e Não Pagos.	625.755,34	625.755,34	625.755,34	0,00
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	20.567.094,71	26.737.015,38	30.019.444,61	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	25.379.754,96	26.988.267,81	30.286.841,34	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	4.812.660,25	251.252,43	267.396,73	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-18.063.840,85	-24.297.532,07	-27.679.042,82	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	52.692.546,08	52.429.812,85	55.445.021,08	0,00
% da DC sobre a RCL (I / RCL)	4,75	4,65	4,22	0,00
% da DCL sobre a RCL (III / RCL)	-34,28	-46,34	-49,92	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	0,00	0,00	0,00	0,00

DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL				
DÍVIDA DE PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS	1.877.498,52	1.813.727,97	1.714.646,45	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	1.877.498,52	1.813.727,97	1.714.646,45	0,00
Previdênciárias	1.877.498,52	1.813.727,97	1.714.646,45	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DIVIDAS CONTRATUAIS	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC				
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	160.213,96	800.204,97	295.243,63	0,00
RP NÃO PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	850.903,10	774.643,41	715.617,40	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00

DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA				
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDÊNCIÁRIA (IV)	62.982.229,51	62.982.229,51	62.982.229,51	0,00
Passivo Atuarial	62.982.229,51	62.982.229,51	62.982.229,51	0,00
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	62.982.229,51	62.982.229,51	62.982.229,51	0,00

SINVALDO SANTOS BRITO
Prefeito Municipal

VANILZA RIBEIRO CHAGAS DE SOUZA
Contadora CRC-010849-MT

Emissão: 30/09/2015 15:13:02

Page 1 de 1

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAIL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Quadrimestral - Janeiro a Agosto de 2015

RGF - ANEXO III (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º) R$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCICIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2011		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)				
Aval ou Fiança em Operações de Crédito				
Outras Garantias na Forma da LRF*				
INTERNAS (II)				
Aval ou Fiança em Operações de Crédito				
Outras Garantias na Forma da LRF *				
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)				
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	52.692.546,08	18.077.243,63	38.321.576,02	
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL				
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL %				

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCICIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2011		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
INTERNAS (VI)				
Aval ou Fiança em Operações de Crédito				
Outras Garantias na Forma da LRF *				
EXTERNAS (V)				
Aval ou Fiança em Operações de Crédito				
Outras Garantias na Forma da LRF*				
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (VII) = (V + VI)				

Fonte: MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO

Nota: * Inclui garantias concedidas por meio de fundos.

SINVALDO SANTOS BRITO
Prefeito Municipal

VANILZA RIBEIRO CHAGAS DE SOUZA
Contadora CRC - 010849-MT

Emissão: 30/09/2015 15:12:06 Page 1 de 1

Homologado

MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Segundo Quadrimestre - Maio à Agosto de 2015

RGF - ANEXO IV (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c") R$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	
	No Quadrimestre	Até o Quadrimestre(a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação da Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Servicos	0,00	0,00
Demais Atencipações da Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamento de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuicoes Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% Sobre a RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	55.445.021,00	-
OPERAÇÕES VEDADAS (III)	0,00	0,00%
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE = (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00%
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	0,00	0,00%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00%
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00%
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00%

Fonte: MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO

Nota: [1] **Este demonstrativo evidencia todas as operações de crédito efetivamente realizadas pelo ente, sem prejuízo da verificação da legalidade dessas operações, bem como das eventuais cominações decorrentes, especialmente no caso de operações de crédito vedadas ou em desacordo com limites e condições impostos pela legislação em vigor.**

MUNICíPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO DE 2015

LRF, art . 55, Inciso III, alínea "a" - Anexo V — R$ 1,00

ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	30.286.841,34	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	1.278.257,76
Caixa	0,00	Depósitos	295.243,63
Bancos	21.335.803,32	Restos a Pagar Processados	267.396,73
Conta Movimento	12.968.816,07	Do Exercício	0,00
Contas Vinculadas	8.366.987,25	De Exercícios Anteriores	267.396,73
Aplicações Financeiras	8.951.038,02	RP não Processados de Exercícios Anteriores	715.617,40
Outras Disponibilidades Financeiras	0,00	Débitos de Tesouraria	0,00
Créditos Intragovernamentais	0,00	Contas Pendentes	0,00
Devedores Diversos	0,00		
Aplicações Financeiras Médio e Longo Prazo	0,00		
Depósitos Judiciais	0,00		
Créditos Intergovernamentais	0,00		
Contas Pendentes	0,00		
SUBTOTAL	30.286.841,34	SUBTOTAL	1.278.257,76
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (I)	-	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (II)	29.008.583,58
TOTAL	30.286.841,34	TOTAL	30.286.841,34
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (III)			**0,00**
SUFICIÊNCIA APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (IV) = (II - III)			**29.008.583,58**

REGIME PREVIDENCIÁRIO

ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	0,00	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	0,00
Caixa	0,00	Depósitos	0,00
Bancos	0,00	Restos a Pagar Processados	0,00
Conta Movimento	0,00	Do Exercício	0,00
Contas Vinculadas	0,00	De Exercícios Anteriores	0,00
	-	RP não Processados de Exercícios Anteriores	0,00
Aplicações Financeiras	0,00	Outras Obrigações Financeiras	0,00
Outras Disponibilidades Financeiras	0,00	Encargos Sociais a Recolher	0,00
Créditos em Circulação	0,00	Obrigações Tributárias	0,00
	-	Precatórios a Pagar	0,00
	-	Débitos Diversos a Pagar	0,00
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (V)	-	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (VI)	0,00
TOTAL	0,00	TOTAL	0,00
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (VII)			**0,00**
SUFICIÊNCIA APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (VIII) = (VI - VII)			**0,00**

Emissão: 30/09/2015 15:14:43 — Page 1 de 1

Homologado

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DE RESTOS A PAGAR

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Janeiro à Agosto / 2015

LRF, art . 55, Inciso III, alínea "b" - Anexo VI R$ 1,00

ORGAO	RESTOS A PAGAR INSCRITOS				EMPENHOS CANCELADOS E NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não Processados)		
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	
CAMARA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO	0,00	0,00	0,00	11.682,50	0,00
FUNDO MUN. DE PREV SOCIAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO	0,00	11.233,77	0,00	42.395,40	0,00
GABINETE DO PREFEITO	19.606,71	93.425,73	0,00	55.188,27	0,00
SECRET	74.764,48	849.095,71	161.955,34	766.209,35	0,00
SECRET. MUNIC. MEIO AMBIENTE MINERACAO TURISMO	3.208,25	11.009,08	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNIC	42.073,84	1.639.831,45	58.068,40	737.566,53	0,00
SECRETARIA MUNIC.	22.351,16	149.256,02	6.118,87	64.182,69	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	0,00	22.899,80	21.625,00	47.834,08	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO	0,00	35.717,86	0,00	121.407,27	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E FAZENDA	7.385,79	105.709,25	16.095,37	245.962,52	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	97.536,40	1.314.550,58	531.200,01	1.145.303,67	0,00
TOTAL	266.926,63	4.232.729,25	795.062,99	3.237.732,28	0,00

SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (Apurado no Anexo V - Demonstrativo da Disponibiliade de Caixa)	-2.187.547,84

FONTE	RESTOS A PAGAR INSCRITOS				EMPENHOS CANCELADOS E NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não Processados)		
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	
000-Contribuição para o Regime Próprio de Previdência	0,00	11.233,77	0,00	42.395,40	0,00
000-Receitas de Impostos e de Transferência de Imposto	90.274,83	991.948,13	447.836,43	949.145,90	0,00
000-Recursos Ordinários	107.032,56	972.845,08	228.099,47	974.689,84	0,00
000-Serviços de Saúde	496,31	0,00	0,00	0,00	0,00
000-Transferencia de Recursos do Fundo Nacional de Ass	5.105,71	62.089,74	2.250,59	42.695,84	0,00
000-Transferencia de Recursos do Fundo Nacional do Des	0,00	107.492,59	10.850,02	103.605,81	0,00
000-Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúd	1.659,46	529.637,11	74.870,94	246.603,37	0,00
000-Transferencias de Convenios - Educacao	568,00	0,00	0,00	0,00	0,00
000-Transferencias de Convenios - Outros (nao relacion	17.727,69	462.705,92	7.483,52	392.022,40	0,00
000-Transferencias de Convenios - Saude	40.238,07	0,00	21.843,56	114.797,15	0,00
000-Transferencias do FUNDEB - (aplicacao em outras de	3.824,00	391.703,88	1.150,00	371.776,57	0,00
000-Transferencias do FUNDEB - (aplicacao na remunerac	0,00	703.073,03	678,46	0,00	0,00
TOTAL	266.926,63	4.232.729,25	795.062,99	3.237.732,28	0,00

SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (Apurado no Anexo V - Demonstrativo da Disponibiliade de Caixa)	-2.187.547,84

Emissão: 30/09/2015 15:36:25

Page 1 de 1
Homologado

MUNICIPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO - PODER EXECUTIVO
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
ATE O 2 QUADRIMESTRE DE 2015

LRF, art. 48 - ANEXO VII — R$ 1,00

DIVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
DIVIDA CONSOLIDADA LIQUIDA	-27.679.042,82	-49,92 %
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUCAO DO SENADO FEDERAL - %		0,00 %

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
TOTAL DAS GARANTIAS DE VALORES		0,00 %
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUCAO DO SENADO FEDERAL - %		0,00 %

OPERACOES DE CREDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
OPERACOES DE CREDITOS EXTERNAS E INTERNAS		0,00 %
OPERACOES DE CREDITOS POR ANTECIPACAO DA RECEITA		0,00 %
LIMITE DEFINIDO PELO SENADO FEDERAL PARA OP. CREDITO EXTERNAS E INTERNAS - 0,00 %		0,00 %
LIMITE DEFINIDO PELO SENADO FEDERAL PARA OP. CREDITO POR ANTECIPACAO DA RECEITA - 0,00 %		0,00 %

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (II)		-2.187.547,84

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

SINVALDO SANTOS BRITO
Prefeito Municipal

VANILZA RIBEIRO CHAGAS DE SOUZA
Contadora CRC 010849-MT

Emissão: 30/09/2015 15:17:08 — Page 1 de 1

Homologado

CTBS7300 — SISTEMA INTEGRADO DE ORCAMENTO E CONTABILIDADE PUBLICA — Data: 30/09/2015
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo — Hora: 10:31:38
Pag.: 001

RELATORIO SOBRE PROJETOS EM EXECUCAO - AMBOS
Art. 45 - Paragrafo Unico - Lei 101/00

Periodo: 1/01/2015 a 31/08/2015.

Dotacao	Obra / Servico / Equipamento	Localizacao	Valor do Projeto	Executado no Periodo	Valor a Executar	Term. Prev.	% a Exec.
06	SECRETARIA MUNIC DE EDUCACAO E CULTURA						
06.002	FUNDO MUNCIPAL DE EDUCACAO						
12.361.0005.1021	CONSTRUCAO, REFORMA E AMPLIACAO DE ESCOLAS E QUADR						
			232.610,68	226.782,52	5.828,16		2,51%
		Total do Projeto.....:	232.610,68	226.782,52	5.828,16		2,51%
12.365.0005.1026	CONSTRUCAO, REFORMA E AMPLIACAO DE CRECHES						
			471.080,77	420.021,05	51.059,72		10,84%
		Total do Projeto.....:	471.080,77	420.021,05	51.059,72		10,84%
		Total do Orgão .....:	703.691,45	646.803,57	56.887,88		8,08%
07	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE						
07.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE						
10.301.0010.1031	CONST. REFORMA AMPLIA E ADEQUAC UNIDA BASICA DE SA						
			39.978,63	38.858,73	1.119,90		2,80%
		Total do Projeto.....:	39.978,63	38.858,73	1.119,90		2,80%
10.301.0010.1033	CONSTRUCAO E EQUIPAMENTO DE ACADEMIAS DE SAUDE						
			1.318,00	1.318,00	0,00		0,00%
		Total do Projeto.....:	1.318,00	1.318,00	0,00		0,00%
10.302.0011.1036	CONSTR E EQUIP. P UNIDAD DE PRONTO ATENDIMENTO UPA						
			896.113,20	781.316,05	114.797,15		12,81%
		Total do Projeto.....:	896.113,20	781.316,05	114.797,15		12,81%
		Total do Orgão .....:	937.409,83	821.492,78	115.917,05		12,37%
11	SECRET MUNIC DE OBRAS E SERVICOS URBANOS						
11.001	GABINETE DO SECRETARIO						
17.511.0020.1070	CONSTRUCAO DE POCOS ARTESIANOS						
			146.936,88	146.936,88	0,00		0,00%
		Total do Projeto.....:	146.936,88	146.936,88	0,00		0,00%
		Total do Orgão .....:	146.936,88	146.936,88	0,00		0,00%
12	SECRET MUNIC DE TRANSPORTE RODOVIARIO						
12.001	GABINETE DA SECRETARIA DE TRANSPORTE						
26.782.0021.1078	CONSTRUCAO AMPLIAC E MANU DE ESTR PONTES E BUEIROS						
			1.108.752,66	1.108.752,66	0,00		0,00%
		Total do Projeto.....:	1.108.752,66	1.108.752,66	0,00		0,00%
		Total do Orgão .....:	1.108.752,66	1.108.752,66	0,00		0,00%
		Total Geral.....:	2.896.790,82	2.723.985,89	172.804,93		5,97%

Agili - Softwares para area Publica (066)3545-4100

PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 257/2015

A SENHORA NILCE MARY LEITE, PREFEITA MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E:

ARTIGO 1º - NOMEAR o Senhor *RODEMILSON GONÇALO BARROS, P*ortador do RG 358.598 SSP/MT, **inscrito no CPF 352.624.271-20 , para exercer o cargo** de DIRETOR *MUNICIPAL DE TURISMO,* desta Prefeitura Municipal.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 01 de outubro de 2015.

Nilce Mary Leite (Meire Adauto)

PREFEITA MUNICIPAL DE POCONÉ

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA N° 037/2015

P O R T A R I A No 037/2015.

O Presidente da Câmara Municipal de Poconé, Estado de Mato Grosso, vereador **GONÇALO BEIJO DA COSTA NUNES**, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder a **HAROLDO GONÇALVES DO PRADO**, funcionário da Câmara Municipal de Poconé-MT., 30 (trinta) dias de férias regulamentares referentes ao período 2013/2014, a partir de 01 de outubro de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRADA – PUBLICADA – CUMPRA-SE

Câmara Municipal de Poconé/MT., 28 de Setembro de 2015.

Vereador Gonçalo Beijo da Costa Nunes

Presidente

Vereador Marcio Fernandes Nunes Pereira

1º Secretário

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 230/2015

A SENHORA NILCE MARY LEITE, PREFEITA MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E:

ARTIGO 1º - EXONERAR o Senhor *VANDERLEI JOSÉ PIMENTA,* Portador do RG nº 2.671.603 SSP/MT, inscrito no CPF 477.119.301-00, do cargo de *DIRETOR DE TURISMO,* desta Prefeitura Municipal.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 21 de setembro de 2015.

Nilce Mary Leite (Meire Adauto)

PREFEITA MUNICIPALDE POCONÉ

GABINETE DO PREFEITO
CONVOCAÇÃO PARA TRABALHAR NA ELEIÇÃO PARA CONSELHEIRO TUTELAR COMO PRESIDENTE DE MESA E MESÁRIO

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

RESOLUÇÃO Nº 04/2015

A COMISSÃO ORGANIZADORA constituída na forma do edital nº 01/2015:

I - Convoca os conselheiros de direitos relacionados abaixopara atuarem como Presidentes de Mesa e Mesários na eleição do Conselho Tutelar de Poconé, no dia 04 de outubro de 2015, das 08:00 às 17:00 horas.

II - Torna pública a convocação dos servidores abaixo relacionados, conforme Portaria do Chefe do Poder Executivo local, para atuarem como Presidentes de Mesa e Mesários na eleição do Conselho Tutelar de Poconé, no dia 04 de outubro de 2015, das 08:00 às 17:00 horas.

III - No dia da eleição, os conselheiros e servidores deverão estar nos respectivos locais de votação com antecedência mínima de 01 (uma) hora.

IV - Ficam desde já convocados os conselheiros e servidores para participar de reunião que se realizará no dia 30 de setembro de 2015, às 07:00, no CRAS, nesta cidade, cujos objetivos são orientar quanto aos procedimentos a serem adotados durante a votação e a apuração.

RELAÇÃO DOS PRESIDENTES DE MESA E MESÁRIOS

URNA 01

LOCAL: CANGAS

Nome	Função
ANA PAULA SNATANA DA SILVA	Presidente
JUCELI RIBEIRO DE OLIVEIRA	1º Mesário
JORDANA DO AMARAL MATOS	2º Mesário
MARCELA ALMEIDA PINHEIRO REGO	1º Fiscal

URNA 02

LOCAL: CHUMBO

Nome	Função
AUREA MARIA DA SILVA	Presidente
GRAZIELLA PEREIRA BELIC	1º Mesário
MARCIA GOMES ÁVILLA	2º Mesário
SELSO SEVERINO DA COSTA	Fiscal

URNA 03

LOCAL: CAETANO

Nome	Função
AMÂNCIO GOMES DE ARRUDA	Presidente
RENATA DA SILVA MARTINS	1º Mesário
PAULA ROBERTA PARACATU	2º Mesário
VANESSA M. TOMAZELLI DE ARRUDA	Fiscal

URNA 04

LOCAL: CAETANO

Nome	Função
CARMEM LÚCIA FURTADO GONÇALVES	Presidente
CLAUDIA DA SILVA BARBOSA	1º Mesário
MARILEIDE DO CARMO A. ARRUDA	2º Mesário
ROSELY APARECIDA MENDES DA SILVA	Fiscal

URNA 05

LOCAL: CAETANO

Nome	Função
MARIA LÚCIA RODRIGUES DE SALES	Presidente
THAIS AUXILIADORA ZALTAR DENIZ	1º Mesário
GASIANE DURVAL DOS SANTOS	2º Mesário
LAURA REGINA PAES DE ARRUDA	Fiscal

URNA 06

LOCAL: CAETANO

Nome	Função
MARIA HELENA DE ARRUDA	Presidente
ELIZABETH ARTUNDUAGA MOLANO	1º Mesário
ROSANE DE AQUINO NUNES	2º Mesário
VALQUIRIA DOS SANTOS	Fiscal

URNA 07

LOCAL: CAETANO

Nome	Função
ROSENIL MARIA PEREIRA DOS SANTOS	Presidente
VALDENICE TEIXEIRA DA SILVA	1º Mesário
VERA PRADO DE OLIVEIRA	2º Mesário
DENNER ADERSON DE ARRUDA	Fiscal

URNA 08

LOCAL: CAETANO

Nome	Função
LUCELENE DOS SANTOS SILVA	Presidente
LUCIANE AQUINO NUNES	1º Mesário
GONÇALINA DE ARRUDA DIAS	2º Mesário
LUAN A. ARRUDA MENDES	Fiscal

Poconé, 15 de setembro de 2015.

Rosângela A. C. de Oliveira

Presidente da Comissão Especial Eleitoral

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EDITAL N° 003/2015 - PROLAR (1ª ETAPA)

Edital n° 003/2015

PRIMEIRA RETIFICAÇÃO DA LISTA DOS CANDIDATOS PRÉ-SELECIONADOS

DO PROGRAMA HABITACIONAL PROLAR (1ª Etapa)

DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO ARAGUAIA/MT

A Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia, Estado do Mato Grosso, através da Secretária Municipal de Assistência Social, torna público a **PRIMEIRA RETIFICAÇÃO DA LISTA DOS CANDIDADOS PRÉ-SELECIONADOS** do Programa Habitacional **PROLAR** para os terrenos de 191,00m² a 280,00m², 100,00m² á 190,00m² e 281,00 m² à 443,00m² .

	CANDIDATOS A AQUISIÇÃO DE TERRENO.
	Tamanho: 100,00m² á 190,00m²
1	Andressa Cardoso Nunes
2	Jacinto Soares da Silva
3	Fernanda Aparecida do Carmo Pereira Queiroz
4	Maria da Conceição Inacio da Rocha

	CANDIDATOS A AQUISIÇÃO DE TERRENO.
	Tamanho: 191,00m² à 280,00m²
1	Admilson Batista Valadão
2	Aldson Silva Rocha
3	Andreia Pereira de Sousa
4	Atagildo dos Santos Ferreira
5	Ataide Lima da Silva
6	Atalita Santos Ferreira

7	Beatriz Souza Bretas
8	Carlos Henrique Soligo Lima
9	Daiane Cristina Aquino Andreza
10	Daniela Neves Silva
11	Dnheneefry Thiagata Dias Carvalho
12	Douglas Araujo Rodrigues
13	Edivaldo Inacio da Silva
14	Eguimar Anselho da Rocha
15	Eliane Mendes Dourado
16	Fabio Alves da Costa
17	Gleiciane Procopio das Chagas
18	Higor Mendes Matos
19	Iara Eloisa Tosta
20	Iraides Pereira Moreira
21	Iranildo Luiz da Silva
22	Iuri Silva Sorrentino Sespede
23	Ivaldo da Silva Nunes
24	Izabel Aparecida da Silva Nunes
25	Janaina Vanessa da Silva
26	Joeldson Sousa Santos
27	Jordan Arearth Rocha Ribeiro de Lima
28	José Neto Cesario Rocha
29	Josilene da Silva Trindade
30	Josué Marques de Souza
31	Karoline Dias Santana
32	Luciete Morais de Sá
33	Laiana Martins Gomes da Silva
34	Leandro Antunes da Silva
35	Lenimar da Silva Nunes
36	Lennon Jose Neves Marafon
37	Lindinalva Maria de Souza Silva
38	Lorrane Rodrigues Linder
39	Luana Maria Claudio Macedo
40	Luciana Pereira da Silva
41	Luciano Pereira Diniz
42	Luzenir Maximiano Oliveira
43	Manoel Nunes Feitosa
44	Mara Luiza Jesus de Brito
45	Maria José Souza da Silva
46	Maria Madalena de Sousa
47	Marileide Barbosa da Silva
48	Mariza Dias Abreu Silva
49	Marizeth Procopio de Souza
50	Marlon Valadares da Silva Junior
51	Maylla Ferreira Vasconcelos
52	Nuyacuy Alves Nascimento
53	Odair José Tavares Alves
54	Renato Leonel de Melo
55	Rosilene Tavares das Neves
56	Tarsis Naves da Silva
57	Vaiuzia Evangelista da Costa
58	Welber Charles Marques Pereira
59	Wender Maximiano Santos
60	Tatiane Candida de Almeida

	CANDIDATOS A AQUISIÇÃO DE TERRENO.
	Tamanho: 281,00 m² à 443,00m²
1	Atinay Bispo da Silva
2	Chain Chaiker Linder Rodrigues
3	Lais Daiane Magalhaes Peres
4	Amanda Cláudia Louro dos Santos
5	Maria Aparecida Primo Viana
6	Severa Maria de Sousa
7	Ymara Silvia Pansani

Gabinete da Prefeita Municipal de Pontal do Araguaia/MT, 01 de outubro de 2015.

Divina Maria da Silva Oda

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTES E LACERDA

GABINETE
EXTRATO DE TERMO ADITIVO/SETEMBRO/2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 011/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA

CONTRATADA: EMPRESA EURIDICE JOSÉ DA COSTA 95896562853

OBJETO: FICA ACRESCIDO AO CONTRATO ORIGINAL O VALOR DE R$ 13.410,00 (TREZE MIL, QUATROCENTOS E DEZ REAIS), CORRESPONDENTE À AQUISIÇÃO SUPLEMENTAR DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, NA LINHA FAZENDA CAPADOCIA X E. M. OVÍDIO MIRANDA DE BRITO, NUM TOTAL DE 2.980 KM, NO LIMITE DE 25% (VINTE E CINCO POR CENTO), CONFORME PERMISSIVO NA CLÁUSULA QUINTA DO AJUSTE INICIAL, DECORRENTE DA LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO/REGISTRO DE PREÇOS Nº. 117/2014, SENDO PAGOS COM A DOTAÇÃO ABAIXO ESPECIFICADA.

DISPOSIÇÕES GERAIS: PREGÃO/REGISTRO DE PREÇOS Nº. 117/2014

VALOR: R$ 13.410,00

DATA: 25/09/2015

PREVI LACERDA
PORTARIA Nº. 176/2015

"Dispõe sobre a concessão do benefício de AUXÍLIO DOENÇA em favor da servidora **LUZINETE APARECIDA LINHEIRES DOS SANTOS".**

O Secretário de Administração de PONTES E LACERDA - MT**, PREVI-LACERDA** - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de PONTES E LACERDA, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do **Art. 15**, da Lei Municipal **n.º1.391/2013, de 26 de junho de 2013**, que rege a previdência municipal, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício AUXÍLIO-DOENÇA, a servidora Sr.ª. **LUZINETE APARECIDA LINHEIRES DOS SANTOS,** efetiva no cargo de PROFESSORA, lotada na PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTES E LACERDA, com vencimentos correspondentes a ultima remuneração de contribuição, a partir de **12 de setembro de 2015** e término em **14 de outubro de 2015,** conforme processo administrativo do PREVI-LACERDA, n.º **2015.05.00130P.**

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à **12/09/2015**, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

PONTES E LACERDA - MT, 30 de setembro de 2015.

ANDERSON DA SILVA LIMA

Secretário de Administração

GABINETE
EXTRATO DE TERMOS RESCISÃO DE CONTRATO/2015

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº. 197/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA

CONTRATADA: EMPRESA DENTAL CENTRO OESTE LTDA

OBJETO: FICA RESCINDIDO O CONTRATO Nº. 197/2014, FACE A EMPRESA INDIVIDUAL DENTALCENTROOESTELTDA, QUE TEM POR OBJETO O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E/OU MATERIAIS PERMANENTES PARA ATENDER AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS CONTIDOS NOS ITENS 03,12 E 15 DO PROCESSO DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO Nº. 098/2014/PMPL

DISPOSIÇÕES GERAIS: PREGÃO Nº. 098/2014

DATA: 28/09/2015

GABINETE
EXTRATO DE TERMOS RESCISÃO DE CONTRATO/2015

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº. 196/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA

CONTRATADA: EMPRESA SUPERSOFT TREINAMENTO EM INFORMATICA EIRELI-EPP

OBJETO: FICA RESCINDIDO O CONTRATO Nº. 196/2014, FACE A EMPRESA INDIVIDUAL SUPERSOFT TREINAMENTO EM INFORMÁTICA EIRELLI LTDA, QUE TEM POR OBJETO O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E/OU MATERIAIS PERMANENTES PARA ATENDER AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS CONTIDOS NO ITEM 04 DO PROCESSO DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO Nº. 098/2014/PMPL

DISPOSIÇÕES GERAIS: PREGÃO Nº. 098/2014

DATA: 28/09/2015

GABINETE
EXTRATO DE TERMOS RESCISÃO DE CONTRATO/2015

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº. 192/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA

CONTRATADA: EMPRESA GLOBO REAGENTES E EQUIPAMENTOS PARA LABORATÓRIO LTDA

OBJETO: FICA RESCINDIDO O CONTRATO Nº. 192/2013, FACE A EMPRESA GLOBO REAGENTES E EQUIPAMENTOS PARA LABORATÓRIO LTDA, QUE TEM POR OBJETO O FORNECIMENTO MATERIAIS PARA SER UTILIZADO NO LABORATÓRIO MUNICIPAL, DE ACORDO COM O SALDO DOS ITENS 47, 50, 58, 70, 71, 73, 74, 75, 77, 80, 82, 85, 87, 88, 89, 90, 91 E 92, PERTINENTES AO PREGÃO/REGISTRO DE PREÇOS Nº. 045/2012, PARA ATENDIMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

DISPOSIÇÕES GERAIS: PREGÃO/REGISTRO DE PREÇOS Nº. 045/2012

DATA: 28/09/2015

GABINETE
EXTRATO DE TERMOS RESCISÃO DE CONTRATO/2015

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº. 191/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA

CONTRATADA: EMPRESA BRASIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA

OBJETO: FICA RESCINDIDO O CONTRATO Nº. 191/2013, FACE A EMPRESA BRASIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA, QUE TEM POR OBJETO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA SER UTILIZADO NO LABORATÓRIO MUNICIPAL, DE ACORDO COM O SALDO DOS ITENS 1, 3, 6, 7, 8, 11, 13, 15, 18, 38, 45, 81, 84, 86 E 94, PERTINENTES AO PREGÃO/REGISTRO DE PREÇOS Nº. 045/2012, PARA ATENDIMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

DISPOSIÇÕES GERAIS: PREGÃO/REGISTRO DE PREÇOS Nº. 045/2012

DATA: 28/09/2015

GABINETE
EXTRATO DE TERMOS RESCISÃO DE CONTRATO/2015

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº. 190/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA

CONTRATADA: EMPRESAUNI-FARMA CENTRO OESTE GESTÃO E COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

OBJETO: FICA RESCINDIDO O CONTRATO Nº. 190/2013, FACE A EMPRESA UNI-FARMA CENTRO OESTE GESTÃO E COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, QUE TEM POR OBJETO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA SER UTILIZADO NO LABORATÓRIO MUNICIPAL, DE ACORDO COM O SALDO DOS ITENS 23, 27, 28, 29, 30, 34, 35, 39, 42, 43 E 54, PERTINENTES AO PREGÃO/REGISTRO DE PREÇOS Nº. 045/2012, PARA ATENDIMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

DISPOSIÇÕES GERAIS: PREGÃO/REGISTRO DE PREÇOS Nº. 045/2012

DATA: 28/09/2015

GABINETE
EXTRATO DE TERMOS RESCISÃO DE CONTRATO/2015

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº. 119/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA

CONTRATADA: EMPRESA FUJIFILM DO BRASIL LTDA

OBJETO: FICA RESCINDIDO O CONTRATO Nº. 119/2014, FACE A EMPRESA FUJIFILM DO BRASIL LTDA, QUE TEM POR OBJETO O FORNECIMENTO MATERIAIS, CONSISTES EM FILMES PARA RX E FILMES PARA ULTRASSONOGRAFIA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS CONTIDOS NAS PLANILHAS QUE COMPÕEM OS ITENS 05 E 06 DO PROCESSO DE LICITAÇÃO, NA MODALIDADE PREGÃO/REGISTRO DE PREÇOS Nº. 036/2014/PMPL

DISPOSIÇÕES GERAIS: PREGÃO/REGISTRO DE PREÇOS Nº. 036/2014

DATA: 28/09/2015

GABINETE
EXTRATO DE TERMOS RESCISÃO DE CONTRATO/2015

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº. 118/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA

CONTRATADA: EMPRESA IBF INDÚSTRIA BRASILEIRA DE FILMES S.A

OBJETO: FICA RESCINDIDO O CONTRATO Nº. 118/2014, FACE A EMPRESA IBF INDÚSTRIA BRASILEIRA DE FILMES S/A, QUE TEM POR OBJETO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS, CONSISTES EM FILMES PARA RX E FILMES PARA ULTRASSONOGRAFIA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS CONTIDOS NAS PLANILHAS QUE COMPÕEM OS ITENS 01, 02, 03 E 04 DO PROCESSO DE LICITAÇÃO, NA MODALIDADE PREGÃO/REGISTRO DE PREÇOS Nº. 036/2014/PMPL

DISPOSIÇÕES GERAIS: PREGÃO/REGISTRO DE PREÇOS Nº. 036/2014

DATA: 28/09/2015

GABINETE
EXTRATO DE TERMOS RESCISÃO DE CONTRATO/2015

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº. 117/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA

CONTRATADA: EMPRESA TIRADENTES MÉDICO HOSPITALAR LTDA

OBJETO: FICA RESCINDIDO O CONTRATO Nº. 117/2014, FACE A EMPRESA TIRADENTES MÉDICO HOSPITALAR LTDA, QUE TEM POR OBJETO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS, CONSISTES EM FILMES PARA RX E FILMES PARA ULTRASSONOGRAFIA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS CONTIDOS NAS PLANILHAS QUE COMPÕEM OS ITENS 07 E 08 DO PROCESSO DE LICITAÇÃO, NA MODALIDADE PREGÃO/REGISTRO DE PREÇOS Nº. 036/2014/PMPL

DISPOSIÇÕES GERAIS: PREGÃO/REGISTRO DE PREÇOS Nº. 036/2014

DATA: 28/09/2015

GABINETE
EXTRATO DE TERMOS RESCISÃO DE CONTRATO/2015

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº. 198/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA

CONTRATADA: EMPRESA A T I COMÉRCIO DE MÓVEIS E INFORMÁTICA LTDA-ME

OBJETO: FICA RESCINDIDO O CONTRATO Nº. 198/2014, FACE A EMPRESAA T I COMÉRCIO DE MÓVEIS E INFORMÁTICA LTDA-ME, QUE TEM POR OBJETO O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E/OU MATERIAIS PERMANENTES PARA ATENDER AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS CONTIDOS NO ITEM 01 DO PROCESSO DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO Nº. 098/2014/PMPL

DISPOSIÇÕES GERAIS: PREGÃO Nº. 098/2014

DATA: 28/09/2015

GABINETE
EXTRATO DE TERMOS RESCISÃO DE CONTRATO/2015

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº. 106/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA

CONTRATADA: EMPRESA INJEX INDÚSTRIA CIRÚRGICA LTDAE

OBJETO: FICA RESCINDIDO O CONTRATO Nº. 106/2013, FACE A EMPRESA INJEX INDÚSTRIA CIRÚRGICA LTDA, CUJO OBJETO É O FORNECIMENTO DE MATERIAIS HOSPITALARES PARA ATENDIMENTO DOS MUNÍCIPES DE PONTES E LACERDA, SEGUNDO NECESSIDADE, CONSTANTES DOS ITENS 01 E 02, DO PROCESSO DE LICITAÇÃO, NA MODALIDADE PREGÃO/REGISTRO DE PREÇO Nº. 004/2013, VINCULANDO-SE A PROPOSTA APRESENTADA E DEVIDAMENTE REGISTRADA NA RESPECTIVA ATA, QUE PASSAM A INTEGRAR O PRESENTE INSTRUMENTO, INDEPENDENTE DE TRANSCRIÇÃO.

DISPOSIÇÕES GERAIS: PREGÃO/REGISTRO DE PREÇOS Nº. 010/2013

DATA: 28/09/2015

GABINETE
EXTRATO DE TERMOS RESCISÃO DE CONTRATO/2015

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº. 094/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA

CONTRATADA: EMPRESA MEDICINA DO TRABALHO LTDA-ME

OBJETO: FICA RESCINDIDO O CONTRATO Nº. 094/2014, FACE A EMETRA – EMPRESA MEDICINA DO TRABALHO LTDA, SERVIÇOS DE CONSULTAS DE CLÍNICA MÉDICA GERAL PARA ATENDER A ZONA RURAL, COMPREENDENDO AS COMUNIDADES RURAIS CORONEL PECUÁRIA I, PECUÁRIA II, BONANZA, MINA OURO E CERRO AZUL, NOS TERMOS DO EDITAL E ANEXOS DO PREGÃO/REGISTRO DE PREÇOS Nº. 022/2014, PERTINENTE AOS ITENS 01 E 02 E PROPOSTA DA CONTRATADA QUE PASSA A FAZER PARTE INTEGRANTE DO PRESENTE INSTRUMENTO, INDEPENDENTE DE TRANSCRIÇÃO.

DISPOSIÇÕES GERAIS: PREGÃO/REGISTRO DE PREÇOS Nº. 022/2014

DATA: 28/09/2015

GABINETE
EXTRATO DE TERMOS RESCISÃO DE CONTRATO/2015

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº. 199/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA

CONTRATADA: EMPRESA DENTAL MIX COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS ODONTOLOGICOS LTDA - ME

OBJETO: FICA RESCINDIDO O CONTRATO Nº. 199/2014, FACE A EMPRESADENTAL MIX COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS ODONTOLOGICOS LTDA - ME, QUE TEM POR OBJETO O FORNECIMENTO EQUIPAMENTOS E/OU MATERIAIS PERMANENTES PARA ATENDER AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS CONTIDOS NOS ITENS 07 E 17 DO PROCESSO DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO Nº. 098/2014/PMPL

DISPOSIÇÕES GERAIS: PREGÃO Nº. 098/2014

DATA: 28/09/2015

GABINETE
EXTRATO DE TERMOS RESCISÃO DE CONTRATO/2015

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº. 093/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA

CONTRATADA: EMPRESA LABORATÓRIO LIDER ANÁLISES CLÍNICAS LTDA-ME

OBJETO: FICA RESCINDIDO O CONTRATO Nº. 093/2014, FACE A EMPRESA LABORATÓRIO LIDER ANALISES CLÍNICAS LTDA-ME, SERVIÇOS LABORATORIAIS DE ANÁLISES CLÍNICAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, NOS TERMOS DO EDITAL E ANEXOS DO PREGÃO/REGISTRO E PREÇOS Nº. 021/2014/PMPL

DISPOSIÇÕES GERAIS: PREGÃO/REGISTRO DE PREÇOS Nº. 021/2014

DATA: 28/09/2015

GABINETE
EXTRATO DE TERMOS RESCISÃO DE CONTRATO/2015

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº. 200/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA

CONTRATADA: EMPRESA MV PAPELARIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA-ME

OBJETO: FICA RESCINDIDO O CONTRATO Nº. 200/2014, FACE A EMPRESA MV PAPELARIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA - ME, QUE TEM POR OBJETO O EQUIPAMENTOS E/OU MATERIAIS PERMANENTES PARA ATENDER AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS CONTIDOS NOS

ITENS 05, 11 E 16 DO PROCESSO DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO Nº. 098/2014/PMPL

DISPOSIÇÕES GERAIS: PREGÃO Nº. 098/2014

DATA: 28/09/2015

GABINETE
EXTRATO DE TERMOS RESCISÃO DE CONTRATO/2015

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº. 092/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA

CONTRATADA: EMPRESA V N DOS SANTOS & CIA LTDA-EPP

OBJETO: FICA RESCINDIDO O CONTRATO Nº. 092/2014, FACE A EMPRESA V N DOS SANTOS & CIA LTDA-EPP, QUE SE REFERE AO FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSUMO PARA PACIENTES CARENTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO Nº. 020/2014, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS CONTIDOS NAS PLANILHAS QUE COMPÕEM OS ITENS 01, 02, 03, 04, 05, 07, 08 E 09 DO PROCESSO DE LICITAÇÃO, NA MODALIDADE PREGÃO Nº. 020/2014/PMPL

DISPOSIÇÕES GERAIS: PREGÃO/REGISTRO DE PREÇOS Nº. 020/2014

DATA: 28/09/2015

GABINETE
EXTRATO DE TERMOS RESCISÃO DE CONTRATO/2015

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº. 211/2014,

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA

CONTRATADA: EMPRESA GILBERTO MORALES INFORMÁTICA EIRELLI – EPP

OBJETO: FICA RESCINDIDO O CONTRATO Nº. 211/2014, FACE A EMPRESAGILBERTO MORALES INFORMÁTICA EIRELLI – EPP, QUE TEM POR OBJETO O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E/OU MATERIAIS PERMANENTES PARA ATENDER AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS CONTIDO NO ITEM 01 DO PROCESSO DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO Nº. 106/2014/PMPL.

DISPOSIÇÕES GERAIS: PREGÃO Nº. 106/2014

DATA: 28/09/2015

GABINETE
EXTRATO DE PORTARIAS PREFEITURA SETEMBRO/2015

PORTARIA Nº. 274/2015

Designa a Sra. Silvana Ferrari Macedo para exercer a função de membro da comissão Permanente de Licitação

Data: 29/09/2015

GABINETE
EXTRATO DE PORTARIAS PREFEITURA SETEMBRO/2015

PORTARIA Nº. 275/2015

Dispõe sobre a concessão de licença sem remuneração ao servidor Sr. Oraci Aquino Correia, nos termos da Lei Complementar nº. 062/2008

Data: 29/09/2015

GABINETE
EXTRATO DE CONTRATO SETEMBRO/ 2015

Contrato n.º 129/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de **Pontes e Lacerda**

Contratada: Empresa **TAIAMA RENT A CAR LTDA-ME**

Objeto: Constitui objeto do presente instrumento, a locação de um veículo tipo ambulância, para atender a demanda do município no transporte de pacientes, cujas especificações e quantitativos estão descritos no Termo de Referência nº. 06/316/2015 e demais documentos pertinentes à licitação na modalidade Pregão nº. 114/2015, que passam a integrar o presente contrato, independente de transcrição.

Disp. Gerais: Pregão nº. 114/2015

Valor: R$ 19.800,00

Data: 25/09/2015

Vigência: 31/12/2015

GABINETE
LEI Nº. 1.629/2015.

"Autoriza o município receber por dação em pagamento, o imóvel que menciona e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Pontes e Lacerda, Estado de Mato Grosso, **Donizete Barbosa do Nascimento**, USANDO das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 96 da Lei Orgânica do Município, faz saberque a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Município de Pontes e Lacerda, autorizado a receber, por dação em pagamento, o imóvel de propriedade do Sr. Allan Patrick de Queiroz, inscrito sob a matrícula nº. 15.134, no Primeiro Serviço Notarial Cartório do Primeiro Ofício Registro de Imóveis desta comarca, conforme os limites e confrontações a seguir delineados:

I – Imóvel: Um (01) imóvel urbano, situado nesta cidade, Quadra 18, lote 10, Jardim Primavera, com formato triangular e área total de 538,31 m², considerando a localização da área e os preços usualmente praticados pelo mercado naquela região, a Comissão Permanente para Avaliação de Bens Móveis e Imóveis atribuiu ao presente imóvel o valor de **R$ 134. 577,50 (cento e trinta e quatro mil, quinhentos e setenta e sete reais e cinquenta centavos).**

Art. 2º. Pela permuta acima descrita, será compensado os débitos do Sr. Allan Patrick de Queiroz, junto ao Município, no valor de **R$ 127.727,73 (cento e vinte e sete mil, setecentos e vinte e sete reais e setenta e três centavos),** conforme histórico financeiro por contribuinte anexo.

§ 1º. A presente dação será realizada por equivalência de valores, desonerando-se o município da restituição da diferença apurada ou de constituição de crédito em favor do proprietário do imóvel.

§ 2º. As despesas oriundas da escrituração cartorária da transmissão dos imóveis correrão por conta dos permutantes.

Art. 3º. A dação em pagamento de que trata esta Lei dar-se-á em estrita observância à legislação pertinente, devendo ser formalizada mediante escritura pública.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Pontes e Lacerda, em 30 de setembro de 2015.

Donizete Barbosa do Nascimento

Prefeito

GABINETE
LEI Nº. 1.630/2015

"Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a outorgar, em nome do Município de Pontes e Lacerda, escritura pública de doação com condição resolutiva, dos imóveis que menciona e dá outras providências".

DONIZETE BARBOSA DO NASCINENTO, Prefeito de Pontes e Lacerda, no uso das atribuições de seu cargo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º. Fica do chefe do Poder Executivo autorizado a outorgar, em nome do Município de Pontes e Lacerda, escritura pública de doação, com condição resolutiva, dos imóveis urbanos denominados Lotes 02 a 05, da Quadra 07A e Lotes 01 a 10 da Quadra 07B,Lotes 02 a 12, da Quadra 16B, 01 a 20, da Quadra 17A e 01 a 20 da Quadra 17B, do Parque São Cristóvão, nesta cidade, aos respectivos e atuais ocupantes devidamente cadastrados no Programa Nacional de Habitação de Interesse Social celebrado entre o Município de Pontes e Lacerda, o Ministério das Cidades, a Secretaria de Infraestrutura do Estado e a Caixa Econômica Federal.

Art. 2º. A relação dos donatários, bem como os Mapas de Desmembramento e Memoriais Descritivos de cada unidade imobiliária ficam fazendo parte integrante desta lei.

Art. 3º. Em caráter eminentemente social desta lei, das escrituras de doação deverão constar cláusula de inalienabilidade pelo prazo de 05 (cinco) anos, bem como, pelo mesmo período, a condição impeditiva de locação ou comodato, ainda que verbais, do imóvel doado, sob pena de reversão ao patrimônio público.

Art. **4º.** As despesas decorrentes da escrituração e registro correrão exclusivamente à conta do donatário.

Art. **5º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Pontes e Lacerda, em 30 de setembro de 2015.

DONIZETE BARBOSA DO NASCIMENTO

Prefeito

RESULTADO PREGÃO N.116/2015

REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO N.º321/2015

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERIFÉRICOS DE INFORMÁTICA, PERMANENTES E EQUIPAMENTOS PARA ATENDER AS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DO MUNICIPIO.

O Pregoeiro, regido pelo Decreto n.º 101/2015 da Prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda/MT, no uso de suas atribuições legais, torna público aos interessados que o PREGÃO PRESENCIAL N.º 116/2015, cujo certame se deu às 08h do dia 29/09/2015; sagrou vencedora as empresas SUPERSOLFT TREINAMENTO EM INFORMATICA EIRELI, vencedora dos itens 11,20,22,26,27,46,86,101,103,104,105,110,127,132,133,137,138,139,140,145,155,162,163,168,171,172,173,175,177,179,180,192,196,197,200,208,217,220,222,227,235,240 e 271, com valor total de R$408.370,54 (quatrocentos e oito mil trezentos e setenta reais e cinquenta e quatro centavos), GILBERTO MORALES INFORMATICA EIRELLI-EPP, vencedora dos itens 02,21,28,29,30,47,48,50,51,52,55,61,62,64,97,131,134,135,136,141,146,150,151,152,153,154,156,157,158,159,160,161,164,165,166,167,169,170,174,182,184,187,189,191,193,201,210,211,234,238,241,242,243,244,245,246 e 263, com valor total de R$319.950,91 (trezentos e dezenove mil novecentos e cinquenta reais e noventa e um centavos), STUDIO COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE INFORMATICA LTDA, vencedora dos itens 71,80,81,102,117,124,194,195,198,199,214,215,218,255 e 258, com valor total de R$345.826,18 (trezentos e quarenta e cinco mil oitocentos e vinte e seis reais e dezoito centavos), STILUS MAQ. E EQUIPAMENTOS PARA escritório LTDA, vencedora dos itens 08,15,16,25,56,84,93,149,185,186,188 e 261, com valor total de R$59. 580,00 (cinquenta e nove mil e quinhentos e oitenta reais), A T I COMERCIO DE MÓVEIS E INFORMATICA LTDA, vencedora dos itens 01, 31, 33, 35, 36, 49, 68, 70, 74, 85, 96, 98, 115, 116, 118, 119, 120, 121, 122,123,126,128,176,178,206,207,212,221,225,239,256,257 e 272, com valor total de R$463.594,40 (quatrocentos e sessenta e tres mil quinhentos e oitenta reais), SUPREMA COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA-ME, vencedora dos itens 03,07,34,39,40,41,42,44,45,53,63,65,67,72,73,88,89,90,148,204,205,216, 254,259,262,265,268 e 269, com valor total de R$177.529,47 (cento e setenta e sete mil quinhentos e vinte e nove reais e quarenta e sete centavos), AKDD ELET. E PAPELARIA COM. E REP. DE SERVIÇOS LTDA-ME, vencedoras dos itens 06,13,14,18,19,37,43,54,60,94,106,107,183,213,223,247,251,260 e 270, com valor total de R$293.995,40 (duzentos e noventa e tres mil novecentos e noventa e cinco reais e quarenta centavos), APIS COMERCIO INFORMATICA EIRELI, vencedora dos itens 09,69,77,78,79,95,114,129,130,202,203,219,224,226,237 e 253, com valor total de R$388.779,30 (trezentos e oitenta e oito mil setecentos e setenta e nove reais e trinta centavos), MARCOS ANTONIO DIAS MACHADO-ME, vencedora dos itens 10,57,58,113,147,181,236 e 264, com valor total de R$73.768,71 (setenta e tres mil setecentos e sessenta e oito reais e setenta e um centavos) e a OLMIR IORIS & CIA LTDA-EPP, vencedora dos itens 04,05,12,17,23,32,38,59,76,82,83,92,100,111,112,143,144,190,209,232,233,248,249,250,252 e 267, com valor total de R$239.208,00 (duzentos e trinta e nove mil duzentos e oito reais). Maiores informações fone 0xx65 3266-2534, Leandro Narciso da Costa ou site www.ponteselacerda.mt.gov.br ATA. Pontes e Lacerda/MT, 01 de outubro de 2015.

Leandro Narciso da Costa – Pregoeiro

GABINETE
EXTRATO DE TERMO ADITIVO/SETEMBRO/2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 008/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA

CONTRATADA: EMPRESA A. F. ESCOBEDO & CIA LTDA-ME

OBJETO: 1.1 FICA ACRESCIDO AO CONTRATO ORIGINAL O VALOR DE R$ 18.910,40 (DEZOITO MIL, NOVECENTOS E DEZ REAIS E QUARENTA CENTAVOS), CORRESPONDENTE À AQUISIÇÃO SUPLEMENTAR DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, NA LINHA GAZANA X PONTES E LACERDA, NUM TOTAL DE 4.240 KM, NO LIMITE DE 25% (VINTE E CINCO POR CENTO), CONFORME PERMISSIVO NA CLÁUSULA QUINTA DO AJUSTE INICIAL, DECORRENTE DA LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO/REGISTRO DE PREÇOS Nº. 117/2014, SENDO PAGOS COM A DOTAÇÃO ABAIXO ESPECIFICADA.

05.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

05.05 – COORDENADORIA DO TRANSPORTE ESCOLAR

12.361.1013.2.048 – MANUTENÇÃO DA COORDENADORIA DO TRANSPORTE ESCOLAR

3.3.90.39.00.00.00.00 2105 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA – FICHA 149

1.2 O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO SUBSTITUIR A RAZÃO SOCIAL DESCRITA NO CONTRATO INICIAL DE Nº. 008/2015, PASSANDO A SER DENOMINADO A PARTIR DESTA DATA, DE A. F. ESCOBEDO & CIA LTDA-ME, NOS TERMOS DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL ANEXO, QUE PASSA A FAZER PARTE INTEGRANTE DO PRESENTE TERMO, INDEPENDENTE DE TRANSCRIÇÃO.

DISPOSIÇÕES GERAIS: PREGÃO/REGISTRO DE PREÇOS Nº. 117/2014

VALOR: R$ 18.910,40

DATA: 25/09/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2015-SRP Nº 029/2015.

O Município de Porto Alegre do Norte representado pela Prefeitura Municipal, através do Pregoeiro senhor Reinaldo Heverton Ferraz de Oliveira, torna público para conhecimento dos interessados resultado do **Pregão Presencial nº 029/2015**, cujo objeto É **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, COM CONDUTOR, DESTINADO AO TRANSPORTE DE ALUNOS DA ZONA RURAL DE MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE DO NORTE/MT, constantes no anexo i**, **no tipo menor preço com julgamento MENOR PREÇO,** conforme normas da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores; Lei Federal 10.520/02 e decreto municipal nº 677/2010. Cuja abertura ocorreu as 09:00 horas do dia 01 de Outubro de 2015, consagrou – se vencedora a empresa Ronan R. da Silva - ME inscrito no CNPJ: 10.311294/0001-26, valor kilômetro R$ 3,20 totalizando o montante de R$ 67.200,00 (sessenta e sete mil e duzentos reais). Reinaldo Heverton Ferraz de Oliveira, Porto Alegre do Norte/MT, 01 de Outubro de 2015.

Reinaldo Heverton Ferraz de Oliveira

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CANCELAMENTO.

A PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIÃO TORNA PUBLICA A RESCISÃO DA ADESAO A ATA Ata de Registro de Preços decorrente ao Pregão Eletrônico no 103/2014, em que figura como Órgão Licitante a SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA DO ACRE, ATA DE PREGÃO ELETRÔNICO POR REGISTRO DE PREÇOS 509/2014, FOI CANCELA ESSA ADESÃO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS

PORTARIA Nº. 389/2015

De: 01 de Outubro de 2015

*"Concede Férias a servidora **Edvania Olimpia Leandro** e dá outras providências".*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c.c artigo 103 da Lei 018/91 Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Município, das suas Autarquias e Fundações e pela Lei 011/2002;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 01/10/2015, **30 (trinta)** dias consecutivos de **Férias,** a servidora**Edvania Olimpia Leandro**nomeada no cargo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 01/08/2014 a 31/07

/2015.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 01 de Outubro de 2015.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

TERMO DE POSSE E COMPROMISSO Nº 348/2015

Ao primeiro dia do mês de Outubro do ano de dois mil e quinze (01/10/2015), nesta cidade e comarca de Porto dos Gaúchos/MT, no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, localizado no prédio da Prefeitura Municipal, sito a Praça Leopoldina Wilke nº 19, compareceu, **MARIA HELENA DA COSTA FERNANDES,** brasileira, portadora da RG Nº 1840391-3 SJSP/MT e do CPF. Nº 017.257.911-29, residente e domiciliada à Rua Boa Esperança, Bairro Beira Rio, neste município de Porto dos Gaúchos/MT, classificada no concurso público 001/2013 realizado em 08 de dezembro de 2013, homologado pelo Decreto 002/2014 em 07 de janeiro de 2014 e nomeada pelo Prefeito Municipal através da Portaria nº 374/2015 de 15 de Setembro de 2015, para tomar posse com exercício no cargo de **Apoio Administrativo Educacional "B"** 30 horas – PCCS Educação junto a Escola Municipal Valsir André Ferrarinilotada na Secretaria Municipal de Educação.

No ato foi observado que todas as exigências legais para investidura foram satisfeitas com a apresentação da documentação exigida no ato de convocação. E por meio deste compromete-se de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo.

Para constar, eu Adriana Silverio de Almeida Krepsz, com exercício no Departamento de Pessoal, lavrei o presente Termo de Posse e Compromisso, que após lido vai assinado pela autoridade competente e pela empossada.

Porto dos Gaúchos/MT, 01 de Outubro de 2015.

_____

Maria Helena da Costa Fernandes

Empossada

_____

Moacir Pinheiro Piovesan

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 381/2015

De: 01 de Outubro de 2015

*"Concede Férias a servidora **Lisete Marques dos Santos** e dá outras providências".*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c.c artigo 103 da Lei 018/91 Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Município, das suas Autarquias e Fundações e pela Lei 011/2002;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 01/10/2015, **30 (trinta)** dias consecutivos de **Férias,** a servidora**Lisete Marques dos Santos**nomeada no cargo de Professora e exercendo a função de Diretora Escolar na Creche Municipal Pequeno Príncipe, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 04/05/2014 a 03/05/2015.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 01 de Outubro de 2015.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 382/2015

De: 01 de Outubro de 2015

*"Concede Férias a servidora **Angelica Bittencourt** e dá outras providências".*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c.c artigo 103 da Lei 018/91 Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Município, das suas Autarquias e Fundações e pela Lei 011/2002;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 01/10/2015, **30 (trinta)** dias consecutivos de **Férias,** a servidora**Angelica Bittencourt**nomeada no cargo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Finanças, referente ao período aquisitivo de 05/03/2014 a 04/03/2015.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 01 de Outubro de 2015.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 383/2015

De: 01 de Outubro de 2015

*"Concede Férias ao servidor **Oscar de Almeida Costa** e dá outras providências".*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c.c artigo 103 da Lei 018/91 Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Município, das suas Autarquias e Fundações e pela Lei 011/2002;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 01/10/2015, **25 (vinte e cinco)** dias consecutivos de **Férias,** ao servidor **Oscar de Almeida Costa**nomeado no cargo de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, referente ao período aquisitivo proporcional de 11/03/2008 a 31/12/2008.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 01 de Outubro de 2015.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 384/2015

De: 01 de Outubro de 2015

*Concede Licença Especial ao servidor **Carlos Aparecido Pacheco** e dá outras providências"*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais e ainda com fulcro no que estabelece o Artigo 120 da Lei n° 018/1991 e Lei Complementar n° 002/2003;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder **Licença Especial,** ao servidor **Carlos Aparecido Pacheco,** nomeado no cargo de Gari, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura para usufruir no mês de **Outubro de 2015**, referente ao quinquênio de **06/05/2010 a 05/05/2015.**

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 01 de Outubro de 2015.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 385/2015

De: 01 de Outubro de 2015

*"Concede Férias a servidora **Neuza de Oliveira Santos** e dá outras providências".*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c.c artigo 103 da Lei 018/91 Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Município, das suas Autarquias e Fundações e pela Lei 011/2002;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 01/10/2015, **30 (trinta)** dias consecutivos de **Férias,** a servidora**Neuza de Oliveira Santos**nomeada no cargo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 01/08/2014 a 31/07/2015.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 01 de Outubro de 2015.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 386/2015

De: 01 de Outubro de 2015

*"Concede Férias a servidora **Sara da Silva de Almeida** e dá outras providências".*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c.c artigo 103 da Lei 018/91 Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Município, das suas Autarquias e Fundações e pela Lei 011/2002;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 01/10/2015, **30 (trinta)** dias consecutivos de **Férias,** a servidora**Sara da Silva de Almeida**nomeada no cargo de Recepcionista, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 24/03/2014 a 23/03/2015.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 01 de Outubro de 2015.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 387/2015

De: 01 de Outubro de 2015

*"Concede Férias a servidora **Ana Paula de Lima** e dá outras providências".*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c.c artigo 103 da Lei 018/91 Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Município, das suas Autarquias e Fundações e pela Lei 011/2002;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 01/10/2015, **30 (trinta)** dias consecutivos de **Férias,** a servidora**Ana Paula de Lima**nomeada no cargo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 17/06/2014 a 16/06/2015.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 01 de Outubro de 2015.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 388/2015

De: 01 de Outubro de 2015

*"Concede Férias a servidora **Sueli Martins Ribeiro** e dá outras providências".*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c.c artigo 103 da Lei 018/91 Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Município, das suas Autarquias e Fundações e pela Lei 011/2002;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 01/10/2015, **30 (trinta)** dias consecutivos de **Férias,** a servidora**Sueli Martins Ribeiro**nomeada no cargo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 01/10/2014 a 30/09/2015.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 01 de Outubro de 2015.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 390/2015

De: 01 de Outubro de 2015

*"Concede Férias a servidora **Antonia do Nascimento Guerra** e dá outras providências".*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c.c artigo 103 da Lei 018/91 Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Município, das suas Autarquias e Fundações e pela Lei 011/2002;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 01/10/2015, **30 (trinta)** dias consecutivos de **Férias,** a servidora**Antonia do Nascimento Guerra**nomeada no cargo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 01/04/2013 a 31/03/2014.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 01 de Outubro de 2015.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 391/2015

De: 01 de Outubro de 2015

***"Concede Licença Para Tratamento de Interesse Particular a servidora Nayrane Patricia dos Santos Laurentino** e dá outras providências"*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais e ainda com fulcro no que estabelece o artigo 124° da Lei Municipal n° 018/1991 de 18/06/1991 e Lei Complementar nº 011/2002 de 22/05/2002.

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder **Licença Para Tratamento de Interesse Particular** sem remuneração,a servidora**Nayrane Patricia dos Santos Laurentino,** nomeada no cargo de Auxiliar de Laboratório, lotada na Secretaria Municipal de Saúde durante o período de 02 (dois) anos, compreendido de **01 de Outubro de 2015 a 30 de Setembro de 2017.**

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 01 de Outubro de 2015.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 33/2015

LEILÃO Nº. 002/2015

Objeto: LEILÃO PARA VENDA DE VEICULOS INSERVIVEIS E SUCATAS (ELETRÔNICAS, FERRO, AÇO E CADEIRAS), DE PROPRIEDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS.

Repartições interessadas:..... GABINETE DO PREFEITO;

..... SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO;

Modalidade de licitação:..... LEILÃO

Tipo de licitação:..... MAIOR PREÇO

Conformidade:---------- EDITAL E SEUS ANEXOS, LEI Nº. 8.666 DE 21 DE JUNHO DE 1993 E SUAS ALTERAÇÕES, LEI COMPLEMENTAR Nº. 123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006, E DEMAIS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS;

O município de Porto dos Gaúchos, estado de Mato Grosso, através de seu Prefeito Municipal, senhor Moacir Pinheiro Piovesan, em atendimento ao disposto na Lei Federal nº. 8.666/93 – Artigo 43 – Inciso VI, **HOMOLOGA** o resultado final do Processo Licitatório supracitado, proferido pela Comissão Municipal de Licitação, instituída pela portaria Nº. 002/2015 de 05 de Janeiro de 2015.

Vencedoras:

PAULO CESAR ALVES BORGES.

CPF sob n º 937.694.901-34

Valor global.

R$ 18.000,00

(Dezoito mil reais)

DINIVALDO MACHADO.

CPF sob n º 453.430.631-87

Valor global.

R$ 0,08 por Kg

(oito centavos)

W.D. TERRAPLANAGEM E CONSTRUCAO LTDA – ME.

CNPJ sob n º 02.962.493/0001-76

Valor global.

R$ 6.000,00

(Seis mil reais)

Homologo o resultado proferido pela Comissão Municipal de Licitação.

Porto dos Gaúchos/MT, 29 de Setembro de 2015.

Moacir Pinheiro Piovesan

Prefeito Municipal

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 33/2015

LEILÃO Nº. 002/2015

Objeto: LEILÃO PARA VENDA DE VEICULOS INSERVIVEIS E SUCATAS (ELETRÔNICAS, FERRO, AÇO E CADEIRAS), DE PROPRIEDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS.

Repartições interessadas:..... GABINETE DO PREFEITO;

..... SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO;

Modalidade de licitação:..... LEILÃO

Tipo de licitação:..... MAIOR PREÇO

Conformidade:---------- EDITAL E SEUS ANEXOS, LEI Nº. 8.666 DE 21 DE JUNHO DE 1993 E SUAS ALTERAÇÕES, LEI COMPLEMENTAR Nº. 123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006, E DEMAIS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS;

Em conformidade com o artigo 43, inciso VI da Lei Federal nº. 8666/93, o município de Porto dos Gaúchos/MT, através de seu Prefeito Municipal, senhor Moacir Pinheiro Piovesan, **ADJUDICA** o objeto desta Licitação, as vencedoras a seguir:

PAULO CESAR ALVES BORGES.

CPF sob n º 937.694.901-34

Valor global.

R$ 18.000,00

(Dezoito mil reais)

DINIVALDO MACHADO.

CPF sob n º 453.430.631-87

Valor global.

R$ 0,08 por Kg

(oito centavos)

W.D. TERRAPLANAGEM E CONSTRUCAO LTDA – ME.

CNPJ sob n º 02.962.493/0001-76

Valor global.

R$ 6.000,00

(Seis mil reais)

Homologo o resultado proferido pela Comissão Municipal de Licitação.

Porto dos Gaúchos/MT, 29 de Setembro de 2015.

Moacir Pinheiro Piovesan

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N° 047/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU.

CONTRATADA: TECHCORP PARTICIPAÇÕES E NEGOCIOS LTDA

OBJETO: SERVIÇOS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DE PROJETO COM O OBJETIVO DE PROMOVER A AVALIAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DA FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES DA PREFEITURA DE POXORÉU E DA CONCESSÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO EM FOLHA DE PAGAMENTO.

DATA DA ASSINATURA: 30 DE SETEMBRO DE 2015.

VIGENCIA: 180 (CENTO E OITENTA) DIAS

VALOR GLOBAL: R$ 102.000,00 (CENTO E DOIS MIL REAIS) .

ALESSANDRO DOS SANTOS OLIVEIRA

PRESIDENTE CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA

ADMINISTRATIVO
DECRETO Nº. 1.509/2015

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS

APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO.

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais e, considerando o resultado final do Concurso Público n° 001/ 2.014,

DECRETA.

Artigo 1° - Ficam convocados os candidatos abaixo relacionados, a comparecerem ao edifício sede desta Prefeitura Municipal, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, para apresentarem os documentos exigidos no Edital de Concurso Público 001/2014.

Parágrafo Único – O não comparecimento do candidato no prazo estipulado neste artigo, implicará na sua desclassificação, sendo considerado desistente da vaga.

Artigo 2° - Os candidatos aprovados são os seguintes:

001. Técnico Administrativo - SEDE

DÉBORA JAQUELINE SILVEIRA RIOS
SIMONE FINGER

Artigo. 3° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Querência - MT, 01 de outubro de 2015.

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

LICITAÇÕES
PARECER JURÍDICO – RESCISÃO UNILATERAL - PROCEDIMENTO LICITATÓRIO 116/2014 – TOMADA DE PREÇO 015/2014 – KEILA CRISTINA GUARATO – EPP.

O Município de Querência, entidade política integrante da Administração Pública direta, no exercício das funções administrativas as quais lhes são inerentes, ora representada pela Prefeitura Municipal de Querência, enquanto órgão público integrante de sua estrutura, vem, por meio desta, rescindir unilateralmente o contrato administrativo celebrado entre o município de Querência/MT, pessoa jurídica de direito público interno, e a empresa KEILA CRISTINA GUARATO – EPP., pessoa jurídica de direito privado, pelos motivos de fato e de direito a seguir expostos:

Tendo em vista a necessidade da Administração Pública municipal em contratar empresa responsável para a construção de escola rural localizada na Fazenda Tanguro, situada na circunscrição do Município de Querência/MT, abriu-se procedimento administrativo licitatório tendente à contratação de empresa hábil a realização de tal desiderato.

Destarte, frente à necessidade de contratar pelo poder público municipal a época, e tendo em vista o mandamento constitucional previsto no artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal[1], o qual determina, salvo as hipóteses previamente autorizadas, a realização de procedimento licitatório para contratar com o poder público, propiciando assim a efetivação dos princípios inerentes a Administração Pública, tais como: impessoalidade, publicidade, eficiência dentre outros, inseridos no âmbito do regime jurídico administrativo, os quais impõem ao poder público uma atuação pautada no trato igualitário para com aqueles que pretendam contratar junto à Administração Pública, propiciando, em contrapartida, o alcance da melhor

proposta pelo poder público, na medida em que, possibilita a concorrência entre os licitantes que, por ventura, venham manifestar interesse no objeto a ser licitado e, consequentemente, no contrato administrativo a ser celebrado, vindo ao encontro da normatização relativa ao procedimento licitatório, inserido, pelo menos no que toca a normatização geral de licitações e contratos, na lei nacional n° 8.666/93, mormente, no exposto em seu artigo terceiro, que delimita os princípios inerentes ao procedimento administrativo licitatório, conforme se denota de sua redação abaixo transcrita:

Art. 3o **A licitação destina-se** a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, **a seleção da proposta mais vantajosa para a administração** e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Nesse sentido, o Município de Querência, ora representado pela Prefeitura Municipal de Querência abriu, por intermédio da comissão permanente de licitação, constituída pela portaria de n° 001/2014, de 02 de janeiro de 2014, procedimento licitatório visando à contratação de empresa responsável para a construção de escola rural localizada na Fazenda Tanguro, situada na circunscrição do Município de Querência/MT, tendo o aviso de licitação sido publicado nos dias 07 e 08 de julho de 2014, respectivamente, no diário oficial do Estado de Mato Grosso e no diário municipal de Querência/MT, conforme extratos juntados aos autos, dando assim eficácia ao ato administrativo, e viabilizando, consequentemente, a anuência daqueles que, por ventura, tivessem interesse em contratar junto ao poder público, vindo, consequentemente, a participar do procedimento licitatório em análise.

Interesse este ratificado pela realização de vistoria por parte das empresas interessadas, tendo por fito dar conhecimento aos licitantes das condições e peculiaridades sobre as quais viria a ser executada a obra, tais como: distância, local, vegetação, infraestrutura etc., fulminando assim qualquer "desconhecimento" por parte das empresas licitantes no tocante as condições sobre as quais ficariam obrigadas, caso chegassem a se sagrar vencedora do certame.

Assim, após aberto o procedimento administrativo licitatório, mediante a publicação do aviso de licitação, abriu-se prazo para os licitantes impugnarem o edital, conforme itens 8.1 a 8.5, constantes no instrumento convocatório, os quais estabeleceram o prazo de até três dias úteis anteriores a data da abertura da sessão de classificação e julgamento, devendo a comissão permanente de licitação e contratos proceder a sua análise e resposta.

Desse modo, uma vez iniciado o procedimento licitatório, fora estipulado que a sessão de classificação e julgamento das propostas se daria no dia 22 de julho de 2014 às 09h00min, em respeito ao prazo mínimo estipulado pela lei 8.666/93[2], o qual impõe o prazo mínimo de 15 dias corridos no tipo licitatório em apreço referente à tomada de preço (sua modalidade licitatória).

Assim, após transcorrido o lapso temporal necessário aos licitantes interessados para apresentarem suas propostas, foi aberta sessão de classificação e julgamento no dia 22 de julho de 2014, conforme previsto no instrumento convocatório previamente publicado, vindo, ao término do procedimento licitatório a se sagrar vencedora empresa KEILA CRISTINA GUARATO – EPP, tendo em vista que fora a única empresa participante do processo licitatório em análise, lavrando-se, em seguida , em ata de reunião de abertura e julgamento de n° 103/2014 (Sequência: 1), tais circunstancias, as quais imprimem presunção de veracidade aos fatos nela declarados, na medida em que, consiste na exteriorização de ato administrativo, com os atributos que lhes são inerentes.

Destarte, após o término da sessão de classificação e julgamento, do qual se saiu vencedora a empresa KEILA CRISTINA GUARATO – EPP, foi publicado aviso do resultado licitatório, no dia 23 de julho de 2014, no diário municipal de Querência/MT e no diário oficial da União, conforme extratos juntados aos autos, cujo montante ofertado pela empresa KEILA CRISTINA GUARATO – EPP contabiliza o valor de R$ 1.023.794,77 (um milhão vinte e três mil setecentos e noventa quatro reais e setenta e sete centavos), não havendo, em contrapartida, interposição e recurso, conforme declaração acostada aos autos prestada pelo presidente da comissão de licitação permanente e pregoeiro do procedimento, haja vista que a empresa vencedora fora a única participante do procedimento licitatório, motivo pelo qual, no dia 11 de agosto de 2014 procedeu-se a adjudicação e a homologação do procedimento administrativo em análise pelo agente político encarregado de tal *mister*, o Sr. Gilmar Reinoldo Wentz, prefeito à época da realização do procedimento, vinculando, com a adjudicação, o objeto licitatório a empresa vencedora, de modo que, em havendo a efetiva contratação dos serviços, esta deveria realizar-se junto à empresa KEILA CRISTINA GUARATO – EPP, vencedora do certame, bem como, atestando, com a homologação, que o procedimento perfilhado no decorrer do certame realizou-se de maneira escorreita.

Consequentemente, e levando-se em conta a ordem classificatória do procedimento licitatório, foi, em momento posterior, no dia 11 de agosto de 2014, celebrado o respectivo contrato administrativo entre a Administração Pública municipal, entidade integrante da Administração pública direta, enquanto pessoa jurídica de direito público interno e a empresa KEILA CRISTINA GUARATO – EPP pessoa jurídica de direito privado, estabelecendo assim as cláusulas contratuais que viriam disciplinar a relação jurídica entre as partes, sem excluir, todavia, a normatização constante nos demais diplomas normativos que regulamentam a matéria, notadamente, a lei geral de licitação e contratos, consubstanciada na lei 8.666/93, e nos demais diplomas correlatos, sendo a minuta do contrato publicada no dia 13 de agosto de 2014, no diário municipal de Querência, conforme extrato acostado aos autos, dando assim eficácia ao ato administrativo, conforme dispõe o art. 61, Parágrafo Único da Lei 8.666/93[3], o qual preceitua, que a eficácia dos contratos administrativos se condicionam a sua prévia publicação.

Desse modo, tendo em vista a celebração do contrato administrativo entre as partes, foi expedido ordem de serviço no dia 11 de agosto de 2014, transcorrendo a partir de então o prazo para o cumprimento do cronograma temporal previamente estipulado no item 18.1 do instrumento convocatório, bem como da cláusula 5.1 constante no contrato administrativo celebrado entre as partes, que estabeleceram, conjuntamente, o prazo de 270 (duzentos e setenta) dias para a construção de escola rural localizada na Fazenda Tanguro, situada na circunscrição do Município de Querência/MT, conforme redação abaixo transcrita:

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

5.1. Executar os serviços, de acordo com as especificações constantes no Processo Licitatório n. 116/2014, dentro do prazo máximo de 270 (duzentos e setenta) dias, contados a partir do recebimento da ordem de serviços emitidas pelo Município de Querência/MT.

Não obstante a ordem de serviço tenha sido expedida no dia 11 de agosto de 2014, fazendo assim transcorrer o prazo para cumprimento da obra, objeto do contrato administrativo, o qual, juntamente com o instrumento convocatório (edital), estipulou o prazo de 270 (duzentos e setenta) dias para a sua conclusão pela empresa licitante vencedora, foi outorgado à empresa KEILA CRISTINA GUARATO – EPP termo de aditivo n° 1, no dia 08 de maio de 2015, referente à dilação temporal do prazo para a conclusão da obra objeto do contrato administrativo, estendendo, consequentemente, o prazo para conclusão da obra até o dia 06 de novembro de 2015, na medida em que, concedeu mais 180 (cento e oitenta) dias para a conclusão da obra, conforme prevê a cláusula segunda do primeiro termo de aditivo do contrato administrativo de n° 46/2014, na expectativa de que, uma vez concedido à dilação temporal acima mencionada, a empresa KEILA CRISTINA GUARATO – EPP adimplisse com suas obrigações contratuais junto

a Prefeitura Municipal de Querência, frise-se: dentro do prazo previamente estipulado.

Ademais, tendo vista a vigência do contrato administrativo celebrado entre as partes, o qual se estenderia até o dia 06 de novembro de 2015, conforme termo de aditivo n° 1 supramencionado, a Administração Pública municipal, ora contratante, no exercício do poder de policia e disciplinar que lhe é intrínseco e com supedâneo no artigo 87, inciso I[4] da lei geral de licitações e contratos (8.666/93), bem como nas cláusulas editalíceas e contratuais previamente pactuada entre as partes, notificou a empresa KEILA CRISTINA GUARATO – EPP reiteradas vezes no intuito de ver a conclusão da obra dentro do prazo estipulado e, principalmente, de acordo com a projeto executivo.

Inicialmente, procedeu-se a notificação da empresa KEILA CRISTINA GUARATO – EPP, no dia 08 e de setembro de 2014, para que desse inicio as obras, haja vista que a ordem de serviço foi expedida no dia 11 de agosto de 2014, posteriormente, no dia 17 de novembro de 2014, foi à empresa notificada, novamente, para que desse inicio as obras, uma vez que a ordem de serviço já houvera sido expedida há meses.

Ademais, a Administração Pública local voltou a notificou a empresa KEILA CRISTINA GUARATO – EPP, no dia 29 de janeiro de 2015, para que a empresa regularizasse a execução da obra conforme previsto no projeto executivo, haja vista que, foram apontados uma série de inconformidades na execução da obra, tais como: vigas executadas em desconformidade com o projeto executivo, impermeabilização não executada ou executada em desconformidadade com o projeto executivo, sistema de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA) executado em desconformidade com o projeto, constando todas essas informações nas notificações acostadas junto aos autos, as quais são de acesso público, podendo, inclusive, haver translado (cópia) de tais informações.

Outrossim, a Administração Pública municipal, por intermédio da equipe técnica de fiscalização responsável pela fiscalização do contrato administrativo *in casu* veio a notificar a empresa KEILA CRISTINA GUARATO – EPP, no dia 07 de julho de 2015, na medida em que, foi constatado mediante vistoria realizado junto a obra anormalidades nas lajes do bloco administrativo da escola rural localizada na Fazenda Tanguro, a qual é, por sua vez, objeto do contrato administrativo em análise.

Ademais, muito embora, já houvera sido concedido o termo de aditivo n° 1 ao contrato administrativo em análise, referente prorrogação do prazo para conclusão da obra, foi, no dia 05 de junho de 2015, concedido novo termo de aditivo a empresa KEILA CRISTINA GUARATO – EPP, referente à alteração da planilha orçamentária, que com fulcro no artigo 65, § 1o[5] da lei geral de licitações e contratos aditivou o valor inicialmente estipulado para a conclusão da obra em R$ 25.923,49 (vinte e cinco mil novecentos vinte e três reais e quarenta e nove centavos) cuja finalidade visava reestabelecer o equilíbrio econômico-financeiro estipulado quando da celebração do contrato administrativo, tendo o segundo aditivo contratual publicado no dia 05 de junho de 2015, conforme extrato acostado aos autos.

À vista disto, é levando-se em conta o contexto fático exposto, é possível se aferir que, muito embora, a Administração Pública municipal tenha, *a priori*, sido conivente com a empresa KEILA CRISTINA GUARATO – EPP, concedendo-lhe dilação temporal do cronograma previsto na obra, no intuito de vê-la concluída, a empresa KEILA CRISTINA GUARATO – EPP mostrou-se desinteressada em por termo a obra dentro do prazo estipulado, vindo de encontro com as cláusulas editalicíeas e contratuais previamente estabelecidas, respectivamente, no instrumento convocatório (edital) e no contrato administrativo celebrado entre as partes.

Desse modo, muito embora, o contrato administrativo ainda esteja em vigor, tendo em vista a prorrogação estabelecida pelo primeiro termo de aditivo estipulado no contrato administrativo de n° 046/2014, o qual estendeu a sua vigência até o dia 06 de novembro de 2015, a Administração Pública municipal entende, dentro do âmbito da análise do mérito administrativo, decorrente de seu poder discricionário, que o contrato administrativo celebrado entre as partes deve ser rescindido, uma vez que, as circunstâncias fáticas evidenciam que a obra encontra-se atrasada ao se ponderar que o termo final para entrega da obra esta em vias de acontecer, motivo no qual, já é, por si só, suficiente à rescisão contratual, haja vista as cláusulas editalíceas, contratuais e legais previstas, respectivamente, no edital, no contrato administrativo e na normatização legal constante na lei geral de licitações e contratos.

Diante de todo o exposto, e haja vista o contexto fático-jurídico apresentado, a Administração Pública municipal se vê obrigada a rescindir unilateralmente o contrato administrativo firmado entre a empresa KEILA CRISTINA GUARATO – EPP e o Município de Querência, ora representado pela Prefeitura Municipal de Querência, com fulcro nas cláusulas editalícieas prevista no instrumento convocatório, bem como, no contrato administrativo n° 046/2014 firmado entre as partes, os quais preveem cláusulas autorizativas para tal fim, sobretudo, nas cláusulas exorbitantes constantes na lei geral de licitações e contratos, especialmente no artigo 58[6], as quais outorgam ao poder público prerrogativas frente aos particulares colocando-o em posição de verticalidade, na medida em que, visa atender ao interesse público inerente a todo ato administrativo.

No mesmo sentido, alias, dispõem as cláusulas contratuais pactuadas entre a empresa KEILA CRISTINA GUARATO – EPP e a Prefeitura Municipal de Querência, constituindo assim relação jurídico-obrigacional, do qual ambas as partes se obrigaram mutuamente a cumprir quando da celebração do contrato administrativo, o qual por sua vez, previa expressamente, os direitos e responsabilidades a ambas as partes, conforme cláusulas abaixo transcritas:

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Executar os serviços, de acordo com as especificações constantes no Processo Licitatório n. 116/2014, dentro do prazo máximo de 270 (Duzentos e setenta) dias, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviços emitida pelo Município de Querência;

5.2. Responsabilizar-se por todas as despesas relativas a execução dos serviços, disponibilizando todos equipamentos necessários, e pelas despesas para retirada desses equipamentos, bem como, por todas e

quaisquer despesas relativas a impostos, taxas e quaisquer outras que forem devidas, referentes ao objeto deste contrato;

5.3. Dar ciência ao Tribunal de Contas, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos serviços;

5.4. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar a este órgão ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

5.5. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem, nos termos do artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores;

5.6. Manter, durante o período de entrega, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Termo, quando da realização do pagamento pelo Município;

5.7. Cumprir outras obrigações previstas no Código de Defesa do Consumidor (Lei n° 8.078/90) que sejam compatíveis com o regime de direito público;

5.8. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município;

5.9. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização do Município, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo;

5.10. Permitir o livre acesso dos servidores do CONTRATANTE e outros órgãos de controle aos documentos e registros contábeis da empresa, na forma do Art. 44 da Portaria Interministerial n. 127/2008.

5.11. Não realizar subcontratação total ou parcial dos serviços, sem anuência do Município. No caso de subcontratação autorizada pelo Contratante, a Contratada continuará a responder direta e exclusivamente pelos serviços e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas;

5.12. Responsabilizarem-se pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, relativos à execução do contrato ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte da Contratante;

5.13. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidentes de trabalho com seus empregados, em virtude da execução do presente contrato ou em conexão com ele, ainda que ocorridos em dependências da Contratante;

5.15. Será obrigado a reparar, corrigir ou remover, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções a serem feitas, dessa forma, o contratado deverá substituir, sem ônus para o Município, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis;

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1. Rejeitar no todo ou em parte, os serviços que a licitante vencedora entregar fora das especificações deste Termo;

6.2. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da licitante vencedora;

6.3. Comunicar imediatamente a empresa vencedora qualquer irregularidade manifestada na execução dos serviços;

6.4. Aplicar penalidades à licitante vencedora, por descumprimento das condições estabelecidas neste Termo;

6.5. Verificar a manutenção pela licitante vencedora das condições de habilitação, estabelecidas neste Termo;

6.6. A contratanterealizará a retenção do percentual de 11% (onze por cento) a favor do INSS, nos termos do Art.-112, da Instrução Normativa nº 971 de 13 de Novembro de 2011 da RFB – Secretaria da Receita Federal do Brasil.

6.7. Efetuar o pagamento à licitante vencedora, de acordo com as condições de preços e prazos estabelecidos neste instrumento, de acordo com as medições auferidas pela área demandante;

6.8. Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento.

6.9. Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução, fixando prazo para sua correção.

6.10. Fiscalizar livremente os serviços, não eximindo a licitante vencedora de total responsabilidade quanto à execução dos mesmos.

A vista disso, e considerando as expressas remissões previstas em várias cláusulas contratuais e editalícias, previstas, respectivamente, no contrato administrativo e no instrumento convocatório, faz-se necessário mencionar os seguintes artigos previstos na Lei 8.666/93, que dispõe sobre a normatização geral de licitações e contratos em âmbito nacional, ou seja, aplicáveis a todos os entes federados.

Capítulo III- DOS CONTRATOS - Seção IV Da Execução dos Contratos

Art. 66. **O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.**

Art. 67. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

[...]

Capítulo III- DOS CONTRATOS - Seção V Da Inexecução e da Rescisão dos Contratos

Art. 77. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato:

I - o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

II - o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

III - a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;

IV - o atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;

V - a paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

[...]

Art. 79. A rescisão do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo anterior;

Dessarte, tendo em vista os fatos e fundamentos jurídicos supramencionados e, levando-se em conta o interesse público, faz-se necessário a presente rescisão contratual, apta a desconstituir o vínculo jurídico obrigacional outrora criado entre a empresa KEILA CRISTINA GUARATO – EPP e a Administração Pública municipal devendo-se, ademais, aplicar junto a esta a cominação da sanção administrativa prevista no contrato administrativo no item 11.2.2, o qual autoriza a aplicação de multa indenizatória com natureza de perdas e danos, tendo esta medida fundamento nas cláusulas exorbitantes titularizadas pelo poder público, as quais lhe concedem "poderes especiais" frente aos particulares, colocando-o em posição de verticalidade, na medida em que, visa à satisfação do interesse público, motivo pelo qual, se faz necessário a concessão de prerrogativas ante os particulares, para a consecução de tais fins, os quais não podem ficar *a mercê* de interesses privados, mormente, quando estes atuam de forma negligente frente as suas obrigações previamente pactuadas.

Nesse sentido, a Administração Pública Municipal vem, por meio desta, rescindir unilateralmente o contrato administrativo de n° contrato de n° 046/2014 e, aplicar a seguinte sanção a empresa KEILA CRISTINA GUARATO – EPP, conforme artigo 87 da Lei 8.666/97, ratificado, por conseguinte, pela cláusula décima primeira do contrato administrativo a seguir transcritas:

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

[...]

II - **multa**, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

11.1. A execução serviços fora das normas pactuadas neste instrumento sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

11.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 11.2.2;

11.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial do fornecimento acordado, a Administração poderá aplicar à contratada, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

11.2.1. Advertência por escrito;

11.2.2. Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

[...]

Diante de todo o exposto requeiro que:

a) Seja intimada a empresa KEILA CRISTINA GUARATO – EPP, para se manifestar no que achar de direito, em observância ao disposto no artigo 87, § 2 da Lei 8.666/93[7], o qual determina a intimação no prazo de 5 (cinco) a contar da publicação deste ato.

b) Ademais, publique-se a referida rescisão no diário oficial municipal e estadual, dando assim eficácia ao presente ato administrativo;

c) Fica, ademais, a empresa imune a multa moratória de 0,5% sobre o valor contratual constante no item 11.1 do contrato administrativo, haja vista que, o contrato tem por termo final o dia 06 de novembro de 2015, razão pela qual ainda não ocorreu o fato gerador apto à aplicação de tal penalidade.

d) Seja aplicada multa administrativa de caráter indenizatório sobre a diferença necessária entre o valor remanescente da dotação orçamentária prevista para a realização da obra e o valor necessário para se realizar novo procedimento licitatório para concluí-la, em havendo, por obvio, necessidade, a ser apurado conforme planilha atualizada pelo setor de engenharia/arquitetura deste Município e, em havendo créditos a receber por parte da contratada que seja deduzido tal quantia apurada a título indenizatório dos valores a receber, conforme item 11.1.1, limitando-se, todavia, tal penalidade a 10% sobre o valor do contrato, conforme item 11.2.2 previsto no contrato administrativo.

e) Seja, após transcorrido o prazo de 5 (cinco) dias acima estipulado ou após resposta de recurso administrativo eventualmente interposto pela empresa KEILA CRISTINA GUARATO – EPP, caso denegatório, remetido os autos à contadoria da Prefeitura Municipal de Querência/MT para fins de apuração do *quantum debeatur* a ser aplicado a título de multa indenizatória ou no caso de compensação, no *quantum* a ser compensado, devendo, caso o valor apurado a título de multa indenizatória seja superior aos créditos à receber a diferença ser paga a este Município deduzido dos valores a receber por parte da empresa KEILA CRISTINA GUARATO – EPP, no entanto, a contrário senso, em sendo os valores à receber superior ao valor apurado a título de multa indenizatória, deve o restante ser pago a empresa KEILA CRISTINA GUARATO – EPP deduzida a parcela referente a multa indenizatória;

f) Após verificação do *quantum debeatur* devido a título de multa ou a ser eventualmente compensado dos créditos a receber por parte da empresa KEILA CRISTINA GUARATO – EPP que seja notificada à empresa KEILA CRISTINA GUARATO – EPP para que pague o *quantum* apurado, caos necessário, no prazo de 05 dias úteis, ou impugne o valor apurado, caso entenda que este se encontra exorbitante, contando-se após o recebimento da intimação via email e/ou postal ou caso não recebido, após a publicação do ato, em igual período, sob pena de se inscrever o montante apurado em dívida ativa com a posterior ação de execução fiscal, visando assim o recebimento dos valores devidos a título tributário ou não, conforme artigo segundo da Lei 6.830/80[8], que disciplina as ações de execução fiscal dos entes da federação;

g) Após transcorrido o procedimento acima assinalado e tendo encerrado a vigência do contrato administrativo n° 046/2014, proceda-se ao setor de contabilidade para fins de análise de dotação orçamentária hábil junto a lei orçamentária anual ou sobre a viabilidade de se abrir crédito suplementar para fazer frente a realização de novo procedimento licitatório caso, obviamente, seja necessário nova contratação pelo poder público municipal para conclusão das obras que encontram-se inacabadas;

h) Por fim, em caso de parecer favorável assinalado pelo setor de contabilidade, e havendo anuência da autoridade política responsável em autorizar a abertura do procedimento licitatório, proceda-se ao setor de licitação para confecção de novo instrumento licitatório, para sua posterior abertura tendente à contratação de nova empresa para terminar a obra, devendo tal procedimento pautar-se na normatização prevista em seu instrumento convocatório, na Lei 8.666/93 e nos demais diplomas correlatos responsáveis por disciplinar o procedimento administrativo *in casu*.

Segue em anexo a este, relatório realizado pelo corpo de engenheiros deste município sobre as irregularidades que foram apontadas no decorrer da execução da obra.

Querência/MT – 01 de outubro de 2015

GILMAR REINOLDO WENTZ NORTON MUSSALAN FERREIRA

PREFEITO MUNICIPAL ASSESSOR JURÍDICO

OAB/MT 20.035 - O

[1]Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

[2]Art. 21. Os avisos contendo os resumos dos editais das concorrências, das tomadas de preços, dos concursos e dos leilões, embora realizados no local da repartição interessada, deverão ser publicados com antecedência, no mínimo, por uma vez:

[...]

§ 2o O prazo mínimo até o recebimento das propostas ou da realização do evento será:

[...]

b) tomada de preços, quando a licitação for do tipo "melhor técnica" ou "técnica e preço";

[...]

III - quinze dias para a tomada de preços, nos casos não especificados na alínea "b" do inciso anterior, ou leilão;

[3]Art. 61. **Todo contrato** deve mencionar os nomes das partes e os de seus representantes, a finalidade, o ato que autorizou a sua lavratura, o número do processo da licitação, da dispensa ou da inexigibilidade, a sujeição dos contratantes às normas desta Lei e às cláusulas contratuais.

Parágrafo único. **A publicação resumida do instrumento de contrato ou de seus aditamentos na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela Administração** até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, qualquer que seja o seu valor, ainda que sem ônus, ressalvado o disposto no art. 26 desta Lei. foi notificada no 08 de setembro

[4] Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I - **advertência**;

[5]Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

[...]

§ 1o O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinqüenta por cento) para os seus acréscimos.

[6]Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de:

I - modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado;

II - rescindi-los, unilateralmente, nos casos especificados no inciso I do art. 79 desta Lei;

III - fiscalizar-lhes a execução;

IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

[7] Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

[...]

§ 2o As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

§ 3o A sanção estabelecida no inciso IV deste artigo é de competência exclusiva do Ministro de Estado, do Secretário Estadual ou Municipal, conforme o caso, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

[8]Art. 2º - Constitui Dívida Ativa da Fazenda Pública aquela definida como tributária ou não tributária na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, com as alterações posteriores, que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

LICITAÇÕES
PARECER JURÍDICO – RESCISÃO UNILATERAL - PROCEDIMENTO LICITATÓRIO 114/2014 – TOMADA DE PREÇO 014/2014 – KEILA CRISTINA GUARATO – EPP.

O Município de Querência, entidade política integrante da Administração Pública direta, no exercício das funções administrativas as quais lhes são inerentes, ora representada pela Prefeitura Municipal de Querência, enquanto órgão público integrante de sua estrutura, vem, por meio desta, rescindir unilateralmente o contrato administrativo celebrado entre o município de Querência/MT, pessoa jurídica de direito público interno, e a empresa KEILA CRISTINA GUARATO – EPP., pessoa jurídica de direito privado, pelos motivos de fato e de direito a seguir expostos:

Tendo em vista a necessidade da Administração Pública municipal em contratar empresa responsável para a construção de escola urbana no Bairro Parque Imperial, localizando no Município de Querência/MT, abriu-se procedimento administrativo licitatório tendente à contratação de empresa hábil a realização de tal desiderato.

Destarte, frente à necessidade de contratar pelo poder público municipal a época, e tendo em vista o mandamento constitucional previsto no artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal[1], o qual determina, salvo as hipóteses previamente autorizadas, a realização de procedimento licitatório para contratar com o poder público, propiciando assim a efetivação dos princípios inerentes a Administração Pública, tais como: impessoalidade, publicidade, eficiência dentre outros, inseridos no âmbito do regime jurídico administrativo, os quais impõem ao poder público uma atuação pautada no trato igualitário para com aqueles que pretendam contratar junto à Administração Pública, propiciando, em contrapartida, o alcance da melhor proposta pelo poder público, na medida em que, possibilita a concorrência entre os licitantes que, por ventura, venham manifestar interesse no objeto a ser licitado e, consequentemente, no contrato administrativo a ser celebrado, vindo ao encontro da normatização relativa ao procedimento licitatório, inserido, pelo menos no que toca a normatização geral de licitações e contratos, na lei nacional n° 8.666/93, mormente, no exposto em seu artigo terceiro, que delimita os princípios inerentes ao procedimento administrativo licitatório, conforme se denota de sua redação abaixo transcrita:

Art. 3o **A licitação destina-se** a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, **a seleção da proposta mais vantajosa para a administração** e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Nesse sentido, o Município de Querência, ora representado pela Prefeitura Municipal de Querência abriu, por intermédio da comissão permanente de licitação, constituída pela portaria de n° 001/2014, de 02 de janeiro de 2014, procedimento licitatório visando à contratação de empresa responsável para a construção de escola urbana no Bairro Parque Imperial, localizando no Município de Querência/MT, tendo o aviso de licitação sido publicado nos dias 01 e 02 de julho de 2014, respectivamente, no diário oficial do Estado de Mato Grosso e no diário municipal de Querência/MT, conforme extratos juntados aos autos, dando assim eficácia ao ato administrativo, e viabilizando, consequentemente, a anuência daqueles que, por ventura, tivessem interesse em contratar junto ao poder público, vindo, consequentemente, a participar do procedimento licitatório em análise.

Interesse este ratificado pela realização de vistoria por parte das empresas interessadas, tendo por fito dar conhecimento aos licitantes das condições e peculiaridades sobre as quais viria a ser executada a obra, tais como: distância, local, vegetação, infraestrutura etc., fulminando assim qualquer "desconhecimento" por parte das empresas licitantes no tocante as condições sobre as quais ficariam obrigadas, caso chegassem a se sagrar vencedora do certame.

Assim, após aberto o procedimento administrativo licitatório, mediante a publicação do aviso de licitação, abriu-se prazo para os licitantes impugnarem o edital, conforme itens 8.1 a 8.5, constantes no instrumento convocatório, os quais estabeleceram o prazo de até três dias úteis anteriores a data da abertura da sessão de classificação e julgamento, devendo a comissão permanente de licitação e contratos proceder a sua análise e resposta.

Desse modo, uma vez iniciado o procedimento licitatório, fora estipulado que a sessão de classificação e julgamento das propostas se daria no dia 17 de julho de 2014 às 09h00min, em respeito ao prazo mínimo estipulado pela lei 8.666/93[2], o qual impõe o prazo mínimo de 15 dias corridos no tipo licitatório em apreço referente à tomada de preço (sua modalidade licitatória).

Assim, após transcorrido o lapso temporal necessário aos licitantes interessados para apresentarem suas propostas, foi aberta sessão de classificação e julgamento no dia 17 de julho de 2014, conforme previsto no instrumento convocatório previamente publicado, vindo, ao término do procedimento licitatório a se sagrar vencedora empresa KEILA CRISTINA GUARATO – EPP, tendo em vista que fora a única empresa participante do processo licitatório em análise, lavrando-se, em seguida , em ata de reunião de abertura e julgamento de n° 099/2014 (Sequência: 1), tais circunstancias, as quais imprimem presunção de veracidade aos fatos nela declarados, na medida em que, consiste na exteriorização de ato administrativo, com os atributos que lhes são inerentes.

Destarte, após o término da sessão de classificação e julgamento, do qual se saiu vencedora a empresa KEILA CRISTINA GUARATO – EPP, foi publicado aviso do resultado licitatório, no dia 18 e 21 de julho de 2014, no

diário municipal de Querência/MT, no diário estadual de Mato Grosso e no diário oficial da União, conforme extratos juntados aos autos, cujo montante ofertado pela empresa KEILA CRISTINA GUARATO – EPP contabiliza o valor de R$ 1.023.789,35 (um milhão vinte e três mil setecentos e oitenta e nove reais e trinta e cinco centavos), não havendo, em contrapartida, interposição e recurso, conforme declaração acostada aos autos prestada pelo presidente da comissão de licitação permanente e pregoeiro do procedimento, haja vista que a empresa vencedora fora a única participante do procedimento licitatório, motivo pelo qual, no dia 29 de julho de 2014 procedeu-se a adjudicação e a homologação do procedimento administrativo em análise pelo agente político encarregado de tal *mister*, o Sr. Gilmar Reinoldo Wentz, prefeito à época da realização do procedimento, vinculando, com a adjudicação, o objeto licitatório a empresa vencedora, de modo que, em havendo a efetiva contratação dos serviços, esta deveria realizar-se junto à empresa KEILA CRISTINA GUARATO – EPP, vencedora do certame, bem como, atestando, com a homologação, que o procedimento perfilhado no decorrer do certame realizou-se de maneira escorreita.

Consequentemente, e levando-se em conta a ordem classificatória do procedimento licitatório, foi, em momento posterior, no dia 29 de julho de 2014, celebrado o respectivo contrato administrativo entre a Administração Pública municipal, entidade integrante da Administração pública direta, enquanto pessoa jurídica de direito público interno e a empresa KEILA CRISTINA GUARATO – EPP pessoa jurídica de direito privado, estabelecendo assim as cláusulas contratuais que viriam disciplinar a relação jurídica entre as partes, sem excluir, todavia, a normatização constante nos demais diplomas normativos que regulamentam a matéria, notadamente, a lei geral de licitação e contratos, consubstanciada na lei 8.666/93, e nos demais diplomas correlatos, sendo a minuta do contrato publicada no dia 30 de julho de 2014, no diário municipal de Querência, conforme extrato acostado aos autos, dando assim eficácia ao ato administrativo, conforme dispõe o art. 61, Parágrafo Único da Lei 8.666/93[3], o qual preceitua, que a eficácia dos contratos administrativos se condicionam a sua previa publicação.

Desse modo, tendo em vista a celebração do contrato administrativo entre as partes, foi expedido ordem de serviço no dia 29 de julho de 2014, transcorrendo a partir de então o prazo para o cumprimento do cronograma temporal previamente estipulado no item 18.1 do instrumento convocatório, bem como da cláusula 5.1 constante no contrato administrativo celebrado entre as partes, que estabeleceram, conjuntamente, o prazo de 270 (duzentos e setenta) dias para a construção de escola urbana no Bairro Parque Imperial, localizando no Município de Querência/MT, conforme redação abaixo transcrita:

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

5.1. Executar os serviços, de acordo com as especificações constantes no Processo Licitatório n. 114/2014, dentro do prazo máximo de 270 (duzentos e setenta) dias, contados a partir do recebimento da ordem de serviços emitidas pelo Município de Querência/MT.

Não obstante a ordem de serviço tenha sido expedida no dia 29 de julho de 2014, fazendo assim transcorrer o prazo para cumprimento da obra, objeto do contrato administrativo, o qual, juntamente com o instrumento convocatório (edital), estipulou o prazo de 270 (duzentos e setenta) dias para a sua conclusão pela empresa licitante vencedora, foi outorgado à empresa KEILA CRISTINA GUARATO – EPP termo de aditivo n° 1, no dia 28 de abril de 2015, referente à dilação temporal do prazo para a conclusão da obra objeto do contrato administrativo, estendendo, consequentemente, o prazo para conclusão da obra até o dia 26 de outubro de 2015, na medida em que, concedeu mais 180 (cento e oitenta) dias para a conclusão da obra, conforme prevê a cláusula segunda do primeiro termo de aditivo do contrato administrativo de n° 45/2014, na expectativa de que, uma vez concedido à dilação temporal acima mencionada, a empresa KEILA CRISTINA GUARATO – EPP adimplisse com suas obrigações contratuais junto a Prefeitura Municipal de Querência, frise-se: dentro do prazo previamente estipulado.

Ademais, tendo vista a vigência do contrato administrativo celebrado entre as partes, o qual se estenderia até o dia 26 de outubro de 2015, conforme termo de aditivo n° 1 supramencionado, a Administração Pública municipal, ora contratante, no exercício do poder de policia e disciplinar que lhe é intrínseco e com supedâneo no artigo 87, inciso I[4] da lei geral de licitações e contratos (8.666/93), bem como nas cláusulas editalíceas e contratuais previamente pactuada entre as partes, notificou a empresa KEILA CRISTINA GUARATO – EPP reiteradas vezes no intuito de ver a conclusão da obra dentro do prazo estipulado e, principalmente, de acordo com a projeto executivo.

Inicialmente, procedeu-se a notificação da empresa KEILA CRISTINA GUARATO – EPP, no dia 08 de setembro de 2014, para que desse inicio as obras, haja vista que a ordem de serviço foi expedida no dia 29 de junho de 2014, posteriormente, no dia 11 de dezembro de 2014, foi à empresa notificada em razão de não ter efetivado o sistema de proteção contra descarga e por se encontrar os pilares da obra em desconformidade com o projeto inicial, determinando que a empresa KEILA CRISTINA GUARATO – EPP providencia-se novo projeto devidamente assinado por responsável técnico competente (ART – anotação de responsabilidade técnica), após, no dia 04 de abril de 2015, foi à empresa notificada para que mantivesse suas atividades junto à obra, haja vista que, não havia, à época, pessoal efetivo junto à obra, encontrando-se paralisada por mais de 15 (quinze) dias.

Ademais, a Administração Pública local voltou a notificou a empresa KEILA CRISTINA GUARATO – EPP, no dia 29 de julho de 2015, para que mantive-se as suas atividades junto as obras, depois, no dia 30 de julho de 2015, foi a empresa KEILA CRISTINA GUARATO – EPP, novamente, notificada por não apresentar técnico responsável para acompanhar a execução da obra, motivo pelo qual, esta apresentou durante a sua execução uma série de erros/falhas as quais foram apontadas pelo corpo técnico de engenheiros do FNDE bem como, pelo corpo técnico de engenheiros/arquitetos componentes do quadro de servidores públicos desta entidade política.

Ademais, muito embora, já houvera sido concedido o termo de aditivo n° 1 ao contrato administrativo em análise, referente prorrogação do prazo para conclusão da obra, foi, no dia 05 de junho de 2015, concedido novo termo de aditivo a empresa KEILA CRISTINA GUARATO – EPP, referente à alteração da planilha orçamentária, que com fulcro no artigo 65, § 1o[5] da lei geral de licitações e contratos aditivou o valor inicialmente estipulado para a conclusão da obra em R$ 25.923,49 (vinte e cinco mil novecentos vinte e três reais e quarenta e nove centavos) cuja finalidade visava reestabelecer o equilíbrio econômico-financeiro estipulado quando da celebração do contrato administrativo, tendo o segundo aditivo contratual publicado no dia 11 de junho de 2015, conforme extrato acostado aos autos.

À vista disto, é levando-se em conta o contexto fático exposto, é possível se aferir que, muito embora, a Administração Pública municipal tenha, *a priori*, sido conivente com a empresa KEILA CRISTINA GUARATO – EPP, concedendo-lhe dilação temporal do cronograma previsto na obra, no intuito de vê-la concluída, a empresa KEILA CRISTINA GUARATO – EPP mostrou-se desinteressada em por termo a obra dentro do prazo estipulado, vindo de encontro com as cláusulas editalicíeas e contratuais previamente estabelecidas, respectivamente, no instrumento convocatório (edital) e no contrato administrativo celebrado entre as partes.

Desse modo, muito embora, o contrato administrativo ainda esteja em vigor, tendo em vista a prorrogação estabelecida pelo primeiro termo de aditivo estipulado no contrato administrativo de n° 045/2014, o qual estendeu a sua vigência até o dia 26 de outubro de 2015, a Administração Pública municipal entende, dentro do âmbito da análise do mérito administrativo, decorrente de seu poder discricionário, que o contrato administrativo celebrado entre as partes deve ser rescindido, uma vez que, as circunstâncias fáticas evidenciam que a obra encontra-se atrasada ao se ponderar que o termo final para entrega da obra esta em vias de acontecer, motivo no

qual, já é, por si só, suficiente à rescisão contratual, haja vista as cláusulas editalíceas, contratuais e legais previstas, respectivamente, no edital, no contrato administrativo e na normatização legal constante na lei geral de licitações e contratos.

Diante de todo o exposto, e haja vista o contexto fático-jurídico apresentado, a Administração Pública municipal se vê obrigada a rescindir unilateralmente o contrato administrativo firmado entre a empresa KEILA CRISTINA GUARATO – EPP e o Município de Querência, ora representado pela Prefeitura Municipal de Querência, com fulcro nas cláusulas editalícieas prevista no instrumento convocatório, bem como, no contrato administrativo n° 045/2014 firmado entre as partes, os quais preveem cláusulas autorizativas para tal fim, sobretudo, nas cláusulas exorbitantes constantes na lei geral de licitações e contratos, especialmente no artigo 58[6], as quais outorgam ao poder público prerrogativas frente aos particulares colocando-o em posição de verticalidade, na medida em que, visa atender ao interesse público inerente a todo ato administrativo.

No mesmo sentido, alias, dispõem as cláusulas contratuais pactuadas entre a empresa KEILA CRISTINA GUARATO – EPP e a Prefeitura Municipal de Querência, constituindo assim relação jurídico-obrigacional, do qual ambas as partes se obrigaram mutuamente a cumprir quando da celebração do contrato administrativo, o qual por sua vez, previa expressamente, os direitos e responsabilidades a ambas as partes, conforme cláusulas abaixo transcritas:

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Executar os serviços, de acordo com as especificações constantes no Processo Licitatório n. 114/2014, dentro do prazo máximo de 270 (Duzentos e setenta) dias, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviços emitida pelo Município de Querência;

5.2. Responsabilizar-se por todas as despesas relativas a execução dos serviços, disponibilizando todos equipamentos necessários, e pelas despesas para retirada desses equipamentos, bem como, por todas e

quaisquer despesas relativas a impostos, taxas e quaisquer outras que forem devidas, referentes ao objeto deste contrato;

5.3. Dar ciência ao Tribunal de Contas, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos serviços;

5.4. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar a este órgão ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

5.5. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem, nos termos do artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores;

5.6. Manter, durante o período de entrega, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Termo, quando da realização do pagamento pelo Município;

5.7. Cumprir outras obrigações previstas no Código de Defesa do Consumidor (Lei n° 8.078/90) que sejam compatíveis com o regime de direito público;

5.8. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município;

5.9. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização do Município, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo;

5.10. Permitir o livre acesso dos servidores do CONTRATANTE e outros órgãos de controle aos documentos e registros contábeis da empresa, na forma do Art. 44 da Portaria Interministerial n. 127/2008.

5.11. Não realizar subcontratação total ou parcial dos serviços, sem anuência do Município. No caso de subcontratação autorizada pelo Contratante, a Contratada continuará a responder direta e exclusivamente pelos serviços e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas;

5.12. Responsabilizarem-se pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, relativos à execução do contrato ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte da Contratante;

5.13. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidentes de trabalho com seus empregados, em virtude da execução do presente contrato ou em conexão com ele, ainda que ocorridos em dependências da Contratante;

5.15. Será obrigado a reparar, corrigir ou remover, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções a serem feitas, dessa forma, o contratado deverá substituir, sem ônus para o Município, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis;

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1. Rejeitar no todo ou em parte, os serviços que a licitante vencedora entregar fora das especificações deste Termo;

6.2. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da licitante vencedora;

6.3. Comunicar imediatamente a empresa vencedora qualquer irregularidade manifestada na execução dos serviços;

6.4. Aplicar penalidades à licitante vencedora, por descumprimento das condições estabelecidas neste Termo;

6.5. Verificar a manutenção pela licitante vencedora das condições de habilitação, estabelecidas neste Termo;

6.6. A contratanterealizará a retenção do percentual de 11% (onze por cento) a favor do INSS, nos termos do Art.-112, da Instrução Normativa nº 971 de 13 de Novembro de 2011 da RFB – Secretaria da Receita Federal do Brasil.

6.7. Efetuar o pagamento à licitante vencedora, de acordo com as condições de preços e prazos estabelecidos neste instrumento, de acordo com as medições auferidas pela área demandante;

6.8. Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento.

6.9. Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução, fixando prazo para sua correção.

6.10. Fiscalizar livremente os serviços, não eximindo a licitante vencedora de total responsabilidade quanto à execução dos mesmos.

A vista disso, e considerando as expressas remissões previstas em várias cláusulas contratuais e editalícias, previstas, respectivamente, no contrato administrativo e no instrumento convocatório, faz-se necessário mencionar os seguintes artigos previstos na Lei 8.666/93, que dispõe sobre a normatização geral de licitações e contratos em âmbito nacional, ou seja, aplicáveis a todos os entes federados.

Capítulo III- DOS CONTRATOS - Seção IV Da Execução dos Contratos

Art. 66. **O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.**

Art. 67. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

[...]

Capítulo III- DOS CONTRATOS - Seção V Da Inexecução e da Rescisão dos Contratos

Art. 77. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato:

I - o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

II - o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

III - a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;

IV - o atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;

V - a paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

[...]

Art. 79. A rescisão do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo anterior;

Dessarte, tendo em vista os fatos e fundamentos jurídicos supramencionados e, levando-se em conta o interesse público, faz-se necessário a presente rescisão contratual, apta a desconstituir o vínculo jurídico obrigacional outrora criado entre a empresa KEILA CRISTINA GUARATO – EPP e a Administração Pública municipal devendo-se, ademais, aplicar junto a esta a cominação da sanção administrativa prevista no contrato administrativo no item 11.2.2, o qual autoriza a aplicação de multa indenizatória com natureza de perdas e danos, tendo esta medida fundamento nas cláusulas exorbitantes titularizadas pelo poder público, as quais lhe concedem "poderes especiais" frente aos particulares, colocando-o em posição de verticalidade, na medida em que, visa à satisfação do interesse público, motivo pelo qual, se faz necessário a concessão de prerrogativas ante os particulares, para a consecução de tais fins, os quais não podem ficar *a mercê* de interesses privados, mormente, quando estes atuam de forma negligente frente as suas obrigações previamente pactuadas.

Nesse sentido, a Administração Pública Municipal vem, por meio desta, rescindir unilateralmente o contrato administrativo de n° contrato de n° 045/2014 e, aplicar a seguinte sanção a empresa KEILA CRISTINA GUARATO – EPP, conforme artigo 87 da Lei 8.666/97, ratificado, por conseguinte, pela cláusula décima primeira do contrato administrativo a seguir transcritas:

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

[...]

II - **multa**, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

11.1. A execução serviços fora das normas pactuadas neste instrumento sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

11.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 11.2.2;

11.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial do fornecimento acordado, a Administração poderá aplicar à contratada, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

11.2.1. Advertência por escrito;

11.2.2. Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

[...]

Diante de todo o exposto requeiro que:

a) Seja intimada a empresa KEILA CRISTINA GUARATO – EPP, para se manifestar no que achar de direito, em observância ao disposto no artigo 87, § 2 da Lei 8.666/93[7], o qual determina a intimação no prazo de 5 (cinco) a contar da publicação deste ato.

b) Ademais, publique-se a referida rescisão no diário oficial municipal e estadual, dando assim eficácia ao presente ato administrativo;

c) Fica, ademais, a empresa imune a multa moratória de 0,5% sobre o valor contratual constante no item 11.1 do contrato administrativo, haja vista que, o contrato tem por termo final o dia 26 de outubro de 2015, razão pela qual ainda não ocorreu o fato gerador apto à aplicação de tal penalidade.

d) Seja aplicada multa administrativa de caráter indenizatório sobre a diferença necessária entre o valor remanescente da dotação orçamentária prevista para a realização da obra e o valor necessário para se realizar novo procedimento licitatório para concluí-la, em havendo, por obvio, necessidade, a ser apurado conforme planilha atualizada pelo setor de engenharia/arquitetura deste Município e, em havendo créditos a receber por parte da contratada que seja deduzido tal quantia apurada a título indenizatório dos valores a receber, conforme item 11.1.1, limitando-se, todavia, tal penalidade a 10% sobre o valor do contrato, conforme item 11.2.2 previsto no contrato administrativo.

e) Seja, após transcorrido o prazo de 5 (cinco) dias acima estipulado ou após resposta de recurso administrativo eventualmente interposto pela empresa KEILA CRISTINA GUARATO – EPP, caso denegatório, remetido os autos à contadoria da Prefeitura Municipal de Querência/MT para fins de apuração do *quantum debeatur* a ser aplicado a título de multa indenizatória ou no caso de compensação, no *quantum* a ser compensado, devendo, caso o valor apurado a título de multa indenizatória seja superior aos créditos à receber a diferença ser paga a este Município deduzido dos valores a receber por parte da empresa KEILA CRISTINA GUARATO – EPP, no entanto, a contrário senso, em sendo os valores à receber superior ao valor apurado a título de multa indenizatória, deve o restante ser pago a empresa KEILA CRISTINA GUARATO – EPP deduzida a parcela referente a multa indenizatória;

f) Após verificação do *quantum debeatur* devido a título de multa ou a ser eventualmente compensado dos créditos a receber por parte da empresa KEILA CRISTINA GUARATO – EPP que seja notificada à empresa KEILA CRISTINA GUARATO – EPP para que pague o *quantum* apurado, caos necessário, no prazo de 05 dias úteis, ou impugne o valor apurado, caso entenda que este se encontra exorbitante, contando-se após o recebimento da intimação via email e/ou postal ou caso não recebido, após a publicação do ato, em igual período, sob pena de se inscrever o montante apurado em dívida ativa com a posterior ação de execução fiscal, visando assim o recebimento dos valores devidos a título tributário ou não, conforme artigo segundo da Lei 6.830/80[8], que disciplina as ações de execução fiscal dos entes da federação;

g) Após transcorrido o procedimento acima assinalado e tendo encerrado a vigência do contrato administrativo n° 045/2014, proceda-se ao setor de contabilidade para fins de análise de dotação orçamentária hábil junto a lei orçamentária anual ou sobre a viabilidade de se abrir crédito suplementar para fazer frente a realização de novo procedimento licitatório caso, obviamente, seja necessário nova contratação pelo poder público municipal para conclusão das obras que encontram-se inacabadas;

h) Por fim, em caso de parecer favorável assinalado pelo setor de contabilidade, e havendo anuência da autoridade política responsável em autorizar a abertura do procedimento licitatório, proceda-se ao setor de licitação para confecção de novo instrumento licitatório, para sua posterior abertura tendente à contratação de nova empresa para terminar a obra, devendo tal procedimento pautar-se na normatização prevista em seu instrumento

convocatório, na Lei 8.666/93 e nos demais diplomas correlatos responsáveis por disciplinar o procedimento administrativo *in casu.*

Segue em anexo a este, relatório realizado pelo corpo de engenheiros deste município sobre as irregularidades que foram apontadas no decorrer da execução da obra.

Querência/MT - 01 de outubro de 2015.

GILMAR REINOLDO WENTZ NORTON MUSSALAN FERREIRA

PREFEITO MUNICIPAL ASSESSOR JURÍDICO

OAB/MT 20.035 - O

[1]Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

[2]Art. 21. Os avisos contendo os resumos dos editais das concorrências, das tomadas de preços, dos concursos e dos leilões, embora realizados no local da repartição interessada, deverão ser publicados com antecedência, no mínimo, por uma vez:

[...]

§ 2o O prazo mínimo até o recebimento das propostas ou da realização do evento será:

[...]

b) tomada de preços, quando a licitação for do tipo "melhor técnica" ou "técnica e preço";

[...]

III - quinze dias para a tomada de preços, nos casos não especificados na alínea "b" do inciso anterior, ou leilão;

[3]Art. 61. **Todo contrato** deve mencionar os nomes das partes e os de seus representantes, a finalidade, o ato que autorizou a sua lavratura, o número do processo da licitação, da dispensa ou da inexigibilidade, a sujeição dos contratantes às normas desta Lei e às cláusulas contratuais.

Parágrafo único. **A publicação resumida do instrumento de contrato ou de seus aditamentos na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela Administração** até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, qualquer que seja o seu valor, ainda que sem ônus, ressalvado o disposto no art. 26 desta Lei. foi notificada no 08 de setembro

[4] Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I - **advertência**;

[5]Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

[...]

§ 1o O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinqüenta por cento) para os seus acréscimos.

[6]Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de:

I - modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado;

II - rescindi-los, unilateralmente, nos casos especificados no inciso I do art. 79 desta Lei;

III - fiscalizar-lhes a execução;

IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

[7] Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

[...]

§ 2o As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

§ 3o A sanção estabelecida no inciso IV deste artigo é de competência exclusiva do Ministro de Estado, do Secretário Estadual ou Municipal, conforme o caso, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

[8]Art. 2º - Constitui Dívida Ativa da Fazenda Pública aquela definida como tributária ou não tributária na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, com as alterações posteriores, que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

ADMINISTRATIVO
ERRATA AO DECRETO Nº. 1.507/2015

Foi publicado no dia 28 de setembro de 2015, Edição nº. 2.320 no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso o Decreto nº. 1.507/2015, com erro material, pois:

onde se lê:

Designa o comitê de Coordenação e o Comitê Executivo para coordenação, discussão, avaliação, aprovação das atividades necessárias à elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, conforme o Termo Aditivo de Execução Descentralizada nº 04/2014 celebrado entre a Fundação Nacional de Saúde e Universidade Federal de Mato Grosso, assinado e publicado no Diário Oficial da União.

Leia-se:

Designa o comitê de Coordenação e o Comitê Executivo para coordenação, discussão, avaliação, aprovação das atividades necessárias à elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, conforme o Termo Aditivo de Execução Descentralizada nº 04/2014 celebrado entre a Fundação Nacional de Saúde e Universidade Federal de Mato Grosso, assinado e publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso.

_____

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

ADMINISTRATIVO
DECLARAÇÃO

DEVOLUÇÃO DOCUMENTOS CONCURSO Nº. 001/2014

Eu TEREZINHA NUNES DE SOUZA, recebi da Prefeitura Municipal de Querência todos os documentos apresentados, referente ao concurso público nº. 001/2014, para tomar posse, nomeada pelo Decreto nº. 1.497/2015 de 04 de setembro de 2015, tendo em vista a minha desistência do referido concurso.

Querência-MT, 01 de Outubro de 2015.

_____

TEREZINHA NUNES DE SOUZA

Aprovada Concurso

LICITAÇÕES
AVISO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 105/2015.

O Prefeito Municipal Senhor Gilmar Reinoldo Wentz, juntamente com o Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Querência - MT, tornam Público o Procedimento de Licitação nº **105/2015**

MODALIDADE: **Inexigibilidade n° 005/2015**.

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2015.

OBJETO: Contratação de empresa prestação de serviços em analises clinicas para realização de exames laboratoriais prestados diretamente pela clinica através de seus profissionais, com disponibilidade no hospital municipal de 24 (vinte e quatro) horas; Conforme tabela de procedimentos ambulatoriais da saúde do trabalhador e da saúde do Município, e demais informações descritas no termo de referência em anexo.

Data para credenciamento: 15 de Outubro de 2015 à 23 de Outubro de 2015

HORÁRIO: 7:30h às 11:30min - 13:30min às 17:30 min (horário local)

LOCAL: Sala de reuniões da Comissão Permanente de Licitação e Julgamento.

O Edital contendo as instruções estará a disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Querência MT, no horário das 07h30-min às 11h30min e 13h30min às 17h30min ou e-mail licitacao.querencia@gmail.com

Querência – MT, 01 de outubro de 2015.

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

ADMINISTRATIVO
DECRETO Nº. 1.508/2015

Dispõe sobre a regulamentação da Avaliação de Desempenho.

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais e,

Considerando a Lei Municipal Complementar nº. 084/2015, Art. 22, § 1º que dispõe sobre os critérios de Avaliação e nos termos do Art. 23, 24, e dá outras providências,

Considerando a necessidade da regulamentação das Avaliações de Desempenho.

DECRETA.

Art. 1° - Avaliação de Desempenho dos Servidores Públicos Municipais em caráter de provimento efetivo será periódica e de forma anual para servidores efetivos, mediante a observância dos seguintes critérios:

I – assiduidade;

II – disciplina;

III – idoneidade moral;

IV – aptidão;

V – dedicação ao serviço;

VI – produtividade e eficiência;

VII – responsabilidade;

Art. 2° - A Avaliação de Desempenho a que se refere o artigo anterior receberá os seguintes conceitos e notas atribuídas a cada critério:

I – excelente – 9.0 e 10;

II – muito bom –8.0 e 8.9;

III – bom; 7.0 e 7.9;

IV – regular; 6.0 a 6.9;

V – insatisfatório; menor 5.9.

Art. 3° - O servidor terá seu desempenho avaliado por Comissão de avaliadores, composta por 3 (três) membros, identificados no Questionário de Avaliação.

§ 1º Integram a Comissão de Avaliadores:

I – o chefe mediato e imediato do servidor avaliado, ao qual incumbe a coordenação dos procedimentos;

II – um membro indicado pelo chefe imediato ou pelo avaliado;

III – estando o servidor em localidade distante será avaliado por seu chefe imediato e dois servidores efetivos da mesma unidade de lotação.

§ 2° O membro indicado pelo chefe imediato ou pelo avaliado deverá pertencer à mesma unidade ou unidade na qual haja interação direta com a de lotação do avaliado.

§ 3º Os membros indicados deverão ter nível de escolaridade igual ou superior a do servidor avaliado e serem titulares de cargos efetivos.

§ 4º Os membros da Comissão de Avaliadores são impedidos de avaliar o cônjuge, companheiro ou companheira, ascendentes ou descendentes e parentes até o 2º grau.

§ 5º A critério do chefe mediato ou do servidor avaliado, os membros por si indicados poderão ser substituídos a cada período de avaliação.

SUBSEÇÃO I

DAS ATRIBUIÇÕES DOS AVALIADORES

Art. 4º- São atribuições dos Avaliadores, a cada interstício avaliatório:

I – analisar e avaliar com objetividade e imparcialidade o desempenho do servidor;

II – preencher o questionário de avaliação;

III – zelar pelo caráter confidencial de todos os dados e informações.

SUBSEÇÃO II

DAS ATRIBUIÇÕES DOS CHEFES MEDIATO E IMEDIATO

Art. 5° - São atribuições do chefe mediato:

I – assegurar a adequada condução da Avaliação de Desempenho no setor onde atua;

II – incluir no planejamento da unidade pela qual é responsável as necessidades de capacitação e de treinamento do servidor cujo desempenho não tenha atendido as expectativas;

Art. 6° - São atribuições do chefe imediato:

I – comunicar ao servidor o início de sua avaliação em cada período avaliatório;

II – definir e acordar com o servidor as atividades que ficarão sob a sua responsabilidade nos projetos ou atividades da sua unidade organizacional;

III – acompanhar, orientar e avaliar sistematicamente o servidor, no desempenho de suas atribuições;

IV – dar ciência ao servidor avaliado de todas as etapas do processo de avaliação;

V – juntamente com o avaliado, identificar as causas e realizar ou propor ações necessárias à solução dos problemas detectados no decorrer do processo de avaliação;

VI – encaminhar o Questionário de Avaliação preenchido, para fins de arquivamento, no setorial de Recursos Humanos;

VII - manter o chefe mediato ao qual estiver diretamente subordinado informado sobre as avaliações sob sua responsabilidade;

Art. 7° - Não será avaliado servidor que se encontre em licença;

I – por motivo de doença em pessoa da família;

II – para tratamento da própria saúde, limitado por um período máximo de 2 anos;

III – para prestação de serviço militar;

IV – para atividade política, nos termos da lei;

§ 1° O estágio probatório ficara suspenso durante as hipóteses previstas neste artigo, sendo retomado a partir do término do impedimento.

Art. 8° - Ocorrendo:

I – remoção, a avaliação será realizada pela comissão de avaliação do órgão em que o servidor estiver em exercício na data prevista para a avaliação;

II – nomeação para cargo de provimento em comissão, ou alteração deste, o servidor é avaliado pelo desempenho do último cargo, desde que completado, no mínimo, noventa dias de efetivo exercício.

Art. 9º - O resultado final da avaliação será emitido através de relatório que terá por base a média apurada nas avaliações realizadas pela Comissão de Avaliação e por fim a efetivação do servidor.

Art. 10 - A documentação resultante de todo o processo envolvendo a Avaliação de Desempenho será arquivada na pasta do servidor, permitida a consulta a qualquer tempo.

Art. 11 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Querência - MT, 29 de Setembro de 2015.

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO

TERMO DE POSSE 004/2015

TERMO DE POSSE

Nº.004/2015

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho, Estado de Mato Grosso, Senhor Aparecido Marques Moreira, usando de suas atribuições legais em cumprimento o que determina a **Constituição Federal, Edital do Concurso Publico Nº 001/2011 de 28/04/11, Edital de Convocação Nº. 004/2015 de 02/03/2015**. Nomeia e dá posse ao candidato **WANDERSON MARQUES SOUSA,** aprovado no Concurso Público deste Município para exercer as suas atividades de acordo com o cargo de Agente Administrativo**, a partir de 06 de Abril de 2015**.

O candidato nomeado e empossado será enquadrado no regime estatutário estabelecido pelo Estatuto dos Servidores Públicos e o Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Profissionais da Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho, regido pela **Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007 e suas alterações.** em cargo compatível com o qual concorreu e a remuneração do profissional será feita na referência inicial em vigor de acordo com o cargo.

O candidato nomeado ficará estável após três anos de efetivo exercício no cargo, passará por avaliação de desempenho de suas atividades durante todo o estágio probatório de acordo com o cargo que está tomando posse, a avaliação será feita por Comissão Instituída pelo Prefeito Municipal. O fato de o servidor ter cumprido o estágio probatório nos termos da **Emenda Constitucional Nº 19/88**, não o torna automaticamente estável, a avaliação por comissão passa a ser condição imprescindível para aquisição dessa garantia.

Fica nomeado e empossado o candidato mediante aceitação expressa das atribuições dos serviços e responsabilidades inerentes ao cargo público, com o compromisso de bem servir e cumprir todas as normas e regulamentos exigidos no ato da posse.

Por ser verdade, firmo o presente Termo de Posse.

Gabinete do Prefeito, 13 de Março de 2015.

Aparecido Marques Moreira WANDERSON MARQUES SOUSA

Prefeito Municipal Agente Administrativo

Testemunhas:

1- _____ 2- _____

Jucielly Monte de O A Lopes Kamyla Peres Rodrigues

CPF: 642.390.553-34 CPF: 024.233.841-06

TERMO DE POSSE 001/2015

TERMO DE POSSE

Nº.001/2015

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho, Estado de Mato Grosso, Senhor Aparecido Marques Moreira, usando de suas atribuições legais em cumprimento o que determina a **Constituição Federal, Edital do Concurso Publico Nº 001/2011 de 28/04/11, EditaLI de Convocação Nº. 001/2015 de 19/01/2015**. Nomeia e dá posse ao candidato **VANILDO MACEDO RIBEIRO,** aprovado no Concurso Público deste Município para exercer as suas atividades de acordo com o cargo de **Motorista CNH-D, a partir de 19 de Fevereiro de 2014**.

O candidato nomeado e empossado será enquadrado no regime estatutário estabelecido pelo Estatuto dos Servidores Públicos e o Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Profissionais da Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho, regido pela **Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007 e suas alterações.** em cargo compatível com o qual concorreu e a remuneração do profissional será feita na referência inicial em vigor de acordo com o cargo.

O candidato nomeado ficará estável após três anos de efetivo exercício no cargo, passará por avaliação de desempenho de suas atividades durante todo o estágio probatório de acordo com o cargo que está tomando posse, a avaliação será feita por Comissão Instituída pelo Prefeito Municipal. O fato de o servidor ter cumprido o estágio probatório nos termos da **Emenda Constitucional Nº 19/88**, não o torna automaticamente estável, a avaliação por comissão passa a ser condição imprescindível para aquisição dessa garantia.

Fica nomeado e empossado o candidato mediante aceitação expressa das atribuições dos serviços e responsabilidades inerentes ao cargo público, com o compromisso de bem servir e cumprir todas as normas e regulamentos exigidos no ato da posse.

Por ser verdade, firmo o presente Termo de Posse.

Gabinete do Prefeito, 19 de Fevereiro de 2015.

Aparecido Marques Moreira Vanildo Macedo Ribeiro

Prefeito Municipal Motorista CNH “D”

Testemunhas:

1- _____ 2- _____

Jucielly Monte de O A Lopes Kamyla Peres Rodrigues

CPF: 642.390.553-34 CPF: 024.2

TERMO DE POSSE 003/2015

TERMO DE POSSE

Nº.003/2015

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho, Estado de Mato Grosso, Senhor Aparecido Marques Moreira, usando de suas atribuições legais em cumprimento o que determina a **Constituição Federal, Edital do Concurso Publico Nº 001/2011 de 28/04/11, Edital de Convocação Nº. 003/2015 de 11/02/2015**. Nomeia e dá posse ao candidato **MISLENE DA SILVA SANTOS DAVID,** aprovado no Concurso Público deste Município para exercer as suas atividades de acordo com o cargo de Gari**, a partir de 13 de Março de 2015**.

O candidato nomeado e empossado será enquadrado no regime estatutário estabelecido pelo Estatuto dos Servidores Públicos e o Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Profissionais da Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho, regido pela **Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007 e suas alterações.** em cargo compatível com o qual concorreu e a remuneração do profissional será feita na referência inicial em vigor de acordo com o cargo.

O candidato nomeado ficará estável após três anos de efetivo exercício no cargo, passará por avaliação de desempenho de suas atividades durante todo o estágio probatório de acordo com o cargo que está tomando posse, a avaliação será feita por Comissão Instituída pelo Prefeito Municipal. O fato de o servidor ter cumprido o estágio probatório nos termos da **Emenda Constitucional Nº 19/88**, não o torna automaticamente estável, a avaliação por comissão passa a ser condição imprescindível para aquisição dessa garantia.

Fica nomeado e empossado o candidato mediante aceitação expressa das atribuições dos serviços e responsabilidades inerentes ao cargo público, com o compromisso de bem servir e cumprir todas as normas e regulamentos exigidos no ato da posse.

Por ser verdade, firmo o presente Termo de Posse.

Gabinete do Prefeito, 13 de Março de 2015.

Aparecido Marques Moreira MISLENE DA SILVA SANTOS DAVID

Prefeito Municipal Gari

Testemunhas:

1- _____ 2- _____

Jucielly Monte de O A Lopes Kamyla Peres Rodrigues

CPF: 642.390.553-34 CPF: 024.233.841-06

TERMO DE POSSE 010/2015

TERMO DE POSSE

Nº.010/2015

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho, Estado de Mato Grosso, Senhor Aparecido Marques Moreira, usando de suas atribuições legais em cumprimento o que determina a **Constituição Federal, Edital do Concurso Publico Nº 001/2011 de 28/04/11, Edital de Convocação Nº. 009/2015 de 29/06/2015**. Nomeia e dá posse ao candidato **KATIA ALBERTO DE FIGUEIREDO,** aprovado no Concurso Público deste Município para exercer as suas atividades de acordo com o cargo de Agente de Serviços Gerais**, a partir de 29 de Julho de 2015**.

O candidato nomeado e empossado será enquadrado no regime estatutário estabelecido pelo Estatuto dos Servidores Públicos e o Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Profissionais da Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho, regido pela **Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007 e suas alterações.** em cargo compatível com o qual concorreu e a remuneração do profissional será feita na referência inicial em vigor de acordo com o cargo.

O candidato nomeado ficará estável após três anos de efetivo exercício no cargo, passará por avaliação de desempenho de suas atividades durante todo o estágio probatório de acordo com o cargo que está tomando posse, a avaliação será feita por Comissão Instituída pelo Prefeito Municipal. O fato de o servidor ter cumprido o estágio probatório nos termos da **Emenda Constitucional Nº 19/88**, não o torna automaticamente estável, a avaliação por comissão passa a ser condição imprescindível para aquisição dessa garantia.

Fica nomeado e empossado o candidato mediante aceitação expressa das atribuições dos serviços e responsabilidades inerentes ao cargo público, com o compromisso de bem servir e cumprir todas as normas e regulamentos exigidos no ato da posse.

Por ser verdade, firmo o presente Termo de Posse.

Gabinete do Prefeito, 29 de Julho de 2015.

Aparecido Marques Moreira KATIA ALBERTO DE FIGUEIREDO

Prefeito Municipal Agente de Serviços Gerais

Testemunhas:

1- _____ 2- _____

Jucielly Monte de O A Lopes Kamyla Peres Rodrigues

CPF: 642.390.553-34 CPF: 024.233.841-06

TERMO DE POSSE 008/2015

TERMO DE POSSE

Nº.008/2015

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho, Estado de Mato Grosso, Senhor Aparecido Marques Moreira, usando de suas atribuições legais em cumprimento o que determina a **Constituição Federal, Edital do Concurso Publico Nº 001/2011 de 28/04/11, Edital de Convocação Nº. 007/2015 de 27/03/2015**. Nomeia e dá posse a candidata **NAYANE CARRIJO DE OLIVEIRA,** aprovado no Concurso Público deste Município para exercer as suas atividades de acordo com o cargo de Agente de Combate a Endemias**, a partir de 27 de Abril de 2015**.

O candidato nomeado e empossado será enquadrado no regime estatutário estabelecido pelo Estatuto dos Servidores Públicos e o Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Profissionais da Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho, regido pela **Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007 e suas alterações.** em cargo compatível com o qual concorreu e a remuneração do profissional será feita na referência inicial em vigor de acordo com o cargo.

O candidato nomeado ficará estável após três anos de efetivo exercício no cargo, passará por avaliação de desempenho de suas atividades durante todo o estágio probatório de acordo com o cargo que está tomando posse, a avaliação será feita por Comissão Instituída pelo Prefeito Municipal. O fato de o servidor ter cumprido o estágio probatório nos termos da **Emenda Constitucional Nº 19/88**, não o torna automaticamente estável, a avaliação por comissão passa a ser condição imprescindível para aquisição dessa garantia.

Fica nomeado e empossado o candidato mediante aceitação expressa das atribuições dos serviços e responsabilidades inerentes ao cargo público, com o compromisso de bem servir e cumprir todas as normas e regulamentos exigidos no ato da posse.

Por ser verdade, firmo o presente Termo de Posse.

Gabinete do Prefeito, 27 de Abril de 2015.

Aparecido Marques Moreira NAYANE CARRIJO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal Agente de Combate a Endemias

Testemunhas:

1- _____ 2- _____

Jucielly Monte de O A Lopes Kamyla Peres Rodrigues

CPF: 642.390.553-34 CPF: 024.233.841-06

TERMO DE POSSE 002/2015

TERMO DE POSSE

Nº.002/2015

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho, Estado de Mato Grosso, Senhor Aparecido Marques Moreira, usando de suas atribuições legais em cumprimento o que determina a **Constituição Federal, Edital do Concurso Publico Nº 001/2011 de 28/04/11, Edital de Convocação Nº. 002/2015 de 19/01/2015**. Nomeia e dá posse ao candidato **RAONY SCOTT SILVA,** aprovado no Concurso Público deste Município para exercer as suas atividades de acordo com o cargo Professor**, a partir de 19 de Fevereiro de 2015**.

O candidato nomeado e empossado será enquadrado no regime estatutário estabelecido pelo Estatuto dos Servidores Públicos e o Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Profissionais da Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho, regido pela **Lei Complementar Nº 027 de 21 de dezembro de 2007 e suas alterações.** em cargo compatível com o qual concorreu e a remuneração do profissional será feita na referência inicial em vigor de acordo com o cargo.

O candidato nomeado ficará estável após três anos de efetivo exercício no cargo, passará por avaliação de desempenho de suas atividades durante todo o estágio probatório de acordo com o cargo que está tomando posse, a avaliação será feita por Comissão Instituída pelo Prefeito Municipal. O fato de o servidor ter cumprido o estágio probatório nos termos da **Emenda Constitucional Nº 19/88**, não o torna automaticamente estável, a avaliação por comissão passa a ser condição imprescindível para aquisição dessa garantia.

Fica nomeado e empossado o candidato mediante aceitação expressa das atribuições dos serviços e responsabilidades inerentes ao cargo público, com o compromisso de bem servir e cumprir todas as normas e regulamentos exigidos no ato da posse.

Por ser verdade, firmo o presente Termo de Posse.

Gabinete do Prefeito, 19 de Fevereiro de 2015.

Aparecido Marques Moreira Raony Scott Silva

Prefeito Municipal Professor

Testemunhas:

1- _____ 2- _____

Jucielly Monte de O A Lopes Kamyla Peres Rodrigues

CPF: 642.390.553-34 CPF: 024.233.841-06

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO

PORTARIA N.º 07/2015

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria Compulsória ao servidor, ***Sr. Antonio Eduardo dos Santos****."*

O Prefeito do Município de Rio Branco, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o preenchimento dos pressupostos legais contidos no art. 40, § 1º, inciso II, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003, c/c art. 12, inciso II da Lei Municipal n.º 396 de 04/01/2006 que reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Rio Branco/MT, Lei Municipal nº 666 de 28/04/2015 que dispõe sobre a reformulação do Plano de Carreira dos Profissionais da Educação Publica Básica do Município de Rio Branco/MT;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder o benefício de **Aposentadoria Compulsória,** ao servidor **Sr. Antonio Eduardo dos Santos**, brasileiro, portador da cédula de identidade n.º 0273182-7 - SESP/MT e CPF sob o n.º 140.569.411-49, servidor Efetivo no cargo de Professor, Classe "E", Nível "02", devidamente matriculado sob o n° 12, contando com 22 anos, 09 meses e 22 dias de tempo de contribuição, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Desporto e Lazer, **com proventos proporcionais,** conforme processo administrativo do PREVIRB, **n.º 2015.01.00015P**, a partir de 03/09/2015, até posterior deliberação.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos legais **a partir de 03 de setembro de 2015,** revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Rio Branco/MT, 30 de Setembro de 2015.

ANTONIO XAVIER DE ARAUJO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA N° 27/2015. 01 DE OUTUBRO DE 2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO SERVIDOR **HILARIO SCHIEFELBEIN** DO O CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSOR JURÍDICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O senhor **Vandir Matschinske**, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Rita do Trivelato, Estado do Mato Grosso, em exercício, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e o Regimento Interno da Casa.

R E S O L V E

Art. 1º - Exonerar, o servidor **HILARIO SCHIEFELBEIN,** portador do RG 08428883-SSP-MT, emitido em 30.11.2005, CPF N° 158198090-68, do cargo em comissão de **Assessor Jurídico**, nomeado pela portaria nº 017/2015 de 14 de maio de 2015.

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam a portaria nº 017/2015 e as demais disposições em contrário.

Câmara de Vereadores de Santa Rita do Trivelato, 01 de Outubro de 2015.

Vandir Matschinske

Presidente

Registre-se, Publique-se e afixe-se.

Na data supra de 01.10.2015.

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA N° 26/2015. 01 DE OUTUBRO DE 2015.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SERVIDORA **EVA PEDROZO DE LARA** DO O CARGO EM COMISSÃO DE **COORDENADORA DE FINANÇAS E CONTROLE** E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O senhor **Vandir Matschinske**, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Rita do Trivelato, Estado do Mato Grosso, em exercício, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e o Regimento Interno da Casa.

R E S O L V E

Art. 1º - Exonerar, a pedido, da servidora **EVA PEDROZO DE LARA,** portador do RG 1692922-5-SSP-MT, emitido em 27.02.2003, CPF N° 027. 459.541-99, do cargo em comissão de **Coordenadora de Finanças e Controle**, nomeada pela portaria nº 025/2013 de 19 de novembro de 2015.

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam a portaria nº 025/2015 e as demais disposições em contrário.

Câmara de Vereadores de Santa Rita do Trivelato, 01 de Outubro de 2015.

Vandir Matschinske

Presidente

Registre-se, Publique-se e afixe-se.

Na data supra de 01.10.2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATOS DO MÊS DE SETEMBRO DE 2015

CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 046/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO/MT

CONTRATADO: COMERCIAL DE COMBUSTIVEL SANTO AFONSO LTDA ME

CNPJ: 11.817.279/0001-17

PROCESSO: PP012/2015

OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL, LUBRIFICANTES E FILTROS, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

VALOR: R$ 99.375,42

VIGÊNCIA: ASS. 18/09/2015 VCTO. 31/12/2015

SANTO AFONSO/MT, 01 DE OUTUBRO DE 2015.

VENCESLAU BOTELHO DE CAMPOS

PREFEITO MUNICIPAL

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO DO MÊS DE SETEMBRO DE 2015

1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS Nº 028/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO/MT

CONTRATADO: E.E.S. BULOW ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES-ME

CNPJ: 11.156.146/0001-47

PROCESSO LICITATORIO: TOMADA DE PREÇO 05/2015

OBJETO: CONTRATACAO DE EMPRESA PARA DAR CONTINUIDADE E CONCLUSAO A EXECUCAO DA OBRA E SERVICOS DE REVITALIZACAO DA PRACA MARECHAL RONDON, LOCALIZADA NO MUNICIPIO DE SANTO AFONSO/MT.

ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO

VIGÊNCIA: ASS. 29/09/2015 VCTO. 31/03/2016

SANTO AFONSO/MT, 01 DE OUTUBRO DE 2015.

VENCESLAU BOTELHO DE CAMPOS

PREFEITO MUNICIPAL

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE RESCISÃO CONTRATUAL DO MÊS DE SETEMBRO DE 2015

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS Nº 041/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO/MT

CONTRATADO: CONSTRUTORA HABITANORTE LTDA

CNPJ: 00.323.873/0001-35

PROCESSO LICITATORIO: TOMADA DE PREÇO 01/2014

OBJETO: CONSTRUÇÃO DE UMA QUADRA POLIESPORTIVA COBERTA COM VESTIÁRIO CONFORME TERMO DE COMPROMISSO PAC206416/2014 FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE), NO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO/MT.

ASSUNTO: RESCISÃO CONTRATUAL

DATA RESCISÃO: 02/09/2015

SANTO AFONSO/MT, 01 DE OUTUBRO DE 2015.

VENCESLAU BOTELHO DE CAMPOS

PREFEITO MUNICIPAL

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATOS DO MÊS DE SETEMBRO DE 2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 045/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO/MT

CONTRATADO: RODRIGO DA SILVA MOCHEUTI 22608804870

CNPJ: 23.091.922/0001-57

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OFERTA DE EXAMES DE RAIOS - X PARA PACIENTES DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE VILA ALTA E POSTO DE SAÚDE PADRE ISIDORO SHINAIDER NO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO MT, TUDO CONFORME PROJETO BÁSICO QUE FICA FAZENDO PARTE INTEGRANTE DESTE CONTRATO, INDEPENDENTE DE SUA TRANSCRIÇÃO.

VALOR: R$ 13.500,00

VIGÊNCIA: ASS. 15/09/2015 VCTO. 15/12/2015

SANTO AFONSO/MT, 01 DE OUTUBRO DE 2015.

VENCESLAU BOTELHO DE CAMPOS

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA INTERNA – SME Nº 002/2015

SÚMULA: DETERMINA AS DATAS PARA INSCRIÇÃO PARA GESTÃO DEMOCRÁTICA DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE SANTO AFONSO-MT E OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GILBERTO BERNARDINO DE FARIAS, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SANTO AFONSO, ESTADO DE MATO GROSSO,

USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, COM BASE NA LEI Nº. 037/2000 QUE REGULAMENTA AS DIRETRIZES E BASE DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL, BEM COMO A GESTÃO DEMOCRÁTICA DO ENSINO PÚBLICO MUNICIPAL, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

RESOLVENDO

Art. 1º - Considerando os dispostos na Lei 037/2000, que determina a Gestão Democrática nas Escolas Públicas Municipais, determina abertura das inscrições para o cargo de Diretor das Escolas Públicas Municipais de Santo Afonso-MT: EMPG. “Sebastião Tavares da Silva” e CEI. “Irmã Luiza Cassiolato.

Art. 2º - As inscrições estarão abertas no período de 13 de Outubro de 2015 a 16 de outubro de 2015, na sede da Secretaria Municipal de Educação, no Edifício da Prefeitura Municipal de Santo Afonso, à Rua Pedro Álvares Cabral, 155, centro.

§ Único – Do dia 13/10/15 ao dia 16/10/15 às inscrições serão no período das 07h00min às 13h00min.

Art. 3º - A seleção do candidato pela comunidade escolar por meio de votação se dará no dia 06/11/15, na própria escola, no período das 08h00min às 17h00min.

§ Único - Posteriormente serão determinados pela Comissão de Seleção da EMPG. “Sebastião Tavares da Silva, a necessidade de Urnas nos Acampamentos e o local e horário de votação.

Art. 4º - O ciclo de estudo, será realizado nos dias 23/10/2015 á 24/10/15, das 13h00min às 17h00min no Auditório da EMPG. “Sebastião Tavares da Silva” e estão convocados a participar, os candidatos inscritos ao cargo de diretor, membros dos Conselhos Deliberativos das Comunidades Escolares, CEI. “Irmã Luiza Cassiolato” e EMPG. “Sebastião Tavares da Silva”.

§ 1º

- Os Candidatos a Diretores, conforme § 1º do art. 2º da Portaria Interna nº. 001/2015 terão que freqüentar 100% do ciclo de estudo ou estará desclassificado do processo de seleção.

§ 2º - Os candidatos a diretores terão que fazer estudo do Projeto Político Pedagógico, Regimento Interno da escola para qual irá concorrer ao cargo de diretor e Lei Complementar 002/07, pois terão atividades no Ciclo de Estudo que exigirá do candidato o conhecimento de tais legislações.

Art. 5º - Para participar do processo de que trata a lei 037/2000 e esta portaria, o candidato integrante do quadro dos Profissionais da Educação Básica, deve:

I – Ser ocupante do cargo efetivo ou estável do quadro dos Profissionais da Educação Básica;

II–Ter no mínimo 2 (dois) anos de efetivo exercício ininterruptos até a data da inscrição, prestados na escola que pretende dirigir;

III- ser habilitado em nível de Licenciatura Plena, 2º grau em magistério ou habilitação específica;

IV - participar dos ciclos de estudos a serem organizados pela Secretaria Municipal de Educação do Município de Santo Afonso-MT.

Art. 6º - Caso não haja Profissional da Educação com dois anos de serviço na unidade escolar, poderá inscrever-se o profissional que tenha um ano na unidade escolar que pretende dirigir, ou dois anos em qualquer escola pública municipal.

Art. 7º - Na unidade escolar onde inexistir Profissional da educação habilitado em nível superior, poderá inscrever-se o profissional com habilitação em nível de 2º Grau, com Magistério, ou com profissionalização específica, conforme previsto no art. 55, inciso III, da lei 037/2000.

§ Único – O profissional poderá concorrer à direção de apenas uma escola.

Art. 8º - É vedada a participação, no processo seletivo, do profissional que nos últimos cinco anos:

I - tenha sido exonerado, dispensado ou suspenso do exercício da função em decorrência de processo administrativo disciplinar:

II - esteja respondendo a processo administrativo disciplinar;

III – esteja sob processo de sindicância;

IV – esteja sob licenças contínuas;

V - as pessoas que tenham sido condenadas por crimes contra a pessoa, a moral, os bons costumes e contra o patrimônio publico.

Art. 9º - Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 10º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SANTO AFONSO, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE E NOVE DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E QUINZE– 29.09.2015.

GILBERTO BERNARDINO DE FARIAS

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 029/2015

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 029/2015

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO Nº 039/2015/CPL/PP

A Equipe de Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso torna público que nos termos da Lei nº 8.666 de 21/06/93, com as alterações subsequentes a abertura de processo licitatório. **Pregão Presencial Registro de preços para futura e eventual aquisição de 700 (setecentas) Cestas Básicas, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Ação Social.** Poderá participar do certame pessoa jurídica que tenham adquirido edital e que são cadastrados no setor competente desta Prefeitura.

A abertura dos processos dar-se-á às ***08:00 horas do dia 15 de Outubro de 2015***, em sala designada pelo pregoeiro na Sede da Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste – MT.

O edital completo poderá ser adquirido das 7:00 as 11:00 horas e das 13:00 ás 17:00 horas, no Prédio da Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste situado a rua A, 367 Jardim Santa Inês, telefone (66) 3488-1080 – 3488-1459 – 3488-1292 ou pelo E-mail: **(licitacao@santoantoniodoleste.mt.gov.br).**

Santo Antonio do Leste – MT, 01 de Outubro de 2015.

WEVERTON ANCELMO P. DE SOUSA

PREGOEIRO

Portaria Nº. 002/2015

De 12 de Janeiro de 2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
LEI Nº 555/2015 DE: 08 DE SETEMBRO DE 2015

Dispõe sobre autorização para efetuar Transposição, Remanejamento ou Transferências de Recursos dentro do Orçamento Programa de 2015 e dá outras providências.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1° - Fica o Executivo Municipal, autorizado a efetuar por decreto no orçamento programa do corrente exercício, transposição, remanejamento ou transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, e de uma unidade orçamentária para outra, dentro do orçamento do exercício de 2015.

Parágrafo Único – A transposição, remanejamento ou transferência citada no "caput" deste artigo será de 10% (dez por cento) da Lei Municipal nº 506/2014 de 01/12/2014 – Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2015.

Artigo 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 08 DE SETEMBRO DE 2015

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
DECRETO N° 046/2015 DE: 25 DE SETEMBRO DE 2015.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste-MT, no uso de suas atribuições Legais e de conformidade com o Art.71 da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Artigo 1º - Aprova o Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI – 2015 da Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste - MT, dos procedimentos metodológicos e cronológicos e outras providências, nos termos em anexo desse Decreto.

Artigo 2º - Determinar à Secretaria Municipal de Administração e Planejamento desta Prefeitura que tomem imediata providência para cumprimento do disposto no artigo anterior;

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

EM: 25 DE SETEMBRO DE 2.015

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios, conforme disposto na Legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

PLANO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA - PAAI//2015

Aprovação em: 16/01/2015

Ato de Aprovação: Decreto nº 046/2015

Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI/2015

Unidade Responsável: Unidade de Controle Interno - UCCI

Estabelece o Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI/2015, da Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste - MT, dos procedimentos metodológicos e cronológicos e outras providências.

A CONTROLADORIA DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO do Município de Santo Antonio do Leste - MT, no uso de suas atribuições legais que lhe confere:

Considerando, que o Sistema de Controle Interno é exercido em obediência ao disposto na Constituição Federal, nas normas gerais de direito financeiro contidas na Lei Federal nº. 4.320/64, Lei Complementar Federal nº. 101/2000, Lei Orgânica do Município e demais legislações, bem como as normas específicas do TCE/MT;

Considerando que a Instrução Normativa 01/2009, dispõe sobre o Manual de Auditoria Interna e estabelece os padrões e procedimentos para a realização das auditorias internas;

Considerando que as atividades de competência da Controladoria do Sistema de Controle Interno do Município terão como enfoque principal a avaliação da eficiência e eficácia dos procedimentos de controle adotados nos diversos sistemas administrativos, pelo órgão central e unidades setoriais, cujos resultados serão consignados em relatório contendo recomendações para o aprimoramento de tais controles;

RESOLVE:

Art. 1º – Apresentar o Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI da Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste - MT para o ano de 2015, que consiste na análise e verificação quanto aos procedimentos a serem seguidos com referência as Instruções Normativas já implementadas aos Sistemas Administrativos na Administração, baseada nos princípios da legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência e eficácia.

Art. 2º - Designar que o Controlador Interno Municipal, auxiliado pelos agentes de controle interno e/ou servidores requisitados de outros órgãos, executem as auditorias internas, através de projetos de auditoria, e caso necessário, poderá ser contratado auditor externo para a realização dos trabalhos, em observância ao plano anual de auditoria interna.

Art. 3º - Estabelecer os objetivos, áreas auditadas, metodologia utilizada e período da execução;

§ 1º - Os objetivos serão de:

a) Averiguar o cumprimento quanto aos resultados das recomendações nas auditorias realizadas em exercícios anteriores;

b) Verificar a efetividade do cumprimento aos procedimentos estabelecidos nas Instruções Normativas para os Sistemas Administrativos a serem auditados.

c) Recomendar correções necessárias de acordo com as verificações realizadas.

§ 2º - Os Sistemas Administrativos auditados serão:

- Sistema de Previdência Própria – SPP

- Sistema de Compras – SCC;

- Sistema de Secretaria de Assistência Social - SCS;

- Sistema de Setor Jurídico– SSJ;

§ 3º – O Tipode Auditoria realizada será Operacional, seguido do Projeto de Desenvolvimento e Pesquisa – PDP, método por amostragem.

§ 4º - Com base nos relatórios de auditorias realizadas em exercícios anteriores, esse plano visará examinar e analisar os seguintes procedimentos de controles adotados em:

- Sistema de Previdência Própria – SPP

- Sistema de Compras – SCC;

- Sistema de Secretaria de Assistência Social - SCS;

- Sistema de Setor Jurídico– SSJ;

§ 5º – As auditorias serão realizadas nas unidades executoras e departamentos responsáveis pelos Sistemas Administrativos a serem auditados.

§ 6º - O período de Execução será entre os meses de Janeiro a Dezembro/2015, conforme cronograma de atividade em anexo;

§ 7º - O cronograma de atividade, anexo único deste Ato, poderá sofrer alterações necessárias quando da sua execução.

Art 4º - Outras Atividades

Elaboração do Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI para o ano de 2015.

Objetivo: Cumprir exigência da Resolução Normativa 033 de 2012 do TCE/MT; Período: Janeiro a Dezembro de 2015;

Santo Antonio do Leste - MT, 16 de Janeiro de 2015

De Acordo

_____

Miguel Jose Brunetta

Prefeito Municipal

Certidão de Publicação

ANEXO ÚNICO

CRONOGRAMA DE ATIVIDADE – PAAI/2015

SISTEMAS	ÁREA	PERÍODO ESTIMADO	EQUIPE	DATA INICIAL	DATA TERMINO
SISTEMA DE PREVIDENCIA PROPRIA		mensal	Auditoria	A definir	A definir
SISTEMA DE COMPRAS		Mensal	Auditoria	A definir	A definir
SISTEMA DE SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL		Mensal	Auditoria	A definir	A definir
SISTEMA DO SETOR JURIDICO		Mensal	Auditoria	A definir	A definir
MÊS DE DEZEMBRO					
PAAI - 2016	(Elaboração)		CI		

_____ **WALQUIRIA RODRIGUES BARRETO**

AUDITORA PÚBLICA INTERNA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
LEI Nº 556/2015. DE: 08 DE SETEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre autorização para abertura de Créditos Adicionais Suplementares até o valor de até 10% (dez por cento) no orçamento do Município, no exercício de 2015 e dá outras providências.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal **APROVOU** e ele **SANCIONA** a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir no orçamento anual do corrente exercício, Créditos Adicionais Suplementares no valor de até 10%(Dez por cento).

Artigo 2º - Para cobertura dos créditos citados acima, serão utilizados recursos correntes no artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64 de 17/03/1964.

Artigo 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 08 DE SETEMBRO DE 2015.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 030/2015

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 030/2015

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO Nº 040/2015/CPL/PP

A Equipe de Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso torna público que nos termos da Lei nº 8.666 de 21/06/93, com as alterações subsequentes a abertura de processo licitatório. **Pregão Presencial Registro de Preços para futura e eventual Contratação de Empresa especializadas na prestação de serviços no ramo de seguros de veículos, para segurar os carros pertencentes à frota oficial da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste.** Poderá participar do certame pessoa jurídica que tenham adquirido edital e que são cadastrados no setor competente desta Prefeitura.

A abertura dos processos dar-se-á às ***14:00 horas do dia 15 de Outubro de 2015***, em sala designada pelo pregoeiro na Sede da Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste – MT.

O edital completo poderá ser adquirido das 7:00 as 11:00 horas e das 13:00 ás 17:00 horas, no Prédio da Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste situado a rua A, 367 Jardim Santa Inês, telefone (66) 3488-1080 – 3488-1459 – 3488-1292 ou pelo E-mail: **(licitacao@santoantoniodoleste.mt.gov.br).**

Santo Antonio do Leste – MT, 01 de Outubro de 2015.

WEVERTON ANCELMO P. DE SOUSA

PREGOEIRO

Portaria Nº. 002/2015

De 12 de Janeiro de 2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
EXTRATO CONTRATO Nº 060/2015

Objeto: Registro de preço para futura e eventual aquisição de materiais construção conforme solicitação das diversas Secretarias Municipais, contidas no Termo de Referência anexa ao edital do Pregão Presencial nº 025/2015.

Período: 16/09/2015 a 15/09/2016

Valor Global: R$ 388.255,36 (trezentos e oitenta e oito mil, duzentos e cinquenta e cinco reais e trinta e seis centavos).

Data de Assinatura: 16/09/2015

Contratado: **BUSNARDO & BADOCO LTDA**

Contratante: **PREFEITURA DE SANTO ANTONIO DO LESTE**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
LEI N.º 557/2015 DE: 23 DE SETEMBRO DE 2015.

"Dispõe sobre a expansão de vagas de cargos existentes na estrutura administrativa da Prefeitura Municipal e dá outras providências."

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Expande o número de vagas existentes no anexo I da Lei Municipal n.º 053/2001, de 28 de dezembro de 2001 e suas alterações, dos seguintes cargos:

CARGOS/DENOMINAÇÃO	Número de vagas existente	Número de vagas expandidas	Total
Motorista de Ambulância	03	01	04
Técnico em enfermagem	008	002	010

Art. 2º As despesas decorrentes desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias constantes no orçamento anual do município. Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste/MT, em 23 de setembro de 2015.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
RETIFICAÇÃO - EXTRATO CONTRATO Nº 053/2015

Objeto: A presente licitação tem como objeto a **CONTRATAÇÃO, SOB REGIME DE EMPREITADA POR MENOR PREÇO GLOBAL, DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM PARTES DE RUAS E AVENIDAS NO PERIMETRO URBANO NA CIDADE DE SANTO ANTONIO DO LESTE – MT, RESULTANTE DA TOMADA DE PREÇO Nº. 003/2015**

Período: 19/08/2015 a 03/06/2016

Valor Global: R$ 557.340,94 (quinhentos e cinqüenta e sete mil, trezentos e quarenta reais e noventa e quatro centavos).

Data de Assinatura: 19/08/2015

Contratado: **CONSTRUTORA TRIPOLO LTDA**

FAUSTO PRESOTO BORTOLINI

Contratante: **PREFEITURA DE SANTO ANTONIO DO LESTE**

(Republicação da data final do presente contrato em razão de publicação anterior ter constado 2015, porém é 2016).

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
DECRETO N° 045/2015 DE: 15 DE SETEMBRO DE 2015.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste- MT, no uso de suas atribuições Legais e de conformidade com o Art.71 da Lei Orgânica Municipal.

Considerando a crise financeira instalada no país e que atinge de forma negativa diretamente as receitas municipais, ocasionando perda da arrecadação de tributos nas finanças públicas do município;

Considerando que a Administração Pública não detém o controle da receita efetivamente arrecadada, mas única e exclusivamente o controle das despesas realizadas, incluindo aí gastos com pessoal, tendo o dever legal de compatibilizar esses valores com a efetiva arrecadação observada e não com a arrecadação prevista, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal, sob pena de suspensão de repasses ao município e o gestor responder no Tribunal de Contas e Ministério Público, inclusive por Improbidade Administrativa;

Considerando a imperiosa necessidade de observar o equilíbrio financeiro entre receitas e despesas do município dentro do exercício financeiro conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal;

Considerando por fim que o percentual com despesa com pessoal (folha de pagamento) até o 2º quadrimestre de 2015 (janeiro a agosto) encontra-se no patamar de 49,35% (quarenta e nove inteiros e trinta e cinco décimos por cento) da receita corrente líquida, portanto encontra-se próximo do limite prudencial nos termos do inciso II, § 1º do artigo 59 da Lei Complementar n. 101/2000 (LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal);

DECRETA:

Artigo 1º - Determinar que se proceda imediatamente à suspensão temporária de concessão ou pagamento da licença prêmio remunerada, férias e horas extraordinárias no período compreendido entre a data da publicação desse decreto até o dia 31 de dezembro de 2015;

§ 1º - As concessões de férias e licenças prêmios deferidas antes desta data não serão atingidos por esse decreto.

§ 2º - As horas extraordinárias somente poderão ser realizadas para atendimento em casos de **urgência** após autorização expressa pelos titulares das respectivas secretarias e dar ciência à Secretaria M. de Administração e Planejamento.

§ 3º - Os servidores da Secretaria Municipal de Saúde e da Secretaria de Viação, Obras e Serviços Públicos que forem convocados formalmente para atenderem casos de **emergência** não serão atingidos por esse decreto, especificamente em relação ao pagamento de horas extraordinárias.

§ 4º - Havendo concessão de férias, estas deverão ser gozadas integralmente dentro do mês concedido, ficando proibida a conversão em dinheiro de 1/3 (um terço) das férias ou o fracionamento das mesmas.

§ 5º - Em casos de afastamento para tratamento de saúde deverá ser observado os dispositivos da Lei Municipal nº 157/2005 de 29/07/2005, sob pena de recusa de eventuais atestados médicos.

§ 6º - Nos períodos de intervalo de trabalho (11 às 13h) e após o término do expediente, os servidores deverão efetuar o desligamento da iluminação, computadores, impressoras (excetuados os computadores que são utilizados para leitura do ponto digital), condicionadores de ar e demais aparelhos e equipamentos consumidores de energia elétrica que encontram-se em seus respectivos ambientes de trabalho.

Artigo 2º - Determinar aos secretários municipais e à coordenadora de Recursos Humanos desta Prefeitura que tomem imediata providência para cumprimento do disposto no artigo anterior;

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

EM: 15 DE SETEMBRO DE 2.015

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios, conforme disposto na Legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
LEI N.º 558/2015 DE: 23 DE SETEMBRO DE 2015.

"Dispõe sobre alteração do Anexo II da Lei Municipal n.º 053/2001 de 28 de dezembro de 2001 e alterações posteriores e dá outras providências."

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal **APROVOU** e ele **SANCIONA** a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica criado o cargo em comissão constantes no anexo II da Lei Municipal n.º 053/2001 de 28 de dezembro de 2001 e alterações posteriores.

ANEXO II

QUADRO DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO	QUANT.
Ouvidor Municipal	CC-2	01

Artigo 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 23 DE SETEMBRO DE 2015

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEZAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEZAL - COMPRAS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 054/2015.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 054/2015.

Partes: O MUNICÍPIO DE SAPEZAL INSCRITA NO CNPJ Nº 01.614.225/0001-09 E CONSTRUTORA J B LTDA - ME**,** inscrita no CNPJ nº 08.784.681/0001-38.

Objetivo: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de construção de pontes de madeira em estradas da zona rural do MUNICÍPIO DE SAPEZAL.

Vigência do Contrato: 30/09/2015 ao dia 29/11/2015.

Modalidade: Tomada de Preço Nº 054/2015.

Secretaria: Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Urbanos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 079/2015 – SRP 093/2015

A Prefeitura Municipal de Sinop/MT, em cumprimento ao inciso XII, Art. 21 do Decreto 3.555/00, torna público resultado do Pregão Presencialnº 079/2015 – SRP 093/2015, referente: **Contratação de Empresa Especializada na realização de exames de Ultrassonografia para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.** Empresa Vencedora: **NAZZARI CLINICA DE ULTRASSONOGRAFIA EIRELI - ME, CNPJ/MF: 15.259.544/0001-40**, Item: 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23. **Homologado em 01 de outubro de 2015.**

Vanusa Aparecida Serpa

Pregoeira – Portaria 372/2013

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 003/2015

A Prefeitura Municipal de Sinop/MT, em cumprimento aos termos da Lei nº 8.666 de 21/06/93 e alterações posteriores, torna público o resultado da Concorrência Pública nº 003/2015, referente à "Contratação de Empresa Especializada para execução das obras de Pavimentação Asfaltica, Drenagem de Águas Pluviais e Sinalização Viária, Local: Bairro Parque das Araras, na Cidade de Sinop/Mt, atendendo solicitação da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos". Empresa vencedora: TOP TERRAPLENAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA CNPJ/MF 07.359.807/0001-64. Homologada em 01 de outubro de 2015. Sinop, 01 de outubro de 2015.

Adriano dos Santos

Presidente da C.P.L.

Portaria nº 001/2015

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE PRORROGAÇÃO CHAMADA PÚBLICA Nº 011/2015

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP torna público que a abertura da sessão prevista para às 14h00min do dia 01/10/2015, realizar-se-á às 14h00min. do dia 26/10/2015, devido o não comparecimento de interessados. **OBJETO: Se/ecionar empresas do segmento da construção civil, para execução de projeto e obras, consubstanciados na construção de 02 (dois) CRAS – Centro de Referência da Assistência Social – localizados nos loteamentos denominados Residencial Daury Riva e Sabrina. LOCAL**: Secretaria Municipal de Administração, Rua das Avencas, 1.491, Setor Comercial. INTEGRA do EDITAL: no endereço indicado ou por meio do site www.prefeituravirtual.com.br. Informações: (66) 3517-5298, 3520-7272. SINOP/MT, 01 de outubro de 2015.

Adriano dos Santos

Presidente da C.P.L

Portaria nº 001/2014

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 080/2015 – SRP 095/2015

A Prefeitura Municipal de Sinop/MT, em cumprimento ao inciso XII, Art. 21 do Decreto 3.555/00, torna público resultado do Pregão Presencialnº 080/2015 – SRP 095/2015, referente:para **Aquisição de refeições acondicionadas em embalagem de isopor tipo Marmitex, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras.** Empresa Vencedora: **A. C. TOMASI SEGER - ME, CNPJ/MF: 22.163.881/0001-02**, Item: 01. Homologado em 01 de outubro de 2015.

Vanusa Aparecida Serpa

Pregoeira – Portaria 372/2013

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2015 – SRP 091/2015

A Prefeitura Municipal de Sinop/MT, em cumprimento ao inciso XII, Art. 21 do Decreto 3.555/00, torna público resultado do Pregão Eletrôniconº 029/2015 – SRP 091/2015, referente **Aquisição de Pallets para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.** Empresa Vencedora: **CAPERPASS COMÉRCIO DE ARTIGOS LTDA**, **CNPJ/MF:** 05.211.777/0001-19, Item: 01. Homologado em 01 de outubro de 2015.

Vanusa Aparecida Serpa

Pregoeira – Portaria 372/2013

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO PROPOSTAS DE PREÇO TOMADA DE PREÇO Nº 005/2015

A Prefeitura Municipal de Sinop/MT, em cumprimento aos termos da Lei 8.666 de 21/06/93 e alterações posteriores, torna público o resultado do julgamento das propostas de preço da tomada de preço nº 005/2015, referente à CONTRATAÇÃO PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE AMPLIAÇÃO DO TERMINAL AEROPORTUÁRIO DE SINOP, conforme a seguir: Primeiro lugar a proposta no valor de R$ 373.905,39 (trezentos e setenta e três mil, novecentos e cinco reais e trinta e nove centavos) apresentada pela empresa CONSTRUTORA ROCHA LTDA, e, com fulcro no disposto no item 8.4.2 do edital resta desclassificada a proposta no valor de R$ 344.087,49 (trezentos e quarenta e quatro mil, oitenta e sete reais e quarenta e nove centavos) apresentada pela empresa CONSTRUTORA IMPACTO LTDA, por estar em desconformidade com o edital. Em respeito ao disposto no Art. 109 da Lei nº 8.666/93, a Comissão aguardará o prazo de 5 (cinco) dias úteis para interposição de recursos. Sinop/MT, 01 de outubro de 2015.

Adriano dos Santos

Presidente da C. P. L.

Portaria nº 001/2015

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATAS DE REGISTRO DE PREÇO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 00077/2015 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 090/2015

VALIDADE: 12 (doze) meses oficiais. ***DATA:*** **25/09/2015 VIGÊNCIA:** 25/09/2016.

OBJETO: Registro de Preços para Aquisição de Sêmen Bovino, Nitrogênio Líquido e materiais afins, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura, conforme descrição constante no Anexo I – Termo de Referência do Edital**.**

EMPRESAS DETENTORAS:

ATA Nº. 198/2015 –

LAGOA DA SERRA LTDA – CNPJ 05.162.045/0001-86, SERTÃOZINHO/SP

ITEM	QUANT	UND.	DECRIÇÃO	MARCA	UNIT	TOTAL
4	300	UN	DOSES DE SEMEN NAO SEXADO DA RAÇA GIROLANDO, GRAU DE SANGUE5/8, REPRODUTOR COM PELAGEM DE PREDOMINANCIA PRETA, PAI DA RAÇA HOLANDES PRETO E BRANCO COM PROVA NA BASE AMERICANA NO SUMARIO DAIRY BULLS ABRIL 2015, COM PTA LEITE IGUAL OU MAIOR QUE 800 LIBRAS E CONFIABILIDADE DE PRODUÇAO IGUAL OU MAIOR A 97%, COMPOSTO DE UBERE E PERNAS IGUAIS OU SUPERIOR A 0,50. MAE COM LACTAÇAO ACIMA DE 6.700 KG, FILHA DE REPRODUTOR DA RAÇA GIROLANDO LEITEIRO PROVADO PELA EMBRAPA E ABCGIL SUMARIO DE MAIO 2015 COM PTA LEITE SUPERIOR A 40 KG DE LEITE.	CRV LAGOA	15,00	4. 500,00
9	1.000	UN	NITROGENIO LIQUIDO.	CRV LAGOA	10,00	10. 000,00
VALOR TOTAL						R$ 14.500,00

ATA Nº. 199/2015 – SEMEX DO BRASIL COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA - CNPJ 00.593.476/0001/83, BLUMENAU/SC

ITEM	QUANT	UND.	DECRIÇÃO	MARCA	UNIT	TOTAL
3	100	UN	DOSES DE SEMEN NAO SEXADO DA RAÇA GIROLANDO, GRAU DE SANGUE 3/4, REPRODUTOR COM PELAGEM DE PREDOMINANCIA PRETA, PAI DA RAÇA HOLANDESA PRETA E BRANCA, POSSUA PROVA NA BASE AMERICANA DO SUMARIO DAIRY BULLS ABRIL 2015, PTA LEITE POSITIVO E CONFIABILIDADE DE PRODUÇAO IGUAL OU MAIOR QUE 97%, COMPOSTO DE UBERE E PERNAS E PES IGUAIS OU SUPERIORES A 0,50. MAE QUE TENHA LACTAÇAO ACIMA DE 8.200 KG.	SEMEC (TORNADO)	13,45	1. 345,00
6	5	UN	APLICADOR DE SEMEN BOVINO.	AGROZOOTEC	80,85	404,25
VALOR TOTAL						R$ 1.749,25

ATA Nº. 200/2015 – VERGALHÃO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA - CNPJ 00.264.914/0001-60, SINOP/MT

ITEM	QUANT	UND.	DECRIÇÃO	MARCA	UNIT	TOTAL
1	150	UN	DOSES DE SEMEN NAO SEXADO DE REPRODUTOR DE RAÇA HOLANDESA(PRETO E BRANCO), QUE REPRESENTE NO SUMARIO DAIRY BULLS NA BASE AMERICANA ABRIL 2015, AS SEGUINTES CARACTERISTICAS, ANIMAL DE PELAGEM COM PREDOMINANCIA PRETA, PTA PARA LEITE IGUAL OU MAIOR QUE 1500 LIBRAS E CONFIABILIDADE IGUAL OU MAIOR QUE 91%, PTA PARA TIPO IGUAL OU MAIOR QUE 1,30 E CONFIABILIDADE IGUAL OU MAIOR QUE 89%, QUE TENHA PRODUÇAO EM LIBRAS PARA GORDURA IGUAL OU MAIOR QUE 32 LIBRAS E DE PROTEINAS IGUAL OU MAIOR QUE 40 LIBRAS, COMPOSTO DE UBERE IGUAL OU MAIOR QUE 1,12, COMPOSTO DE PERNAS E PES IGUAL OU MAIOR QUE 0,80, DIFICULDADE DE PARTO IGUAL OU MENOR QUE 7%, E VIDA PRODUTIVA IGUAL OU MAIOR QUE 3.	ABS	28,90	4. 335,00
2	200	UN	DOSES DE SEMEN NAO SEXADO DE REPRODUTOR DE RAÇA JERSEY, QUE REPRESENTE NO SUMARIO DE REPRODUTOR PROVADO DE RAÇA JERSEY, QUE REPRESENTE NO SUMARIO DAIRY BULLS NA BASE AMERICANA ABRIL 2015, AS SEGUINTES CARACTERISTICAS . PTA PARA LEITE IGUAL OU MAIOR QUE 470 LIBRAS A CONFIABILIDADE IGUAL OU MAIOR QUE 95%, PTA PARA TIPO POSITIVO E CONFIABILIDADE IGUAL OU MAIOR QUE 95%, QUE TENHA PRODUÇAO EM LIBRAS PARA GORDURA IGUAL OU MAIOR QUE 40 LIBRAS E DE PROTEINA IGUAL OU MAIOR QUE 33 LIBRAS , CELULAS SOMATICAS IGUAL OU MAIOR QUE 2.95 E VIDA PRODUTIVA IGUAL OU MAIOR QUE 1.	ABS	29,00	5. 800,00
5	5	UN	TERMOMETRO DIGITAL EM CARTAO PARA DESCONGELAR SEMEN.	AGROZOOTEC	29,50	147,50
7	1.000	UN	BAINHAS PARA INSEMINAÇAO ARTIFICIAL.	IMV	0,38	380,00
8	1.000	UN	LUVAS DE CANO LONGO PARA USO NA INSEMINAÇAO ARTIFICIAL.	WAGO	0,60	600,00
VALOR TOTAL						R$ 11.262,50

O teor dos documentos poderá ser obtido na Internet por meio do endereço www.sinop.mt.gov.br Para maiores esclarecimentos fax (66) 3517-5298 ou e-mail licitacao@sinop.mt.gov.br.

SINOP-MT, 01 DE OUTUBRO DE 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - MT
/LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Número 062/2015

DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS Número 020/2015

OBJETO: Trata-se de CONTRATAÇÃO de PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO **ORIENTADORA SOCIAL** DO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (**CREAS**).

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, Inciso II da Lei 8.666/93 e Lei Municipal nº 758/2015

FAVORECIDA: **ADRIANA FERREIRA FILHO**, CPF nº 007.264.961-54

VALOR ESTIMADO GLOBAL: R$ 4.950,00 (quatro mil novecentos e cinquenta reais)

RATIFICO a DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS, em consonância com a justificativa apresentada pela Comissão Permanente de Licitação e o Parecer da Assessoria Jurídica, por se tratar de execução dos serviços públicos, nos termos do Artigo 24, Inciso II da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e também no disposto no Inciso II do Art. 3º da Lei Municipal nº 758, de 2 de fevereiro de 2015.

São Félix do Araguaia (MT), em 09 de setembro de 2015.

JOSÉ ANTÔNIO DE ALMEIDA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - MT /LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

OBJETO: Contrato nº 060/2015, firmado em 13/09/2015, cujo objeto contempla a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO **ORIENTADORA SOCIAL** DO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (**CREAS**).

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 062/2015

DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº 020/2015

CONTRATO Nº 060/2015, emitido em 13 de setembro de 2015.

FAVORECIDA: **ADRIANA FERREIRA FILHO**, CPF nº 007.264.961-54

PRAZO DE EXECUÇÃO: 5 meses e 15 dias

VIGÊNCIA: Com início em **14/09/2015 e término em 29/02/2016**, podendo ser prorrogado, de acordo com o Art. 57-II da Lei 8.666/1993

VALOR MENSAL: R$ 900,00 (novecentos reais)

VALOR GLOBAL: R$ 4.950,00 (quatro mil novecentos e cinquenta reais)

RECURSOS PRÓPRIOS

FUNDAMENTO LEGAL: ART. 24, INCISO II DA LEI Nº 8.666/1993 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES, COMBINADO COM O DISPOSTO NO ART. 3º-II DA LEI MUNICIPAL Nº 758/2015

São Félix do Araguaia (MT), em 14 de setembro de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

JOSÉ ANTÔNIO DE ALMEIDA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO

II TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

Nº 040/2014 – CARTA CONVITE Nº 06/2014

Contratado (a): DOURIVALDO MACHADO DE SOUZA.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO VALOR E PAGAMENTO - Fica aditado o Contrato de nº 040/2014, Carta Convite nº 006/2014 no que concerne a Cláusula Terceira, acrescentando o valor de R$ 13.800,00 (treze mil e oitocentos reais) devido a adição de mais 6.300 (seis mil e trezentos) litros de leite, a ser entre até o dia 31/12/2015, que poderá ser prorrogado por igual período de comum acordo entre as partes, através de termo aditivo em conformidade com a legislação específica (art.57, II c/c §4 da Lei 8666/93).

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO

- QUINTO TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO N.º 036/2014. ASS: 23/09/2015 VCT: 23/12/2015. Contratado: **SANEPAVI SANEAMENTO E PAVIMENTAÇÃO LTDA**; Objeto: Fica ajustado entre as partes que o prazo previsto e consignado no Termo de Contrato, será prorrogado do dia 25/09/2015 a 23/12/2015, conforme autoriza a Lei 8.666/93, art. 57, § 1º, inciso II, e § 2º.

Natanael Casavechia - Prefeito

DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 040/2015 – EXTRATO DE ADESÃO DE ATA

O Município de São José do Rio Claro – MT, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público, para quem possa interessar, que aderiu a Ata de Registro de Preço n° 051/2014 do Pregão Eletrônico 071/2013 realizado pela Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE , o julgamento do certame supracitado resultou vencedora a Empresa: **POSITIVO INFORMÁTICA S.A**; **CNPJ: 81.243.735/0001-48,** com o valor de **R$ 32.760,00 (Trinta e dois mil setecentos e sessenta reais)**.

São José do Rio Claro – MT, 01 de outubro de 2015.

TATIANA DOCKHORN – Pregoeira Oficial

DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO
CHAMADA PUBLICA Nº 001/2015 - RESULTADO DO JULGAMENTO

O Município de São José do Rio Claro – MT, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público, para quem possa interessar, que o julgamento do certame supracitado resultou vencedor os fornecedores:Antonio Correa Mendes Filho com valor de R$ 2,50 para o item 3 – Abobrinha verde; Euclides Venâncio com valor de R$ 2,35 para o item 4 – Alface e R$ 2,35 para o item 9 – Couve e R$ 2,35 para o item 14 – Salsa; Arlete L. Galvão com valor de R$ 2,35 para o item 5 – Almeirão e R$ 2,35 para item 8 – Cebolinha e R$ 2,35 para o item 13 – Rúcula; Sebastião R. A. de Souza com valor de R$ 10,60 para item 15 – Doce de Leite e R$ 19,00 para o item 18 - Queijo Minas Frescal;COAIT com valor de R$ 16,13 para o item 17 – Polpa de Frutas.

São José do Rio Claro – MT, 01 de Outubro de 2015.

SUNELY MOREIRA DOS SANTOS – Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO 2ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2015 ORIGINADA NO PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL 009/2015

EXTRATO 2ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2015 originada no Processo Licitatório Pregão Presencial 009/2015, Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS,** para futura e eventual**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESINSETIZAÇÃO, EXPURGO E LIMPEZA DE CAIXA D'ÁGUA DO PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL e demais unidades administrativas do município.** Vigência: **10/03/2015 – 10/03/2016**. O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, através do Departamento de Licitação, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei nº 8.666/93,torna público, que não houve alteração de valores e ficam MANTIDOS os preços registrados na presente Ata. Informações detalhadas de todos os elementos da Ata encontram- se disponíveis no site http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Resultado-de-Licitacao/. Tangará da Serra 30 de Setembro de 2015. Tatiana Ávila Grigoletti - Chefe do Departamento de Licitações.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO 2ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2015 ORIGINADA NO PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL 003/2015

EXTRATO 2ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2015 originada no Processo Licitatório Pregão Presencial 003/2015, Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS,** para futura e eventual**AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS NÃO PERECÍVEIS ESTOCÁVEIS,** para atender programa de alimentação Escolar da Secretaria Municipal de Educação e suprir necessidades das demais Secretarias do município**.** Vigência: **02/03/2015 – 02/03/2016**. O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, através do Departamento de Licitação, para fins de aten-

dimento ao § 2º, do art. 15, da Lei nº 8.666/93,torna público, que houve alteração de valores nos itens: 02,27,53,66,67,94 registrados na presente Ata. Informações detalhadas de todos os elementos da Ata encontram-se disponíveis no site http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Resultado-de-Licitacao/. Tangará da Serra 30 de Setembro de 2015. Tatiana Ávila Grigoletti - Chefe do Departamento de Licitações.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO 3ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 071/2014 ORIGINADA NO PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL 090/2014

EXTRATO 3ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 071/2014 originada no Processo Licitatório Pregão Presencial 090/2014, Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS,** para futura e eventual **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO CIVIL E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA,** para atender às necessidades das unidades administrativas deste município**.** Vigência: **10/12/2014 – 10/12/2015**. O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, através do Departamento de Licitação, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei nº 8.666/93,torna público, que não houve alteração de valores e ficam MANTIDOS os preços registrados na presente Ata. Informações detalhadas de todos os elementos da Ata encontram- se disponíveis no site http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Resultado-de-Licitacao/. Tangará da Serra 30 de Setembro de 2015. Tatiana Ávila Grigoletti - Chefe do Departamento de Licitações.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO PESSOAL TEMPORÁRIO Nº 276/2015

TERMO ADITIVO 276/2015

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado Nº **314/2015**

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: SUELENE FIRMINO DE OLIVEIRA SILVA

Objeto: O presente aditamento justifica-se pelo fato que a mesma DEIXOU 12 H/A NO CME DOM BOSCO E ASSUMIU 12 H/A NO CME ULISSES GUIMARAES.

Cargo: PROF. LINGUA PORTUGUESA E ESTRANG. - ZONA URBANA E RURAL

Carga Horária: 30 Horas Semanais.

Dotação: 02.026.0.0.12.361.0032.2230 Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB 3.1.90.04.00.00 0118000000 Contratação por Tempo Determinado (FUNDEB - Ensino Fundamental - Contratos).

Data da Assinatura: 01/09/2015

Vigência: 01/09/2015 a 18/12/2015

Secretaria: EDUCAÇÃO

Signatários: FABIO MARTINS JUNQUEIRA; JANINE CRISTINA GRUBER NOGUEIRA; SUELENE FIRMINO DE OLIVEIRA SILVA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO PESSOAL TEMPORÁRIO Nº 275/2015

TERMO ADITIVO 275/2015

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado Nº **104/2015**

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: SIRLENE PINHEIRO GARCIA

Objeto: Será alterada a carga horária de 40para 30horas semanais à partir de **01/09/2015.** O presente aditamento justifica-se pelo fato que a mesma DEIXOU 18 H/A(POSSE CONCURSO PUBLICO) NO CME JOANA D'ARC E ASSUMIU 09 H/A EM SUBSTITUIÇÃO JUSCELIA PASCHOAL(EXONERAÇÃO).

Cargo: PROF. ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO - ZONA URBANA

Carga Horária: 30 Horas Semanais.

Dotação: 02.026.0.0.12.361.0032.2230 Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB 3.1.90.04.00.00 0118000000 Contratação por Tempo Determinado (FUNDEB - Ensino Fundamental - Contratos).

Data da Assinatura: 01/09/2015

Vigência: 01/09/2015 a 18/12/2015

Secretaria: EDUCAÇÃO

Signatários: FABIO MARTINS JUNQUEIRA; JANINE CRISTINA GRUBER NOGUEIRA; SIRLENE PINHEIRO GARCIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO 3ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 069/2014 ORIGINADA NO PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL 088/2014

EXTRATO 3ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 069/2014 originada no Processo Licitatório Pregão Presencial 088/2014, Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS, PARA FUTURA E EVENTUALAQUISIÇÃO DE KIT CESTA BÁSICA, A FIM DE ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DESTE MUNICÍPIO.** Vigência: **01/12/2014 – 01/12/2015**. O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, através do Departamento de Licitação, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei nº 8.666/93,torna público, que não houve alteração de valores e ficam MANTIDOS os preços registrados na presente Ata. Informações detalhadas de todos os elementos da Ata encontram- se disponíveis no site http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Resultado-de-Licitacao/. Tangará da Serra 30 de Setembro de 2015. Tatiana Ávila Grigoletti - Chefe do Departamento de Licitações.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO 4ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 051/2014 ORIGINADA NO PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL 059/2014

EXTRATO 4ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 051/2014 originada no Processo Licitatório Pregão Presencial 059/2014, Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO, PARA ATENDER OS EVENTOS FESTIVOS, CULTURAIS E INSTITUCIONAIS (CAMPANHAS, POSSES, INAUGURAÇÕES, PALESTRAS E PROPAGANDAS) DESTE MUNICÍPIO,** a fim de suprir as necessidades das Secretarias Municipais**.** Vigência: **26/09/2014 – 26/09/2015.** O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, através do Departamento de Licitação, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei nº 8.666/93,torna público, que não houve alteração de valores e ficam MANTIDOS os preços registrados na presente Ata. Informações detalhadas de todos os elementos da Ata encontram-se disponíveis no site http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Resultado-de-Licitacao/. Tangará da Serra 30 de Setembro de 2015. Tatiana Ávila Grigoletti - Chefe do Departamento de Licitações.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO PESSOAL TEMPORÁRIO Nº 274/2015

TERMO ADITIVO 274/2015

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado Nº **336/2015**

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: ROSEMEIRE DA SILVA

Objeto: O presente aditamento justifica-se pelo fato que a mesma DEIXOU 18 H/A QUE ESTAVA SUBSTITUINDO DINILSA(LICENÇA MÉDICA) E JAINE MARYANI(DEMISSÃO) NO CME AYRTON SENNA E ASSUMIU 18 H/A PARA ATENDIMENTO DA SALA MULTIFUNCIONAL DO CME ULISSES GUIMARÃES.

Cargo: PROF. SALA MULTIFUNC./ED. ESPECIAL

Carga Horária: 30 Horas Semanais.

Dotação: 02.026.0.0.12.361.0032.2230 Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB 3.1.90.04.00.00 0118000000 Contratação por Tempo Determinado (FUNDEB - Ensino Fundamental - Contratos).

Data da Assinatura: 01/09/2015

Vigência: 01/09/2015 a 18/12/2015

Secretaria: EDUCAÇÃO

Signatários: FABIO MARTINS JUNQUEIRA; JANINE CRISTINA GRUBER NOGUEIRA; ROSEMEIRE DA SILVA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO PESSOAL TEMPORÁRIO Nº 273/2015

TERMO ADITIVO 273/2015

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado Nº **329/2015**

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: ROSELY DOURADO PORTUGUES DE PAIVA

Objeto: O presente aditamento justifica-se pelo fato que a mesma DEIXOU 10 H/A QUE ESTAVA SUBSTITUINDO LUCIMAR FORTUNATO(LICENÇA MATERNIDADE) E ASSUMIU 10 H/A EM SUBSTITUIÇÃO NUBIA GRACIELA(REMANEJADA PARA JOÃO MARIA).

Cargo: PROF. EDUCAÇÃO INFANTIL - ZONA URBANA

Carga Horária: 30 Horas Semanais.

Dotação: 02.024.0.0.12365.0034.2222 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL 3.1.90.04.00.00 0101000000 (Ensino Fundamental – Educação Infantil - Contratos).

Data da Assinatura: 01/09/2015

Vigência: 01/09/2015 a 18/12/2015

Secretaria: EDUCAÇÃO

Signatários: FABIO MARTINS JUNQUEIRA; JANINE CRISTINA GRUBER NOGUEIRA; ROSELY DOURADO PORTUGUES DE PAIVA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO PESSOAL TEMPORÁRIO Nº 272/2015

TERMO ADITIVO 272/2015

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado Nº **083/2015**

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: PATRICIA DUARTE DE OLIVEIRA

Objeto: Será alterada a carga horária de 36para 40horas semanais à partir de **01/09/2015.** O presente aditamento justifica-se pelo fato que são AULAS ADICIONAIS PARA ATENDIMENTO DE ALUNOS EM APOIO PEDAGÓGICO CORRESPONDENTE AO PLANO DE INTERVENÇÃO.

Cargo: PROF. ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO - ZONA URBANA

Carga Horária: 30 Horas Semanais.

Dotação: 02.026.0.0.12.361.0032.2230 Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB 3.1.90.04.00.00 0118000000 Contratação por Tempo Determinado (FUNDEB - Ensino Fundamental - Contratos).

Data da Assinatura: 01/09/2015

Vigência: 01/09/2015 a 18/12/2015

Secretaria: EDUCAÇÃO

Signatários: FABIO MARTINS JUNQUEIRA; JANINE CRISTINA GRUBER NOGUEIRA; PATRICIA DUARTE DE OLIVEIRA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO 4ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 050/2014 ORIGINADA NO PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL 064/2014

EXTRATO 4ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 050/2014 originada no Processo Licitatório Pregão Presencial 064/2014, Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual**AQUISIÇÃO DE OXIGÊNIO E AR MEDICINAL COM CESSÃO DE CILINDROS EM FORMA DE COMODATO, PARA ATENDER A UNIDADE MISTA DE SAÚDE, AS VIATURAS MÓVEIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SAMU – 192 DO MUNICÍPIO.** Vigência: **26/09/2014 – 26/09/2015**. O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, através do Departamento de Licitação, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei nº 8.666/93,torna público, que não houve alteração de valores e ficam MANTIDOS os preços registrados na presente Ata. Informações detalhadas de todos os elementos da Ata encontram- se disponíveis no site http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Resultado-de-Licitacao/. Tangará da Serra 30 de Setembro de 2015. Tatiana Ávila Grigoletti - Chefe do Departamento de Licitações.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO 4ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 049/2014 ORIGINADA NO PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL 063/2014

EXTRATO 4ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 049/2014 originada no Processo Licitatório Pregão Presencial 063/2014, Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DE FOSSA SÉPTICA, CAIXA DE GORDURA, DESENTUPIMENTO DE ESGOTO, PIAS E VASOS,** a fim de suprir as necessidades das Secretarias deste Município**.** Vigência: **25/09/2014 – 25/09/2015**. O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, através do Departamento de Licitação, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei nº 8.666/93,torna público, que não houve alteração de valores e ficam MANTIDOS os preços registrados na presente Ata. Informações detalhadas de todos os elementos da Ata encontram- se disponíveis no site http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Resultado-de-Licitacao/. Tangará da Serra 30 de Setembro de 2015. Tatiana Ávila Grigoletti - Chefe do Departamento de Licitações.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO PESSOAL TEMPORÁRIO Nº 271/2015

TERMO ADITIVO 271/2015

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado Nº **247/2015**

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: NILZA PEREIRA DA SILVA

Objeto: Será alterada a carga horária de 29para 27horas semanais à partir de **01/09/2015.** O presente aditamento justifica-se pelo fato que a mesma DEIXOU 29 H/A NO CME GENTILA SUSIN(POSSE CONCURSO PUBLICO) ASSUMIU 09 H/A REMANESCENTES E AULAS PARA ATENDIMENTO DO PLANO DE INTERVENÇÃO NO CME SILVIO PATERNEZ.

Cargo: PROF. ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO - ZONA URBANA

Carga Horária: 30 Horas Semanais.

Dotação: 02.026.0.0.12.361.0032.2230 Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB 3.1.90.04.00.00 0118000000 Contratação por Tempo Determinado (FUNDEB - Ensino Fundamental - Contratos).

Data da Assinatura: 01/09/2015

Vigência: 01/09/2015 a 18/12/2015

Secretaria: EDUCAÇÃO

Signatários: FABIO MARTINS JUNQUEIRA; JANINE CRISTINA GRUBER NOGUEIRA; NILZA PEREIRA DA SILVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO 4ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 048/2014 ORIGINADA NO PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL 061/2014

EXTRATO 4ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 048/2014 originada no Processo Licitatório Pregão Presencial 061/2014, Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECARGA E RECONDICIONAMENTO DE CARTUCHOS PARA IMPRESSORAS PARA ATENDER NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DESTE MUNICÍPIO.** Vigência: **19/09/2014 – 19/09/2015**. O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, através do Departamento de Licitação, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei nº 8.666/93,torna público, que não houve alteração de valores e ficam MANTIDOS os preços registrados na presente Ata. Informações detalhadas de todos os elementos da Ata encontram- se disponíveis no site http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Resultado-de-Licitacao/. Tangará da Serra 30 de Setembro de 2015. Tatiana Ávila Grigoletti - Chefe do Departamento de Licitações.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 071/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 071/2015. O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA- MT, através da Pregoeira, nomeada pela Portaria nº 561/GP/2015 de 08.09.2015, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia **19 DE OUTUBRO DE 2015, às 14:00 horas,** na Sala de Licitações da Prefeitura, localizada na Avenida Brasil nº 2.350-N, 2º Piso, Bairro Jardim Europa, Licitação, na modalidade Pregão Presencial, do Tipo Menor Preço por Lote. Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CHAVEIRO COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, PARA ATENDER DEMANDA DAS SECRETARIAS DESTE MUNICÍPIO**, conforme especificações contidas no Termo de Referência, Anexos II e III, parte Integrante do Edital. O edital completo estará disponível para acesso dos interessados a partir do **dia 05 de Outubro de 2015**, através do site: http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Licitacoes/. Demais Informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações, através do telefone 65-3311-4800. Tangará da Serra- MT, 01 de Outubro de 2015. Tatiana Ávila Grigoletti- Chefe do Departamento de Licitações.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO 4ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 047/2014 ORIGINADA NO PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL 057/2014

EXTRATO 4ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 047/2014 originada no Processo Licitatório Pregão Presencial 057/2014, Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual**AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI's) E CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE UNIFORMES,** para suprir as necessidades das Secretarias deste Município**.** Vigência: **12/09/2014 – 12/09/2015**. O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, através do Departamento de Licitação, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei nº 8.666/93,torna público, que não houve alteração de valores e ficam MANTIDOS os preços registrados na presente Ata. Informações detalhadas de todos os elementos da Ata encontram- se disponíveis no site http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Resultado-de-Licitacao/. Tangará da Serra 30 de Setembro de 2015. Tatiana Ávila Grigoletti - Chefe do Departamento de Licitações.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO PESSOAL TEMPORÁRIO Nº 270/2015

TERMO ADITIVO 270/2015

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado Nº **068/2015**

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: MERIELE DA SILVA FRANCISCO

Objeto: Será alterada a carga horária de 36para 40horas semanais à partir de **01/09/2015.** O presente aditamento justifica-se pelo fato que são AULAS ADICIONAIS PARA ATENDIMENTO DE ALUNOS EM APOIO PEDAGÓGICO CORRESPONDENTE AO PLANO DE INTERVENÇÃO.

Cargo: PROF. ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO - ZONA URBANA

Carga Horária: 30 Horas Semanais.

Dotação: 02.026.0.0.12.361.0032.2230 Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB 3.1.90.04.00.00 0118000000 Contratação por Tempo Determinado (FUNDEB - Ensino Fundamental - Contratos).

Data da Assinatura: 01/09/2015

Vigência: 01/09/2015 a 18/12/2015

Secretaria: EDUCAÇÃO

Signatários: FABIO MARTINS JUNQUEIRA; JANINE CRISTINA GRUBER NOGUEIRA; MERIELE DA SILVA FRANCISCO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO 4ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 046/2014 ORIGINADA NO PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL 060/2014

EXTRATO 4ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 046/2014 originada no Processo Licitatório Pregão Presencial 060/2014, Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS (MOTONIVELADORA, TRATOR ESTEIRA, ROLO COMPACTADOR, PÁ CARREGADEIRA, ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, RETRO ESCAVADEIRA E CAMINHÃO TANQUE - COMBOIO E PIPA), COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA, MATERIAIS DE CONSUMO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA E DEMAIS MATERIAIS NECESSÁRIOS AO COMPLETO DESEMPENHO DOS TRABALHOS, PARA ATENDER NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA.** Vigência: **09/09/2014 – 09/09/2015**. O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, através do Departamento de Licitação, para fins de atendimento ao § 2º,

do art. 15, da Lei nº 8.666/93,torna público, que não houve alteração de valores e ficam MANTIDOS os preços registrados na presente Ata. Informações detalhadas de todos os elementos da Ata encontram- se disponíveis no site http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Resultado-de-Licitacao/. Tangará da Serra 30 de Setembro de 2015. Tatiana Ávila Grigoletti - Chefe do Departamento de Licitações.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO 4ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 045/2014 ORIGINADA NO PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL 058/2014

EXTRATO 4ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 045/2014 originada no Processo Licitatório Pregão Presencial 058/2014, Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DOS SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE TENDAS, MESAS, CADEIRAS, CAIXAS TÉRMICAS, BANHEIRO QUÍMICO, BEM COMO, AQUISIÇÃO DE GELO E ÁGUA MINERAL,** para utilização em eventos promovidos pelas Secretarias deste Município**.** Vigência: **08/09/2014 – 08/09/2015**. O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, através do Departamento de Licitação, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei nº 8.666/93,torna público, que não houve alteração de valores e ficam MANTIDOS os preços registrados na presente Ata. Informações detalhadas de todos os elementos da Ata encontram- se disponíveis no site http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Resultado-de-Licitacao/. Tangará da Serra 30 de Setembro de 2015. Tatiana Ávila Grigoletti - Chefe do Departamento de Licitações.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 070/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 070/2015. O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA- MT, através da Pregoeira, nomeada pela Portaria nº 561/GP/2015 de 08.09.2015, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia **19 DE OUTUBRO DE 2015, às 09:00 horas,** na Sala de Licitações da Prefeitura, localizada na Avenida Brasil nº 2. 350-N, 2º Piso, Bairro Jardim Europa, Licitação, na modalidade Pregão Presencial, do Tipo Menor Preço por Item. Objeto: **AQUISIÇÃO DE IMPLEMENTOS (ROLO COMPACTADOR LISO E ROÇADEIRA) COMPATIVEL COM: MINI CARREGADEIRA SOBRE RODAS: Modelo SR 200, motor a diesel,** a fim de atender necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura deste município,conforme especificações contidas no Termo de Referência, Anexos II e III, parte Integrante do Edital. O edital completo estará disponível para acesso dos interessados a partir do **dia 05 de Outubro de 2015**, através do site: http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Licitacoes/. Demais Informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações, através do telefone 65-3311-4800. Tangará da Serra- MT, 01 de Outubro de 2015. Tatiana Ávila Grigoletti- Chefe do Departamento de Licitações.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO PESSOAL TEMPORÁRIO Nº 269/2015

TERMO ADITIVO 269/2015

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado Nº **371/2015**

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: MARIA LUCELIA DE SOUZA PEREIRA

Objeto: O presente aditamento justifica-se pelo fato que a mesma DEIXOU 20 H/A(POSSE CONCURSO PUBLICO) NO CME AYRTON SENNA E ASSUMIU 20 H/A EM SUBSTITUIÇÃO KEILA SOARES(LICENÇA MÉDICA).

Cargo: PROF. ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO - ZONA URBANA

Carga Horária: 30 Horas Semanais.

Dotação: 02.026.0.0.12.361.0032.2230 Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB 3.1.90.04.00.00 0118000000 Contratação por Tempo Determinado (FUNDEB - Ensino Fundamental - Contratos).

Data da Assinatura: 01/09/2015

Vigência: 01/09/2015 a 18/12/2015

Secretaria: EDUCAÇÃO

Signatários: FABIO MARTINS JUNQUEIRA; JANINE CRISTINA GRUBER NOGUEIRA; MARIA LUCELIA DE SOUZA PEREIRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO PESSOAL TEMPORÁRIO Nº 268/2015

TERMO ADITIVO 268/2015

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado Nº **155/2015**

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: MARCIA REGILAINE DE ANDRADE

Objeto: O presente aditamento justifica-se pelo fato que a mesma DEIXOU 20 H/A(POSSE DE CONCURSO PUBLICO) E ASSUMIU 20 H/A EM SUBSTITUIÇÃO HWANG LING(LICENÇA MÉDICA) NO CME FABIO DINIZ JUNQUEIRA.

Cargo: PROF. EDUCAÇÃO INFANTIL - ZONA URBANA

Carga Horária: 30 Horas Semanais.

Dotação: 02.026.0.0.12.361.0032.2230 Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB 3.1.90.04.00.00 0118000000 Contratação por Tempo Determinado (FUNDEB - Ensino Fundamental - Contratos).

Data da Assinatura: 01/09/2015

Vigência: 01/09/2015 a 18/12/2015

Secretaria: EDUCAÇÃO

Signatários: FABIO MARTINS JUNQUEIRA; JANINE CRISTINA GRUBER NOGUEIRA; MARCIA REGILAINE DE ANDRADE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO PESSOAL TEMPORÁRIO Nº 267/2015

TERMO ADITIVO 267/2015

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado Nº **391/2015**

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: LAURA DA SILVA OLIVEIRA AMORIN

Objeto: Será alterada a carga horária de 36para 27horas semanais à partir de **01/09/2015.** O presente aditamento justifica-se pelo fato que a mesma DEIXOU 09 H/A (POSSE CONCURSO PUBLICO) NO CME AYRTON SENNA E 18 H/A QUE ESTAVA SUBSTITUINDO EDILSON LUIZ(LICENÇA MÉDICA) NO CME DOM BOSCO E ASSUMIU 18 H/A EM SUBSTITUIÇÃO A IRACI(LICENÇA PRÊMIO) NO CME DOM BOSCO.

Cargo: PROF. ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO - ZONA URBANA

Carga Horária: 30 Horas Semanais.

Dotação: 02.026.0.0.12.361.0032.2230 Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB 3.1.90.04.00.00 0118000000 Contratação por Tempo Determinado (FUNDEB - Ensino Fundamental - Contratos).

Data da Assinatura: 01/09/2015

Vigência: 01/09/2015 a 18/12/2015

Secretaria: EDUCAÇÃO

Signatários: FABIO MARTINS JUNQUEIRA; JANINE CRISTINA GRUBER NOGUEIRA; LAURA DA SILVA OLIVEIRA AMORIN

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 069/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 069/2015. O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA- MT, através da Pregoeira, nomeada pela Portaria nº 561/GP/2015 de 08.09.2015, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia **16 DE OUTUBRO DE 2015, às 09:00 horas,** na Sala de Licitações da Prefeitura, localizada na Avenida Brasil nº 2.350-N, 2º Piso, Bairro Jardim Europa, Licitação, na modalidade Pregão Presencial, do Tipo Menor Preço por Item. Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS,** para futura e eventual **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE DIVISÓRIA DE GESSO ACARTONADO COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS,** conforme especificações constantes dos Anexos II e III, deste Edital. O edital completo estará disponível para acesso dos interessados a partir do **dia 02 de Outubro de 2015**, através do site: http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Licitacoes/. Demais Informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações, através do telefone 65-3311-4800. Tangará da Serra-MT, 01 de Outubro de 2015. Tatiana Ávila Grigoletti- Chefe do Departamento de Licitações.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO PESSOAL TEMPORÁRIO Nº 288/2015

TERMO ADITIVO 288/2015

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado Nº **257/2015**

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: MARIA INES DO NASCIMENTO

Objeto: O presente aditamento justifica-se pelo fato que a mesma DEIXOU 20 H/A NO CME CECILIA MARIA QUE ESTAVA SUBSTITUINDO KELLEN CRISTINA(LICENÇA MATERNIDADE) E ASSUMIU 20 H/A EM SUBSTITUIÇÃO A ELIZANIA MARIA(LICENÇA MÉDICA) NO CME DÉCIO BURALI.

Cargo: PROF. EDUCAÇÃO INFANTIL - ZONA URBANA

Carga Horária: 30 Horas Semanais.

Dotação: 02.024.0.0.12365.0034.2222 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL 3.1.90.04.00.00 0101000000 (Ensino Fundamental – Educação Infantil - Contratos).

Data da Assinatura: 09/09/2015

Vigência: 09/09/2015a 18/12/2015

Secretaria: EDUCAÇÃO

Signatários: FABIO MARTINS JUNQUEIRA; JANINE CRISTINA GRUBER NOGUEIRA; MARIA INES DO NASCIMENTO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO 3ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 070/2014 ORIGINADA NO PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL 087/2014

EXTRATO 3ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 070/2014 originada no Processo Licitatório Pregão Presencial 087/2014, Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS,** para futura e eventual **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA SINALIZAÇÃO VIÁRIA E CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE PLACAS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO.** Vigência: **02/12/2014 – 02/12/2015**. O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, através do Departamento de Licitação, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei nº 8.666/93,torna público, que não houve alteração de valores e ficam MANTIDOS os preços registrados na presente Ata. Informações detalhadas de todos os elementos da Ata encontram- se disponíveis no site http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Resultado-de-Licitacao/. Tangará da Serra 30 de Setembro de 2015. Tatiana Ávila Grigoletti - Chefe do Departamento de Licitações.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO PESSOAL TEMPORÁRIO Nº 287/2015

TERMO ADITIVO 287/2015

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado Nº **152/2015**

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: JOCILAINE RIBEIRO DE CARVALHO

Objeto: O presente aditamento justifica-se pelo fato que a mesma DEIXOU 40 H/A(POSSE CONCURSO PUBLICO) NO CME CECILIA MARIA E ASSUMIU 40 H/A EM SUBSTITUIÇÃO A ROSANE BERTUOLI(DEMISSÃO) NO CME JOANA D'ARC.

Cargo: PROF. EDUCAÇÃO INFANTIL - ZONA URBANA

Carga Horária: 30 Horas Semanais.

Dotação: 02.024.0.0.12365.0034.2222 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL 3.1.90.04.00.00 0101000000 (Ensino Fundamental – Educação Infantil - Contratos).

Data da Assinatura: 09/09/2015

Vigência: 09/09/2015a 18/12/2015

Secretaria: EDUCAÇÃO

Signatários: FABIO MARTINS JUNQUEIRA; JANINE CRISTINA GRUBER NOGUEIRA; JOCILAINE RIBEIRO DE CARVALHO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO PESSOAL TEMPORÁRIO Nº 286/2015

TERMO ADITIVO 286/2015

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado Nº **268/2015**

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: GECIRA DA PENHA DE BORGES

Objeto: Será alterada a carga horária de 26para 35horas semanais à partir de **09/09/2015.** O presente aditamento justifica-se pelo fato que a mesma ASSUMIU 09 H/A EM SUBSTITUIÇÃO A ROSIVETE OLIVEIRA(LICENÇA PREMIO).

Cargo: PROF. ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO - ZONA URBANA

Carga Horária: 30 Horas Semanais.

Dotação: 02.026.0.0.12.361.0032.2230 Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB 3.1.90.04.00.00 0118000000 Contratação por Tempo Determinado (FUNDEB - Ensino Fundamental - Contratos).

Data da Assinatura: 09/09/2015

Vigência: 09/09/2015a 18/12/2015

Secretaria: EDUCAÇÃO

Signatários: FABIO MARTINS JUNQUEIRA; JANINE CRISTINA GRUBER NOGUEIRA; GECIRA DA PENHA DE BORGES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO PESSOAL TEMPORÁRIO Nº 285/2015

TERMO ADITIVO 285/2015

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado Nº **096/2015**

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: ELY REGINA SILVA ARRUDA

Objeto: O presente aditamento justifica-se pelo fato que a mesma DEIXOU 9 H/A(POSSE DO CONCURSO PUBLICO) NO CME JOSÉ NODARI E ASSUMIU 09 H/A EM SUBSTITUIÇÃO A ROSIVETE OLIVEIRA(LICENÇA PRÊMIO) NO CME ANTENOR SOARES.

Cargo: PROF. ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO - ZONA URBANA

Carga Horária: 30 Horas Semanais.

Dotação: 02.026.0.0.12.361.0032.2230 Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB 3.1.90.04.00.00 0118000000 Contratação por Tempo Determinado (FUNDEB - Ensino Fundamental - Contratos).

Data da Assinatura: 09/09/2015

Vigência: 09/09/2015a 18/12/2015

Secretaria: EDUCAÇÃO

Signatários: FABIO MARTINS JUNQUEIRA; JANINE CRISTINA GRUBER NOGUEIRA; ELY REGINA SILVA ARRUDA

CÂMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
PORTARIA Nº 53, DE 29 DE SETEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE PROMOÇÃO FUNCIONAL DO SERVIDOR, LUIZ CARLOS GUIMARÃES.

O Vereador **ROMER JAPONES,** Presidente da Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 43 inciso XXI, da Lei Orgânica Municipal e combinado com o Art. 17 **§** 3º da Lei Complementar nº 143, de 29 de Setembro de 2009.

RESOLVE:

1 – Conceder a promoção do Servidor **LUIZ CARLOS GUIMARÃES**, cargo efetivo vigia, **classe B-09**, para **Classe C-01** conforme estabelece **o Art. 17, e parágrafo 3º da Lei Complementar nº 143, de 29 de Setembro de 2009.**

2 – Registre-se, publique-se e cumpra-se a presente portaria que entra em vigor a partir do primeiro dia do mês de outubro do ano em curso.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Tangará da Serra, aos 29 (vinte e nove) dias do mês de Setembro do ano de 2015.

ROMER JAPONÊS

Presidente

Registrado na Secretaria Geral da Câmara Municipal e publicado por afixação em lugar de costume na data supra.

PROFESSOR SEBASTIAN

1º Secretário

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO PESSOAL TEMPORÁRIO Nº 284/2015

TERMO ADITIVO 284/2015

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado Nº **252/2015**

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: CONCEIÇÃO CANGUSSU RIBEIRO SILVA

Objeto: O presente aditamento justifica-se pelo fato que a mesma DEIXOU 20 H/A QUE ESTAVA SUBSTITUINDO NILDA BRAZ(LICENÇA PARA ACOMPANHAMNETO) NO CME SILVIO PATERNEZ E ASSUMIU 20 H/A EM SUBSTITUIÇÃO SANDRA GILLENI(LICENÇA PREMIO) NO CME TANIA ARANTES.

Cargo: PROF. EDUCAÇÃO INFANTIL - ZONA URBANA

Carga Horária: 30 Horas Semanais.

Dotação: 02.024.0.0.12365.0034.2222 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL 3.1.90.04.00.00 0101000000 (Ensino Fundamental – Educação Infantil - Contratos).

Data da Assinatura: 09/09/2015

Vigência: 09/09/2015a 18/12/2015

Secretaria: EDUCAÇÃO

Signatários: FABIO MARTINS JUNQUEIRA; JANINE CRISTINA GRUBER NOGUEIRA; CONCEIÇÃO CANGUSSU RIBEIRO SILVA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO PESSOAL TEMPORÁRIO Nº 283/2015

TERMO ADITIVO 283/2015

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado Nº **125/2015**

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: ADRIANA MANENTI PAVEI

Objeto: Será alterada a carga horária de 30para 40horas semanais à partir de **09/09/2015.** O presente aditamento justifica-se pelo fato que a mesma DEIXOU 20 H/A(POSSE CONCURSO PÚBLICO) E ASSUMIU 30 H/A EM SUBSTITUIÇÃO ROSANE ROCHA(REMANEJADA PARA CME ISOLDI STORCK) NO CME IRMÃ MARI STELLA.

Cargo: PROF. EDUCAÇÃO INFANTIL - ZONA URBANA

Carga Horária: 30 Horas Semanais.

Dotação: 02.024.0.0.12365.0034.2222 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL 3.1.90.04.00.00 0101000000 (Ensino Fundamental – Educação Infantil - Contratos).

Data da Assinatura: 09/09/2015

Vigência: 09/09/2015a 18/12/2015

Secretaria: EDUCAÇÃO

Signatários: FABIO MARTINS JUNQUEIRA; JANINE CRISTINA GRUBER NOGUEIRA; ADRIANA MANENTI PAVEI

UNIDADE PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO A ADMINISTRATIVO
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL- MÁLAGA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA-ME- CNPJ Nº 03.942.611/0001-47

E D I T A L D E N O T I F I C A Ç Ã O E X T R A J U D I C I A L

O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, por meio da **Unidade Permanente de Sindicância e Processo Administrativo – UPSPA**, neste ato representado pela Presidente da Comissão nomeada no processo, que esta ao final subscreve.

CONSIDERANDO os documentos acostados nos autos do **Processo Administrativo para Apuração de Infrações Administrativas Cometidas**

por Licitantes e Contratadas nº 046/PAILC/2015, instituído pela Portaria nº 012/SAD/UPSPA/2015, bem como do Processo Administrativo nº 066/2015 – Ata de Registro de Preços nº 021/2015, extraída do Pregão Presencial nº 021/2015, do Departamento de Licitações e ainda, os fatos constantes do Memorando nº 577/ADM/SEMEC/2015 (fls. 002), oriundos da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

N O T I F I C A:

A Empresa **MÁLAGA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA-ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 03.942.611/0001-47, com sede na Rua 02, nº 115, Bairro Capão do Gama, na cidade de Cuiabá, CEP- 78025-000, representado pelo seu representante legal, acerca da **INSTAURAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA APURAÇÃO DE INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS COMETIDAS POR LICITANTES E CONTRATADAS Nº 046/PAILC/2015,** em seu desfavor, visando apurar os fatos narrados no Memorando nº 577/ADM/SEMEC/2015 (fls. 002), oriundos da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

FINALIDADE: para que, querendo, **APRESENTAR DEFESA E JUNTAR DOCUMENTOS, no prazo de 05 (cinco) dias úteis**, à contar do recebimento desta Notificação, acerca da suposta infração administrativa imputada, relativa à Ata de Registro de Preços nº 021/2015, extraída do Pregão Presencial nº 021/2015, do Processo Administrativo nº 066/2015 do Departamento de Licitações, para futura e eventual aquisição da materiais de higiene, limpeza e lavanderia hospitalar, a fim de atender as necessidades das Secretarias do Município de Tangará da Serra.

MOTIVO: SUPOSTA INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA POR NÃO ENTREGAR OS PRODUTOS SOLICITADOS REFERENTES AOS EMPENHOS Nº 11525/00 E REQUISIÇÃO 05118 (24 UNIDADES DE LIMPADOR METAIS GALÃO 05 LTS COM LACRE, 12 UNIDADES DE ÁGUA SANITÁRIA GALÃO 20 LTS COM LACRE E 12 UNIDADES DE SABÃO EM BARRA GLICERINADO NEUTRO, CAIXA CONTENDO 10 PACOTES COM 05 UNIDADES DE 200 GR.) E EMPENHO Nº 11555/00 E REQUISIÇÃO Nº 05148 (24 UNIDADES DE LIMPADOR METAIS GALÃO 05 LTS COM LACRE, 12 UNIDADES DE SABÃO EM BARRA GLICERINADO NEUTRO CAIXA CONTENDO 10 PACOTES COM 05 UNIDADES DE 200 GR.), CONSISTINDO EM **DESCUMPRIMENTO DA CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA, item 11.5** da Ata de Registro de Preços nº 021/2015, extraída do Pregão Presencial nº 021/2015, referente ao Processo Administrativo nº 066/2015.

ADVERTÊNCIAS:

a) O prazo para responder a presente Notificação é de **05 (cinco) dias úteis**, a contar do recebimento desta Notificação.

b) A apresentação da Defesa e documentos juntados deverá ser protocolada na Unidade Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar – UPSPA, localizada junto à Prefeitura Municipal de Tangará da Serra-MT, situada na Avenida Brasil, nº 2350, Jardim Europa, nesta Cidade de Tangará da Serra/MT, CEP 78.300-000 - Fone: (65) 3311-4851, no horário de expediente, das 09:00h às 11:00h e das 13:00h às 16:00h, ou encaminhada para seguinte endereço eletrônico upspa@tangaradaserra.mt.gov.br, **desde que devidamente convertidos em formato PDF e endereçada à Presidente do Processo Administrativo.**

c) Não contestada a Notificação, o processo continuará independentemente da manifestação do fornecedor.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de Outubro do ano de **Dois Mil e Quinze**.

Ana Letícia Furquim

Presidente da Comissão

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO PESSOAL TEMPORÁRIO Nº 282/2015

TERMO ADITIVO 282/2015

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado Nº **031/2015**

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: ADRIANA DA SILVA

Objeto: O presente aditamento justifica-se pelo fato que a mesma DEIXOU 40 H/A QUE ESTAVA SUBSTITUINDO ROSINEIA DIAS(LICENÇA MATERNIDADE) E ASSUMIU 40 H/A EM ATENDIMENTO DE NOVAS TURMAS NO CME FUTURO BRILHANTE.

Cargo: AUXILIAR DE DESENV. INFANTIL - ZONA URBANA

Carga Horária: 30 Horas Semanais.

Dotação: 02.024.0.0.12365.0034.2222 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL 3.1.90.04.00.00 0101000000 (Ensino Fundamental – Educação Infantil - Contratos).

Data da Assinatura: 09/09/2015

Vigência: 09/09/2015 a 18/12/2015

Secretaria: EDUCAÇÃO

Signatários: FABIO MARTINS JUNQUEIRA; JANINE CRISTINA GRUBER NOGUEIRA; ADRIANA DA SILVA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO PESSOAL TEMPORÁRIO Nº 281/2015

TERMO ADITIVO 281/2015

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado Nº **387/2015**

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: SANDRA CONSTANCIA DE OLIVEIRA

Objeto: Será alterada a carga horária de 10para 20horas semanais à partir de **04/09/2015.** O presente aditamento justifica-se pelo fato que a mesma ASSUMIU 10 H/A EM SUBSTITUIÇÃO CICERO MANOEL(LICENLA PRÊMIO) NO CME ANTENOR SOARES.

Cargo: PROF. MATEMÁTICA - ZONA URBANA E RURAL

Carga Horária: 30 Horas Semanais.

Dotação: 02.026.0.0.12.361.0032.2230 Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB 3.1.90.04.00.00 0118000000 Contratação por Tempo Determinado (FUNDEB - Ensino Fundamental - Contratos).

Data da Assinatura: 04/09/2015

Vigência: 04/09/2015 a 18/12/2015

Secretaria: EDUCAÇÃO

Signatários: FABIO MARTINS JUNQUEIRA; JANINE CRISTINA GRUBER NOGUEIRA; SANDRA CONSTANCIA DE OLIVEIRA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO 1ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 034/2015 ORIGINADA NO PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL 036/2015

EXTRATO 1ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 034/2015 originada no Processo Licitatório Pregão Presencial 036/2015, Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS,** para futura e eventual **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO E EQUIPAMENTOS PARA ATENDER A DEMANDA DAS EQUIPES DE SAÚDE BUCAL, a fim de suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Municí-**

pio. Vigência: **26/06/2015 – 26/06/2016**. O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, através do Departamento de Licitação, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei nº 8.666/93,torna público, que não houve alteração de valores e ficam MANTIDOS os preços registrados na presente Ata. Informações detalhadas de todos os elementos da Ata encontram-se disponíveis no site http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Resultado-de-Licitacao/. Tangará da Serra 30 de Setembro de 2015. Tatiana Ávila Grigoletti - Chefe do Departamento de Licitações.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO 1ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 033/2015 ORIGINADA NO PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL 025/2015

EXTRATO 1ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 033/2015 originada no Processo Licitatório Pregão Presencial 025/2015, Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS,** para futura e eventual **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA, PARA EXECUÇÃO DE VARRIÇÃO DE VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS, CAPINA (MANUAL) E RASPAGEM,** bem como a coleta dos resíduos produzidos na execução dos serviços, para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura do Município**.** Vigência: **19/06/2015 – 19/06/2016**. O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, através do Departamento de Licitação, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei nº 8.666/93,torna público, que não houve alteração de valores e ficam MANTIDOS os preços registrados na presente Ata. Informações detalhadas de todos os elementos da Ata encontram- se disponíveis no site http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Resultado-de-Licitacao/. Tangará da Serra 30 de Setembro de 2015. Tatiana Ávila Grigoletti - Chefe do Departamento de Licitações.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO 1ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2015 ORIGINADA NO PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL 034/2015

EXTRATO 1ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2015 originada no Processo Licitatório Pregão Presencial 034/2015, Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS,** para futura e eventual**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECARGA, RECONDICIONAMENTO E FORNECIMENTO DE CARTUCHOS E TONNERS PARA ATENDER NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DESTE MUNICÍPIO.** Vigência: **24/06/2015 – 24/06/2016**. O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, através do Departamento de Licitação, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei nº 8.666/93,torna público, que não houve alteração de valores e ficam MANTIDOS os preços registrados na presente Ata. Informações detalhadas de todos os elementos da Ata encontram- se disponíveis no site http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Resultado-de-Licitacao/. Tangará da Serra 30 de Setembro de 2015. Tatiana Ávila Grigoletti - Chefe do Departamento de Licitações.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO 1ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 031/2015 ORIGINADA NO PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL 032/2015

EXTRATO 1ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 031/2015 originada no Processo Licitatório Pregão Presencial 032/2015, Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS,** para futura e eventual**CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE PUBLICAÇÕES DOS ATOS OFICIAIS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, EM JORNAL IMPRESSO DE CIRCULAÇÃO DIÁRIA NO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA.** Vigência: **16/06/2015 – 16/06/2016**. O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, através do Departamento de Licitação, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei nº 8.666/93,torna público, que não houve alteração de valores e ficam MANTIDOS os preços registrados na presente Ata. Informações detalhadas de todos os elementos da Ata encontram- se disponíveis no site http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Resultado-de-Licitacao/. Tangará da Serra 30 de Setembro de 2015. Tatiana Ávila Grigoletti - Chefe do Departamento de Licitações.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO 1ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2015 ORIGINADA NO PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL 031/2015

EXTRATO 1ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2015 originada no Processo Licitatório Pregão Presencial 031/2015, Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS,** para futura e eventual**AQUISIÇÃO DE EXTINTORES PREDIAIS E VEICULARES, MATERIAIS DE SINALIZAÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECARGA A FIM DE ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DO MUNICÍPIO.** Vigência: **09/06/2015 – 09/06/2016.** O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, através do Departamento de Licitação, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei nº 8.666/93,torna público, que não houve alteração de valores e ficam MANTIDOS os preços registrados na presente Ata. Informações detalhadas de todos os elementos da Ata encontram- se disponíveis no site http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Resultado-de-Licitacao/. Tangará da Serra 30 de Setembro de 2015. Tatiana Ávila Grigoletti - Chefe do Departamento de Licitações.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO PESSOAL TEMPORÁRIO Nº 280/2015

TERMO ADITIVO 280/2015

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado Nº **525/2015**

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: RAFAELA FRANCISCA DA ROCHA SILVA

Objeto: Será alterada a carga horária de **16** para **29** horas aulas semanais à partir de **01de Setembro de 2015,** EM SUBSTITUIÇÃO DE NELI RODRIGUES DE SOUZA PESSOA**.**

Cargo: PROF. HISTÓRIA – ZONA URBANA E RURAL

Carga Horária: 29 Horas Semanais.

Dotação: 02.026.0.0.12.361.0032.2230 Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB 3.1.90.04.00.00 0118000000 Contratação por Tempo Determinado (FUNDEB - Ensino Fundamental - Contratos).

Data da Assinatura: 01/09/2015

Vigência: 01/09/2015 a 18/12/2015

Secretaria: EDUCAÇÃO

Signatários: FABIO MARTINS JUNQUEIRA; JANINE CRISTINA GRUBER NOGUEIRA; RAFAELA FRANCISCA DA ROCHA SILVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO 1ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 029/2015 ORIGINADA NO PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL 030/2015

EXTRATO 1ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 029/2015 originada no Processo Licitatório Pregão Presencial 030/2015, Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS,** para futura e eventual**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVA JATO, PARA ATENDER A FROTA DE VEÍCULOS DO MUNICIPIO.** Vigência: **02/06/2015 – 02/06/2016**. O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, através do Departamento de Licitação, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei nº 8.666/93,torna público,

que não houve alteração de valores e ficam MANTIDOS os preços registrados na presente Ata. Informações detalhadas de todos os elementos da Ata encontram- se disponíveis no site http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Resultado-de-Licitacao/. Tangará da Serra 30 de Setembro de 2015. Tatiana Ávila Grigoletti - Chefe do Departamento de Licitações.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO 2ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2015 ORIGINADA NO PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL 011/2015

EXTRATO 2ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2015 originada no Processo Licitatório Pregão Presencial 011/2015, Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS,** para futura e eventual **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS EM GERAL,**para suprir necessidades da Secretaria de Esportes e Assistência Social, deste município na realização de suas atividades**.** Vigência: **31/03/2015 – 31/03/2016**. O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, através do Departamento de Licitação, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei nº 8.666/93,torna público, que não houve alteração de valores e ficam MANTIDOS os preços registrados na presente Ata. Informações detalhadas de todos os elementos da Ata encontram- se disponíveis no site http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Resultado-de-Licitacao/. Tangará da Serra 30 de Setembro de 2015. Tatiana Ávila Grigoletti - Chefe do Departamento de Licitações.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO 2ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2015 ORIGINADA NO PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL 013/2015

EXTRATO 2ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2015 originada no Processo Licitatório Pregão Presencial 013/2015, Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS,** para futura e eventual**AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DESTE MUNICÍPIO.** Vigência: **18/03/2015 – 18/03/2016**. O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, através do Departamento de Licitação, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei nº 8.666/93,torna público, que não houve alteração de valores e ficam MANTIDOS os preços registrados na presente Ata. Informações detalhadas de todos os elementos da Ata encontram- se disponíveis no site http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Resultado-de-Licitacao/. Tangará da Serra 30 de Setembro de 2015. Tatiana Ávila Grigoletti - Chefe do Departamento de Licitações.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO PESSOAL TEMPORÁRIO Nº 279/2015

TERMO ADITIVO 279/2015

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado Nº **093/2015**

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: WALESKA UNGARO DUARTE MATOS

Objeto: Será alterada a carga horária de 38para 40horas semanais à partir de **01/09/2015.** O presente aditamento justifica-se pelo fato que são AULAS ADICIONAIS PARA ATENDIMENTO DE ALUNOS EM APOIO PEDAGÓGICO CORRESPONDENTE AO PLANO DE INTERVENÇÃO.

Cargo: PROF. ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO - ZONA URBANA

Carga Horária: 30 Horas Semanais.

Dotação: 02.026.0.0.12.361.0032.2230 Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB 3.1.90.04.00.00 0118000000 Contratação por Tempo Determinado (FUNDEB - Ensino Fundamental - Contratos).

Data da Assinatura: 01/09/2015

Vigência: 01/09/2015 a 18/12/2015

Secretaria: EDUCAÇÃO

Signatários: FABIO MARTINS JUNQUEIRA; JANINE CRISTINA GRUBER NOGUEIRA; WALESKA UNGARO DUARTE MATOS

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO 2ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2015 ORIGINADA NO PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL 007/2015

EXTRATO 2ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2015 originada no Processo Licitatório Pregão Presencial 007/2015, Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS,** para futura e eventual **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS a fim de atender às necessidades das Unidades Administrativas do Município.** Vigência: **11/03/2015 – 11/03/2016**. O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, através do Departamento de Licitação, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei nº 8.666/93,torna público, que não houve alteração de valores e ficam MANTIDOS os preços registrados na presente Ata. Informações detalhadas de todos os elementos da Ata encontram- se disponíveis no site http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Resultado-de-Licitacao/. Tangará da Serra 30 de Setembro de 2015. Tatiana Ávila Grigoletti - Chefe do Departamento de Licitações.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO PESSOAL TEMPORÁRIO Nº 278/2015

TERMO ADITIVO 278/2015

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado Nº **437/2015**

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: VANESA DA ROSA RIZZI OLIVEIRA

Objeto: Será alterada a carga horária de 9para 18horas semanais à partir de **01/09/2015.** O presente aditamento justifica-se pelo fato que a mesma DEIXOU 09 H/A(POSSE NO CONCURSO PUBLICO) NO CME JOANA D'ARC E ASSUMIU 09 H/A EM SUBSTITUIÇÃO A ANA PAULA SANDIS(REMANEJADA PARA FÁBIO DINIZ) E 09 H/A EM SUBSTITUIÇÃO A JUSCÉLIA PASCHOAL(EXONERAÇÃO).

Cargo: PROF. ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO - ZONA URBANA

Carga Horária: 30 Horas Semanais.

Dotação: 02.026.0.0.12.361.0032.2230 Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB 3.1.90.04.00.00 0118000000 Contratação por Tempo Determinado (FUNDEB - Ensino Fundamental - Contratos).

Data da Assinatura: 01/09/2015

Vigência: 01/09/2015 a 18/12/2015

Secretaria: EDUCAÇÃO

Signatários: FABIO MARTINS JUNQUEIRA; JANINE CRISTINA GRUBER NOGUEIRA; VANESA DA ROSA RIZZI OLIVEIRA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO 2ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2015 ORIGINADA NO PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL 008/2015

EXTRATO 2ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2015 originada no Processo Licitatório Pregão Presencial 008/2015, Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS,** para futura e eventual**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL EM BOVINOS PARA ATEN-**

DER A NECESSIDADE DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DESTE MUNICÍPIO. Vigência: **11/03/2015 – 11/03/2016**. O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, através do Departamento de Licitação, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei nº 8.666/93,torna público, que não houve alteração de valores e ficam MANTIDOS os preços registrados na presente Ata. Informações detalhadas de todos os elementos da Ata encontram- se disponíveis no site http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Resultado-de-Licitacao/. Tangará da Serra 30 de Setembro de 2015. Tatiana Ávila Grigoletti - Chefe do Departamento de Licitações.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO PESSOAL TEMPORÁRIO Nº 277/2015

TERMO ADITIVO 277/2015

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado Nº **199/2015**

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: VANDERSON OMAIZOKECE

Objeto: Será alterada a carga horária de 18para 27horas semanais à partir de **01/09/2015.** O presente aditamento justifica-se pelo fato que, o mesmo ASSUMIU 09 H/A EM SUBSTITUIÇÃO A VALMIR EMIDIO(LICENÇA MÉDICA) NO EMI FORMOSO).

Cargo: PROF. SÉRIES INICIAIS E FINAIS DO EF INDÍGENA

Carga Horária: 30 Horas Semanais.

Dotação: 02.026.0.0.12.361.0032.2230 Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB 3.1.90.04.00.00 0118000000 Contratação por Tempo Determinado (FUNDEB - Ensino Fundamental - Contratos).

Data da Assinatura: 01/09/2015

Vigência: 01/09/2015 a 18/12/2015

Secretaria: EDUCAÇÃO

Signatários: FABIO MARTINS JUNQUEIRA; JANINE CRISTINA GRUBER NOGUEIRA; VANDERSON OMAIZOKECE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO DE PESSOAL TEMPORÁRIO Nº 571/2015

Contrato de Pessoal n°. 571/2015

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 571/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: EMERSON MORAIS DA SILVA

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, com amparo na Lei Complementar Municipal nº 103 de 09 de março de 2006 e combinada com a Lei Complementar Municipal nº 182 de 09 de Agosto de 2013.

Cargo: VIGIA SEMEC

Carga Horária: com jornada de trabalho de 40(quarenta) horas semanal.

Dotação: **02.023.0.0.12361.0032.2208** MANUTENÇÃO DEPTO E CENTROS DE ENSINO FUNDAMENTAL **3.1.90.04.00.00 0101000000** (ENSINO FUNDAMENTAL - CONTRATOS).

Vigência: 18/09/2015 À 18/12/2015.

Secretaria: Educação

Signatários: Prof. Fábio Martins Junqueira; Janine Cristina Gruber Nogueira; Emerson Morais da Silva

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO DE PESSOAL TEMPORÁRIO Nº 570/2015

Contrato de Pessoal n°. 570/2015

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 570/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: SANDRA ELIANE BUREI MARTINS

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter expecional, Secretaria Municipal de Saúde, Regulamentada a Contratação dos profissionais através de Processo Seletivo nº. 003/2014 de 06 de Novembro de 2014, amparado na Lei Municipal nº 103/2006 de 09 de março de 2006, combinada com a Lei Municipal 2653/2006.

Cargo: TECNICO DE ENFERMAGEM -PSF

Carga Horária: com jornada de trabalho de 40(quarenta) horas semanal.

Dotação: 03.03100.10.301.0013.2305 **Manutenção Da UBS-Unidades Básicas De Saúde** 3.1.90.04.00.00 0102000000 **– Contratação por tempo determinado.**

Data Da Assinatura: 16/09/2015

Vigência: 16/09/2015 À 15/09/2016.

Secretaria: Saúde

Signatários: Prof. Fábio Martins Junqueira; Itamar Martins Bonfim; Sandra Eliane Burei Martins

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO DE PESSOAL TEMPORÁRIO Nº 569/2015

Contrato de Pessoal n°. 569/2015

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 569/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: MICHELI PASCHOAL RIBEIRO

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter expecional, Secretaria Municipal de Saúde, Regulamentada a Contratação dos profissionais através de Processo Seletivo nº. 003/2014 de 06 de Novembro de 2014, amparado na Lei Municipal nº 103/2006 de 09 de março de 2006, combinada com a Lei Municipal 2653/2006**.**

Cargo: TECNICO DE ENFERMAGEM -PSF

Carga Horária: com jornada de trabalho de 40(quarenta) horas semanal.

Dotação: 03.03100.10.301.0013.2305 **Manutenção Da UBS-Unidades Básicas De Saúde** 3.1.90.04.00.00 0102000000 **– Contratação por tempo determinado.**

Data Da Assinatura: 16/09/2015

Vigência: 16/09/2015 À 15/09/2016.

Secretaria: Saúde

Signatários: Prof. Fábio Martins Junqueira; Itamar Martins Bonfim; Micheli Paschoal Ribeiro

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO DE PESSOAL TEMPORÁRIO Nº 568/2015

Contrato de Pessoal n°. 568/2015

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 568/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: JEFERSON DOUGLAS FERREIRA DE SOUZA

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, com amparo na Lei Complementar Municipal nº 103 de 09 de março de 2006 e combinada com a Lei Complementar Municipal nº 182 de 09 de Agosto de 2013.

Cargo: PROF. GEOGRAFIA – ZONA URBANA E RURAL

Carga Horária: com jornada de trabalho de 14(catorze) horas semanal.

Dotação: **02.026.0.0.12.361.0032.2230** Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB **3.1.90.04.00.00 0118000000** Contratação por Tempo Determinado (FUNDEB - Ensino Fundamental - Contratos).

Data Da Assinatura: 15/09/2015

Vigência: 15/09/2015 À 18/12/2015.

Secretaria: Educação

Signatários: Prof. Fábio Martins Junqueira; Janine Cristina Gruber Nogueira; Jeferson Doglas Ferreira de Souza

---

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO DE PESSOAL TEMPORÁRIO Nº 542/2015

Contrato de Pessoal n°. 542/2015

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 542/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: AMAURY RODRIGUES BRIANEZ JUNIOR

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter emergencial, com amparo na Lei Complementar Municipal nº 103/2006**,** de 09 de março de 2006 e combinada com a Lei Municipal nº. **4447/2015 de 22 de Agosto de 2015**, que autoriza contratação emergencial e dá outras providências.

Cargo: MÉDICO PLANTONISTA

Carga Horária: com jornada de trabalho de Plantão 12(doze) horas.

Dotação: 03.03100.10.302.0015.2309 - **MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL** 3.1.90.04.00.00 0102000000 **– Contratação por tempo determinado**3.190.130.000.102000000 **Obrigações Patronais.**

Data Da Assinatura: 01/09/2015

Vigência: 01/09/2015 À 31/08/2016.

Secretaria: Saúde

Signatários: Prof. Fábio Martins Junqueira; Itamar Martins Bonfim; Amaury Rodrigues Brianez Junior

---

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO DE PESSOAL TEMPORÁRIO Nº 543/2015

Contrato de Pessoal n°. 543/2015

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 543/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: ANGÉLICA APARECIDA MARQUES DA COSTA

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, com amparo na Lei Complementar Municipal nº 103/2006**,** de 09 de março de 2006 e combinada com a Lei Municipal nº. **3320/2010**, que autoriza contratação temporária e dá outras providências.

Cargo: SERVIÇOS GERAIS-FARMACIA POPULAR

Carga Horária: com jornada de trabalho de 40(quarenta) horas semanal.

Dotação: **03.03100.10.303.0017.2319** Manutenção da Farmácia Popular, **3.190.040.000 114060000** Contratação por Tempo Determinado.

Data Da Assinatura: 01/09/2015

Vigência: 01/09/2015 À 31/08/2016.

Secretaria: Saúde

Signatários: Prof. Fábio Martins Junqueira; Itamar Martins Bonfim; Angélica Aparecida Marques da Costa

---

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO DE PESSOAL TEMPORÁRIO Nº 544/2015

Contrato de Pessoal n°. 544/2015

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 544/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: CLAUDIA YABAR BAMBAREN

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter emergencial, com amparo na Lei Complementar Municipal nº 103/2006**,** de 09 de março de 2006 e combinada com a Lei Municipal nº. **4447/2015 de 22 de Agosto de 2015**, que autoriza contratação emergencial e dá outras providências.

Cargo: MÉDICO PSIQUIATRA

Carga Horária: com jornada de trabalho de 40(quarenta) horas semanal.

Dotação: 03.014.10.302.0015.2310 - **MANUTENÇÃO DO CAPS** 3.1.90.04.00.00 0314054000 **– Contratação por tempo determinado**3.190.130.000.102000000 **Obrigações Patronais.**

Data Da Assinatura: 01/09/2015

Vigência: 01/09/2015 À 31/08/2016.

Secretaria: Saúde

Signatários: Prof. Fábio Martins Junqueira; Itamar Martins Bonfim; Claudia Yabar Bambaren

---

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO DE PESSOAL TEMPORÁRIO Nº 545/2015

Contrato de Pessoal n°. 545/2015

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 545/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: DAYANE GRACIELLE GALEANO LIMA

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, com amparo na Lei Complementar Municipal nº 103 de 09 de março de 2006 e combinada com a Lei Complementar Municipal nº 182 de 09 de Agosto de 2013.

Cargo: PROF. MATEMÁTICA – ZONA URBANA E RURAL

Carga Horária: com jornada de trabalho de 10(dez) horas semanal.

Dotação: **02.026.0.0.12.361.0032.2230** Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB **3.1.90.04.00.00 0118000000** Contratação por Tempo Determinado (FUNDEB - Ensino Fundamental - Contratos).

Data Da Assinatura: 01/09/2015

Vigência: 01/09/2015 À 18/12/2015.

Secretaria: Educação

Signatários: Prof. Fábio Martins Junqueira; Janine Cristina Gruber Nogueira; Dayane Gracielle Galeano Lima

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO DE PESSOAL TEMPORÁRIO Nº 546/2015

Contrato de Pessoal n°. 546/2015

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 546/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: FRANCISMAR SANCHES LOPES JÚNIOR

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter emergencial, com amparo na Lei Complementar Municipal nº 103/2006**,** de 09 de março de 2006 e combinada com a Lei Municipal nº. **4447/2015 de 22 de Agosto de 2015**, que autoriza contratação emergencial e dá outras providências.

Cargo: MÉDICO ORTOPEDISTA

Carga Horária: com jornada de trabalho de 20(vinte) horas semanal.

Dotação: 03.031.10.302.0015.2308 - **MANUTENÇÃO DO AMBULATÓRIO DE ESPECIALIDADES** 3.1.90.04.00.00 0102000000 **– Contratação por tempo determinado**3.190.130.000.102000000 **Obrigações Patronais.**

Data Da Assinatura: 01/09/2015

Vigência: 01/09/2015 À 31/08/2016.

Secretaria: Saúde

Signatários: Prof. Fábio Martins Junqueira; Itamar Martins Bonfim; Francismar Sanches Lopes Júnior

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO DE PESSOAL TEMPORÁRIO Nº 547/2015

Contrato de Pessoal n°. 547/2015

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 547/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: JOÃO JOSÉ DE MATOS

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter emergencial, com amparo na Lei Complementar Municipal nº 103/2006**,** de 09 de março de 2006 e combinada com a Lei Municipal nº. **4447/2015 de 22 de Agosto de 2015**, que autoriza contratação emergencial e dá outras providências.

Cargo: MÉDICO ORTOPEDISTA

Carga Horária: com jornada de trabalho de 40(quarenta) horas semanal.

Dotação: 03.03100.10.302.0015.2309 - **MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL** 3.1.90.04.00.00 0102000000 **– Contratação por tempo determinado**3.190.130.000.102000000 **Obrigações Patronais.**

Data Da Assinatura: 01/09/2015

Vigência: 01/09/2015 À 31/08/2016.

Secretaria: Saúde

Signatários: Prof. Fábio Martins Junqueira; Itamar Martins Bonfim; João José de Matos

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO DE PESSOAL TEMPORÁRIO Nº 548/2015

Contrato de Pessoal n°. 548/2015

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 548/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: JOSÉ EDMILSON DOS SANTOS

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, com amparo na Lei Complementar Municipal nº 103 de 09 de março de 2006 e combinada com a Lei Complementar Municipal nº 182 de 09 de Agosto de 2013.

Cargo: PROF. MATEMÁTICA – ZONA URBANA E RURAL

Carga Horária: com jornada de trabalho de 20(vinte) horas semanal.

Dotação: **02.026.0.0.12.361.0032.2230** Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB **3.1.90.04.00.00 0118000000** Contratação por Tempo Determinado (FUNDEB - Ensino Fundamental - Contratos).

Data Da Assinatura: 01/09/2015

Vigência: 01/09/2015 À 18/12/2015.

Secretaria: Educação

Signatários: Prof. Fábio Martins Junqueira; Janine Cristina Gruber Nogueira; José Edmilson dos Santos

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO DE PESSOAL TEMPORÁRIO Nº 549/2015

Contrato de Pessoal n°. 549/2015

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 549/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: LUCIMEIRE BATISTA CAMACHO

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, com amparo na Lei Complementar Municipal nº 103 de 09 de março de 2006 e combinada com a Lei Complementar Municipal nº 182 de 09 de Agosto de 2013.

Cargo: PROF. LINGUA PORTUGUESA E ESTRANGEIRA – ZONA URBANA E RURAL

Carga Horária: com jornada de trabalho de 12(doze) horas semanal.

Dotação: **02.026.0.0.12.361.0032.2230** Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB **3.1.90.04.00.00 0118000000** Contratação por Tempo Determinado (FUNDEB - Ensino Fundamental - Contratos).

Data Da Assinatura: 01/09/2015

Vigência: 01/09/2015 À 18/12/2015.

Secretaria: Educação

Signatários: Prof. Fábio Martins Junqueira; Janine Cristina Gruber Nogueira; Lucimeire Batista Camacho

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO DE PESSOAL TEMPORÁRIO Nº 550/2015

Contrato de Pessoal n°. 550/2015

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 550/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: MARIA DA GLÓRIA COSTA DE AGUIAR

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, com amparo na Lei Complementar Municipal nº 103 de 09 de março de 2006 e combinada com a Lei Complementar Municipal nº 182 de 09 de Agosto de 2013.

Cargo: AJUD. DE SERV. GERAIS SEMEC

Carga Horária: com jornada de trabalho de 40(quarenta) horas semanal.

Dotação: **02.023.0.0.12361.0032.2208** MANUTENÇÃO DEPTO E CENTROS DE ENSINO FUNDAMENTAL **3.1.90.04.00.00 0101000000** (ENSINO FUNDAMENTAL - CONTRATOS).

Data Da Assinatura: 01/09/2015

Vigência: 01/09/2015 À 18/12/2015.

Secretaria: Educação

Signatários: Prof. Fábio Martins Junqueira; Janine Cristina Gruber Nogueira; Maria da Glória de Aguiar

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO DE PESSOAL TEMPORÁRIO Nº 551/2015

Contrato de Pessoal n°. 551/2015

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 551/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: MARLON MUNIZ MARQUES

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter emergencial, com amparo na Lei Complementar Municipal nº 103/2006**,** de 09 de março de 2006 e combinada com a Lei Municipal nº. **4447/2015 de 22 de Agosto de 2015**, que autoriza contratação emergencial e dá outras providências.

Cargo: MÉDICO CARDIOLOGISTA

Carga Horária: com jornada de trabalho de 30(trinta) horas semanal.

Dotação: 03.031.10.302.0015.2308 - **MANUTENÇÃO DO AMBULATÓRIO DE ESPECIALIDADES** 3.1.90.04.00.00 0102000000 **– Contratação por tempo determinado**3.190.130.000.102000000 **Obrigações Patronais.**

Data Da Assinatura: 01/09/2015

Vigência: 01/09/2015 À 31/08/2016.

Secretaria: Saúde

Signatários: Prof. Fábio Martins Junqueira; Itamar Martins Bonfim; Marlon Muniz Marques

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO DE PESSOAL TEMPORÁRIO Nº 567/2015

Contrato de Pessoal n°. 567/2015

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 567/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: PRISCILA PANTOLFI FERRARINI

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, com amparo na Lei Complementar Municipal nº 103/2006**,** de 09 de março de 2006 e combinada com a Lei Municipal nº. 3340/2010 de 04 de Maio de 2010, que autoriza contratação temporária e dá outras providências.

Cargo: FARMACÊUTICO

Carga Horária: com jornada de trabalho de 40(quarenta) horas semanal.

Dotação: 03.03100.10.301.0013.2305 **Manutenção Da UBS-Unidades Básicas De Saúde** 3.1.90.04.00.00 0102000000 **– Contratação por tempo determinado.**

Data Da Assinatura: 11/09/2015

Vigência: 11/09/2015 À 10/09/2016.

Secretaria: Saúde

Signatários: Prof. Fábio Martins Junqueira; Itamar Martins Bonfim; Priscila Pantolfi Ferrarini

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO DE PESSOAL TEMPORÁRIO Nº 552/2015

Contrato de Pessoal n°. 552/2015

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 552/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: MARLON WILLIAN SILVA CAMPOS

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter emergencial, com amparo na Lei Complementar Municipal nº 103/2006**,** de 09 de março de 2006 e combinada com a Lei Municipal nº. **4447/2015 de 22 de Agosto de 2015**, que autoriza contratação emergencial e dá outras providências.

Cargo: MÉDICO PLANTONISTA

Carga Horária: com jornada de trabalho de Plantão 12(doze) horas.

Dotação: 03.03100.10.302.0015.2309 - **MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL** 3.1.90.04.00.00 0102000000 **– Contratação por tempo determinado**3.190.130.000.102000000 **Obrigações Patronais.**

Data Da Assinatura: 01/09/2015

Vigência: 01/09/2015 À 31/08/2016.

Secretaria: Saúde

Signatários: Prof. Fábio Martins Junqueira; Itamar Martins Bonfim; Marlon Willian Silva Campos

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO DE PESSOAL TEMPORÁRIO Nº 566/2015

Contrato de Pessoal n°. 566/2015

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 566/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: SIRLEI PINTO DA CUNHA

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, com amparo na Lei Municipal nº 3672/2011, que autoriza contratação temporária e dá outras providências.

Cargo: PEDAGOGA – ASSISTÊNCIA SOCIAL

Carga Horária: com jornada de trabalho de 40(quarenta) horas semanal.

Dotação: 08.08110.08.243.0007.2817 MANUTENÇÃO DOS CRAS3.1.90.04.00.00 0100000000 **– Contratação por tempo determinado.**

Data Da Assinatura: 10/09/2015

Vigência: 10/09/2015 À 09/09/2016.

Secretaria: Assistência Social

Signatários: Prof. Fábio Martins Junqueira; Maria de Lourdes F. Blanco Pollon; Sirlei Pinto da Cunha

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO DE PESSOAL TEMPORÁRIO Nº 553/2015

Contrato de Pessoal n°. 553/2015

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 553/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: MAURICIO MARTINS SANTOS

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter emergencial, com amparo na Lei Complementar Municipal nº 103/2006**,** de 09 de março de 2006 e combinada com a Lei Municipal nº. **4447/2015 de 22 de Agosto de 2015**, que autoriza contratação emergencial e dá outras providências.

Cargo: MÉDICO PEDIATRA

Carga Horária: com jornada de trabalho de 30(trinta) horas semanal.

Dotação: 03.03100.10.302.0015.2309 - **MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL** 3.1.90.04.00.00 0102000000 **– Contratação por tempo determinado**3.190.130.000.102000000 **Obrigações Patronais.**

Data Da Assinatura: 01/09/2015

Vigência: 01/09/2015 À 31/08/2016.

Secretaria: Saúde

Signatários: Prof. Fábio Martins Junqueira; Itamar Martins Bonfim; Mauricio Martins Santos

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO DE PESSOAL TEMPORÁRIO Nº 554/2015

Contrato de Pessoal n°. 554/2015

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 554/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: NAZIR MENDONCA MELO

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, com amparo na Lei Complementar Municipal nº 103 de 09 de março de 2006 e combinada com a Lei Complementar Municipal nº 182 de 09 de Agosto de 2013.

Cargo: MOTORISTA - ZONA RURAL

Carga Horária: com jornada de trabalho de 40(quarenta) horas semanal.

Dotação: **02.023.0.0.12361.0032.2215 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL 3.1.90.04.00.00 0101000000 (ENSINO FUNDAMENTAL - TRANSPORTE ESCOLAR - CONTRATOS).**

Data Da Assinatura: 01/09/2015

Vigência: 01/09/2015 À 18/12/2015.

Secretaria: Educação

Signatários: Prof. Fábio Martins Junqueira; Janine Cristina Gruber Nogueira; Nazir Mendonça Melo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO DE PESSOAL TEMPORÁRIO Nº 555/2015

Contrato de Pessoal n°. 555/2015

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 555/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: PATRICIA ALMEIDA DA SILVA

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, com amparo na Lei Complementar Municipal nº 103 de 09 de março de 2006 e combinada com a Lei Complementar Municipal nº 182 de 09 de Agosto de 2013.

Cargo: PROF. LINGUA PORTUGUESA E ESTRANGEIRA – ZONA URBANA E RURAL

Carga Horária: com jornada de trabalho de 15(quinze) horas semanal.

Dotação: **02.026.0.0.12.361.0032.2230** Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB **3.1.90.04.00.00 0118000000** Contratação por Tempo Determinado (FUNDEB - Ensino Fundamental - Contratos).

Data Da Assinatura: 01/09/2015

Vigência: 01/09/2015 À 18/12/2015.

Secretaria: Educação

Signatários: Prof. Fábio Martins Junqueira; Janine Cristina Gruber Nogueira; Patricia Almeida da Silva

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO DE PESSOAL TEMPORÁRIO Nº 556/2015

Contrato de Pessoal n°. 556/2015

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 556/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: RAFAEL BARRETES DE FRANÇA

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, com amparo na Lei Complementar Municipal nº 103 de 09 de março de 2006 e combinada com a Lei Complementar Municipal nº 182 de 09 de Agosto de 2013.

Cargo: PROF. EDUCAÇÃO FÍSICA – ZONA URBANA E RURAL

Carga Horária: com jornada de trabalho de 14(catorze) horas semanal.

Dotação: **02.026.0.0.12.361.0032.2230** Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB **3.1.90.04.00.00 0118000000** Contratação por Tempo Determinado (FUNDEB - Ensino Fundamental - Contratos).

Data Da Assinatura: 01/09/2015

Vigência: 01/09/2015 À 18/12/2015.

Secretaria: Educação

Signatários: Prof. Fábio Martins Junqueira; Janine Cristina Gruber Nogueira; Rafael Barretes de França

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO DE PESSOAL TEMPORÁRIO Nº 557/2015

Contrato de Pessoal n°. 557/2015

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 557/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: RODRIGO FERNANDO DE BRUM

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, com amparo na Lei Complementar Municipal nº 103/2006**,** de 09 de março de 2006 e com-

binada com a Lei Municipal nº. **3149/2009**, que autoriza contratação temporária e dá outras providências.

Cargo: MOTORISTA - SAMU

Carga Horária: com jornada de trabalho de Plantão 12X36 horas.

Dotação: **03.03100.10.302.0015.2307** - Manutenção do SAMU **3.190.040.000. 114020000** Contratação por Tempo Determinado.

Data Da Assinatura: 01/09/2015

Vigência: 01/09/2015 À 31/08/2016.

Secretaria: Saúde

Signatários: Prof. Fábio Martins Junqueira; Itamar Martins Bonfim; Rodrigo Fernando de Brum

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO DE PESSOAL TEMPORÁRIO Nº 565/2015

Contrato de Pessoal n°. 565/2015

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 565/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: RAQUELDO MISSIO

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, com amparo na Lei Complementar Municipal nº 103 de 09 de março de 2006 e combinada com a Lei Complementar Municipal nº 182 de 09 de Agosto de 2013.

Cargo: MOTORISTA - ZONA RURAL

Carga Horária: com jornada de trabalho de 40(quarenta) horas semanal.

Dotação: **02.023.0.0.12361.0032.2215 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL 3.1.90.04.00.00 0101000000 (ENSINO FUNDAMENTAL - TRANSPORTE ESCOLAR - CONTRATOS).**

Data Da Assinatura: 08/09/2015

Vigência: 08/09/2015 À 18/12/2015.

Secretaria: Educação

Signatários: Prof. Fábio Martins Junqueira; Janine Cristina Gruber Nogueira; Raqueldo Missio

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO DE PESSOAL TEMPORÁRIO Nº 558/2015

Contrato de Pessoal n°. 558/2015

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 558/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: TALYTHA BEZERRA PAIVA GONÇALVES

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, com amparo na Lei Complementar Municipal nº 103 de 09 de março de 2006 e combinada com a Lei Complementar Municipal nº 182 de 09 de Agosto de 2013.

Cargo: AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL – ZONA URBANA

Carga Horária: com jornada de trabalho de 40(quarenta) horas semanal.

Dotação: **02.024.0.0.12365.0034.2222** MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL **3.1.90.04.00.00 0101000000** (Ensino Fundamental – Educação Infantil - Contratos).

Data Da Assinatura: 01/09/2015

Vigência: 01/09/2015 À 18/12/2015.

Secretaria: Educação

Signatários: Prof. Fábio Martins Junqueira; Janine Cristina Gruber Nogueira; Talytha Bezerra Paiva Gonçalves

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO DE PESSOAL TEMPORÁRIO Nº 559/2015

Contrato de Pessoal n°. 559/2015

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 559/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: VANDERLEI VITAL

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter emergencial, com amparo na Lei Complementar Municipal nº 103/2006**,** de 09 de março de 2006 e combinada com a Lei Municipal nº. **4447/2015 de 22 de Agosto de 2015**, que autoriza contratação emergencial e dá outras providências.

Cargo: MÉDICO PEDIATRA

Carga Horária: com jornada de trabalho de 30(trinta) horas semanal.

Dotação: 03.03100.10.302.0015.2309 - **MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL** 3.1.90.04.00.00 0102000000 **– Contratação por tempo determinado**3.190.130.000.102000000 **Obrigações Patronais.**

Data Da Assinatura: 01/09/2015

Vigência: 01/09/2015 À 31/08/2016.

Secretaria: Saúde

Signatários: Prof. Fábio Martins Junqueira; Itamar Martins Bonfim; Vanderlei Vital

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO DE PESSOAL TEMPORÁRIO Nº 564/2015

Contrato de Pessoal n°. 564/2015

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 564/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: CREUSA COSTA DE SOUSA RAMOS

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, com amparo na Lei Complementar Municipal nº 103 de 09 de março de 2006 e combinada com a Lei Complementar Municipal nº 182 de 09 de Agosto de 2013.

Cargo: PROF. LINGUA PORTUGUESA E ESTRANGEIRA – ZONA URBANA E RURAL

Carga Horária: com jornada de trabalho de 21(vinte e uma) horas semanal.

Dotação: **02.026.0.0.12.361.0032.2230** Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB **3.1.90.04.00.00 0118000000** Contratação por Tempo Determinado (FUNDEB - Ensino Fundamental - Contratos).

Data Da Assinatura: 08/09/2015

Vigência: 08/09/2015 À 18/12/2015.

Secretaria: Educação

Signatários: Prof. Fábio Martins Junqueira; Janine Cristina Gruber Nogueira; Creusa Costa de Souza Ramos

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO DE PESSOAL TEMPORÁRIO Nº 560/2015

Contrato de Pessoal n°. 560/2015

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 560/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: VICTOR FERREIRA BARBOSA DA SILVA

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, com amparo na Lei Complementar Municipal nº 103 de 09 de março de 2006 e combinada com a Lei Complementar Municipal nº 182 de 09 de Agosto de 2013.

Cargo: PROF. MATEMÁTICA – ZONA URBANA E RURAL

Carga Horária: com jornada de trabalho de 05(cinco) horas semanal.

Dotação: **02.026.0.0.12.361.0032.2230** Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB **3.1.90.04.00.00 0118000000** Contratação por Tempo Determinado (FUNDEB - Ensino Fundamental - Contratos).

Data Da Assinatura: 01/09/2015

Vigência: 01/09/2015 À 18/12/2015.

Secretaria: Educação

Signatários: Prof. Fábio Martins Junqueira; Janine Cristina Gruber Nogueira; Victor Ferreira Barbosa da

Silva

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO DE PESSOAL TEMPORÁRIO Nº 561/2015

Contrato de Pessoal n°. 561/2015

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 561/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: MARILUCE SILVA GAVAZZA

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, com amparo na Lei Complementar Municipal nº 103 de 09 de março de 2006 e combinada com a Lei Complementar Municipal nº 182 de 09 de Agosto de 2013.

Cargo: PROF. LINGUA PORTUGUESA E ESTRANGEIRA – ZONA URBANA E RURAL

Carga Horária: com jornada de trabalho de 21(vinte e uma) horas semanal.

Dotação: **02.026.0.0.12.361.0032.2230** Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB **3.1.90.04.00.00 0118000000** Contratação por Tempo Determinado (FUNDEB - Ensino Fundamental - Contratos).

Data Da Assinatura: 01/09/2015

Vigência: 01/09/2015 À 18/12/2015.

Secretaria: Educação

Signatários: Prof. Fábio Martins Junqueira; Janine Cristina Gruber Nogueira; Mariluce Silva Gavazza

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO DE PESSOAL TEMPORÁRIO Nº 563/2015

Contrato de Pessoal n°. 563/2015

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 563/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: WILLIAN OLIVEIRA SIQUEIRA

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, com amparo na Lei Complementar Municipal nº 103/2006**,** de 09 de março de 2006 e combinada com a Lei Municipal nº. **3320/2010**, que autoriza contratação temporária e dá outras providências.

Cargo: AUXILIAR DE GESTÃO-FARMACIA POPULAR

Carga Horária: com jornada de trabalho de 40(quarenta) horas semanal.

Dotação: **03.03100.10.303.0017.2319** Manutenção da Farmácia Popular, **3.190.040.000 114060000** Contratação por Tempo Determinado.

Data Da Assinatura: 04/09/2015

Vigência: 04/09/2015 À 03/09/2016.

Secretaria: Saúde

Signatários: Prof. Fábio Martins Junqueira; Itamar Martins Bonfim; Willian Oliveira Siqueira

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO PESSOAL TEMPORÁRIO Nº 289/2015

TERMO ADITIVO 289/2015

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado Nº **160/2015**

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: MARLEDE ALMEIDA DOS SANTOS

Objeto: O presente aditamento justifica-se pelo fato que a mesma DEIXOU 10 H/A(POSSE CONCURSO PUBLICO) E ASSUMIU 20 H/A QUE ERAM DA PROFESSORA KALINA LIGIA(DEMISSÃO).

Cargo: PROF. EDUCAÇÃO INFANTIL - ZONA URBANA

Carga Horária: 30 Horas Semanais.

Dotação: 02.026.0.0.12.361.0032.2230 Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB 3.1.90.04.00.00 0118000000 Contratação por Tempo Determinado (FUNDEB - Ensino Fundamental - Contratos).

Data da Assinatura: 09/09/2015

Vigência: 09/09/2015a 18/12/2015

Secretaria: EDUCAÇÃO

Signatários: FABIO MARTINS JUNQUEIRA; JANINE CRISTINA GRUBER NOGUEIRA; MARLEDE ALMEIDA DOS SANTOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO PESSOAL TEMPORÁRIO Nº 266/2015

TERMO ADITIVO 266/2015

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado Nº **185/2015**

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: JUSCILENE DELFINO LIMA

Objeto: Será alterada a carga horária de 30para 36horas semanais à partir de **01/09/2015.** O presente aditamento justifica-se pelo fato que a mesma ASSUMIU 06 H/A EM SUBSTITUIÇÃO A VALMIR EMIDIO(LICENÇA MÉDICA) NO EMI FORMOSO.

Cargo: PROF. SÉRIES INICIAIS E FINAIS DO EF INDÍGENA

Carga Horária: 30 Horas Semanais.

Dotação: 02.024.0.0.12365.0034.2222 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL 3.1.90.04.00.00 0101000000 (Ensino Fundamental – Educação Infantil - Contratos).

Data da Assinatura: 01/09/2015

Vigência: 01/09/2015 a 18/12/2015

Secretaria: EDUCAÇÃO

Signatários: FABIO MARTINS JUNQUEIRA; JANINE CRISTINA GRUBER NOGUEIRA; JUSCILENE DELFINO LIMA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO PESSOAL TEMPORÁRIO Nº 265/2015

TERMO ADITIVO 265/2015

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado Nº **409/2015**

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: JADSON DE BRITTO GASPAR

Objeto: Será alterada a carga horária de 13para 9horas semanais à partir de **01/09/2015.** O presente aditamento justifica-se pelo fato que a mesma DEIXOU 04 H/A QUE ERAM PARA ATENDIMENTO DO PLANO DE INTERVENÇÃO NO CME JOSÉ NODARI.

Cargo: PROF. ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO - ZONA URBANA

Carga Horária: 30 Horas Semanais.

Dotação: 02.026.0.0.12.361.0032.2230 Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB 3.1.90.04.00.00 0118000000 Contratação por Tempo Determinado (FUNDEB - Ensino Fundamental - Contratos).

Data da Assinatura: 01/09/2015

Vigência: 01/09/2015 a 18/12/2015

Secretaria: EDUCAÇÃO

Signatários: FABIO MARTINS JUNQUEIRA; JANINE CRISTINA GRUBER NOGUEIRA; JADSON DE BRITTO GASPAR

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO PESSOAL TEMPORÁRIO Nº 264/2015

TERMO ADITIVO 264/2015

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado Nº **409/2015**

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: JADSON DE BRITTO GASPAR

Objeto: Será alterada a carga horária de 31para 13horas semanais à partir de **01/09/2015.** O presente aditamento justifica-se pelo fato que o mesmo DEIXOU 18 H/A (POSSE DE CONCURSO PUBLICO).

Cargo: PROF. ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO - ZONA URBANA

Carga Horária: 30 Horas Semanais.

Dotação: 02.026.0.0.12.361.0032.2230 Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB 3.1.90.04.00.00 0118000000 Contratação por Tempo Determinado (FUNDEB - Ensino Fundamental - Contratos).

Data da Assinatura: 01/09/2015

Vigência: 01/09/2015 a 18/12/2015

Secretaria: EDUCAÇÃO

Signatários: FABIO MARTINS JUNQUEIRA; JANINE CRISTINA GRUBER NOGUEIRA; JADSON DE BRITTO GASPAR

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO PESSOAL TEMPORÁRIO Nº 263/2015

TERMO ADITIVO 263/2015

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado Nº **106/2015**

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: IVONETE ALVES DOS SANTOS

Objeto: Será alterada a carga horária de 36para 27horas semanais à partir de **01/09/2015.** O presente aditamento justifica-se pelo fato que a mesma DEIXOU 27 H/A(POSSE DO CONCURSO PUBLICO) E ASSUMIU 18 H/A EM SUBSTITUIÇÃO A ROSIMEIRE DA SILVA(REMANEJADA PARA ULISSES GUIMARÃES).

Cargo: PROF. ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO - ZONA URBANA

Carga Horária: 30 Horas Semanais.

Dotação: 02.026.0.0.12.361.0032.2230 Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB 3.1.90.04.00.00 0118000000 Contratação por Tempo Determinado (FUNDEB - Ensino Fundamental - Contratos).

Data da Assinatura: 01/09/2015

Vigência: 01/09/2015 a 18/12/2015

Secretaria: EDUCAÇÃO

Signatários: FABIO MARTINS JUNQUEIRA; JANINE CRISTINA GRUBER NOGUEIRA; IVONETE ALVES DOS SANTOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE DISTRATO DE SETEMBRO DE 2015

EXTRATO DE DISTRATO DE SETEMBRO DE 2015

DISTRATO Nº. 112/2015

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por tempo determinado nº 008/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: ALICE FRANCISCA DA SILVA VECHI

Objeto: O presente serve para rescindir o Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço Por Tempo Determinado **nº. 008/2014**, firmado em **05/02/2014**, apedido da contratada por escrito, **desempenhando suas atividades até o dia 31/08/2015.**

Cargo: PEDAGOGA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Data da Rescisão: 01/09/2015

Data do Distrato: 01/09/2015

Secretaria: Assistência social

Signatários: Fábio Martins Junqueira; Maria de Lourdes F. Blanco Pollon; Alice Francisca da Silva Vechi

DISTRATO Nº. 113/2015

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por tempo determinado nº 422/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: DIONE HERVESON MENDES DOS SANTOS

Objeto: O presente serve para rescindir o Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço Por Tempo Determinado **nº. 422/2015**, firmado em **01/06/2015**, apedido do contratado por escrito, **desempenhando suas atividades até o dia 31/08/2015.**

Cargo: INSTRUTOR DE OFICINA TECLADO, VIOLÃO E CORAL

Data da Rescisão: 01/09/2015

Data do Distrato: 01/09/2015

Secretaria: Assistência social

Signatários: Fábio Martins Junqueira; Maria de Lourdes F. Blanco Pollon; Dione Herveson Mendes dos Santos

DISTRATO Nº. 114/2015

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por tempo determinado nº 027/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: FABIANE TEODORO CIVA

Objeto: O presente serve para rescindir o Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço Por Tempo Determinado **nº. 027/2015**, firmado em **06/02/2015**, apedido da contratada por escrito, **desempenhando suas atividades até o dia 20/08/2015.**

Cargo: PROF. LINGUA PORTUGUESA E ESTRANG. - ZONA URBANA

Data da Rescisão: 01/09/2015

Data do Distrato: 01/09/2015

Secretaria: Educação

Signatários: Fábio Martins Junqueira;Janine Cristina Gruber Nogueira; Fabiane Teodora Civa

DISTRATO Nº. 115/2015

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por tempo determinado nº 425/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: JANAINA PESSOA SOARES

Objeto: O presente serve para rescindir o Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço Por Tempo Determinado **nº. 425/2015**, firmado em **01/06/2015**, apedido da contratada por escrito, **desempenhando suas atividades até o dia 09/08/2015.**

Cargo: PROF. CIÊNCIAS NATURAIS – ZONA URBANA E RURAL

Data da Rescisão: 01/09/2015

Data do Distrato: 01/09/2015

Secretaria: Educação

Signatários: Fábio Martins Junqueira;Janine Cristina Gruber Nogueira; Janaina Pessoa Soares

DISTRATO Nº. 116/2015

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por tempo determinado nº 324/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: LENIRA DE BRITO

Objeto: O presente serve para rescindir o Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço Por Tempo Determinado **nº. 324/2015**, firmado em **02/03/2015**, apedido da contratada por escrito, **desempenhando suas atividades até o dia 31/08/2015.**

Cargo: PROFESSOR MATEMATICA – ZONA URBANA E RURAL

Data da Rescisão: 01/09/2015

Data do Distrato: 01/09/2015

Secretaria: Educação

Signatários: Fábio Martins Junqueira; Janine Cristina Gruber Nogueira; Lenira de Brito

DISTRATO Nº. 117/2015

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por tempo determinado nº 561/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: MARILUCE SILVA GAVAZZA

Objeto: O presente serve para rescindir o Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço Por Tempo Determinado **nº. 561/2015**, firmado em **20/08/2015**, apedido da contratada por escrito, **desempenhando suas atividades até o dia 30/08/2015.**

Cargo: AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Data da Rescisão: 01/09/2015

Data do Distrato: 01/09/2015

Secretaria: Educação

Signatários: Fábio Martins Junqueira; Janine Cristina Gruber Nogueira; Mariluce Silva Gavazza

DISTRATO Nº. 118/2015

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por tempo determinado nº 120/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: NIVALDO FERREIRA DA SILVA

Objeto: O presente serve para rescindir o Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço Por Tempo Determinado **nº. 120/2015**, firmado em **10/08/2015**, apedido da contratada por escrito, **desempenhando suas atividades até o dia 24/08/2015.**

Cargo: MOTORISTA – ZONA RURAL

Data da Rescisão: 01/09/2015

Data do Distrato: 01/09/2015

Secretaria: Educação

Signatários: Fábio Martins Junqueira; Janine Cristina Gruber Nogueira; Nivaldo Ferreira da Silva

DISTRATO Nº. 119/2015

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por tempo determinado nº 120/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: ROSANE BERTUOLI

Objeto: O presente serve para rescindir o Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço Por Tempo Determinado **nº. 120/2015**, firmado em **06/02/2015**, apedido da contratada por escrito, **desempenhando suas atividades até o dia 31/08/2015.**

Cargo: PROFESSORA EDUCAÇÃO INFANTIL – ZONA URBANA**,**

Data da Rescisão: 01/09/2015

Data do Distrato: 01/09/2015

Secretaria: Educação

Signatários: Fábio Martins Junqueira; Janine Cristina Gruber Nogueira; Rosane Bertuoli

DISTRATO Nº. 120/2015

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por tempo determinado nº 363/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: JULIANA APARECIDA DA SILVA

Objeto: O presente serve para rescindir o Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço Por Tempo Determinado **nº. 363/2015**, firmado em **01/04/2015,** apedido da contratada por escrito, **desempenhando suas atividades até o dia 09/09/2015.**

Cargo: AJUDANTE DE SERVIÇOS GERAIS

Data da Rescisão: 09/09/2015

Data do Distrato: 09/09/2015

Secretaria: Educação

Signatários: Fábio Martins Junqueira; Janine Cristina Gruber Nogueira; Juliana aparecida da Silva

DISTRATO Nº. 121/2015

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por tempo determinado nº 554/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: RAQUELDO MISSIO

Objeto: O presente serve para rescindir o Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço Por Tempo Determinado **nº. 554/2015**, firmado em **08/09/2015**, apedido da Secretaria de Educação, conforme Oficio Nº 39/2015 da Coordenação do Transporte Escolar, bem como também o despacho no mesmo , **desempenhando suas atividades até o dia 08/09/2015.**

Cargo: MOTORISTA – ZONA RURAL

Data da Rescisão: 09/09/2015

Data do Distrato: 09/09/2015

Secretaria: Educação

Signatários: Fábio Martins Junqueira; Janine Cristina Gruber Nogueira; Raqueldo Missio

DISTRATO Nº. 122/2015

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por tempo determinado nº 007/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: SIRLEI PINTO DA CUNHA

Objeto: O presente serve para rescindir o Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço Por Tempo Determinado **nº. 007/2014**, firmado em **05/02/2014**, apedido do contratado por escrito, **desempenhando suas atividades até o dia 09/09/2015.**

Cargo: PEDADGOGA-ASSISTÊNCIA SOCIAL

Data da Rescisão: 09/09/2015

Data do Distrato: 09/09/2015

Secretaria: Assistência social

Signatários: Fábio Martins Junqueira; Maria de Lourdes F. Blanco Pollon; Sirlei Pinto da Cunha

DISTRATO Nº. 123/2015

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por tempo determinado nº 074/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: CICERA CECILIA ALVES DOS SANTOS

Objeto: O presente serve para rescindir o Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço Por Tempo Determinado **nº. 074/2015**, firmado em **06/02/2015**, apedido da contratada por escrito, **desempenhando suas atividades até o dia 11/09/2015.**

Cargo: PROFESSORA ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO – ZONA URBANA

Data da Rescisão: 11/09/2015

Data do Distrato: 11/09/2015

Secretaria: Educação

Signatários: Fábio Martins Junqueira; Janine Cristina Gruber Nogueira; Cicera Cecilia Alves dos Santos

DISTRATO Nº. 124/2015

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por tempo determinado nº 014/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: SIMONE CRISTINA PIRES

Objeto: O presente serve para rescindir o Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço Por Tempo Determinado **nº. 014/2015**, firmado em **03/02/2015**, apedido do contratado por escrito, **desempenhando suas atividades até o dia 11/09/2015.**

Cargo: ORIENTADOR SOCIAL

Data da Rescisão: 11/09/2015

Data do Distrato: 11/09/2015

Secretaria: Assistência social

Signatários: Fábio Martins Junqueira; Maria de Lourdes F. Blanco Pollon; Simone Cristina Pires

DISTRATO Nº. 125/2015

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por tempo determinado nº 106/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: IVONETE ALVES DOS SANTOS

Objeto: O presente serve para rescindir o Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço Por Tempo Determinado **nº. 106/2015**, firmado em **06/02/2015**, apedido da contratada por escrito, **desempenhando suas atividades até o dia 17/09/2015.**

Cargo: PROFESSORA ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO – ZONA URBANA

Data da Rescisão: 17/09/2015

Data do Distrato: 17/09/2015

Secretaria: Educação

Signatários: Fábio Martins Junqueira; Janine Cristina Gruber Nogueira; Ivonete Alves dos Santos

DISTRATO Nº. 126/2015

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por tempo determinado nº 500/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: ALDAINO VIEIRA BARBOSA

Objeto: O presente serve para rescindir o Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço Por Tempo Determinado **nº. 500/2015**, firmado em **03/08/2015**, apedido do contratado, **desempenhando suas atividades até o dia 18/09/2015.**

Cargo: MOTORISTA – ZONA RURAL

Data da Rescisão: 18/09/2015

Data do Distrato: 18/09/2015

Secretaria: Educação

Signatários: Fábio Martins Junqueira; Janine Cristina Gruber Nogueira; Aldaino Vieira Barbosa

DISTRATO Nº. 127/2015

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por tempo determinado nº 124/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: ANGELA APARECIDA DE SOUZA CRUZ

Objeto: O presente serve para rescindir o Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço Por Tempo Determinado **nº. 124/2015**, firmado em **06/02/2015**, apedido da contratada por escrito, **desempenhando suas atividades até o dia 18/09/2015.**

Cargo: PROF. EDUCAÇÃO INFANTIL - ZONA URBANA

Data da Rescisão: 18/09/2015

Data do Distrato: 18/09/2015

Secretaria: Educação

Signatários: Fábio Martins Junqueira; Janine Cristina Gruber Nogueira; Angela Aparecida de Souza Cruz

DISTRATO Nº. 128/2015

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por tempo determinado nº 145/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: ERCI GONCALVES DE OLIVEIRA

Objeto: O presente serve para rescindir o Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço Por Tempo Determinado **nº. 145/2015**, firmado em **06/02/2015**, apedido da contratada por escrito, **desempenhando suas atividades até o dia 18/09/2015.**

Cargo: PROF. EDUCAÇÃO INFANTIL - ZONA URBANA

Data da Rescisão: 18/09/2015

Data do Distrato: 18/09/2015

Secretaria: Educação

Signatários: Fábio Martins Junqueira; Janine Cristina Gruber Nogueira; Erci Gonçalves de Oliveira

DISTRATO Nº. 129/2015

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por tempo determinado nº 093/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: WALESKA UNGARO DUARTE MATOS

Objeto: O presente serve para rescindir o Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço Por Tempo Determinado **nº. 093/2015**, firmado em **06/02/2015**, apedido da contratada por escrito, **desempenhando suas atividades até o dia 18/09/2015.**

Cargo: PROFESSORA ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO – ZONA URBANA

Data da Rescisão: 18/09/2015

Data do Distrato: 18/09/2015

Secretaria: Educação

Signatários: Fábio Martins Junqueira; Janine Cristina Gruber Nogueira; Waleska Ungaro Duarte Matos

DISTRATO Nº. 130/2015

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por tempo determinado nº 572/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: ANA CAROLINA CARNEIRO DA SILVA GUIMARÃES

Objeto: O presente serve para rescindir o Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço Por Tempo Determinado **nº. 572/2015**, firmado em **21/09/2015**, **,** apedido da contratada por escrito, **desempenhando suas atividades até o dia 21/09/2015.**

Cargo: PROF. EDUCAÇÃO FISICA – ZONA URBANA

Data da Rescisão: 21/09/2015

Data do Distrato: 21/09/2015

Secretaria: Educação

Signatários: Fábio Martins Junqueira; Janine Cristina Gruber Nogueira; Ana Carolina Carneiro da Silva Guimarães

DISTRATO Nº. 131/2015

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por tempo determinado nº 256/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: CLEUSA FERREIRA DOS SANTOS TEIXEIRA

Objeto: O presente serve para rescindir o Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço Por Tempo Determinado **nº. 256/2014**, firmado em **01/03/2014**, apedido da contratada por escrito, **desempenhando suas atividades até o dia 23/09/2015.**

Cargo: PROFESSOR LINGUA PORTUG. E ESTRANGEIRA - ZONA URBANA E RURAL

Data da Rescisão: 23/09/2015

Data do Distrato: 23/09/2015

Secretaria: Educação

Signatários: Fábio Martins Junqueira; Janine Cristina Gruber Nogueira; Cleusa Ferreira dos Santos Teixeira

DISTRATO Nº. 132/2015

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por tempo determinado nº 040/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: TALITA ANDREIA DE PINHO FREITAS

Objeto: O presente serve para rescindir o Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço Por Tempo Determinado **nº. 040/2015**, firmado em **06/02/2015**, apedido da contratada por escrito, **desempenhando suas atividades até o dia 22/09/2015.**

Cargo: AUXILIAR DE DESENV. INFANTIL - ZONA URBANA

Data da Rescisão: 23/09/2015

Data do Distrato: 23/09/2015

Secretaria: Educação

Signatários: Fábio Martins Junqueira; Janine Cristina Gruber Nogueira; Talita Andreia de Pinho Freitas

DISTRATO Nº. 133/2015

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por tempo determinado nº 405/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: SALETE ADILES SAMULEWSKI

Objeto: O presente serve para rescindir o Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço Por Tempo Determinado **nº. 405/2015**, firmado em **11/05/2015,** apedido da contratada por escrito, **desempenhando suas atividades até o dia 25/09/2015.**

Cargo: AJUDANTE DE SERVIÇOS GERAIS

Data da Rescisão: 25/09/2015

Data do Distrato: 25/09/2015

Secretaria: Educação

Signatários: Fábio Martins Junqueira; Janine Cristina Gruber Nogueira; Salete Adiles Samulewski

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO DE PESSOAL TEMPORÁRIO Nº 562/2015

Contrato de Pessoal n°. 562/2015

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 562/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: CLAUDELINA PACHECO MARQUES

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, com amparo na Lei Complementar Municipal nº 103/2006**,** de 09 de março de 2006 e combinada com a Lei Municipal nº. **3340/2010**, que autoriza contratação temporária e dá outras providências.

Cargo: TELEFONISTA AUX. REG. MÉDICA - TARMS

Carga Horária: com jornada de trabalho de Plantão 12X36 horas.

Dotação: **03.03100.10.302.0015.2307** - Manutenção do SAMU **3.190.040. 000. 114020000** Contratação por Tempo Determinado.

Data Da Assinatura: 04/09/2015

Vigência: 04/09/2015 À 03/09/2016.

Secretaria: Saúde

Signatários: Prof. Fábio Martins Junqueira; Itamar Martins Bonfim; Claudina Pacheco Marques

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO PESSOAL TEMPORÁRIO Nº 262/2015

TERMO ADITIVO 262/2015

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado Nº **296/2015**

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: FABIANA FÉLIX DE LIMA

Objeto: Será alterada a carga horária de 27para 31horas semanais à partir de **01/09/2015.** O presente aditamento justifica-se pelo fato que são AULAS ADICIONAIS PARA ATENDIMENTO DE ALUNOS EM APOIO PEDAGÓGICO CORRESPONDENTE AO PLANO DE INTERVENÇÃO.

Cargo: PROF. ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO - ZONA URBANA

Carga Horária: 30 Horas Semanais.

Dotação: 02.026.0.0.12.361.0032.2230 Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB 3.1.90.04.00.00 0118000000 Contratação por Tempo Determinado (FUNDEB - Ensino Fundamental - Contratos).

Data da Assinatura: 01/09/2015

Vigência: 01/09/2015 a 18/12/2015

Secretaria: EDUCAÇÃO

Signatários: FABIO MARTINS JUNQUEIRA; JANINE CRISTINA GRUBER NOGUEIRA; FABIANA FÉLIX DE LIMA

UNIDADE PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO A ADMINISTRATIVO
INJEX INDÚSTRIA CIRURGICA LTDA

AVISO DE APLICAÇÃO DE PENALIDADE – INJEX INDÚSTRIA CIRURGICA LTDA - CNPJ n.º 59.309.302/0001-99- O Município de Tangará da Serra, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Prof. Fábio Martins Junqueira, através da Unidade Permanente de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares UPSPA, torna público para conhecimento de quem interessar que aplicou à empresa acima citada, a **PENALIDADE DE MULTA,** já devidamente qualificada nos autos do Processo Administrativo **nº 024/PAILC/2014 PARA APURAÇÃO DE INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS COMETIDAS POR LICITANTES E CONTRATADAS**, em virtude do descumprimento das disposições contidas na Cláusula Sexta, Item 6.3. 1, da Ata de Registro de Preços n° 048/2012, do Pregão Presencial n° 074/2012 **E** Cláusula Décima Primeira Item 11.3, da Ata de Registro de Preços n°020/2013, extraída do Pregão Presencial n° 031/2013, com fulcro no Art. 87, Inciso I, da Lei 8.666/1993 c/c p artigo 19, inciso I do Decreto Municipal nº 289/2012. Tangará da Serra- MT, 01 de Novembro de 2015. José Serafim de Almeida – Gestor da UPSPA.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO PESSOAL TEMPORÁRIO Nº 261/2015

TERMO ADITIVO 261/2015

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado Nº **251-2015**

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: EDILZA ROSA CUNHA

Objeto: Será alterada a carga horária de 15para 17horas semanais à partir de **01/09/2015.** O presente aditamento justifica-se pelo fato que são AULAS ADICIONAIS PARA ATENDIMENTO DE ALUNOS EM APOIO PEDAGÓGICO CORRESPONDENTE AO PLANO DE INTERVENÇÃO.

Cargo: PROF. MATEMÁTICA - ZONA URBANA E RURAL

Carga Horária: 30 Horas Semanais.

Dotação: 02.026.0.0.12.361.0032.2230 Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB 3.1.90.04.00.00 0118000000 Contratação por Tempo Determinado (FUNDEB - Ensino Fundamental - Contratos).

Data da Assinatura: 01/09/2015

Vigência: 01/09/2015 a 18/12/2015

Secretaria: EDUCAÇÃO

Signatários: FABIO MARTINS JUNQUEIRA; JANINE CRISTINA GRUBER NOGUEIRA; EDILZA ROSA CUNHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO PESSOAL TEMPORÁRIO Nº 260/2015

TERMO ADITIVO 260/2015

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado Nº **406/2015**

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: DHEYNE KAROLINA MENDES SOUZA

Objeto: O presente aditamento justifica-se pelo fato que a mesma DEIXOU 27 H/A NO CME JOSÉ NODARI(POSSE CONCURSO PUBLICO) E ASSUMIU 27 H/A EM SUBSTITUIÇÃO ROSILENE SANTANA(LICENÇA MÉDICA) NO CME SILVIO PATERNEZ.

Cargo: PROF. ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO - ZONA URBANA

Carga Horária: 30 Horas Semanais.

Dotação: 02.026.0.0.12.361.0032.2230 Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB 3.1.90.04.00.00 0118000000 Contratação por Tempo Determinado (FUNDEB - Ensino Fundamental - Contratos).

Data da Assinatura: 01/09/2015

Vigência: 01/09/2015 a 18/12/2015

Secretaria: EDUCAÇÃO

Signatários: FABIO MARTINS JUNQUEIRA; JANINE CRISTINA GRUBER NOGUEIRA; DHEYNE KAROLINA MENDES SOUZA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE DISTRATO DE PESSOAL TEMPORÁRIO Nº 133/2015

DISTRATO Nº. 133/2015

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por tempo determinado nº 405/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: SALETE ADILES SAMULEWSKI

Objeto: O presente serve para rescindir o Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço Por Tempo Determinado **nº. 405/2015**, firmado em **11/05/2015,** apedido da contratada por escrito, **desempenhando suas atividades até o dia 25/09/2015.**

Cargo: AJUDANTE DE SERVIÇOS GERAIS

Data da Rescisão: 25/09/2015

Data do Distrato: 25/09/2015

Secretaria: Educação

Signatários: Fábio Martins Junqueira; Janine Cristina Gruber Nogueira; Salete Adiles Samulewski

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO PESSOAL TEMPORÁRIO Nº 259/2015

TERMO ADITIVO 259/2015

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado Nº **408/2015**

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: DAIANY VENTURA DE CAMARGO

Objeto: Será alterada a carga horária de 18para 30horas semanais à partir de **01/09/2015.** O presente aditamento justifica-se pelo fato que a mesma DEIXOU 18 H/A NO CME AYTORN SENNA E ASSUMIU 30 H/A EM SUBSTITUIÇÃO JESUINA CAMPOS(COORDENAÇÃO).

Cargo: PROF. ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO - ZONA URBANA

Carga Horária: 30 Horas Semanais.

Dotação: 02.026.0.0.12.361.0032.2230 Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB 3.1.90.04.00.00 0118000000 Contratação por Tempo Determinado (FUNDEB - Ensino Fundamental - Contratos).

Data da Assinatura: 01/09/2015

Vigência: 01/09/2015 a 18/12/2015

Secretaria: EDUCAÇÃO

Signatários: FABIO MARTINS JUNQUEIRA; JANINE CRISTINA GRUBER NOGUEIRA; DAIANY VENTURA DE CAMARGO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE DISTRATO DE PESSOAL TEMPORÁRIO Nº 132/2015

DISTRATO Nº. 132/2015

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por tempo determinado nº 040/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: TALITA ANDREIA DE PINHO FREITAS

Objeto: O presente serve para rescindir o Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço Por Tempo Determinado **nº. 040/2015**, firmado em **06/02/2015**, apedido da contratada por escrito, **desempenhando suas atividades até o dia 22/09/2015.**

Cargo: AUXILIAR DE DESENV. INFANTIL - ZONA URBANA

Data da Rescisão: 23/09/2015

Data do Distrato: 23/09/2015

Secretaria: Educação

Signatários: Fábio Martins Junqueira; Janine Cristina Gruber Nogueira; Talita Andreia de Pinho Freitas

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO PESSOAL TEMPORÁRIO Nº 258/2015

TERMO ADITIVO 258/2015

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado Nº **252/2015**

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: CONCEIÇÃO CANGUSSU RIBEIRO SILVA

Objeto: O presente aditamento justifica-se pelo fato que a mesma DEIXOU 20 H/A NO CME TANIA ARANTES(POSSE CONCURSO PUBLICO) E ASSUMIU 20 H/A EM SUBSTITUIÇÃO A LEANDRA MARIA(POSSE CONCURSO PUBLICO) NO CME CECILIA MARIA.

Cargo: PROF. EDUCAÇÃO INFANTIL - ZONA URBANA

Carga Horária: 30 Horas Semanais.

Dotação: 02.024.0.0.12365.0034.2222 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL 3.1.90.04.00.00 0101000000 (Ensino Fundamental – Educação Infantil - Contratos).

Data da Assinatura: 01/09/2015

Vigência: 01/09/2015 a 18/12/2015

Secretaria: EDUCAÇÃO

Signatários: FABIO MARTINS JUNQUEIRA; JANINE CRISTINA GRUBER NOGUEIRA; CONCEIÇÃO CANGUSSU RIBEIRO SILVA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO PESSOAL TEMPORÁRIO Nº 257/2015

TERMO ADITIVO 257/2015

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado Nº **164/2015**

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: ANNE KATHIELLY SANTOS

Objeto: O presente aditamento justifica-se pelo fato que a mesma DEIXOU 10 H/A(POSSE CONCURSO PUBLICO) ASSUMIU 10 H/A EM SUBSTITUIÇÃO HWANG LING(LICENÇA MÉDICA) NO CME FABIO DINIZ.

Cargo: PROF. EDUCAÇÃO INFANTIL - ZONA URBANA

Carga Horária: 30 Horas Semanais.

Dotação: 02.024.0.0.12365.0034.2222 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL 3.1.90.04.00.00 0101000000 (Ensino Fundamental – Educação Infantil - Contratos).

Data da Assinatura: 01/09/2015

Vigência: 01/09/2015 a 18/12/2015

Secretaria: EDUCAÇÃO

Signatários: FABIO MARTINS JUNQUEIRA; JANINE CRISTINA GRUBER NOGUEIRA; ANNE KATHIELLY SANTOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE DISTRATO DE PESSOAL TEMPORÁRIO Nº 131/2015

DISTRATO Nº. 131/2015

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por tempo determinado nº 256/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: CLEUSA FERREIRA DOS SANTOS TEIXEIRA

Objeto: O presente serve para rescindir o Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço Por Tempo Determinado **nº. 256/2014**, firmado em **01/03/2014**, apedido da contratada por escrito, **desempenhando suas atividades até o dia 23/09/2015.**

Cargo: PROFESSOR LINGUA PORTUG. E ESTRANGEIRA - ZONA URBANA E RURAL

Data da Rescisão: 23/09/2015

Data do Distrato: 23/09/2015

Secretaria: Educação

Signatários: Fábio Martins Junqueira; Janine Cristina Gruber Nogueira; Cleusa Ferreira dos Santos Teixeira

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE DISTRATO DE PESSOAL TEMPORÁRIO Nº 130/2015

DISTRATO Nº. 130/2015

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por tempo determinado nº 572/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: ANA CAROLINA CARNEIRO DA SILVA GUIMARÃES

Objeto: O presente serve para rescindir o Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço Por Tempo Determinado **nº. 572/2015**, firmado em **21/09/2015**, **,** apedido da contratada por escrito, **desempenhando suas atividades até o dia 21/09/2015.**

Cargo: PROF. EDUCAÇÃO FISICA – ZONA URBANA

Data da Rescisão: 21/09/2015

Data do Distrato: 21/09/2015

Secretaria: Educação

Signatários: Fábio Martins Junqueira; Janine Cristina Gruber Nogueira; Ana Carolina Carneiro da Silva Guimarães

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE DISTRATO DE PESSOAL TEMPORÁRIO Nº 129/2015

DISTRATO Nº. 129/2015

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por tempo determinado nº 093/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: WALESKA UNGARO DUARTE MATOS

Objeto: O presente serve para rescindir o Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço Por Tempo Determinado **nº. 093/2015**, firmado em **06/02/2015**, apedido da contratada por escrito, **desempenhando suas atividades até o dia 18/09/2015.**

Cargo: PROFESSORA ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO – ZONA URBANA

Data da Rescisão: 18/09/2015

Data do Distrato: 18/09/2015

Secretaria: Educação

Signatários: Fábio Martins Junqueira; Janine Cristina Gruber Nogueira; Waleska Ungaro Duarte Matos

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE DISTRATO DE PESSOAL TEMPORÁRIO Nº 128/2015

DISTRATO Nº. 128/2015

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por tempo determinado nº 145/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: ERCI GONCALVES DE OLIVEIRA

Objeto: O presente serve para rescindir o Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço Por Tempo Determinado **nº. 145/2015**, firmado em **06/02/2015**, apedido da contratada por escrito, **desempenhando suas atividades até o dia 18/09/2015.**

Cargo: PROF. EDUCAÇÃO INFANTIL - ZONA URBANA

Data da Rescisão: 18/09/2015

Data do Distrato: 18/09/2015

Secretaria: Educação

Signatários: Fábio Martins Junqueira; Janine Cristina Gruber Nogueira; Erci Gonçalves de Oliveira

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE DISTRATO DE PESSOAL TEMPORÁRIO Nº 127/2015

DISTRATO Nº. 127/2015

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por tempo determinado nº 124/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: ANGELA APARECIDA DE SOUZA CRUZ

Objeto: O presente serve para rescindir o Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço Por Tempo Determinado **nº. 124/2015**, firmado em **06/02/2015**, apedido da contratada por escrito, **desempenhando suas atividades até o dia 18/09/2015.**

Cargo: PROF. EDUCAÇÃO INFANTIL - ZONA URBANA

Data da Rescisão: 18/09/2015

Data do Distrato: 18/09/2015

Secretaria: Educação

Signatários: Fábio Martins Junqueira; Janine Cristina Gruber Nogueira; Angela Aparecida de Souza Cruz

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE DISTRATO DE PESSOAL TEMPORÁRIO Nº 126/2015

DISTRATO Nº. 126/2015

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por tempo determinado nº 500/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: ALDAINO VIEIRA BARBOSA

Objeto: O presente serve para rescindir o Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço Por Tempo Determinado **nº. 500/2015**, firmado em **03/08/2015**, apedido do contratado, **desempenhando suas atividades até o dia 18/09/2015.**

Cargo: MOTORISTA – ZONA RURAL

Data da Rescisão: 18/09/2015

Data do Distrato: 18/09/2015

Secretaria: Educação

Signatários: Fábio Martins Junqueira; Janine Cristina Gruber Nogueira; Aldaino Vieira Barbosa

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE DISTRATO DE PESSOAL TEMPORÁRIO Nº 125/2015

DISTRATO Nº. 125/2015

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por tempo determinado nº 106/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: IVONETE ALVES DOS SANTOS

Objeto: O presente serve para rescindir o Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço Por Tempo Determinado **nº. 106/2015**, firmado em **06/02/2015**, apedido da contratada por escrito, **desempenhando suas atividades até o dia 17/09/2015.**

Cargo: PROFESSORA ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO – ZONA URBANA

Data da Rescisão: 17/09/2015

Data do Distrato: 17/09/2015

Secretaria: Educação

Signatários: Fábio Martins Junqueira; Janine Cristina Gruber Nogueira; Ivonete Alves dos Santos

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE DISTRATO DE PESSOAL TEMPORÁRIO Nº 124/2015

DISTRATO Nº. 124/2015

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por tempo determinado nº 014/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: SIMONE CRISTINA PIRES

Objeto: O presente serve para rescindir o Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço Por Tempo Determinado **nº. 014/2015**, firmado em **03/02/2015**, apedido do contratado por escrito, **desempenhando suas atividades até o dia 11/09/2015.**

Cargo: ORIENTADOR SOCIAL

Data da Rescisão: 11/09/2015

Data do Distrato: 11/09/2015

Secretaria: Assistência social

Signatários: Fábio Martins Junqueira; Maria de Lourdes F. Blanco Pollon; Simone Cristina Pires

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE DISTRATO DE PESSOAL TEMPORÁRIO Nº 123/2015

DISTRATO Nº. 123/2015

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por tempo determinado nº 074/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: CICERA CECILIA ALVES DOS SANTOS

Objeto: O presente serve para rescindir o Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço Por Tempo Determinado **nº. 074/2015**, firmado em **06/02/2015**, apedido da contratada por escrito, **desempenhando suas atividades até o dia 11/09/2015.**

Cargo: PROFESSORA ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO – ZONA URBANA

Data da Rescisão: 11/09/2015

Data do Distrato: 11/09/2015

Secretaria: Educação

Signatários: Fábio Martins Junqueira; Janine Cristina Gruber Nogueira; Cicera Cecilia Alves dos Santos

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE DISTRATO DE PESSOAL TEMPORÁRIO Nº 122/2015

DISTRATO Nº. 122/2015

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por tempo determinado nº 007/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: SIRLEI PINTO DA CUNHA

Objeto: O presente serve para rescindir o Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço Por Tempo Determinado **nº. 007/2014**, firmado em **05/02/2014**, apedido do contratado por escrito, **desempenhando suas atividades até o dia 09/09/2015.**

Cargo: PEDADGOGA-ASSISTÊNCIA SOCIAL

Data da Rescisão: 09/09/2015

Data do Distrato: 09/09/2015

Secretaria: Assistência social

Signatários: Fábio Martins Junqueira; Maria de Lourdes F. Blanco Pollon; Sirlei Pinto da Cunha

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE DISTRATO DE PESSOAL TEMPORÁRIO Nº 121/2015

DISTRATO Nº. 121/2015

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por tempo determinado nº 554/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: RAQUELDO MISSIO

Objeto: O presente serve para rescindir o Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço Por Tempo Determinado **nº. 554/2015**, firmado em **08/09/2015**, apedido da Secretaria de Educação, conforme Oficio Nº 39/2015 da Coordenação do Transporte Escolar, bem como também o despacho no mesmo , **desempenhando suas atividades até o dia 08/09/2015.**

Cargo: MOTORISTA – ZONA RURAL

Data da Rescisão: 09/09/2015

Data do Distrato: 09/09/2015

Secretaria: Educação

Signatários: Fábio Martins Junqueira; Janine Cristina Gruber Nogueira; Raqueldo Missio

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE DISTRATO DE PESSOAL TEMPORÁRIO Nº 120/2015

DISTRATO Nº. 120/2015

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por tempo determinado nº 363/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: JULIANA APARECIDA DA SILVA

Objeto: O presente serve para rescindir o Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço Por Tempo Determinado **nº. 363/2015**, firmado em **01/04/2015,** apedido da contratada por escrito, **desempenhando suas atividades até o dia 09/09/2015.**

Cargo: AJUDANTE DE SERVIÇOS GERAIS

Data da Rescisão: 09/09/2015

Data do Distrato: 09/09/2015

Secretaria: Educação

Signatários: Fábio Martins Junqueira; Janine Cristina Gruber Nogueira; Juliana aparecida da Silva

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE DISTRATO DE PESSOAL TEMPORÁRIO Nº 119/2015

DISTRATO Nº. 119/2015

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por tempo determinado nº 120/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: ROSANE BERTUOLI

Objeto: O presente serve para rescindir o Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço Por Tempo Determinado **nº. 120/2015**, firmado em **06/02/2015**, apedido da contratada por escrito, **desempenhando suas atividades até o dia 31/08/2015.**

Cargo: PROFESSORA EDUCAÇÃO INFANTIL – ZONA URBANA**,**

Data da Rescisão: 01/09/2015

Data do Distrato: 01/09/2015

Secretaria: Educação

Signatários: Fábio Martins Junqueira; Janine Cristina Gruber Nogueira; Rosane Bertuoli

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE DISTRATO DE PESSOAL TEMPORÁRIO Nº 118/2015

DISTRATO Nº. 118/2015

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por tempo determinado nº 120/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: NIVALDO FERREIRA DA SILVA

Objeto: O presente serve para rescindir o Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço Por Tempo Determinado **nº. 120/2015**, firmado em **10/08/2015**, apedido da contratada por escrito, **desempenhando suas atividades até o dia 24/08/2015.**

Cargo: MOTORISTA – ZONA RURAL

Data da Rescisão: 01/09/2015

Data do Distrato: 01/09/2015

Secretaria: Educação

Signatários: Fábio Martins Junqueira; Janine Cristina Gruber Nogueira; Nivaldo Ferreira da Silva

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE DISTRATO DE PESSOAL TEMPORÁRIO Nº 117/2015

DISTRATO Nº. 117/2015

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por tempo determinado nº 561/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: MARILUCE SILVA GAVAZZA

Objeto: O presente serve para rescindir o Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço Por Tempo Determinado **nº. 561/2015**, firmado em **20/08/2015**, apedido da contratada por escrito, **desempenhando suas atividades até o dia 30/08/2015.**

Cargo: AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Data da Rescisão: 01/09/2015

Data do Distrato: 01/09/2015

Secretaria: Educação

Signatários: Fábio Martins Junqueira; Janine Cristina Gruber Nogueira; Mariluce Silva Gavazza

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE DISTRATO DE PESSOAL TEMPORÁRIO Nº 116/2015

DISTRATO Nº. 116/2015

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por tempo determinado nº 324/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: LENIRA DE BRITO

Objeto: O presente serve para rescindir o Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço Por Tempo Determinado **nº. 324/2015**, firmado em **02/03/2015**, apedido da contratada por escrito, **desempenhando suas atividades até o dia 31/08/2015.**

Cargo: PROFESSOR MATEMATICA – ZONA URBANA E RURAL

Data da Rescisão: 01/09/2015

Data do Distrato: 01/09/2015

Secretaria: Educação

Signatários: Fábio Martins Junqueira; Janine Cristina Gruber Nogueira; Lenira de Brito

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE DISTRATO DE PESSOAL TEMPORÁRIO Nº 115/2015

DISTRATO Nº. 115/2015

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por tempo determinado nº 425/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: JANAINA PESSOA SOARES

Objeto: O presente serve para rescindir o Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço Por Tempo Determinado **nº. 425/2015**, firmado em **01/06/2015**, apedido da contratada por escrito, **desempenhando suas atividades até o dia 09/08/2015.**

Cargo: PROF. CIÊNCIAS NATURAIS – ZONA URBANA E RURAL

Data da Rescisão: 01/09/2015

Data do Distrato: 01/09/2015

Secretaria: Educação

Signatários: Fábio Martins Junqueira;Janine Cristina Gruber Nogueira; Janaina Pessoa Soares

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO PESSOAL TEMPORÁRIO Nº 256/2015

TERMO ADITIVO 256/2015

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado Nº **288/2015**

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: ANA PAULA SANDIS DOS SANTOS

Objeto: Será alterada a carga horária de 38para 27horas semanais à partir de **01/09/2015.** O presente aditamento justifica-se pelo fato que a mesma DEIXOU 9 H/A(POSSE DO CONCURSO PUBLICO) NO CME JOANA D'ARC E DEIXOU 11 H/A(TROCA COM VANESA) NO CME JOANA D'ARC E ASSUMIU 09 H/A EM SUBSTITUIÇÃO IVONETE NO CME FABIO DINIZ.

Cargo: PROF. ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO - ZONA URBANA

Carga Horária: 30 Horas Semanais.

Dotação: 02.026.0.0.12.361.0032.2230 Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB 3.1.90.04.00.00 0118000000 Contratação por Tempo Determinado (FUNDEB - Ensino Fundamental - Contratos).

Data da Assinatura: 01/09/2015

Vigência: 01/09/2015 a 18/12/2015

Secretaria: EDUCAÇÃO

Signatários: FABIO MARTINS JUNQUEIRA; JANINE CRISTINA GRUBER NOGUEIRA; ANA PAULA SANDIS DOS SANTOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE DISTRATO DE PESSOAL TEMPORÁRIO Nº 114/2015

DISTRATO Nº. 114/2015

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por tempo determinado nº 027/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: FABIANE TEODORO CIVA

Objeto: O presente serve para rescindir o Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço Por Tempo Determinado **nº. 027/2015**, firmado em **06/02/2015**, apedido da contratada por escrito, **desempenhando suas atividades até o dia 20/08/2015.**

Cargo: PROF. LINGUA PORTUGUESA E ESTRANG. - ZONA URBANA

Data da Rescisão: 01/09/2015

Data do Distrato: 01/09/2015

Secretaria: Educação

Signatários: Fábio Martins Junqueira;Janine Cristina Gruber Nogueira; Fabiane Teodora Civa

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO PESSOAL TEMPORÁRIO Nº 255/2015

TERMO ADITIVO 255/2015

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado Nº **028/2015**

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: ADRIANA GONCALVES VACCARI RIGUI

Objeto: Será alterada a carga horária de 29para 40horas semanais à partir de **01/09/2015.** O presente aditamento justifica-se pelo fato que a mesma DEIXOU 29 H/A NO CME FABIO DINIZ E ASSUMIU 40 H/A NO CME JOSE NODARI PARA ATENDIMENTO DO PLANO DE INTERVENÇÃO.

Cargo: PROF. LINGUA PORTUGUESA E ESTRANG. - ZONA URBANA E RURAL

Carga Horária: 30 Horas Semanais.

Dotação: 02.026.0.0.12.361.0032.2230 Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB 3.1.90.04.00.00 0118000000 Contratação por Tempo Determinado (FUNDEB - Ensino Fundamental - Contratos).

Data da Assinatura: 01/09/2015

Vigência: 01/09/2015 a 18/12/2015

Secretaria: EDUCAÇÃO

Signatários: FABIO MARTINS JUNQUEIRA; JANINE CRISTINA GRUBER NOGUEIRA; ADRIANA GONCALVES VACCARI RIGUI

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE DISTRATO DE PESSOAL TEMPORÁRIO Nº 113/2015

DISTRATO Nº. 113/2015

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por tempo determinado nº 422/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: DIONE HERVESON MENDES DOS SANTOS

Objeto: O presente serve para rescindir o Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço Por Tempo Determinado **nº. 422/2015**, firmado em **01/06/2015**, apedido do contratado por escrito, **desempenhando suas atividades até o dia 31/08/2015.**

Cargo: INSTRUTOR DE OFICINA TECLADO, VIOLÃO E CORAL

Data da Rescisão: 01/09/2015

Data do Distrato: 01/09/2015

Secretaria: Assistência social

Signatários: Fábio Martins Junqueira; Maria de Lourdes F. Blanco Pollon; Dione Herveson Mendes dos Santos

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE DISTRATO DE PESSOAL TEMPORÁRIO Nº 112/2015

DISTRATO Nº. 112/2015

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por tempo determinado nº 008/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: ALICE FRANCISCA DA SILVA VECHI

Objeto: O presente serve para rescindir o Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço Por Tempo Determinado **nº. 008/2014**, firmado em **05/02/2014**, apedido da contratada por escrito, **desempenhando suas atividades até o dia 31/08/2015.**

Cargo: PEDAGOGA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Data da Rescisão: 01/09/2015

Data do Distrato: 01/09/2015

Secretaria: Assistência social

Signatários: Fábio Martins Junqueira; Maria de Lourdes F. Blanco Pollon; Alice Francisca da Silva Vechi

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO PESSOAL TEMPORÁRIO Nº 254/2015

TERMO ADITIVO 254/2015

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado Nº **367/2015**

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: STELAMIRA FRANCO PEDROSO

Objeto: Será alterada a carga horária de 34para 20horas semanais à partir de **01/09/2015.** O presente aditamento justifica-se pelo fato que a mesma

DEIXOU 14 H/A NO CMF AYRTON SENNA DE ESTAVA SUBSTITUINDO LUCINEIA FERREIRA(LICENÇA PARA ACOMPANHAMENTO).

Cargo: PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA - ZONA URBANA

Carga Horária: 30 Horas Semanais.

Dotação: 02.026.0.0.12.361.0032.2230 Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB 3.1.90.04.00.00 0118000000 Contratação por Tempo Determinado (FUNDEB - Ensino Fundamental - Contratos).

Data da Assinatura: 01/09/2015

Vigência: 01/09/2015 a 18/12/2015

Secretaria: EDUCAÇÃO

Signatários: FABIO MARTINS JUNQUEIRA; JANINE CRISTINA GRUBER NOGUEIRA; STELAMIRA FRANCO PEDROSO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO PESSOAL TEMPORÁRIO Nº 253/2015

TERMO ADITIVO 253/2015

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado Nº **438/2015**

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: MARIA ROZENI SANTANA LOBO

Objeto: Será alterada a carga horária de 40para 30horas semanais à partir de **01/09/2015.** O presente aditamento justifica-se pelo fato que DEIXOU 40 H/A QUE ESTAVA SUBSTITUINDO ERLETE BRANBILA(LICENÇA MÉDICA) E ASSUMIU 30 H/A EM SUBSTITUIÇÃO IZABEL(LICENÇA MÉDICA).

Cargo: PROFESSOR ED. INFANTIL/EJA 1° SEGMENTO ANOS INICIAIS - ZONA RURAL

Carga Horária: 30 Horas Semanais.

Dotação: 02.026.0.0.12.361.0032.2230 Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB 3.1.90.04.00.00 0118000000 Contratação por Tempo Determinado (FUNDEB - Ensino Fundamental - Contratos).

Data da Assinatura: 01/09/2015

Vigência: 01/09/2015 a 18/12/2015

Secretaria: EDUCAÇÃO

Signatários: FABIO MARTINS JUNQUEIRA; JANINE CRISTINA GRUBER NOGUEIRA; MARIA ROZENI SANTANA LOBO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO PESSOAL TEMPORÁRIO Nº 252/2015

TERMO ADITIVO 252/2015

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado Nº **384/2014**

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: TAISA HERMES MARSCHNER

Objeto: Prorrogar o vencimento do contrato acima referido de **01/09/2015 à 04/03/2016.** O presente aditamento justifica-se pela continuidade no atendimento ao Setor de Reabilitação e Fisioterapia.

Cargo: FISIOTERAPEUTA

Carga Horária: 20 Horas Semanais.

Dotação: 03.03100.10.302.0015.2312 - **Manutenção do Centro de Reabilitação e Fisioterapia -** 3.1.90.04.00.00.0102000000 **Contratação por Tempo Determinado**

Data da Assinatura: 01/09/2015

Vigência: 01/09/2015 a 04/03/2016

Secretaria: Saúde

Signatários: FABIO MARTINS JUNQUEIRA; ITAMAR MARTINS BONFIM; TAISA HERMES MARSCHNER

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO PESSOAL TEMPORÁRIO Nº 293/2015

TERMO ADITIVO 293/2015

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado Nº **367/2015**

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: STELAMIRA FRANCO PEDROSO

Objeto: Será alterada a carga horária de 20para 34horas semanais à partir de **21/09/2015.** O presente aditamento justifica-se pelo fato que a mesma ASSUMIU 14 H/A EM SUBSTITUIÇÃO DIRLENE SIMON(LICENÇA PRÊMIO) NO CME FABIO DINIZ JUNQUEIRA.

Cargo: PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA - ZONA URBANA

Carga Horária: 30 Horas Semanais.

Dotação: 02.026.0.0.12.361.0032.2230 Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB 3.1.90.04.00.00 0118000000 Contratação por Tempo Determinado (FUNDEB - Ensino Fundamental - Contratos).

Data da Assinatura: 21/09/2015

Vigência: 21/09/2015a 18/12/2015

Secretaria: EDUCAÇÃO

Signatários: FABIO MARTINS JUNQUEIRA; JANINE CRISTINA GRUBER NOGUEIRA; STELAMIRA FRANCO PEDROSO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO PESSOAL TEMPORÁRIO Nº 292/2015

TERMO ADITIVO 292/2015

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado Nº **552/2015**

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: MARILUCE SILVA GAVAZZA

Objeto: Será alterada a carga horária de 21para 30horas semanais à partir de **14/09/2015.** O presente aditamento justifica-se pelo fato que a mesma DEIXOU 21 H/A QUE ESTAVA SUBSTITUINDO MARIA DE FATIMA(LICENÇA MÉDICA) E ASSUMIU 30 H/A EM SUBSTITUIÇÃO TANIA MARIA DO CANTO(LICENÇA PRÊMIO).

Cargo: PROF. LINGUA PORTUGUESA E ESTRAG. - ZONA URBANA E RURAL

Carga Horária: 30 Horas Semanais.

Dotação: 02.026.0.0.12.361.0032.2230 Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB 3.1.90.04.00.00 0118000000 Contratação por Tempo Determinado (FUNDEB - Ensino Fundamental - Contratos).

Data da Assinatura: 14/09/2015

Vigência: 14/09/2015a 18/12/2015

Secretaria: EDUCAÇÃO

Signatários: FABIO MARTINS JUNQUEIRA; JANINE CRISTINA GRUBER NOGUEIRA; MARILUCE SILVA GAVAZZA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO PESSOAL TEMPORÁRIO Nº 291/2015

TERMO ADITIVO 291/2015

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado Nº **154/2015**

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: NUBIA GRACIELA DA SILVA

Objeto: O presente aditamento justifica-se pelo fato que a mesma DEIXOU 10 H/A(POSSE CONCURSO PUBLICO) NO CME JOÃO MARIA E ASSUMIU 10 H/A EM SUBSTITUIÇÃO JOCILAINE RIBEIRO(REMANEJADA PARA CME JOANA D'ARC) NO CME CECILIA MARIA.

Cargo: PROF. EDUCAÇÃO INFANTIL - ZONA URBANA

Carga Horária: 30 Horas Semanais.

Dotação: 02.024.0.0.12365.0034.2222 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL 3.1.90.04.00.00 0101000000 (Ensino Fundamental – Educação Infantil - Contratos).

Data da Assinatura: 09/09/2015

Vigência: 09/09/2015a 18/12/2015

Secretaria: EDUCAÇÃO

Signatários: FABIO MARTINS JUNQUEIRA; JANINE CRISTINA GRUBER NOGUEIRA; NUBIA GRACIELA DA SILVA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO PESSOAL TEMPORÁRIO Nº 290/2015

TERMO ADITIVO 290/2015

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado Nº **270/2015**

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: MONICA SILVA DE FREITAS

Objeto: O presente aditamento justifica-se pelo fato que a mesma DEIXOU 10 H/A NO CME CECILIA MARIA QUE ESTAVA SUBSTITUINDO KELLEN CRISTINA(LICENÇA MATERNIDADE) E ASSUMIU 10 H/A EM SUBSTITUIÇÃO SANDRA GILLENI(LICENÇA PREMIO) NO CME TANIA ARANTES.

Cargo: PROF. EDUCAÇÃO INFANTIL - ZONA URBANA

Carga Horária: 30 Horas Semanais.

Dotação: 02.026.0.0.12.361.0032.2230 Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB 3.1.90.04.00.00 0118000000 Contratação por Tempo Determinado (FUNDEB - Ensino Fundamental - Contratos).

Data da Assinatura: 09/09/2015

Vigência: 09/09/2015a 18/12/2015

Secretaria: EDUCAÇÃO

Signatários: FABIO MARTINS JUNQUEIRA; JANINE CRISTINA GRUBER NOGUEIRA; MONICA SILVA DE FREITAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO DE PESSOAL TEMPORÁRIO Nº 575/2015

Contrato de Pessoal n°. 575/2015

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 575/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: WESLEY DE SOUSA ALVES

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, com amparo na Lei Complementar Municipal nº 103/2006**,** de 09 de março de 2006 e combinada com a Lei Complementar nº. **200/2014** de 18 de dezembro de 2014, que autoriza contratação temporária e dá outras providências.

Cargo: INSTRUTOR DE OFICINA TECLADO, VIOLÃO E CORAL

Carga Horária: com jornada de trabalho de 40(quarenta) horas semanal.

Dotação: 08.08110.08.243.0007.2812 - **MANUTENÇÃO DO CRAS** 3.1.90.04.00.00 0100000000 **– Contratação por tempo determinado.**

Data Da Assinatura: 21/09/2015

Vigência: 21/09/2015 À 20/09/2016.

Secretaria: Assistência Social

Signatários: Prof. Fábio Martins Junqueira; Maria de Lourdes F. Blanco Pollon; Wesley de Souza Alves

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO DE PESSOAL TEMPORÁRIO Nº 574/2015

Contrato de Pessoal n°. 574/2015

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 574/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: PEDRO ALBERTO MUFFATO

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter emergencial, com amparo na Lei Complementar Municipal nº 103/2006**,** de 09 de março de 2006 e combinada com a Lei Municipal nº. **4447/2015 de 22 de Agosto de 2015**, que autoriza contratação emergencial e dá outras providências.

Cargo: MÉDICO PLANTONISTA

Carga Horária: com jornada de trabalho de Plantão 12(doze) horas.

Dotação: 03.03100.10.302.0015.2309 - **MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL** 3.1.90.04.00.00 0102000000 **– Contratação por tempo determinado**3.190.130.000.102000000 **Obrigações Patronais.**

Data Da Assinatura: 21/09/2015

Vigência: 21/09/2015 À 20/09/2016.

Secretaria: Saúde

Signatários: Prof. Fábio Martins Junqueira; Itamar Martins Bonfim; Pedro Alberto Muffato

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO DE PESSOAL TEMPORÁRIO Nº 573/2015

Contrato de Pessoal n°. 573/2015

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 573/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: CLARA MARYHÁ MUNDIM PORTO MUFFATO

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter emergencial, com amparo na Lei Complementar Municipal nº 103/2006**,** de 09 de março de 2006 e combinada com a Lei Municipal nº. **4447/2015 de 22 de Agosto de 2015**, que autoriza contratação emergencial e dá outras providências.

Cargo: MÉDICO PLANTONISTA

Carga Horária: com jornada de trabalho de Plantão 12(doze) horas.

Dotação: 03.03100.10.302.0015.2309 - **MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL** 3.1.90.04.00.00 0102000000 **– Contratação por tempo determinado**3.190.130.000.102000000 **Obrigações Patronais.**

Data Da Assinatura: 21/09/2015

Vigência: 21/09/2015 À 20/09/2016.

Secretaria: Saúde

Signatários: Prof. Fábio Martins Junqueira; Itamar Martins Bonfim; Clara Maryhá Mundim Porto Muffato

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO DE PESSOAL TEMPORÁRIO Nº 572/2015

Contrato de Pessoal n°. 572/2015

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 572/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: ANA CAROLINA CARNEIRO DA SILVA GUIMARÃES

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, com amparo na Lei Complementar Municipal nº 103 de 09 de março de 2006 e combinada com a Lei Complementar Municipal nº 182 de 09 de Agosto de 2013.

Cargo: PROF. EDUCAÇÃO FISICA – ZONA URBANA

Carga Horária: com jornada de trabalho de 28(vinte e oito) horas semanal.

Dotação: **02.026.0.0.12.361.0032.2230** Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB **3.1.90.04.00.00 0118000000** Contratação por Tempo Determinado (FUNDEB - Ensino Fundamental - Contratos).

Vigência: 21/09/2015 À 18/12/2015.

Secretaria: Educação

Signatários: Prof. Fábio Martins Junqueira; Janine Cristina Gruber Nogueira; Ana Carolina Carneiro da Silva Guimarães

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

EXTRATO DE CONTRATO 218/2015

EXTRATO DO CONTRATO: Nº. 218/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE – MT

CONTRATADO: SOLANGE A. SANCHES -ME

OBJETO: ESTE INSTRUMENTO TEM POR OBJETO CONTRAÇÃO DE SERVIÇOS DE LABORATÓRIO ESPECIALIZADO NA CONFECÇÃO DE PRÓTESE ODONTOLÓGICA, TOTAIS COM FORNECIMENTO DO MATERIAL, PARA ATENDER A POPULAÇÃO CARENTE DO MUNICÍPIO DE TERRRA NOVA DO NORTE/MT, DE ACORDO COM A PORTARIA Nº Nº1.825/GM/MS DE 24 DE AGOSTO DE 2012, QUE ESTABELECE RECURSOS ANUAIS A SEREM INCORPORADOS AO TETO FINANCEIRO ANUAL DEMÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS PARA CONFECÇÃO DEPRÓTESES DENTÁRIAS NOS LABORATÓRIOS REGIONAIS DE PRÓTESES DENTÁRIAS(LRPD).

VALOR: R$ 9.375,00

VIGÊNCIA 16/09/2015 A 17/08/2016

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

MILTON JOSE TONIAZZO

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO 212/2015

EXTRATO DO CONTRATO: Nº. 212/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE – MT

CONTRATADO: CLINÍCA DIETÉTICA LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS

VALOR: R$ 267,50

VIGÊNCIA 14/09/2015 A 31/08/2016

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

MILTON JOSE TONIAZZO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES - APOSTILAMENTO Nº 1 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2015-G

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL, inscrito no CNPJ/MF sob nº 01.614.538/0001-59, estabelecido à Av. Curitiba, 94, centro - União do Sul - MT.

CONTRATADA: LP COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES ASSESSORIA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO LTDA. – EPP, inscrita no CNPJ/MF sob nº 10.832.896/0001-29, estabelecida à Rua Jules Rimet, nº 505, Bairro Alvorada, Cidade de Cuiabá – MT.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE PROCEDIMENTOS MÉDICOS E MATERIAIS DE PROCEDIMENTOS ODONTOLÓGICOS.

DATA DO APOSTILAMENTO: 30/09/2015.

MOTIVO: READEQUAÇÃO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE PROCEDIMENTOS MÉDICOS E MATERIAIS DE PROCEDIMENTOS ODONTOLÓGICOS, PARA O REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SOB Nº 001/2015-G, NA FORMA DA TABELA ABAIXO:

RELAÇÃO DE MATERIAIS DE PROCEDIMENTOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS						
Nº Ordem	Quantidade	Unidade	Descrição dos Materiais	Preço Unitário Anterior (ATA SRP Nº 001/2015-G)	**Preço Unitário Readequado**	Valor Total Readequado

01	**80**	GALÃO	AGUA DESTILADA, USO HOSPITALAR, ESTÉRIL. EMBALAGEM: GARRAFA DE 05 LITROS. (ASFER)	7,45	**9,75**	780,00
02	**30**	UND	ALMOTOLIA, FRASCO PLASTICO PARA ACONDICIONAR SOLUCAO, NA COR BRANCA, COM TAMPA DE ROSCA PARA VEDACAO, PROTETOR DA TAMPA CONJUGADO, CAPACIDADE PARA 500 ML. UNIDADE. (J.PROLAB)	2,24	**2,85**	85,50
05	**150**	CX	ROLO DE PAPEL TOALHA 20CMX100MT, 100% CELULOSE CAIXA C/ 8 ROLOS. (FLEXPELL)	14,08	**23,53**	3.529,50
06	**2**	UND	BALANÇA PEDIATRICA DIGITAL 15KG COM CONCHA. (WELMY)	688,00	**842,50**	1.685,00
07	**4**	UND	NEBULIZADOR COM 04 SAÍDAS, FLUXO DE AR DE 70 LITROS POR MINUTO, COMPREENSÃO DE 40 LIBRAS NO MÁXIMO (04 NEBULIZAÇÕES SIMULTÂNEAS). FREQUÊNCIA DE 50/60HZ, 110/220 VOLTS, MOTOR COM POTÊNCIA DE ¼ CV. DIMENSÕES 286X186X213MM, PESO 5,4 KG. (INALAMED)	1. 104,00	**1.423,88**	5.695,52
08	**6**	UND	OTOSCÓPIO DE FIBRA ÓTICA, PRETO, COM PARTE SUPERIOR CROMADA E COM PLÁSTICO REFINADO, GRAMPO DE FIXAÇÃO COM BOTÃO LIGA/DESLIGA INTEGRADO, COM CONEXÃO PARA INSUFLADOR. ACOMPANHA 5 ESPÉCULOS DESCARTÁVEIS DE 2,5 A 4 MM. ALIMENTAÇÃO: PILHAS. UNIDADE. (MIKATOS)	326,00	**280,00**	1.680,00
09	**100**	GALÃO	AGUA DESTILADA, USO HOSPITALAR, ESTÉRIL. EMBALAGEM: GARRAFA DE 05 LITROS. (ASFER)	7,36	**9,75**	975,00

VALOR TOTAL: O Valor Total da Ata de Registro de Preços Nº 001/2015-G passa de 17.715,80para R$ 20.617,12 (vinte mil, seiscentos e dezessete reais e doze centavos).

União do Sul – MT, 30 de Setembro de 2015.

MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

LP COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES ASSESSORIA E

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO LTDA. – EPP

PATRÍCIA POMPEU RODRIGUES

Sócia Proprietária

TESTEMUNHAS:

Erineu Diesel

CPF: 276.705.031-49

Vanderlei Telles

CPF: 013.717.181-13

PORTARIA Nº 184/2015

Dispõe sobre nomeação de candidata aprovada em Concurso Público e dá outras providências.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo disposto no inciso X, do Art. 69 da Lei Orgânica do Município, combinado com o inciso I, do art. 13, da Lei Complementar nº 015, de 16 de novembro de 2011 (Estatuto dos Servidores da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município de União do Sul);

Considerando o Concurso Público referente ao Edital Nº 001/2014, realizado em 18 de janeiro de 2015 para provimento efetivo de cargos de carreira;

Considerando também a Homologação do mencionado concurso na data de 05 de fevereiro de 2015;

Considerando ainda a existência de vaga nos Órgãos da Administração Municipal;

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear nesta data, em caráter efetivo, ELAINE PRADO DA CRUZ SERENA, portadora do RG nº 1584484-6 SSP/MT e do CPF nº 000.237. 391-26, para exercer o cargo de provimento efetivo de SECRETÁRIA ESCOLAR, vinculada à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul – MT, 01 de outubro de 2015.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 183/2015

Declara aprovados no Estágio Probatório os servidores vinculados às Secretarias de Administração e de Fazenda e Planejamento, relacionados no anexo único desta Portaria e dá outras providências.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e respaldado pelo artigo 29, da Lei Complementar Nº 015, de 16 de novembro de 2011 (Estatuto dos Servidores da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município de União do Sul – MT), e pelos arts. 19 e 27 da Lei nº 550, de 28/11/2014;

R E S O L V E:

Art. 1º - Ficam aprovados no estágio probatório e declarados estáveis os servidores concursados vinculados às Secretarias Municipais de Administração e de Fazenda e Planejamento, relacionados e identificados no Anexo Único desta Portaria.

Art. 2º - Em decorrência da aprovação no estágio probatório, os servidores farão jus à progressão de nível, passando para a classe/nível A-2, na forma do Anexo XI da Lei nº 550/2014.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul, MT, 01 de outubro de 2015.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

(Portaria nº 183/2015)

TABELA DE PROGRESSÃO DE NÍVEL DE PROFISSIONAIS E SERVIDORES EFETIVOS LOTADOS

NAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

(LEI Nº 550, DE 28/11/2014)

				Enquadramento Inicial			ENQUADRAMENTO 2015		
Mat.	Servidor	Cargo	Admissão	Data Base	Classe	Nível	Data	Classe	Nível
1132	**Vanderlei Telles**	**Assistente de Controle Administrativo**	**17/09/2012**	**2012**	**A**	**1**	**17/09/15**	**A**	**2**
1133	**Leandro Roberto de Souza**	**Assistente de Controle Administrativo**	**01/10/2012**	**2012**	**A**	**1**	**01/10/15**	**A**	**2**

Visto:

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 182/2015

Declara aprovada no Estágio Probatório a servidora vinculada à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, relacionada no anexo único desta Portaria e dá outras providências.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e respaldado pelo artigo 29, da Lei Complementar Nº 015, de 16 de novembro de 2011 (Estatuto dos Servidores da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município de União do Sul – MT), e pelos arts. 33 e 36 da Lei nº 551, de 28/11/2014;

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica aprovada no estágio probatório e declarada estável a servidora concursada vinculada à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, relacionada e identificada no Anexo Único desta Portaria.

Art. 2º - Em decorrência da aprovação no estágio probatório, a servidora fará jus à progressão de nível, passando para a classe/nível B-2, na forma do Anexo XI da Lei nº 551/2014.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul, MT, 30 de setembro de 2015.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

(Portaria nº 182/2015)

TABELA DE PROGRESSÃO DE NÍVEL DE PROFISSIONAL DO MAGISTÉRIO

LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(LEI Nº 551, DE 28/11/2014)

				Enquadramento Inicial			ENQUADRAMENTO 2015		
Mat.	Servidor	Cargo	Admissão	Data Base	Classe	Nível	Data	Classe	Nível
1129	**Fabiani Bolson Zambonin**	**Professora Graduada - 20 h.**	**11/09/2012**	**2012**	**B**	**1**	**11/09/15**	**B**	**2**

Visto:

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA
RELATORIO DE PROJETOS EM ANDAMENTO

Prefeitura Municipal de Vera - MT

RELATÓRIO DE PROJETOS EM ANDAMENTO, em cumprimento ao disposto no artigo 45 da Lei Complementar 101/2000, para servir de subsidio ao estudo do Projeto de Lei que"DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTARIA DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA - MT
RELATORIO SOBRE PROJETOS EM EXECUCAO
Art. 45 - Paragrafo Unico - Lei 101/00

Periodo: 1/01/2015 a 31/08/2015

SECRETARIAS	PROJETOS	Valor do Projeto	Ex. no Período	Valor a Executar	% A Executar
GABINETE DO PREFEITO					
	PUBLICACAO DOS ATOS OFICIAIS E INSTITUCIONAIS	23.112,70	21.973,70	1.139,00	4,93%
TOTAL DA SECRETARIA:		**23.112,70**	**21.973,70**	**1.139,00**	**4,93%**
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO FINANCAS	IMPLEMENTACAO DO ALMOXARIFADO CENTAL	4.238,80	4.238,80	-	0,00%
	REALIZACAO DE CONCURSO PUBLICO E PROCESSO SELETIVO	28.000,00	28.000,00	-	0,00%
	REFORAM E REESTRUTURACAO DO PACO MUNICIPAL	17.470,77	17.470,77	-	0,00%
TOTAL DA SECRETARIA:		**49.709,57**	**49.709,57**	**-**	**0,00%**
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO E CULTURA	AQUISICAO DA MERENDA - EDUCACAO INFANTIL – CRECHE	268.295,33	183.186,85	85.108,48	31,72%
	APOIO AO ENSINO PROFISSIONALIZANTE	176.000,00	128.000,00	48.000,00	27,27%
	AQUISICAO DA MERENDA - EDUCACAO INFANTIL – CRECHE	146.754,52	98.958,92	47.795,60	32,57%
	AQUISICAO DA MERENDA - EDUCACAO INFANTIL – PRE-ES	40.538,20	20.710,65	19.827,55	48,91%
	AQUISICAO DA MERENDA - EDUCACAO INFANTIL – ED. ES			-	
	REESTRUTURACAO DAS BIBLIOTECA NAS ESCOLAS	4.224,00		4.224,00	100,00%
	APOIO A REALIZACAO DE FEIRAS, EXPOSICOES, FESTAS C	54.750,00		54.750,00	100,00%
	PROMOCAO DE EVENTOS CULTURAIS, FESTIVAIS DE DANCA	139.000,00	139.000,00	-	0,00%
	AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	1.304,00	1.304,00	-	0,00%
	MANUTENCAO E REESTRUTUCAO DO ESTADIO MUNICIPAL	117.208,76	117.208,76	-	0,00%
	PROMOCAO E APOIO A EVENTOS ESPORTIVOS	27.972,00	25.040,50	2.931,50	10,48%
TOTAL DA SECRETARIA:		**976.046,81**	**713.409,68**	**262.637,13**	**26,91%**
SECRETARIA MUNICIAPAL DE SAUDE	MODERNIZACAO E INFORMATIZACAO DO SISTEMA DE ATENDIMENTO	3.490,00	3.490,00	-	0,00%
	AQUISICAO DE VEICULOS	135.000,00	135.000,00	-	0,00%
	DIGA NÃO AS DROGAS	22.400,00	21.800,00	600,00	2,68%
	APOIO AS ACOES DA SAUDE DA MULHER, IDOSO, CRIANCA	236,70	236,70	-	0,00%
	CONTRIBUICAO AO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE	207.278,45	207.278,45	-	0,00%
TOTAL DA SECRETARIA:		**368.405,15**	**367.805,15**	**600,00**	**0,16%**
	APOIO A ENTIDADES FILANTROPICAS	30.000,00	20.000,00	10.000,00	33,33%
	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA A FAMILIAS	76.199,11	70.685,91	5.513,20	7,24%
	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA A CRIANCAS E ADOLESCENTE	39.182,24	36.123,25	3.058,99	7,81%
	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA AO JOVEM	250,29	250,29	-	0,00%
TOTAL DA SECRETARIA:		**145.631,64**	**127.059,45**	**19.172,19**	13,16%
	DRENAGEM E PAVIMENTACAO ASFALTICA DE RUA E AVENIDA	1.242.120,75	847.980,64	394.140,11	31,73%
SECRETARIA MUN. OBRAS E SERVICOS PUBLICOS	READEQUACAO DE VIAS URBANAS	68.426,16		68.426,16	100,00%
	REVITALIZACAO PAVIMENTACAO ASFALTICA DE VIAS URBA	75.320,00	65.664,01	9.655,99	12,82%
	SINALIZACAO VERTICAL E HORIZONTAL DE VIAS PUBLICAS	10.084,00	10.084,00	0,00	0,00%
	AQUISICAO DE IMOVEIS	187.000,00	51.000,00	136.000,00	72,73%
	CONSTRUCAO MANUTENCAO E RECUPERACAO DE ESTRADAS	626.021,12	619.411,11	6.610,01	1,06%
	EXECUCAO E MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE LIMPEZA	341.201,42	298.339,02	42.862,40	12,56%
TOTAL DA SECRETARIA:		**2.550.173,45**	**1.892.478,78**	**657.694,67**	**25,79%**
TOTAL GERAL		**4.113.079,32**	**3.172.436,33**	**941.242,99**	**0,71**

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, PARA A GESTÃO COMPREENDIDA DE 2016/2019

EDITAL 003/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA PRESIDENTES DE MESAS, MESÁRIOS E FISCAIS

"Dispõe sobre a convocação dos presidentes de mesas, mesários e fiscais para trabalharem na Eleição dos membros do Conselheiro Tutelar para a Gestão 2016/2019 do município de Vila Bela da Santíssima Trindade – MT e outras providências."

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso das atribuições legais e considerando o disposto nas Leis Federais n.º 8. 069/1990, 12.696/2012 e Resolução nº 170/2014 CONANDA, e também nas Leis Municipais n.º 659/2004 e 746/2007 e alterações, por meio de sua Comissão Especial Eleitoral, constituída na forma da Resolução nº 002/ 2015:

I - Convoca os conselheiros de direitos relacionados abaixo para atuarem como Presidentes de Mesas e Mesários na eleição do Conselho Tutelar do município de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, no dia 04 de outubro de 2015, das 08:00 às 17:00 horas.

II - Torna pública a convocação dos servidores abaixo relacionados, para atuarem como Presidentes de Mesa e Mesários na eleição do Conselho Tutelar do município de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, no dia 04 de outubro de 2015, das 08:00 às 17:00 horas.

III - No dia da eleição, os conselheiros e servidores deverão estar no respectivo local de votação munidos com seus documentos pessoais com antecedência mínima de 01 (uma) hora.

IV - Ficam desde já convocados os conselheiros e servidores para participar de reunião que se realizará no dia 30 de setembro de 2015, às 09:00, no endereço, Rua Travessa Luiz de Albuquerque Mello Pereira e Cáceres, S/Nº, Centro, na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho, cujos objetivos são definir a seção em que cada um atuará e orientar quanto aos procedimentos a serem adotados durante a votação e a apuração.

V – A Mesa Receptora de Votos (MRV) será composta por no mínimo 3 (três mesários), pois a composição de mesa deve levar em conta que os mesários, por deterem as cédulas eleitorais e os cadernos onde são registrados os eleitores votantes, devem fiscalizar-se.reciprocamente.

VI - Os mesários, a critério da Comissão Especial, poderão, após o encerramento das eleições, participarem como membros das mesas apuradoras de votos (escrutinadores).

RELAÇÃO DOS PRESIDENTES DE MESAS, MESÁRIOS E FISCAIS

MEMBROS DA COMISSÃO ESPECIAL DO PROCESSO DE ESCOLHA, RESOLUÇÃO Nº002 /2015, E SERVIDORES MUNICIPAIS	FUNÇÃO
MESA 1	
ROBERTO RIBEIRO RIVAROLA *	**PRESIDENTE DE MESA**
NOELY SOARES VILASBOAS	**1ª MESÁRIA**
ELIZABETH SIPRIANO DA SILVA	**2ª MESÁRIA**
SÍLVIA DANTAS DE BARROS *	**SECRETÁRIA**
MESA 2	
CELMA OLIVEIRA DOS SANTOS NAKASHIMA	**PRESIDENTE DE MESA**
ROSANA MARIA DA SILVA ALEIXO *	**1ª MESÁRIO**
DANIELE KELEN GONÇALVES	**2ª MESÁRIA**
AEDIR DOS SANTOS PINTO E SILVA *	**SECRETÁRIA**
SAMUEL SCHOTT DE OLIVEIRA *	**FISCAL**
CLERISMAR MAMEDES DA CUNHA SILVA	**FISCAL**
JORGE GONÇALVES	**FISCAL**

(*Membro da Comissão Especial Eleitoral)

Vila Bela da Santíssima Trindade/ MT, 30 de setembro de 2015.

Marcilene Rosa Coletti

Presidente do CMDCA

Presidente da Comissão Especial Eleitoral

PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, PARA A GESTÃO COMPREENDIDA DE 2016/2019

EDITAL 002/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DOS ELEITORES

Dispõe sobre a convocação dos eleitores do município de Vila Bela da Santíssima Trindade – MT para participarem da Eleição dos membros do Conselheiro Tutelar para a Gestão 2016/2019 e outras providências.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso das atribuições legais e considerando o disposto nas Leis Federais n.º 8. 069/1990, 12.696/2012 e Resolução nº 170/2014 CONANDA, e também nas Leis Municipais nºs 659/2004 e 746/2007 e alterações, por meio de sua Comissão Especial Eleitoral, constituída na forma da Resolução nº 002/2015 resolve: CONVOCAR todos os eleitores do município para participar da eleição que definirá os novos membros do Conselho Tutelar do município de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT.

1. A eleição ocorrerá no dia 04 de outubro de 2015, no horário de 08:00 às 17:00 horas, local (alterado): Câmara Municipal situada na *Rua* Lino Bispo de Oliveira, 258, Centro de Vila Bela da Santíssima Trindade – MT;

1.1. Poderão votar todos os cidadãos maiores de dezesseis anos inscritos como eleitores no município; 1.2. O voto é facultativo para todos; 1.3. Para o exercício do voto, o cidadão deverá apresentar-se no local de votação munido de seu título de eleitor e documento de identificação com foto; 1.4. Cada eleitor poderá votar em apenas em 01 (um) candidato.

Os candidatos a membros do Conselho Tutelar são:

Nº.	CANDIDATOS
1	**ADRIELLI MOREIRA DA SILVA (Adrielli Moreira)**
2	**EDMAR OLIVEIRA (Edmar)**
3	**ELIZAMAR RIBEIRO DE ASSUNÇÃO (Eliza Assunção)**
4	**ELUANA FERNANDES SERINER (Eluana Seriner)**
5	**EMANOEL HENRIQUE MARTINS SILVA (Emanoel Henrique)**
6	**EVERALDO SOUZA DA SILVA (Everaldo Souza)**
7	**HELLY CRISTINA ROMÃO NOTENO (Helly Cristina)**
8	**JUSTINO FRAZÃO DE ALMEIDA (Professor Justino)**
9	**LYLIAN FERNANDES DE ARRUDA TEIXEIRA (Lylian Fernades)**
10	**OTILIA ALVES BRITO (Lenny)**
11	**PRISCILA CATARINA DOS SANTOS LEITE (Priscila Santos)**
12	**ROSINETE GONÇALVES (Rosi)**
13	**SANDER SAVIO SOUZA DA SILVA (Sander Savio)**
14	**TALITA DA SILVA SOUZA (Talita)**
15	**THIAGO ANDRE FERNANDES DE BRITO (Thiago André)**

Vila Bela da Santíssima Trindade/ MT, 30 de setembro de 2015.

Marcilene Rosa Coletti

Presidente do CMDCA

Presidente da Comissão Especial Eleitoral

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

EDITAL N° 001/2015

CONVOCA E REGULAMENTA O PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR - GESTÃO 2016/2020.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Vila Rica (CMDCA) MT, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Municipal n° 1.163/2013 e atendendo ao disposto na Lei Federal n°. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), publica este Edital que regulamenta o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar de Vila Rica - quadriênio 2016/2020, nos seguintes meios: Diário Oficial do Município – endereço eletrônico; https://diariomunicipal.org/mt/amm/, mural e site da Prefeitura, https://vilarica.mt.gov.br .

I- DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º -A participação do candidato no processo de escolha está condicionada à comprovação dos requisitos constantes neste Edital e Lei Municipal n° 1.163/2013.

Art. 2º - Compete a Comissão Eleitoral:

a) Organizar e coordenar o processo para escolha dos membros do Conselho Tutelar;

b) Receber os pedidos de inscrições dos candidatos concorrentes;

c) Analisar e homologar o registro das inscrições;

d) Receber e decidir os recursos, impugnações e denúncias;

e) Receber e dar encaminhamento a toda a documentação referente ao processo de escolha;

f) Acompanhar o processo de aplicação de prova específica;

g) Designar os membros das mesas receptoras dos votos e de apuração;

h) Providenciar as credenciais para os fiscais, mesas coletoras e equipe de apoio;

i) Normatizar a propaganda dos candidato;

j) Atribuir número aos candidatos;

k) Publicar o resultado do pleito;

l) Adotar todas as providências necessárias para a realização do processo de escolha;

m) Decidir os casos omissos deste Edital.

Art. 3º - o processo de escolha de Conselheiro Tutelar se realizará em quatro etapas, assim estabelecidas:

I- 1ª etapa: inscrição

II - 2ª etapa: homologação das inscrições

III - 3ª etapa: Prova objetiva sobre a Lei Federal 8.069/90, contendo 30 testes de múltipla escolha, valendo 02 (dois) pontos cada, em caráter classificatório;

IV - 4ª etapa: Eleição dos candidatos habilitados, através dos eleitores inscritos no município de Vila Rica – MT.

Art. 4º - Os candidatos deverão apresentar, pessoalmente ou através de procuração com firma reconhecida, a sua inscrição na Sala da Secretaria de Assistência Social na Prefeitura Municipal, com sede à Avenida Brasil, 2000- Bairro Bela Vista – Vila Rica /MT, no período de 05 de outubro de

2015 até 16 de outubro de 2015, de segunda a sexta-feira, no horário das 08h00 às 11h00 e 13h00 às 17h00.

§ 1º - No ato da inscrição o candidato deverá entregar a ficha de inscrição preenchida e envelope lacrado contendo:

I- Certidões de antecedentes criminais fornecidas pela justiça criminal federal e estadual, retiradas nos respectivos fóruns na Comarca de Vila Rica.

II - Fotocópia simples da cédula de identidade e CPF;

III - Comprovante de residência no Município de Vila Rica através de contrato de locação, contas de água, luz, telefone e outros documentos oficiais, a exemplo (holerite, declaração de imposto de renda).

IV - Declaração da Justiça Eleitoral, que comprove quitação eleitoral;

V - Fotocópia do certificado que comprove a conclusão de, no mínimo, o ensino médio e certificação de conhecimentos básicos em informática;

VI - Fotocópia do certificado de reservista ou de dispensa de incorporação, sendo do sexo masculino.

§ 2º - Encerrado o período de inscrições, os envelopes serão abertos e analisados pela comissão eleitoral, em caráter eliminatório.

Art. 5° - São requisitos para candidatar-se a membro do Conselho Tutelar:

I - apresentar certidão negativa de antecedentes civis e criminais

II - ter idade superior a 21 anos;

III - residir no Município;

IV - ser inscrito como eleitor no Município e estar em gozo dos direitos políticos;

V – ter ensino médio completo e certificação de conhecimentos básicos em informática.

Art. 6º - O protocolo do pedido de inscrição implica, por parte do candidato, no conhecimento e aceitação de todos os termos fixados no presente edital e em prévia aceitação do que estabelece a Lei Federal n°8.069/1990 e Lei Municipal n° 1.163/2013

Art. 7º - O pedido de inscrição que não atender às exigências deste edital será indeferido, bem como anulados todos os atos dele decorrentes.

Art. 8º - Não será permitida inscrição condicional ou por correspondência, sendo permitida a inscrição por Procuração, com firma reconhecida.

Art. 9º - Ultrapassada a fase de entrega e análise dos documentos, será publicada em Diário Oficial do Município, a lista com os nomes dos candidatos aptos a participarem da prova de conhecimentos específicos.

Art. 10 - Ficarão impedidos de participar do presente processo de escolha, aqueles que foram penalizados com a destituição da função de Conselheiro Tutelar.

II- DAS PROVAS

Art. 11 - A prova destinar-se-á a selecionar entre os candidatos aqueles que poderão participar do processo de escolha de Conselheiro Tutelar no quadriênio 2016/2020.

Art. 12 - O processo seletivo constará de prova escrita de caráter classificatório com questões objetivas de múltipla escolha.

§ 1º - A Comissão Eleitoral divulgará o edital em Diário Oficial do Município contendo a relação dos interessados aptos a participar da prova, estabelecendo data, horário e local para a sua realização e demais instruções.

§ 2º - Estarão aptos para participarem do processo de escolha para Conselheiros Tutelares os interessados que alcançarem:

a) 65% (sessenta e cinco por cento) de acerto das questões de legislação específica;

b) 3,5% (trinta e cinco por cento) de acerto das questões de informática.

§ 3º - Ultrapassado o prazo recursal, será publicado o edital em Diário Oficial do Município, com o resultado da prova escrita, com a pontuação obtida pelos candidatos, identificando os aptos a concorrerem, bem como demais orientações sobre a campanha para o processo de escolha.

III - DO PROCESSO DE ESCOLHA

Art. 13 - O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar será realizado no dia 29 de novembro de 2015, das 8h00 às 17h00 e seu funcionamento será regulado por edital específico publicado em Diário Oficial do Município.

IV - DA PROCLAMAÇÃO, NOMEAÇÃO E POSSE

Art. 14 - Concluída a apuração dos votos, o presidente da Comissão Eleitoral proclamará o resultado, publicando os nomes dos candidatos votados, com números de sufrágios recebidos.

Art. 15 - Serão considerados eleitos os candidatos que obtiverem o maior número de votos, observado o número de vagas existentes. Os demais candidatos ficarão como suplentes por ordem de votação.

V - DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

Art. 16 - Havendo empate na votação, será considerado eleito o candidato que, na seguinte

ordem:

a) obtiver melhor desempenho na prova escrita de conhecimento de legislação específica;

b) possuir maior grau de escolaridade;

c) ter maior idade.

Art. 17 - A posse dos eleitos para o Conselho Tutelar dar-se-á no dia 10 de janeiro de 2016, em sessão solene.

VI- DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO E DA REMUNERAÇÃO DOS CONSELHEIROS

Art. 18 - O exercício efetivo da função de Conselheiro Tutelar constituirá serviços públicos relevante, estabelecerá presunção de idoneidade moral.

Art. 19 - O Conselho Tutelar elaborará o seu Regimento Interno, submetendo-o à aprovação CMDCA.

Art. 20 - Constará da Lei Orçamentária Municipal previsão de recursos necessários ao funcionamento dos Conselhos Tutelares (art. 134, Parágrafo Único, ECA) e a renumeração e formação continuada dos conselheiros tutelares.

Art. 21 - O Chefe do Poder Executivo, ouvido o CMDCA e o Conselho Tutelar, providenciará local adequado para a sua instalação, bem como todo o apoio necessário ao seu bom funcionamento tais como: pessoal, veículos, telefone, entre outros.

§ 1º O Conselho Tutelar, funcionará de segunda-feira a sexta-feira das 8h00 às 18h00 na sede do Conselho.

§ 2º - A atuação do Conselho Tutelar, porém, será permanente, ou seja, contínua e ininterrupta, mantendo plantão para atender os casos urgentes em qualquer dia e horário, inclusive noturno, na forma das resoluções do CMDCA e do Regimento Interno daquele.

Art. 22 - Os Conselheiros Tutelares exercerão suas atividades em Regime de Dedicação Exclusiva, vedado o exercício concomitante de qualquer outra atividade pública ou privada, percebendo remuneração correspondente a 60% (sessenta por cento) do vencimento do cargo comissionado de chefe de seção, sendo esta importância de R$ 1.347,60, valor que será corrigido anualmente conforme Revisão Geral Anual dos servidores públicos municipais.

§ 1º - Tratando-se, porém, de agentes públicos eleitos para mandato temporário, os conselheiros tutelares não adquirem, ao término do seu mandato, qualquer direito de indenizações ou à efetivação ou estabilidade nos quadros da Administração Pública Municipal.

§ 2º - Elegendo-se algum funcionário público municipal, fica-lhe facultado optar pelos vencimentos e vantagens do seu cargo efetivo, vedada, em qualquer hipótese, a acumulação da remuneração das duas funções.

§ 3º É assegurado ao Conselheiro Tutelar o direito a:

I - Cobertura previdenciária;

II - Gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;

III - Licença-maternidade;

IV - Licença-paternidade;

V - Gratificação natalina.

Art. 23 - O funcionário público que pretender se inscrever candidato ao Conselho Tutelar deverá comprovar, até a inscrição, a possibilidade de permanecer à disposição do Município, e caso eleito, poderá optar pelos vencimentos de sua origem, desde que a legislação de sua entidade estatal lhe faculte.

Art. 24 As férias anuais dos Conselheiros somente poderão ser gozadas por um de cada vez.

§ 1º - Ficará suspenso, durante o exercício do mandato, o gozo de licença prêmio ou não remunerada.

§ 2º - Desejando candidatar-se a cargo eletivo o Conselheiro perderá o mandato por incompatibilidade com o exercício da função, conforme §3º art. 15 da Resolução 139/2011-Conanda.

VII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 25 - A responsabilidade pela campanha de divulgação da candidatura fica a cargo de cada candidato, sendo vedado doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor, consoante § 30 do artigo 139 do Estatuto da Criança e da Adolescente.

Art. 26 - Os membros escolhidos como titulares e suplentes participarão de capacitação e treinamento a ser realizado antes a data da posse, sobre a legislação e atribuições do cargo, com carga horária mínima de 16 horas, promovidos pelo CMDCA.

Art. 27 - As irregularidades nos documentos apresentados pelos candidatos poderão ser verificadas a qualquer tempo, em especial por ocasião da investidura e acarretarão a nulidade da inscrição, com todas as consequências, sem prejuízo das demais medidas de ordem administrativa, civil ou criminal.

Art. 28 - Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disserem respeito, ou até a data da convocação dos candidatos para a prova correspondente, circunstância que será mencionada em Edital ou aviso a ser publicado.

Art. 29 - Faz parte do presente edital os Anexos I e II (ficha de inscrição e Cronograma do Edital, respectivamente).

Art. 30 -As dúvidas ou esclarecimentos sobre o presente edital somente poderão ser dirigidas e respondidas exclusivamente pela Comissão Especial para Organização do Processo de Eleição de Conselheiro Tutelar, através do e-mail: cmdcavr@vilarica.mt.gov.br

Art. 31 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Eleitoral sob a fiscalização do CMDCA e do Ministério Público.

Vila Rica, 02 de outubro de 2015

Maicon Weber

Presidente da Comissão

ANEXO I

PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR GESTÃO 2016/2020

FICHA DE INSCRIÇÃO

Protocolo n°: (não preencher - campo para comissão eleitoral)

Nome: _____

RG:(número e órgão emissor)_____

Endereço residencial:_____

Endereço comercial:_____

Telefone Residencial:_____

Telefone Comercial:_____

Telefone Celular:_____ e-mail:_____

Vila Rica, _____/_____/_____

_____

Candidato ( )/ Procurador ( )

Protocolo n°:

Declaro que_____protocolou inscrição para o processo de escolha do Conselho Tutelar às horas_____ do dia / /

_____

(responsável pelo recebimento da inscrição)

RESOLUÇÃO Nº 001 DE 29 DE SETEMBRO DE 2015.

Aprova a comissão Especial para Organização do Processo de Eleição de Conselheiro Tutelar

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE VILA RICA-MT – CMDCA_VR, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Federal n º 8.069, de 13 de julho de1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e Lei Municipal nº 1.163/2013 em Sessão Plenária Ordinária do 29 de setembro de 2015.

Considerando a necessidade do cumprimento das normas contidas na Resolução Nº 170, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014, que dispõe sobre os parâmetros para a eleição dos Conselhos Tutelares no Brasil.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a comissão Especial para Organização do Processo de Eleição de Conselheiro Tutelar.

Art. 2º – Ficam nomeados os seguintes conselheiros:

Maicon Weber – Presidente

Maria Aparecida Ferreira dos Santos - Secretária

Jonhnattan Mendes Martins - membro

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Vila Rica, 29 de setembro de 2015.

Maicon Weber

Presidente CMDCA

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO Nº 021/2015 DE 30/ SETEMBRO/2015

T O R N A P Ú B L I C O

Pelo Presente Edital de Publicação de Contrato a Prefeitura Municipal De Vila Rica, Estado de Mato Grosso, **pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 03.238.862/0001/45, com sede na Av. Brasil nº 2000– Bela Vista, nesta Cidade** representada pelo seu Prefei-

to, Sr. Luciano Marcos Alencar, nos termos da Lei Municipal nº 1189/2014, resolve contratar para Prestação de Serviços os abaixo relacionados.

ROSIMERI LINDIANA POHL contrato nº 131 para prestação de serviços de Agente Saúde Ambiental;

KEYLISMAR LIMA DA SILVA contrato nº 133 para prestação de serviços de Auxiliar de Consultório Dentário;

ELENI ALVES DOS SANTOS contrato nº 132 para prestação de serviços de Agente de Nutrição Escolar;

P U B L I QU E S E

Gabinete do Prefeito Municipal de Vila Rica MT, em 30 de Setembro de 2015.

Luciano Marcos Alencar

Prefeito Municipal

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE RESCISÃO DE CONTRATO. Nº 020/ 2015 DE 30/SETEMBO/2015

T O R N A P Ú B L I C O

Pelo Presente Edital de Publicação de Rescisão Contrato a Prefeitura Municipal De Vila Rica, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 03.238.862/0001/45, com sede na Av. Brasil nº2000 –Bairro Bela Vista, Nesta Cidade representada pelo seu Prefeito, Sr. Luciano Marcos Alencar, nos termos do artigo 4º da Lei Municipal nº 1109/2013, resolve PUBLICAR a relação das rescisões de contratos de Prestação de Serviços no mês de SETEMBRO de 2015.

3034 EDEVALDO SCHUMANN, Contrato nº 106/2015 para prestação de serviços de Encanador Rescindir em 09/09/2015;

P U B L I QU E- S E

Gabinete do Prefeito Municipal de Vila Rica - MT, em 30 de Setembro de 2015.

Luciano Marcos Alencar

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
PORTARIA Nº 465/2015

A Prefeita Municipal de Várzea Grande e a Secretária Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta do Processo n° 321151/2015,

RESOLVE:

Declarar vago o cargo de **Guarda Municipal 3ª Classe**, ocupado pelo servidor **HELIO SANTOS SOUZA,** Matrícula 19083, em razão da sua posse em outro cargo inacumulável, conforme Art. 41 da Lei nº 1.164/91 do Regime Jurídico dos Servidores Públicos de Várzea Grande, com efeito retroativo a partir de **12/08/2015 a 12/08/2018.**

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande - MT, 23 de setembro de 2015.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

Vivian Danielle de Arruda e Silva Pires

Secretária Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
PORTARIA Nº 129/2015

"*Dispõe sobre a concessão do benefício Aposentadoria por Idade à Sra.* ***MARIA FERRETI."***

A Presidente do PREVIVAG – Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande - MT, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo n° 2015.02.10983P e;

Considerando o preenchimento dos requisitos nos termos do art. 40, §1º, inciso III, alínea "b" da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003; c/c art. 195, inciso III, alínea "d" da Lei Complementar n° 1.164/91, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Várzea Grande; c/c art. 12, inciso III, alínea "b" da Lei n° 2.719/2004, que rege a previdência municipal;

Resolve:

Art. 1º. Conceder o benefício de Aposentadoria por Idade à Sra. **MARIA FERRETI**, brasileira, viúva, portadora da cédula de identidade RG n° 2436631-5 SEJUSP/MT e inscrita no CPF n° 604.138.401-15, matriculada sob o nº 32746, efetiva no cargo de Auxiliar de Enfermagem, Nível 06, Classe A, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, calculados pela média contributiva.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande - MT, 14 de Setembro de 2015.

Terezinha J. R. Milani

Presidente

Homologo:

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
PORTARIA Nº. 124/2015

"Dispõe sobre a concessão do benefício Aposentadoria por Idade a Sra. **IRENIR DE ALEMIDA SEBA."**

A Presidente do PREVIVAG – Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande - MT, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo n° 2015.02.11016P e;

Considerando o preenchimento dos requisitos nos termos do art. 40, §1º, inciso III, alínea "b" da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c art. 195, inciso III, alínea "d" da Lei Complementar n° 1.164/91, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Várzea Grande, c/c art. 12, inciso III, alínea "b" da Lei n° 2.719/2004, que rege a previdência municipal, c/c art. 71, I, da Lei Complementar 3.797/2012, que dispõe sobre o Estatuto e Plano de Carreira dos Profissionais da Educação Escolar Básica da rede Pública Municipal de Várzea Grande, com redação dada pela Lei Complementar nº 4. 007/2014, c/c Anexo I da Lei Complementar nº 4.007/2014, que dispõe sobre a ultima tabela salarial para os Profissionais da Educação, resolve:

Art. 1º. Conceder o benefício de Aposentadoria por Idade a Sra. **Irenir de Almeida Seba**, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade RG n° 0157152-4 SJ/MT e inscrita no CPF sob o n° 077.780.581-20, matriculada sob o nº 19.944, efetiva no cargo de Professora, nível 05, classe C, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, calculados pela média contributiva.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande - MT, 02 de setembro de 2015.

Terezinha J. R. Milani

Presidente

Homologo:

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
PORTARIA Nº. 123/2015

"Dispõe sobre a concessão do benefício Aposentadoria por Tempo de Contribuição à Sra**. ALZINETE VIANA DA SILVA BARBOZA."**

A Presidente do PREVIVAG – Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande - MT, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo n° 2014.04.00142P e;

Considerando o preenchimento dos requisitos nos termos do art. 6°, I, II, III, e IV da E.C. nº 41/2003; c/c art. 12, inciso III, alínea "a" e §3º da Lei n° 2.719/2004, que rege a previdência municipal; c/c o artigo 195, inciso III, alínea "b" da Lei Complementar n° 1.164/91, que dispõe sobre Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Várzea Grande; c/c art. 71, I da Lei Complementar nº 3.797/2012, que dispõe sobre o Estatuto e Plano de Carreira dos Trabalhadores da Educação, com redação dada pela Lei Complementar nº 4.007/2014; c/c anexo I da Lei Complementar nº 4. 007/2014, que dispõe obre a ultima tabela salarial para os Profissionais da Educação; resolve:

Art. 1º. Conceder o benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição a Sra. **Alzinete Viana da Silva Barboza,** brasileira, casada, portadora da cédula de identidade RG n° 329205 SSP/MT e inscrita no CPF n° 283. 978.781-49, servidora estável no cargo de Professora, Classe ''C'', Nível ''10'', lotada na Secretaria Municipal de Educação, devidamente matriculada sob o nº 2342, com proventos integrais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande - MT, 02 de setembro de 2015.

Terezinha J. R. Milani

Presidente

Homologo:

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO
EXTRATO TERMO ADITIVO N°002/2015 DE CONTRATO TEMPORARIO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DA VÁRZEA GRANDE
EXTRATO TERMO ADITIVO N°002/2015 DE CONTRATO TEMPORARIO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

MATRIC.	SERVIDORES	PERÍODO			SÁLARIO	FINALIDADE	AMPARO
N°	ADITIVADOS	INICIO	RECISÃO	CARGOS	BASE	DO CONTRATO	LEGAL
1908/01	GUMERCINDO PINTO DE S. FILHO	27/05/2015	31/12/2015	ELETRO MECÂNICO	1.342,57	PRESTAÇÃO SERVIÇO	DECRETO 64/2014
1904/01	IZABELLA RIBEIRO DE ARAUJO	18/05/2015	31/12/2015	TEC. NIVEL SUPERIOR	1.707,83	PRESTAÇÃO SERVIÇO	DECRETO 64/2014
1907/01	WILKEN MARTINS DE BARROS	27/05/2015	31/12/2015	AUX. SANEAMENTO	796,40	PRESTAÇÃO SERVIÇO	DECRETO 64/2014
1915/01	IVANIR SILVA BEZERRA	18/06/2015	31/12/2015	TEC. NIVEL SUPERIOR	1.707,83	PRESTAÇÃO SERVIÇO	DECRETO 64/2014
1918/01	MORACYR DA ANUNCIAÇÃO FERREIRA	23/06/2015	31/12/2015	AUX. SANEAMENTO	796,40	PRESTAÇÃO SERVIÇO	DECRETO 64/2014
1919/01	TAIZE MORAES DE OLIVEIRA	23/06/2015	31/12/2015	TEC. NIVEL SUPERIOR	1.707,83	PRESTAÇÃO SERVIÇO	DECRETO 64/2014
1927/01	ITALO GARCIA FERREIRA	14/07/2015	31/12/2015	TEC. NIVEL SUPERIOR	1.707,83	PRESTAÇÃO SERVIÇO	DECRETO 64/2014
1929/01	JOSÉ COELHO BARBOSA	17/07/2015	31/12/2015	OPER. DE SIST. ÁGUA ESGOTO	796,40	PRESTAÇÃO SERVIÇO	DECRETO 64/2014
1925/01	MARCELI FÁTIMA DE C. ARRUDA	13/07/2015	31/12/2015	TEC. NIVEL SUPERIOR	1.707,83	PRESTAÇÃO SERVIÇO	DECRETO 64/2014
1923/01	SYLVIA MIRANDA CARVALHO	01/07/2015	31/12/2015	AUX. SANEAMENTO	796,40	PRESTAÇÃO SERVIÇO	DECRETO 64/2014
1943/01	GERALDO MALAQUIAS ROSA	26/08/2015	31/12/2015	OPER. SIST. ÁGUA ESGOTO	796,40	PRESTAÇÃO SERVIÇO	DECRETO 64/2014
1942/01	LISSANDRO RAFAEL BASTOS ASSSIS	26/08/2015	31/12/2015	OPER. SIST. ÁGUA ESGOTO	796,40	PRESTAÇÃO SERVIÇO	DECRETO 64/2014
1941/01	RAFAEL MENDES FIGUEIREDO	19/08/2015	31/12/2015	OPER. SIST. ÁGUA ESGOTO	796,40	PRESTAÇÃO SERVIÇO	DECRETO 64/2014
1940/01	ANTONIO DOS SANTOS NASCIMENTO	14/08/2015	31/12/2015	ENCANADOR	796,40	PRESTAÇÃO SERVIÇO	DECRETO 64/2014
1954/01	JOACYL MUCIO DE OLIVEIRA	10/09/2015	31/12/2015	ENCARR. DE EQUIPE DE CORTE	796,40	PRESTAÇÃO SERVIÇO	DECRETO 64/2014
1952/01	BENEDITO CECILIO CURVO	09/09/2015	31/12/2015	AUX. DE SERVIÇOS GERAIS	796,40	PRESTAÇÃO SERVIÇO	DECRETO 64/2014
1951/01	GEIVER FRANCISCO CORTES SILVA	08/09/2015	31/12/2015	TEC. NIVEL SUPERIOR	1.707,83	PRESTAÇÃO SERVIÇO	DECRETO 64/2014
1950/01	JULIO CESAR RAFAEL DE ALMEIDA	08/09/2015	31/12/2015	FISCAL DE CORTE	796,40	PRESTAÇÃO SERVIÇO	DECRETO 64/2014
1949/01	MANUELY AGUIAR ESPIRITO SANTO	03/09/2015	31/12/2015	TEC. NIVEL SUPERIOR	1.707,83	PRESTAÇÃO SERVIÇO	DECRETO 64/2014
1947/01	BENEDITO DA COSTA	01/09/2015	31/12/2015	ENCANADOR	796,40	PRESTAÇÃO SERVIÇO	DECRETO 64/2014
1945/01	ROBSON CESAR COSTA DE PINHO	01/09/2015	31/12/2015	OPER. SIST. AGUA ESGOTO	796,40	PRESTAÇÃO SERVIÇO	DECRETO 64/2014

Publique-se, registre-se e cumpra-se

VÁRZEA GRANDE, 01 DE OUTUBRO DE 2015

EDUARDO ABELAIRA VIZOTTO

DIRETOR PRESIDENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
PORTARIA Nº. 128/2015.

"*Dispõe sobre a concessão de pensão por morte à Sra.* ***MARIA CECILIA GOMES DA SILVA***."

A Presidente do PREVI-VAG - INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE VÁRZEA GRANDE – MT, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo nº. 2015.07.10901P e;

Considerando o preenchimento dos requisitos nos termos do artigo 40, § 7º, I da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, e dos artigos 7º. I, 24, I e 25, I da Lei Municipal nº. 2.719/2004, que rege a Previdência Municipal;

Resolve:

Art. 1º - Conceder a totalidade do benefício de Pensão por Morte, vitalícia, à Senhora **MARIA CECILIA GOMES DA SILVA**, brasileira, viúva, portadora da cédula de identidade RG nº. 0250345-0 SSP/MT, inscrita no CPF/MF sob o nº 104.265.901-04, em decorrência do falecimento do companheiro **MOACIR DE MATOS RIOS**, ex-servidor municipal, aposentado por idade e com proventos proporcionais no cargo de guarda através do ato retificatório nº 10/2002.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos financeiros retroativos a 17/04/2009, conforme disposto no artigo 25, I da Lei 2.719/2004.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande - MT, 14 de Setembro de 2015.

Terezinha J. R. Milani

Presidente

Homologo:

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
PORTARIA Nº. 131/2015

PORTARIA Nº. 131/2015

"*Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição à Sra.* ***TACILIA SOARES DA COSTA.***"

A Presidente do PREVIVAG – Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande - MT, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo n° 2015.04.11027P e;

Considerando o preenchimento dos requisitos nos termos do art. 6°, I, II, III, e IV da E.C. nº 41/2003; c/c art. 12, inciso III, alínea "a" e §3º da Lei n° 2.719/2004, que rege a previdência municipal; c/c o artigo 195, inciso III, alínea "b" da Lei Complementar n° 1.164/91, que dispõe sobre Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Várzea Grande; c/c art. 71, I da Lei Complementar nº 3.797/2012, que dispõe sobre o Estatuto e Plano de Carreira dos Trabalhadores da Educação, com redação dada pela Lei Complementar nº 4.007/2014; c/c anexo I da Lei Complementar nº 4.007/2014, que dispõe sobre a ultima tabela salarial para os Profissionais da Educação;

Resolve:

Art. 1º. Conceder o benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição à Sra. **TACILIA SOARES DA COSTA,** brasileira, portadora da cédula de identidade RG n° 217488 SSP/MT e inscrita no CPF n° 178.060.971-04, servidora efetiva no cargo de Professora I a IV, Classe ''C'', Nível ''10'', lotada na Secretaria Municipal de Educação e cultura, devidamente matriculada sob o nº 44481, com proventos integrais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande - MT, 14 de Setembro de 2015.

Terezinha J. R. Milani

Presidente

Homologo:

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO
EXTRATO DE CONTRATO TEMPORARIO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DA VÁRZEA GRANDE
EXTRATO DE CONTRATO TEMPORARIO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

CONTRATO	SERVIDORES	PERÍODO			SALARIO	FINALIDADE DO	AMPARO LEGAO
Nº	CONTRATADO	INICIO	FINAL	CARGOS	BASE	CONTRATO	PROCESSO SELETIVO
1956/01	DAVID DA SILVA RIBEIRO JUNIOR	01/10/2015	31/12/2015	FISCAL DE CORTE	R$ 796,40	PRESTAÇÃO SERVIÇO	DECRETO 64/14
1957/01	WALACE CLEIDIVAN BOTELHO LEITE	01/10/2015	31/12/2015	FISCAL DE CORTE	R$ 796,40	PRESTAÇÃO SERVIÇO	DECRETO 64/14
1958/01	DIEGO AMORIM MONTEIRO	01/10/2015	31/12/2015	FISCAL DE CORTE	R$ 796,40	PRESTAÇÃO SERVIÇO	DECRETO 64/14
1959/01	GONÇALO HENRIQUE DE A. CAMPOS	01/10/2015	31/12/2015	FISCAL DE CORTE	R$ 796,40	PRESTAÇÃO SERVIÇO	DECRETO 64/14
1960/001	CLEYTON DE CAMPOS FARIAS	01/10/2015	31/12/2015	FISCAL DE CORTE	R$ 796,40	PRESTAÇÃO SERVIÇO	DECRETO 64/14

1961/01	EDER CARLOS DOS SANTOS	01/09/2015	31/12/2015	FISCAL DE CORTE	R$ 796,40	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO	DECRETO 64/14
1962/01	THIAGO SANTANA DE ARRUDA	01/10/2015	31/12/2015	AUX. SANEAMENTO	R$ 796,40	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO	DECRETO 64/14
		PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE VÁRZEA GRANDE, 01 DE OUTUBRO DE 2015 EDUARDO ABELAIRA VIZOTTO					
		DIRETOR PRESIDENTE					

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
EDITAL

A SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DO MUNICIPIO DE VARZEA GRANDE, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE GARANTEM A LEI Nº 3.546/2010, FAZ SABER QUE DIA 05 DE OUTUBRO DE 2015, ÀS 08:30, NA SEDE DESTA SECRETARIA, SERÁ REALIZADA A REUNIÃO PARA TRATAR DO REGIMENTO INTERNO E ELEIÇÃO DO CONSELHO.

-

HÉLEN FARIAS FERREIRA

Secretária Municipal de Meio Ambiente e de Desenvolvimento Rural Sustentável

PMVG-MT

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO
EXTRATO TERMO ADITIVO N°001/2015 DE CONTRATO TEMPORARIO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DA VÁRZEA GRANDE
EXTRATO TERMO ADITIVO N°001/2015 DE CONTRATO TEMPORARIO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

MATRIC.	SERVIDORES	PERÍODO			SÁLARIO	FINALIDADE	AMPARO
N°	ADITIVADOS	INICIO	RECISÃO	CARGOS	BASE	DO CONTRATO	LEGAL
1820/01	ADRIANA PEREIRA DA SILVA	01/10/2015	01/10/2016	FISCAL DE CORTE	796,40	PRESTAÇÃO SERVIÇO	001/2014
1797/01	BRUNA DE OLIVEIRA MAGNATI	01/10/2015	01/10/2016	ATEND. COMERCIAL	796,40	PRESTAÇÃO SERVIÇO	001/2014
1822/01	CARLOS PEREIRA MATIAS	01/10/2015	01/10/2016	FISCAL DE CORTE	796,40	PRESTAÇÃO SERVIÇO	001/2014
1766/01	DERCILIO CAETANO RIBEIRO	01/10/2015	01/10/2016	FISCAL DE CORTE	796,40	PRESTAÇÃO SERVIÇO	001/2014
1827/01	HARISHON FALCÃO O. BRAGANÇA	01/10/2015	01/10/2016	FISCAL DE CORTE	796,40	PRESTAÇÃO SERVIÇO	001/2014
177/01	JEFERSON RODRIGO DA SILVA	01/10/2015	01/10/2016	FISCAL DE CORTE	796,40	PRESTAÇÃO SERVIÇO	001/2014
1768/01	JOÃO GONÇALINO M. DE CAMPOS	01/10/2015	01/10/2016	FISCAL DE CORTE	796,40	PRESTAÇÃO SERVIÇO	001/2014
1762/01	JOSÉ BENTO MORAES DE ARRUDA	01/10/2015	01/10/2016	ENCAR. EQUIPE CORTE	796,40	PRESTAÇÃO SERVIÇO	001/2014
1784/01	JULIANA DE OLIVEIRA BARBOSA	01/10/2015	01/10/2016	TELEFONISTA	796,40	PRESTAÇÃO SERVIÇO	001/2014
1763/01	LUIZ MÁRIO MARTINEZ	01/10/2015	01/10/2016	ENCAR. EQUIPE CORTE	796,40	PRESTAÇÃO SERVIÇO	001/2014
1796/01	LUZINETE A. DA SILVA CURVO	01/10/2015	01/10/2016	ATEND. COMERCIAL	796,40	PRESTAÇÃO SERVIÇO	001/2014
1775/01	RAFAEL PEREIRA DE GODOY	01/10/2015	01/10/2016	FISCAL DE CORTE	796,40	PRESTAÇÃO SERVIÇO	001/2014
1780/01	REGINALDO NASCIMENTO PEREIRA	01/10/2015	01/10/2016	FISCAL DE CORTE	796,40	PRESTAÇÃO SERVIÇO	001/2014
1773/01	REINALDO JACOB DE SANTANA	01/10/2015	01/10/2016	FISCAL DE CORTE	796,40	PRESTAÇÃO SERVIÇO	001/2014
1774/01	ROSALVO ALVES DO NASCIMENTO	01/10/2015	01/10/2016	FISCAL DE CORTE	796,40	PRESTAÇÃO SERVIÇO	001/2014
1761/01	SERGIO OLIVEIRA SANTOS	01/10/2015	01/10/2016	ENCAR. EQUIPE CORTE	796,40	PRESTAÇÃO SERVIÇO	001/2014
1829/01	THAIANE CRISTINA ESCOBAR	01/10/2015	01/10/2016	AUX. SANEAMENTO	796,40	PRESTAÇÃO SERVIÇO	001/2014
1776/01	UBALDO ASSUNÇÃO DE CAMPOS	01/10/2015	01/10/2016	FISCAL DE CORTE	796,40	PRESTAÇÃO SERVIÇO	001/2014
1798/01	KATYLAINE CRYSTIANE COSTA E SILVA	01/10/2015	01/10/2016	ATEND. COMERCIAL	796,40	PRESTAÇÃO SERVIÇO	001/2014
1792/01	ALTAIR CAETANO DA SILVA JUNIOR	01/10/2015	01/10/2016	OPER. FATURAMENTO	796,40	PRESTAÇÃO SERVIÇO	001/2014
1778/01	BENTO ALVES DOS SANTOS	01/10/2015	01/10/2016	FISCAL CORTE	796,40	PRESTAÇÃO SERVIÇO	001/2014
1812/01	EDER DE SOUZA ONORATO	01/10/2015	01/10/2016	OPER. FATURAMENTO	796,40	PRESTAÇÃO SERVIÇO	001/2014
1779/01	JOEL RODRIGUES LEMES	01/10/2015	01/10/2016	FISCAL DE CORTE	796,40	PRESTAÇÃO SERVIÇO	001/2014
1794/01	MARIANA A. DA SILVA JUNIOR	01/10/2015	01/10/2016	OPER. FATURAMENTO	796,40	PRESTAÇÃO SERVIÇO	001/2014
1785/01	TELMA CRISTINA GOMES	01/10/2015	01/10/2016	ATEND. COMERCIAL	796,40	PRESTAÇÃO SERVIÇO	001/2014

1806/01	JACKISLAINE DA COSTA SILVA	01/10/2015	12/09/2016	AUX. ADMINISTRATIVO	796,40	PRESTAÇÃO SERVIÇO	001/2014
1805/01	ALEXANDRA E. CORREA BOTELHO	01/10/2015	01/10/2016	AUX. ADMINISTRATIVO	796,40	PRESTAÇÃO SERVIÇO	001/2014
1748/01	MANOEL CAMILO DA CRUZ	01/10/2015	01/10/2016	OPER. SIST. AGUA E ESGOTO	796,40	PRESTAÇÃO SERVIÇO	001/2014
1751/01	MARIO MARQUES DA SILVA	01/10/2015	01/10/2016	ATEND. COMERCIAL	796,40	PRESTAÇÃO SERVIÇO	001/2014
1745/01	JOSÉ ROBERTO G. DE LIMA	01/10/2015	01/10/2016	OPER. SIST. AGUA E ESGOTO	796,40	PRESTAÇÃO SERVIÇO	001/2014
1832/01	SILVIO GOMES BRANQUINHO	01/10/2015	01/10/2016	AUX. SANEAMENTO	796,40	PRESTAÇÃO SERVIÇO	001/2014
1789/01	DIEGO LEITE ALVES	01/10/2015	01/10/2016	AUX. SANEAMENTO	796,40	PRESTAÇÃO SERVIÇO	001/2014
1804/01	ROBERTO ANDERSON FIGUEIREDO	01/10/2015	01/10/2016	AUX ADMINISTRATIVO	796,40	PRESTAÇÃO SERVIÇO	001/2014
1782/01	JACKELINE LOPES DA SILVA	01/10/2015	01/10/2016	AUX. ADMINISTRATIVO	796,40	PRESTAÇÃO SERVIÇO	001/2014
1835/01	MARIA MADALENA RODRIGUES	01/10/2015	01/10/2016	TELEFONISTA	796,40	PRESTAÇÃO SERVIÇO	001/2014
1795/01	JESSIKA CAETANO DA S. MELO	01/10/2015	01/10/2016	TELEFONISTA.	796,40	PRESTAÇÃO SERVIÇO	001/2014
1786/01	AGOSTINHO JOSÉ DE AMORIM	01/10/2015	01/10/2016	ATEND. COMERCIAL	796,40	PRESTAÇÃO SERVIÇO	001/2014
1793/01	MARIA APARECIDA M. ALMEIDA	01/10/2015	01/10/2016	AUX. SERVIÇOS GERAIS	796,40	PRESTAÇÃO SERVIÇO	001/2014
1815/01	ROSIANE ABREU DA SILVA	01/10/2015	01/10/2016	OPER. FATURAMENTO	796,40	PRESTAÇÃO SERVIÇO	001/2014
1759/01	DORIMAR NUNES DA COSTA	01/10/2015	01/10/2016	ENC. EQUIPE MANUT.	796,40	PRESTAÇÃO SERVIÇO	001/2014
1833/01	ISRAEL MORAIS MARTINS	01/10/2015	01/10/2016	MOTORISTA	796,40	PRESTAÇÃO SERVIÇO	001/2014
1757/01	JOSÉ DE ARRUDA FILHO	01/10/2015	01/10/2016	ENCANADOR	796,40	PRESTAÇÃO SERVIÇO	001/2014
1790/01	MANOEL PINTO DE MORAIS	01/10/2015	01/10/2016	AUX. SANEAMNETO	796,40	PRESTAÇÃO SERVIÇO	001/2014
1755/01	NEY VIEIRA DA SILVA	01/10/2015	01/10/2016	ENCANADOR	796,40	PRESTAÇÃO SERVIÇO	001/2014
1807/01	CASSIA REGINA DA SILVA	01/10/2015	01/10/2016	AUX. ADMINISTRATIVO	796,40	PRESTAÇÃO SERVIÇO	001/2014
1830/01	LEANDRO FAUSTINO DA SILVA	01/10/2015	01/10/2016	TEC. NIVEL SUPERIOR	1.707,83	PRESTAÇÃO SERVIÇO	001/2014
1746/01	JOÃO BOSCO DA SILVA	01/10/2015	01/10/2016	OPER. SIST. AGUA E ESGOTO	796,40	PRESTAÇÃO SERVIÇO	001/2014
1788/01	EUZEBIO ALBERTO CURVO	01/10/2015	01/10/2016	AUX. SANEAMENTO	796,40	PRESTAÇÃO SERVIÇO	001/2014
1747/01	LEANDRO BATISTA DOS ANJOS	01/10/2015	01/10/2016	OPER. SIST. AGUA E ESGOTO	796,40	PRESTAÇÃO SERVIÇO	001/2014

Publique-se, registre-se e cumpra-se

VÁRZEA GRANDE, 01 DE OUTUBRO DE 2015.

EDUARDO ABELAIRA VIZOTTO

DIRETOR PRESIDENTE

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO
EXTRATO DE RESCISÃO CONTRATO TEMPORARIO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DA VÁRZEA GRANDE
EXTRATO DE RESCISÃO CONTRATO TEMPORARIO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

CONTRATO	SERVIDORES	PERÍODO			SALARIO	FINALIDADE DO	AMPARO LEGAL
Nº	CONTRATADO	INICIO	RESCISÃO	CARGOS	BASE	CONTRATO	PROCESSO SELETIVO
1646/01	CLAUDEMIR JOSÉ DA SILVA	02/01/2014	30/09/2015	OPERADOR SIST. AGUA E ESGOTO	796,40	PRESTAÇÃO SERVIÇO	DECRETO 64/2014
1950/01	JULIO CESAR RAFAEL DE ALMEIDA	08/09/2015	24/09/2015	FISCAL DE CORTE	796,40	PRESTAÇÃO SERVIÇO	DECRETO 64/2014
1737/01	DOMINGOS SARUBE DOS SANTOS	12/09/2014	01/10//2015	OPERADOR SIST. AGUA E ESGOTO	796,40	PRESTAÇÃO SERVIÇO	001/2014
1754/01	CESAR SANTANA DA SILVA	01/10/2014	01/10/2015	OPERADOR SIST. AGUA E ESGOTO	796,40	PRESTAÇÃO SERVIÇO	001/2014
1811/01	WALDEIR DE ALMEIDA LARA	01/10/2014	01/10/2015	OPER. DE FATURAMENTO	796,40	PRESTAÇÃO SERVIÇO	001/2014
1889/01	JOÃO BOSCO DOMINGOS RODRIGUES	02/03/2015	01/10/2015	ENCANADOR	796,40	PRESTAÇÃO SERVIÇO	DECRETO 64/2014
		PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE VÁRZEA GRANDE, 01 DE OUTUBRO DE 2015 EDUARDO ABALAIRA VIZOTTO					
		DIRETOR PRESIDENTE					

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
PORTARIA Nº. 130/2015

"*Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição à Sra. **LUCILENE BRASIL BOREGAS."***

A Presidente do PREVIVAG – Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande - MT, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo n° 2014.04.10107P e;

Considerando o preenchimento dos requisitos nos termos do art. 6°, I, II, III, e IV da E.C. nº 41/2003; c/c art. 12, inciso III, alínea "a" e §3º da Lei n° 2.719/2004, que rege a previdência municipal; c/c o artigo 195, inciso III, alínea "b" da Lei Complementar n° 1.164/91, que dispõe sobre Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Várzea Grande; c/c art. 71, I da Lei Complementar nº 3.797/2012, que dispõe sobre o Estatuto e Plano de Carreira dos Trabalhadores da Educação, com redação dada pela Lei Complementar nº 4.007/2014; c/c anexo I da Lei Complementar nº 4.007/2014, que dispõe sobre a ultima tabela salarial para os Profissionais da Educação;

Resolve:

Art. 1º. Conceder o benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição à Sra. **LUCILENE BRASIL BOREGAS,** brasileira, viúva, portadora da cédula de identidade RG n° 124798 SSP/MT e inscrita no CPF n° 926.777. 461-15, servidora efetiva no cargo de Professora I a IV, Classe ''C'', Nível ''09'', lotada na Secretaria Municipal de Educação, cultura, esporte e lazer, devidamente matriculada sob o nº 28865, com proventos integrais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande - MT, 14 de Setembro de 2015.

Terezinha J. R. Milani

Presidente

Homologo:

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
PORTARIA Nº 472/2015

A Prefeita Municipal de Várzea Grande e a Secretária Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta do Processo n° 324848/2015,

RESOLVE:

Declarar vago o cargo de **Enfermeiro**, ocupado pela servidora **LAURA CRISTINA SOUZA MAIA FERREIRA DE SAMPAIO,** Matrícula 26578, em razão da sua posse em outro cargo inacumulável, conforme Art. 41 da Lei nº 1.164/91 do Regime Jurídico dos Servidores Públicos de Várzea Grande, com efeito retroativo a partir de **01/09/2015 a 01/09/2018.**

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande - MT, 23 de setembro de 2015.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

Vivian Danielle de Arruda e Silva Pires

Secretária Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

PREFEITURA MUNICIPAL AGUA BOA
PORTARIA 33/2015

PORTARIA N.º 33/2015

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Pensão por Morte em favor da Sra. VALMIRA PEDROSA DA SILVA".

A Diretora Executiva do AGUA-PREVI, Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Agua Boa Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos Art. 40, § 7º, inciso I, da Constituição Federal, com redação determinada pela Emenda Constitucional de n.º 41, de 19 de Dezembro de 2003, Art. 123, da Lei Complementar nº 009/2000, de 10 de Novembro de 2000, Art. 28, inciso "I", da Lei Municipal n.º 869/2006, de 25 de Agosto de 2006.

Resolve,

Art. 1º Conceder o benefício de pensão por morte em favor da Sra. Valmira Pedrosa da Silva (companheira), portadora do RG: 0732318-2 SSP/MT, e inscrita no CPF: 495.663.421-87 e Titulo Eleitoral de nº. 59645218/05, Zona "030", Seção "0010", pelo falecimento do inativo Sr. Valdemar Jacob Muller, portador do RG: 1.326.937 SSP/PR, e inscrito no CPF/MF: 474.527.141-72 e Titulo Eleitoral de nº. 10869411872 , Zona "030", Seção "0011", sob Acórdão nº 745/2007, com 100% dos proventos de forma integral, sem direito a paridade, conforme o processo do AGUA-PREVI n.º 33/2015, a partir desta data, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 18 de março de 2011, data do óbito do inativo.

Registre, publique e cumpra-se.

Água Boa – MT, 01 de Outubro de 2015.

SONIA ELI LORENZON

Diretora Executiva

MAURO ROSA DA SILVA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL AGUA BOA
PORTARIA 35/2015

PORTARIA N.º 35/2015

"Dispõe sobre a concessão do benefício de aposentadoria por tempo de contribuição em favor da Sra. ONILDA DE JESUS OLIVEIRA"

A Diretora Executiva do AGUA-PREVI, Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 3º, incisos "I", "II" e "III", da Emenda Constitucional nº. 47/05, de 05 de Julho de 2005, Art. 89, incisos "I", "II", "III", da Lei Municipal n.º 869/2006, de 25 de Agosto de 2006.

Resolve,

Art. 1º Conceder o benefício de Aposentadoria Por Tempo de Contribuição a favor da Sra. ONILDA DE JESUS OLIVEIRA

, portadora do RG. n.º 2495452-7 SSP/MT inscrita no CPF n.º 297.838.101-97 *e Título Eleitoral de nº. 006366261805, Zona "030", Seção "0015", contando com um total de 11.047* dias, ou seja, 30 (trinta) anos, 03 (três) meses e 07 (sete) dias *de tempo de contribuição, efetiva no cargo de AUXILIAR DE LIMPEZA, nível "V", classe "A", lotada na Secretaria Municipal de Saúde,com matrícula nº 88, com proventos integrais, conforme o processo do AGUA-PREVI n.º 35/2015.*

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Água Boa - MT, 01 de Outubro 2015.

SÔNIA ELI LORENZON

Diretora Executiva

MAURO ROSA DA SILVA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL AGUA BOA
PORTARIA 34/2015

PORTARIA N.º 34/2015

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição da Sra. IVONE ARAUJO LIMA ".

A Diretora Executiva do ÁGUA-PREVI, Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais nos termos do

Art. 6º, incisos "I", "II", "III" e "IV", da Emenda Constitucional nº. 41/03, de 19 de dezembro de 2003, Art. 86, *"I", "II", "III" e "IV"*, da Lei Municipal n.º 869/2006, de 25 de agosto de 2006, Art. 77, inciso "III", alínea "b" da Lei Complementar n.º 008/2000, de 24 de janeiro de 2000.

Resolve,

Art. 1º Conceder o benefício de *Aposentadoria por Tempo de Contribuição* à servidora Sra. IVONE ARAUJO LIMA, portadora do RG. n.º 264.736 – SSP/MS, CPF n.º 329.467.081-87, e Titulo de Eleitor n.º 43058918/21, Zona "030", Seção "0028", efetiva no cargo de PROFESSORA, Nível "VIII", Classe "C", lotada na Secretaria Municipal de Educação, com matricula n.º 326, contando com um total de 10.606 dias, ou seja 29 (vinte e nove) anos e 21 (vinte e um) dias, com proventos integrais e com direito a paridade, conforme o processo do ÁGUA-PREVI n.º 34/2015, a partir desta data, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Água Boa – MT, 01 de Outubro de 2015.

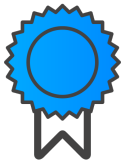
SÔNIA ELI LORENZON

Diretora Executiva

HOMOLOGO: MAURO ROSA DA SILVA

Prefeito Municipal

Esse documento foi assinado por

	**Signatário**	CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Data/Hora	Thu Oct 01 22:31:57 UTC 2015
	Emissor do Certificado	CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Número Serial.	1170114572883537006
	Método	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)